TERRITÓRIO e SOCIEDADE
NO MUNDO GLOBALIZADO

ENSINO MÉDIO

MANUAL DO PROFESSOR

ELIAN ALABI LUCCI

Bacharel e licenciado em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Professor em escolas particulares

Diretor da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) — seção local Bauru-SP

ANSELMO LAZARO BRANCO

Licenciado em Geografia pelas Faculdades Associadas Ipiranga (FAI)

Professor em escolas particulares

CLÁUDIO MENDONÇA

Bacharel e licenciado em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP)

Professor em escolas particulares

COMPONENTE CURRICULAR **GEOGRAFIA**
3º ANO
ENSINO MÉDIO

3ª edição • 2016 • São Paulo

Território e sociedade no mundo globalizado 3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Lucci, Elian Alabi
Território e sociedade no mundo globalizado : ensino médio, 3 / Elian Alabi Lucci, Anselmo Lazaro Branco, Cláudio Mendonça. -- 3. ed. -- São Paulo : Saraiva, 2016.

Obra em 3 v.
Suplementado pelo manual do professor.
Bibliografia.
ISBN 978-85-472-0557-7 (aluno)
ISBN 978-85-472-0558-4 (professor)

1. Geografia (Ensino médio) I. Branco, Anselmo Lazaro. II. Mendonça, Cláudio. III. Título.

16-03184 CDD-910.712

Índices para catálogo sistemático:

1. Geografia : Ensino médio 910.712

Fotomontagem sobre vista da cidade antiga de Shibam (Iêmen), exemplo de planejamento urbano, em 2012.

Diretora editorial Lidiane Vivaldini Olo
Gerente editorial Luiz Tonolli
Editor responsável Wagner Nicaretta
Editores Brunna Paulussi, Karine Costa, Raquel Maygton Vicentini, Felipe Sanches
Assistentes editoriais Larissa Vannucci, Raquel Alves Taveira
Gerente de produção editorial Ricardo de Gan Braga
Gerente de revisão Hélia de Jesus Gonsaga
Coordenador de revisão Camila Christi Gazzani
Revisores Carlos Eduardo Sigrist, Cesar G. Sacramento, Diego Carbone, Sueli Bossi
Produtor editorial Roseli Said
Supervisor de iconografia Sílvio Kligin
Coordenador de iconografia Cristina Akisino
Pesquisa iconográfica Thiago Fontana, Márcia Sato, Juliana Prado
Licenciamento de textos Erica Brambila, Paula Claro
Coordenador de artes Narjara Lara
Capa Narjara Lara com imagens de LuminaStock/Thinkstock/Getty Images e George Hammerstein/Corbis/Fotoarena
Design Pablo Braz
Diagramação e edição de arte Regiane de Paula Santana
Assistente Camilla Felix Cianelli
Ilustrações Alex Argozino, Alex Silva, BIS, Mario Yoshida
Cartografia Dacosta Mapas, Sonia Vaz
Tratamento de imagens Emerson de Lima
Protótipos Magali Prado
078397.003.001 **Impressão e acabamento**

SAC 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Avenida das Nações Unidas, 7221 – 1º andar – Setor C – Pinheiros – CEP 05425-902

APRESENTAÇÃO

A complexidade das paisagens, das atividades humanas, das sociedades e do nível de desenvolvimento entre os países é enorme no espaço geográfico mundial. As transformações tecnológicas ocorrem em ritmo acelerado, alterando os processos de produção, as relações de trabalho, o modo como a sociedade se relaciona com a natureza e as formas de organização espacial. Ao mesmo tempo em que se amplia a capacidade produtiva e o consumo, intensifica-se a retirada de recursos naturais e a degradação de ecossistemas. Alguns problemas ambientais atingem dimensão planetária, numa intensidade nunca antes enfrentada pela humanidade. No âmbito das relações internacionais, surgiram conflitos, e novos arranjos nas relações de poder no mundo atual estão sendo redefinidos a cada dia.

A Geografia tem muito a contribuir para a compreensão do espaço mundial, cada vez mais complexo, cujas transformações são surpreendentes.

A seleção dos conteúdos, a estruturação das atividades e seções e a organização desta coleção foram feitas com base em algumas preocupações centrais: a discussão dos principais temas estudados no Ensino Médio, a compreensão de questões relevantes sobre o espaço geográfico e suas dinâmicas e a formação de cidadãos atentos, críticos e capazes de sugerir soluções para problemas sociais, econômicos e ambientais.

Nesta coleção, a realidade brasileira, abordada em todas as unidades, recebe destaque especial de modo que o território do nosso país possa ser estudado num contexto mais abrangente e em comparação com outras realidades do mundo atual. A economia, a sociedade e a natureza são tratadas como integrantes de um mesmo e diversificado processo, que envolve desenvolvimento tecnológico, globalização, impactos ambientais e sociais, redes mundiais de produção, de informação e de circulação.

A abordagem dos conteúdos não está restrita à visão dos autores desta coleção. Em diversos momentos, contrapomos visões e situações distintas – por vezes conflitantes – sobre um mesmo assunto, contribuindo para uma percepção crítica e ampla da realidade. Além disso, há possibilidade para que você – estudante e leitor – se manifeste. Para que isso ocorra, apresentamos seções e atividades que solicitam sua opinião, reflexão e discussão sobre os mais variados temas, além da investigação da sua realidade mais próxima.

Os capítulos apresentam uma seleção de textos (poesias, crônicas, notícias de jornais e de revistas, textos científicos) e imagens (fotografias, charges, mapas, tabelas, gráficos, infográficos) sobre diversos temas. Muitas vezes, eles são acompanhados por atividades de análise e interpretação.

Esperamos que esta coleção possa auxiliá-lo em seus estudos, ampliar seus conhecimentos e sensibilizá-lo para as grandes questões e desafios do mundo contemporâneo, a fim de lhe proporcionar possibilidades mais amplas de inserção crítica na sociedade em que vivemos.

Portanto, este projeto não termina aqui. Será efetivado com o seu envolvimento e sua participação nas questões do cotidiano.

Os autores

CONHEÇA O SEU LIVRO

UNIDADE 2

ESPAÇO GEOGRÁFICO E URBANIZAÇÃO

Vista do Central Park, no coração de Manhattan, em Nova York (Estados Unidos), 2006.

A cidade é a mais espetacular forma de transformação do espaço geográfico realizada pelos seres humanos. É o principal centro econômico, de criação artística e difusão cultural, tecnológico e irradiador de modernidade.

O espaço urbano, porém, é desigual, marcado pela marginalização dos habitantes mais pobres, em razão da distância entre a moradia e o trabalho e do acesso aos diversos serviços públicos básicos, como saúde, educação, lazer e cultura. Esses e outros problemas fazem com que o exercício da cidadania seja cerceado pela própria configuração espacial urbana e que dificulta o atendimento das necessidades básicas de parte da população.

Nesta unidade, você vai conhecer características do processo de urbanização no Brasil e no mundo e os principais problemas que acompanham o crescimento urbano: a demanda por transporte público, o trânsito que afeta a qualidade de vida da população, a destinação do lixo, a poluição do ar, a violência, entre outros.

82

Abertura de unidade

Uma imagem e um texto breve apresentam o tema que será abordado nos capítulos que compõem cada unidade do livro.

CONTEXTO

Os ataques de 13 de novembro

Flores, velas e mensagens foram deixadas em um memorial improvisado na Praça da República [Place de La République] em Paris [França], após a série de ataques terroristas coordenados ocorridos em 13 de novembro de 2015. Nessa praça ocorrem tradicionalmente grandes manifestações populares, culturais e políticas.

CAPÍTULO 3 FACES DO TERRO...

60

Contexto

Textos, imagens, mapas ou cartuns, acompanhados de atividades, contextualizam e apuram seus conhecimentos prévios sobre o que será estudado no capítulo.

Habeas corpus
Ação judicial que visa proteger o direito de locomoção ameaçado por ato abusivo de autoridade.

FILME
Caminho para Guantánamo
De Michael Winterbottom. Inglaterra, 2006. 95 min.
O drama de jovens britânicos de origem paquistanesa em viagem ao Afeganistão para participar de um casamento. Capturados pelas forças aliadas, que invadem o Afeganistão após o 11 de setembro, são enviados à prisão de Guantánamo, onde ficam detidos por mais de dois anos.

78

Glossário

Traz definições de termos ou conceitos que aparecem ao longo do texto. Assim, você pode ampliar o vocabulário e melhorar a compreensão leitora.

Livros, *sites* e filmes

Sugestões de livros, *sites* e filmes relacionados aos temas tratados no capítulo.

Figura 17. Mulheres e crianças sudanesas no campo de refugiados de Kalma, no sul de Darfur, em 2014.

LEITURA E DISCUSSÃO

A violência no Sudão do Sul

"[...] 'O Sudão do Sul está enfrentando uma das situações mais assustadoras do mundo para os direitos humanos, com o amplo uso de violações como instrumento de terror e arma de guerra', disse o alto comissário da ONU para os Direitos Humanos, Zeid Ra'ad al Hussein, ao apresentar o relatório da organização sobre a situação [...]"

45

Leitura e discussão

Textos, muitos deles científicos e jornalísticos, são trabalhados com atividades, o que amplia e enriquece os assuntos tratados no capítulo.

Entre aspas

Texto breve que agrega informações ao que foi abordado no texto principal ou apresenta fatos curiosos que ajudam a compreender de forma mais ampla o que está sendo estudado.

Conexão

Conecta a Geografia a outras disciplinas do seu currículo escolar. Para isso, utiliza charges, obras de arte, textos literários, letras de canção, gráficos, mapas e fotografias, sempre explorados com atividades.

Olho no espaço

Traz propostas para exercitar a leitura espacial por meio da exploração de mapas, imagens, ilustrações, gráficos e tabelas, estimulando você a desenvolver as habilidades de observar, analisar, relacionar e interpretar.

Contraponto

Traz textos ou imagens com diferentes opiniões ou abordagens sobre assuntos relacionados aos conteúdos estudados, buscando desenvolver seu senso crítico.

Ponto de vista

Apresenta textos teóricos ou opinativos que trazem uma perspectiva sobre temas importantes ligados à realidade do Brasil ou do mundo, possibilitando debates interessantes.

Compreensão e análise 1 e 2

Finaliza cada parte do capítulo com um conjunto de atividades variadas, incluindo algumas questões de Enem e dos principais vestibulares. Possibilita avaliar os conhecimentos que você adquiriu, antes de seguir adiante.

Agentes da sociedade

Projetos para serem desenvolvidos principalmente em grupo. Relacionam conceitos estudados a questões do seu cotidiano, promovendo a reflexão sobre a realidade vivida.

Respostas de Enem e vestibulares

Respostas das questões de Enem e vestibulares que aparecem ao longo do livro, sempre acompanhadas de comentários. Dessa forma, você pode compreender melhor a resolução das questões.

Índice remissivo

Uma lista com termos importantes abordados ao longo do livro, com o número das páginas em que são encontrados, ajuda você a se localizar e a organizar seus estudos.

SUMÁRIO

UNIDADE 2

ESPAÇO GEOGRÁFICO E URBANIZAÇÃO 82

UNIDADE 3

ESPAÇO, SOCIEDADE E ECONOMIA 130

ETNIA, DIVERSIDADE CULTURAL E CONFLITOS

BODO MARKS/PICTURE-ALLIANCE/DPA/AP IMAGES/GLOW IMAGES

Manifestantes carregam faixa com os dizeres "Não à marcha nazista; refugiados são bem-vindos", em Hamburgo (Alemanha), em 12 de setembro de 2015. A marcha foi uma resposta às manifestações nacionalistas e neonazistas, que se posicionaram contra a política da chanceler alemã, Angela Merkel, de dar abrigo aos refugiados.

A diversidade étnica e a coexistência entre povos marcaram a história da humanidade em diferentes espaços geográficos. Conflitos étnicos, preconceitos e intolerância também acompanharam a trajetória do ser humano, justificados por pressupostos como superioridade cultural, diferenças religiosas e direitos de uma nação sobre determinado território. Mas, por trás de muitos conflitos, estão em jogo interesses econômicos, políticos e disputas territoriais.

Nesta unidade, você vai explorar a questão étnica no Brasil, analisando os indicadores sociais e as políticas públicas voltadas para povos indígenas e afrodescendentes. Além disso, verá de que forma as diversas culturas e nacionalidades estão atreladas a conflitos que ocorrem na atualidade pelo mundo; e vai conhecer os aspectos que marcam o terrorismo no contexto das disputas geopolíticas presentes na nova ordem mundial.

CAPÍTULO 1 ETNIA E MODERNIDADE

CONTEXTO

Racista, eu!?

Os quadrinhos a seguir fazem parte de uma publicação difundida em escolas de países que integravam a União Europeia, em 1998.

A finalidade era incentivar a reflexão entre estudantes e professores sobre o racismo e outras formas de discriminação presentes no dia a dia dos europeus.

SÉRGIO SALMA/CONCERTO BRUSSELS COMUNIDADES EUROPEIAS

Racista, eu!? Luxemburgo. Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1998. p. 11.

Vale informar aos estudantes que o quadrinho está em português de Portugal.

1. Em sua opinião, a discussão desses temas entre os jovens europeus ainda é válida nos dias atuais? Justifique.
2. Discuta a atitude da mãe no último quadrinho. Justifique.

1 DIVERSIDADE CULTURAL

Nos primórdios da história da sociedade humana, o indivíduo se identificava basicamente com o clã e a aldeia em que vivia. As chances de conhecer valores e características diferentes eram reduzidas, dado o pouco contato entre os grupos.

Esse relativo isolamento levou cada grupo a criar mecanismos próprios de sobrevivência, formas específicas de transformação da natureza e de vivência em comunidade. Isso fez com que se desenvolvessem crenças, costumes, formas de comunicação, idiomas, manifestações artísticas, culinária, métodos e equipamentos de produção diferentes, originando, assim, **culturas distintas**.

No decorrer da história, os contatos entre os povos ocasionaram tanto **choques** como **assimilações culturais**, intensificados em virtude das migrações, das guerras, do desenvolvimento e do crescimento da atividade comercial. Esses contatos possibilitaram, ainda, o surgimento de novas culturas. Veja a figura 1.

FILME

Mississípi em chamas
De Alan Parker. EUA, 1988. 122 min.

Anderson e Ward são dois agentes do FBI com ideais diferentes, que investigam o assassinato de três ativistas negros dos direitos civis no Mississíppi, praticadas pelo grupo racista Ku Klux Klan, em 1964.

ALAIN JOCARD/AFP

Figura 1. Mulher muçulmana durante manifestação na França, em 2011, em protesto contra a polêmica lei proibindo o uso de vestimentas islâmicas que cobrem todo o corpo em espaços públicos, como a burca (traje que cobre o corpo inteiro, inclusive o rosto, e possui uma tela por onde se pode ver) e o niqab (traje que deixa apenas os olhos descobertos, como o da mulher da imagem).

CHOQUE ENTRE CULTURAS E ETNOCENTRISMO

A **etnia** é um dos elementos do processo de construção da identidade de um grupo sociocultural. Um grupo étnico agrega pessoas que partilham laços culturais ou biológicos (ou ambos) e se identificam umas com as outras ou são identificadas como tal por outros grupos. Assim, a identidade étnica resulta de fatores construídos historicamente, como a ancestralidade comum, as formas de organização da sociedade, a língua e a religiosidade. É uma forma de legitimação de determinada realidade, de determinado modo de vida socialmente construído.

O encontro entre duas culturas comumente provoca a avaliação recíproca da **cultura do "outro"**, normalmente feito a partir da **cultura do "eu"**. Ao analisar a outra cultura, tende-se a considerar a sua como referência, como a ideal e a correta.

Essa atitude leva à **visão etnocêntrica**, ou seja, ao julgamento de outros grupos com base em valores e padrões de comportamento do seu próprio grupo. Dessa forma, há uma valorização do próprio grupo que ignora ou rejeita a possibilidade de o outro ser diferente. Passa-se a desprezar os valores, o conhecimento, a arte, a crença, as formas de comunicação, as técnicas, enfim, a cultura do "outro". A dificuldade de entender as diferenças em relação a outras etnias pode provocar estranheza, medo e hostilidade.

A visão etnocêntrica serviu, e continua servindo, para justificar a opressão de comunidades étnicas, a conquista de povos e territórios, o controle do poder do Estado por aqueles que se consideram superiores aos demais, práticas preconceituosas, racistas e excludentes.

FILME

Selma
De Ava DuVernay. EUA/Reino Unido, 2014. 128 min.

O filme é ambientado no contexto das marchas pacifistas, ocorridas em 1965, lideradas pelo pastor protestante e ativista político estadunidense Martin Luther King (1929-1968), no estado do Alabama, entre a cidade de Selma e a capital Montgomery, em protesto contra o cerceamento do voto aos afro-estadunidenses.
A repressão violenta aos manifestantes pacifistas foi divulgada por todo o país e tornou a opinião pública favorável à luta pelos direitos civis, conquistados no mesmo ano.

EVOLUCIONISMO

No século XIX, a concepção antropológica dominante apoiava-se no **evolucionismo cultural**. A Antropologia Evolucionista transpôs para a sociedade as ideias do cientista britânico Charles Darwin (1809-1882) sobre a evolução das espécies e a seleção natural. Por essa razão ficou conhecida como **darwinismo social** e estabelecia que as diferentes sociedades passariam por diversos estágios de evolução, indo do "primitivo" ao "civilizado". Assim, as sociedades ocidentais europeia e estadunidense teriam atingido o estágio "civilizado", enquanto os diversos povos da África, da América Latina, da Ásia e da Oceania estariam no estágio "primitivo". Essa teoria serviu para justificar o colonialismo e as conquistas territoriais como um processo civilizatório; serviu para levar as conquistas da civilização aos povos que eles consideravam incapazes de desenvolvê-las por si mesmos.

Antropológico
Relativo à Antropologia, ciência que se ocupa do estudo e da reflexão sobre o ser humano, com base nas características biológicas (Antropologia Biológica) e socioculturais (Antropologia Cultural) dos diversos grupos humanos, dando ênfase às diferenças e variações entre esses grupos.

CONEXÃO

Arte • História

Progresso americano

A obra *Progresso americano*, pintura da década de 1870 do artista berlinense John Gast (1842-1896), glorifica a conquista do oeste dos Estados Unidos. No centro, destaca-se a figura de Columbia, a personificação feminina dos Estados Unidos, que comanda o processo civilizatório. No canto esquerdo da tela, indígenas e animais selvagens são afugentados.

A obra é uma apologia à doutrina do Destino Manifesto, inspirada no Darwinismo social. Segundo o Destino Manifesto, o povo dos Estados Unidos tinha a missão de conquistar as terras situadas a oeste do seu território, habitadas por povos selvagens, torná-las produtivas e civilizadas, para justificar a sua expansão territorial.

MUSEU AUTRY DO OESTE AMERICANO, LOS ANGELES (ESTADOS UNIDOS)

Progresso americano (1872), óleo sobre tela de John Gast.

- Quais elementos da obra representam a implementação do processo civilizatório?

Já no início do século XX, novas concepções antropológicas contrapuseram-se ao evolucionismo, tais como a do alemão Franz Boas (1858-1942), primeiro a ressaltar a importância do estudo das diversas culturas em seu próprio contexto. Boas defendia não haver cultura superior ou inferior nem valores culturais universais. Para ele, deveriam ser considerados os fatores históricos, naturais e linguísticos que influenciavam o desenvolvimento de cada cultura. Essa abordagem mais imparcial, ficou conhecida como **relativismo cultural** e defendia que os valores de uma cultura não poderiam, portanto, ser avaliados com a referência dos valores de quem a julga.

CONEXÃO — Sociologia

Cultura ou civilização

"Nas transformações da ideia de cultura durante os séculos XVIII e XIX, a discussão sobre cultura surgiu associada a uma tentativa de distinguir entre aspectos materiais e não materiais da vida social, entre a matéria e o espírito de uma sociedade. Até que o uso moderno de cultura se sedimentasse, cultura competiu com a ideia de civilização, muito embora seus conteúdos fossem frequentemente trocados. Assim, ora civilização, ora cultura serviam para significar os aspectos materiais da vida social, o mesmo ocorrendo com o universo de ideias, concepções, crenças.

Com o passar do tempo, cultura e civilização ficaram quase sinônimas, se bem que usualmente se reserve civilização para fazer referência a sociedades poderosas, de longa tradição histórica e grande âmbito de influência. Além do mais, usa-se cultura para falar não apenas em sociedades, mas também em grupos no seu interior, o que não ocorre com civilização."

SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2007. p. 35-36. (Col. Primeiros Passos).

1. Por que, para definir cultura, são considerados tanto os aspectos materiais quanto os não materiais de um povo? Cite exemplos de ambos.
2. Dê alguns exemplos que justifiquem a diferença entre cultura e civilização.

2 CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL E MODERNIDADE

Ainda na Antiguidade, o desenvolvimento técnico permitiu que determinados povos se deslocassem para regiões cada vez mais distantes, algumas geograficamente favoráveis às trocas culturais (figura 2), como o Oriente Médio – rota de passagem entre a Ásia e a Europa – e o Mar Mediterrâneo[1] – situado entre Europa, África e Ásia.

JEREMY HORNER/LIGHTROCKET/GETTY IMAGES

Figura 2. A ocupação árabe em território espanhol foi de 711 a 1492. Nesses quase 800 anos de sua presença, deixaram marcas na cultura, no vocabulário e na arquitetura do país. Na imagem, inscrições árabes, arabescos e azulejos do final século XVI enfeitam paredes, colunas e arcos do complexo palaciano de Alhambra, em Granada (Espanha). Esse complexo exibe elementos islâmicos e cristãos por ter alojado monarcas muçulmanos e católicos, do século XIII até depois da Reconquista (século XV). Fotografia de 2007.

1 Além de possibilitar um intenso intercâmbio cultural, o Mediterrâneo foi, ao longo dos séculos, região de grandes disputas pelo controle das rotas comerciais. Egípcios, gregos, fenícios, romanos e turco-otomanos formaram importantes civilizações nessa região.

No entanto, nenhuma expansão se iguala, em amplitude e diversidade de contatos, à iniciada pelos europeus no século XV. Dominaram os ameríndios e outros povos ao redor do mundo, integrando-os (pela força militar ou pelo domínio cultural) a um mesmo sistema econômico, o **capitalismo comercial**. A partir desse domínio, a cultura europeia – com seus valores e estrutura de organização social e política baseada no **Estado nacional** – foi sendo imposta ao longo dos séculos aos povos da América, África, Ásia e Oceania, ao mesmo tempo que assimilava elementos culturais desses povos.

ENTRE ASPAS

Estado nacional

Os Estados nacionais modernos surgiram no século XIV, com a formação de Portugal, e no XV com os reinos da Espanha, França e Inglaterra. Somente no século XIX passaram a ser o modelo de estruturação territorial e política predominante no mundo. Na concepção comum, o Estado é uma organização política centralizada que, por meio de um conjunto de instituições, governa a sociedade estabelecida em seu território.

Ele desempenha um conjunto de funções sociais, como as relacionadas à saúde e educação. Ainda, mantém a lei e a ordem, resolve os conflitos entre grupos sociais e econômicos e é responsável pela defesa do seu território, além de estabelecer e **controlar as regras econômicas**.

No seio da civilização europeia, num período caracterizado por grandes conquistas tecnológicas e pelos **Estados nacionais absolutistas**, está a origem da **civilização ocidental moderna**, consolidada com a Revolução Industrial e a Revolução Francesa.

A **Revolução Industrial** (segunda metade do século XVIII) deu grande impulso ao desenvolvimento e à expansão capitalista, à acumulação de capital e à difusão das relações de trabalho assalariado. Além disso, introduziu a produção em massa e a padronização das mercadorias e expandiu o comércio internacional.

A **Revolução Francesa** (1789), com a difusão do lema "liberdade, igualdade e fraternidade", contribuiu para a generalização dos ideais do **Iluminismo** e dos valores democráticos de igualdade dos indivíduos perante a lei.

ENTRE ASPAS

Iluminismo

Doutrina que valorizava a razão, baseada na ciência, como forma de conhecimento do mundo. Os iluministas acreditavam na possibilidade da convivência harmoniosa em sociedade, pregavam a liberdade individual, política, econômica e religiosa, e negavam o absolutismo monárquico. Um dos pensadores precursores que influenciaram o movimento iluminista foi o inglês John Locke (1632-1704), que no século XVII fundamentou ideias liberais que contestavam o sistema da época: os governos devem ser limitados nos seus poderes; devem garantir o respeito aos direitos naturais do povo – a proteção da vida, da liberdade e da propriedade; governos só existem pelo consentimento dos governados, pois todos os homens nascem livres e iguais. O Iluminismo teve desdobramentos na Europa, na América e em outras regiões do mundo, inspirando movimentos revolucionários e de independência.

LODGE PARK AND SHERBORNE ESTATE, GLOUCESTERSHIRE (REINO UNIDO)

John Locke, precursor do pensamento iluminista. Retrato de Sir Godfrey Kneller, 1697.

Um dos aspectos marcantes da civilização ocidental, e do próprio capitalismo, é o individualismo, conceito segundo o qual a liberdade do indivíduo se afirma sobre a sociedade. O *self-made man* é a expressão mais bem acabada do individualismo, na qual se exalta a figura da pessoa que venceu na vida graças aos próprios esforços.

Self-made man
Expressão em inglês que significa "homem que se fez por si", ou seja, pessoa cujo sucesso se deve a si própria.

Outra importante característica da civilização ocidental é o **consumismo**, que está, de certa forma, alicerçado em dois princípios fundamentais da sociedade capitalista: busca constante por inovação e acumulação de bens. A sociedade estadunidense levou a noção do consumismo ao extremo. O desejo por bens e serviços é altamente estimulado e manisfeta-se de forma voraz. Veja a figura 3.

JEFF HAYNES/REUTERS/LATINSTOCK

Figura 3. Consumidores carregam aparelhos de TV durante megaliquidação anual em loja de eletroeletrônicos, em Chicago (Estados Unidos), 2013.

MODERNIDADE E CULTURA

Apesar da amplitude alcançada pela cultura europeia – com a disseminação de instituições, visões de mundo, modos de vida e valores construídos no interior da civilização ocidental –, algumas sociedades coesas, de cultura milenar, não foram totalmente permeáveis à mudança de valores. No entanto, assimilaram técnicas e sistemas de produção e gerenciamento, inserindo suas economias nos padrões do mercado mundial, como é o caso do Japão, da China, da Coreia do Sul, da Índia e de outros países, inclusive muçulmanos (figura 4).

O que essas sociedades assimilaram foi a modernidade, entendida aqui como a estrutura político-administrativa própria dos Estados-nações, a sociedade urbano-industrial, a produção de bens e a geração de serviços em larga escala, os avanços tecnológicos, a comunicação instantânea, a agilidade dos meios de transportes e a dependência de algumas fontes energéticas (carvão mineral, petróleo e urânio).

MAICO PRESENTE/MOMENT EDITORIAL/GETTY IMAGES

Figura 4. Burj Khalifa, em Dubai (Emirados Árabes Unidos), 2014. O edifício é o maior arranha-céu do mundo, com 828 metros de altura e 163 andares. Dubai atrai a atenção dos turistas ocidentais pela modernidade das suas gigantescas estruturas urbanas, dos luxuosos *shopping centers* e dos hotéis.

O fato de várias sociedades terem incorporado esses aspectos da modernidade, sem abrir mão de traços culturais que formam a essência de sua cultura, permite distinguir os conceitos de civilização ocidental e de modernidade, reforçando o caráter global deste último.

A difusão e a reprodução de aspectos da modernidade e dos valores culturais em vários lugares do globo devem-se à atuação das empresas **multinacionais** e da **indústria cultural**: televisão, cinema, jornais, revistas, rádio, publicidade. As empresas multinacionais estruturaram-se em redes mundiais de produção, distribuição e comercialização de bens e serviços. A indústria cultural e a publicidade são os principais difusores do **consumo de massa**.

Na virada do século XIX, as grandes empresas surgidas com a Segunda Revolução Industrial criaram um mercado de massa, estimulado por campanhas publicitárias de longo prazo, moldando o fenômeno da **sociedade de consumo**.

A sociedade de consumo consolidou-se ao longo do século passado. Iniciado sobretudo nos Estados Unidos, o consumo de massa foi conformado a um estilo de vida proclamado pelo *slogan American Way of Life* (modo de vida americano) no início do século XX e tornou-se uma face inerente à expansão do capitalismo.

LEITURA E DISCUSSÃO

Manipulando as mentes

"Na virada do século [XX], as grandes empresas surgidas com a revolução industrial iriam criar um mercado de massa, planejando uma demanda desorganizada. Consideravam a publicidade um investimento a longo prazo. Isso porque nada há de 'natural' no fenômeno do consumo de massa. Trata-se de uma construção cultural e social.

Já em 1892, por exemplo, a Coca-Cola apresenta um dos maiores orçamentos publicitários do mundo. E em 1912, [...] o Advertising Club of America declara que a Coca-Cola detém a melhor publicidade [...]. Desde essa época, os dirigentes da empresa têm uma concepção da publicidade em função do maior número possível de compradores potenciais. 'A repetição', diz um deles, 'pode ser o fator principal. Uma gota-d'água acaba penetrando numa rocha. A mastigação contínua é o bastante para digerir os alimentos. Se você bate no lugar certo, e sem parar, o prego acaba entrando na cabeça'.

Com a multiplicação dos meios de comunicação elétricos (cinema, rádio), eletrônicos (televisão) e digitais (internet), o século XX não somente assistiu à explosão da publicidade, mas à sua sofisticação. A ambição de manipular as mentes, dentro dos próprios lares, alcançou quase níveis de uma ciência. As técnicas de persuasão não cessaram de se aperfeiçoar, vencendo a barreira do barulho, transpondo os milhares de pedidos publicitários que nos atormentam diariamente, confundindo a nossa desconfiança e se incrustando em nossas mentes com uma mensagem precisa.

[...]

A publicidade promete sempre a mesma coisa: bem-estar, conforto, eficiência, felicidade e sucesso. Ela reflete uma cintilante promessa de satisfação. Como observa o sociólogo [francês] Pierre Kende [1927-], as mensagens publicitárias 'destinam-se ao que o indivíduo tem de mais íntimo, de menos confessável, explorando os desejos, as vaidades, as esperanças mais loucas. Falam-lhe a linguagem do sucesso, prometem libertá-lo de suas pequenas desgraças e o absolvem das culpas mais incômodas'. A publicidade distrai, ou diverte, mas quase nunca informa."

RAMONET, Ignacio. *Le monde diplomatique*. Edição brasileira, ano 2, n. 16, mai. 2001.

- Pesquise em jornais, revistas e na internet mensagens publicitárias e notícias atuais veiculadas nesses meios de comunicação. Depois, discuta com os colegas: de que forma elas exercem influência na vida de vocês?

COMPREENSÃO E ANÁLISE

Faça no caderno

1. Quais circunstâncias históricas levaram à expansão da civilização ocidental?
2. Leia o texto e responda às questões a seguir.

"[...] Não é natural, nem justo, que os países civilizados ocidentais se amontoem indefinidamente e se asfixiem nos espaços restritos que foram suas primeiras moradas, que neles acumulem as maravilhas das ciências, das artes, da civilização, que eles vejam, por falta de aplicações remuneradoras, a taxa de juro dos capitais cair em seus países cada dia mais e que deixem talvez a metade do mundo a pequenos grupos de homens ignorantes, impotentes, verdadeiras crianças débeis, dispersos em superfícies incomensuráveis, ou então a populações decrépitas, sem energia, sem direção, verdadeiros velhinhos incapazes de qualquer esforço, de qualquer ação ordenada e previdente."

MILL, Stuart *apud* LEROY-BEAULIEU, P. In: BEAUD, Michel. *História do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 232.

a) Qual visão de mundo apoia o trecho do texto do economista Stuart Mill? Comente as suas consequências.

b) Contextualize o texto e associe-o ao neocolonialismo do século XIX.

3. Escreva no caderno o nome adequado para cada uma das definições que seguem.

a) Comunidade culturalmente homogênea que desfruta de uma origem e uma história comum e se distingue de outras em virtude de certas características, como nacionalidade, língua, religião e tradições, e pelas aspirações semelhantes às do seu grupo.

b) Teoria que explica que os grupos sociais passam por estágios de evolução, cada um a seu tempo: do estágio primitivo à civilização. Essa teoria, que serviu para justificar a submissão de povos e a ocupação e exploração de seus territórios, é atualmente considerada obsoleta nos círculos acadêmicos.

c) Teoria que defende a ideia de que um indivíduo deve ser compreendido pelos outros nos termos do ambiente cultural em que vive e que nenhuma cultura é superior a qualquer outra. Dessa forma, não existe verdade absoluta: ela está circunscrita a cada cultura no âmbito de suas crenças, sua moral e seus costumes.

d) Pensamento e movimento que se propagou na Europa no século XVIII, pautado na razão e na ciência como forma de conhecimento, e que pregava ideais de liberdade e autonomia na vida em sociedade. Nesse sentido, o pensamento racional deveria prevalecer sobre as crenças religiosas e o misticismo, que impediam a evolução da humanidade.

ENEM E VESTIBULARES

1. (Uerj 2014) No I Congresso Mundial das Raças, ocorrido em Londres em 1911, o médico João Baptista de Lacerda ilustrou suas reflexões sobre a sociedade brasileira analisando a tela "A redenção de Cam", que retrata três gerações de uma família.

MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES, RIO DE JANEIRO (RJ)

A redenção de Cam (1895), de Modesto Brocos y Gomes.

Essa pintura foi utilizada na época para indicar a seguinte tendência demográfica no Brasil:

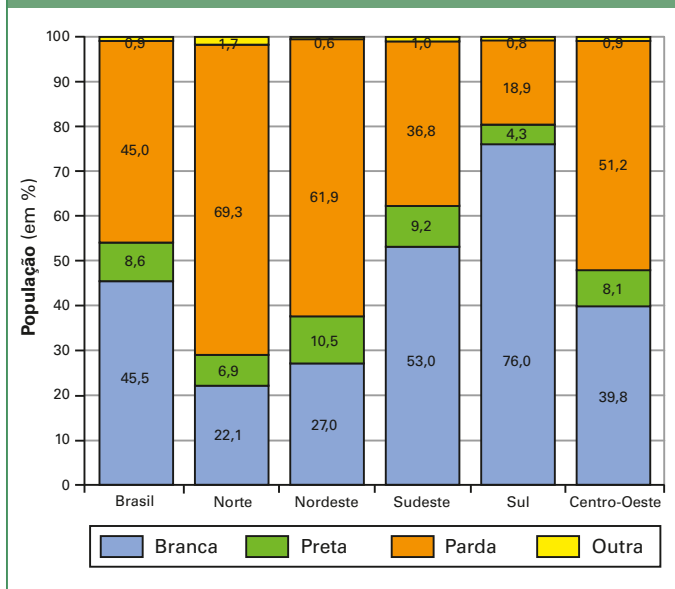
a) controle de natalidade.
b) branqueamento da população.
c) equilíbrio entre faixas etárias.
d) segregação dos grupos étnicos.

2. (Unioeste-PR 2012) Etnocentrismo é uma atitude em que os indivíduos reduzem todos os fenômenos sociais àqueles que conhecem. Considerando a afirmação acima, é INCORRETO afirmar que

a) os indivíduos fazem uma avaliação preconceituosa das outras culturas.
b) os indivíduos tendem a considerar o seu grupo social como superior aos demais grupos sociais.
c) os indivíduos possuem uma facilidade em ver e tolerar as diferenças sociais.
d) os indivíduos tendem a considerar um determinado modo de vida como o mais correto.
e) os indivíduos acreditam que a sua cultura é melhor que as outras e preferível a qualquer outra.

3 QUESTÃO ÉTNICA NO BRASIL: POVOS INDÍGENAS E AFRODESCENDENTES

Antes da chegada dos portugueses às terras que viriam a formar o território brasileiro já existia um mosaico étnico com a presença de diferentes **povos indígenas**. Com o início do processo de colonização no século XVI, **portugueses** foram ocupando o território e dominando e exterminando os povos nativos. A eles, somaram-se os milhões de **africanos**, trazidos à força para trabalhar como escravos, entre os séculos XVI e XIX. A partir de meados do século XIX, chegaram ao Brasil, para trabalhar na lavoura do café e, posteriormente, nas indústrias, grupos de imigrantes europeus (italianos, espanhóis, alemães, poloneses, além dos próprios portugueses) e asiáticos (árabes, japoneses, chineses). Assim, o Brasil é formado por grupos étnicos distintos, entre os quais ocorreu um intenso processo de **miscigenação** (figura 5). Apesar de terem em comum a língua – um vínculo marcante –, alguns grupos mantêm as suas tradições.

Figura 5. Brasil: distribuição percentual da população residente, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões – 2014

Fonte: IBGE. *Pnad 2014*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: nov. 2015.

POVOS INDÍGENAS

Dos indígenas que escaparam da escravidão – milhares resistiram ao trabalho imposto pelos portugueses –, muitos foram exterminados durante o processo de colonização e, posteriormente, em conflitos com fazendeiros, garimpeiros e outros grupos que invadiam suas terras. Além das mortes em conflitos, comunidades inteiras de indígenas foram aniquiladas ao contraírem as doenças trazidas pelo colonizador, como gripe, catapora e sarampo. Outras tiveram sua cultura descaracterizada pelos processos de aculturação.

Cálculos aproximados indicam que, quando da chegada dos portugueses, mais de 4 milhões de ameríndios viviam no que constituiu o atual território brasileiro. Eles formavam diferentes **nações** com costumes, crenças e forma de organização social e de sobrevivência próprias. Leia o *Entre aspas*.

O último censo registrou a presença de 896,9 mil indígenas vivendo no Brasil, distribuídos em 305 etnias e que usam 274 línguas diferentes. Apesar dessa drástica redução, a população indígena voltou a aumentar nas últimas décadas, o que muitos atribuem a uma maior atenção à causa indígena e à demarcação de algumas Terras Indígenas. O direito a um território próprio e ao seu modo de vida é o que garante a sobrevivência e reprodução dos povos indígenas.

Aculturação
Assimilação cultural resultante do contato entre indivíduos de povos diferentes, que pode ser ocasionada pela imigração, por intercâmbios comerciais ou pela dominação.

ENTRE ASPAS

Nação

Conjunto de pessoas que têm em comum o passado histórico, a língua, os costumes, determinados valores sociais, culturais e morais e, em alguns casos, a religião. Tudo isso confere à nação uma identidade cultural, uma consciência nacional, contribuindo, dessa forma, para que os seus indivíduos compartilhem determinadas aspirações, como o desejo de permanecerem unidos, de se promoverem em termos sociais e econômicos e de preservarem sua identidade nacional.

LEITURA

A questão do índio
Betty Mindlin e Fernando Portela. Ática, 2011.
Discute a situação atual dos povos indígenas no Brasil. Apresenta também um texto ficcional que narra a aventura de dois jovens na Amazônia.

CONEXÃO Língua Portuguesa

Erro de português

O escritor e dramaturgo paulistano Oswald de Andrade (1890-1954) foi um dos organizadores da Semana de Arte Moderna de 1922, ao lado da pintora Anita Malfatti (1889-1964), do também escritor Mário de Andrade (1893-1945) e de outros intelectuais e artistas da época.

A Semana de Arte Moderna de 1922, realizada em São Paulo, inaugurou o modernismo brasileiro. Teve como objetivo discutir a identidade nacional, compreender a cultura brasileira e os rumos das suas artes. Em 1928, Oswald escreveu o *Manifesto Antropofágico*, no qual propôs que o Brasil devorasse a cultura estrangeira e criasse uma cultura revolucionária própria. É dele a famosa frase "Tupy or not tupy, that is the question".

No poema a seguir, chamado "Erro de português", Oswald de Andrade faz uma crítica à imposição de uma cultura sobre a outra.

"Quando o português chegou
Debaixo de uma bruta chuva
Vestiu o índio
Que pena!

Fosse uma manhã de sol
O índio tinha despido
O português."

ANDRADE, Oswald de. *Poesias reunidas*.
Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974. p. 177.

- Discuta o significado de **vestir** e **despir** no poema.

SITE

Imagens – Instituto Socioambiental
http://img.socioambiental.org/v/publico/
Galeria com diversas imagens que registram grande parte dos indígenas brasileiros, seu cotidiano e modos de vida.

Vídeo nas aldeias
www.videonasaldeias.org.br/2009/video.php
A ONG apoia a produção audiovisual dos povos indígenas visando ao fortalecimento de suas identidades e de seus patrimônios territoriais e culturais. São mais de 70 filmes que retratam a vida indígena pelo olhar desses povos.

O **universo indígena** brasileiro é bastante diverso. Algumas nações indígenas mantêm a sua identidade e as suas tradições, apesar de terem algum grau de contato com o restante da sociedade. Há também nações que só falam o português e adquiriram hábitos da civilização ocidental, como o consumo de produtos industrializados (figura 6). Existem, ainda, alguns grupos indígenas que se mantêm isolados em áreas próximas às fronteiras ou de difícil acesso, sem nenhum contato com outras comunidades.

LUCIOLA ZVARICK/PULSAR IMAGENS

Figura 6. Jovem da etnia Kadiwéu com celulares na Aldeia Alves de Barros, em Porto Murtinho (MS), 2015.

LEITURA E DISCUSSÃO

Tecnologia e cosmologia

"Seriam 'índios de verdade' aqueles que mantêm intacta a produção (e não necessariamente o uso) desses bens materiais com suas tecnologias 'primitivas'; e deixariam de ser índios aqueles que passam a conviver e usufruir do alto grau de desenvolvimento conquistado pelos povos ocidentais. Essa noção se sedimentou ao longo de séculos, e por muito tempo a Antropologia foi associada à ciência que colecionava para museus a cultura material de povos fadados ao desaparecimento.

Chegamos ao século XXI e os índios estão cada vez mais em contato com a sociedade não indígena; isto não os impede de aplicar conceitos próprios sobre o universo e seus seres, renovar suas formas de classificação dos espaços geográficos, fazer referência a narrativas sobre experiências vividas por seus antepassados ou explicar e combater malefícios ou doenças com um vasto repertório de curas que não estão ao alcance de médicos especialistas. Se isso tudo continua vivo é porque faz muito sentido para a manutenção da organização social e cosmológica dessas populações.

Essa constatação é recente e a noção de 'cultura' ampliou-se quando introduziu o conceito de 'cultura imaterial'. Trata-se de admitir como parte do patrimônio cultural de um povo as suas expressões orais, as práticas sociais, os conhecimentos associados à natureza e ao universo, os usos desses conhecimentos e as técnicas tradicionais."

Instituto Socioambiental (ISA). *Almanaque Socioambiental*: Parque Indígena do Xingu 50 anos. São Paulo: ISA, 2011. p. 244-245.

Cosmologia
No texto, significa o conjunto de conhecimentos de cada povo que explicam o seu universo.

- Qual a sua opinião sobre o uso de tecnologias pelos povos indígenas? O indígena quando usa tecnologia deixa de ser indígena?

• Terras Indígenas

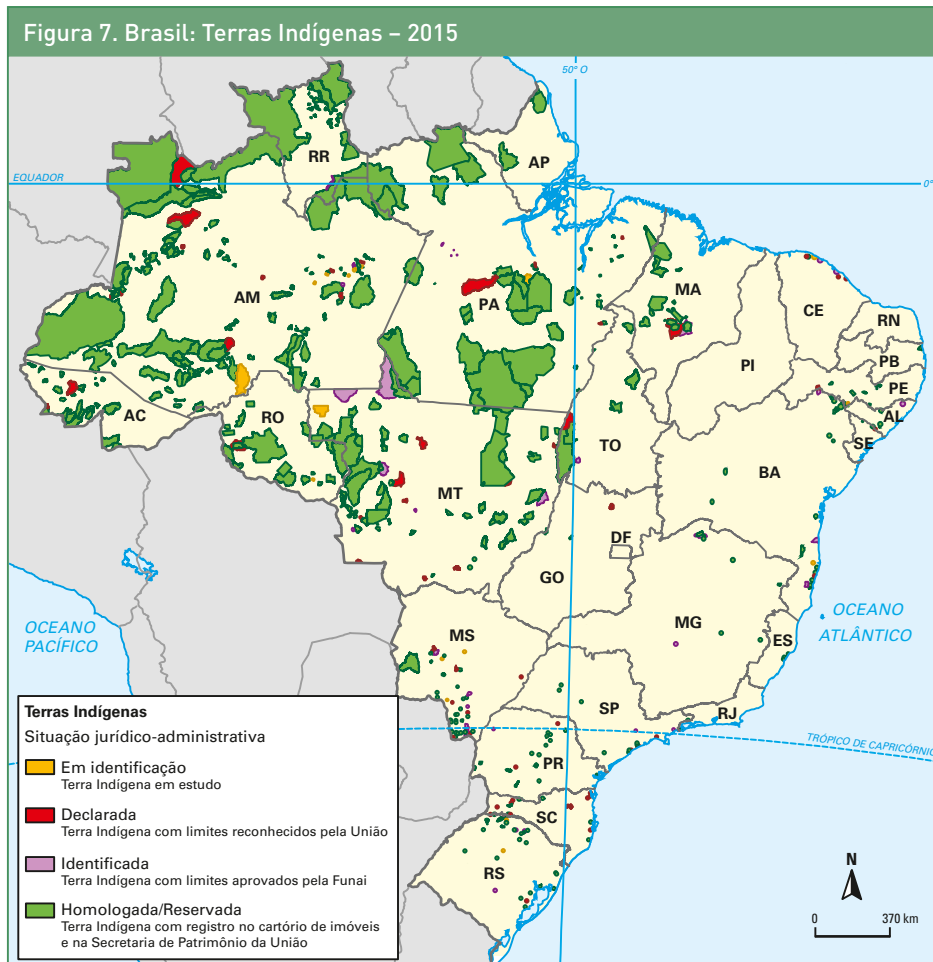
De acordo com o Instituto Socioambiental (ISA), as 703 Terras Indígenas no Brasil cobrem 13,6% do território (figura 7, na página seguinte). Boa parte dessas terras, no entanto, ainda não foi demarcada. De acordo com a lei, as terras demarcadas são de uso exclusivo e posse das populações indígenas, que asseguram para si o direito sobre a exploração dos recursos naturais nelas existentes.

Terras demarcadas
Trata-se do processo de demarcação oficial das Terras Indígenas, realizado após o reconhecimento, pela União, dos seus limites territoriais. Essa etapa ocorre entre a declaração e a homologação.

De acordo com a Constituição de 1988, as Terras Indígenas são porções do território habitadas por um ou mais grupos indígenas e consideradas essenciais à preservação dos recursos necessários a sua sobrevivência, reprodução física e cultural. Nelas, as comunidades nativas têm o direito de utilizar o solo, os rios, os lagos e as demais riquezas naturais existentes.

A Constituição reconheceu os direitos dos povos indígenas como primeiros habitantes de suas terras e estabeleceu que elas fossem demarcadas até 1995. No fim da segunda década do século XXI, esse processo encontra-se ainda em andamento, muitas vezes envolvendo grandes conflitos.

As Terras Indígenas são frequentemente invadidas pelas grandes empresas madeireiras, por garimpeiros e agropecuaristas, entre outros grupos. Essas atividades, mesmo quando praticadas próximo às Terras Indígenas, comprometem o meio ambiente e constituem uma ameaça à subsistência desses povos.

Figura 7. Brasil: Terras Indígenas – 2015

Fonte: ISA. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/c/terras-indigenas/demarcacoes/localizacao-e-extensao-das-tis>. Acesso em: fev. 2016.

A maioria da população indígena vive na **Amazônia** (figura 8). Nessa região, ainda ocupa grandes extensões de terra e preserva seu modo de vida tradicional. Em outras regiões, especialmente no Centro-Sul do Brasil, as terras são menores e algumas vezes abrigam aldeias muito povoadas. Em áreas insuficientes para prover o sustento e a sobrevivência da comunidade, indígenas recorrem às cidades próximas em busca de recursos e de trabalho. Essa integração forçada os coloca em situação de marginalidade no novo meio.

RICARDO TELES/PULSAR IMAGENS

Figura 8. O Parque Indígena do Xingu, criado em 1961 (inicialmente como Parque Nacional do Xingu), foi a primeira Terra Indígena homologada no Brasil. Situado no sul da Amazônia, no Mato Grosso, ocupa atualmente 30.000 km^2 e abriga 16 etnias e mais de 5 mil habitantes. Na imagem, indígenas da aldeia Kamayurá, no Parque Indígena do Xingu (MT), 2014.

FILME

Xingu

De Cao Hamburger. Brasil, 2012. 102 min.

Os irmãos Orlando, Cláudio e Leonardo Villas Bôas partem numa missão desbravadora ao se alistar no programa de expansão na região do Brasil central, incentivados pelo governo. Essa expedição resultou na fundação, em 1961, do Parque Nacional do Xingu (atual Parque Indígena do Xingu), a primeira Terra Indígena do Brasil.

SITE

Instituto Socioambiental (ISA)

www.socioambiental.org

O ISA é uma ONG cujas ações visam a defesa dos bens e direitos sociais, o meio ambiente, o patrimônio cultural e os direitos dos povos indígenas do Brasil.

***Blog* de Marcos Terena**

www.marcosterena.blogspot.com

Documentos, artigos e vários *links* de vídeos sobre a população indígena. O indígena Marcos Terena criou o primeiro movimento indígena no Brasil e foi responsável pela organização da Conferência Mundial dos Povos Indígenas sobre território, meio ambiente e desenvolvimento, ocorrida na Conferência Rio-92.

AFRODESCENDENTES

Os africanos trazidos como escravos para o Brasil eram principalmente **sudaneses** (Iorubás, Jejes, Malês, Ibos, entre outros) e **bantos** (como Cabindas, Bengalas, Banquistas, Tongas) de Angola e Moçambique.

Calcula-se que, durante o período de escravidão (da primeira metade de 1500 até 1888), foram capturados e trazidos para o Brasil cerca de 5 milhões de africanos, que entravam no país principalmente pelos portos de Salvador, Recife e Rio de Janeiro. Aqui, trabalharam na lavoura de cana-de-açúcar, de algodão, de café e na mineração, além de realizar outras atividades, como trabalhos domésticos e de ofício (carpinteiros, pintores, pedreiros, ourives etc.).

O Brasil foi o último país ocidental a abolir a escravidão, o que ocorreu há pouco mais de um século, em 1888. Apesar de libertos, os ex-escravizados, deixados à própria sorte, continuaram em situação desfavorável. Nessa época, estimulava-se a imigração e os postos de trabalho eram ocupados principalmente por europeus, que em geral já desenvolviam em seus países de origem atividades na lavoura, no comércio e na indústria.

O Brasil é o país que abriga a maior população negra fora da África: dados do IBGE de 2014 indicam que a população que se declara preta e parda (53,6%) supera a população que se declara branca (45,5%) (reveja a figura 5). No entanto, os afrodescendentes enfrentam inúmeras dificuldades, consequência das desigualdades sociais e do preconceito.

CONEXÃO

História • Língua Portuguesa

Pestana

Os trabalhos do paulista Maurício Pestana (1963-), autor do cartum ao lado, destacam-se na defesa dos direitos humanos, da cidadania e denunciam o racismo presente em parte da sociedade brasileira.

- Comente a crítica expressa no cartum. Cite acontecimentos históricos na sua argumentação.

MAURÍCIO PESTANA

PESTANA, Maurício. *Racista Eu!? De jeito nenhum...* São Paulo: Escala, 2001. p. 22.

• Racismo no Brasil?

A origem étnica dificulta a inserção do indivíduo no mercado de trabalho. Os afrodescendentes são os mais atingidos pelo desemprego e grande parte dos que são empregados exerce atividades de baixa qualificação. Em consequência, no geral, moram em lugares mais distantes do local de trabalho, nas periferias, onde dispõem de serviços básicos (saúde, educação, saneamento etc.) precários e de opções de lazer escassas.

No Brasil, os indicadores sociais demonstram que afrodescendentes ganham salários menores que os brancos e têm menor grau de escolaridade. Veja a tabela.

Brasil: desigualdade segundo a cor da pele – 2014			
	Brasil	Brancos	Negros*
População total	203,2 milhões**	45,5%	53,6%
Proporção da população de 10 anos ou mais de idade entre os 10% com menores rendimentos.	–	22,8%	76,0%
Proporção da população de 10 anos ou mais de idade entre o 1% com maiores rendimentos.	–	79,6%	17,4%
Proporção dos estudantes de 18 a 24 anos de idade que frequentam o ensino superior.	58,5%	71,4%	45,5%
Proporção da população com 16 anos ou mais idade ocupada em emprego informal.	42,3%	35,3%	48,4%

Fonte: IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira 2015*. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: fev. 2016.

* A categoria negro aqui utilizada resulta da soma das categorias preto e pardo, utilizadas pelo IBGE.
** Inclui os outros grupos.

Racista, eu!? De jeito nenhum...
De Maurício Pestana.
Escala, 2001.

Seleção de cartuns do autor dedicados a denunciar as desigualdades sociais e étnica/raciais e o racismo no Brasil.

Além da raiz histórica – marcada por quase quatro séculos de escravidão –, a situação de desigualdade social entre brancos e afrodescendentes se mantém em função da educação pública deficiente, do difícil acesso às informações que estão associadas às novas tecnologias (computador, serviços de banda larga, internet etc.), da necessidade de jovens terem que ajudar na complementação da renda familiar e do preconceito. Dessa forma, é negado aos afrodescendentes – e também aos indígenas – o princípio básico das sociedades democráticas, que é a igualdade de oportunidades.

Segundo a atual Constituição brasileira, o racismo é considerado crime. Para a punição às atitudes racistas, é necessário o testemunho de uma terceira pessoa e de registro de ocorrência policial. Muitas vezes, no entanto, o racismo não é manifestado abertamente. É difícil, por exemplo, comprovar que um emprego foi negado a determinada pessoa em função da cor de sua pele. Veja a figura 9.

A pressão dos movimentos sociais, especialmente do movimento negro, e o reconhecimento inegável que as diferenças sociais e econômicas são visíveis pela cor da pele impulsionaram a implementação de ações afirmativas no Brasil.

REJANE CARNEIRO/AGÊNCIA A TARDE/ESTADÃO

Figura 9. A baiana Luislinda Valois Santos tornou-se em 1984 a primeira juíza afrodescendente do Brasil e também proferiu a primeira sentença contra racismo, responsável pela condenação de um supermercado a indenizar uma empregada doméstica afrodescendente acusada injustamente de furto. Fotografia de 2009.

• Ações afirmativas

As desigualdades existentes entre os diferentes grupos étnicos – criadas historicamente pela sociedade e pelo próprio Estado – existem em todo o mundo. Visando corrigi-las, têm sido empregadas diferentes ações, ao longo dos anos. Um exemplo é a política de **ações afirmativas** ou **discriminação positiva**. Leia o *Entre aspas*.

As ações afirmativas de combate à discriminação racial e de melhoria das condições de vida da população negra foram adotadas em diferentes países, como os Estados Unidos e a África do Sul, após o fim do ***apartheid***[2], e estão sendo implementadas também no Brasil. Algumas começaram a ser aplicadas, como o estabelecimento de **cotas** para afrodescendentes e indígenas nas universidades e nos serviços públicos.

ENTRE ASPAS

Ação afirmativa

O termo "ação afirmativa" foi empregado no início da década de 1960 pelo presidente John F. Kennedy (1917-1963) para designar o conjunto de políticas que visava combater a discriminação de raça, gênero, credo etc., e corrigir efeitos presentes da discriminação, garantindo a igualdade de oportunidade nos postos de trabalho. Em 1964, seu sucessor, Lyndon B. Johnson (1908-1973), promulgou a Lei de Direitos Civis e implementou políticas de ações afirmativas destinadas à promoção social dos cidadãos afro-estadunidenses. Essas políticas justificavam-se pelo reconhecimento da necessidade de reparar a discriminação racial persistente nos Estados Unidos desde que o Congresso pôs fim à escravidão, em 1865.

SITE

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)

http://www.seppir.gov.br/sobre/perguntas-frequentes

A SEPPIR promove a igualdade e a proteção de grupos étnicos afetados por formas de intolerância. Apresenta informações sobre ações afirmativas, legislação e notícias sobre o tema.

• Cotas nas universidades públicas

O sistema de **cotas nas universidades públicas** é a mais polêmica das ações afirmativas postas em prática. Ele visa diminuir a distância entre negros e brancos no ensino superior (reveja os dados da tabela anterior).

Aqueles que as combatem argumentam que o sistema fere o princípio constitucional de igualdade entre os cidadãos e estimula a **cisão racial**[3] no país, opondo os afro-brasileiros aos brancos. Defendem que o governo deveria investir no ensino público fundamental e médio de qualidade, criando as condições necessárias para que a população pobre (independentemente da cor da pele) possa competir por vagas nas universidades em igualdade de condições. Acrescentam ainda que as cotas se tornaram uma solução mais fácil e menos onerosa e servem para mascarar a real situação do ensino do país. Argumentam que é uma das funções do ensino superior a formação de profissionais capacitados ao desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica. Portanto, a universidade pública deve ser uma instituição de excelência, cuja seleção deve ter como critério o mérito e o potencial dos ingressantes, para que possa atender a essas finalidades.

Os que defendem as cotas nas universidades públicas alegam que o sistema é uma medida essencial para resolver a **exclusão racial** em curto prazo e que já existem na sociedade brasileira "cotas invisíveis" contempladas pela população branca. Acrescentam que a política de cotas nas universidades destinada à população afrodescendente é vista como uma forma de saldar uma dívida histórica da sociedade, considerando o seu passado escravista. Concordam que a reserva de vagas aos afrodescendentes é uma medida emergencial e necessária, pois a melhoria do ensino público básico depende de investimento e manutenção de políticas adequadas por sucessivos governos.

Nesse sentido, as opções dadas pelos que são contrários às cotas transferem para o futuro a solução dos problemas causados pela desigualdade étnica e social. Não apontam qualquer solução para aqueles que almejam (e necessitam) ter agora o acesso à universidade pública.

---

2 O *apartheid* é abordado no *Capítulo 3* deste volume.

3 O termo "racial" é usado aqui em seu contexto social: geneticamente não há raças, mas socialmente está associado à discriminação pela cor da pele (veja a seção *Ponto de Vista* no fim do capítulo).

Muitos defensores das cotas consideram que as outras medidas propostas pelos opositores também devem ser incorporadas. Mas defendem que as duas formas de combater a exclusão não são antagônicas. As cotas têm efeito imediato, e precisam de certo tempo para ser avaliadas, as outras propostas demandam tempo e vontade política para a sua aplicação.

Em 2012, foi aprovada a lei (válida por 10 anos) que assegura metade das vagas dos cursos nas universidades e escolas técnicas federais a estudantes de escolas da rede pública. Garante, também, que a distribuição das vagas entre os cotistas deve observar critérios como renda familiar e uma repartição entre afrodescendentes e indígenas, proporcional à composição numérica desses grupos em cada estado. Veja as figuras 10 e 11.

Quilombo
Esse tipo de povoação e organização social representou a mais importante forma de resistência à escravidão, onde os afrodescendentes procuravam também reproduzir seus modos de vida, com uma organização política e uma estrutura social próprias. O quilombo mais famoso foi o dos Palmares, situado no atual estado de Alagoas.

ROBERTO JAYME/UOL/FOLHAPRESS

ANDERSON BARBOSA/FOTOARENA/FOLHAPRESS

Figuras 10 e 11. À esquerda, estudantes de escolas particulares do Distrito Federal protestam na Praça dos Três Poderes, em Brasília (DF), contra as cotas para estudantes da rede pública de ensino em universidades federais. À direita, manifestação a favor das cotas em São Paulo (SP). Fotografias de 2012.

• Comunidades quilombolas

As **quilombolas** ou **comunidades remanescentes de quilombos** foram formadas por escravizados fugitivos e também ex-escravizados que receberam doações ou conseguiram comprar terras. As comunidades quilombolas foram formadas em fazendas abandonadas; terras doadas pelo Estado – por serviços prestados principalmente em guerras; terras antes ocupadas por ordens religiosas e deixadas às comunidades negras locais. Existem 2.648[4] dessas comunidades espalhadas por praticamente todo o território brasileiro, certificadas pela Fundação Cultural Palmares[5]. Em geral estão situadas em áreas rurais e relativamente isoladas, mas há também comunidades em áreas urbanas. Veja a figura 12.

CESAR DINIZ/PULSAR IMAGENS

Figura 12. Habitantes de Rio de Contas (BA) reúnem-se para a festa de São Sebastião na comunidade remanescente do Quilombo da Barra, em 2014.

4 Dados da Fundação Cultural Palmares de dezembro de 2015.

5 A Fundação Cultural Palmares é uma entidade ligada ao Ministério da Cultura, criada em 1988, com a finalidade de promover e preservar a arte e a cultura afro-brasileiras.

A Constituição de 1988, após 100 anos da abolição da escravidão, garantiu o direito legítimo das Terras Quilombolas aos membros da comunidade. No entanto, nem todas receberam titulação definitiva que lhes garantam a propriedade das terras.

Em 2008, ocorreu uma mudança no procedimento de certificação das terras comunitárias, com intenção de restringir o título de propriedade às áreas onde estão instaladas as habitações. Tal medida impede que essas comunidades tenham acesso aos recursos naturais necessários à sua existência material e cultural. Também cria uma série de obstáculos burocráticos para a formalização do processo de titulação.

Além de lutarem para manter e legalizar suas terras, as comunidades quilombolas têm outros desafios, relacionados à estruturação de práticas de exploração de recursos naturais e agrícolas pautadas no desenvolvimento sustentável, à preservação de seus valores culturais, à valorização da sua produção artesanal e à formação de associações que garantam maior capacidade de mobilização para as comunidades.

SITE

Comunidades quilombolas do Brasil
www.cpisp.org.br/comunidades/html/i_brasil.html
Conheça um pouco da história e da vida dessas comunidades e outras informações sobre elas.

OLHO NO ESPAÇO

Mapa da Violência

O Mapa da Violência tem como foco fazer um levantamento da violência letal, principalmente relacionada à juventude. O trabalho é realizado desde 1998, encabeçado pelo pesquisador argentino Julio Jacobo Waiselfisz, graduado em Sociologia pela Universidade de Buenos Aires e mestre em Planejamento Educacional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A publicação é uma sistematização feita com base em dados nacionais e internacionais sobre a mortandade por armas de fogo e suas principais vítimas por idade, sexo e cor. Analise a tabela, que traz dados do Mapa da Violência de 2015.

Brasil: número de homicídios com armas de fogo por raça/cor

Região	Homicídios por armas de fogo			
	Branca		Negra	
	2003	2012	2003	2012
Norte	277	385	1.370	3.433
Nordeste	905	1.215	6.228	13.647
Sudeste	8.530	4.346	10.516	7.824
Sul	2.826	3.923	599	1.084
Centro-Oeste	686	763	1.578	2.958
Brasil	13.224	10.632	20.291	28.946

Fonte: WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2015*: os novos padrões da violência homicida no Brasil. Brasília: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2015. p. 83.

- O que os dados mostram sobre o número de homicídios entre brancos e negros no Brasil? Qual a situação da região em que você vive?

PONTO DE VISTA

O uso do termo raça

"Do ponto de vista científico, o termo raça possui duas acepções básicas. A primeira refere-se a seu uso sociológico – designa um grupo humano ao qual se atribui determinada origem e cujos membros possuem características mentais e físicas comuns. Note-se que, nesse caso, o termo está na verdade designando as características políticas ou culturais desse grupo, decorrentes de sua história comum; do ponto de vista biológico, porém, tal designação não apresenta nenhum fundamento.

Na segunda acepção, de cunho biológico, a palavra raça designa um grupo de indivíduos que têm uma parte importante de seus genes em comum, e que podem ser diferenciados dos membros de outros grupos a partir desses genes. Entende-se raça, pois, como uma população que possui um estoque ou patrimônio genético próprio. Sua reprodução se dá sem a admissão, ou com uma admissão pouco significativa, de genes pertencentes a outros grupos. Entretanto, se a admissão torna-se forte, como no caso de uma invasão ou migração, pode formar-se uma nova raça. É nessas condições que os grupos humanos chegam, em certas condições, a se diferenciar biologicamente uns dos outros. Mas essas diferenças são tão insignificantes que não interferem no processo de interfecundidade dos grupos humanos.

Como vimos, comparar e classificar os seres humanos não é, em si, errado. Conhecer é, em certo sentido, comparar e classificar as coisas que existem. Portanto, aceitar uma classificação racial ou os princípios de uma tipologia racial não significa por si só aceitar ou adotar conceitos racistas.

Entretanto, esse exercício classificatório aparentemente inofensivo pode tomar uma conotação racista quando, além de classificar os indivíduos, também hierarquizamos os grupos humanos de acordo com juízos de valor que tomam a raça como fator causal. Configura-se então um processo chamado de racialização, que implica a ideia de superioridade de um grupo em relação a outro, com base em preconceitos referentes a características físicas ou culturais."

BORGES, Edson; MEDEIROS, Carlos Alberto; D'ADESKY, Jacques. *Racismo, preconceito e intolerância*... São Paulo: Atual, 2009. p. 44-45.

Acepção
Significação de um termo ou palavra de acordo com o contexto em que estão empregados.

ACERVO ARTÍSTICO DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, CAMPOS DO JORDÃO (SP)

Na obra *Operários* (1933), a artista Tarsila do Amaral (1886-1973) faz um mosaico de rostos que representam a diversidade dos operários brasileiros. Subjacente à individualidade da aparência está a singularidade genética que caracteriza cada ser humano.

1. Do ponto de vista científico, quais são os dois significados básicos para o termo raça?
2. De acordo com o texto, "aceitar uma classificação racial ou os princípios de uma tipologia racial não significa por si só aceitar ou adotar conceitos racistas". Como se explica, então, o racismo?

COMPREENSÃO E ANÁLISE

Faça no caderno

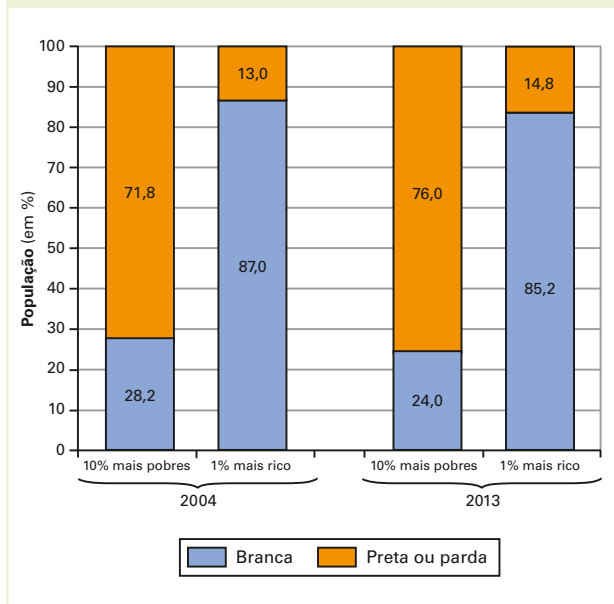
2

1. Interprete o cartum a seguir.

MAURÍCIO PESTANA

PESTANA, Maurício. *Racista, eu!? De jeito nenhum...* São Paulo: Escala, 2001. p. 95.

2. Observe os gráficos.

Brasil: rendimento familiar *per capita* das pessoas de 10 ou mais anos de idade entre os 10% mais pobres e o 1% mais rico, em relação ao total de pessoas, por cor ou raça* – 2004/2013

SONIA VAZ

Fonte: *Síntese dos Indicadores Sociais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2014, p. 155.

* Exclusive a população de cor ou raça amarela, indígena ou ignorado e população sem rendimentos e sem declaração de rendimentos.

Analise o rendimento familiar *per capita* de acordo com a classificação de cor ou raça, utilizada pelo IBGE, e as mudanças apontadas no período.

3. A tabela a seguir apresenta a evolução da população ameríndia no Brasil, entre 1500 e 2010. Observe os dados e explique as alterações no início da colonização e nas últimas décadas.

Brasil: evolução da população ameríndia – 1500-2010

Ano	Ameríndios
1500	4.500.000*
1890	440.000*
1990	280.000
2000	134.100
2010	817.900

*Estimativa.

Fonte: IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: fev. 2016.

ENEM E VESTIBULARES

- (Enem 2014)

"Parecer CNE/CP n. 3/2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Procura-se oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas. Propõe a divulgação e a produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial – descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos igualmente tenham seus direitos garantidos."

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <www.semesp.org.br>. Acesso em: 21 nov. 2013 (adaptado).

A orientação adotada por esse parecer fundamenta uma política pública e associa o princípio da inclusão social a

a) práticas de valorização identitária.
b) medidas de compensação econômica.
c) dispositivos de liberdade de expressão.
d) estratégias de qualificação profissional.
e) instrumentos de modernização jurídica.

CONFLITOS ÉTNICO--NACIONALISTAS E SEPARATISMO

CONTEXTO

Nações e nacionalismo no novo século

"Atualmente existe uma ampla literatura acadêmica a respeito da natureza e da história das nações e do nacionalismo, produzida sobretudo desde a publicação de diversos textos seminais, na década de 1980. A partir daí, o debate sobre o tema tem sido contínuo. Contudo, como estamos na entrada do século XXI, uma breve pausa pode ser útil para considerarmos as notáveis mudanças históricas que ocorreram nas últimas décadas e que provavelmente o afetarão. A principal delas é o surgimento de uma era de instabilidade internacional iniciada em 1989, cujo fim ainda não se pode prever. Esse é o propósito da presente nota.

[...] Desde 1989, e pela primeira vez na história europeia desde o século XVIII, deixou de existir um sistema de poder internacional. As tentativas unilaterais em prol do estabelecimento de uma ordem global até aqui não tiveram êxito. Enquanto isso, a década de 1990 viu uma notável balcanização de grandes regiões do Velho Mundo, sobretudo por meio da desintegração da União Soviética e dos regimes comunistas nos Bálcãs, o que provocou a maior ampliação no número de Estados soberanos internacionalmente reconhecidos desde a descolonização dos impérios europeus entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a década de 1970. A composição das Nações Unidas aumentou em 33 países (mais de 20%) desde 1988. Esse período viu também o aumento dos chamados 'Estados falidos', onde ocorre o virtual colapso da efetividade dos governos centrais, ou uma situação endêmica de conflito armado interno, em diversos Estados nominalmente independentes em certas regiões, notadamente a África e a região dos Estados ex-comunistas, mas também em pelo menos uma área da América Latina. [...].

Essa instabilidade é dramaticamente acentuada pelo declínio do monopólio da força armada, que já não está nas mãos dos governos. A Guerra Fria deixou em todo o mundo um enorme suprimento de armas pequenas, mas muito potentes, e outros instrumentos de destruição para usos não governamentais, que podem ser facilmente adquiridos com os recursos financeiros disponíveis no gigantesco e incontrolável setor paralegal da economia capitalista global, em fantástica expansão. A chamada 'guerra assimétrica' que aparece nos debates estratégicos atuais dos Estados Unidos consiste precisamente na capacidade desses grupos armados não estatais de sustentar-se quase que indefinidamente em luta contra o poder do Estado, nacional ou estrangeiro."

HOBSBAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 86-87.

1. Que acontecimento ocorrido em 1989 inaugurou, de acordo com o texto, uma nova era de instabilidade?
2. Qual a provável razão do aumento do número de países integrantes da Organização das Nações Unidas?
3. Explique a expressão "guerra assimétrica".

Seminal
Inovador.

Balcanização
O termo faz referência aos diversos conflitos étnico-nacionalistas que ocorreram e ocorrem na Península Balcânica; sua origem está relacionada ao desmembramento da ex-Iugoslávia e a palavra é utilizada para se referir aos movimentos separatistas que se alastraram em diversas partes do mundo.

1 GLOBALIZAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO

Nas últimas décadas do século XX, ao mesmo tempo em que se intensificava o processo de globalização, ampliavam-se os conflitos étnico-nacionalistas, muitos deles relacionados a movimentos separatistas. A ampliação desses conflitos revela uma situação aparentemente contraditória. Ao mesmo tempo em que a reprodução da modernidade, em nível global, tende a homogeneizar hábitos – por meio do consumo e da indústria cultural – e a integrar mercados – por meio das organizações supranacionais –, diversos povos reforçaram sua identidade étnica, lutando e conquistando a **autonomia nacional**, fragmentando o mundo num número cada vez maior de países. Leia o *Entre aspas*.

Os conflitos étnico-nacionalistas estão relacionados, de modo geral, à formação de países que abrigam diversas nações (**multinacionais ou multiétnicos**). São conflitos históricos, de origens diversas, que, em alguns casos, se aguçaram com o final da Guerra Fria e o enfraquecimento do bloco socialista, como foi o caso dos países do Leste europeu, após a desintegração da ex-União Soviética e a perda de sua área de influência.

Os principais fatores que motivam as lutas separatistas de cunho **nacionalista** são a não aceitação das diferenças étnicas e culturais, a existência de privilégios impostos pela supremacia de um grupo sobre outro, os interesses econômicos de determinados grupos sociais e o desejo das nações de constituírem seus próprios Estados.

Visões nacionalistas extremistas pregam o uso da força para defender seus interesses e consideram o outro, em função das diferenças étnicas, como inimigo e adversário. Nessa concepção, o nacionalismo confunde-se com o racismo e a xenofobia. Foi essa concepção de nacionalismo que Hitler colocou em prática na Alemanha nazista de 1933 a 1945 (figura 1).

ENTRE ASPAS

Nacionalismo

Trata-se de um sentimento de consciência coletivo de pertencer a uma nação, ou seja, de compartilhar uma língua, cultura, valores sociais e uma região geográfica carregada de significados históricos. O nacionalismo é a força que une um conjunto de pessoas que aspiram o domínio de um território comum e preservação da sua identidade nacional. Muitas vezes, o nacionalismo ao glorificar virtudes nacionais é usado para subestimar e excluir os direitos de outras nacionalidades.

Xenofobia
O termo é usado aqui para referir-se às formas de preconceito étnico, cultural e a grupos minoritários estrangeiros.

HULTON-DEUTSCH COLLECTION/CORBIS/FOTOARENA

Figura 1. Multidão saúda líder nazista Adolf Hitler durante discurso no estádio Nuremberg, Alemanha, em 1937.

2 CONFLITOS ÉTNICO-NACIONALISTAS NA EUROPA

Os conflitos étnico-nacionalistas na Europa, multiplicados no final do século XX, devem ser analisados nos contextos histórico-geográficos em que se desenvolveram. Alguns existem há séculos e se relacionam aos processos de incorporação dos territórios de outros grupos, como é o caso da dominação inglesa sobre os irlandeses e escoceses, e da espanhola sobre os bascos e catalões.

Os confrontos mais violentos ocorreram na ex-Iugoslávia, na Península Balcânica. A origem das hostilidades étnicas nesse país remonta à época da expansão dos impérios Otomano e Austro-Húngaro e da sua decomposição no início do século XX. Esses impérios controlavam diversas nações, que foram agrupadas num único Estado no pós-Segunda Guerra – situação responsável pela instabilidade nas fronteiras dessa região.

CONFLITOS NOS BÁLCÃS

Já no século XV, quando foi ocupada pelo Império Turco-Otomano, a região da **Península Balcânica** era alvo de disputas. No final do século XIX, foi a vez de o Império Austro-Húngaro conquistar boa parte das terras que posteriormente formariam a **Iugoslávia**, que significa "eslavos do sul".

A população iugoslava era composta de várias nações e algumas delas encontravam-se espalhadas por praticamente todas as seis repúblicas que formavam o país: Eslovênia, Croácia, Macedônia, Bósnia-Herzegovina, Sérvia e Montenegro. Além disso, predominavam três religiões (a muçulmana, a cristã ortodoxa e a católica romana) e falavam-se diversos idiomas (o sérvio-croata, o esloveno, o albanês, o húngaro, o macedônio e a língua bósnia).

Os conflitos entre as diferentes nações que formavam a Iugoslávia eram frequentes. Durante a Segunda Guerra Mundial, as diferenças foram amenizadas devido à ocupação nazista da região. Para combater a invasão, formou-se um movimento de resistência (***partisans***) que uniu os eslavos do sul (figura 2).

Ao final da guerra, em 1945, foi instaurada a **República Popular da Iugoslávia**, sob a liderança do chefe do Partido Comunista e da resistência, **Josif Bros Tito** (1892-1980), conhecido como Tito. Em 1963, passou a se chamar **República Socialista Federativa da Iugoslávia**.

KEYSTONE/HULTON ARCHIVE/GETTY IMAGES

Figura 2. Guerrilheiras antinazistas na Iugoslávia, 1944. Em toda a Europa ocupada pelos exércitos nazifascistas, a população civil constituiu grupos de combatentes clandestinos para resistir à ocupação por meio da guerrilha, tendo papel fundamental na guerra.

Com a morte de Tito e as transformações ocorridas no Leste europeu após o fim da União Soviética, as várias nações integradas à República Iugoslava passaram a reivindicar independência. O governo central da República, composto majoritariamente por sérvios, se opôs aos **movimentos separatistas** e usou o poderio militar da federação iugoslava para tentar impedir a independência dessas repúblicas.

Apesar disso, em junho de 1991, a Eslovênia e a Croácia declararam a independência, que foi reconhecida pelo governo central após breve período de violentos conflitos. A Macedônia seguiu o mesmo caminho alguns meses depois. Nesse caso, não houve guerra. Em abril de 1992, a Bósnia-Herzegovina, de maioria muçulmana, também declarou independência, dando origem ao mais violento conflito da região balcânica: a **Guerra da Bósnia**. Finalmente, em 1995 conquistou sua independência.

Em fevereiro de 2003, num claro sinal de que a solução para os problemas étnicos era bastante complexa, o Parlamento da Iugoslávia, com o acompanhamento da União Europeia, aprovou a constituição do novo Estado da Sérvia e Montenegro. Esse novo Estado foi desmembrado novamente em 2006, com a constituição de duas repúblicas. Montenegro foi reconhecido internacionalmente, inclusive pela Sérvia, e tornou-se o 192º membro da ONU[6] (figura 3).

Figura 3. Estados formados da antiga Iugoslávia – 2011

Fonte: LACOSTE, Yves. *Géopolitique*: la longue histoire d'aujord'hui. França: Larousse, 2009. p. 253; *Unsere Welt-Mensch und Raum*. Berlim: Cornelsen, 2011. p. 83.

Observe que, neste mapa, Kosovo aparece como país. Até o início de 2016, porém, não tinha o reconhecimento da maioria dos países do mundo, entre eles a Rússia, a Sérvia e o Brasil. Kosovo aparece nos mapas franceses, mas não nos brasileiros. Conquistou autonomia, mas de fato ficou sob a tutela da ONU.

FILME

Terra de ninguém

De Danis Tanovic. Eslovênia/Bélgica/França/Itália/Reino Unido, 2001. 98 min.

O filme mostra a circunstância inusitada em que, na Guerra da Bósnia, dois soldados inimigos, um bósnio e outro sérvio, encontram-se na mesma trincheira. Além de tratar da rivalidade étnica e da violência da guerra, ironiza o papel da ONU no conflito.

6 Desde o início de 2016, 193 países integram a ONU. Em 2011, o Sudão do Sul tornou-se o 193º membro da organização.

• Guerra da Bósnia

A Bósnia-Herzegovina era a república iugoslava mais heterogênea. Atualmente, é composta de cerca 48% de bósnios, 32% de sérvios e 14,6% de croatas. Após ter sua independência reconhecida por diversos países europeus, pelos Estados Unidos e pela ONU, bósnios, croatas e sérvios passaram a disputar fatias do território da Bósnia. Essas disputas deram origem a uma guerra civil entre os anos de 1992 e 1995, cujo saldo foi de 200 mil mortos e 2 milhões de refugiados (figura 4).

O conflito na Bósnia foi marcado pela limpeza étnica dos não sérvios, prática incentivada pelo governo da ex-Iugoslávia, comandado, naquela época, pelo presidente Slobodan Milosevic (1941-2006). Após sua deposição, Milosevic foi preso pelas autoridades da antiga Iugoslávia e entregue para ser julgado pelo Tribunal Penal Internacional (TPI) por genocídio e crimes de guerra na Croácia (1991-1995), na Bósnia-Herzegovina (1992-1995) e em Kosovo (1998-1999). Por conta de problemas de saúde, em 2006, morreu na prisão antes da definição da sentença. O ex-líder sérvio-bósnio Radovan Karadzic (1945-) também foi julgado pelo mesmo tribunal e sentenciado em 2016 a 40 anos de prisão por genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra.

Em 1995, o **Tratado de Dayton** – patrocinado pelos Estados Unidos e pelas Nações Unidas – selou o fim da Guerra da Bósnia. Por esse acordo, a Bósnia-Herzegovina continua existindo como Estado, mas dividida em **Federação da Bósnia-Herzegovina**, ocupada predominantemente por bósnios e croatas, e **República Sérvia da Bósnia** (**República Srpska**), com maior presença dos sérvios. Há ainda o distrito neutro de **Brcko**, sob supervisão internacional. Observe o mapa (figura 5).

O governo central é formado por uma presidência colegiada, e o Parlamento, por representantes de bósnios, sérvios e croatas.

Limpeza étnica
Situação em que um Estado ou governante promove a expulsão e/ou o extermínio de um grupo étnico, geralmente minoritário. Os métodos utilizados também envolvem perversidades e atrocidades, como a morte indiscriminada de civis, estupro, incêndio de residências etc. O objetivo é amedrontar a população e promover a fuga em massa, buscando um equilíbrio étnico favorável ao grupo que detém o poder.

Figura 4. Campo criado por militares sérvios com prisioneiros muçulmanos, na Bósnia-Herzegovina, 1992. Este acampamento foi qualificado como "campo de concentração" pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha.

Figura 5. Bósnia: partilha pelo Tratado de Dayton (1995) e fronteiras atuais (2015)

Fonte: Escritório da Alta Representação para a Bósnia-Herzegovina. Disponível em: <www.ohr.int>. Acesso em: fev. 2016.

• Guerra de Kosovo

A partir de 1998, os conflitos passaram a se desenrolar na região de Kosovo, habitada por cerca de 90% de população de origem albanesa. Insatisfeitos com a perda, desde 1989, de parte da autonomia em relação ao poder central iugoslavo – como o direito ao ensino em língua albanesa e a uma polícia própria –, os albaneses passaram a pleitear sua independência.

Para fazer frente ao crescente movimento separatista armado, liderado pelo **Exército de Libertação de Kosovo** (**ELK**), o então presidente da Iugoslávia, Slobodan Milosevic (1941-2006), alegando combater os separatistas e defender a integridade do país, promoveu um massacre da população civil de Kosovo.

Em 1999, a **Organização do Tratado do Atlântico Norte** (**Otan**) tentou negociar com a Iugoslávia (constituída basicamente pela Sérvia e por Montenegro) o fim do conflito e a volta da autonomia de Kosovo. Diante da recusa, as tropas da Otan lançaram intenso ataque ao país, sem autorização da ONU, constituindo, portanto, um desrespeito às normas internacionais (figura 6). Com a ofensiva, liderada pelos Estados Unidos, e a destruição provocada, a Sérvia retirou, ainda em 1999, as suas tropas de Kosovo.

PASCAL PARROT/SYGMA/CORBIS/FOTOARENA

Figura 6. Depois que começaram os ataques aéreos da Otan contra posições sérvias, civis passaram a deixar a região, em busca de proteção em outros países. Na imagem, refugiados kosovares em acampamento da Cruz Vermelha, em Blace (Macedônia), 1999.

A região reconquistou a autonomia[7], mas não a independência. Uma força de paz da ONU foi enviada para controlar a animosidade ainda existente entre kosovares e sérvios. Em 2008, o parlamento de Kosovo declarou independência e obteve o reconhecimento da União Europeia. O reconhecimento de Kosovo como Estado soberano contava apenas com 110 dos países[8], no entanto a formalização da independência de Kosovo pela ONU é barrada pelos vetos tanto da Rússia como da China no Conselho de Segurança.

CONFLITOS NO CÁUCASO

A **região montanhosa do Cáucaso**, situada entre o Mar Negro e o Mar Cáspio (entre Europa e Ásia), é, historicamente, um polo de conflitos. Ali convivem cerca de 50 etnias, com histórias e culturas próprias.

A parte russa do Cáucaso é formada por várias repúblicas que em muitos casos não possuem identidade entre si nem com o restante da Federação Russa. Apesar disso, a Rússia luta para mantê-las unidas à Federação, pois essa região, próxima ao Oriente

7 Kosovo conquistou autonomia, o que formalmente o colocaria sob o controle da República da Sérvia e Montenegro, mas de fato ficou sob a tutela da ONU. Até 2015, 110 países reconheciam a sua independência.

8 O Brasil está entre os países que não reconhecem Kosovo como Estado Soberano.

Médio, possui grandes reservas e plataformas de exploração de petróleo e ocupa posição estratégica no contexto geopolítico. A importância da região caucasiana também está relacionada ao controle dos vales férteis, de **oleodutos** e **gasodutos** (figura 7).

Figura 7. Região do Cáucaso

SONIA VAZ

Fontes: BOLÍVAR, Iago. Horror em Beslan marca nova centralização do poder na Rússia. *Folha de S.Paulo*, 3 mar. 2009. Disponível em: <www.folha.uol.com.br>; *Atlas des crises et des conflits*. Paris: Armand Colin, 2013, p. 33 e 41.

• Guerras da Chechênia e do Daguestão

A **Chechênia** foi incorporada ao Império Russo no início do século XIX. Durante o regime soviético, a Chechênia e a **Inguchétia** foram unidas e tornaram-se uma província autônoma majoritariamente muçulmana. Com o fim da União Soviética, em 1991, os chechenos separaram-se da Inguchétia, declarando sua independência da Federação Russa. Os inguches também formaram sua própria república, mas aderiram à Rússia.

Em 1994, a Rússia tentou retomar o controle sobre o Cáucaso e reagiu com violência aos movimentos separatistas, dando origem à **primeira guerra da Chechênia** (1994-1996). A persistência das ações dos rebeldes forçou a assinatura de um tratado de paz entre chechenos e russos, adiando a definição do futuro político da Chechênia (figura 8).

PATRICK CHAUVEL/SYGMA/CORBIS/FOTOARENA

Figura 8. Combatentes chechenos durante cerco do exército russo na capital Grózny, durante a primeira guerra da Chechênia, em 1995.

Em 1999, os rebeldes chechenos retomaram os combates e ataques terroristas a Moscou e a outras cidades russas. Associados a guerrilheiros fundamentalistas islâmicos, daguestanis invadiram a república vizinha do **Daguestão**, com o objetivo declarado de criar um Estado Islâmico independente na região do Cáucaso. O Daguestão é a república russa estratégica, com a maior área de acesso ao Mar Cáspio e, atualmente, com maior número de ações terroristas no país.

Essas ações armadas deflagraram a **Guerra do Daguestão** ou **segunda guerra da Chechênia**, cuja ofensiva militar reduziu a capital Grózny a escombros e dizimou parte expressiva da população civil. Os russos assumiram o controle da situação no início do ano 2000, mas os combates continuam por meio de ações terroristas (figura 9). A instabilidade ainda é latente na região.

ANTOINE GYORI/SYGMA/CORBIS/FOTOARENA

Figura 9. Tropas russas em combate no Daguestão perto da fronteira chechena, 2000.

• Ossétia do Sul e Abecásia

Outro movimento separatista, mas na parte asiática do Cáucaso, ocorrido no compasso da instabilidade econômica e política que levou ao colapso da União Soviética, deu-se na Geórgia, envolvendo a Ossétia do Sul e a Abecásia.

Apesar de situada no território da **Geórgia**, a **Ossétia do Sul** mantinha relações de identidade com a Ossétia do Norte (em território russo), com a qual compartilha raízes étnicas e culturais comuns; já os georgianos da Ossétia do Sul representavam menos de um terço da população. A guerra separatista foi desencadeada no início de 1990 e se estendeu por mais de um ano.

Na **Abecásia**, tentativas separatistas provocaram uma guerra civil em 1992. O governo georgiano tentou negociar maior autonomia com as lideranças separatistas e abriu diversas possibilidades de diálogo, desde que não questionassem a integridade territorial do país.

A tensão entre as repúblicas separatistas e a Geórgia aumentaram com a eleição de Mikhail Saakashvili (1967-), em 2004. A política externa do presidente Saakashvilli esteve direcionada a integrar a Geórgia à União Europeia e à Otan. Essa política pró-Ocidente aproximou ainda mais o governo russo dos separatistas, tanto da Ossétia do Sul como da Abecásia. Após conflitos e com o apoio do exército russo, a Ossétia do Sul e a Abecásia conquistaram a independência (figura 10).

A Rússia sinalizou claramente diante desse confronto separatista que estará disposta a deslocar suas tropas e a fazer uso da força militar sempre que seus interesses forem ameaçados na região.

Apesar das disputas econômicas com as outras potências pelos recursos econômicos e naturais das regiões do Caúcaso e do Mar Cáspio, os interesses e a presença ostensiva da Rússia deverão prevalecer por longo tempo.

VIKTOR DRACHEV/AFP

Figura 10. Crianças brincam em frente a tanques russos em Tskhinvali (Ossétia do Sul), em 2008. Nesse ano, o conflito chegou ao ápice quando o governo georgiano lançou um cerco à Ossétia do Sul, para reprimir com violência o movimento separatista. O exército russo deslocou tanques e aviões, bombardeou e expulsou as tropas georgianas da Ossétia do Sul, atacou portos e bases aéreas e avançou em direção a Tbilisi, capital da Geórgia.

OUTROS CONFLITOS ÉTNICO-NACIONALISTAS NA EUROPA

Outros conflitos são recorrentes no continente europeu. Dentre eles, destacam-se as questões basca e irlandesa. Esses conflitos, que vêm ocorrendo há décadas, foram responsáveis pela morte de milhares de pessoas.

• Questão basca

Os bascos habitam a região norte da Espanha e sul da França há mais de 5 mil anos. São cerca de 2,8 milhões de pessoas (2,5 milhões na Espanha) que possuem identidade, idioma e cultura próprios, constituindo-se numa verdadeira nação no interior desses países.

Na França, a convivência é relativamente pacífica. Porém, na Espanha, durante a ditadura de **Francisco Franco** (1892-1975) os bascos foram impedidos de se expressar em seu próprio idioma, comemorar suas festas nacionais e manifestar sua cultura. A repressão de Franco forjou um forte movimento nacionalista e a formação de grupos de resistência política e armada. Terminado o período da ditadura franquista (1939-1975), os bascos reconquistaram relativa autonomia, consolidada pela criação da **Região Autônoma do País Basco**, com sistema de impostos e Parlamento próprios (figura 11).

No entanto, a organização terrorista **Euskadi Ta Azkatasuna** (**ETA**), que significa "Pátria Basca e Liberdade", criada durante a ditadura de Franco, realizou atentados terroristas desde o final dos anos 1960 até 2010, com o objetivo de pressionar o governo espanhol a reconhecer a independência total do País Basco (figura 12).

Hoje, a maioria basca, apesar de almejar a independência e a constituição de um Estado soberano, não apoia o terrorismo, não só pela aversão a esse método de luta, mas também pela autonomia conquistada e pelo elevado desenvolvimento econômico que garante boa qualidade de vida à população dessa região do país.

Em setembro de 2010, o ETA renunciou à luta armada e no ano seguinte um partido separatista basco, o ***Sortu*** ("nascer" no idioma basco), foi legalizado e pretende lutar pelo separatismo pela via parlamentar.

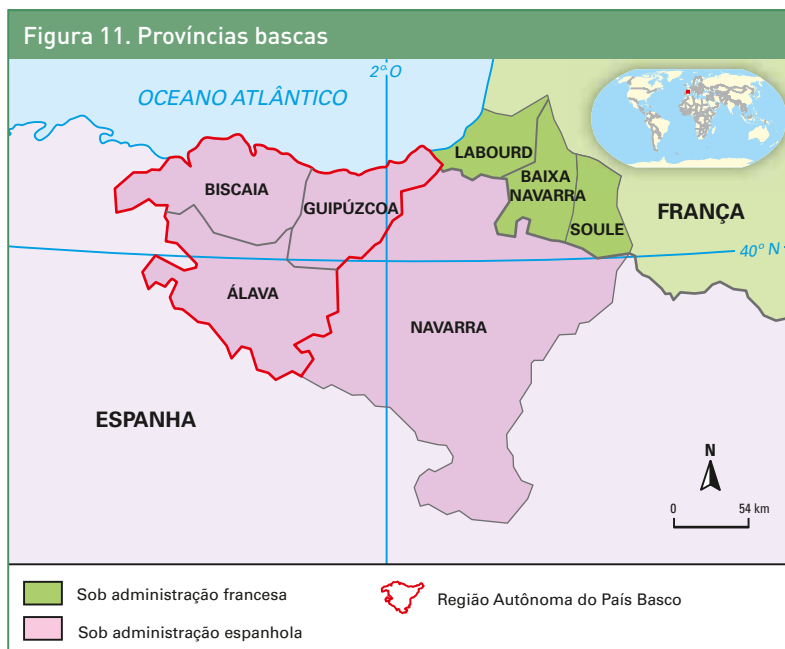
Figura 11. Províncias bascas

Fonte elaborado com base em: CALDINI, Vera; ÍSOLA, Leda. *Atlas geográfico Saraiva*. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 127.

Figura 12. Carro é explodido em atentado em Bilbao (Espanha), 2007. A cidade é a mais populosa da comunidade autônoma do País Basco.

ENTRE ASPAS

Separatismo na Espanha

Em 1975, com o fim da ditadura de Francisco Franco, a constituição dividiu a Espanha em 17 comunidades autônomas, além das cidades de Ceuta e Melilha, situadas no norte da África junto ao Mediterrâneo e encravadas no território do Marrocos.

Apesar da garantia constitucional de autonomia (parlamento próprio, controle sobre a polícia, educação e saúde), foi vetada qualquer iniciativa unilateral de independência. Isso não impede a existência de movimentos separatistas, em algumas delas como a Galiza e Astúrias, no norte do país, e sobretudo a Catalunha, responsável por cerca de um quinto da economia espanhola. Em 2015, o Tribunal Constitucional da Espanha revogou uma moção do parlamento da Catalunha que propunha a abertura de um processo de independência.

PACO FREIRE/DEMOTIX/CORBIS/FOTOARENA

Manifestação pela independência da Catalunha. Barcelona, 2014.

• Questão irlandesa

A ilha da Irlanda foi dominada pela Inglaterra no século XII e, desde então, começou a receber grande quantidade de imigrantes ingleses e escoceses. Em 1800, por decreto da coroa inglesa, a Irlanda passou a pertencer ao Reino Unido, provocando a revolta dos nacionalistas, que reagiram organizando a luta pela independência.

Foi no início do século XX, entretanto, que o conflito entre a Irlanda e o Reino Unido ganhou proporção, com a criação do **Sinn Féin** (“**Nós Próprios**”), partido político representante dos separatistas irlandeses, e do **Exército Republicano Irlandês** (**IRA**, na sigla em inglês), que organizou a luta armada contra o domínio britânico (figura 13).

Reino Unido
Formado pela Grã-Bretanha (Inglaterra, Escócia e País de Gales) e Irlanda do Norte.

WATFORD/MIRRORPIX/CORBIS/FOTOARENA

Figura 13. “Junte-se ao IRA” é a frase pintada na parede da casa de Londonderry, cidade da Irlanda do Norte, em 1976.

Os conflitos obrigaram o Reino Unido a assinar, em 1921, o **Tratado Anglo-Irlandês**. Por ele, os condados do Sul, com população majoritariamente católica e de origem irlandesa, formaram o Estado Livre da Irlanda; os condados do Norte (Ulster), de maioria protestante e origem inglesa, permaneceram ligados ao Reino Unido. Esse processo de independência encerrou-se somente em 1937, quando foi constituído o novo país, denominado **República do Eire** (**Irlanda**), reconhecido pelo Reino Unido apenas em 1949. A Irlanda do Norte permaneceu ligada ao Reino Unido.

Na segunda metade do século XX, a ação violenta do IRA intensificou-se na Irlanda do Norte, com a realização de vários atentados contra autoridades e instituições britânicas. A situação agravou-se em 1969, quando o exército inglês passou a intervir no conflito, atacando também de forma violenta os irlandeses católicos (que apoiavam a independência).

Em 1998, um acordo de paz determinou a deposição das armas pelo IRA (concluída em 2005) e pelos grupos paramilitares protestantes e a libertação de presos políticos.

Em 2007, formou-se um governo de coalizão, reunindo o **Partido Unionista Democrático** e o **Sinn Féin**, garantindo à Irlanda do Norte o retorno à autonomia regional. Nesse mesmo ano, o exército britânico encerrou uma intervenção militar de quase quatro décadas na Irlanda do Norte e instalou um governo compartilhado entre católicos e protestantes.

A Irlanda do Norte permanece ligada ao Reino Unido, mas o acordo admite a separação futura, caso seja a vontade da maioria da população. Isso reflete uma mudança estratégica na luta pela libertação do domínio britânico, que passou a se realizar pela via política.

Em outubro de 2009, o **Exército Irlandês de Libertação Nacional** (**Inla**), uma facção radical e dissidente do IRA, que não havia aceitado anteriormente o acordo de paz, declarou a renúncia à luta armada e à violência, acrescentando mais um componente no fortalecimento do processo de solução pacífica na disputa entre católicos e protestantes. Entretanto, a via pacífica não abandonou o objetivo de unir os condados que formam a Irlanda (figura 14).

PAUL FAITH/POOL/AFP

Figura 14. A rainha da Inglaterra, Elizabeth II, cumprimenta o vice-primeiro-ministro da Irlanda do Norte na época, Martin McGuinness, ex-dirigente do IRA. Esse encontro, impossível há poucos anos, ocorreu em Belfast, capital norte-irlandesa, em julho de 2012, e expressa a consolidação do processo de paz.

FILME

Michael Collins: o preço da liberdade
De Neil Jordan. EUA, 1996. 133 min.

A partir da vida do líder irlandês Michael Collins, o filme discute a questão irlandesa, a criação do IRA, a fundação da República da Irlanda e os conflitos com o Reino Unido.

Condado
Divisão política adotada pela Irlanda; o termo e os limites aproximados dos condados são remanescentes da Idade Média, quando determinada superfície do território era controlada por um conde.

1. Explique as principais razões dos conflitos étnico--nacionalistas.
2. Observe a ilustração e identifique o conflito histórico que ela representa.

STEPHEN BARNES/EUROPE/ALAMY/FOTOARENA

3. Observe o título da reportagem publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em 13 de dezembro de 1956.

Nacionalistas irlandeses lançam onda de atentados

Subito recrudescimento das atividades do IRA — Mobilizada toda a policia da Irlanda do Norte

O ESTADO DE SÃO PAULO (13/12/1956)

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, 13 dez. 1956. p. 12. Disponível em: <http://acervo.estado.com.br>. Acesso em: abr. 2016.

Qual o nome da organização cuja sigla está estampada no artigo e qual era o seu objetivo?

4. Leia um trecho do texto publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* em 8 de agosto de 2008.

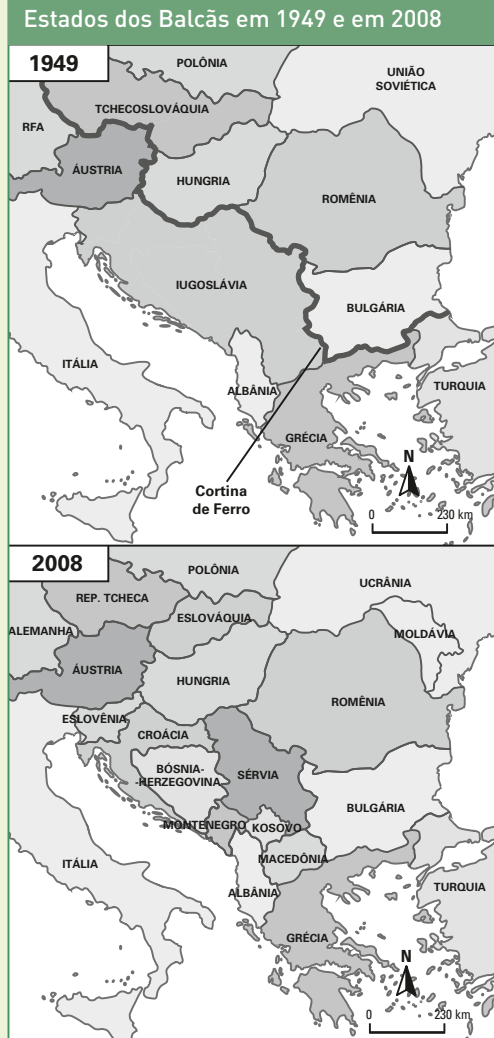
"Muitos georgianos suspeitam que os pacifistas russos enviados à Abecásia e à outra região separatista da Geórgia, a Ossétia do Sul, são ferramentas para preservar a influência russa na região."

O Estado de S. Paulo. Disponível em: <http://internacional.estadao.com.br> Acesso em: fev. 2016.

Que desdobramento teve o conflito entre os dois países, nas duas regiões citadas no artigo da época?

ENEM E VESTIBULARES

- (UFF-RJ 2011)

SONIA VAZ

Fonte: DURAND, M. F. et alii. *Atlas da mundialização*. São Paulo: Saraiva, p. 75.

Dois fatores fundamentais responsáveis pelas mudanças territoriais, registradas nos mapas, encontram-se em:

a) emergência de nacionalismos e fortalecimento de diferenças culturais.
b) controle externo de arsenais nucleares e diversidade étnico-linguística.
c) perseguições religiosas e interesses do capital especulativo.
d) radicalismos político-ideológicos e desagregação da União Europeia.
e) controle da produção de gás e reação à presença militar estrangeira.

3 CONFLITOS ÉTNICOS NA ÁFRICA

A origem dos conflitos étnicos na África relaciona-se à **partilha colonial** do continente no final do século XIX e as **fronteiras artificiais** criadas neste período. Grande parte dessas fronteiras foi mantida após os processos de independência dos países africanos.

As fronteiras são chamadas artificiais porque foram delimitadas arbitrariamente de acordo com os interesses dos colonizadores, não respeitando as diferenças étnicas, religiosas e culturais. Dessa forma, grupos, muitas vezes rivais, foram reunidos em um mesmo território colonial. Isso contribuiu para a ocorrência de inúmeros conflitos, resultantes da disputa de poder entre grupos étnicos distintos no interior dos novos Estados africanos, após a **descolonização**.

Outras razões para a propagação dos conflitos é o baixíssimo nível socioeconômico da maioria dos países africanos, a inexistência de governos democráticos, as disputas por territórios e pelo controle de **recursos naturais** – petróleo, diamantes e outras riquezas. Soma-se ainda a disputa entre as potências ocidentais e a ex-União Soviética durante a **Guerra Fria**, responsável pelo apoio financeiro e fornecimento de armas a grupos étnicos rivais dentro de um mesmo país e a sustentação de governos ditatoriais e repressores.

Serão abordados dois casos emblemáticos, entre dezenas de outros, que marcaram o continente africano nas últimas décadas.

LEITURA

África: terra, sociedades e conflitos
Nelson Basic Olic e Betariz Canepa. Moderna, 2012. (Coleção Polêmica)

Analisa a multiplicidade cultural africana e os principais conflitos étnicos, religiosos e econômicos.

RUANDA

Ruanda foi **colônia belga** desde o final da Primeira Guerra Mundial até o início da década de 1960, quando se tornou independente. Durante esse período, os belgas fomentaram a rivalidade entre os dois grupos étnicos que ocupavam essa região africana – **tutsis** e **hutus** – como estratégia para manter o domínio sobre Ruanda. Os tutsis tinham privilégios na administração belga, tornaram-se funcionários públicos, membros do exército colonial e conquistaram inclusive cargos importantes.

Em 1962, após a conquista da independência, sob a liderança dos hutus, os tutsis passaram a ser perseguidos. Exilados nos países vizinhos, formaram a **Frente Patriótica Ruandesa** (**FPR**), retornando a Ruanda em 1990 e dando início a uma guerra civil que arrasou o país e produziu mais de 800 mil mortes e cerca de 2 milhões de refugiados.

Em abril de 1994, a morte do presidente Juvenal Habyarimana (1937-1994), de etnia hutu, em um acidente aéreo desencadeou a fase mais violenta e dramática da guerra civil ruandesa. As principais vítimas foram os tutsis, incluindo mulheres e crianças, mortas a facões, foices e pauladas.

Em 1995, nova investida da FPR (tutsi) tomou a capital Kigali e apoiou a presidência de Pasteur Bizimungu (1950-), da etnia hutu, que se opunha ao massacre no país e realizou uma política de reconciliação entre as duas etnias. Mas os conflitos entre tutsis e hutus ultrapassaram as fronteiras de Ruanda, chegando aos campos de refugiados na República Democrática do Congo (antigo Zaire), no Burundi e na Tanzânia (figura 15).

Em 2000, Paul Kagame[9] (1957-) tornou-se o primeiro tutsi a assumir a presidência do país. No entanto, os problemas entre os dois grupos étnicos, amenizados neste início de século, estão longe da solução definitiva, dada a violência da guerra.

FILME

Hotel Ruanda
De Terry George. Itália/África dos Sul/EUA, 2004. 121 min.

Aborda o acirramento do conflito entre tutsis e hutus em 1994, com base na história real de Paul Rusesabagina, gerente do Hotel Milles Collines, que, no auge do massacre, abrigou e evitou a morte de mais de 1.200 tutsis.

HOWARD DAVIES/CORBIS/FOTOARENA

Figura 15. Refugiados hutus, em 1997. Ainda hoje, hutus e tutsis estão espalhados entre Burundi, Tanzânia, Uganda e República Democrática do Congo.

9 Em 2010, Paul Kagame foi reeleito para cumprir mandato de mais sete anos.

SUDÃO E SUDÃO DO SUL

Como no restante da África, as fronteiras estabelecidas no Sudão reuniram realidades étnicas e religiosas distintas: o centro-norte abriga população majoritariamente muçulmana e que se expressa em língua árabe; o noroeste – **região de Darfur** – reúne, além de muçulmanos, grupos de origem centro-africana; o sul tem maioria cristã, mas há também grupos animistas de diversas etnias.

O controle do Estado sudanês pela população muçulmana e o descaso aos demais grupos gerou conflitos permanentes entre o governo, sediado no centro-norte, e as regiões de Darfur e do sul. Na região de Darfur, o conflito é travado entre grupos étnicos diferentes e grupos muçulmanos que têm como braço armado a milícia da Janjaweed.

Animismo
Religiões que atribuem alma (espírito) aos fenômenos naturais.

Janjaweed
Milícia formada por antigos grupos tribais árabes de Darfur, tolerada e apoiada pelo governo sudanês.

Em 2011, o Sudão foi dividido em **Sudão** e **Sudão do Sul**, com o objetivo de colocar fim a quase três décadas de guerra. No entanto, os dois países são dependentes da sua produção de petróleo e o acordo de independência estabelece que as vendas de petróleo sejam divididas igualmente entre ambos os países.

As maiores reservas estão no Sudão do Sul, mas os únicos oleodutos existentes correm em direção ao norte (Sudão), passam por refinarias e atingem o Porto do Sudão, no Mar Vermelho, o único caminho existente para a exportação do petróleo do Sudão do Sul. Tal fato coloca o mais novo país do mundo numa situação de total dependência do Sudão para realizar a exportação do produto que representa mais de 90% da sua economia. Observe o mapa (figura 16).

Dois anos após a conquista da independência, o Sudão do Sul mergulhou em uma guerra civil que se estende aos dias atuais que deixou dezenas de milhares de mortos e milhões de refugiados. Leia a seção *Leitura e discussão*, na página seguinte.

Figura 16. Sudão e Sudão do Sul: áreas de conflito e infraestrutura do petróleo – 2012

- Refinarias
- Áreas produtoras de petróleo
- Campos petrolíferos
- Oleodutos
- Projeto de oleoduto
- Área de conflito
- Capital de país
- Cidade

Fonte: Drilling Info International. Disponível em: <http://southsudaninfo.net/maps/>. Acesso em: fev. 2016.

Abyei, uma área rica em recursos petrolíferos, é contestada pelo Sudão e o Sudão do Sul. Em 2015, estava sob o mandato das forças de paz da ONU, com a finalidade de desmilitarizar o território disputado, manter a paz e a proteção da população civil.

• Conflito de Darfur

Em Darfur 1/3 da população é composta por muçulmanos de língua árabe e se dedica principalmente ao pastoreio nômade. Os não muçulmanos, como os grupos Massalit, os Zaghawa e os Fur, são sobretudo agricultores. O fato de esses povos terem a terra como base de suas economias provocou vários conflitos pelo direito ao uso do solo.

No entanto, os problemas são mais amplos. Há décadas, o governo sudanês não aplica investimentos sociais e econômicos essenciais nessa **região semiárida**. As poucas intervenções positivas do Estado em Darfur privilegiaram os muçulmanos em detrimento dos outros grupos, contribuindo para agravar a **hostilidade étnica** já existente. A população não muçulmana de Darfur tem um forte sentimento de oposição ao governo, o que estimula a luta pela autonomia e pelo fim da discriminação.

Em 2002, rebeldes do grupo Fur, em aliança com os Zaghawa, formaram o **Exército Popular de Libertação do Sudão** (**SPLA**). Armados e supostamente apoiados pelo vizinho Chade, eles atacaram instalações do governo em 2003. A retaliação foi imediata e brutal. O governo, apoiado pela milícia Janjaweed, promoveu uma guerra genocida cujo saldo até 2015 custou a vida de cerca de 400 mil mortes e a existência de aproximadamente 2 milhões de refugiados (figura 17, na página seguinte).

Desde 2004, governo, rebeldes e organizações internacionais, como a União Africana (UA), tentam estabelecer um cessar-fogo. Em 2011, entrou em vigor um novo acordo de paz, mas apenas com uma das milícias rebeldes existentes em Darfur, não caracterizando de fato pacificação para a região.

O presidente **Omar al Bashir** (1944-), no poder desde 1989, após golpe militar, é considerado o grande responsável pelos massacres e por omissão à situação dramática de Darfur. Em 2009, teve a prisão decretada pelo **Tribunal Penal Internacional** (**TPI**) por crimes de guerra em Darfur. Bashir tornou-se o primeiro presidente, no cargo, a ser indiciado por um tribunal internacional.

União Africana (UA)
Foi criada em 2002 com o objetivo de promover o processo de integração no continente, salvaguardar a soberania dos Estados africanos e impulsionar a cooperação internacional no âmbito das Nações Unidas.

ALBERT GONZALEZ FARRAN-UNAMID/ANADOLU/GETTY IMAGES

Figura 17. Mulheres e crianças sudanesas no campo de refugiados de Kalma, no sul de Darfur, em 2014.

LEITURA E DISCUSSÃO

A violência no Sudão do Sul

"[...] 'O Sudão do Sul está enfrentando uma das situações mais assustadoras do mundo para os direitos humanos, com o amplo uso de violações como instrumento de terror e arma de guerra', disse o alto comissário da ONU para os Direitos Humanos, Zeid Ra'ad al Hussein, ao apresentar um relatório da organização sobre a situação no país.

Em seu relatório, a ONU diz que, de acordo com fontes confiáveis, as autoridades permitem que grupos aliados estuprem mulheres como 'salário', seguindo o princípio de 'façam o que puder e tomem o que quiser'.

'A escala e o tipo de violências sexuais – em geral cometidas por forças governamentais do Exército Popular de Libertação do Sudão e de suas milícias afiliadas – são descritos com detalhes terríveis, como a atitude, quase casual, mas calculada, daqueles que massacraram civis e destruíram propriedades e meios de subsistência', disse Al Hussein.

O Sudão do Sul, que se tornou independente do Sudão em julho de 2011, após décadas de conflito com Cartum [capital do Sudão], está imerso em uma guerra civil desde dezembro de 2013, quando o presidente Salva Kiir acusou seu ex-vice-presidente, Riek Machar, de querer derrubá-lo.

Mais de 2,3 milhões de pessoas fugiram de suas casas, e dezenas de milhares morreram por causa do conflito e das atrocidades cometidas por ambos os lados.

O relatório da ONU contém histórias de pessoas, incluindo crianças e pessoas com deficiência, que foram assassinadas, queimadas vivas, sufocadas, enforcadas e cortadas em pedaços.

[...]

De acordo com a ONU, a grande maioria das mortes de civis não parece ser resultado do conflito, mas de ataques deliberados contra civis."

Sudão do Sul permite estupros como pagamento a soldados, afirma ONU. *Folha de S.Paulo*, 11 mar. 2016. Disponível em: <www.folha.uol.com.br>. Acesso em: abr. 2016.

1. Diferencie o conflito anterior e o atual responsáveis pelas tragédias vividas pelos habitantes do atual Sudão do Sul.
2. Aponte as semelhanças entre os dois conflitos.

4 CONFLITOS ÉTNICO-NACIONALISTAS NA ÁSIA

O continente asiático abriga cerca de 60% da população mundial e milhares de etnias. Nas duas últimas décadas do século XX, alguns conflitos étnico-nacionalistas destacaram-se pelo grande número de pessoas envolvidas e pela violência empregada.

ÍNDIA: CAXEMIRA E PUNJAB

A tensão entre **hindus** (82% da população da Índia) e **muçulmanos** (12%) iniciou-se com a chegada dos árabes à região, no século VII, responsáveis pela difusão do islamismo no país. Essa religião conquistou muitos adeptos nas camadas mais pobres da sociedade na Índia, que viam nela um caminho para se desvencilhar do **sistema de castas** da religião hindu (hinduísmo), que estrutura a sociedade indiana. Leia o *Entre aspas*.

A região da **Caxemira**, situada entre o norte da Índia, o nordeste do Paquistão e o sudoeste da China, ocupa um extenso vale fértil, habitado principalmente pela população muçulmana. Além da localização estratégica, junto à fronteira da China, o controle de parte da Caxemira significa dispor das águas do curso médio do Rio Indo.

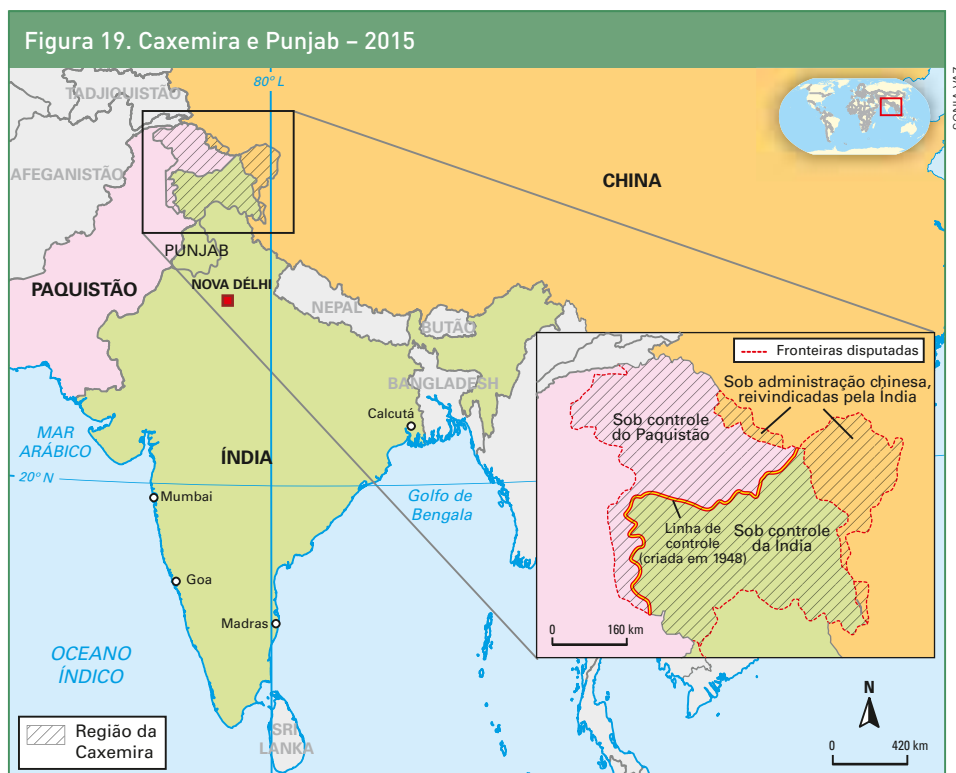
> **ENTRE ASPAS**
>
> **Sistema de castas**
>
> Apesar de extinto por lei, ainda hoje o sistema de castas tem forte influência nas relações sociais da Índia. De acordo com ele, cada indivíduo pertence a uma casta desde o nascimento, não sendo permitidos casamentos entre pessoas de castas diferentes nem a mobilidade de uma casta para outra.
>
> A sociedade hindu divide-se basicamente em quatro castas ou ordens principais: brâmanes (monges), xátrias (guerreiros), vaixás (comerciantes e artesãos) e, na base da pirâmide, sudras (camponeses e serventes). Os indivíduos considerados impuros pelas outras castas são denominados párias ou intocáveis e exercem profissões como coveiro, trabalhador de curtume e faxineiro.

A maior parte da região está sob domínio da Índia, mas os paquistaneses e a guerrilha muçulmana separatista querem anexá-la integralmente ao Paquistão (figura 18). Desde 1947, quando esses dois países conquistaram a independência da Inglaterra, já ocorreram algumas guerras envolvendo a disputa pela Caxemira. Essa disputa territorial é alvo de preocupação mundial, pois tanto o Paquistão quanto a Índia possuem armas nucleares.

FAISAL KHAN/PACIFIC PRESS/LIGHTROCKET VIA GETTY IMAGES

Figura 18. Manifestantes muçulmanos na Caxemira atiram pedras em direção à polícia indiana no centro de Srinagar (capital da Caxemira) em protesto durante confrontos com o governo indiano, em 2015.

O limite entre a Caxemira indiana e a paquistanesa não é uma fronteira reconhecida internacionalmente, é apenas uma linha de cessar-fogo da primeira guerra entre os dois países após a independência, denominada "**linha de controle**". Veja o mapa (figura 19).

Figura 19. Caxemira e Punjab – 2015

Fonte: Embaixada da Índia. Disponível em: <www.indianembassy.hr>. Acesso em: fev. 2016.

Na região do **Punjab**, norte da Índia, conflitos étnico-religiosos violentos têm marcado a história do país nas últimas décadas. O conflito opõe os ***sikhs***, minoria étnica, seguidora de uma seita própria, que difunde elementos do islamismo e hinduísmo, aos **hindus**. Os *sikhs* lutam pela independência e pela formação do **Estado do Kalistan**, idealizado pelos separatistas.

A perseguição aos *sikhs* intensificou-se em 1984, após a morte da primeira-ministra indiana **Indira Gandhi** (1917-1984), assassinada por dois membros de sua guarda pessoal e adeptos da seita *sikh*. Essa perseguição resultou no massacre de cerca de 3 mil *sikhs*. Um mês antes do assassinato, Indira Gandhi havia ordenado a invasão do Templo Dourado de Amritsar – local sagrado para os *sikhs* –, onde se reunia a cúpula do movimento separatista. Veja a figura 20.

Além da repressão aos *sikhs*, grupos nacionalistas ligados ao Partido Bharatiya Janata (BJP), que defendem a supremacia hindu, têm promovido massacres de muçulmanos e cristãos em outras regiões do país. Vários missionários cristãos foram alvos de atentados, principalmente em Goa (cidade colonizada pelos portugueses).

Figura 20. Parentes de vítimas do massacre contra os *sikhs* em 1984 protestam em Nova Délhi (Índia), 2012.

ORIENTE MÉDIO

O domínio do Império Turco-Otomano sobre boa parte do Oriente Médio, que prevaleceu até a Primeira Guerra Mundial, foi praticamente substituído pela ocupação inglesa e francesa até a década de 1940. Ao final deste último período, consolidou-se o processo de independência de vários países e foi criado o Estado de **Israel**, em 1948.

A independência não significou o fim dos conflitos na região. Ao contrário, após a Segunda Guerra Mundial, o Oriente Médio transformou-se no principal foco de tensão mundial em função da criação do Estado de Israel; dos interesses econômicos e estratégicos das grandes potências pelo controle das jazidas de petróleo; das disputas internas pelo poder numa região marcada por regimes autoritários; dos conflitos religiosos; da proliferação de grupos fundamentalistas (veja o *Capítulo 3*) e das más condições de vida da maioria da população.

A herança da Guerra Fria é outro importante fator de instabilidade e de intensificação dos conflitos, período em que os Estados Unidos e a ex-União Soviética armaram exércitos e grupos de oposição, fortaleceram ditaduras e grupos terroristas. Atualmente, parcela significativa das vendas de armamentos dos Estados Unidos destina-se a países do Oriente Médio.

• Conflito árabe-israelense

A região da Palestina é o território histórico de dois povos: **judeus** e **palestinos**. Os judeus ocuparam a região há mais de 4 mil anos, mas se espalharam pelo mundo devido à repressão sofrida durante o Império Romano. Os palestinos são formados por uma mistura de povos, como filisteus (que ocupavam a faixa de Gaza), cananeus (que habitavam a Cisjordânia) e árabes, os quais impuseram sua cultura, tradição e a religião islâmica. Os palestinos habitaram a região por um período contínuo de cerca de 2 mil anos.

A partir do final do século XIX, com a criação da Organização Sionista Mundial (1897) na Suíça, o movimento sionista começou a organizar a migração de judeus à Palestina, visando à formação de uma pátria judaica. Na primeira metade do século XX, o aumento da população judaica na região, estimulado pela compra de terras e pelo estabelecimento de diversas colônias, foi contínuo.

A perseguição e o massacre impostos aos judeus pelos nazistas, na Segunda Guerra Mundial, fundamentou o apoio internacional à formação do **Estado de Israel**, em 1948. Aprovado pela ONU em 1947, o **plano de partilha** da Palestina destinou 57% do território aos israelenses (figura 21).

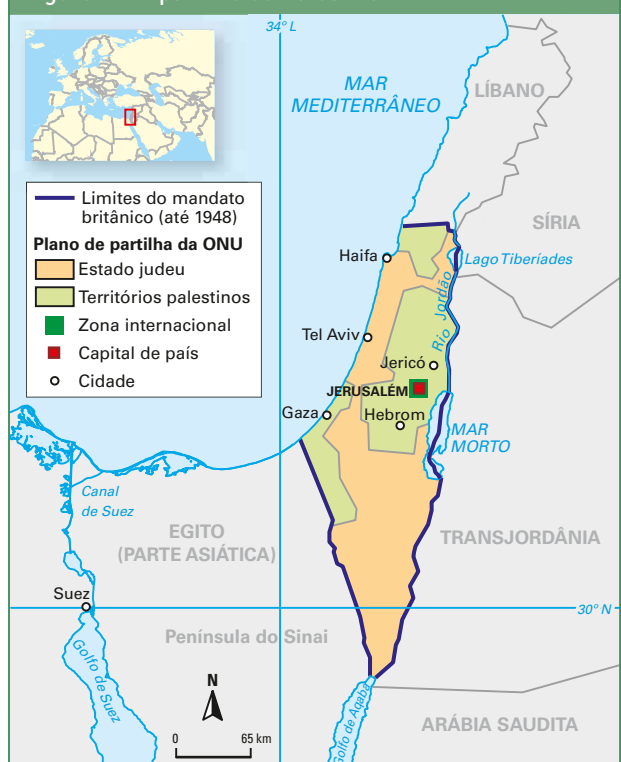
A formação de um Estado judaico provocou a reação contrária dos países árabes. Ainda em 1948, Egito, Jordânia, Líbano e Síria invadiram Israel, dando início à **Primeira Guerra Árabe-Israelense (1948-1949)**.

Em 1949, foi estabelecido um armistício, que retirou totalmente dos palestinos as decisões sobre os seus tradicionais territórios, inclusive dos que tinham sido delimitados pela ONU, em 1947. O acordo de paz estabeleceu que o Estado Árabe da Palestina fosse dividido entre Israel (que conquistara a Galileia e outras partes do território palestino); Transjordânia, que incorporaria a **Cisjordânia** (a oeste do Rio Jordão); e Egito, que ocuparia a **faixa de Gaza**. Após o armistício, os conflitos não cessaram (figura 22, na próxima página).

Movimento sionista
Movimento nacionalista que objetivava a fundação de um Estado judaico – Israel – num território considerado sagrado para esse povo: a "Terra Prometida".

Armistício
Convenção pela qual os que estão em conflito suspendem as hostilidades sem pôr fim ao estado de guerra.

Transjordânia
O Reino Hashimita de Transjordânia foi criado em 1946, quando os britânicos, que ocupavam essa região desde o final da Primeira Guerra Mundial, retiraram definitivamente suas tropas. Após 1949, passou a chamar-se Jordânia.

Figura 21. A partilha da Palestina – 1947

Fonte: KINDER, H.; HILGUEMANN, W. *Atlas histórico mundial*. Madri: Istmo, 2006. p. 278.

Em **1956**, ocorreu a **Segunda Guerra Árabe-Israelense** (**Guerra de Suez**), quando o Egito nacionalizou o canal de Suez e proibiu a passagem de navios israelenses. Israel, apoiado pela França e pelo Reino Unido, ocupou todo o Sinai.

A pressão dos Estados Unidos e da União Soviética fez com que os judeus abandonassem o Sinai e os egípcios recuassem em sua posição de impedir a navegação israelense.

Em **1967**, a Síria tentou desviar o fluxo de água do Rio Jordão mediante a construção de uma grande represa, nas **Colinas de Golã**. Com o apoio da Jordânia e do Egito, o Golfo de Aqaba foi bloqueado, impedindo a navegação israelenses no Mar Vermelho. O crescimento das tensões colocou em alerta as tropas dos países envolvidos.

Entre 5 e 10 de junho daquele ano, os israelenses iniciaram um ataque ao Egito, à Jordânia e à Síria, numa das guerras mais curtas da história, denominada **Guerra dos Seis Dias** ou **Terceira Guerra Árabe-Israelense**.

Nesse terceiro conflito, os israelenses anexaram a Península do Sinai e a Faixa de Gaza, pertencentes aos egípcios; as Colinas de Golã, que pertenciam à Síria; e a Cisjordânia, que fazia parte da Jordânia (figura 23).

Em 1973, na tentativa de reaver os territórios ocupados, Egito e Síria atacaram Israel de surpresa, dando início à **Quarta Guerra Árabe-Israelense – Guerra do Yom Kippur**[10]. A princípio, conquistaram algumas posições, mas foram obrigados a recuar com a forte reação do exército israelense.

A guerra durou três semanas, e Israel manteve sob seu domínio as conquistas da Guerra dos Seis Dias. Em 1979, Israel concordou em devolver ao Egito a Península do Sinai, mediante o **Acordo de Camp David**, intermediado pelos Estados Unidos.

• Questão palestina

As guerras envolvendo árabes e israelenses expulsaram milhares de palestinos de suas terras, que se refugiaram em acampamentos no Líbano, na Síria, no Egito e na Jordânia.

Desorganizados, espalhados por diversos países e enfraquecidos militarmente, os palestinos criaram várias organizações terroristas para lutar contra o Estado de Israel, entre elas a **Al Fatah**, em 1959, e a **Organização para a Libertação da Palestina** (**OLP**), em 1964.

Figura 22. Israel e Palestina após a primeira Guerra Árabe-Israelense – 1949

Fonte: KINDER, H.; HILGUEMANN, W. *Atlas histórico mundial*. Madri: Istmo, 2006. p. 278.

Figura 23. Israel após a Guerra dos Seis Dias – 1967

Fonte: KINDER, H.; HILGUEMANN, W. *Atlas histórico mundial*. Madri: Istmo, 2006. p. 278.

10 O Yom Kippur, ou Dia do Perdão, é um feriado judaico reservado para reparar os pecados do ano anterior.

Em 1969, **Yasser Arafat** (1929-2004), palestino nascido no Egito, assumiu a presidência da OLP. Até 1987, Arafat utilizava métodos extremistas – atos de terrorismo – para alcançar seus objetivos. No final desse ano teve início a primeira Intifada na Cisjordânia contra a ocupação de suas terras por Israel, que terminou em 1993 com o Acordo de Oslo. Em 14 de dezembro de 1988, o líder da OLP apresentou um plano de paz na Assembleia Geral da ONU, no qual reconhecia o Estado de Israel.

Esse acontecimento marcou o início da fase diplomática de negociações com Israel intermediadas pelos Estados Unidos. Em 1993, após negociações secretas na Noruega, Arafat e o primeiro-ministro israelense, **Yitzhak Rabin** (1922-1995), assinaram um acordo de paz na Casa Branca, Estados Unidos, que ficou conhecido como **Acordo de Oslo** (figura 24).

Por esse acordo, a Faixa de Gaza e parte da Cisjordânia – incorporadas por Israel, em 1967, na Guerra dos Seis Dias – foram devolvidas aos palestinos e se tornaram regiões autônomas. Foi criada, também, a **Autoridade Nacional Palestina** (**ANP**), entidade liderada por Arafat, com sede em Ramallah, na Cisjordânia. A ANP passou a ser a representação legal dos palestinos e responsável pela administração dos seus territórios. Em setembro de 1995, um novo acordo estendeu a autonomia a outras 456 cidades da Cisjordânia.

Intifada
Significa revolta ou levante. Assim ficaram conhecidas popularmente as manifestações por meio da qual a população sai às ruas armada com pedras que são lançadas contra os tanques e os soldados israelenses.

LEITURA

Palestina: uma nação ocupada
Joe Sacco. Conrad, 2014.
Reportagem em quadrinhos sobre as causas e a situação palestina.

GARY HERSHORN/REUTERS/LATINSTOCK

Figura 24. O presidente dos Estados Unidos Bill Clinton (centro) recebe o primeiro-ministro Yitzhak Rabin (à esquerda) e o líder da OLP Yasser Arafat (à direita) para a assinatura do Acordo de Oslo, em setembro de 1993.

• Retomada e intensificação dos conflitos

No final da década de 1990, as negociações entre Israel e a ANP tornaram-se extremamente difíceis. Em 2000, Ariel Sharon (1928-2014), que no ano seguinte seria escolhido primeiro-ministro de Israel, visitou a Esplanada das Mesquitas (local mais sagrado para os muçulmanos em Jerusalém), provocando a segunda **Intifada** (figura 25, na página seguinte).

Até o final da década de 1990, os ataques palestinos restringiam-se a atentados terroristas organizados por grupos de guerrilha. No entanto, a reação violenta do exército israelense, que também promoveu massacres como resposta aos atentados, levou a população palestina a participar ativamente da luta contra o Estado de Israel.

A partir desse acontecimento, instaurou-se uma espiral de violência: de um lado, atentados suicidas provocados por grupos radicais palestinos contra israelenses; de outro, retaliações a essas agressões, com ações militares promovidas pelo exército israelense. Israel colocou o exército dentro do território da ANP e passou a retaliar todos os suspeitos de integrar grupos terroristas, promovendo, ao mesmo tempo, ataques à população civil palestina.

FILME

Paradise now
De Hany Abu-Assad. Alemanha/França/Holanda/Israel/Palestina, 2005. 90 min.
O filme mostra a trajetória de dois amigos palestinos que são selecionados por um grupo terrorista para praticarem um atentado suicida em Tel Aviv, capital de Israel.

OSAMA SILWADI/REUTERS/LATINSTOCK

Figura 25. Manifestante palestino atira pedras em jipes do exército israelense nos arredores de Ramallah (capital da Cisjordânia) durante a segunda Intifada, 2001.

• Limites às negociações de paz

Em 2003, contando com o apoio da ONU, da União Europeia, dos Estados Unidos e da Rússia (**Quarteto de Madri**), líderes palestinos e judeus reuniram-se na capital espanhola para estabelecer um novo acordo de paz proposto, chamado de **Mapa do Caminho**. As metas previstas pelo acordo não tiveram o encaminhamento esperado devido à forte oposição de grupos radicais (judeus e palestinos) e dos obstáculos impostos pelos Estados Unidos e pelo governo israelense, que alegavam que Yasser Arafat era um interlocutor pouco confiável e pouco empenhado em controlar as ações de grupos terroristas.

Com a morte de Arafat em 2004, a ANP passou a ser presidida por **Mahmoud Abbas** (1935-), eleito num processo livre e democrático, no início de 2005.

As ações de Abbas foram pautadas pelas negociações com o governo de Israel e com os grupos radicais palestinos com o objetivo de retomar e avançar as questões traçadas pelo Mapa do Caminho. Essas negociações levaram à retirada dos assentamentos judaicos da Faixa de Gaza e de uma pequena parte da Cisjordânia.

Apesar disso, o governo de Israel insistiu em dar continuidade à **construção de um muro** que separa Israel da parte da Cisjordânia controlada pelos palestinos. O muro inviabiliza a demarcação das fronteiras acertadas pelo Mapa do Caminho: confisca cerca de 50% das terras situadas na Cisjordânia e anexa a Israel os assentamentos judaicos construídos nos territórios ocupados. Além disso, Israel incorporou todo o vale do Rio Jordão, a única fonte de abastecimento de água da região (situado na zona tampão, junto à fronteira com a Jordânia e controlada por Israel).

Existem ainda outros impasses para se atingir uma paz duradoura. Um deles é como ficaria a situação de Jerusalém. Israel a declara capital indivisível do país; já os palestinos não abrem mão de incorporá-la a um futuro Estado da Palestina. O extremismo de grupos judeus e palestinos, contrários a qualquer processo de negociação, constitui outro obstáculo.

Em 2006, o **Hamas** conquistou legitimamente o poder na faixa de Gaza e manteve a posição de não reconhecimento do Estado de Israel e a oposição a qualquer negociação de paz, dividindo a administração palestina: o **Hamas** passou a controlar a faixa de Gaza e o **Fatah**, de Mahmoud Abbas, apenas as terras palestinas da Cisjordânia. Leia o *Entre aspas*.

ENTRE ASPAS

Hamas

Hamas é a abreviatura em árabe para o Movimento de Resistência Islâmica. Foi criado em 1987, após o início da primeira intifada, com a finalidade de travar a luta armada contra Israel e promover programas de assistência social aos palestinos. Em 2005, conquistou o poder democraticamente em Gaza e a controla até hoje. O grupo é considerado uma organização terrorista por Israel, Estados Unidos, União Europeia e outros países do mundo.

CONEXÃO **Arte • História**

Protestos no muro da Cisjordânia

A construção do muro por Israel vem sendo criticada por diversos setores da sociedade palestina e mundial. Palestinos e israelenses, e pessoas de diferentes partes do mundo, também fazem seu protesto por meio da arte. Trechos do muro da segregação foram transformados num imenso painel, onde os artistas e pessoas em geral se manifestam.

Neste trecho do muro foi colado, sobre pichações de protestos, um grande painel inspirado no quadro *Guernica* (1937), de Pablo Picasso (1881-1973).

Guernica, assim como a obra colada no muro, traz elementos da sintaxe cubista (a forma como os elementos são dispostos na obra e as relações que estabelecem entre si): imagens fragmentadas, decompostas e distribuídas em planos sobrepostos na tela, quebrando totalmente a noção de perspectiva.

NICK FIELDING / ALAMY STOCK PHOTO/FOTOARENA

Painel no muro da Cisjordânia, 2008.

1. A obra de Picasso faz referência a qual contexto histórico? Discuta a analogia desse contexto com o do painel colocado no muro construído por Israel.
2. A linguagem cubista, descrita acima, dá um sentido às situações reais apresentadas nessas obras. Explique.

A partir de 2009 aos dias atuais, o primeiro-ministro de Israel Benjamin Netanyahu (1949-) entravou as negociações com a ANP ao permitir a ampliação dos assentamentos judaicos na Cisjordânia, o que inviabiliza a formação de um território palestino contínuo. O governo de Barack Obama posicionou-se contrário às ações de Netanyahu e, pela primeira vez, os Estados Unidos endossaram a posição palestina nas negociações de paz, no que diz respeito à interrupção dos assentamentos judaicos.

Em 2012, a ONU alterou o *status* da Palestina de “Entidade observadora” para “Estado observador não membro”. Israel e Estados Unidos estão entre os países que votaram contra a decisão que de certa forma reconhece o Estado Palestino no Oriente Médio. Foi uma importante vitória diplomática, embora simbólica, de Mahmoud Abbas. Mesmo com a mudança de *status*, a Palestina continua não tendo direito a voto na ONU, mas poderá participar da Assembleia Geral da ONU, além de entrar com ação no Tribunal Penal Internacional contra Israel (figura 26).

NASSER SHIYOUKHI/AP PHOTO/GLOW IMAGES

Figura 26. Manifestação comemora o novo *status* palestino de “Estado observador não membro” na ONU, em Belém (Palestina), 2012.

• Questão curda

Outro conflito étnico-nacionalista no continente asiático envolve uma nação cuja população se encontra distribuída por seis países (veja a seção *Olho no espaço* na página seguinte). Trata-se dos **curdos**, que constituem a maior nação do mundo **sem Estado**, somando cerca de 30 milhões de pessoas, das quais mais de 14 milhões vivem na **Turquia**[11].

Os curdos têm raízes muito remotas no Oriente Médio, na antiga Mesopotâmia. Apesar de serem um povo islâmico, mantêm suas próprias tradições e costumes e habitam a região conhecida como **Curdistão** há mais de 2.600 anos. Os curdos têm uma longa história de marginalização e perseguição, especialmente no Iraque e na Turquia.

O ex-ditador iraquiano Saddam Hussein (1937-2006) ordenou a matança de milhares de curdos e autorizou, nesse massacre, o uso de armas químicas, após a Guerra do Golfo de 1991. Na guerra dos Estados Unidos contra o Iraque, os curdos colaboraram com a coalizão na luta contra as tropas iraquianas e conquistaram autonomia nas terras que ocupam ao norte do Iraque. Desde 2014, suas terras foram invadidas pelo **Estado Islâmico**[12], transformando os curdos em importante força de combate a esse grupo terrorista no Oriente Médio.

Na Turquia, o ensino da língua curda nas escolas é proibido, assim como a comemoração de suas datas nacionais. A luta pela formação de um Curdistão independente sempre foi duramente reprimida pelos sucessivos governos turcos. Por outro lado, grupos guerrilheiros ligados ao **Partido dos Trabalhadores Curdos** (**PKK**) promoveram uma série de atentados com o objetivo de desestabilizar o governo e conquistar a independência.

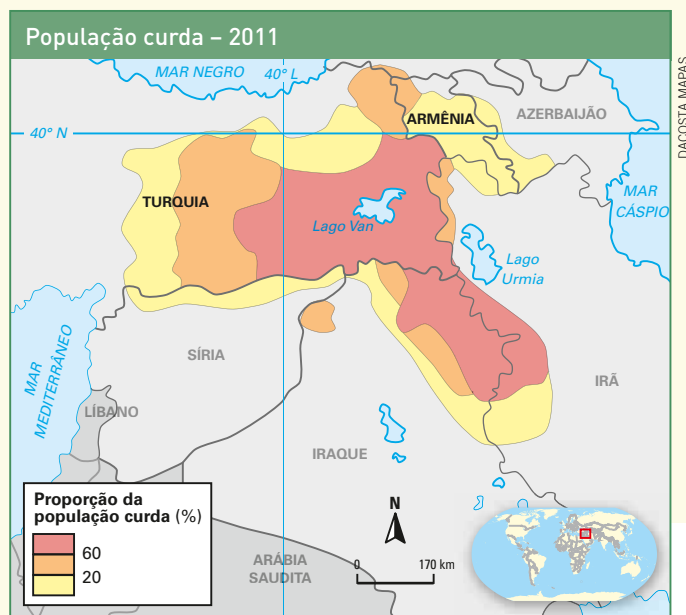
---

11 Cia World Factbook, 2014 e Conselho de Relações Exteriores (CFR).

12 Sobre o Estado Islâmico, veja o *Capítulo 3*.

Curdistão

Observe o mapa e responda à questão.

População curda – 2011

Fonte: SMITH, Dan. *Atlas dos conflitos mundiais*. São Paulo: Nacional, 2007. p. 62; Institute Kurde de Paris. Disponível em: <www.institutekurde.org>. Acesso em: fev. 2016.

- Quais peculiaridades geográficas dificultam a constituição de um país curdo?

• Síria

Em 2011, a Síria foi um dos países envolvidos na onda de movimentos pró-democracia desencadeada em vários países árabes contra os seus regimes ditatoriais, conhecidos como **Primavera Árabe**. As reivindicações comuns a todos esses movimentos apontavam para maior participação popular na política, para eleições livres, por liberdade de expressão, para o combate à corrupção e ao desemprego.

Poucos esperavam que a Síria se envolvesse nesses movimentos. No entanto, em 2011, as forças de segurança do governo sírio abriram fogo numa mesquita em Deraa, cidade do sul da Síria, onde se discutia a respeito da prisão de jovens responsáveis por pichações feitas contra o ditador sírio **Bashar al-Assad**. O **massacre em Deraa** desencadeou uma série de manifestações antigoverno e transformou-se numa guerra civil. A oposição ao regime se fortaleceu com a formação do **Exército Livre da Síria**.

A **guerra civil Síria** adquiriu contornos de conflito étnico-religioso, ao opor os principais grupos que habitam o país. Bashar al-Assad pertence ao grupo **alauita** (uma das vertentes do **islamismo xiita**) e é apoiado por seus integrantes que representam apenas 10% da população. Outros grupos também minoritários apoiam o regime: os **cristãos ortodoxos** (10%) e os **drusos** (3%). Essas minorias foram privilegiadas durante a ditadura da dinastia Assad[13]. Formaram o grupo social mais rico e preencheram os principais postos de comando do Estado sírio e do Partido Baath (partido único do regime). Em contraste, a maioria da população de origem sunita, entre eles a maior parte dos curdos, representava mais de 70% da população do país e é socialmente discriminada. Esses grupos não se sentem representados dentro do regime.

13 Em 1970, o ministro da defesa, Hafez al-Assad, promoveu um golpe de Estado na Síria e elegeu-se presidente do país no ano seguinte. Permaneceu no poder por 30 anos e foi sucedido, após a sua morte em 2000, pelo seu filho Bashar al-Assad.

Os **países do Ocidente** (Estados Unidos e União Europeia) e da **Liga Árabe** opuseram-se ao governo sírio e trabalharam para a sua deposição não só em função da violência contra a população, promovida pelo Estado e suas milícias armadas, mas pelo fato de Assad representar um governo contrário aos seus interesses na região. Apesar de esses países estabelecerem pesadas sanções econômicas unilaterais[14] contra a Síria, o governo de Assad contou com importantes alianças que lhe permitiu evitar o total isolamento do país: o **Irã** no Oriente Médio, dominantemente xiita e seu tradicional aliado; a **China** e a **Rússia**, membros do Conselho de Segurança, que lhe deram cobertura diplomática na ONU.

A Rússia tem interesses importantes a serem preservados. Desde a década de 1970, instalou uma base naval em **Tartus** e, em 2015, uma base aérea em **Latakia**, cidades sírias do Mediterrâneo. Os russos têm empresas de exploração e distribuição de gás natural no país. Mantêm fortes relações comerciais com o governo sírio e grande exportação de armamentos. Veja a figura 27.

STRINGER/AFP

Figura 27. Caças russos na pista da base militar russa na província de Latakia, no noroeste da Síria, em 16 de fevereiro de 2016.

Até o final de 2015, a Síria vivia um impasse: o regime e as forças de oposição permaneciam em combate. Mas outros ingredientes tornaram o desfecho da guerra civil incerto. Rússia e forças de coalizão lideradas pelos Estados Unidos apoiam forças diferentes no conflito. Enquanto a coalizão dá suporte aos rebeldes sírios contrários a Bashar al-Assad, o governo russo apoia o presidente. No entanto, todos têm como alvo comum o Exército Islâmico estabelecido em terras do Iraque e da Síria. Veja figura 28.

BEHA EL HALEBI/ANADOLU AGENCY/GETTY IMAGES

Figura 28. Soldado carrega criança após ataque aéreo russo em Alepo (Síria), 2015.

14 As sanções na ONU foram barradas pelo Conselho de Segurança pelo veto da China e da Rússia.

CONFLITOS SEPARATISTAS NA CHINA

Dos cerca de 1 bilhão e 370 milhões de habitantes da China, mais de 90% pertencem à etnia **han**. No entanto, outras 55 etnias que representam menos de 10% da população total do país ocupam mais da metade do território, especialmente em regiões que atingem grandes dimensões nas áreas desérticas e montanhosas do oeste e norte do país. Em algumas províncias dessa região, a população original e majoritária considera o povo chinês um ocupante ilegítimo e luta por sua independência e autonomia (figura 29).

Figura 29. China: grandes regiões geográficas – 2015

Fonte: OLIC, Nelson B.; CANEPA, Beatriz. *Geopolíticas asiáticas*. São Paulo: Moderna, 2007. p. 13. Consulado da China nos Estados Unidos, 2015. Disponível em: <http://guangzhou.usembassy-china.org.cn>. Acesso em: fev. 2016.

• Tibet

O Tibet é uma vasta região situada a sudoeste do território da **China**. Apesar de ter constituído um **Estado independente** entre **1911 e 1950**, a China alega que o Tibet faz parte do seu território desde o século XIII. Os tibetanos afirmam que o domínio chinês na região não foi constante nem contínuo.

No ano posterior à Revolução Socialista de 1949, a região foi novamente anexada pela China Popular. Antes institucionalizado como Estado teocrático, o Tibet, sob o domínio chinês, passou por grandes transformações, como a supressão do poder da aristocracia religiosa e civil, a abolição da servidão rural e da escravidão doméstica e a redistribuição de terras. Além disso, o planalto tibetano e a cidade de Lhasa, capital dessa província autônoma, receberam um grande contingente de migrantes chineses de origem han.

A reação diante da anexação, durante a década de 1950, colocou em confronto as forças de ocupação e parte da população tibetana separatista, organizada no Exército de Defesa da Religião, que atacou a todos que apoiavam a incorporação do Tibet à China Popular. No entanto, essa reação foi esmagada pelo exército vermelho de Mao Tsé-Tung (1893-1976). O líder espiritual tibetano, Dalai Lama, exilou-se, em 1959, na cidade indiana de Dharamsala, onde vive até hoje.

Em 1989, uma onda de movimentos pela democratização do regime chinês foi acompanhada por uma nova revolta separatista de monges budistas e de civis. O governo chinês, além de impor a lei marcial, restringiu a relativa autonomia religiosa e cultural ainda presente no Tibet (figura 30, na próxima página).

Teocracia
É um governo exercido por uma autoridade divina representada por homens. Nas teocracias, os líderes do governo são membros do clero e o sistema jurídico do Estado estabelece suas leis com base na religião.

Lei marcial
Situação especial em que o Estado passa a ser gerido momentaneamente por uma autoridade militar. A lei marcial cria um Estado de exceção – restrição das liberdades civis, imposição do toque de recolher, poder de deter os cidadãos sem acusação formal etc. – que assegura poderes ao governo de tomar decisões e ações necessárias para garantir a ordem e a segurança.

BEN PRUCHNIE/GETTY IMAGES

Figura 30. Homem protesta com o *slogan* "Tibet Livre" durante uma visita do presidente chinês Xi Jinping, em outubro de 2015, em Londres (Inglaterra).

Em 2008, novas manifestações levaram monges e jovens separatistas às ruas em Lhasa, Drepung, Sera, Gansu e Gamden, locais onde se situam importantes monastérios. Apesar da recomendação do Dalai Lama para que empregassem uma estratégia de luta apoiada na não violência e centrassem suas reivindicações na autonomia, os rebeldes tibetanos insistiram em sinalizar sua luta pela independência com ataques a cidadãos civis de origem chinesa e a autoridades alinhadas com o governo de Beijing. Mais uma vez, o Estado chinês reprimiu os manifestantes com violência. Na ocasião, a atenção mundial estava focada na China, em função da olimpíada ali realizada no mesmo ano, fato que ampliou negativamente a repercussão dos acontecimentos e da repressão ocorridos nessa região autônoma.

• Xinjiang

A província autônoma de Xinjiang está situada ao norte do Tibet e no noroeste do território chinês. Ocupada originalmente por muçulmanos da **etnia uigure**, foi anexada pela China no século XIX, e hoje corresponde a 15% do seu território. A terra dos uigures passou a ter importância econômica estratégica com a descoberta de grandes reservas de petróleo, correspondendo à terça parte das reservas existentes em toda a China.

O partido comunista utilizou em Xinjiang a mesma política de ocupação empregada no Tibet: estimulou a migração de colonos chineses para que estes suplantassem numericamente os uigures. Em 1949, a etnia han representava apenas 6% do total da população de Xinjiang. Em 2010, os chineses da etnia han representavam 41% da população, pouco menos que os 45% formados pela população uigure. Em Urumqi, capital da província, a população majoritária é han.

O objetivo dessa política migratória foi assegurar o controle do território e inibir qualquer iniciativa separatista, pois os uigures são mais ligados cultural e etnicamente à Ásia Central do que à China. No entanto, o movimento separatista ganhou força após a independência das ex-repúblicas soviéticas em 1990, situadas em sua fronteira: o Cazaquistão, o Tadjiquistão e o Quirguistão. Na última década, o movimento separatista promoveu uma série de ataques às tropas de ocupação chinesas, aos serviços públicos e à população civil han.

As ações do governo chinês em relação à população uigure são responsáveis pelo recrudescimento dos conflitos étnicos locais e pelo crescimento do número de adeptos do separatismo. Dentre as mais desaprovadas estão a discriminação contra os habitantes originais, os privilégios dos han nos empregos públicos e o boicote às práticas culturais e religiosas da população uigure.

PONTO DE VISTA

O diário de Zlata

"*Quinta-feira, 18 de junho de 1992*

Dear Mimmy,

Outra notícia péssima hoje. Nossa casa de campo em Crnotina, nossa torre de quase cento e cinquenta anos, queimou. Desapareceu no meio das chamas exatamente como o correio. Eu gostava tanto daquela casa! No ano passado passamos férias lá. Eu adorava ir para lá, me divertia muito. Como eu ficava feliz quando íamos para lá. E a restauração estava tão bem-feita: móveis novos, tapetes novos, janelas novas. Havíamos posto nela todo o nosso amor, todo o nosso calor, e ela nos recompensava com sua beleza. Ela havia atravessado tantos anos, tantas guerras, e agora... não resta mais nada. Queimou de alto a baixo. Ziga Meho e Becir, vizinhos nossos, morreram. E isso é ainda mais triste. A casa de Vildana também queimou. Todas as casas estão queimando. Morre um montão de gente. São notícias terrivelmente tristes.

Busco a razão disso tudo. Por quê? Quem é o responsável? Procuro, mas não encontro. Só o que sei é que estamos nos enterrando na desgraça. E também que a responsável por tudo isso é a política. Eu disse antes que a política não me interessava, mas para encontrar a resposta a minhas perguntas seria necessário, apesar de tudo, que eu entendesse um pouco de política. Adivinho algumas coisas, mas muitas outras algum dia vou aprender e compreender. Papai e mamãe nunca me falam de política. Sem dúvida eles acham que ainda sou muito pequena, ou então eles também não entendem nada. Eles só me dizem: 'Um dia isso acaba – um dia isso deve terminar'.

Domingo, 15 de novembro de 1992

Dear Mimmy,

É terrível o número de pessoas que foram embora de Sarajevo. Todas as pessoas famosas. 'É Sarajevo que está indo embora', disse mamãe. E um monte de gente que papai e mamãe conheciam. Falamos com muitas dessas pessoas e na hora de ir embora elas disseram: 'Com certeza um dia a gente se encontra de novo em algum lugar'. Foi triste. Triste e comovente. Esse dia 14 de novembro em Sarajevo vai ficar na memória. Me lembra os filmes que vi sobre os judeus durante a Segunda Guerra Mundial.

Quando voltamos para casa, a eletricidade tinha sido ligada. Papai desceu imediatamente para o porão com a serra elétrica para cortar lenha. De repente vimos ele subir as escadas correndo, com as mãos cheias de sangue. Era muito sangue que escorria. Mamãe foi com ele na hora para o centro de atendimento e de lá eles tiveram que ir para o hospital. No hospital costuraram o corte e aplicaram uma injeção antitetânica, agora ele vai ter que passar no hospital de três em três dias para ver como a coisa evolui. Teve sorte. Podia ter cortado o dedo fora. Um momento de distração, disse, porque mentalmente ele continuava na frente do prédio da Comunidade Judaica, de onde saem as pessoas que vão embora de Sarajevo. Os conhecidos vão embora e nossa cidade está perdendo um monte de gente fantástica, gente que fez de Sarajevo o que ela era. É a guerra que as expulsa, é a burrice que existe aqui há mais de sete meses e meio."

FILIPOVIC, Zlata. *O diário de Zlata*: a vida de uma menina na guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 67-68.

- Zlata, uma menina residente em Sarajevo, começou a escrever o seu diário (ao qual deu o nome de Mimmy) em 1991, quando tinha 11 anos de idade. Nele, registrou episódios da Guerra da Bósnia entre os anos de 1992 e 1993, relatando o cotidiano e as tensões geradas pelo conflito.

  De que forma você explicaria as questões levantadas por ela em seu diário: "Busco a razão disso tudo. Por quê? Quem é o responsável?"?

COMPANHIA DAS LETRAS

1. Leia o trecho do artigo publicado em julho de 2011, no jornal *Folha de S.Paulo.*

"Sob o olhar preocupado da comunidade internacional, nasce hoje o 193º país do mundo.

Devastado por décadas de guerras civis, [...] partilhará com Somália e Afeganistão os piores indicadores sociais do planeta.

'É um momento histórico, mas os desafios são gigantescos', afirma Erwin van der Borght, diretor da Anistia Internacional para África.

O país é o lugar no mundo onde mais morrem grávidas e recém-nascidos, e 90% das mulheres são analfabetas."

MONTENEGRO, Carolina. *Folha de S.Paulo*, 9 de jul. 2011. p. A20.

a) A qual país o texto faz referência?

b) Qual o principal recurso econômico e problema que o novo país enfrenta para a sua viabilização econômica?

2. Leia o texto.

Caldeirão de conflitos

"A província tornou-se uma caldeira de tensões étnicas, políticas e religiosas, que cresceram até o ponto em que militantes muçulmanos radicais, frequentemente financiados pelo governo paquistanês, passaram a cometer atrocidades, combatidas por um Exército indiano não menos tirânico e irracional."

Revista *Veja*. 22 jun. 2005. p. 80.

a) Cite o nome da região descrita no texto e descreva como ela está dividida.

b) Explique o motivo da permanente tensão na parte indiana dessa região.

c) Por que o conflito é motivo de tensão internacional?

3. Identifique as regiões assinaladas com as letras A e B e aponte os problemas comuns que apresentam.

China: grandes regiões geográficas

Fonte: LACOSTE, Yves. *Géopolitique*: la longue histoire d'aujourd'hui. Paris: Larousse, 2008. p. 176.

ENEM E VESTIBULARES

- (Enem 2005) Um professor apresentou os mapas a seguir numa aula sobre as implicações da formação das fronteiras no continente africano.

Divisão política

Divisão étnica

Fonte: *Atualidades/Vestibular 2005*, 1º sem., Abril, p. 68.

Com base na aula e na observação dos mapas, os alunos fizeram três afirmativas:

I. A brutal diferença entre as fronteiras políticas e as fronteiras étnicas no continente africano aponta para a artificialidade em uma divisão com objetivo de atender apenas aos interesses da maior potência capitalista na época da descolonização.

II. As fronteiras políticas jogaram a África em uma situação de constante tensão ao desprezar a diversidade étnica e cultural, acirrando conflitos entre tribos rivais.

III. As fronteiras artificiais criadas no contexto do colonialismo, após os processos de independência, fizeram da África um continente marcado por guerras civis, golpes de estado e conflitos étnicos e religiosos.

É verdadeiro apenas o que se afirma em

a) I.
b) II.
c) III.
d) I e II.
e) II e III.

FACES DO TERRORISMO

CONTEXTO

Os ataques de 13 de novembro

Flores, velas e mensagens foram deixadas em um memorial improvisado na Praça da República (Place de La République) em Paris (França), após a série de ataques terroristas coordenados ocorridos em 13 de novembro de 2015. Nessa praça ocorrem tradicionalmente grandes manifestações populares, culturais e políticas. É um local simbólico aos sentimentos de liberdade, igualdade e fraternidade, caros aos parisienses.

Extremistas islâmicos foram responsabilizados pelos ataques que mataram 129 pessoas e deixaram centenas de feridos na cidade. Os alvos foram a sala de concertos *Le Bataclan*, onde houve o maior número de vítimas, os restaurantes *Lê Carrion* e *Petit Cambodja* e o Estádio Nacional (*State de France*). Neste último, o presidente francês François Hollande (1954-) assistia a um jogo amistoso de futebol entre França e Alemanha. Após algumas explosões nas imediações do estádio, provenientes de granadas e a implosão de dois homens-bombas, o jogo foi paralisado e o presidente foi retirado às pressas do local pelos seguranças. A maior e mais organizada facção terrorista da atualidade reivindicou o atentado.

GUILLAUME PAYEN/ZUMA PRESS/CORBIS/FOTOARENA

Pessoas acendem velas em frente ao Monumento à República, em Paris (França), em 19 de novembro de 2015. No cartaz, lê-se: “Eles adoravam a França; eram vermelho e azul; Ludo e Yacinthe[15] foram mortos pelas balas dos terroristas”.

15 Menção a duas das vítimas dos atentados.

1. Qual o nome da organização terrorista envolvida nos atentados a Paris e em quais países concentram-se as suas bases militares?
2. Quais elementos expressam o nacionalismo francês na imagem que mostra a homenagem às vítimas do ataque?

1 TERRORISMO: PANORAMA HISTÓRICO

Terrorismo é uma forma de ameaça sistemática à sociedade por meio de **atos de violência** e **disseminação do medo**. Ele pode ocorrer por ações de grupos clandestinos unidos por um ideal político, afinidades étnicas ou religiosas, por meio de atentados a alvos específicos (personalidades e instituições do Estado) ou a alvos indiscriminados, que atingem a população civil. O terrorismo também pode ocorrer por meio de ações do próprio Estado contra cidadãos ou organizações da sociedade civil, situação comum em regimes ditatoriais ou **Estados totalitários**.

O terrorismo ganhou relevância neste início do século XXI. Foi proclamado, acima das guerras entre países, como a principal **ameaça à humanidade**. Isso por conta da **imprevisibilidade** de suas ações e da **falta de visibilidade do inimigo**. O terrorismo e a luta contra ele têm sido temas obrigatórios nas relações internacionais.

Ações de caráter terrorista como instrumento de luta política passaram a ocorrer já no século XIX. Ao longo dos séculos XX e XXI, vários grupos promoveram atentados na Europa e em outras partes do mundo. As motivações, as estratégias e as consequências foram diversas, segundo o momento histórico e as nações envolvidas. Foi, inclusive, o estopim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) (figura 1), conflito que deixou mais de dez milhões de mortos e modificou radicalmente o panorama político internacional.

AKG-IMAGES/ALBUM/LATINSTOCK

Figura 1. Em 1914, em visita a Sarajevo, capital da Bósnia – região anexada ao Império Áustro-Húngaro –, o príncipe herdeiro Francisco Ferdinando (1863-1914) e sua esposa foram mortos num atentado cuja autoria foi atribuída a um estudante nacionalista sérvio ligado à organização Mão Negra. O atentado, de caráter terrorista, levou a Áustria-Hungria a declarar guerra à Sérvia e marcou o início do primeiro conflito de dimensões globais, a Primeira Guerra Mundial.

Mas foi durante o período da **Guerra Fria** que o terrorismo adquiriu dimensão internacional. Grupos terroristas de diversos matizes ideológicos de oposição a governos, ditatoriais ou não, foram formados em todos os continentes: nacionalistas em luta pela independência ou por maior autonomia nacional, seitas e grupos religiosos. Parte expressiva desses grupos, partidários de causas legítimas ou não, foram apoiados e incentivados pelos Estados Unidos ou pela ex-União Soviética.

Na década de 1970, surgiram na Europa diversas organizações terroristas de cunho político, somadas às já existentes IRA e ETA (reveja no *Capítulo 2*): na Itália, as **Brigadas Vermelhas** (guerrilha urbana de extrema-esquerda contra o sistema capitalista); e na Alemanha, o **Baader Meinhof** (grupo guerrilheiro radical comunista, também conhecido como Facção do Exército Vermelho). Esses grupos aterrorizaram a população europeia, mas conquistaram a simpatia de uma pequena parte dela.

ENTRE ASPAS

Estado totalitário

Estrutura de Estado alicerçada em uma ideologia única; em valores propagados pelas instituições designadas que devem ser aceitos por todos os cidadãos; no controle de todos os aspectos da vida pública e privada; num partido único; num governo liderado por um ditador; no controle de todas as instituições do Estado, incluindo o poder judiciário; num sistema policial violento, que utiliza práticas terroristas e vigia permanentemente a população; no controle dos meios de comunicação de massa e das manifestações culturais e artísticas. São exemplos clássicos o nazismo, o fascismo e o regime de boa parte dos países que adotaram sistema socialista.

LEITURA

Assustadora história do terrorismo
De Caleb Carr.
Prestígio, 2003.

O livro aborda a história do terrorismo ao longo da história, indo da Roma Antiga até o atentado de 11 de setembro e as questões com o Iraque, com muitas imagens e texto em estilo jornalístico.

SITE

Wikileaks
http://apublica.org/2013/04/conheca-plusd-biblioteca-de-documentos-diplomaticos-wikileaks/

O *site* disponibiliza 2 milhões de documentos dos Estados Unidos sobre geopolítica global, incluindo a ditadura brasileira.

No Oriente Médio, considerado hoje o grande foco do terrorismo internacional, os primeiros grupos[16] tiveram origem entre os judeus nacionalistas na Palestina, na década de 1930. Mas foi somente a partir da década de 1960 que ocorreu a disseminação de grupos terroristas na região, formados inicialmente por palestinos. Aos atentados terroristas cometidos por essas organizações, além de carros-bombas – utilizados originalmente por organizações europeias –, foi acrescentado o **terrorismo suicida**.

Terrorismo suicida
Método de terrorismo cuja ação resulta em dano físico ou na morte do terrorista. Em geral é realizado por meio de homens--bomba, terroristas que detonam explosivos presos ao corpo.

2 TERRORISMO LIGADO AO FUNDAMENTALISMO ISLÂMICO

O islamismo é a religião que mais cresce no mundo. Em 2010, os 1,6 bilhão de muçulmanos que viviam no mundo representavam 23,2% da população mundial. Estima-se que serão 2,7 bilhões em 2050, 29,7% dos habitantes do planeta.[17] Os muçulmanos estão espalhados, sobretudo, pelo Oriente Médio (20%), norte da África, Sudeste Asiático, onde se sobressai a Indonésia, além de Índia, Paquistão, Bangladesh e Turquia.

Fundado pelo líder religioso **Maomé** (570-632), no século VII, baseia suas crenças no **Corão**, ou Alcorão, o livro sagrado do Islã, também chamado de Livro de Deus (*Kitab Alah*). Os seguidores do islamismo são denominados muçulmanos.

A interpretação do Corão não é a mesma para todos os muçulmanos. Para os **fundamentalistas islâmicos**, determinados valores das sociedades ocidentais, como a liberdade de expressão e de religião, são incompatíveis com as leis do Corão. Para eles, o Ocidente, com seus valores, constitui uma ameaça à sociedade muçulmana.

LEITURA

O império e os novos bárbaros
De Jean-Cristophe Rufin. Record, 1996.
O livro desenvolve a ideia de que o mundo próspero do "norte" apenas tem interesse nas questões do mundo pobre para ter acesso aos recursos econômicos vitais, como o petróleo, ou para proteger suas fronteiras contra os perigos das drogas, da imigração clandestina e do terrorismo.

ENTRE ASPAS

Fundamentalismo

Embora as discussões atuais sobre fundamentalismo refiram-se a grupos islâmicos que fazem uma interpretação restrita do Corão, o fundamentalismo religioso teve origem nos Estados Unidos, no século XIX, entre os conservadores teólogos protestantes.

De acordo com o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2009), é um "movimento religioso conservador, nascido entre os protestantes dos Estados Unidos no início do século XX, que enfatiza a interpretação literal da Bíblia como fundamental à vida e à doutrina cristãs [embora militante, não se trata de movimento unificado, e acaba denominando diferentes tendências protestantes do século XX]". Por extensão de sentido: "qualquer corrente, movimento ou atitude, de cunho conservador e integrista, que enfatiza a obediência rigorosa e literal a um conjunto de princípios básicos; integrismo". Integrista é a característica da pessoa que não aceita qualquer mudança nos princípios religiosos tradicionais.

Após os atentados de **11 de setembro de 2001** (figura 2, na página seguinte), houve uma grande expansão de grupos islâmicos de orientação fundamentalista ligados ao terrorismo. Estes grupos constituem uma ameaça interna em seus próprios países, mas podem atuar em qualquer parte do mundo.

Além dos esforços de preservação cultural, o crescimento do fundamentalismo islâmico está relacionado aos sucessivos fracassos econômicos e políticos dos governos de vários países muçulmanos da Ásia e do norte da África. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, esses países conquistaram sua independência e passaram a ter governos próprios. Desde então, o caos econômico e social, aliado ao autoritarismo e à corrupção da classe política dirigente, é a base fértil da expansão do fundamentalismo.

LEITURA

As diversas faces do terrorismo
De Paulo Sutti e Sílvia Ricardo. Harbra, 2002.
Uma análise abrangente do terrorismo de Estado e dos grupos radicais até os atentados de 11 de setembro, rico em fatos detalhados e depoimentos de algumas vítimas.

16 Os primeiros grupos terroristas na Palestina foram formados por judeus nacionalistas que tinham como objetivo comum intimidar a população árabe na região, combater a administração britânica e formar um Estado judeu.

17 Dados do Pew Research Center. *The Future of World Religions*: Population Growth Projections, 2010-2050, abril de 2015. Disponível em: <www.pewforum.org>. Acesso em: fev. 2016.

STR NEW/REUTERS/LATINSTOCK

Figura 2. Nova York (Estados Unidos), 2001. A sequência das imagens mostra o segundo dos dois aviões que atingiram o World Trade Center nos exatos momentos de sua aproximação e choque. O ataque foi o maior sofrido pelos Estados Unidos em seu território.

Além disso, a independência política conquistada por esses países não significou o fim das interferências externas das grandes potências mundiais – sobretudo dos Estados Unidos –, cuja posição sempre foi ambígua. No Oriente Médio, por exemplo, o petróleo foi o fio condutor que determinou o apoio estadunidense a um ou outro governante, de acordo com as vantagens econômicas e estratégicas que pudessem ser obtidas nessa região.

O resultado das interferências externas no embate entre Estados Unidos e União Soviética durante a Guerra Fria no Afeganistão favoreceu o crescimento do grupo Talibã e o treinamento de **Osama Bin Laden** (1957-2011), líder da rede terrorista Al-Qaeda, responsável pelos ataques de 11 de setembro de 2011 (figura 3). Após a interferência na Guerra Civil na Líbia (2011) e a invasão e ocupação do Iraque pelos Estados Unidos (2003 a 2011), a **expansão do terrorismo** se propagou numa escalada nunca vista em qualquer época. No caso do Iraque, criou as condições para o surgimento do **Estado Islâmico**, o mais temido grupo terrorista da atualidade.

FILME

Timbuktu
De Abderrahmane Sissako. França/Mauritânia, 2014. 96 min.

O filme mostra o dia a dia de uma pacata cidade ao norte do Mali, controlada por extremistas religiosos islâmicos. O enredo gira em torno da imposição de costumes religiosos rígidos aos seus habitantes, de acordo com a visão extremista do Islã, e do julgamento do personagem Kidame, responsável pela morte acidental de um pescador.

RUSSELL BOYCE/REUTERS/LATINSTOCK

Figura 3. Cartaz de busca por Osama Bin Laden exposto no distrito financeiro de Nova York (Estados Unidos), em 18 de setembro de 2001.

AFEGANISTÃO E TALIBÃ

O Afeganistão, composto por uma variedade de etnias rivais, era uma monarquia desde 1933. Em 1973, sofreu um golpe de Estado, liderado pelo general **Mohammed Daud** (1919-1978), que transformou o país numa república e assumiu a presidência. No período da Guerra Fria, principalmente após a crise do petróleo de 1973, o Afeganistão tornou-se um país estratégico, cujo território passou a ser disputado pelas duas superpotências da época. Os soviéticos aspiravam à dominação da região para controlar o acesso ao Golfo Pérsico, e os Estados Unidos buscavam inibir a expansão soviética no Oriente Médio.

Em 1978, Mohammed Daud foi derrubado e assassinado por membros do **Partido Democrático do Povo** (comunista). Esse episódio desencadeou a disputa pelo poder entre facções do próprio partido e entre grupos guerrilheiros de etnias diversas. Hafizullah Amin (1929-1979), líder de uma das facções do Partido Democrático do Povo, acabou conquistando a presidência, mas não se mostrou capaz de contemplar os interesses soviéticos. No final de 1979, a União Soviética invadiu o país. Hafizullah Amin foi assassinado e o presidente nomeado, **Babrak Karmal** (1929-1996), passou a governar o país apoiado pelos soviéticos, que em pouco tempo chegaram a mobilizar quase 100 mil soldados para a região.

A resistência contra o regime de Babrak Karmal, por parte dos vários grupos de **mujahedins** (conhecidos como guerreiros da liberdade), foi implacável. Instaurou-se no país uma guerra civil, com participação direta da União Soviética, denominada Guerra Afegã-Soviética (1979-89). Estados Unidos, Paquistão, China, Irã e Arábia Saudita forneceram armas e dinheiro aos guerrilheiros que lutavam contra a ocupação soviética. Durante a década de 1980, os Estados Unidos estiveram diretamente envolvidos no recrutamento e treinamento dos mujahedins (figura 4), entre eles **Osama Bin Laden**, o líder fundador da **Al-Qaeda**, a organização terrorista mais temida no mundo na primeira década do século XXI.

FILME

A caminho de Kandahar
De Mohsen Makhmalbaf.
França/Irã, 2001. 85 min.

Uma jornalista afegã refugiada no Canadá volta ao Afeganistão para salvar a irmã. A partir da viagem da jornalista até Kandahar, o filme mostra a imposição de costumes (fanatismo) e a situação do Afeganistão dos Talibãs.

LEITURA

Não há dia fácil
De Mark Owen.
Paralela, 2012.

Trata-se de um relato da missão executada por 24 membros do Seals (tropa de eleite estadunidense) responsável pela morte de Osama Bin Laden, líder da Al-Qaeda, numa casa no Paquistão, em 2011. Escrito sob pseudônimo, o autor esteve diretamente envolvido nessa missão.

DAVID HUME KENNERLY/GETTY IMAGES

Figura 4. O presidente dos Estados Unidos Ronald Reagan (1911-2004) em encontro com líderes mujahedins afegãos na Casa Branca, em 1983.

No final da Guerra Fria, em 1989 – no governo de Mikhail Gorbachev (1931-) –, o exército soviético retirou-se do Afeganistão, e a guerra continuou entre as facções de grupos muçulmanos que disputavam o poder entre si. Em 1996, o **Talibã**, grupo islâmico **ultrarradical**, assumiu o governo e o controle de 95% do território afegão, tornando o país abrigo do saudita Osama Bin Laden. Os mujahedins, treinados pelos Estados Unidos para combater a expansão do comunismo soviético, voltaram-se contra seu antigo aliado.

O governo Talibã foi derrubado pelas forças de coalizão em 2001 e hoje o grupo luta para derrubar o governo afegão e implantar seus valores fundamentalistas nas regiões que dominam, no Afeganistão e Paquistão. O Talibã implantou um regime islâmico repressivo, sobretudo às mulheres, nos cinco anos de controle do país, entre 1996 a 2001. Obrigadas a ocultarem-se atrás da burca e viverem confinadas, ficaram proibidas de frequentar escolas e locais de trabalho.

ENTRE ASPAS

Malala Yousafzai

A família da menina paquistanesa Malala Yousafzai (1997-) vivia na região Vale do Swat, dominada pelo grupo Talibã paquistanês desde 2007. Em 2009, quando o grupo proibiu as meninas de frequentarem a escola, Malala o desafiou: sob o pseudônimo de Gul Makai publicou o *blog Diário de uma estudante paquistanesa*, denunciando como era viver sob as leis do Talibã e defendendo a educação feminina. Em outubro de 2012, aos 15 anos de idade foi baleada na cabeça por membros do Talibã paquistanês, dentro de uma caminhonete usada para o transporte escolar. Malala sobreviveu ao atentado.

Em 2013 recebeu o prêmio Sakharov, dado pelo Parlamento Europeu às pessoas de todo o mundo, cujas contribuições à luta pelos direitos humanos foram excepcionais. Nesse mesmo ano, a região paquistanesa em que vivia teve um crescimento expressivo de matrículas de meninas em suas escolas. Em 2014, com apenas 17 anos de idade, tornou-se a mais jovem vencedora do prêmio Nobel da Paz. Hoje vive em Birmingham (Inglaterra) cercada de assessores e dedicada aos mais diversos empreendimentos: livro, documentário e o Fundo Malala (Malala Fund), criado para arrecadar recursos financeiros para a educação das meninas.

CORNELIUS POPPE/POOL/AFP

Malala Yousafzai, na ocasião em que recebeu o Prêmio Nobel da Paz, em Oslo (Noruega), 2014.

LEITURA

Por dentro do Jihad, uma história de espionagem
De Omar Nasiri. Record, 2007.

O autor relata a sua experiência durante os anos em que trabalhou, entre 1994 e 2000, como agente secreto para os principais serviços de inteligência da Europa, e a sua passagem pelos campos de treinamento afegãos, onde conheceu homens que mais tarde se tornariam os terroristas mais procurados do mundo.

Eu sou Malala
De Malala Yousafzai e Christina Lamb. Companhia das Letras, 2013.

O livro conta a história de Malala e sua família, desde a infância da garota no Paquistão, passando pela vida escolar em meios às dificuldades de se viver em uma região marcada pela desigualdade social e de tratamento em relação a meninos e meninas, até o terror de enfrentar o Talibã e de quase perder sua vida nessa luta.

NOVAS DIMENSÕES DO TERRORISMO

Durante o século XX, proliferaram grupos terroristas em praticamente todos os continentes, com os objetivos mais diferentes possíveis: grupos de esquerda em luta contra governos capitalistas, grupos de direita contra governos de orientação socialista, grupos nacionalistas, grupos separatistas, lutas pela independência, descolonização etc.

No entanto, os atentados terroristas de grande proporção são elementos marcantes da nova ordem mundial. Colocam em evidência a continuidade dessa estratégia de luta por grupos radicais que tentam derrotar Estados organizados, já que nada conseguiriam num combate frontal. O terrorismo é, portanto, uma **guerra assimétrica**, mas de grandes proporções, que amedronta e coloca a sociedade em estado de permanente tensão.

Neste início do século XXI, diversos atentados chocaram o mundo pela crueldade: o de 11 de setembro de 2001, em Nova York e Washington D.C., nos Estados Unidos, o de 11 de março de 2004, em Madri, na Espanha, e o de julho de 2005, em Londres (Inglaterra), todos atribuídos à rede terrorista Al-Qaeda; o de setembro de 2004, em Beslan[18], Ossétia do Norte (Rússia), de autoria de um grupo separatista da Chechênia; os atentados ao jornal satírico francês *Charlie Hebdo*, de janeiro de 2015, atribuídos à Al-Qaeda do Iêmen (leia o *Entre aspas*); os ataques a diversos locais da cidade de Paris, na França, ocorridos em 13 de novembro do mesmo ano (reveja a seção *Contexto*, no início do capítulo), e os ataques ao aeroporto internacional e a uma estação de metrô em Bruxelas, na Bélgica, em março de 2016, de autoria do Estado Islâmico.

Quanto mais gigantesca e violenta é a ação, mais o terrorismo conta com a **cobertura dos meios de comunicação**, que transforma a barbárie em espetáculo para ser acompanhado por milhões de pessoas em todo o mundo. No atentado ao World Trade Center, pessoas do mundo todo puderam ver pela televisão, em tempo real, o segundo avião mergulhar na torre, o edifício desabar e o desespero da população sob a poeira e os escombros. Atualmente o terrorismo de grande dimensão é liderado pelo Estado Islâmico (você verá adiante, na página 67).

ENTRE ASPAS

Je suis Charlie

O polêmico *Charlie Hebdo* é um jornal satírico de esquerda criado na década de 1980 em Paris (França), diferenciado por suas críticas ácidas à sociedade, à política e às religiões. Em 2011, publicou uma caricatura de Maomé com a frase "100 chibatadas se você não morrer de rir". Sofreu protestos, ameaças e uma bomba incendiária foi lançada no prédio da sua sede. Assim mesmo o *Charlie Hebdo* não deixou de poupar Maomé em suas caricaturas. Para os muçulmanos a representação de Alá ou do profeta Maomé é considerada blasfêmia, isto é, uma difamação contra eles.

Em janeiro de 2015, jihadistas ligados à Al-Qaeda do Iêmen realizaram um massacre na sede do jornal: gritavam "vingamos o profeta!" enquanto assassinavam 12 pessoas. Depois do atentado, o *designer* francês Joachim Roncin postou no *Twitter* a frase *Je suis Charlie* ("Eu sou Charlie") em homenagem aos colegas assassinados.

ROB STOTHARD/GETTY IMAGES

A frase *Je suis Charlie,* símbolo de solidariedade às vítimas dos ataques ao jornal *Charlie Hebdo,* é mostrada na tela de celular em 7 de janeiro de 2015.

AL-QAEDA

A rede **Al-Qaeda**, criada no contexto da Guerra Afegã-Soviética (1979-1989) com a fusão de facções islâmicas ultrarradicais que lutavam contra os soviéticos, inaugurou o "**terrorismo de espetáculo**", de grandes dimensões e projeção internacional. Essa nova face do terror foi revelada na sucessão de ataques aos Estados Unidos, em **11 de setembro de 2001**.

Seu líder, Osama Bin Laden, morto em 2011 em uma ação militar das forças de operações especiais estadunidenses, proclamava a união de todos os muçulmanos para lutar pela formação de uma única nação islâmica. Contra a interferência da penetração de valores ocidentais nos países muçulmanos, conclamava aos seus seguidores promover uma guerra santa (***jihad***) contra os Estados Unidos e o seu principal aliado no Oriente Médio, o Estado de Israel.

18 Veja a seção *Entre aspas*, na página 79.

ESTADO ISLÂMICO

Em 2004, um ano após a invasão do Iraque liderada pelos Estados Unidos, foi formada a **Al-Qaeda no Iraque** comandada por **Abu Musab al-Zarqawi** (1966-2006), uma força relevante entre os insurgentes que lutavam contra a ocupação estrangeira. Na situação de caos e desordem política que vivia o país, Zarqawi via as condições ideais para o estabelecimento de um Estado Islâmico imediatamente, diferente do que pensava a Al-Qaeda de Osama Bin Laden, que via a criação de um Estado regido pelas leis islâmicas como um objetivo futuro.

Em 2006 foi criado o **Estado Islâmico** (**EI**) com a fusão de membros da Al-Qaeda no Iraque, que se dissolveu, e outras organizações terroristas insurgentes **sunitas** combatentes contra as forças de ocupação e as do governo iraquiano. Hoje, as relações entre a Al-Qaeda e o Estado Islâmico estão rompidas.

ENTRE ASPAS

Sunitas e xiitas

Os sunitas e os xiitas constituem a principal divisão do islamismo, criada após a crise sucessória ocorrida com a morte do profeta Maomé, no século VII. O império islâmico deixado por Maomé dividiu-se em quatro califados. Abu Bakr, amigo de Maomé e um dos quatro califas, foi considerado pela maioria muçulmana o seu sucessor e os seus adeptos são chamados de sunitas. Os xiitas formam o ramo do islamismo que, desde essa época, defendem como legítimo sucessor do profeta o seu primo, o califa Ali ibn Abi'alib. Essa divisão semeou diversas batalhas históricas entre os grupos islâmicos e está por trás da disputa pela liderança regional no Oriente Médio entre Arábia Saudita (sunita) e o Irã (xiita).

No Iraque, a maioria da população é xiita e foi reprimida durante a ditadura sunita de Saddam Hussein (1937-2006), até a sua deposição em 2003 pelas tropas de coalização internacional liderada pelos Estados Unidos. Em 2011, o primeiro-ministro em exercício no Iraque, o xiita **Nouri al-Maliki** (1950-), passou a perseguir a população sunita, logo após a saída das tropas estadunidenses do país. Nesse contexto de repressão, o Estado Islâmico cresceu e ganhou admiração de fudamentalistas sunitas de boa parte do mundo. O grupo projetou-se pela capacidade econômica, pelos recursos militares, pelo impacto que provoca a divulgação das suas ações terroristas e pela propaganda eficiente dos seus meios de comunicação.

Em 2010, **Abu Bakr al-Baghdadi** (1971-) (figura 5), um ex-detento de uma das prisões controladas pelos Estados Unidos nos anos de ocupação, tornou-se líder do Estado Islâmico, reorganizou as suas bases militares e promoveu as principais ações de ataques e ocupação de terras e cidades iraquianas.

AL-FURQAN MEDIA/ANADOLU AGENCY/GETTY IMAGES

Figura 5. A imagem, tirada de um vídeo, mostra o líder do Estado Islâmico, Abu Bakr al-Baghdadi, pregando numa mesquita em Mossul (Iraque) em um dia de oração. O vídeo foi divulgado em julho de 2014.

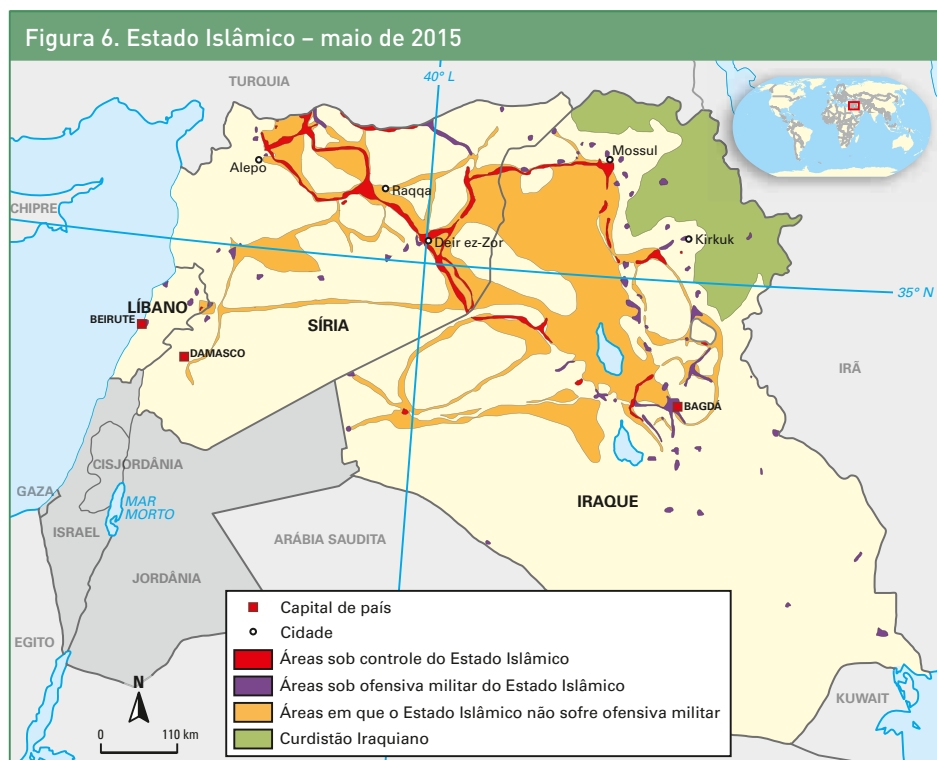
ENTRE ASPAS

De onde vem o dinheiro e os armamentos do EI?

O financiamento do Estado Islâmico vem de fontes diversas: de poços e refinarias de petróleo na Síria e no Iraque, cuja produção é vendida nesses países e na Turquia; de extorsões de comerciantes e de taxas cobradas da população para fornecer eletricidade e outros serviços públicos nas cidades que domina; de resgate de sequestros de estrangeiros e cidadãos sírios e iraquianos de classe média; da venda no mercado ilegal de obras saqueadas de museus e sítios arqueológicos; de doações de simpatizantes e seguidores do grupo.

Seus recursos militares incluem artilharia pesada, metralhadoras, lançadores de foguetes e baterias antiaéreas. Todo esse armamento provém principalmente dos Estados Unidos, da China e da Rússia, que repassam para exércitos nacionais e grupos rebeldes que apoiam na Síria e no Iraque. Durante os combates, e também por conta da infraestrutura de controle precária desses países, armas e munições acabam caindo nas mãos do EI. Integrantes do EI capturam até mesmo tanques de guerra e veículos blindados em luta com os exércitos sírio e iraquiano.

Em 2013, Baghdadi criou o **Estado Islâmico do Iraque e do Levante** (EIIL), diante da extensão da sua linha de combate ao território sírio, favorecido pelo caos criado pela Guerra Civil Síria. No início se associou com a **Frente Al-Nusra da Síria**, mas as duas organizações romperam logo em seguida. A Al-Nusra é afiliada da Al-Qaeda.

Em 2014, já controlava amplos territórios, estradas e importantes cidades nos dois países, Iraque e Síria. **Mossul**, considerada a capital do Estado Islâmico, é a segunda mais importante cidade iraquiana depois de Bagdá. A capital do Estado Islâmico na Síria é a cidade de **Raqqa**. Em junho do mesmo ano, Baghdadi proclamou a formação oficial do **Califado do Estado Islâmico**, e "como sucessor legítimo da linhagem de Maomé", proclamou-se califa e conclamou todos muçulmanos do mundo a jurarem-lhe lealdade. Fazem parte da liderança militar do novo "Estado", ex-oficiais e soldados das tropas que sustentaram o governo de Saddam Hussein e hoje estão a serviço do movimento terrorista mais perigoso do nosso tempo. Veja o mapa (figura 6).

LEITURA

A origem do Estado Islâmico – O fracasso da "Guerra ao Terror" e a ascensão jihadista
De Patrick Cockburn.
Autonomia Literária, 2015.

A obra mostra como as intervenções no Iraque, em 2003, e na Guerra Civil na Líbia, em 2011, foram responsáveis pela formação do Estado Islâmico, na Síria e no Iraque, e dos grupos ligados a ele em outras partes do mundo muçulmano.

Figura 6. Estado Islâmico – maio de 2015

DACOSTA MAPAS

Fonte: *Institute for the study of war*. Disponível em: <www.understandingwar.or>. Acesso em: dez. 2015.

Uma coalização de dezenas de países, além de forças locais, como o grupo curdo armado de elite conhecido como **Peshmerga** e as forças rebeldes sírias contra Bashar al-Assad, combate o Estado Islâmico (figura 7). O Peshmerga, milícia armada criada no processo de luta pela independência do Curdistão, é hoje a principal força de proteção dos curdos no Iraque e na Síria e a mais eficiente, até o momento – início de 2016 –, na luta por terra contra o Estado Islâmico.

STRINGER/REUTERS/LATINSTOCK

Figura 7. Grupo curdo armado Peshmerga lança bomba contra forças armadas do Estado Islâmico, em Dokuk (Iraque), 2015.

• Métodos do Estado Islâmico

O Estado Islâmico assombrou o mundo com crimes cruéis: decapitou jornalistas, funcionários de organizações de ajuda humanitária e queimou prisioneiros vivos. Entre suas práticas recorrentes estão crucificações, apedrejamentos e sepultamento de vítimas vivas. Perseguiu comunidades religiosas como cristãos, curdos e yazidis e suas milícias estupraram e escravizaram mulheres.

Em 2015, o "califado" inaugurou uma nova fase de atuação. Passou a promover ataques terroristas em outros países do mundo através de seguidores locais adeptos à sua ideologia: na Tunísia, na Turquia, no Líbano, na França, nos Estados Unidos Unidos. Todos eles em conflito aberto com Estado Islâmico. Logo após a intervenção da Rússia na Guerra Civil Síria, um avião de passageiros da companhia russa Metrojet foi derrubado no Sinai, ataque atribuído ao grupo armado **Península do Sinai**, braço do Estado Islâmico no Egito. O avião que decolou em Sharm el-Sheikh (Egito) com destino a São Petersburgo (Rússia) tinha 224 pessoas a bordo.

Yazidis
Grupo étnico-religioso de língua curda que habita principalmente o norte do Iraque.

BOKO HARAM

O maior número de vítimas em atentados terroristas registrado em 2014 ocorreu na Nigéria, sob o comando do grupo extremista islâmico Boko Haram: 7.512 mortes. Os dados são do *Global Terrorism Index 2015*, do Instituto para Economia e Paz (Institute for Economics and Peace), que o classificou como o mais mortal do mundo. Esses números dizem respeito apenas aos atentados e não a situações de conflito armado, em que o número é mais elevado. O Boko Haram também atua em países vizinhos, como Camarões, Níger e Chade.

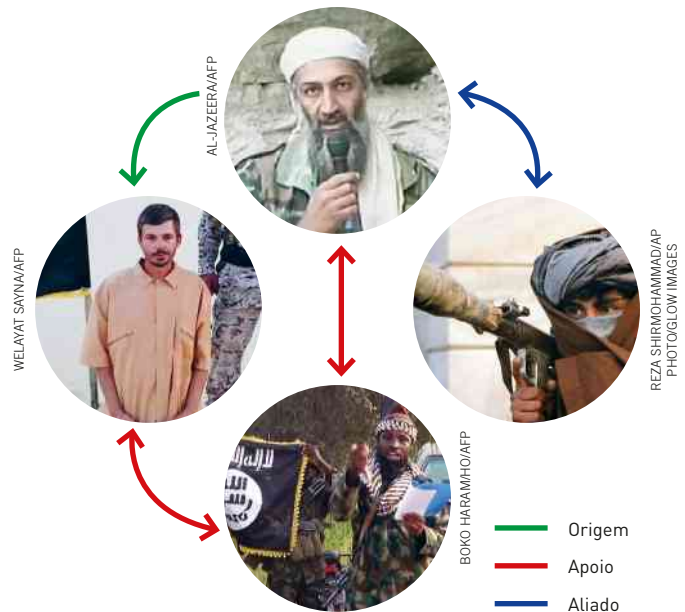
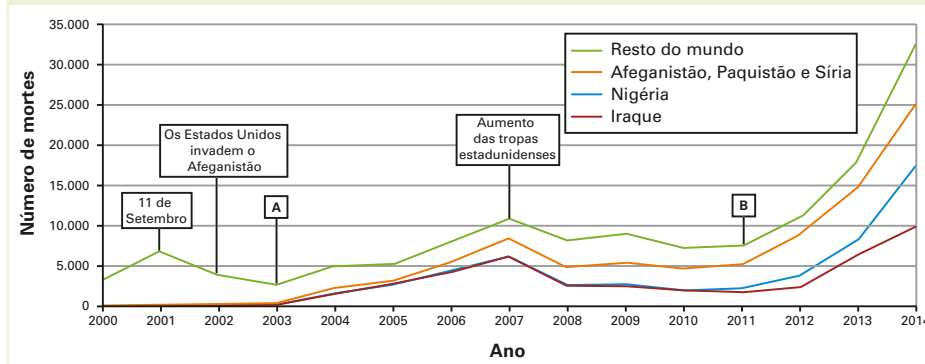
Ele conquistou repercussão internacional em 2014 ao sequestrar 276 adolescentes que dormiam numa escola, no noroeste da Nigéria. Posteriormente declarou que elas foram obrigadas a casar com membros do grupo ou foram vendidas. O ato provocou indignação do mundo inteiro e desencadeou várias campanhas de solidariedade. Esse é apenas um de muitos episódios relacionados ao sequestro de milhares de meninas pelo Boko Haram. Segundo a Unicef, algumas das meninas sequestradas na Nigéria foram recrutadas para operações terroristas, inclusive ataques suicidas.

O grupo luta pela instituição na Nigéria de um governo fundamentado na lei islâmica. Assim como o Talibã, é contra a educação escolar feminina (figura 8). Em hausa, língua mais falada no norte da Nigéria, Boko Haram significa "a educação ocidental é pecaminosa". Em 2015 prometeu sua **lealdade ao Cafifado Estado Islâmico**, de Abu Bakr al-Baghdadi.

EMMANUEL BRAUN/REUTERS/LATINSTOCK

Figura 8. Meninas observam assustadas soldados na cidade de Damasak (Nigéria), em março de 2015. Nesse momento, a cidade havia sido recuperada do controle do grupo Boko Haram por soldados do Níger e do Chade.

COMPREENSÃO E ANÁLISE

1. O esquema ao lado mostra as articulações entre as principais organizações terroristas destacadas na primeira parte do capítulo. Escreva um texto sobre cada uma delas e explique as suas relações.
2. Em 2014, os cinco países em destaque no gráfico abaixo foram os mais vulneráveis à ação de grupos de terroristas: Iraque, Nigéria, Afeganistão, Paquistão e Síria. Observe o gráfico e responda às questões.
   a) Que mensagem geral expressa a leitura do gráfico?
   b) A letras A e B indicam dois acontecimentos importantes responsáveis pela expansão das atividades terroristas. Identifique-os.
   c) Compare o número de mortes por terrorismo nos dois países mais afetados em 2014 com as mortes registradas no resto do mundo no mesmo ano.

Fonte: Institute for Economics and Peace. *Global Terrorism Index 2015*. p. 14. Disponível em: <www.start.umd.edu>. Acesso em: dez. 2015.

ENEM E VESTIBULARES

- (Fuvest-SP 2015)

"O grupo Boko Haram, autor do sequestro, em abril de 2014, de mais de duzentas estudantes, que, posteriormente, segundo os líderes do grupo, seriam vendidas, nasceu de uma seita que atraiu seguidores com um discurso crítico em relação ao regime local. Pregando um islã radical e rigoroso, Mohammed Yusuf, um dos fundadores, acusava os valores ocidentais, instaurados pelos colonizadores britânicos, de serem a fonte de todos os males sofridos pelo país. Boko Haram significa 'a educação ocidental é pecaminosa' em haussa, uma das línguas faladas no país."

www.cartacapital.com.br.
Acesso em: 13 maio 2014. Adaptado.

O texto se refere

a) a uma dissidência da Al-Qaeda no Iraque, que passou a atuar no país após a morte de Saddam Hussein.
b) a um grupo terrorista atuante nos Emirados Árabes, país economicamente mais dinâmico da região.
c) a uma seita religiosa sunita que atua no Sul da Líbia, em franca oposição aos xiitas.
d) a um grupo muçulmano extremista, atuante no Norte da Nigéria, região em que a maior parte da população vive na pobreza.
e) ao principal grupo religioso da Etiópia, ligado ao regime político dos tuaregues, que atua em toda a região do Saara.

3 TERRORISMO DE ESTADO: CASOS EXEMPLARES

O terrorismo de Estado utiliza um sistema de dominação política baseado na disseminação de terror e medo na sociedade. Caracteriza-se por uma política repressiva sistemática implementada pelos órgãos do Estado. A violência praticada torna-se uma ameaça constante à população e pode durar por toda a vigência de um regime.

Ao longo da história do mundo, diversos governos implantaram esse tipo de terrorismo, sob as mais diferentes ideologias e formas: comunismo, fascismo, nazismo etc. Em todos eles, houve o extermínio e a submissão de milhares de pessoas. Conheça alguns casos.

COMUNISMO SOVIÉTICO

Na União Soviética, entre 1929 e 1932, sob a liderança de **Josef Stálin** (1879-1953), mais de 13 milhões de camponeses foram mortos por resistirem à coletivização forçada das terras agrícolas. Entre 1936 e 1938, foram perseguidos e condenados à morte milhares de militantes e lideranças importantes do próprio Partido Comunista por meio dos **Processos de Moscou**. Por meio de organizações como o **Comissariado do Povo para Assuntos Internos** (**NKVD**), foi implantado na União Soviética um Estado marcado pelo controle e pelo extermínio de pessoas, julgadas sumariamente, muitas vezes por motivos pouco relevantes.

MAX ALPERT/ULLSTEINBILD

Figura 9. Construção do Canal de Fergana no Uzbequistão, 1939. O emprego de trabalho forçado na União Soviética teve início com Lênin, mas se intensificou sob o governo de Stálin.

Três anos após a morte de Stálin, em 1953, o seu sucessor, **Nikita Kruschev** (1894-1971), denunciou a violência do Estado stalinista, em que milhões de pessoas foram mortas nos campos de trabalho forçado (figura 9) ou executadas por perseguições políticas. Outros milhões foram vítimas de prisões, tortura e exílio. Embora numa dimensão mais modesta que a da Era Stalinista, essas práticas e estruturas de Estado, condenadas por Kruschev, não foram eliminadas na União Soviética até o governo Mikhail Gorbatchev (1931-) assumir o poder, em 1985. Os traços totalitários do regime soviético foram assimilados nos países sob a sua influência durante a Guerra Fria.

ALEMANHA SOB O NAZISMO

A Alemanha de **Adolf Hitler** (1889-1945) foi marcada pela perseguição a minorias, sobretudo étnicas (caso dos judeus), além de homossexuais, comunistas, intelectuais e críticos ao Estado nazista. A **Gestapo** (polícia secreta) investigava, realizava prisões e eliminava os dissidentes.

A **SS** (tropa de elite) do **Partido Nazista** constituía a principal força do Estado e tinha influência em todos os setores da administração pública. Foi a principal responsável pelos massacres da população judaica na Alemanha e nos países ocupados durante a Segunda Guerra Mundial. Sequestros, assassinatos, extermínios em massa, destruição de sinagogas e ataques à população civil tornaram-se práticas comuns tanto da Gestapo como das tropas de elite nazista e do exército alemão. Veja a figura 10.

CORBIS/FOTOARENA

Figura 10. Cerca de 60 mil judeus, confinados pelos alemães num gueto, em Varsóvia (Polônia), rebelaram-se, entre janeiro e maio de 1943, no que ficou conhecido como o "levante do gueto de Varsóvia". As tropas nazistas esmagaram a rebelião, chacinando milhares de judeus e enviando outros milhares para campos de concentração. A imagem mostra famílias judaicas sendo retiradas do gueto no ano do levante.

CONEXÃO — Língua Portuguesa • Sociologia

Os medos do regime

Bertold Brecht (1898-1956) foi um importante dramaturgo e poeta alemão, cujos trabalhos influenciaram profundamente o teatro contemporâneo. Com a eleição de Hitler em 1933, por questões políticas, Brecht deixa a Alemanha, para onde retorna apenas em 1948, instalando-se na parte oriental de Berlim. Leia, a seguir, o trecho de um poema de Brecht.

> "Um estrangeiro, voltando de uma viagem ao Terceiro Reich
> Ao ser perguntado quem realmente governava lá, respondeu:
> O medo."

BRECHT, Bertold. Os medos do Regime. *Poemas 1913-1956*. São Paulo: Editora 34, 2011. p. 198.

- Reflita sobre o uso do medo como meio de controle da sociedade.

FILME

Nos braços de estranhos
De Mark Jonathan Harris. EUA, 2000. 118 min.
História de pessoas que quando crianças foram salvas na Alemanha do terror nazista e levadas para viver em casas estrangeiras e orfanatos na Grã-Bretanha.

Diplomacia
De Volker Schlöndorff. França/Alemanha. 2014. 84 min.
O filme discute o dilema moral do general alemão Dietrich von Choltitz que governava Paris durante a ocupação nazista, em agosto de 1944. A guerra já estava perdida para a Alemanha e o exército aliado avançava para a retomada de Paris. O filme está ambientado num hotel e é estruturado num longo diálogo entre o general e o cônsul sueco Raoul Nordling. Com muita diplomacia, o sueco consegue fazer o general não acatar as ordens de Hitler de destruir totalmente a cidade de Paris, seus principais monumentos e boa parte da população. A desistência do general poderia significar a morte de sua mulher e seus filhos, mas lhe é sugerida uma solução.

SITE

Comissão Nacional da Verdade
www.cnv.gov.br
O *site* da Comissão Nacional da Verdade (CNV), instalada no Brasil desde maio de 2012, apresenta documentos, vídeos e o relatório final do trabalho realizado por ela.

DITADURAS LATINO-AMERICANAS

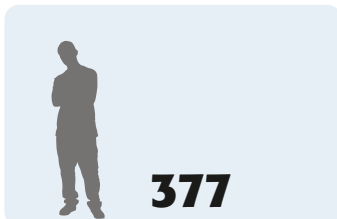
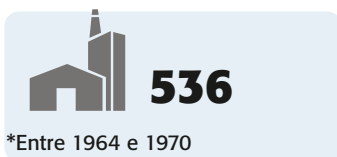
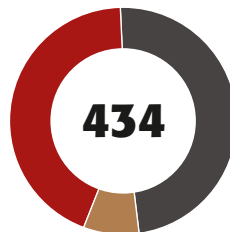
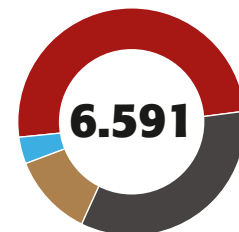
Na América Latina, as ditaduras que se instalaram em diversos países entre as décadas de 1960 e 1980 foram responsáveis por milhares de casos de pessoas sequestradas, presas, torturadas, mortas e desaparecidas sob a responsabilidade do Estado. Veja a figura 11.

Países da América do Sul implantaram, também, ações conjuntas destinadas à repressão a seus opositores, entre elas, a **Operação Condor**. A operação estruturava-se na cooperação entre os serviços de inteligência do Chile, Brasil, Argentina, Uruguai e Bolívia – posteriormente estendido ao Peru e ao Equador – e foi responsável pelo desaparecimento e morte de milhares de pessoas suspeitas de estarem ligadas às organizações de esquerda ou serem adversárias dos regimes ditatoriais sul-americanos.

AGÊNCIA O GLOBO

Figura 11. Conflito entre estudantes e militares durante passeata, no centro do Rio de Janeiro (RJ), em junho de 1968. Os estudantes reivindicavam ensino público e gratuito para todos, democratização e melhoria da qualidade do ensino superior e mais verbas para pesquisas. Além disso, contestavam o cerceamento às liberdades democráticas e a ditadura instaurada no Brasil com o golpe de 1964.

Com o retorno à democracia, diversos países latino-americanos criaram comissões para apurar a responsabilidade pelos crimes cometidos (Argentina, em 1983, Chile, em 1990, e Peru, em 2001). Apesar das suas particularidades, todas apontaram para o objetivo de garantir o direito à memória, de recuperar a verdade histórica nacional e apurar violações aos direitos humanos praticados pelo Estado durante os períodos ditatoriais. No Brasil, a instauração de uma comissão dessa natureza ocorreu tardiamente, apenas em 2012, com o nome **Comissão Nacional da Verdade**. Em 2014 foi apresentado o seu relório final. Observe no infográfico as apurações gerais do relatório (figura 12).

Figura 12. Comissão Nacional da Verdade: relatório final

Fonte: *G1*, 10 dez. 2014. Disponível em: <g1.globo.com>. Acesso em: jan. 2016.

CONEXÃO

Arte • História

Memória da ditadura

O artista plástico Rubens Gerchman (1942-2008) nasceu no Rio de Janeiro (RJ). Foi pintor, desenhista, gravador e escultor. Suas obras retratam o cotidiano e apresentam forte conteúdo humanista. Na década de 1960, quando surgiu a maioria das ditaduras latino-americanas, inclusive a do Brasil, elaborou vários trabalhos sobre mortes e perseguições políticas.

Os trabalhos desse período têm forte influência da *pop art* – movimento artístico surgido na década de 1960 –, com a utilização de uma linguagem visual que se aproxima da utilizada pela indústria cultural: publicidade, quadrinhos, televisão e fotografia, colagens e repetição de imagens em série. A *pop art* tinha como tema a própria sociedade de consumo, seus objetos elaborados pelo processo de produção em massa e suas celebridades.

RUBENS GERCHMAN. OS DESAPARECIDOS. 1965.

Os desaparecidos (1965), tinta industrial sobre tela de Rubens Gerchman.

1. Quais aspectos da obra *Os desaparecidos* a aproxima da *pop art*?
2. O que diferencia esta obra da temática recorrente da *pop art*?

CAMBOJA DE POL POT

Em 1975, os **Khmers Vermelhos** (militantes do Partido Comunista Cambojano – Khmer) tomaram Phnom Penh, capital do Camboja, e implantaram um dos mais sanguinários regimes no Sudeste asiático. Sob a presidência de **Pol Pot** (1925-1998), responsável pela morte de aproximadamente 2 milhões de pessoas num período de apenas quatro anos (1975-1979), os Khmers Vermelhos governaram o país por meio do terror.

Os habitantes de Phnom Penh foram enviados ao campo para trabalhar em fazendas coletivas, com a alegação de que estavam contaminados pela ideologia burguesa da cidade (figura 13). Os intelectuais e as pessoas que tinham alguma instrução foram perseguidos, muitos executados. Dominar a língua e ler com desenvoltura era motivo de condenação, e dominar o idioma inglês era motivo de execução. A prática religiosa, bem como orar para as almas dos antepassados, foi proibida. Livros sagrados, outros artigos religiosos e estátuas budistas foram destruídos. Em pouco tempo, o país foi convertido num grande campo de prisioneiros do Estado.

ROLAND NEVEU/LIGHTROCKET VIA GETTY IMAGES

Figura 13. Habitantes de Phnom Penh (Camboja) deixam a capital acompanhados pelo exército, em 1975.

PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DA ARGÉLIA

A **Guerra da Argélia** (1954-1962) é um exemplo de violência, violação dos direitos humanos e métodos terroristas praticados pelos dois lados envolvidos no conflito.

A guerra foi desencadeada pela **Frente de Libertação Nacional (FLN)**, fundada em 1954 pelo político argelino **Ahmed Bem Bella** (1918-2012), que tinha como objetivo lutar pelo fim do domínio francês, iniciado em 1830. No início a FLN entrou em conflito direto com os extremistas **Pieds-Noirs** (Pés Negros), como eram denominados os colonos franceses, que temiam que o governo parisiense acabasse abrindo mão da Argélia e foram responsáveis por frequentes atentados terroristas contra os árabes argelinos. Posteriormente, a luta da FLN foi travada contra o próprio exército francês: a França deslocou mais de meio milhão de soldados para a Argélia durante a guerra. Apesar das vitórias iniciais dos franceses, a FLN desencadeou extensa campanha de terrorismo urbano em agosto de 1956.

Entre janeiro e setembro de 1957, o general francês **Jacques Massu** (1908-2002) conseguiu desestabilizar os grupos que lutavam pela independência. Esse período do conflito ficou conhecido como **Batalha de Argel**. O uso da tortura contra os prisioneiros argelinos foi reconhecido pelo próprio general Massu e por outros militares franceses, alguns anos depois.

A França chegou a criar campos de refugiados, cercados de arames farpados, para onde foram deslocadas pessoas que perderam casas e propriedades durante a guerra, camponeses e franceses simpáticos à causa da independência argelina. Mais de 1 milhão de pessoas fugiram para a Tunísia e para o Marrocos por causa da violência da guerra ou para se livrar dos campos de refugiados, caracterizados por alguns como verdadeiros campos de concentração. Veja a figura 14.

FILME

A batalha de Argel
De Gillo Pontecorvo.
Argélia/Itália, 1965. 117 min.

O filme mostra os dois lados do conflito: a tortura e a eliminação cruel dos rebeldes, empreendidas pelo exército de ocupação francês, e os métodos de luta da FLN, apoiados na guerrilha e no terrorismo.

COURTESY EVERETT COLLECTION/FOTOARENA

Figura 14. Campo de batalha em Argel (Argélia), 1965.

APARTHEID NA ÁFRICA DO SUL

Na África Subsaariana, praticamente nenhum país esteve imune às violações dos direitos humanos e ao terror praticado pelo Estado. Mas, sem dúvida, a África do Sul marcou o século XX em razão da institucionalização da violência e da **segregação racial** contra os negros.

Os conflitos entre o Estado segregacionista comandado pelos brancos e os movimentos negros tiveram início ainda na primeira década do século XX. Criada em 1910, a **República da África do Sul** promulgou a **Lei de Terras**, que destinava 87% das terras sul-africanas para os 18% que formavam a população branca. Os negros, impedidos de participar das decisões políticas, eram considerados apenas mão de obra para agricultura, exploração das minas, serviços domésticos etc. Alguns chegaram a fazer parte da própria polícia sul-africana, colaborando, ironicamente, para o cumprimento das leis racistas.

Em 1912, foi criado o **Congresso Nacional Africano** (**CNA**), em defesa dos direitos da população negra, que liderou a luta contra a discriminação na África do Sul por todo o século XX. A partir de 1948, o ***apartheid*** (separação), que já existia de fato, passou a fazer parte da própria Constituição do país, obrigando os negros a viver em zonas residenciais afastadas – nas ***townships*** – e impedindo-os de frequentar os mesmos lugares que os brancos. Os negros utilizavam serviços públicos (transporte, assistência médica e escola) separados dos brancos. Proibiram-se, também, casamentos e relações sexuais inter-raciais. Em defesa dessa política, afirmava-se que brancos, negros e mestiços eram iguais, mas deveriam viver separados.

Em 1960, o CNA foi proibido. **Nelson Mandela** (1918-2013), presidente do partido, e um grupo de militantes passaram a agir clandestinamente, apesar da oposição de vários líderes do CNA, e a utilizar métodos terroristas, como bombas e sabotagem, para atacar as minas de ouro e diamante, as fábricas, a polícia e a população civil branca.

A reação do Estado sul-africano contra o terrorismo do CNA foi violenta. Prisões ilegais, julgamentos sumários, torturas, mortes e ataques à população civil negra indefesa eram realizados com frequência pelo governo branco opressor, num país de ampla maioria negra. Em 1962, Mandela foi preso, permanecendo por 27 anos na cadeia até ser solto em 1990, quando o governo da África do Sul, que havia começado a abrandar o *apartheid*, passou a negociar com a maioria negra.

ENTRE ASPAS

O massacre de Soweto

O massacre em Soweto, bairro de população negra (*township*) em Johanesburgo (África do Sul), ocorreu em junho de 1976, durante um protesto pacífico contra uma determinação do governo racista da África do Sul, que tornou obrigatório o ensino da língua africâner e da língua inglesa, desconsiderando as línguas nativas. A polícia sul-africana reprimiu a manifestação com violência e deixou mais de uma centena de mortos, sensibilizando toda a comunidade internacional sobre o drama da população negra na África do Sul. A imagem a seguir, do fotógrafo Sam Nzima (1934-), tornou-se um ícone da revolta contra o *apartheid*. Hector Pieterson, de 12 anos, é carregado morto por um adolescente após ser baleado durante a manifestação dos estudantes de Soweto. Do lado esquerdo, está a irmã mais velha de Hector.

EMILIE CHAIX/PHOTONONSTOP/LATINSTOCK

• Bantustões

A política segregacionista tornou-se cada vez mais dura, principalmente no governo de **Balthazar Johannes Vorster** (1915-1983). Em 1971, foram criados os **bantustões**, territórios não brancos independentes, separados da África do Sul, situados nas piores terras e desprovidos de qualquer obra de infraestrutura (figura 15). Com isso, os negros teriam seu próprio território e governo, mas teriam que enfrentar sozinhos os inúmeros problemas de saúde, políticas educacionais, falta de trabalho e segurança concentrados nos bantustões. Para entrar e circular na África do Sul, dependiam de autorização e precisavam ter passaporte como qualquer estrangeiro que entra em outro país. Dos 10 bantustões previstos, apenas quatro tornaram-se independentes: **Bophuthatswana**, **Venda**, **Ciskei** e **Transkei**, mas nunca tiveram reconhecimento internacional.

Figura 15. África do Sul: bantustões – 1984

DACOSTA MAPAS

Fonte: *South Africa*: overcoming apartheid, building democracy. Disponível em: <http://overcomingapartheid.msu.ed>. Acesso em: jan. 2016.

• Fim do *apartheid*

Os habitantes dos bantustões tinham como única alternativa de sobrevivência trabalhar fora de seu território, como estrangeiros que trabalham em outro país, continuando a prover a mão de obra necessária à economia sul-africana. A estratégia do governo da África do Sul provocou indignação de toda a comunidade internacional, resultando na exclusão do país da ONU, em 1974, e na adoção de **sanções econômicas** com o objetivo de pressionar o governo a acabar com o *apartheid*.

A reação internacional e a luta dos negros contra o regime segregacionista obrigaram os governantes da África do Sul a revogar as **leis raciais**, a libertar Nelson Mandela (1990), a promover uma transição do sistema político junto com o CNA e a realizar eleições democráticas multirraciais (1994). Desde então, o país passou a ser governado por presidentes e ministros negros (figura 16).

Apesar do fim do *apartheid*, a emancipação da população negra ainda não é uma realidade. O acesso à terra ainda é restrito para a grande maioria. Nas cidades, os negros circulam livremente, mas muitos vivem em busca de trabalho, realizando uma vez ou outra alguma atividade temporária ou vendendo mercadorias como ambulantes.

Figura 16. Nelson Mandela, na festa da vitória do CNA, em 2 de maio de 1994, em Johanesburgo. Ele celebrava a vitória na primeira eleição democrática da África do Sul após o fim do *apartheid*.

ESTADOS UNIDOS E O CONTRATERRORISMO

A violação dos direitos humanos ocorre, também, nas democracias ocidentais, por meio da atuação militar em outros países.

Após os atentados de 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos lançaram-se na doutrina do **contraterrorismo**, ou **guerra preventiva** na luta contra o terrorismo. Apoiado por outros países, o governo estadunidense utilizou seus vultosos recursos econômicos e tecnológicos para realizar intervenções militares em outros países, como Afeganistão e Iraque. A guerra, que já é, de certo modo, um ato de terror, passou a ser praticada mesmo à revelia dos organismos internacionais, como a ONU. O ataque das forças estadunidenses passou a ser justificado mediante **ameaça provável** e não por um direito de defesa diante de um ataque inimigo.

Para justificar os ataques ao Iraque após o 11 de setembro, o governo dos Estados Unidos fez uso intensivo da mídia para manipular a opinião pública, apresentando motivações para os ataques que nunca foram comprovadas. Além da força militar, tentou impor-se sobre seus inimigos empregando meios ilícitos, como pôr a prêmio a cabeça de líderes, violar a privacidade das pessoas, realizar prisões ilegais, torturar e executar inocentes civis em suas campanhas militares, entre outros.

Com a doutrina da guerra preventiva, os Estados Unidos outorgaram a si mesmos o direito de intervir militarmente em qualquer lugar do mundo quando entenderem que a sua segurança nacional está ameaçada. Esse unilateralismo estadunidense em relação a questões militares tornou-se uma ameaça de guerra permanente, cujos inimigos são selecionados de acordo com os seus interesses econômicos e geopolíticos.

Os Estados Unidos utilizaram a comoção nacional e internacional causada pelos atentados de 11 de setembro de 2001 para atuar em todas as frentes possíveis.

FILME

Mandela: luta pela liberdade

De Bille August. África do Sul/Alemanha/Bélgica/Luxemburgo/Reino Unido, 2007.140 min.

Conta a história real de Nelson Mandela, no período de sua prisão.

No âmbito nacional, o governo de Washington criou a **Lei Patriótica**[19], que deu amplos poderes ao governo do país para prender por tempo indeterminado, sem direito a visitas, qualquer suspeito de atos ou ligações com grupos terroristas. Permite, ainda, criar tribunais militares para julgar imigrantes, sem provas (que são secretas), sem direito a *habeas corpus* ou outros direitos e salvaguardas existentes no Sistema Criminal dos Estados Unidos.

Os julgamentos militares não são públicos, os tribunais podem condenar o réu à pena de morte e não existe possibilidade de apelação da sentença. Além disso, a polícia e a **CIA** (sigla em inglês para **Agência Central de Inteligência**) não precisavam de autorização para instalar grampos telefônicos, nem para violar a correspondência e as comunicações pela internet, eliminando os direitos civis mais elementares de uma democracia. A seção conhecida como 215 da Lei Patriótica foi usada pela administração do presidente George Bush (1946-) e Barack Obama (1961-) como justificativa legal para permitir que a **Agência de Segurança Nacional** (**NSA**, na sigla em inglês) coletasse registros de milhões de telefonemas. Em 2015, esta seção expirou sem ser renovada pelo congresso.

Após a Guerra do Afeganistão, centenas de prisioneiros – encarcerados nas bases militares estadunidenses de Guantánamo (Cuba) (figura 17) e de Bagram (Afeganistão) e em prisões nos Estados Unidos – ficaram incomunicáveis e com direito de defesa restrito. Após a guerra contra o Iraque, prisioneiros de Abu Ghraib – penitenciária no Iraque controlada pelos Estados Unidos – foram submetidos a tortura, revelando outra face terrível das ações terroristas praticadas pelo Estado.

O governo de Barack Obama, apesar de posicionar-se de forma crítica sobre as ações internacionais empreendidas pelo governo de George W. Bush, preferindo dar ênfase ao uso da diplomacia, não retirou o combate ao terrorismo internacional do centro da política externa dos Estados Unidos, prorrogou a Lei Patriótica e não conseguiu fechar a prisão em Guantánamo, como havia prometido. No entanto, proibiu o uso da tortura e o fim do envio de prisioneiros para países onde eles possam sofrer perseguição – para amenizar as críticas recebidas pelo país por suas violações aos direitos humanos – e retirou as tropas do Iraque em 2011.

Habeas corpus
Ação judicial que visa proteger o direito de locomoção ameaçado por ato abusivo de autoridade.

FILME
Caminho para Guantánamo
De Michael Winterbottom. Inglaterra, 2006. 95 min.
O drama de jovens britânicos de origem paquistanesa em viagem ao Afeganistão para participar de um casamento. Capturados pelas forças aliadas, que invadem o Afeganistão após o 11 de setembro, são enviados à prisão de Guantánamo, onde ficam detidos por mais de dois anos.

SHANE T. MCCOY/DEPARTMENT OF DEFENSE/HO/REUTERS/LATINSTOCK

Figura 17. Policiais conduzem detento da penitenciária da base naval da Baía de Guantánamo, em Cuba, 2002. No início de 2016, o presidente estadunidense Barack Obama apresentou um plano para fechar essa unidade prisional.

19 Esse assunto foi discutido no *Capítulo 3* do *Volume 2* desta coleção.

RÚSSIA E A GUERRA PREVENTIVA

Após a Chechênia declarar-se independente em 1991, ela foi alvo de ataques do exército russo. Segundo a Anistia Internacional, homens, mulheres e até crianças chechenas foram vítimas de execuções sumárias, torturas e maus-tratos pelas tropas de ocupação russa.

Além das ações do exército russo, a polícia chechena também foi denunciada por torturar civis e combatentes e por incendiar casas de famílias de suspeitos de terem ligação com os grupos guerrilheiros. Os próprios ativistas de direitos humanos são constantemente ameaçados – alguns sofreram atentados ou foram sequestrados e assassinados.

A reação do governo russo a um **atentado a uma escola de Beslan** (veja o *Entre aspas*) atribuído a rebeldes separatistas chechenos, em 2004, foi reproduzir a estratégia mais criticada entre aquelas adotadas pelo governo dos Estados Unidos após 11 de setembro: a guerra preventiva. O chefe do Estado-Maior Geral das Forças Armadas da Rússia anunciou a intenção do país em lançar ataques preventivos contra bases terroristas em qualquer país do mundo.

Em território russo, o ataque em Beslan serviu de pretexto para a tomada de medidas autoritárias como: a diminuição das atribuições do parlamento, o fortalecimento do executivo representado hoje pelo governo de Vladimir Putin e a suspensão da autonomia da unidade da federação e da eleição direta dos seus governos.

ENTRE ASPAS

Tragédia em Beslan

No dia 1º de setembro de 2004, um grupo de 30 terroristas invadiu uma escola em Beslan, na Ossétia do Norte. As crianças retornavam às aulas depois das férias. Cerca de 1.200 pessoas foram feitas reféns e mantidas sob ameaça: pais, professores, funcionários e alunos.

A ação terrorista foi reivindicada pelo grupo separatista radical checheno Chamil Bassaiev. Seus membros exigiam a libertação dos terroristas chechenos presos na Inguchétia, a retirada imediata das tropas russas da Chechênia e o fim de suas ações militares nessa república.

A operação de resgate feita pelas tropas russas foi desastrosa e classificada por diversas entidades internacionais como criminosa, dada a inabilidade em negociar com os terroristas e a falta de planejamento, tendo a própria população participado dos tiroteios e da invasão da escola para resgatar os reféns. No total, 335 pessoas foram mortas, sendo 200 delas crianças, e centenas de outras foram feridas.

AXIM MARMUR/AFP

Meninas ossetas choram ao visitar a escola tomada pelos terroristas em Beslan, em setembro de 2004.

PONTO DE VISTA

Brasileiros contam experiência em região tida como “ninho de terroristas”

“Uma das 19 comunas que compõem a Grande Bruxelas, Molenbeek-Saint-Jean ocupa lugar de destaque nos noticiários internacionais desde os atentados terroristas de Paris, em 13 de novembro [de 2015]. [...]

Abdelhamid Abaaoud, apontado como mentor dos ataques, era um dos que morava naquela parte da capital belga, assim como Ibrahim Abdeslam e Bilal Hadfi, que se explodiram nos arredores do Stade de France, e Salah Abdeslam, irmão de Ibrahim e ainda foragido. [...]

Em uma entrevista concedida dois dias após os atentados, o ministro do Interior da Bélgica, Jan Jambon, chamou Molenbeek de ‘ninho de terroristas’. No mesmo dia, o primeiro-ministro do país, Charles Michel, também falou sobre o local, onde moram mais de 90 mil pessoas. ‘Quase sempre há um vínculo com Molenbeek. Temos um problema gigantesco ali’, afirmou.

Mas para o brasileiro Fernando Torres, que vive há 18 anos em Bruxelas e já passou dois deles morando em Molenbeek, há exagero. ‘Podia ter sido em qualquer outro lugar aqui’ diz [...].

Nos dias em que Bruxelas esteve sob estado de alerta máximo, ele relata ter visto muitos militares nas ruas e ‘um clima pesado’, mas procurou manter sua rotina. Apesar de soldados fortemente armados nos vagões de metrô e de um carro blindado na porta da creche de seu filho mais novo, de um ano, ele garante que não sentiu medo.

‘Não vi uma ameaça real e não acho que iriam cometer algum atentado justamente aqui’, diz Torres, que afirma continuar se sentindo mais seguro na Bélgica do que se estivesse no Brasil.

Ele conta ainda que sua convivência com a comunidade islâmica sempre foi amistosa, e que já chegou a ser cumprimentado em árabe quando morava em Molenbeek, por pessoas que pensavam que ele era marroquino. ‘Não vejo aquele lugar como o tal ninho de terroristas que falaram. O problema é que existem uns fanáticos que distorcem a religião, mas isso poderia ter acontecido em qualquer canto’, opina.

Torres diz ainda que percebeu que a população estava dividida, nos dias de alerta máximo, entre os que se assustaram realmente e os que acreditavam que o governo belga estava exagerando e criando um clima mais tenso do que o necessário.

Gisele Alves, que mora em Bruxelas há 11 anos, concorda em parte com essa avaliação e admite que ficou em pânico por alguns dias, mas que foram justamente cidadãos belgas que conseguiram tranquilizá-la. ‘Os belgas mesmo não estavam com tanto medo quanto os imigrantes, eles acharam realmente que teve um pouco de exagero’, lembra.

Ela conta que o filho de um de seus patrões foi quem mais a acalmou, garantindo que, caso realmente existam terroristas em Molenbeek, aquele seria o último lugar que eles atacariam. ‘Acho que eles iriam mirar alvos sem muçulmanos’, conclui.

Gisele faz serviços de limpeza em diversas comunas, e mora em Berchem-Sainte-Agathe, perto de Molenbeek, onde estuda seu sobrinho de dez anos. Ela diz que já tentou convencer sua irmã a tirar o menino de lá, mas voltou atrás ao reconhecer que a escola, onde cerca de 70% dos alunos são muçulmanos, é muito boa. Uma vez por semana Gisele vai a Molenbeek para buscar o menino após as aulas.

Ela diz que após a captura de envolvidos nos atentados de Paris e o decreto do estado de alerta, acabou ficando um pouco desconfiada sempre que se depara com muçulmanos em locais como o metrô. ‘Eu sei que não deveria ser assim, mas é automático, acho que é uma reação instintiva’, explica, lembrando como exemplo o dia em que entrou em um vagão quase vazio e viu um jovem muçulmano carregando uma mochila. Naquele dia, conta, os outros dois ou três passageiros que ali estavam acabaram se sentando todos próximos, longe do rapaz. [...]”

Brasileiros contam experiência em região tida como ‘ninho de terroristas’. *G1*, 10 dez. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com>. Acesso em: dez. 2015.

1. No bairro de Molenbeek vivem hoje quase 100 mil pessoas, de mais de 100 nacionalidades, a maior parte imigrantes árabes, entre eles uma grande comunidade muçulmana. É um dos bairros mais pobres e mais jovens de Bruxelas, com alto nível de desemprego. Considerando essas informações, discuta com seus colegas a expressão “ninho de terroristas” usada pelo ministro belga para se referir ao bairro.

2. Quais situações de preconceito foram manifestadas por um dos brasileiros citados no artigo? O comportamento é justificado? Como você teria reagido a uma situação idêntica?

COMPREENSÃO E ANÁLISE

Faça no caderno

1. Compare o terrorismo de Estado ao terrorismo praticado por grupos políticos ou facções religiosas.
2. O fundamentalismo islâmico tem sido uma força poderosa em muitas sociedades muçulmanas e uma preocupação global dada a proliferação de movimentos políticos extremistas, violentos e radicais. Caracterize-o considerando esses aspectos.
3. Explique a charge a seguir relacionando-a ao contexto sul-americano da segunda metade do século XX.

CARLOS LATUFF

4. A *Time* é uma revista de notícias semanal publicada em Nova York (Estados Unidos), desde 1923. Uma de suas marcas é estampar em sua capa a "pessoa do ano", um reconhecimento a indivíduos que tiveram notoriedade diante do contexto histórico em vigor, para o bem ou para o mal. As capas que seguem anunciam a morte de duas personalidades que marcaram o mundo de forma negativa, em dois momentos diferentes da história relativamente recente da humanidade.

Capa da revista *Time*, de 7 de maio de 1945.

Capa da revista *Time*, de 20 de maio de 2011.

IMAGENS: TIME

a) Qual a mensagem da capa? O que as pessoas nelas representadas têm em comum?
b) Explique o que diferencia os personagens presentes nas capas em relação ao tema tratado no capítulo.

ENEM E VESTIBULARES

1. (Unicamp-SP 2013)

"Na América Latina, África, Ásia e Europa, a violência deixou uma marca de sofrimento e luto no contexto de regimes ditatoriais, guerras civis ou invasões ao longo do século XX. Passados os conflitos, as próprias sociedades têm buscado estabelecer a verdade sobre os crimes ocorridos. Neste contexto, mais de 30 países do mundo criaram Comissões da Verdade, que são organismos de investigação não judiciais."

Adaptado de Museo de la Memória y los Derechos Humanos. Disponível em: <www.museodelamemoria.cl/el-museo/sobre-elmuseo/comisiones-de-verdad/>. Acesso em: 20 ago. 2012.

As Comissões da Verdade

a) surgiram em países que tiveram experiências traumáticas, como as ditaduras no Chile e Brasil, e foram organizadas durante as lutas de resistência aos regimes ditatoriais.
b) sustentam que o conhecimento do passado interessa às vítimas e seus familiares, devendo ficar restrito a esse universo privado.
c) constituem instrumento político que tem como objetivo o estabelecimento de sentenças judiciais aos culpados e o pagamento de indenizações às vítimas.
d) existem em vários países, o que indica que as práticas autoritárias não foram um fenômeno de uma só nação, nem se restringiram a uma única forma de conflito.

2. (Uece 2014) *Apartheid* é um termo que define a política de segregação racial e territorial, que tem como objetivo separar as diferentes "raças" existentes em um território.

Até o início da década de 1990, o país em que esta política prevaleceu fortemente foi o(a)

a) Sudão.
b) África do Sul.
c) Namíbia.
d) República Popular do Congo.

ESPAÇO GEOGRÁFICO E URBANIZAÇÃO

MICHAEL YAMASHITA/CORBIS/FOTOARENA

Vista do Central Park, no coração de Manhattan, em Nova York (Estados Unidos), 2006.

A cidade é a mais espetacular forma de transformação do espaço geográfico realizada pelos seres humanos. É o principal centro econômico, de criação artística e difusão cultural, tecnológico e irradiador de modernidade.

O espaço urbano, porém, é desigual, marcado pela marginalização dos habitantes mais pobres, em razão da distância entre a moradia e o trabalho e do acesso aos diversos serviços públicos básicos, como saúde, educação, lazer e cultura. Esses e outros problemas fazem com que o exercício da cidadania seja cerceado pela própria configuração espacial urbana e que dificulta o atendimento das necessidades básicas de parte da população.

Nesta unidade, você vai conhecer características do processo de urbanização no Brasil e no mundo e os principais problemas que acompanham o crescimento urbano: a demanda por transporte público, o trânsito que afeta a qualidade de vida da população, a destinação do lixo, a poluição do ar, a violência, entre outros.

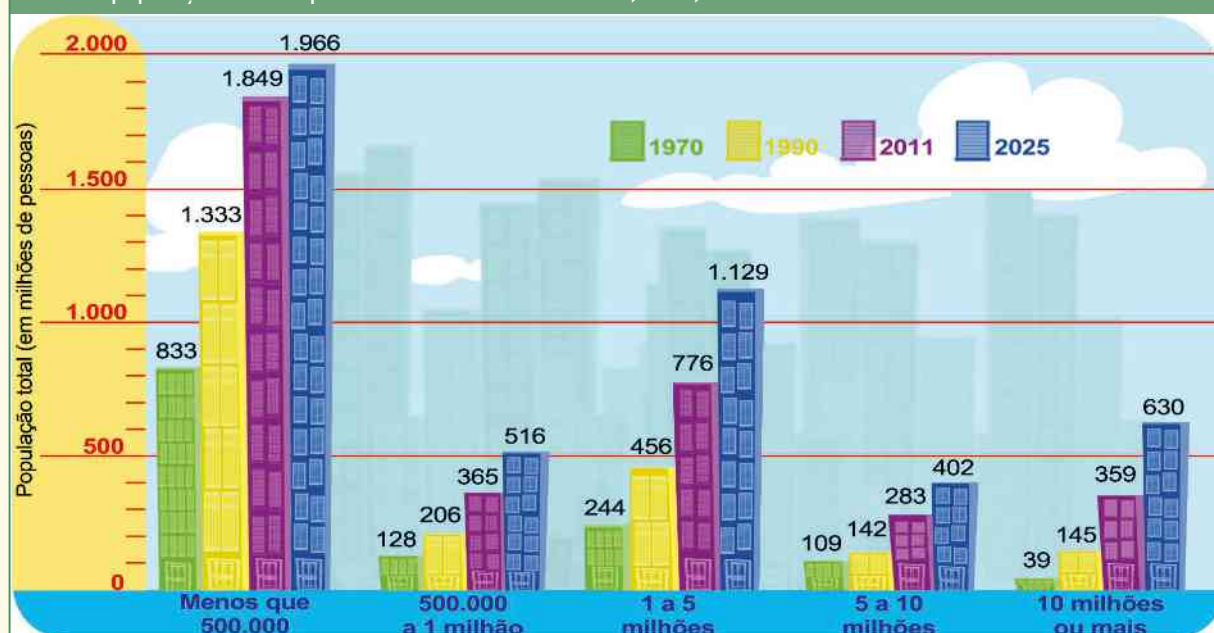
URBANIZAÇÃO MUNDIAL

CONTEXTO

Evolução da população urbana

Quase 4 bilhões de pessoas vivem em cidades no mundo e o crescimento da população urbana segue em ritmo intenso em algumas regiões do globo, como na África Subsaariana e no Sul e Sudeste da Ásia.

Observe o gráfico.

Mundo: população urbana por tamanho de cidade – 1970, 1990, 2011 e 2025*

* Projeção.

Fonte: ONU. *World Urbanization Prospects*: The 2011 Revision. p. 5. Disponível em: <www.un.org>. Acesso em: fev. 2016.

1. O que vem ocorrendo com a população urbana no mundo?
2. Observe os dados de 2011 e as projeções para 2025. Qual era o cenário da população urbana naquele ano e quais as projeções para o futuro?
3. Pense no município onde você mora.
   a) Qual é a população total do município?
   b) Qual é o percentual da população urbana? A cidade do município em que você vive se encaixa em qual dos grupos de cidades mostrados do gráfico?
   c) Quais as condições de vida da média da população urbana do seu município? Justifique com exemplos do seu cotidiano.

1 LUGAR, CIDADE E CIDADANIA

O conceito de **cidade** varia de país para país. Em alguns países, utiliza-se o critério demográfico para definir o que é ou não considerado cidade. Neles, o número de habitantes necessários para a constituição de uma cidade pode variar de uma centena até mais de 20 mil pessoas. Em outros países, como o Brasil, o critério usado é o político-administrativo. Dessa forma, somente as sedes de município são consideradas cidades. Já em algumas nações as cidades são definidas com base na infraestrutura urbana de que dispõem e nas atividades econômicas de seus habitantes, principalmente as correspondentes aos setores secundário e terciário da economia.

XINHUA/PHOTOSHOT/LATINSTOCK

Figura 1. Jovens andam de *skate* em pista construída pela prefeitura, na Praia do Flamengo, Rio de Janeiro (RJ), 2018.

As formas de vivência das populações urbana e rural dependem de uma série de fatores, como as condições socioeconômicas, as localidades onde as pessoas habitam e trabalham, as relações sociais que mantêm, entre outros. O espaço em que moramos, nos relacionamos com outras pessoas, trocamos experiências, estudamos, trabalhamos e nos divertimos, ou seja, onde desenvolvemos a nossa vida cotidiana e estabelecemos relações afetivas, acaba tendo um significado particular e individual. Esse espaço, vivido concretamente, é denominado **lugar** (figura 1).

ENTRE ASPAS

Lugar

Lugar corresponde ao espaço físico de vivência do indivíduo ou de uma comunidade, que faz parte de sua vida cotidiana. O lugar tem significado especial, pois está relacionado às experiências individuais e coletivas, incluindo a condição socioeconômica.

Dessa forma, o mesmo lugar pode ter significado diverso para diferentes pessoas, de grupos sociais distintos. Uma rua, por exemplo, é vivida de uma forma por uma pessoa que simplesmente a percorre de carro; já para as crianças que nela brincam e os adolescentes que a frequentam é vivida de maneira completamente diferente. O vendedor ambulante que trabalha num parque público percebe esse lugar de modo distinto das pessoas que o frequentam para lazer. O *shopping center* pode ser um lugar de diversão e lazer para os jovens ou de trabalho para os funcionários dos restaurantes e lojas.

Com a globalização, os lugares passaram a carregar, na visão de algumas correntes da Geografia, características tanto particulares quanto globais, uma vez que expressam, por um lado, referências socioespaciais construídas historicamente e, por outro, referências globais trazidas pela mundialização de um mesmo modo de vida.

A relação das pessoas com os lugares está associada à questão da **cidadania**. A socióloga Bárbara Freitag nos lembra que:

"[...] Em seu sentido integral, que é o vigente hoje, a cidadania inclui os dois focos, o democrático e o liberal, a autodeterminação exercida na pólis pelo povo soberano e as disposições que garantem a segurança e a integridade dos indivíduos. A cidadania é, por um lado, a capacidade de intervir no Estado e, por outro, o poder de exigir do Estado o respeito e a plena concretização dos direitos individuais."

Correio Braziliense. Brasília, 16 jun. 2002. Caderno Opinião.

Assim, por direito, todo cidadão pode usufruir dos espaços públicos, como praças, parques, ruas, avenidas, calçadões, que, no entanto, no caso dos dois primeiros, são bem escassos nos grandes centros urbanos. Além disso, o cidadão tem o dever de lutar pela ampliação, conservação e uso democrático desses espaços.

Num sentido abrangente, o pleno exercício da cidadania diz respeito ao conjunto de direitos e deveres políticos, sociais e econômicos de cada população. Assim, votar, eleger-se, expressar livremente suas ideias, adquirir conhecimento, trabalhar, fixar residência, dispor de assistência médica, locomover-se livremente e ter acesso aos espaços públicos fazem parte desse conjunto (figura 2).

NEREU JR/FOTOARENA

Figura 2. Os espaços públicos são um importante elemento de percepção do lugar. Quando estão malcuidados, se não são bem iluminados nem possuem atividade noturna que os anime, são percebidos como perigosos – e muito provavelmente serão de fato; ninguém os procurará para passar seu tempo livre e interagir socialmente. Já lugares bem cuidados e com atividades voltadas à população têm o poder de aproximar as pessoas, que passam a frequentá-los. Na imagem, *show* na Virada Cultural, em Belo Horizonte (MG), 2013.

CONEXÃO

Sociologia

Espaços públicos e democracia

"[...] gostaria de trazer para reflexão a relação que existe entre a qualidade dos espaços públicos e a democracia. Para se alcançar essa qualidade é necessário que o governo municipal mantenha satisfatoriamente a infraestrutura existente, crie novas e promova políticas de sua (re)construção para o desenvolvimento da cidadania. Espaços degradados ou logo abandonados são um sinal de que não existe uma cultura de envolvimento cidadão. [...] Parece-me um sintoma da apatia e desprezo pelos espaços públicos e, portanto, da falta de uma cultura política de engajamento cidadão. Uma cidade democrática é aquela que valoriza seus espaços de encontro, que permite a construção de uma identidade territorial positiva e permite aos seus moradores sentirem-se implicados na manutenção desses espaços.

Nessa perspectiva, o gerenciamento do espaço público é mais do que a execução de obras. Administrar a cidade significa vê-la de modo integral, promovendo as articulações necessárias para que a infraestrutura esteja a serviço de quem mora nela. O sentido de pertença é essencial para que haja engajamento cívico. Assim, cada gestão [...] traz as marcas tangíveis e intangíveis de sua passagem. As tangíveis se refletem na qualidade das praças públicas, dos parques, dos espaços de uso coletivo, da limpeza da cidade. As intangíveis estão nos tipos de relações entre pessoas que esses espaços possibilitaram [...]."

GIMENEZ, Telma. *Espaços públicos e democracia*. Disponível em: <www.uel.br>. Acesso em: fev. 2016.

1. Explique a relação entre espaço público e democracia apresentada no texto.
2. Como estão as condições das marcas tangíveis e das intangíveis na cidade onde você vive ou no centro urbano mais próximo?

LEITURA E DISCUSSÃO

Lugar e valor do indivíduo

"Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. Enquanto um lugar vem a ser condição de sua pobreza, um outro lugar poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhes são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhe faltam. [...]

Há, em todas as cidades, uma parcela da população que não dispõe de condições para se transferir da casa em que mora, isto é, para mudar de bairro, e que pode ver explicada a sua pobreza pelo fato de o bairro de sua residência não contar com serviços públicos, vender serviços privados a alto preço, obrigar os residentes a importantes despesas de transporte. Nesse caso, pelo fato de não dispor de mais recursos, o indivíduo é condenado a permanecer num bairro desprovido de serviços e onde, pelo fato de ser um bairro pobre, os produtos e bens são comprados a preços mais altos, tudo isso contribuindo para que a sua pobreza seja ainda maior e sua capacidade de mobilidade dentro da cidade seja igualmente menor."

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987. p. 81-85.

- Que relação é estabelecida entre território e cidadania?

Pobreza
Condição socioeconômica em que alguns indivíduos da população são privados do atendimento a suas necessidades básicas, como alimentação, vestimenta, moradia, educação e saúde. Embora também atinja camadas sociais marginalizadas de países desenvolvidos, a pobreza se manifesta com mais intensidade nos países em desenvolvimento.

2 CIDADE E DESENVOLVIMENTO URBANO

Atualmente, há mais pessoas morando em áreas urbanas do que em rurais. A cidade é um fenômeno antigo e passou por um longo período de transformações, porém seu crescimento acelerado e o processo de urbanização são relativamente recentes na história da humanidade.

Caso julgue oportuno, este tópico pode ser desenvolvido num trabalho conjunto com o professor de História, explicando a formação das cidades e suas particularidades desde a Antiguidade até os tempos atuais.

REVOLUÇÃO INDUSTRIAL, CIDADE E URBANIZAÇÃO

Se necessário, cabe retomar o tema Revolução Industrial, desenvolvido no *Volume 2*.

A partir do século XVIII, com a Revolução Industrial, teve início um desenvolvimento urbano nunca visto antes. A cidade consolidou o papel de comando da economia e da sociedade do mundo europeu e a base do desenvolvimento capitalista, centralizando a atividade produtiva, comercial e de serviços. As novas oportunidades de trabalho do espaço urbano atraíram a população do campo, que havia perdido terras e emprego[1].

A população urbana passou a crescer mais do que a rural, e as cidades expandiram-se em termos populacionais e em grau de importância, como centros econômicos, culturais e de gestão político-administrativa. Nelas, viabilizaram-se com maior facilidade as articulações políticas e a organização da produção, do comércio e do consumo. Nesse contexto, a Revolução Industrial associou-se, no mesmo compasso, ao processo de **urbanização** (figura 3). Leia o *Entre aspas* na página seguinte.

1 Com a política dos cercamentos, ocorrida na Inglaterra, um grande contingente de população rural viu-se forçado a migrar para as cidades.

FILME

O homem sem passado
De Aki Kaurismaki. Finlândia/França/Alemanha, 2001. 97 min.

Ao desembarcar de um trem em Helsinque (Finlândia), um homem sofre um assalto e é seriamente agredido até perder a consciência. Quando acorda, ele não se lembra mais do próprio nome ou de qualquer outra informação sobre seu passado. Sem emprego ou lugar para morar, ele passa a viver pelo submundo da cidade, onde encontra pessoas como ele, que vivem à margem da sociedade, e tenta recomeçar uma vida do zero.

LEITURA

Marcovaldo ou as estações na cidade
De Ítalo Calvino. Companhia das Letras, 1994.

O livro é um apanhado de contos cujo pano de fundo é a cidade, que pode ser analisada de diferentes pontos de vista.

ANN RONAN PICTURES/PRINT COLLECTOR/HULTON ARCHIVE/GETTY IMAGES

Figura 3. Reprodução de gravura da ponte Westminster, em Londres (Inglaterra), 1753. À época, o Rio Tâmisa era bastante utilizado para o transporte.

CONEXÃO — Língua Portuguesa

Romance e realidade

No século XIX, muitos autores europeus começaram a denunciar em suas obras as terríveis condições de vida dos moradores das cidades industrializadas da Europa. Um dos principais exemplos é o escritor inglês Charles Dickens (1812-1870). Leia, a seguir, uma resenha e um trecho de uma de suas mais famosas obras, *Oliver Twist*.

"Numa cidadezinha da Inglaterra, uma jovem dá à luz um menino e morre em seguida. O pequeno órfão recebe o nome de Oliver Twist e vive seus primeiros nove anos em instituições de caridade. Não suportando tantos maus-tratos, Oliver foge para Londres, onde inadvertidamente se junta a um bando de marginais, comandado por um dos grandes vilões da história da literatura – Fagin. Passa por muito sofrimento antes de viver feliz com a herança que o pai lhe deixou e a inesperada família que encontrou. [...]"

Resenha de *Oliver Twist*. Disponível em: <www.companhiadasletras.com.br>. Acesso em: fev. 2016.

Oliver Twist

"[...] as ruas de Londres à meia-noite, frias, úmidas, desabrigadas; os antros sórdidos e bafientos, onde o vício se comprime e carece de espaço para virar-se; o assédio da fome e da doença; os andrajos que mal se mantêm juntos; onde estão os atrativos dessas coisas? Não encerram uma lição e não sussurram algo além da quase despercebida advertência de um abstrato preceito moral?"

DICKENS, Charles. *Oliver Twist*. São Paulo: Círculo do Livro, 1983. p. 4.

1. Segundo os excertos acima, quais eram as condições de vida da maioria da população urbana da Londres do século XIX?
2. Qual teria sido a intenção de Dickens ao usar uma criança como protagonista de seu romance?
3. Você conhece outro romance que faça uma crítica ao modo de vida das cidades europeias da época da industrialização? Converse com seu professor de Língua Portuguesa para descobrir e ler algum romance sobre o assunto.

ENTRE ASPAS

Urbanização

A urbanização é um processo caracterizado pelo aumento da população urbana num ritmo mais acelerado que o da população rural. Essa situação é decorrente, sobretudo, da migração campo-cidade.

Entretanto, a urbanização não se limita apenas a essa referência quantitativa. Ela implica outros fatores, como: concentração populacional, transformações econômicas, reestruturação das redes de comunicação e de transporte que convergem para as cidades e alteram as articulações no espaço geográfico, criação de novos polos administrativos e de poder que passam a ser centralizados no espaço urbano, transformações no modo de vida, que envolvem hábitos de consumo, formas de lazer e diversão, difusão cultural, entre outros.

Bafiento
Que cheira a bolor.

Andrajos
Vestes sujas, esfarrapadas.

3 URBANISMO E PLANEJAMENTO URBANO

Na segunda metade do século XIX, quando a industrialização e a urbanização se tornaram um fenômeno mundial, os problemas urbanos ficaram evidentes nos países industrializados. Pairava sobre esses países uma contradição: o crescimento econômico conquistado pela industrialização não havia melhorado a vida de grande parte da população urbana.

Ao mesmo tempo em que a Revolução Industrial se desenvolvia em diversos países da Europa, revoltas populares desencadeavam-se por todo o continente, diante das precárias condições de vida em que viviam as camadas mais pobres da população urbana.

O **proletariado urbano**, cada vez mais numeroso, amontoava-se em habitações deterioradas às margens de ruas estreitas, sem saneamento básico nem serviço de coleta de lixo – situações que constituíam ameaças permanentes de convulsão social (figura 4). Os movimentos socialistas acreditavam que a insatisfação latente das camadas populares, causada pela situação precária em que viviam, levaria à Revolução Socialista, o único caminho capaz de reverter a situação desumana criada pelo capitalismo industrial.

ENTRE ASPAS

O sistema de bulevares implantado por G. E. Haussmann facilitava o rápido deslocamento das tropas de cavalaria e artilharia, além de dificultar a formação de barricadas pelo movimento operário em confronto com a polícia.

THE BRIDGEMAN ART LIBRARY/KEYSTONE BRASIL

Figura 4. Conjunto de habitações precárias em Paris (França), cerca de 1878.

O desenvolvimento econômico, baseado nas forças do mercado, por si só não modificaria as condições em que vivia a maior parte da população das cidades industriais europeias no século XIX. Por isso, o Estado procurou, por meio do planejamento urbano, soluções para remediar os problemas sociais, controlando, assim, as revoltas populares.

A remodelação de cidades como Viena, Londres, Florença e Paris, levadas a cabo pelo Estado, atendeu a problemas comuns: promover a melhoria sanitária, preservar e criar espaços públicos, alargar ruas e avenidas, reempregar operários da construção civil, mas também minimizar as tensões sociais que poderiam provocar uma revolução socialista. No entanto, nem todas as intervenções urbanas ocorridas na Europa ao longo do século XIX, que marcaram a origem do urbanismo, partiram de objetivos e concepções idênticos.

Urbanismo
Refere-se ao planejamento e à remodelação do espaço urbano, por meio de um conjunto de medidas técnicas, administrativas, econômicas e sociais que visam ao desenvolvimento racional e humano das cidades.

A cidade de Paris é um dos exemplos de intervenção urbana, através de um projeto de remodelação, implementado pelo prefeito George Eugène Haussmann (1809-1891), incumbido de realizar uma transformação urbana sem precedentes à época para resolver as dificuldades de uma cidade superpovoada, insalubre, repleta de problemas sociais e com criminalidade crescente.

A abertura de largas avenidas com calçadas generosas (bulevares), ao mesmo tempo em que criava uma nova estética para a cidade, tinha função estratégica: conter as convulsões sociais. Leia o *Entre aspas* e observe a figura 5, na página seguinte.

KENZO TRIBOUILLARD/AFP

Figura 5. Vista aérea do Arco do Triunfo, em Paris (França), 2015.

URBANISMO CULTURALISTA

O urbanismo culturalista pensou a cidade pela sua importância cultural e o valor estético que apresenta. Ressalta que a estética, no sentido de belo, do espaço urbano é fundamental para satisfação das necessidades espirituais dos cidadãos: o espaço público deve valorizar o lazer e as atividades culturais, e as edificações devem ser pautadas pela harmonia e beleza, pelas emoções positivas que provocam na vida cotidiana.

O austríaco Camilo Sitte (1843-1903) foi um dos seus precursores, ressaltando a importância do espaço público (praças, monumentos e edificações históricas) para a vida na cidade. No início do século XX, essas concepções influenciaram intervenções urbanísticas em diversas cidades do mundo, inclusive do Brasil, como Rio de Janeiro, Santos e São Paulo. No Reino Unido, o urbanismo culturalista baseou-se no modelo das cidades-jardins. Concebida pelo arquiteto Ebenezer Howard (1850-1928), propunha uma solução para que os indivíduos pudessem compartilhar uma relação harmônica com a natureza em pleno ambiente urbano (figura 6).

ROBIN WEAVER/ALAMY STOCK PHOTO/FOTOARENA

Figura 6. As cidades-jardins, produtos do urbanismo culturalista, foram planejadas para abrigar um número limitado de habitantes, sendo servidas por amplas áreas verdes, serviços públicos, boas vias de circulação e atividades sociais. Sua concepção urbanística marca ainda hoje a paisagem de muitas cidades no Reino Unido, nos Estados Unidos e em outros países. Na imagem, cidade-jardim em Milton Keynes (Inglaterra), 2010.

URBANISMO NO SÉCULO XX

No século XX, com as tecnologias promovidas pela Revolução Industrial, o concreto armado, o ferro, o aço, o alumínio e o vidro, entre outros materiais, criaram novas possibilidades de instalação urbana e assentamento da população. O arranha-céu possibilitou o crescimento verticalizado e ampliou o adensamento populacional, principalmente nas grandes cidades.

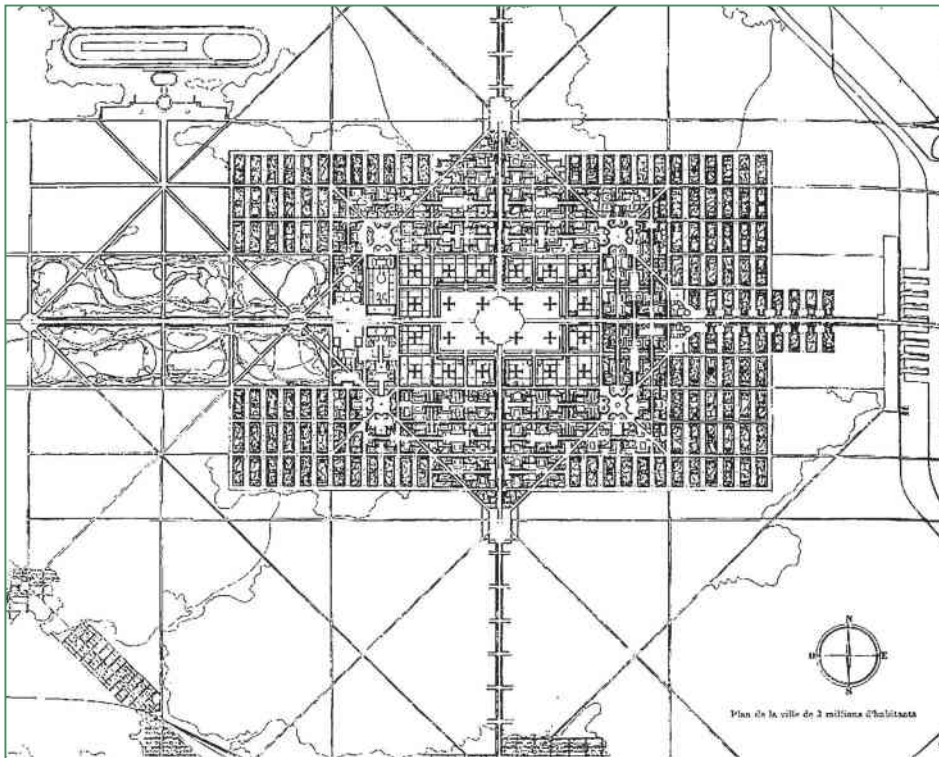
O urbanismo da primeira metade do século XX foi marcado pelo **funcionalismo** ou **racionalismo**. Cada espaço da cidade seria, assim, destinado a uma forma específica de uso do solo, com o **zoneamento urbano** respondendo a necessidades utilitárias. Isso resultou na criação de bairros residenciais, comerciais e de serviços interligados por extensas vias de circulação. Observe a figura 7.

FONDATION LE CORBUSIER

Figura 7. Projeto desenvolvido entre 1922 e 1925 pelo arquiteto suíço Le Corbusier (1887-1965), um dos principais expoentes do urbanismo racionalista europeu, para reestruturar parte do centro de Paris, à margem esquerda do Rio Sena. Podem-se observar na maquete algumas características dessa corrente urbanística: os arranha-céus e avenidas ortogonais e as linhas geométricas.

No Brasil, a cidade de Brasília, projetada no final da década de 1950 por Lúcio Costa (1902-1998) – responsável pela concepção urbanística – e Oscar Niemeyer (1907-2012) – responsável pelo projeto arquitetônico –, é o exemplo mais importante da influência do urbanismo racionalista. Esse projeto incorporou os princípios do urbanismo moderno e os ingredientes próprios da conjuntura econômica do país à época, marcada pelo desenvolvimento da indústria automobilística. Brasília foi construída durante o governo de Juscelino Kubitschek (1902-1976), de 1956 a 1961.

Brasília se transformou num símbolo mundial do urbanismo racionalista e da arquitetura moderna (figura 8, na página seguinte). A cidade já foi chamada de capital estratégica, por afastar o centro decisório do poder político das grandes áreas de aglomeração humana; de cidade do automóvel; de cidade fria, que não acumula tradições; e de cidade monumento, pelo arrojo de suas obras arquitetônicas – o que a levou a ser reconhecida pela Unesco como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Atualmente, a realidade dessa cidade planejada é outra, sobretudo no seu entorno e particularmente nas cidades-satélites (leia o *Entre aspas*, na próxima página). O crescimento populacional das últimas décadas foi acompanhado pelo aumento de favelas. As residências destinadas à população de maior poder aquisitivo se expandem sobre as áreas de mananciais e remanescentes de áreas verdes.

RUBENS CHAVES/FOLHAPRESS

Figura 8. Vista aérea de superquadras residenciais do bairro nobre Asa Norte, área tombada pela Unesco, em Brasília (DF), 2013.

ENTRE ASPAS

Brasília: Plano Piloto e cidades-satélites

O **Plano Piloto**, que tem um formato de avião, ou nos dizeres de Lúcio Costa, "uma libélula, uma borboleta, um arco e flecha", abriga as edificações do **governo federal** e do DF, que se estendem ao longo do **Eixo Monumental** (de leste a oeste). O principal centro comercial, com lojas, hotéis, bancos, consultórios, centros de diversões, escritórios, está próximo do cruzamento do Eixo Monumental com o **Eixo Rodoviário-Residencial**, ao longo do qual se estendem os setores residenciais, na Asa Norte e na Asa Sul, nos quais também foram projetados pequenos centros comerciais para atender à população residente. Apenas na porção central, de intersecção dos Eixos, estão edifícios altos, os residenciais são formados por prédios de poucos andares.

Em toda área do Plano Piloto estendem-se amplas áreas gramadas e arborizadas e canteiros ornamentais. As casas de elevado padrão socioeconômico estão nas proximidades do lago Paranoá: Lago Norte e Lago Sul, sendo que algumas foram construídas em áreas de preservação ambiental.

As cidades-satélites estão no entorno do Plano Piloto, dentro do território do Distrito Federal (DF). Elas são administradas pelo Governo do DF, mas não são municípios, são Regiões Administrativas. A origem das cidades-satélites é diversa: algumas já existiam antes mesmo da construção de Brasília, caso de Brazlândia; umas foram estruturadas no momento da construção, como Taguatinga; e a maior parte surgiu depois da construção, com o crescimento populacional no Distrito Federal, como Samambaia, Ceilândia e Núcleo Bandeirante.

2016 DIGITAL GLOBE/GOOGLE EARTH

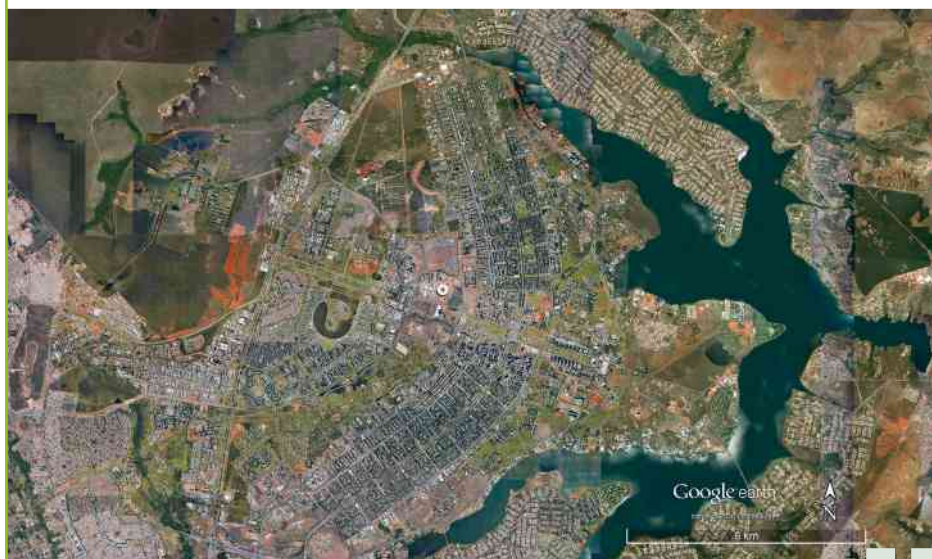



Imagem aérea do Plano Piloto de Brasília (DF), 2008.

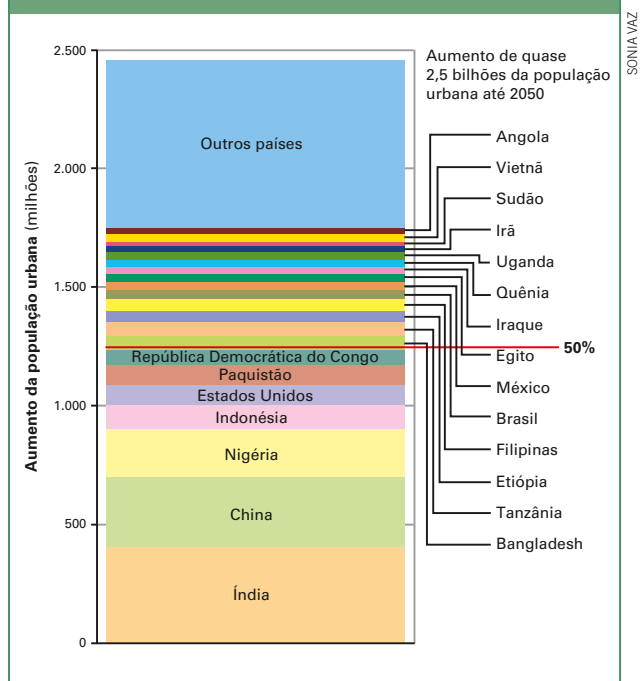
Ao trabalhar os aspectos arquitetônicos de Brasília é possível acessar o *site* da Unesco (disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/445>), que apresenta diversas imagens e informações sobre Brasília como Patrimônio Histórico da Humanidade. O *site* está em língua inglesa, possibilitando uma integração com a disciplina de Inglês. A integração pode ser facilitada pelo fato de os estudantes terem algum conhecimento sobre determinadas características da cidade. Além disso, as imagens tornam a atividade atraente. Outro *site* interessante é o do Museu Virtual de Brasília (disponível em: <www.museuvirtualbrasilia.org.br/PT/plano_piloto.html>). Nele é possível também acessar imagens da cidade, além de obter uma explicação detalhada sobre a estrutura e característica do Plano Piloto.

4 QUESTÃO URBANA HOJE

Hoje, o ambiente urbano se diferencia daqueles existentes no século XIX e às das primeiras décadas do século XX, entre outros fatores, pelas funções ligadas principalmente ao setor terciário. Essa característica dá nova dimensão à forma de conceber a cidade. Com a globalização e o aumento da oferta e da demanda de serviços, as cidades, particularmente as grandes, reforçaram seu papel de comando na economia nacional e mundial.

Outra questão é a intensidade da urbanização nas últimas décadas. Atualmente, a população urbana ultrapassa a rural e aumentos futuros da população urbana mundial deverão ocorrer sobretudo nos países em desenvolvimento. Entre 2014 e 2050, estima-se que as áreas urbanas irão receber 404 milhões de novos moradores na Índia, 292 milhões na China e 212 milhões na Nigéria. República Democrática do Congo, Etiópia, Tanzânia, Bangladesh, Indonésia, Paquistão e Estados Unidos devem contribuir com mais de 50 milhões cada um para o incremento da população urbana e juntos constituirão mais de 20% do aumento da população urbana (figura 9).

Em alguns países, a população vai diminuir, apesar de aumentos previstos na urbanização. Os maiores declínios projetados entre 2014 e 2050 são para Japão (diminuição de cerca de 12 milhões de moradores urbanos) e Rússia (cerca de 7 milhões).

Figura 9. Mundo: crescimento populacional urbano – previsão entre 2014 e 2050

Fonte: ONU. *World Urbanization Prospects*: The 2014 Revision. p. 12. Disponível em: <http://esa.un.org>. Acesso em: fev. 2016.

ENTRE ASPAS

A influência urbana no campo

Ao longo do processo de urbanização, a influência da cidade estendeu-se ao campo. A energia elétrica e as telecomunicações (como TV, rádio, telefone e, em alguns casos, até internet) integram atualmente os habitantes do campo e da cidade numa mesma rede de informação. Assim, aspectos que eram típicos do modo de vida urbano, como alguns hábitos, costumes e certas atividades econômicas, ultrapassam os limites territoriais das cidades e transformam as áreas rurais e o modo de vida da população.

Em muitas regiões onde se desenvolve a agropecuária moderna, os agricultores acompanham a cotação de mercadorias (insumos e produtos) pela internet, assistem aos mesmos programas de TV vistos pelos moradores das cidades e usam roupas semelhantes às dos habitantes das áreas urbanas. Muitas dessas regiões têm como atrativos hotéis fazenda, *spas* rurais, pesqueiros e outras atividades ligadas ao lazer rural e ao ecoturismo.

LEITURA

O ambiente urbano
De Francisco C. Scarlato e Joel A. Pontin. Atual, 1999.

A obra analisa as consequências do processo de ocupação intensa das áreas urbanas, da concentração de indústrias e de veículos nas cidades e do grave problema da destinação do lixo.

MEGACIDADES

Algumas cidades atingiram dimensões gigantescas, abrigando uma população superior à de alguns países e criando um novo fenômeno urbano: as **megacidades**. Segundo a ONU, trata-se de aglomerações com mais de 10 milhões de habitantes, a maior parte situada nos países emergentes e em desenvolvimento. Observe o mapa (figura 10, na próxima página).

Em 1990, havia no mundo 10 megacidades, que juntas abrigavam 153 milhões de pessoas (menos de 7% da população urbana mundial). Em 2015, o número de megacidades passou para 21, com 453 milhões de habitantes no total e respondendo por 12% da população urbana no mundo.

Figura 10. Mundo: megacidades e cidades mais populosas – 2014

SONIA VAZ

OCEANO GLACIAL ÁRTICO
CÍRCULO POLAR ÁRTICO
TRÓPICO DE CÂNCER
OCEANO PACÍFICO
EQUADOR
OCEANO ATLÂNTICO
OCEANO ÍNDICO
OCEANO PACÍFICO
TRÓPICO DE CAPRICÓRNIO
MERIDIANO DE GREENWICH
CÍRCULO POLAR ANTÁRTICO
OCEANO GLACIAL ANTÁRTICO

População urbana (%)
- Menos de 20
- De 20 a 40
- De 41 a 60
- De 61 a 80
- Mais de 80

Aglomerações urbanas (em habitantes)
- 10 milhões ou mais (Megacidades)
- De 5 a < 10 milhões
- De 1 a < 5 milhões
- De 500.000 a < 1 milhão

N
0 2.770 km

Fonte: ONU. *World Urbanization Prospects*: The 2014 Revision. p. 9. Disponível em: <http://esa.un.org>. Acesso em: fev. 2016.

A maior aglomeração urbana do mundo é Tóquio (Japão), com 38 milhões de habitantes, seguido de Nova Délhi (Índia), com 25 milhões, Shangai (China), com 23 milhões, e Cidade do México (México), Mumbai (Índia) e São Paulo (Brasil), cada uma com cerca de 21 milhões de habitantes, segundo dados de 2015. Em 2020, estima-se que a população de Tóquio comece a declinar, mas a cidade permanecerá como a maior aglomeração do mundo em 2030, abrigando 37 milhões de habitantes, seguida de perto por Nova Délhi, cuja população é projetada a subir rapidamente para 36 milhões (figura 11).

LEITURA

Habitação e cidade
De Erminia Maricato.
Atual, 2004.

Trata da complexa questão da moradia nas grandes cidades brasileiras e da origem dessa questão, revelando a articulação entre o problema da habitação e outras questões sociais.

ASIANDREAM/THINKSTOCK/GETTY IMAGES

Figura 11. O rápido crescimento das cidades sem planejamento nos países em desenvolvimento leva a condições de vida precárias para a maior parte de sua população. Na imagem, construções em más condições em Délhi (Índia), 2014.

A intensidade dos fluxos migratórios para as cidades promoveu seu crescimento acelerado, sem um planejamento que atendesse às necessidades sociais e econômicas de parte considerável de sua população. Dessa forma, o crescimento de bairros residenciais sem saneamento, com habitações precárias (muitas vezes em áreas de risco), violência, trânsito, poluição, ineficiência dos meios de transporte público e falta de serviços sociais, como saúde, educação e habitação, caracteriza as grandes cidades dos países em desenvolvimento e dos países emergentes.

Apesar das dimensões dos seus problemas, questões fundamentais distinguem as grandes cidades do mundo desenvolvido das do mundo em desenvolvimento. As condições socioeconômicas e a evolução histórica daquelas localizadas em países desenvolvidos possibilitaram soluções paulatinas e adequações a seu processo de crescimento. Exemplos disso são a infraestrutura do transporte coletivo, principalmente o metroviário, e a maior quantidade de recursos financeiros para a realização de grandes projetos de melhoria da vida urbana.

SITE

Urbanização no mundo
www.economist.com/node/21642053

Infográfico animado feito pelo jornal *The Economist* mostra a evolução da urbanização no mundo desde 1950 até hoje, além de incluir projeções até 2030.

ENTRE ASPAS

A desigualdade escancarada Sobre os principais problemas urbanos, veja também o *Capítulo 5* desta Unidade.

As grandes cidades evidenciam de forma mais explícita a desigualdade social, em especial nos países em desenvolvimento e emergentes. Nelas, encontram-se bairros luxuosos, servidos com ampla infraestrutura e aparelhamento de lazer, cultural e esportivo, como faculdades, escolas, hospitais, bibliotecas, parques, teatros, centros culturais, cinemas, entre outros.

Mas elas também abrigam bairros onde a carência de serviços públicos é enorme, afetando a população, em especial as crianças e os jovens. Taxas de mortalidade infantil, abandono escolar e homicídio juvenil são muito mais expressivas nesses bairros carentes do que naqueles com boa infraestrutura.

FILME

Um pouco mais, um pouco menos
De Marcelo Masagão. São Paulo, 2002. 18 min.

Vistas aéreas de uma das maiores metrópoles da América Latina, a cidade de São Paulo. Intercaladas às imagens aéreas, o diretor coloca cenas do cotidiano da população urbana, aliadas a dados estatísticos impressionantes.

LEITURA E DISCUSSÃO

Desigualdade socioespacial

“A desigualdade socioespacial demonstra a existência de classes sociais e as diferentes formas de apropriação da riqueza produzida. Expressa a impossibilidade da maioria dos trabalhadores em apropriar-se de condições adequadas de sobrevivência. [...]

É um desafio ir além das aparências para compreender e analisar a complexidade da desigualdade. Nas áreas ricas ou nobres, bairros jardins, onde trabalha, reside e transita uma determinada camada de classe, as unidades habitacionais têm ampla fachada, garagens, grades e muros, ruas, avenidas, praças com iluminação pública, ajardinamento e arborização onde se encontram vigias em cubículos e empregados que só aparecem no vai e vem do morar ao trabalhar. Os edifícios utilizados para escolas, hospitais, bancos, *shopping centers*, restaurantes, são amplos e ‘modernos’. Nas últimas décadas, além dos bairros jardins, proliferam loteamentos murados com áreas ‘próprias’ de lazer e equipamentos de consumo coletivo interno aos muros, caracterizando uma face da especulação imobiliária, da ausência e presença do Estado capitalista e da segregação socioespacial.”

RODRIGUES. Arlete Moysés. CIDADES, v. 4, n. 6, 2007. p. 75-6.
Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br>. Acesso em: abr. 2016.

- Tomando por base elementos do próprio texto e algumas características do espaço urbano de seu município, exemplifique situações de ausência e presença do Estado e sua relação com a desigualdade socioespacial.

5 REDE E HIERARQUIA URBANAS

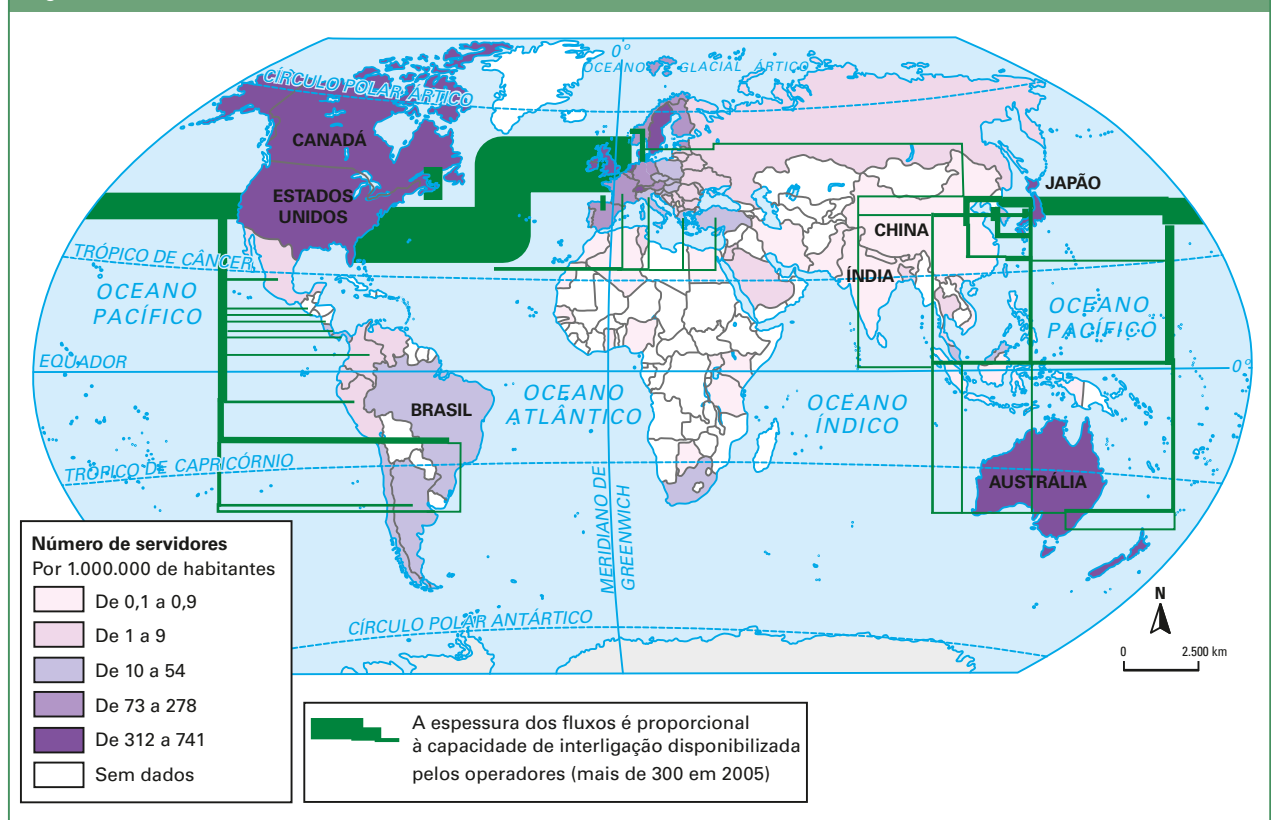
As cidades estão ligadas entre si por uma estrutura de transportes e meios de comunicação, formando uma rede articulada, integrada, em que se estabelecem fluxos de mercadorias, pessoas, capital e informações, havendo dessa forma uma polarização entre as aglomerações urbanas que se relacionam continuamente (figura 12).

A **rede urbana** é constituída por cidades de pequeno, médio e grande portes, as quais cumprem a função dominante nessa rede de fluxos. Portanto, as relações entre elas são hierárquicas, pois algumas exercem papel central, estando no topo da **hierarquia urbana**[2], como as metrópoles e as cidades globais, que irradiam e recebem grande parte desses fluxos.

A hierarquia urbana refere-se aos papéis ocupados pelas cidades na organização socioeconômica e espacial, considerando, por exemplo, a capacidade de concentração dos fluxos e a extensão da área de influência de cada cidade, numa rede urbana. Assim, temos, além das metrópoles, que podem ser nacionais e regionais, os centros regionais, os centros sub-regionais, as cidades locais e as vilas.

Com o processo de modernização do território brasileiro, o geógrafo Milton Santos apontava que, a partir do final do século XX, as relações entre as cidades com diferentes papéis ocupados numa rede urbana não se dava a partir de uma hierarquia rígida, ou seja, da vila para a cidade local, desta para o centro regional, deste para a metrópole regional e desta para a metrópole nacional. Há desse modo, relações diretas, por exemplo, da cidade local para a metrópole nacional ou do centro regional para ela.

Figura 12. Mundo: internet (servidores e redes – 2013)

Fonte: FERREIRA, Graça M.L. *Atlas geográfico*: espaço mundial. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2013. p. 55.

Note que os fluxos entre os servidores, que partem sobretudo das cidades e chegam a elas, são mais intensos entre os países desenvolvidos.

---

2 Sobre a hierarquia urbana das cidades brasileiras, veja o *Capítulo 5* deste volume.

METRÓPOLES E CIDADES GLOBAIS

As **metrópoles** são cidades populosas, adaptadas à economia globalizada. Em geral, preservam suas tradições, sua arquitetura e seu patrimônio histórico, caso principalmente das cidades europeias. Costumam ter as melhores instalações urbanas, concentram as principais universidades e bancos do país, além de sediar as maiores empresas nacionais e transnacionais. Constituem o mais importante centro de consumo, poder político, inovação e difusão cultural. Nelas também se concentra uma vasta gama de serviços especializados e de estabelecimentos comerciais diversificados.

As metrópoles são polos cuja influência se estende sobre cidades de uma vasta região geográfica. Constituem grandes centros de atração de investimentos e estão articuladas com as cidades globais, podendo, em alguns casos, ser classificadas como tais. No entanto, sua importância e capacidade de polarização geralmente estão restritas ao território nacional.

Segundo Milton Santos, também deveriam estar associadas ao conceito de metrópole características como direitos humanos e cidadania (direito a moradia, educação, saúde, emprego, segurança etc.), o que limitaria esse conceito a algumas cidades dos países desenvolvidos.

Várias metrópoles tornaram-se **cidades globais** a partir da década de 1990, fruto do processo de globalização inclusive nos países classificados como emergentes.

A participação do país na economia global depende muito da ampliação das funções das grandes cidades, de modo que estas se tornam centros de negócios e passam a articular-se com os principais polos econômicos mundiais e, ao mesmo tempo, com o mercado nacional. Portanto, elas são o principal elo do país com o exterior, em razão de seu dinamismo econômico (sobretudo o setor dos serviços) e de sua infraestrutura diversificada e moderna, com eficientes equipamentos de telecomunicações (telemática), portos e aeroportos, redes de hotéis, importantes centros de compras etc. (figura 13).

Nos países mais integrados à economia globalizada, as conexões com a economia mundial são feitas principalmente a partir das cidades globais. Elas possuem uma dimensão econômica e política, pois promovem a regulação das operações financeiras de mercados e empresas, além de serem consideradas centros de poder político nacional e internacional.

SITE

Centro de Estudos da Metrópole (CEM)
www.fflch.usp.br/centrodametropole/

O *site* do CEM traz um banco de dados sobre temas relativos a questões das cidades, como demografia, desigualdade, educação, saúde etc., além de disponibilizar pesquisas recentes sobre as metrópoles brasileiras e os mapas temáticos.

NATALIYA HORA/ALAMY STOCK PHOTO/FOTOARENA

Figura 13. Zurique (Suíça) é uma importante cidade global, sede de grandes instituições financeiras e de diversas empresas. Na imagem, vista noturna da cidade em 2014.

Para se ter ideia de sua relevância econômica, cabe ressaltar que, atualmente, as 30 maiores cidades globais abrigam 4% da população mundial e são responsáveis por 16% da riqueza produzida no mundo inteiro. Veja, no mapa, as 25 maiores (figura 14).

Figura 14. Mundo: as 25 principais cidades globais – 2015

Fontes: SASSEN, Saskia. *Sociologia da globalização*. Porto Alegre: Artmed, 2010; The World's Most Economically Powerfull Cities *2015*. Disponível em: <www.citylab.com>. Acesso em: fev. 2016.

LEITURA E DISCUSSÃO

Cidades globais

"Na atual fase da economia mundial, é precisamente a combinação da dispersão global das atividades econômicas e da integração global, mediante uma concentração contínua do controle econômico e da propriedade, que tem contribuído para o papel estratégico desempenhado por certas grandes cidades, que denomino cidades globais [...]. Algumas têm sido centros do comércio mundial e da atividade bancária durante séculos, mas, além dessas funções de longa duração, as cidades globais da atualidade são: (1) pontos de comando na organização da economia mundial; (2) lugares e mercados fundamentais para as indústrias de destaque do atual período, isto é, as finanças e os serviços especializados destinados às empresas; (3) lugares de produção fundamentais para essas indústrias, incluindo a produção de inovações. Várias cidades também preenchem funções, equivalentes em escalas geográficas menores, no que se refere a regiões transnacionais e subnacionais.

Ao lado dessas novas hierarquias globais e regionais das cidades há um vasto território que se tornou cada vez mais periférico e cada vez mais excluído dos grandes processos econômicos que alimentam o crescimento econômico na nova economia global. Uma multiplicidade de centros manufatureiros e cidades portuárias, outrora importantes, perderam suas funções e encontram-se em declínio, não só nos países menos desenvolvidos como também nas economias mais adiantadas. Este é mais um significado da globalização econômica."

SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998. p. 16-17.

1. Por que a dispersão mundial das atividades econômicas reforça a importância das cidades globais?
2. Que relação o texto estabelece entre a globalização econômica e a hierarquia das cidades?

COMPREENSÃO E ANÁLISE

Faça no caderno

1. Leia o texto e faça o que se pede.

Significados da cidade

"A cidade é o lugar do trabalho (da máquina sendo operada, da caixa registradora funcionando, da rua sendo varrida), mas também do lazer (a praça do interior, o clube, o espaço dos esportes [...]). A cidade é o lugar da produção (a fábrica, a chaminé e mais poluição), e do consumo (o *shopping*, o calçadão, e imagens de *outdoors* que nos informam, nos estimulam, nos invadem). A cidade é o lugar do ir e vir (ruas, avenidas, viadutos, ônibus cheio, trânsito parado), e do estar (prédios, casas, barracões, e até parece que não há lugar para todo mundo...). É o lugar da ordem (horários para sair e para chegar, filas, normas, policiamento) e da contraordem (o supermercado saqueado, o trem depredado ou o piquete para a greve)."

SPOSITO, Maria Encarnação B. *A urbanização no Brasil*. CENP, Secretaria de Educação de São Paulo, Série Argumento, s.d. p. 63.

a) Além dos elementos apontados no texto, quais outros você acrescentaria para caracterizar uma cidade? Justifique.
b) Tomando por base o texto, caracterize a cidade onde você vive ou o centro urbano mais próximo. Comente também as possibilidades que ela oferece para o exercício da cidadania.
c) Com base em seus conhecimentos, reescreva o texto "Significados da cidade", alterando o seu título para "Significados do campo" e fazendo as adaptações necessárias.

2. Relacione o processo de urbanização com a Revolução Industrial.
3. Defina urbanismo. Aponte as razões de o urbanismo ter surgido nas cidades europeias no século XIX.
4. Observe a imagem e, a partir dela, explique o conceito de lugar.

AGÊNCIA BRASIL

Placa instalada em Brasília (DF), por ocasião da Copa do Mundo de 2014.

ENEM E VESTIBULARES

- (Enem 2009)

Além dos inúmeros eletrodomésticos e bens eletrônicos, o automóvel produzido pela indústria fordista promoveu, a partir dos anos [19]50, mudanças significativas no modo de vida dos consumidores e também na habitação e nas cidades. Com a massificação do consumo dos bens modernos, dos eletroeletrônicos e também do automóvel, mudaram radicalmente o modo de vida, os valores, a cultura e o conjunto do ambiente construído. Da ocupação do solo urbano até o interior da moradia, a transformação foi profunda.

MARICATO, E. *Urbanismo na periferia do mundo globalizado*: metrópoles brasileiras. Disponível em: http://www.scielo.br. Acesso em: 12 ago. 2009 (adaptado).

Uma das consequências das inovações tecnológicas das últimas décadas, que determinaram diferentes formas de uso e ocupação do espaço geográfico, é a instituição das chamadas cidades globais, que se caracterizam por

a) possuírem o mesmo nível de influência no cenário mundial.
b) fortalecerem os laços de cidadania e solidariedade entre os membros das diversas comunidades.
c) constituírem um passo importante para a diminuição das desigualdades sociais causadas pela polarização social e pela segregação urbana.
d) terem sido diretamente impactadas pelo processo de internacionalização da economia, desencadeado a partir do final dos anos 1970.
e) terem sua origem diretamente relacionada ao processo de colonização ocidental do século XIX.

6 URBANIZAÇÃO NO MUNDO DESENVOLVIDO

No conjunto dos países desenvolvidos, a população urbana ultrapassa os 75% (veja a tabela). Na maioria há uma estabilidade na porcentagem da população urbana em relação ao total dos habitantes, ocorrendo um crescimento da taxa de urbanização mais lento nas últimas duas décadas.

População total e taxa de urbanização em alguns países desenvolvidos – 2014

País	População total (em milhões)	Taxa de urbanização (em %)
Japão	127,0	93
Reino Unido	63,5	82
Estados Unidos	322,6	81
Espanha	47,1	79
Alemanha	82,6	75

Fonte: ONU. *World Urbanization Prospects: The* 2014 Revision. p. 20-25. Disponível em: <http://esa.un.org>. Acesso em: fev. 2016.

O crescimento acelerado da população urbana nesses países, ao longo dos séculos XIX e XX, levou à ampliação dos problemas urbanos, principalmente nas áreas centrais e em suas proximidades, consideradas, geralmente, como as de maior densidade demográfica.

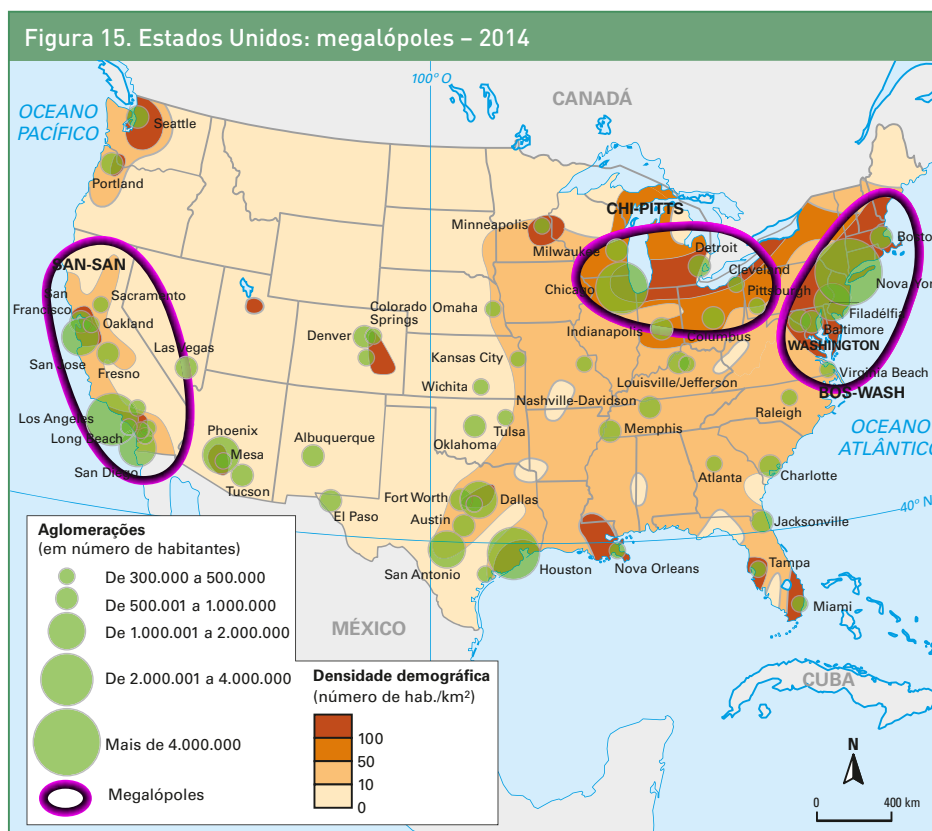
A partir do final do século XIX, as dificuldades de resolução desses problemas levou ao processo de **suburbanização** nesses países, com a população de maior poder aquisitivo distanciando-se das concentrações populacionais e industriais e dos problemas sociais e ambientais dos centros urbanos.

Esse processo acentuou-se na segunda metade do século XX, graças ao incremento dos meios de transporte e de comunicação, que ampliaram a possibilidade de desconcentração das atividades econômicas. Estas passaram a ser desenvolvidas em bairros e regiões mais distantes das áreas centrais.

Em alguns países, como os Estados Unidos, o processo de suburbanização e de expansão das grandes cidades levou à ampliação da mancha urbana, caracterizada pela presença de metrópoles e de diversas cidades. Houve crescimento das metrópoles, aumento da população e da importância econômica das cidades vizinhas aos grandes centros urbanos. Esse processo resultou na formação das **megalópoles**, imensos aglomerados urbanos entre duas ou mais metrópoles, praticamente contínuos, resultado de várias conurbações (figura 15).

Densidade demográfica
Média de habitantes por quilômetro quadrado.

Conurbação
Junção espontânea de espaços urbanos de municípios vizinhos que ocorre em diversos espaços metropolitanos do mundo e do Brasil, assim como em trechos do território ocupados por cidades médias, no interior do país.

Figura 15. Estados Unidos: megalópoles – 2014

Entre as megalópoles do mundo, três importantes estão situadas nos Estados Unidos. A megalópole de Bosh-Wash compreende a área entre Boston e Washington, no nordeste do país, incluindo importantes cidades, como Nova York, Filadélfia e Baltimore. Ao redor dos Grandes Lagos, formou-se a megalópole de Chi-Pitts, que se estende de Chicago a Pittsburgh. No extremo oeste do país, a megalópole de San-San está situada ao longo da costa da Califórnia, de San Diego a San Francisco, englobando a cidade de Los Angeles.

Fonte: *Histoire Géographie*: Le monde d'aujourd'hui. Paris: Hachette Éducation, 2003. p. 228; Geoconfluences. Disponível em: <http://geoconfluences. ens_lyon.fr>. Acesso em: fev. 2016.

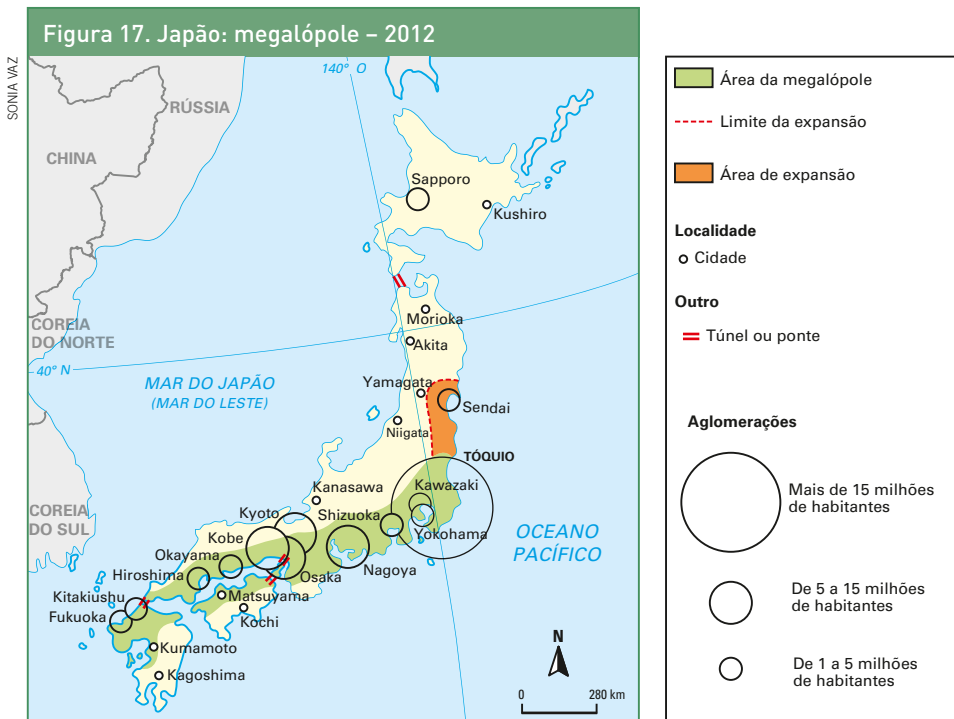
Nas cidades da Europa, o crescimento ocorreu sem que a mancha urbana preexistente se estendesse de modo significativo. Com exceção de cidades como Paris, Londres, Milão e Moscou, as cidades europeias são pouco populosas, apesar de a grande maioria da população residir em áreas urbanas (figura 16).

PATRICK KOVARIK/AFP

Figura 16. Vista de conjunto habitacional no subúrbio de Paris (França), 2013.

Já o Japão apresenta a mancha urbana contínua mais populosa do mundo, formada em razão das suas condições territoriais adversas – pequena extensão territorial e relevo predominantemente montanhoso. Essas características dificultam a dispersão populacional. O intenso processo de urbanização do país se concentra ao longo da costa do Pacífico, estando associado a um crescimento industrial vigoroso ocorrido nas cidades da região, que possuem vínculos estreitos com a economia internacional. Nessa faixa do território japonês, estende-se a megalópole de Tokkaido, a mais povoada do mundo (figura 17).

Figura 17. Japão: megalópole – 2012

SONIA VAZ

A megalópole de Tokkaido possui a maior concentração urbana do mundo e abrange metrópoles como Tóquio, Kawasaki, Nagoya, Quioto, Kobe, Nagasaki e Osaka.

Fonte: CALDINI, Vera; ÍSOLA, Leda. *Atlas geográfico Saraiva.* 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 143.

Nas grandes cidades dos países desenvolvidos, a preservação do espaço público e do patrimônio histórico e as especificações na localização e no padrão de construção das novas edificações (como altura e recuo) são criteriosamente regulamentadas e fiscalizadas pelo governo. Muitas intervenções marcam determinados períodos e aspectos da paisagem urbana.

Patrimônio histórico
Todas as referências culturais, como monumentos, conjuntos arquitetônicos e edificações de valor histórico e cultural.

CONEXÃO

Arte

Cena cotidiana

O artista estadunidense Edward Hopper (1882-1967) captou com sensibilidade cenas urbanas cotidianas de seu país na primeira metade do século XX. Os temas frequentes das pinturas de Hopper são paisagens urbanas desertas e melancólicas. Observe um exemplo de seu trabalho.

INSTITUTO DE ARTE DE CHICAGO, CHICAGO (EUA)

Nighthawks (1942), óleo sobre tela de Edward Hopper.

- A tela *Nighthawks* representa um ambiente urbano num final de noite. As figuras humanas transmitem a sensação de tédio, desagregação e solidão. Quais elementos da tela podem apoiar essas afirmações?

7 URBANIZAÇÃO NO MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

O aumento da população urbana foi mais acelerado nos países em desenvolvimento do que nos desenvolvidos na segunda metade do século XX. Esse fator é decorrente da migração, em grande quantidade e num curto intervalo de tempo, da população do campo para a cidade, processo conhecido como **êxodo rural**.

A mecanização das atividades agrícolas nos países emergentes e o aumento das atividades econômicas dos setores secundário e terciário nas cidades contribuíram para esse processo. Mas, de modo geral, a estrutura fundiária concentradora no meio rural constituiu um fator relevante dessa migração acelerada, pois reduziu as possibilidades de permanência do trabalhador.

Entre os países em desenvolvimento há expressivas diferenças no que se refere à urbanização. Os maiores índices de população urbana nesse conjunto de países verificam-se na América Latina. Em 2014, alguns países já apresentavam índices de urbanização superiores a 80%, como Uruguai (95%), Venezuela (89%), Argentina (92%) e Brasil (85%). Observe a figura 18, na página seguinte.

Figura 18. Praça da Independência, no centro financeiro de Montevidéu (Uruguai), 2012. Assim como nos países desenvolvidos, alguns países em desenvolvimento apresentam áreas urbanas preservadas e valorizadas.

Os índices mais baixos de urbanização ocorrem na África e na Ásia, que abrigam cerca de 90% da população rural do mundo. No entanto, essas regiões são as que apresentam o ritmo mais acelerado de urbanização atualmente. Para 2050, estima-se que sua taxa de urbanização estará em torno de 56% e 64%, respectivamente. Apesar de seus atuais baixos níveis de urbanização, a Ásia abriga 48% da população urbana mundial.

População total e taxa de urbanização em alguns países em desenvolvimento da Ásia e da África – 2014

País	População total (em milhões)	Taxa de urbanização (em %)
Malásia	30,2	74
Irã	78,5	73
África do Sul	53,1	64
China	1.393,8	54
Indonésia	252,8	53
Nigéria	178,5	47
Filipinas	100,0	44
República Democrática do Congo	69,4	42
Paquistão	185,1	38
Índia	1.267,4	32
Uganda	38,8	16

Fonte: ONU. *World Urbanization Prospects*: The 2014 Revision. p. 20-25. Disponível em: <http://esa.un.org>. Acesso em: fev. 2016.

SITE

Cities and biodiversity outlook

http://cbobook.org

Por meio de imagens de satélite, mostra os diferentes níveis de urbanização nos continentes terrestres. A narração, em inglês, aborda os principais desafios e oportunidades de um desenvolvimento urbano sustentável.

Nos países em desenvolvimento, as possibilidades de emprego e de melhores condições de vida estão concentrados nas metrópoles. Elas foram o principal ponto de chegada de milhões de migrantes que deixaram o campo em busca de novas oportunidades. Ocorreu, dessa forma, uma urbanização concentrada nas metrópoles ou um processo de **metropolização**.

PLANEJAMENTO URBANO NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

Como você viu anteriormente, a partir da década de 1950, houve considerável ampliação das cidades nos países em desenvolvimento. Num primeiro momento, esse fenômeno foi mais intenso na América Latina, ocorrendo depois nos continentes asiático e africano. Essa urbanização deu-se praticamente sem orientação ou planejamento, agravando o quadro de exclusão social nas cidades.

O rápido crescimento populacional nas grandes cidades levou à expansão da superfície construída em áreas cada vez mais afastadas, ampliando a concentração populacional em bairros e zonas periféricas. Isso também foi consequência dos altos preços dos aluguéis nas áreas centrais e dos baixos rendimentos da população mais pobre, obrigada a se deslocar para a periferia, ao mesmo tempo que o número de imóveis vagos nas regiões centrais aumentava. Quando há revitalização /recuperação de áreas centrais degradadas das cidades, elas passam a abrigar residências destinadas às classes média e alta, além de serviços inacessíveis às populações de baixa renda. Esse processo é chamado de **gentrificação**.

A expansão significativa da superfície construída das cidades criou e vem criando grandes dificuldades para a introdução de infraestrutura adequada, como transporte, saneamento básico e serviços sociais (postos de saúde, creches e escolas), nesses lugares mais afastados das áreas centrais (essa temática será retomada no próximo capítulo).

O crescimento exponencial da população nas cidades dos países em desenvolvimento, como Cidade do México (México), São Paulo (Brasil), Cairo (Egito), Jacarta (Indonésia), Nova Délhi (Índia), Lagos (Nigéria) e Bangcoc (Tailândia), não teve correspondente histórico quando comparado com cidades como Nova York, Tóquio, Londres e Paris, que conheceram grande crescimento entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. A Cidade do México, por exemplo, estende-se por uma mancha urbana de mais de 1.500 km^2 (figura 19).

A gama de possibilidades oferecida pela metrópole, sobretudo no mundo em desenvolvimento, não é estendida a todos os seus habitantes. Muitos são excluídos dos serviços essenciais e das oportunidades de emprego, o que implica a deterioração da vida urbana. O aumento da urbanização em nível mundial, mas em maior ritmo nos países em desenvolvimento, impõe a essas cidades desafios para um modelo de desenvolvimento sustentável.

FILME

Quem quer ser um milionário?
De Danny Boyle. EUA, 2008. 120 min.

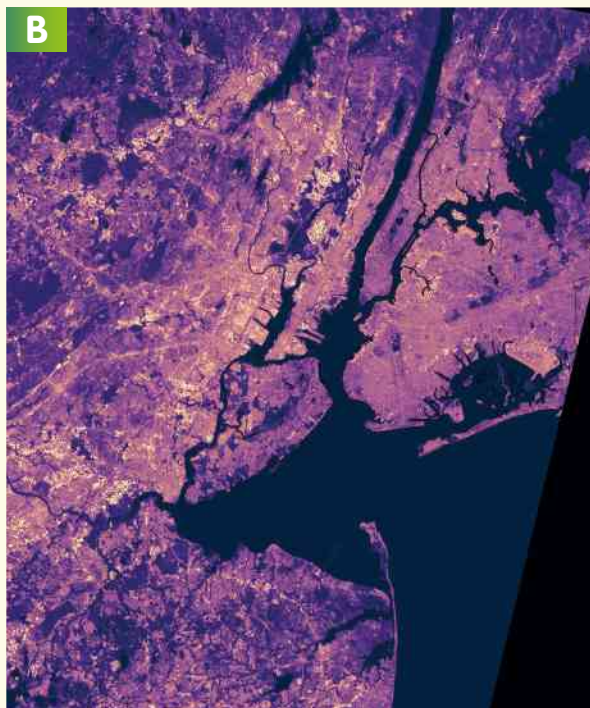
O filme conta a história de Jamal Malik, um adolescente que trabalha servindo chá em uma empresa de *telemarketing* em Mumbai (Índia), uma das maiores cidades do mundo. A vida do rapaz muda completamente quando ele se inscreve num programa de TV e revive fatos da sua vida, tendo como pano de fundo as transformações e os problemas da sua cidade.

SUSANA GONZALEZ/BLOOMBERG VIA GETTY IMAGES

Figura 19. Vista aérea da Cidade do México (México), 2014.

OLHO NO ESPAÇO

Urbanização e meio ambiente

Observe as imagens de satélite de um trecho da costa leste dos Estados Unidos e responda às questões a seguir.

A imagem A mostra a vegetação variando de escassa (bege) para densa (verde-escuro). A imagem B mostra a temperatura variando de amena (azul) para quente (amarelo). O trecho mais bege da área continental da imagem A e o trecho mais amarelado da área continental da imagem B mostram parte da cidade de Nova York (Estados Unidos), 2006.

1. Compare as duas imagens de satélite. Qual é a relação que se pode estabelecer entre vegetação e temperatura?
2. Leia o texto abaixo.

"Em Nova York, a asma é a principal causa de hospitalização de crianças menores de 15 anos.
Pesquisadores da Universidade de Colúmbia estudaram a relação entre o número de árvores em ruas residenciais e a incidência de asma infantil. Descobriram que, quanto maior o número de árvores, menor a ocorrência de asma na infância, mesmo depois que os dados foram ajustados para características sociodemográficas, densidade populacional e proximidade a fontes de poluição.
Como árvores poderiam reduzir o risco para a asma? Uma explicação é que elas ajudam a remover os poluentes do ar. Outra é que as árvores podem ser mais abundantes nas vizinhanças que são bem conservadas de outras maneiras, o que leva a reduzir a exposição a alérgenos que desencadeiam a asma. Outra, ainda, é que os bairros mais verdes incentivam as crianças a brincar ao ar livre, onde são expostas a microrganismos que ajudam o desenvolvimento adequado de seus sistemas imunológicos.
Novos estudos irão esclarecer melhor se as árvores nas ruas das cidades realmente ajudam as crianças a crescerem mais saudáveis. Mas os governantes e a população de Nova York já decidiram plantar um milhão de novas árvores até 2017."

Cities and biodiversity outlook. Disponível em: <http://cbobook.org>. Acesso em: dez. 2015. Texto traduzido.

- Comente sobre alguma ação que você conheça que vise aliar urbanização e meio ambiente.

CONTRAPONTO

Um mesmo país, realidades opostas

Nos países em desenvolvimento e de industrialização tardia, o fenômeno da urbanização ocorreu – e ainda ocorre – de forma muito rápida e em geral desordenada. A falta de planejamento urbano contribui para o surgimento de graves problemas, como violência, carência de infraestrutura, proliferação de favelas, desemprego e poluição.

Essa realidade é visível de forma contundente na paisagem de algumas grandes cidades dos países em desenvolvimento. Observe a imagem 1.

IMAGEM 1

MARIANA BAZO/REUTERS/LATINSTOCK

Bairro de Surco, em Lima (Peru), 2015.

Mas essa realidade não é a única. Nesses países, há uma parcela da população que desfruta de condições de vida similares aos habitantes dos países desenvolvidos, vivendo com uma renda alta e habitando bairros com excelente infraestrutura, seguros e saudáveis (imagem 2).

A convivência entre essas duas realidades, muitas vezes, gera tensões, preconceito, discriminação e outras formas de violência. É o que ocorre na cidade de Lima (Peru), onde bairros com realidades socioeconômicas tão distintas foram separados por um muro (imagem 3).

IMAGEM 2

KLAUS ULRICH MÜLLER/ALAMY STOCK PHOTO/FOTOARENA

IMAGEM 3

SEBASTIAN CASTANEDA/ANADOLU AGENCY/GETTY IMAGES

À esquerda, bairro de Miraflores, em Lima (Peru), 2013. À direita, muro que separa Surco de Miraflores, em Lima (Peru), 2015. Com cerca de 10 km de comprimento e 3 metros de altura, o “muro da vergonha”, como é conhecido, é um espelho das desigualdades socioeconômicas no mundo em desenvolvimento.

1. No Brasil, observam-se desigualdades como as mostradas no Peru? Explique.
2. Em dupla ou em pequenos grupos, monte um cartaz com imagens do município onde você mora retratando realidades socioeconômicas do lugar.

COMPREENSÃO E ANÁLISE

Faça no caderno

2

1. Diferencie, em linhas gerais, a urbanização ocorrida nos países desenvolvidos e nos países em desenvolvimento.
2. Explique a relação entre urbanização e estrutura fundiária nos países em desenvolvimento.
3. Em algumas cidades brasileiras existem movimentos organizados que procuram despertar a atenção da sociedade civil e do Estado para problemas como a falta de moradia e de segurança, entre outros.
   a) Há algum tipo de movimento organizado em seu município? Cite exemplos.
   b) Comente a importância desses movimentos para a elaboração de propostas e a solução de problemas existentes nos municípios, inclusive no lugar onde você vive.
4. Observe a imagem e responda às questões.

TORU YAMANAKA/AFP

Estação de metrô em Tóquio (Japão), 2013, em horário de grande circulação de pessoas. A explosão populacional e o alto custo do automóvel particular levaram os japoneses a preferir o transporte público, que, além de pontual, abrange uma vasta área das principais cidades. Apesar disso, as grandes cidades do Japão não estão livres de pesados congestionamentos.

   a) O transporte público é uma solução social e ambientalmente adequada para a realidade das grandes cidades. Você concorda com essa afirmação? Justifique sua resposta.
   b) Descreva as vantagens e as desvantagens do sistema de transportes de Tóquio. Compare-o com o do lugar onde você vive.
5. Leia o texto.

“Nas grandes cidades, hoje, é fácil identificar territórios diferenciados: ali é o bairro das mansões e palacetes, acolá o centro de negócios, adiante o bairro boêmio onde rola a vida noturna, mais à frente o distrito industrial, ou ainda o bairro proletário. Assim, quando alguém, referindo-se ao Rio de Janeiro, fala em Zona Sul ou Baixada Fluminense, sabemos que se trata de dois Rios de Janeiro bastante diferentes; assim como pensando em Brasília lembramos do Plano-Piloto, das mansões do lago ou das cidades-satélites. Podemos dizer que hoje nossas cidades têm sua zona sul e sua baixada, sua “zona”, sua Wall Street e seu ABC. É como se a cidade fosse um imenso quebra-cabeças, feito de peças diferenciadas, onde cada qual conhece seu lugar e se sente estrangeiro nos demais. É a este movimento de separação das classes sociais e funções no espaço urbano que os estudiosos da cidade chamam de segregação espacial.”

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 40-41.

   a) As metrópoles e grandes cidades estão repletas de contradições. De acordo com o texto, que contradições são essas?
   b) Você observa essas contradições no espaço urbano do município onde vive? Cite o nome dos bairros, os problemas socioambientais que observa e seus contrastes com outros bairros da cidade.

ENEM E VESTIBULARES

- (Enem 2013)

Embora haja dados comuns que dão unidade ao fenômeno da urbanização na África, na Ásia e na América Latina, os impactos são distintos em cada continente e mesmo dentro de cada país, ainda que as modernizações se deem com o mesmo conjunto de inovações.

ELIAS, D. Fim do século e urbanização no Brasil. *Revista Ciência Geográfica*, ano IV, n. 11, set./dez. 1988.

O texto aponta para a complexidade da urbanização nos diferentes contextos socioespaciais. Comparando a organização socioeconômica das regiões citadas, a unidade desse fenômeno é perceptível no aspecto

a) espacial, em função do sistema integrado que envolve as cidades locais e globais.
b) cultural, em função da semelhança histórica e da condição de modernização econômica e política.
c) demográfico, em função da localização das maiores aglomerações urbanas e continuidade do fluxo campo-cidade.
d) territorial, em função da estrutura de organização e planejamento das cidades que atravessam as fronteiras nacionais.
e) econômico, em função da revolução agrícola que transformou o campo e a cidade e contribui para a fixação do homem ao lugar.

CAPÍTULO 5

URBANIZAÇÃO NO BRASIL

CONTEXTO

Ainda há um jeito de viver

"Antigamente até que se achava bonita a palavra megalópole e todas as suas implicações. Hoje é o grande vilão do mundo moderno. O que foi a Londres imperial, a gigantesca Nova York, poderosa expressão de uma grandeza emergente, tornou-se agora sinônimo de conflito e retrocesso. As megalópoles são [...] são sintomas, não de força e riqueza de um país, mas de miséria e injustiça social. Pois que todas essas grandes metrópoles, passando algumas dos doze milhões de habitantes ou chegando perigosamente aos vinte milhões, representam uma maioria que é vítima da miséria torçal[1], do desemprego, do subemprego e mais gradações da extrema pobreza.

No Rio de Janeiro de antigamente, a favela era uma referência lírica, inspiradora dos sambas como o imortal Chão de Estrelas: 'A lua, penetrando o nosso zinco/semeava de estrelas o nosso chão.../ Tu pisavas nos astros distraída/sem saber que a ventura nesta vida/é a cabrocha, o luar, o violão...'. Mas disso já se foi no tempo. Hoje, favela não é mais símbolo de pobreza descuidosa e lírica; cada favela é miniatura de Chicago dos anos 20, enclave fora da lei, dominada pelas quadrilhas da droga, do assalto e do sequestro, onde a população submissa, vítima do medo, é forçada a cumprir a lei da Omertá – o silêncio imposto pela camorra[2] dos chefões. Aos quais se acumplicia a polícia conivente, ou temerosa também. Afinal, polícia não é super-herói, é gente de carne que nem nós, tem medo de metralhadora e é susceptível às tentações do dinheiro. Às vezes nem precisa fazer nada – basta só fechar os olhos.

Mas eu não queria falar em polícia colonial, mas nas cidades brasileiras. E por tudo que tenho visto, sinto que ainda existe, espalhado em quase todos os nossos estados, um tipo de cidade ideal para se morar. Cidades de porte médio, entre os 300 e os 500 mil habitantes. Com todos os confortos da moderna civilização e até mesmo os requintes: as maravilhas da informática, TV a cabo, telefone celular etc. [...]

Tenho a impressão de que no futuro as grandes cidades de muitos milhões de habitantes, onde já não vale a pena nem ser rico, serão banidas dos mapas ou reduzidas ao seu núcleo mínimo, o resto derrubado, substituído por pomares e jardins. Esses ecologistas podem às vezes ser impertinentes, mas nos alertam para a impossibilidade de se viver aos montões, se entredevorando uns aos outros. Lembrou-me um deles o exemplo das abelhas: quando uma colmeia chega a um grau perigoso de superpopulação, as fontes de alimento escasseando, elas começam a emigrar, os enxames espessos criando colônias novas em outras áreas, aliviando a colmeia-mãe.

Os homens têm que começar a imitar as abelhas."

QUEIROZ, Rachel de. *Correio Braziliense*, 24 jun. 2002.

1. Na sua opinião, quais as vantagens e as desvantagens de morar em uma grande cidade?
2. Imitar as abelhas é solução ou causa dos problemas urbanos?
3. O que você entende por megalópole ou metrópole?

---

1 Torçal: feixe de fios torcidos; aqui, referência à condição das pessoas que se veem espremidas, contorcidas, em situação de extrema penúria.
2 Camorra: associação secreta criminosa de origem napolitana.

1 PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NO BRASIL

De modo geral, o processo de urbanização no Brasil apresenta características próprias do padrão de urbanização dos países em desenvolvimento. Veja algumas delas:

- foi marcado pela formação de algumas grandes cidades, que concentram parcela significativa das riquezas e também da população, responsável por um processo de metropolização;
- ocorreu com expressivo crescimento de atividades terciárias, incluindo as do setor formal e do setor informal da economia;
- se deu em ritmo acelerado, principalmente entre as décadas de 1950 a 1990, e sem planejamento adequado;
- apresenta padrão periférico de crescimento, com a formação de amplas manchas urbanas e a população de baixa renda sendo empurrada para áreas distantes do centro (figura 1).

> **LEITURA**
>
> **Cidades brasileiras: do passado ao presente**
> De Rosicler Martins Rodrigues. Moderna, 2013.
>
> O livro apresenta um histórico das cidades brasileiras, desde seu surgimento, passando pelas mudanças que ocorreram ao longo do tempo, até a contemporaneidade.

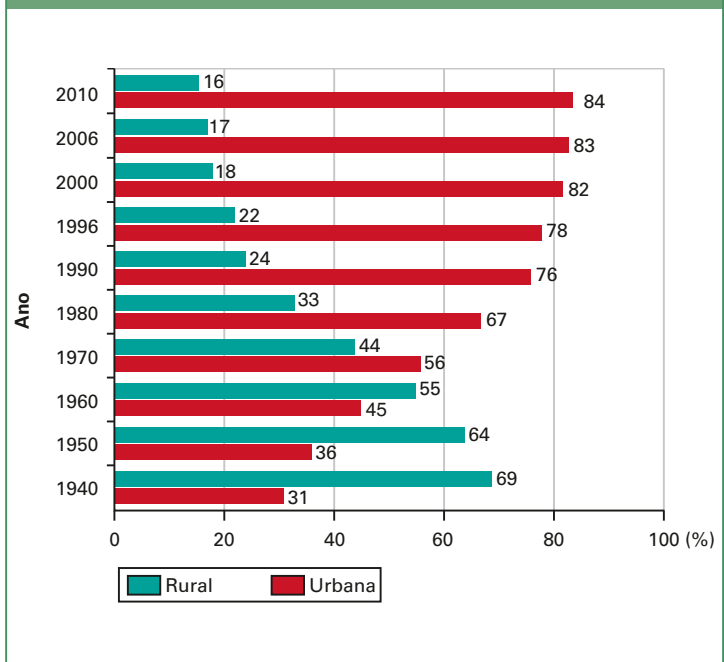
JORGE ARAUJO/FOLHAPRESS

Figura 1. Imagem aérea da Represa Billings, rodeada por construções, no bairro do Grajaú, em São Paulo (SP), 2015. A ocupação das margens da represa coloca em evidência dois problemas urbanos: social (moradia) e ambiental (ocupação das áreas de mananciais).

A urbanização brasileira intensificou-se a partir dos anos 1940/1950 (figura 2). Decorreu do **êxodo rural** e do desenvolvimento industrial que impulsionou grandes deslocamentos populacionais para as cidades e dinamizou as atividades comerciais e de serviços nesses espaços. No entanto, a urbanização foi mais intensa que a industrialização: não gerou os empregos necessários para receber o grande número de migrantes que deixaram o espaço rural rumo às cidades.

No caso do êxodo rural, é preciso considerar que, além dos fatores de atração nas cidades (perspectiva de maior acesso a serviços e mercadorias, por exemplo), existem os fatores de repulsão no campo – associados à concentração da propriedade rural, aos baixos salários, à falta de políticas que beneficiem o pequeno proprietário e à mecanização das atividades. Entre o final dos anos 1960 e o final da década de 2000, mais de 40 milhões de brasileiros deixaram o campo e se dirigiram para as cidades.

Figura 2. Brasil: evolução da população urbana e rural – 1940-2010

ALEX ARGOZINO

Fonte: IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: jan. 2016.

O setor terciário da economia foi responsável por grande parte dos empregos gerados nas cidades e pelo expressivo aumento do trabalho informal, responsável pela absorção de parcela significativa da população.

A urbanização brasileira teve um **caráter concentrador e excludente**, com boa parte da sociedade ficando à parte de seus benefícios, o que se observa principalmente na paisagem das grandes cidades. A velocidade com que se processou a urbanização no país criou dificuldades para o poder público suprir o espaço das cidades, especialmente das maiores, com infraestrutura e serviços sociais necessários ao bem-estar da população. Isso, evidentemente, foi agravado em razão das políticas de planejamento urbano estarem voltadas, prioritariamente, para as classes média e alta, resultando em uma estrutura social fragmentada e segregada espacialmente, com a expansão das periferias urbanas, sobretudo, nos grandes centros urbanos (figura 3).

RUBENS CHAVES/PULSAR IMAGENS

Figura 3. Comunidade quilombola com casas equipadas com antena parabólica, em União dos Palmares (AL), 2015. O consumo cresceu com a urbanização, incentivado por políticas de crédito ao consumidor. Isso fez com que até mesmo as populações de renda mais baixa pudessem adquirir produtos industrializados, ainda que de maneira desigual.

Observando a figura 4, percebe-se também que a urbanização brasileira aconteceu de modo desigual no território. Certos estados apresentam altas taxas de urbanização, como Rio de Janeiro (97%), São Paulo (96,5%), Goiás (91,6%) e Amapá[3] (90%), enquanto outros, como Piauí (68,4%), Pará (68,9%) e Acre (71,2%), apresentam os índices por volta de 70%, chegando a 58,3% no Maranhão.

Figura 4. Brasil: urbanização e cidades com mais de 300 mil habitantes

SONIA VAZ

Fonte: IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais*. Uma análise das condições de vida da população brasileira 2014; *Indicadores Socias – COPIS 2015*. Disponível em: <www.ibge.gov>. Acesso em: jan. 2016.

3 Nos últimos 15 anos do século XX, o estado do Amapá experimentou um intenso processo de urbanização em razão do êxodo rural, provocado pela falta de uma política agrícola que permitisse a fixação de parcela expressiva da população rural e pela instalação da Zona de Livre Comércio de Macapá e Santana. Essas cidades, distantes 20 km uma da outra, concentram praticamente 75% da população do estado.

TENDÊNCIAS RECENTES

Principalmente a partir dos anos 1990, vêm se delineando novas tendências no processo de urbanização brasileiro:

- diminuição do ritmo das migrações inter-regionais;
- expansão das áreas de ocupação irregular e de condomínios fechados nas zonas próximas aos grandes centros urbanos;
- ritmo de crescimento menos acelerado das grandes cidades, entre elas as metrópoles;
- intensificação no ritmo de crescimento das cidades médias;
- valorização extrema dos imóveis urbanos;
- custo de vida mais alto nas metrópoles (incluindo aluguel de imóveis);
- expansão e adensamento populacional das periferias das metrópoles em contraste com a redução da densidade demográfica em áreas centrais (figura 5).

JEREMY HORNER/ALAMY STOCK PHOTO/FOTOARENA

Figura 5. A revitalização de regiões antes degradadas resulta no seu enobrecimento, elevando o valor dos imóveis (comercialização e locação) e alterando o perfil do comércio, que se volta para um público de maior poder aquisitivo, e dos serviços, inclusive culturais e de lazer, os quais passam a ter custos bem mais altos. Os moradores antigos, sem condições de se manterem ali, acabam sendo empurrados para áreas periféricas da cidade. Esse processo de elitização das áreas centrais e expulsão da população de baixa renda é chamado de gentrificação, como visto no capítulo anterior. Na imagem, vista aérea do Pelourinho, em área central de Salvador (BA), onde o programa de revitalização foi iniciado em 1991.

As **cidades médias** passaram a oferecer certas vantagens em relação às grandes, como aumento da oferta de empregos, em virtude da transferência de muitas indústrias para essas localidades, menor custo de vida, menor índice de criminalidade e ampliação da oferta de estabelecimentos comerciais e de serviços destinados a atender à população. São cidades que apresentam qualidade de vida melhor do que as grandes.

2 HIERARQUIA E REDE URBANA NO BRASIL

O crescimento das cidades médias próximas às regiões metropolitanas tem ampliado a formação de áreas conurbadas ou em processo de conurbação.

Caso julgue necessário, vale retomar as noções de rede e hierarquia urbana trabalhadas no *Capítulo 4*.

Região metropolitana
"Região estabelecida por legislação estadual e constituída por agrupamentos de municípios limítrofes, com o objetivo de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum." (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE).

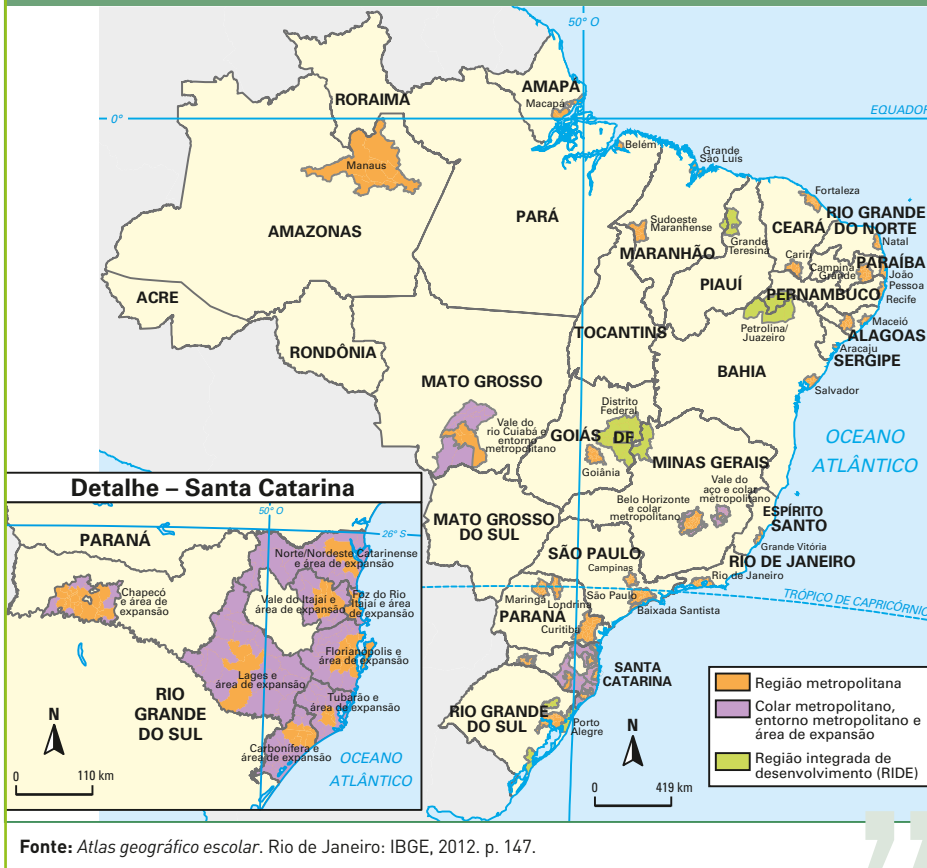
ENTRE ASPAS

Ride

As **regiões integradas de desenvolvimento** ou **Ride** (veja o mapa) são as regiões metropolitanas brasileiras cujos municípios fazem parte de mais de uma unidade federativa. As Ride são criadas por legislação federal que delimita os municípios que as integram e determina as competências assumidas por eles.

A primeira Ride criada foi a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride-DF) com o objetivo de articular ações administrativas da União, do Distrito Federal e dos estados de Minas e Goiás.

Brasil: regiões metropolitanas e regiões integradas de desenvolvimento (Ride) – 2010

Fonte: *Atlas geográfico escolar*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. p. 147.

Vale comentar com os estudantes que no estado de São Paulo, além das regiões metropolitanas indicadas no mapa, em 2014, foi criada a Região Metropolitana de Sorocaba.

As cidades conurbadas são interligadas por importantes vias de circulação e por meios de transporte e infraestrutura comuns. A Grande São Paulo e a Grande Rio são as maiores áreas conurbadas do país (figura 6, na página seguinte).

Anualmente, milhões de pessoas e de toneladas de mercadorias circulam entre as cidades brasileiras. Muitos dos fluxos de pessoas são diários, realizando-se por motivo de trabalho, estudo, compras, assistência médico-hospitalar, negócios, participação em eventos (feiras, exposições, palestras, *shows*), lazer, turismo etc. O número de pessoas que residem numa cidade e trabalham num grande centro metropolitano intensifica os deslocamentos entre municípios de uma mesma região metropolitana.

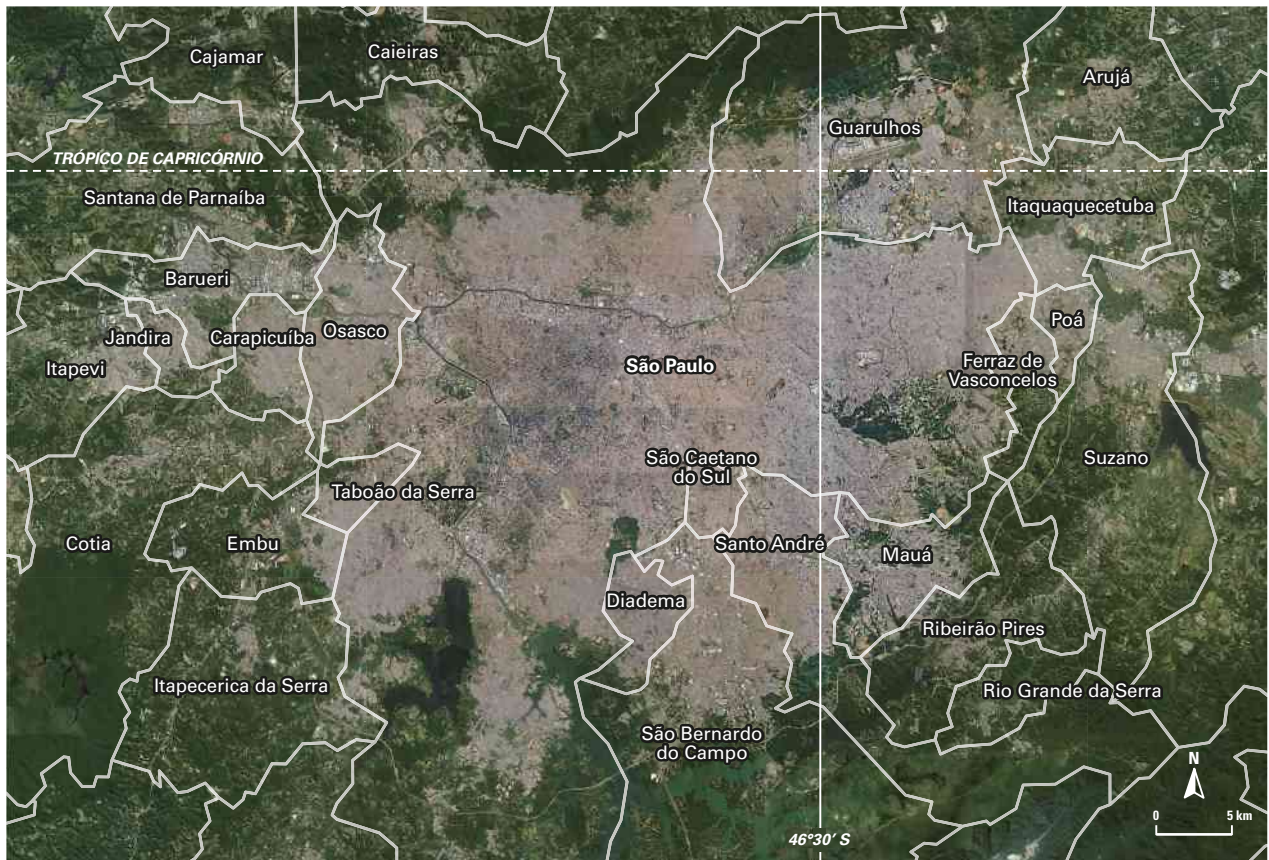



Figura 6. Com a conurbação, dois ou mais municípios passam a formar uma única malha urbana, quase não se percebendo os limites territoriais entre eles. Com isso, a população acaba utilizando os serviços – transportes, hospitais, escolas e áreas de lazer – de mais de um município. Na imagem, mancha urbana da Grande São Paulo (SP), 2016.

ENTRE ASPAS

Município e cidade

Município é a divisão territorial e política dentro de cada unidade da federação (UF). Tem sua própria estrutura político-administrativa (Prefeitura e Câmara Municipal) e engloba tanto o espaço rural como o urbano.

O IBGE considera população urbana os habitantes que vivem na cidade (a sede do município) e nas vilas (as sedes dos distritos). Os distritos, presentes em muitos municípios brasileiros, são unidades administrativas em que se dividem os municípios. No Brasil, portanto, o critério que define **cidade** é o fato de ser sede de município. Em decorrência disso, há cidades com menos de mil habitantes.

A hierarquização dos centros urbanos, que aparece no mapa da página seguinte (figura 7), refere-se aos papéis ocupados pelas cidades na organização socioeconômica e espacial do Brasil.

Segundo a classificação do IBGE, estabelecida no estudo “Regiões de influência das cidades”, fazem parte da rede urbana brasileira: 12 principais centros urbanos, que são as metrópoles, e 70 capitais regionais; além de 169 centros sub-regionais e centros de zona e os centros locais.

O estudo está fundamentado na estruturação das zonas de influência dos principais centros urbanos no território brasileiro, mostrando as redes que eles formam e os diversos aspectos considerados na estruturação dessas redes.

A determinação dos principais centros baseou-se na existência de órgãos públicos (Executivo, Judiciário, Legislativo, entre outros), de grandes empresas e na oferta de ensino superior, serviços de saúde e domínios de internet.

METRÓPOLES BRASILEIRAS

As doze metrópoles brasileiras são divididas em três grupos, de acordo com a sua importância, a complexidade dos equipamentos urbanos disponíveis, a funcionalidade que exercem na rede urbana e a extensão de sua área de influência (figura 7):

- Grande metrópole nacional: São Paulo;
- Metrópoles nacionais: Rio de Janeiro e Brasília;
- Metrópoles: Belém, Manaus, Goiânia, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre.

Figura 7. Brasil: rede urbana – início do século XXI

Fonte: *Atlas Nacional do Brasil Milton Santos*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

Entre as metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro estende-se uma longa mancha urbana caracterizando a configuração da única **megalópole** no território brasileiro (veja a figura 8, na página seguinte). Num trecho do estado de São Paulo, que engloba as regiões metropolitanas de São Paulo, Baixada Santista, Campinas, além dos espaços densamente urbanizados de São José dos Campos e Sorocaba, há a **metrópole expandida** ou **macrometrópole**, que tem São Paulo como centro.

Figura 8. Eixo Rio-São Paulo e arredores: megalópole em formação – 2010

DACOSTA MAPAS

Fonte: FERREIRA, Graça M. L. *Atlas geográfico:* espaço mundial. São Paulo: Moderna, 2013. p . 151.

• São Paulo e Rio de Janeiro

São Paulo é a principal porta de entrada dos investimentos estrangeiros no país. Para essa cidade, e também para o Rio de Janeiro, convergem grandes fluxos de turistas internacionais e nelas realizam-se feiras dos mais variados tipos (livros, eletrodomésticos, automóveis, informática, têxtil), além de eventos esportivos e culturais de projeção internacional e *shows* de cantores e bandas de outros países (figura 9).

São Paulo é ainda responsável pelo atendimento de aproximadamente 20% dos serviços de educação e dos serviços de saúde que os outros municípios do território brasileiro demandam das metrópoles do Brasil.

São Paulo e Rio de Janeiro são cidades que de fato participam, de forma mais intensa, da economia informacional e global, comparativamente com outros lugares do território brasileiro.

No entanto, o papel desempenhado por essas cidades na economia globalizada, sobretudo o Rio de Janeiro, é bem inferior ao de várias metrópoles de países desenvolvidos, como Nova York, Londres, Paris e Tóquio, e outros, como Cingapura, Hong Kong e Seul.

O Rio de Janeiro não aparece como **cidade global** em várias classificações estabelecidas por universidades em todo o mundo; já São Paulo consta de todas elas, o que demonstra a importância da metrópole paulistana na economia global.

Apesar de as grandes metrópoles terem importância econômica e cultural, as cidades médias já possuem, atualmente, centros de consumo, lazer, cultura e entretenimento que atendem às necessidades da população residente e dos municípios vizinhos. *Shopping centers*, parques, salas de cinema, teatros, centros culturais, bares e restaurantes passam a mudar o cotidiano de parte dos moradores dessas cidades, principalmente nos fins de semana.

LUCAS LIMA/FOLHAPRESS

Figura 9. Feira de *videogame*, em São Paulo (SP), 2012. De acordo com a International Congress and Convention Association (ICCA), a cidade de São Paulo sedia cerca de 90 mil eventos por ano. Dentre os turistas que se hospedam nos hotéis da cidade, cerca de metade vem a negócios e um quarto para participar de eventos.

Faça no caderno

1. Caracterize o processo de urbanização brasileiro.
2. Observe a imagem. Relacione-a com alguns aspectos do processo de urbanização no Brasil.

LEO CALDAS/PULSAR IMAGENS

Em primeiro plano, favela; ao fundo, prédios residenciais de alto padrão, em Recife (PE), 2012.

3. O que são regiões metropolitanas e com quais objetivos elas são criadas?
4. Entre as cidades é estabelecida uma rede hierarquizada, isto é, um sistema de relações econômicas e sociais em que umas se subordinam a outras. Comente como se dá a hierarquia urbana no Brasil.
5. Tendo em vista o conceito de conurbação, dê um exemplo que ocorra no estado onde você mora.

ENEM E VESTIBULARES

1. (Fuvest-SP 2016)

"O processo de industrialização que se efetivou em São Paulo a partir do início do século XX foi o indutor do processo de metropolização. A partir do final dos anos 1950, a concentração da estrutura produtiva e a centralização do capital em São Paulo foram acompanhadas de uma urbanização contraditória que, ao mesmo tempo, absorvia as modernidades possíveis e expulsava para as periferias imensa quantidade de pessoas que, na impossibilidade de viver o urbano, contraditoriamente, potencializavam a sua expansão. Assim, de 1960 a 1980, a expansão da metrópole caracterizou-se também pela intensa expansão de sua área construída, marcadamente fragmentada e hierarquizada. Esse processo se constituiu em um ciclo da expansão capitalista em São Paulo marcada por sua periferização."

ALVAREZ, Isabel. *Projetos Urbanos:* alianças e conflitos na reprodução da metrópole. Disponível em: <http://gesp.fflch.usp.br>. Acessado em: 10 ago. 2015. Adaptado.

Com base no texto e em seus conhecimentos, é correto afirmar:

a) O processo que levou à formação da metrópole paulistana foi dual, pois, ao trazer modernidade, trouxe também segregação social.
b) A cidade de São Paulo, no período entre o final da Segunda Guerra Mundial e os anos de 1980, conheceu um processo intenso de desconcentração industrial.
c) A periferia de São Paulo continua tendo, nos dias de hoje, um papel fundamental de eliminar a fragmentação e a hierarquização espacial.
d) A periferização, em São Paulo, cresceu com ritmo acelerado até os anos de 1980, e, a partir daí, estagnou, devido à retração de investimentos na metrópole.
e) A expansão da área construída da metrópole, na década de 1960, permitiu, ao mesmo tempo, ampliar a mancha urbana e eliminar a fragmentação espacial.

2. (Uece 2015) Observe o texto abaixo.

"A urbanização brasileira tem em suas metrópoles os principais focos de sua concretização. O tamanho milionário desses centros revela uma faceta importante da dinâmica socioespacial brasileira que é a concentração econômica e demográfica em pouco mais de uma dezena de epicentros nacionais e regionais."

SOUZA, Marcelo Lopes. *O desafio metropolitano,* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

Com relação à metropolização brasileira, assinale a opção que **NÃO** está adequada a esse fenômeno.

a) É notório o fenômeno da mobilidade da população que diariamente se desloca para as cidades-dormitórios, caracterizando, portanto, uma migração pendular.
b) Observamos um processo de metropolização sem que haja necessariamente a formação de uma metrópole, a exemplo de Joinville e Juazeiro do Norte.
c) Nas últimas décadas vem ocorrendo o fenômeno da desmetropolização tendo como um dos fatores responsáveis a migração de indústrias para centros menores.
d) A existência de áreas centrais deterioradas nas grandes metrópoles favoreceu a um processo de fixação de moradores sem teto, diminuindo assim a periferização.

3 PRINCIPAIS PROBLEMAS URBANOS NO BRASIL

Um traço marcante do **rápido processo de urbanização nos países em desenvolvimento** e, em particular, no Brasil é a formação de **bairros com infraestrutura precária**, **loteamentos clandestinos**, **favelas** e ocupações de moradias pela população de baixa renda. Além disso, as principais cidades são marcadas também por bairros mais favorecidos por infraestruturas e qualidades urbanísticas, com parques, praças, amplas áreas arborizadas e gramadas, dando a seus moradores, nesses aspectos, condições de vida semelhantes às dos países desenvolvidos.

A precariedade das condições de moradia de parcela considerável da população, sobretudo nas grandes cidades, portanto, reflete a própria dinâmica do processo de modernização de alguns países em desenvolvimento. Esta foi marcada pela concentração de renda e de propriedades e pela exclusão de parte da população dos benefícios produzidos por essa modernização.

LEITURA

Cidades brasileiras: atores, processos e gestão pública
De Antônia Jesuíta de Lima (Org.). Autêntica, 2007.

O livro reúne textos de diversos especialistas que tratam dos desafios da gestão urbana, independentemente de tamanho e complexidade da cidade.

Vale comentar que, em geral, os bairros mais bem localizados, com maior concentração de oportunidades de trabalho, melhores ofertas de equipamentos sociais e infraestruturas urbanas, são habitados por grupos com maior poder de reivindicação e pressão sobre as instituições públicas, ou seja, os grupos com maior poder político e econômico. Já os bairros menos favorecidos, seja em localização, infraestrutura ou oportunidades, acabam servindo de alternativa de moradia para as pessoas com menor poder aquisitivo e poder político.

CONEXÃO — Língua Portuguesa

A cidade ideal e a cidade real

ANGELI

ANGELI. *Folha de S.Paulo*, 6 jun. 1999. p. 1-2.

- Discuta a mensagem do cartum do ponto de vista espacial.

FILME

Dia de festa
De Toni Venturi e Pablo Georgieff. Brasil, 2006. 77 min.

Por meio dos relatos de quatro militantes do Movimento dos Sem-Teto do Centro de São Paulo (MSTC), suas experiências, referências e visões de mundo, o filme tenta reconstruir um dos eventos da sua luta diária pela moradia: a ocupação dos prédios vazios do centro da cidade, chamado por elas de "dia de festa".

À margem do concreto
De Evaldo Mocarzel. Brasil, 2007. 85 min.

Documentário sobre o Movimento dos Sem-Teto em busca de moradias na região metropolitana de São Paulo.

QUESTÃO DA MORADIA URBANA

Ao discutir a temática do texto com os estudantes, é importante lembrá-los de que o direito à moradia faz parte da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Em 2000, esse direito foi incluído na Constituição brasileira de 1988, por meio de emenda constitucional.

Apesar de abrigar parcela expressiva da população, as cidades brasileiras apresentam situação de grande precariedade em relação às condições das moradias urbanas. De acordo com o IBGE, em 2010, mais de 11 milhões de brasileiros – cerca de 6% da população do país – viviam em favelas ou em moradias em situação inadequada.

Não obstante os avanços conquistados no que diz respeito a fornecimento de energia elétrica, coleta de lixo, abastecimento de água e rede coletora de esgoto, ainda hoje um número expressivo de moradias brasileiras não possui acesso simultâneo a esses serviços. A situação mais grave refere-se à rede coletora de esgoto, que, em 2014, faltava em 36,5% dos domicílios, segundo o IBGE.

LEITURA E DISCUSSÃO

Estudo aponta que todos os municípios brasileiros têm déficit habitacional

"Quase sete milhões de domicílios brasileiros, ou 12,1% do total, [...] se enquadram em uma das quatro categorias do déficit habitacional [leia o *Entre aspas*]. Em 2010, dos 5.565 municípios do país, todos tinham algum tipo de déficit. Desses, 28,5% — ou 1.435 cidades — estavam acima da média nacional.

Os dados são da pesquisa *Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010*, [...] a partir dos números do Censo 2010. O estudo, que pela primeira vez analisou todas as cidades do país, apontou déficit de 6.490 milhões de unidades, sendo 85% na área urbana. Para os pesquisadores, o conceito de déficit não significa falta de casas, mas sim más condições, o que inclui desde moradias precárias até aluguéis altos demais. E uma política pública única não resolverá a questão, já que existem muitas diferenças entre regiões, estados, áreas metropolitanas e até entre as não metropolitanas.

No Norte do país, no Maranhão e no Piauí, por exemplo, os domicílios precários são a maioria. Nos demais estados do Nordeste e nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, a questão principal é o ônus excessivo com o aluguel [...]. Além disso, o estudo concluiu que 70% do déficit nacional estão concentrados no Nordeste e no Sudeste. Proporcionalmente, Manaus é a capital com maior déficit (23% dos domicílios enquadrados em uma das categorias de déficit habitacional). Entre os estados, o problema é maior no Maranhão (27% das habitações). [...]

— Déficit é radiografia do retrovisor. O que era em 2010 pode ser maior ou menor hoje. Somos um país jovem e, ainda que a fecundidade esteja caindo, a formação de domicílios é crescente no Brasil. [...] — explica Inês [Magalhães, Secretária Nacional de Habitação], lembrando que o Brasil demanda mais ou menos um milhão de domicílios a cada ano [...].

— O Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), que não analisa todas as cidades, aponta tendência de queda. Mesmo tendo na história recente um esforço para avançar, estamos longe de um ponto de equilíbrio. As cidades crescem, novas famílias se formam e quanto mais se dá crédito habitacional mais a demanda aumenta. O Brasil tem um desafio muito grande por conta do tamanho e da população cada vez mais urbana — explica Melissa [Giacometti de Godoy, pesquisadora da USP]."

BENEVIDES, Carolina. Segundo estudo, todos os municípios brasileiros têm déficit habitacional. *O Globo*, 8 mar. 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com>. Acesso em: dez. 2015.

1. Explique o conceito de déficit habitacional utilizado na pesquisa mencionada no texto.
2. Por que, segundo o texto, o déficit habitacional é um problema de solução complexa no Brasil?
3. Comente a questão dos direitos do cidadão, com base no problema do déficit habitacional.

ENTRE ASPAS

Cálculo do déficit habitacional

A pesquisa da Fundação João Pinheiro, feita em parceria com o Ministério das Cidades, utilizando os dados do Censo 2010, analisou todas as cidades do país. Para calcular o déficit habitacional, somou quatro componentes: 1. domicílios precários ou improvisados (pontes, viadutos etc.) e rústicos (feitos de madeira e outros materiais, como plásticos e metais reaproveitados); 2. coabitação familiar, ou seja, quando em um domicílio vive mais de uma família; 3. altos gastos com aluguel urbano, o que ocorre quando uma família com renda de até três salários mínimos gasta 30% ou mais desse valor com aluguel; 4. adensamento excessivo de domicílios alugados, isto é, quando há acima de três moradores por dormitório.

SITE

MTST

www.mtst.org

Site do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Apresenta notícias sobre a atuação do MTST em diversos estados brasileiros, além de outras questões sociais no Brasil.

• Favelização

O processo de **favelização** é a face mais crítica do problema habitacional no Brasil. Incapazes de adquirir um terreno ou moradia, ou de pagar aluguel, milhares de pessoas não têm outra opção a não ser ocupar áreas públicas ou privadas e nelas construírem suas casas. Esses locais dispõem de pouco ou de nenhum serviço público, dificultando muito a vida dessa parcela da população.

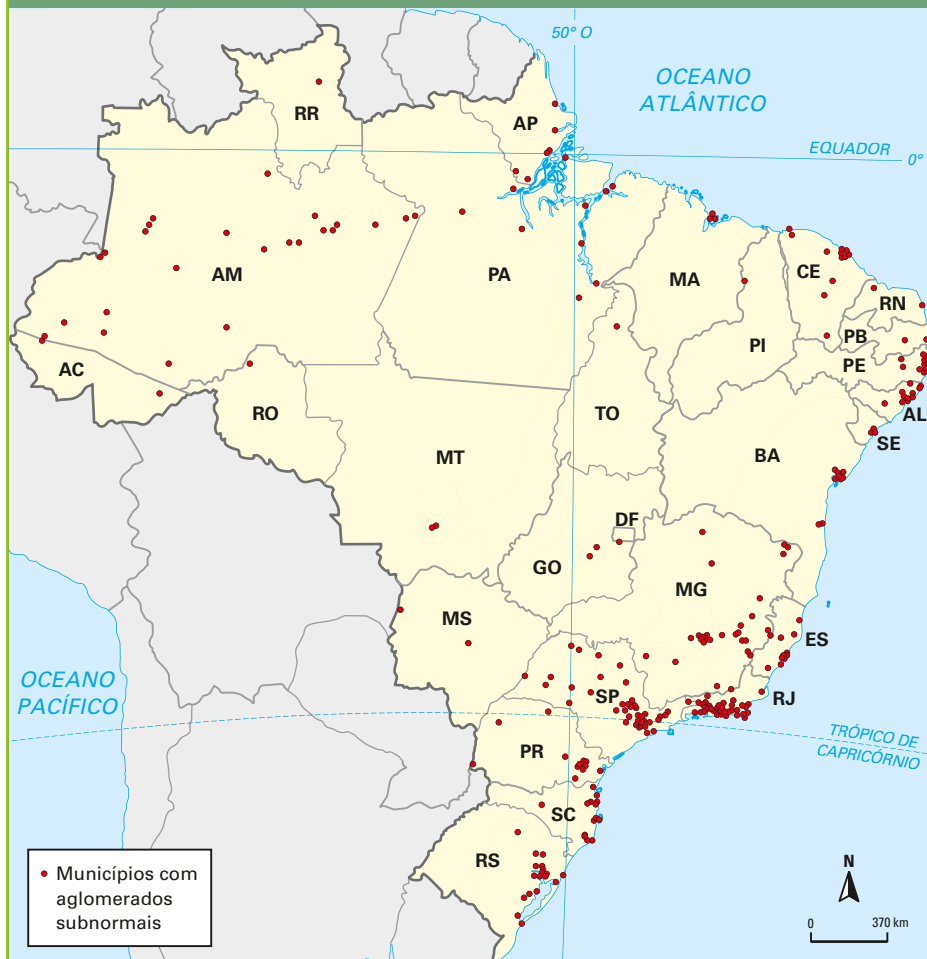
Não raro, também, os terrenos ocupados estão em áreas de risco, como encostas de morros e áreas de proteção ambiental, inclusive mananciais.

ENTRE ASPAS

Aglomerados subnormais

De acordo com o IBGE, as características que definem um **aglomerado subnormal** são: ocupação irregular de terrenos; lotes e vias de circulação estreitos, irregulares e precários; construções não regularizadas pelos órgãos públicos; e precariedade de serviços públicos essenciais, como energia elétrica, coleta de lixo e redes de água e esgoto.

Segundo o Censo Demográfico de 2010, o Brasil possuía 3.224.529 domicílios particulares subnormais, que ocupavam uma área de 169.170 hectares. No Sudeste estava o maior percentual de domicílios em setores subnormais (49,8%). Nessa região as áreas de subnormais pesquisadas também eram mais densas.[4]

Brasil: distribuição dos aglomerados subnormais – 2010

DACOSTA MAPAS

Fonte: IBGE. *Censo Demográfico 2010.* Aglomerados subnormais – Informações territoriais. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: dez. 2015.

4 Dados retirados de IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Aglomerados subnormais – Informações territoriais. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: dez. 2015.

LEITURA E DISCUSSÃO

Plano Diretor e Lei de Zoneamento

"No Brasil, o Estatuto da Cidade, aprovado pelo Congresso Nacional em junho de 2001, obriga o Plano Diretor a estabelecer planos não apenas para o espaço urbano, mas para todo o território do município, incluindo, portanto, o espaço rural. O Estatuto, dessa maneira, considera algo que é consequência do processo de urbanização e já vem se manifestando de forma mais intensa desde os anos 1960 – a forte integração entre o espaço urbano e o rural.

Assim, o Plano Diretor é uma lei municipal, obrigatória para municípios com mais de 20 mil habitantes, e que cria um sistema de planejamento e gestão do município, determinando as políticas públicas a serem desenvolvidas em um prazo de dez anos em todas as áreas da administração. Os projetos dos outros prefeitos, nesse prazo, terão de estar de acordo com o plano.

Há, também, no âmbito municipal e direcionada para o espaço urbano, a Lei de Zoneamento (uso e ocupação do solo), que define o tipo de uso (residencial, comercial, misto) e o tamanho da construção permitidos em um terreno. No caso das grandes cidades, o Plano Diretor normalmente é implementado com base em planos regionais."

Folha de S.Paulo, 24 ago. 2002. p. C-3.

1. Comente a importância de o Plano Diretor estabelecer normas para o espaço rural e o urbano.
2. Procure conhecer o Plano Diretor do município onde você vive e as principais determinações estabelecidas nele. Discuta-as com os colegas e o professor.

• Especulação imobiliária

Historicamente, a ocupação do solo urbano levou grande parte da população mais pobre para a periferia, resultado da ação dos responsáveis pelo planejamento urbano, que, via de regra, não priorizaram a **questão da habitação para a população de baixo poder aquisitivo**. As **empresas imobiliárias** também participaram ativamente desse processo, loteando a cidade de acordo com os interesses de valorização de seus imóveis no mercado. Frequentemente, obtêm informações prévias sobre investimentos do poder público em determinados trechos do espaço urbano e adquirem terrenos, antecipadamente, nesses locais. Esse modelo de ocupação urbana tornou-se, assim, amplamente favorável à especulação imobiliária (figura 10).

LEITURA

Moradia nas cidades brasileiras
De Arlete M. Rodrigues. Contexto, 2001.
Retrata a questão da moradia, a luta da população nesse processo, os movimentos reivindicatórios, a repressão e a especulação urbana.

NELSON ANTOINE/FOTOARENA

Figura 10. Manifestação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) em frente à Câmara Municipal de São Paulo, em junho de 2014, para pressionar a aprovação da revisão do Plano Diretor do município. O movimento surgiu em decorrência da forte segregação urbana gerada tanto pela atuação do poder público, que frequentemente age em favor das forças do mercado, como também pela própria especulação imobiliária urbana. Com a articulação do MTST, os sem teto passaram a ter uma expressão política significativa.

A **ocupação da periferia da cidade** é a justificativa para que o poder público construa as benfeitorias necessárias ao atendimento dos novos núcleos de povoamento, como transporte, pavimentação, rede de água e esgoto, eletrificação e outros. As **novas infraestruturas instaladas** acabam atingindo também os terrenos vazios situados no espaço intermediário da cidade. Tais terrenos (muitos deles propriedades de grandes empresas imobiliárias) passaram a ter um valor econômico maior, fazendo com que sejam utilizados para fins especulativos.

As áreas periféricas, antes habitadas apenas pela população de baixa renda, passaram a sofrer um novo processo de especulação imobiliária. Os espaços ainda não ocupados ao redor das grandes cidades, com a presença de paisagens naturais ainda preservadas, passaram a abrigar **condomínios fechados**, nas últimas décadas do século XX.

Essa nova modalidade de moradia urbana atende a demanda de uma população com maior poder aquisitivo, que busca um modo de vida longe dos problemas dos grandes centros, como poluição, falta de segurança, carência de espaços verdes e de áreas de lazer. Tais empreendimentos proliferaram também nas cidades médias brasileiras.

QUESTÃO DOS TRANSPORTES

A mobilidade no meio urbano no Brasil foi tratada no *Capítulo 6* do *Volume 2*.

O **trânsito caótico** e os **transportes coletivos ineficientes e com custo elevado** fazem parte da rotina dos moradores das grandes cidades brasileiras.

Essa situação traz sérios prejuízos ambientais, sociais e econômicos à cidade e a seus habitantes, pois provoca intensa **poluição atmosférica e sonora**, produz **grandes congestionamentos** e eleva o gasto com combustíveis. O fato de o transporte rodoviário ter sido privilegiado em detrimento de outros meios, como trens, eleva o custo do frete e aumenta o preço das mercadorias comercializadas. Além disso, provoca congestionamentos na cidade e retração de investimentos na cadeia produtiva, em virtude do alto custo arcado pelas empresas com o transporte de mercadorias (figura 11).

TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO CONTEÚDO

Figura 11. Congestionamento de veículos em grande via de acesso em São Paulo (SP), 2013.

O tempo perdido nos congestionamentos aumenta o cansaço dos habitantes das áreas urbanas, muitas vezes sendo fator para diminuição da produtividade e do tempo destinado à convivência familiar e social, ao estudo e ao lazer. Por isso, muitas pessoas procuram morar em **bairros próximos a estações de trens, metrôs e ônibus** e a grandes vias de circulação para reduzir o tempo de deslocamento. Isso faz com que os terrenos e as construções existentes nessas áreas tenham uma valorização econômica expressiva.

Diferentes medidas vêm sendo adotadas para solucionar o **problema do trânsito nas grandes cidades**. Entre elas está o sistema de rodízio de veículos, introduzido, por exemplo, na cidade de São Paulo. Nesse sistema, os carros são proibidos, sob pena de multa, de circular no centro expandido da cidade uma vez por semana nos horários de pico. Outra medida é a ampliação das vias de circulação. Essas ações, no entanto, surtem pouco efeito no trânsito das cidades, em virtude do crescimento constante da frota de veículos particulares.

Para solucionar esse grave problema urbano de modo efetivo, é necessária a ampliação de **investimentos no transporte coletivo** (figura 12). Aumentar a oferta e a eficiência desse tipo de transporte, a um custo mais baixo, incentiva a população a optar por esses meios de locomoção, em detrimento dos automóveis particulares.

EDSON RUIZ/FOLHAPRESS

Figura 12. O Movimento Passe Livre (MPL) surgiu em Porto Alegre, em 2005, no Fórum Social Mundial, que teve sua raiz na Revolta do Buzu, em 2003, em Salvador (BA) – imagem ao lado. A mobilização popular reuniu estudantes contra o aumento das passagens de ônibus. Na esteira dessa revolta, em 2004, em Florianópolis (SC), o MPL organizou a revolta da catraca. Em Porto Alegre, a mobilização buscava tarifa zero para estudantes. Em 2013, uma reação ao aumento das passagens em São Paulo (SP) foi o estopim de grandes manifestações em todo o Brasil, conferindo amplitude de atuação para toda a problemática do transporte coletivo no país.

QUESTÃO DO MEIO AMBIENTE

Seria interessante avaliar se o município em que a escola está situada possui uma política municipal de saneamento básico e discutir essa questão com os estudantes.

O rápido crescimento urbano brasileiro – somado à **falta de ações governamentais** – trouxe consequências socioambientais de grande amplitude, que repercutem na qualidade de vida dos moradores das grandes cidades.

• Saneamento básico e escassez de água potável

O aumento da população e a expansão urbana levaram à ampliação de áreas desprovidas de **saneamento básico** (sistema de coleta regular de lixo e de tratamento de água e esgoto). Veja a figura 13.

Os depósitos de **resíduos sólidos** em locais inapropriados e a **falta de coleta de lixo** aumentam os riscos de transmissão de doenças infectocontagiosas, que atingem principalmente a população de baixa renda. A ingestão de água não tratada, muitas vezes retirada de rios e córregos onde o esgoto doméstico é despejado, também traz sérios riscos de contaminação.

HANS VON MANTEUFFEL/OPÇÃO BRASIL IMAGENS

Figura 13. Soldados do exército brasileiro, no combate ao mosquito *Aedes aegypti*, em Recife (PE), 2016. Problemas com infraestrutura de saneamento básico podem ocasionar a ocorrência de doenças e epidemias, como a zika e a dengue.

As dificuldades de abastecimento de água à população das regiões metropolitanas são cada vez maiores por causa da poluição das bacias hidrográficas, onde o esgoto – muitas vezes sem tratamento – é despejado, e da ocupação das áreas de mananciais. Esse problema, associado ao desperdício e a vazamentos, aumenta os riscos de racionamento e escassez de água potável nas grandes cidades brasileiras (reveja o *Capítulo 10* do *Volume 1*).

Visando rever essa situação foi criado o **Plano Municipal de Saneamento Básico** (**PMSB**). Essa lei obriga todos os municípios brasileiros a formular políticas públicas que tenham como objetivo levar o saneamento básico a toda sua população, incluindo esgotamento sanitário, abastecimento de água, manejo dos resíduos sólidos e drenagem urbana. Apesar de sancionada em 2007, a obrigatoriedade estava prevista para 2016.

A irregularidade na distribuição de água pelo sistema, com interrupções no fornecimento, comuns em vários municípios do Brasil, faz com que muitas pessoas armazenem água para consumo em reservatórios destampados que podem se tornar um criadouro para o mosquito ***Aedes aegypti***, transmissor da dengue, zika e chikungunya. O Brasil conheceu **epidemias de zika e dengue** em meados da década de 2010. A falta de redes de esgoto é outro fator que contribui para ocorrência de epidemias.

• Poluição do ar

A má qualidade do ar, decorrente da elevada emissão de poluentes, sobretudo por veículos, e a falta de áreas verdes são fatores que prejudicam a qualidade de vida da população nas grandes cidades brasileiras. Tanto no Brasil como no mundo, diversas **doenças pulmonares e cardiovasculares** são causadas pela péssima qualidade do ar urbano.

A expansão populacional em ritmo acelerado sobre as áreas limítrofes à mancha urbana reduz a quantidade de áreas com remanescentes de vegetação. Além disso, as **áreas verdes e as árvores das cidades** são, muitas vezes, destruídas para dar lugar a vias pavimentadas e a construções. Além da piora da qualidade do ar, a escassez de vegetação traz outros problemas, como o **aumento das temperaturas e da sensação de calor** (figura 14).

ISMAR INGBER/PULSAR IMAGENS

Figura 14. Painel eletrônico marca 35 °C no bairro do Flamengo, no Rio de Janeiro (RJ), 2014. Estudos conduzidos pela Universidade de São Paulo (USP) demonstraram que, em um dia quente de verão, as temperaturas em uma avenida cercada de prédios, concreto, asfalto e vidros podem ser até dois graus mais altas do que num parque arborizado na mesma cidade. Se essa mesma avenida fosse arborizada, a temperatura atmosférica poderia diminuir cerca de um grau, mas a sensação térmica para os pedestres seria de até 12 graus a menos.

Algumas áreas verdes que restam em muitas grandes cidades brasileiras se transformam em parques urbanos destinados às atividades de lazer e entretenimento. Tal fato acaba sendo explorado pela especulação imobiliária nos bairros do entorno, já que a população pode desfrutar de uma melhor qualidade do ar, de um microclima mais ameno e de uma paisagem esteticamente atraente.

Microclima
Variação climática que ocorre em uma área dominada por determinado tipo de clima. Ocorre, por exemplo, nas grandes cidades, onde a maciça sobreposição de concreto e asfalto e a vegetação escassa levam a um aumento da temperatura atmosférica em algumas áreas.

• Destinação do lixo

A quantidade e o destino do lixo produzido nas áreas urbanas também são sérios problemas ambientais. Ao ser depositado em terrenos impróprios, o lixo causa mau cheiro, proliferação de roedores e baratas e **contaminação do solo e da água** (com o chorume), provocando **danos sociais e ambientais** (figura 15).

O aumento da quantidade de lixo produzido e a falta de espaço destinado à construção de aterros sanitários dificultam a resolução do problema. Eles acabam sendo construídos em áreas cada vez mais distantes das cidades, já que as pessoas não devem morar em lugares próximos a eles. As operações de despejo dos resíduos sólidos passam a ficar cada vez mais custosas, onerando os cofres públicos.

LUIZ CARLOS MURAUSKAS/FOLHAPRESS

Figura 15. Acúmulo de lixo e entulho no bairro de Lajeado, em São Paulo (SP), 2016. O lixo acumulado em calçadas, ruas e terrenos baldios facilita o acúmulo de água, propiciando o desenvolvimento de larvas do mosquito *Aedes aegypti*, sendo, portanto, outro fator responsável pelo crescimento expressivo de dengue no Brasil, assim como de outras doenças que têm o mosquito com transmissor.

ENTRE ASPAS

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)

Para lidar com o crescente volume de lixo produzido nas cidades e os problemas advindos dele, foi criada, em 2010, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que regula amplamente a questão, incentivando hábitos de consumo sustentáveis e a reciclagem, e responsabilizando fabricantes, distribuidores, comerciantes, o Estado e o cidadão pela diminuição do volume de resíduos e dos impactos por eles gerados.

Entre as principais determinações da PNRS, estão a **logística reversa**, que responsabiliza os fabricantes por todo o ciclo de vida de seus produtos, inclusive o descarte e a destinação corretos de embalagens e produtos descartados, e a **proibição dos lixões a céu aberto**, que devem ser substituídos por aterros sanitários.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos previa que em 2014 não deveriam existir mais lixões no Brasil, mas houve prorrogação do prazo para 2018. Em 2014, apenas cerca de 40% do lixo produzido no país tinha destino adequado, ou seja, em aterros sanitários, onde há melhor proteção para minimizar a contaminação do ar, do solo e de lençóis freáticos. Com a existência dos lixões, esses três elementos sofrem contaminação, pois em sua formação não existe nenhum tipo de preparação, como: manta de argila e PVC para proteger o solo e o lençol freático; cobertura diária para não poluição do ar; captação e queima do metano; tratamento do chorume – resíduo da decomposição do lixo orgânico. Além disso, o índice de reciclagem de materiais, apesar de ter crescido nos últimos anos no país, ainda é muito baixo: menos de 5% dos resíduos são destinados à coleta seletiva.

QUESTÃO DA VIOLÊNCIA URBANA

A violência urbana é mais um dos sérios problemas das grandes cidades. Entre as principais causas sociais e econômicas que aumentam os índices de violência nas cidades brasileiras estão os **altos índices de pobreza**, a **falta de direitos a uma vida digna** e a **falta de oportunidades de empregos** com remuneração adequada à satisfação das necessidades da população.

O **tráfico de drogas** e a **fraca presença do poder público** na efetivação de políticas sociais e de segurança agravam ainda mais o problema e aumentam os índices de criminalidade, que atinge a todas as camadas da população.

O clima de insegurança em que vive a população urbana e a falta de credibilidade no poder público influenciam nos hábitos cotidianos, como não andar sozinho durante a noite, não andar com objetos de valor, entre outras práticas já incorporadas por parte dos habitantes das grandes cidades.

As áreas urbanas carecem cada vez mais de **espaços públicos seguros** e de **ambientes de sociabilidade**, o que acaba limitando o **direito à liberdade**.

FILME

Cidade de Deus
De Fernando Meirelles. Brasil, 2002. 135 min.

O filme retrata alguns dos maiores problemas urbanos no mundo, como exclusão, miséria, violência e favelização, por meio da história de Buscapé, um jovem pobre que vive em uma violenta favela carioca, a Cidade de Deus.

CONEXÃO — Sociologia

Violência contra mulheres nos transportes públicos

Nos últimos anos, a violência contra mulheres nos transportes públicos, sobretudo das grandes cidades brasileiras, vem aumentando. Isso ocorre em ônibus, metrôs e trens. Em razão disso, em muitas cidades brasileiras foram estruturados vagões de metrô e trens exclusivos para mulheres em determinados horários de maior movimento, com aumento no fluxo de pessoas (veja imagem a seguir).

Também visando chamar a atenção para esse tipo de crime, as usuárias do metrô paulistano Nana Soares, de 23 anos, e Ana Carolina Nunes, de 24 anos, procuraram os responsáveis por esse transporte e juntos elaboraram uma campanha para coibir atos criminosos nas dependências do metrô.

AUGUSTO DAUSTER/FOTOARENA

Vagão exclusivo para mulheres e pessoas com deficiência no metrô de Brasília (DF), em 2016. Há entidades que criticam essa determinação, entendendo que se trata de uma forma de segregação e que as mulheres deveriam ser respeitadas em todos os espaços. Consideram também que isso é fruto da desigualdade de condições entre homens e mulheres, marcante em nossa sociedade.

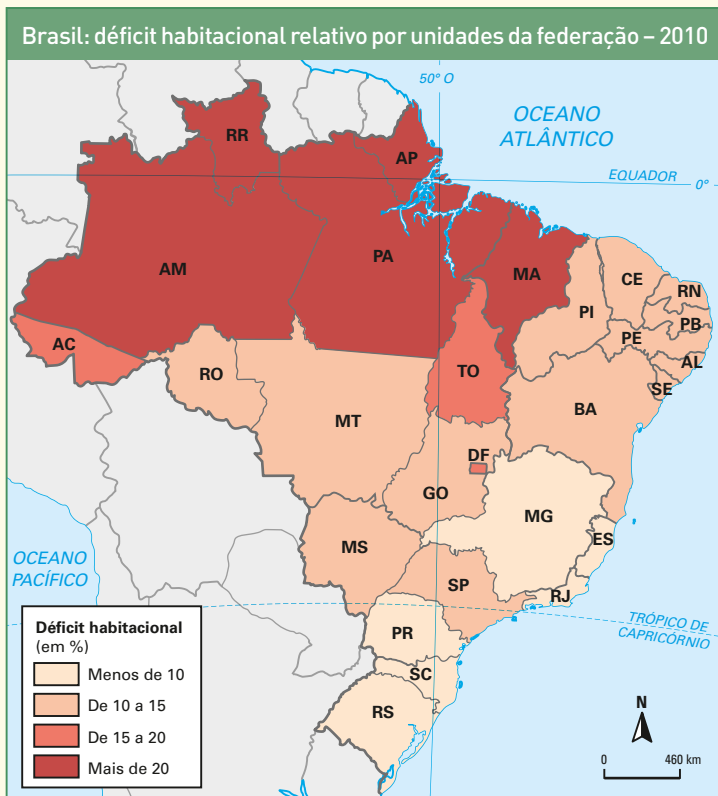
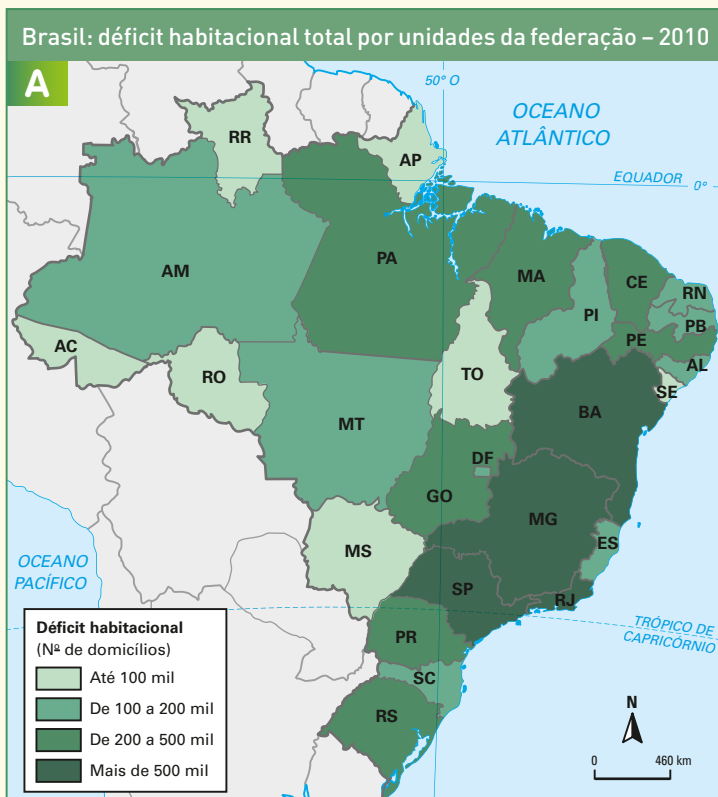
- Em sua opinião, é importante a participação ativa das pessoas que vivem nas cidades para a melhoria das condições de vida nesses espaços? Explique.

Déficit habitacional no Brasil

Observe e compare os mapas abaixo.

Brasil: déficit habitacional total por unidades da federação – 2010

MAPAS: DACOSTA MAPAS

Brasil: déficit habitacional relativo por unidades da federação – 2010

1. O que esses mapas mostram? Por que as realidades são diferentes em cada um deles?
2. Considerando cada um dos mapas, analise a situação geral das unidades de federação brasileiras em relação ao aspecto apresentado.
3. Qual é a situação do estado ou da UF em que você mora no que diz respeito ao déficit habitacional em termos relativos e absolutos?

Fonte dos mapas: Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações. *Déficit habitacional Municipal no Brasil*. Belo Horizonte: FJP/CEI, 2013. p. 31.

PONTO DE VISTA

Desafios para um novo modelo de urbanização no Brasil

"São seis os desafios que o Brasil enfrenta para construir um novo modelo de urbanização, elenca a professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Raquel Rolnik: 'Para começar, é preciso superar a ambiguidade da inserção territorial da população de baixa renda'.

'Existe há cem anos um lugar ambíguo chamado favela, que fica na periferia, tem as piores localizações, a pior infraestrutura urbana. É um espaço de transitoriedade permanente, ambiguidade que paradoxalmente a democracia consolidou. A era Lula incluiu esses moradores nas esferas de consumo, colocando em cena novos usuários, como os pequenos comerciantes, os motociclistas, o que exacerbou a crise urbana, porque esses novos incluídos não cabem nas cidades como estão desenhadas.'

Na mesa 'Urbanismo e Cidades Inteligentes: as Metrópoles Possíveis', que encerrou a primeira parte do evento 'Metrópoles Brasileiras: o Futuro Planejado', [...] Rolnik afirmou ainda que é necessário 'romper' a prática do controle da política urbana pelos operadores privados, do transporte urbano, do lixo, das construtoras, que são financiadores dos políticos a quem cabe regular essas operações.

Como terceiro elemento, mencionou a necessidade de criar mecanismos para estruturar uma política urbana transformadora e sustentável de longo prazo, no horizonte de 20 anos, contrariando o modelo em que prevalece o período eleitoral de 4 anos, que acelera a realização de obras e sufoca o planejamento estruturado.

A professora disse também que é preciso criar um modelo de financiamento do desenvolvimento urbano, hoje conectado ao mesmo sistema direcionado pelo calendário eleitoral que demanda obras de curto prazo sem olhar o futuro. Padece desse mesmo mal o que ela chamou de desafio federativo, já que o modelo tripartite – federal, estadual e municipal – não dá conta da gestão metropolitana, pois 'uma megacidade como São Paulo não tem estrutura de gestão para enfrentar os problemas da megalópole, enquanto Tóquio e Frankfurt, por exemplo, são estruturadas como Estados e não como um aglomerado de municípios'.

Por último, citou a necessidade de 'construção do espaço público como elemento estruturador', porque as cidades não devem ser destinadas à iniciativa privada. 'A gestão urbana se dá hoje exatamente como era na ditadura militar, mas a sociedade brasileira está madura e querendo enfrentar a questão da reforma urbana' – finalizou."

TARSO, Savio de. O desafio da inserção territorial da população de baixa renda. *Carta Capital,* 21 jul. 2014. Disponível em: <www.cartacapital.com.br>. Acesso em: dez. 2015.

SÉRGIO PEDREIRA/PULSAR IMAGENS

Vista de Salvador (BA), 2015. O crescimento desordenado gera desigualdades socioeconômicas aparentes e um espaço segregado.

- Cite os seis desafios para um novo modelo de urbanização brasileira comentados no texto.

COMPREENSÃO E ANÁLISE

Faça no caderno

2

1. O que é especulação imobiliária? Escreva sobre a sua influência no processo de organização do espaço urbano. Ela ocorre em seu município? Exemplifique.
2. Observe as imagens a seguir. Comente os tipos de habitações retratadas e apresente situações comuns e as diferenças relacionadas ao modo de vida e à mobilidade das pessoas que habitam essas moradias.

LUCA ATALLA/PULSAR IMAGENS

Vista aérea do bairro Jardim Oceânico, no Rio de Janeiro (RJ), situado a cerca de 25 km do centro da cidade, 2016.

DELFIM MARTINS/PULSAR IMAGENS

Vista aérea da periferia de Carapicuíba (SP), 2014.

ENEM E VESTIBULARES

1. (IFPE 2014) Analise a figura e o texto a seguir para responder à questão.

O IMPARCIAL

"Da falta de saneamento básico à ausência de asfalto, os obstáculos variam – até a localização do assentamento pode ser um problema. 'As favelas costumam surgir em regiões que outros empreendimentos imobiliários não ocuparam: sob pontes e viadutos, à beira de córregos ou em encostas de morros', diz Alex Abiko, professor de engenharia civil da USP. A urbanização de favelas no Brasil é recente. Nos anos 60, os moradores eram simplesmente removidos. Depois, por volta dos anos 80, programas do governo passaram a resolver questões pontuais, como redes de água. Hoje, os projetos incluem não só infraestrutura, mas também melhora na qualidade de vida."

Disponível em: <http://planetasustentavel.abril.com.br>. Acesso em: 3 set. 2013.

Assinale a alternativa que descreve corretamente a forma de ocupação observada na imagem, tão comum em muitas cidades brasileiras.

a) Construções em área sujeita a inundações periódicas nas épocas mais chuvosas.
b) Área assistida pelo Poder Público, em relação ao problema de déficit habitacional.
c) Ocupação ilegal em área de unidade de conservação ambiental.
d) Construções em encosta com obras de contenção e drenagem das águas da chuva.
e) Ocupação de área de risco, em encosta sujeita a deslizamentos de terra.

2. (Enem 2014) "A urbanização brasileira, no início da segunda metade do século XX, promoveu uma radical alteração nas cidades. Ruas foram alargadas, túneis e viadutos foram construídos. O bonde foi a primeira vítima fatal. O destino do sistema ferroviário não foi muito diferente. O transporte coletivo saiu definitivamente dos trilhos."

JANOT, L. F. *A caminho de Guaratiba*. Disponível em: <www.iab.org.br>. Acesso em: 9 jan. 2014 (adaptado).

A relação entre transportes e urbanização é explicada, no texto, pela

a) retirada dos investimentos estatais aplicados em transporte de massa.
b) demanda por transporte individual ocasionada pela expansão da mancha urbana.
c) presença hegemônica do transporte alternativo localizado nas periferias das cidades.
d) aglomeração do espaço urbano metropolitano impedindo a construção do transporte metroviário.
e) predominância do transporte rodoviário associado à penetração das multinacionais automobilísticas.

JOVENS NO BRASIL

Para informações, orientações complementares e sugestões para avaliação, consultar o Manual do Professor – Orientações didáticas.

Mesmo com a taxa de natalidade no Brasil diminuindo nas últimas décadas, o país ainda é considerado um país jovem, com aproximadamente 22 milhões de adolescentes entre 12 e 17 anos (dados do IBGE, 2013).

Essa fatia da população força o poder público a investir em cultura, na criação de postos de trabalho e meios de profissionalização. A falta de oportunidades para os jovens é uma realidade, principalmente para aqueles que vivem nas periferias das cidades. Essas e outras medidas são alicerces importantes para o desenvolvimento social deles.

Engana-se quem pensa que os jovens se preocupam apenas com as inseguranças e conflitos pessoais da idade. Desde cedo eles convivem com a realidade da sociedade, como a deficiência da educação, os serviços precários de saúde, a violência que inclui desde aquela relacionada à desigualdade social até a de gênero e cor da pele.

São dilemas que milhões de adolescentes convivem diariamente. Para haver uma mudança nesse cenário, é importante adotar uma postura ativa e contestadora: agir efetivamente na sociedade agora e nas próximas décadas e acreditar que outra realidade é possível.

Diante disso, a nossa proposta de investigação é: O que os jovens podem fazer considerando esse cenário? Quais são as questões que podem comprometer o futuro dos jovens? Estará a sociedade brasileira garantindo a eles as oportunidades necessárias para um futuro promissor?

Leia a seguir os depoimentos de dois adolescentes brasileiros, extraídos de uma publicação da ONU (2011).

O direito de ser adolescente

"O maior desafio da adolescência é ser adolescente. É não pensar tanto no futuro. É não ter tanto medo do futuro, do que vamos ser amanhã, quando crescermos. É aproveitar toda essa alegria que temos, é falar, se divertir, sair, brincar, ter responsabilidade também. É aproveitar toda essa fase maravilhosa, essa época em que a gente pode fazer o que quer, mas agindo de forma a respeitar as pessoas mais velhas, agindo de forma a não prejudicar ninguém."

Aline Czezacki, de 16 anos. Ponta Grossa (PR).

"Nós convivemos diariamente com uma série de limitações. Às vezes, um adolescente vai ao posto de saúde atrás de uma informação, e não há um profissional adequado pra atender. Além disso, eles pensam que acesso à educação é ter passagens de ônibus, ir ao colégio e depois pra casa. Mas a gente sabe que educação é ter acesso ao teatro, à cultura, à música, à biblioteca, e isso falta realmente."

Landerson Siqueira Soares, de 18 anos. Rio de Janeiro (RJ).

Sites que podem ajudá-lo na realização deste projeto:

IBGE
www.ibge.gov.br/series_estatisticas

Educação & Participação
www.educacaoeparticipacao.org.br

Mapa da Violência
www.mapadaviolencia.org.br/mapa2014_jovens.php

Portal Aprendiz
http://aprendiz.uol.com.br

Revista Adolescência e Saúde
www.adolescenciaesaude.com/default.asp

O direito de ser adolescente
www.unicef.org/brazil/pt/br_sabrep11.pdf

Relatório Mundial sobre Drogas 2015 (World Drug Report 2015, em inglês)
www.unodc.org/documents/wdr2015/World_Drug_Report_2015.pdf

PROJETO: SITUAÇÃO DOS JOVENS NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Objetivos

1) Aprofundar a reflexão sobre alguns temas e questões cruciais que atingem os jovens.
2) Tomar consciência da inserção do jovem numa sociedade democrática, que pressupõe o cumprimento de deveres e direitos.
3) Buscar encaminhamentos e soluções para algumas questões enfrentadas pelos jovens.

Dados sobre gravidez na adolescência podem ser encontrados no *site* do IBGE, em Estatísticas do Registro Civil 2010 (nascidos vivos, ocorridos no ano, por grupos de idade da mãe na ocasião do parto, segundo o lugar de residência da mãe – 2010). Os dados são referentes ao último censo e estão disponíveis em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2010/default_pdf_nasc_vivos.shtm>.

ETAPA 1

LEVANTAMENTOS DE DADOS E INFORMAÇÕES

Para esta etapa, sugerimos que vocês trabalhem em grupos. Cada um será responsável por um dos temas a seguir.

Dica: organizem as informações na forma de painéis, cartazes ou vídeos. Para os dados quantitativos, construam tabelas e/ou gráficos.

Grupo I – Gravidez na adolescência

a) Pesquisem informações quantitativas de jovens grávidas no mundo e comparem com os números no Brasil. Ao fazer esse levantamento, vocês podem também relacionar a maior ou menor incidência de gravidez entre jovens a determinadas regiões do Brasil, grupos sociais, nível de escolaridade, faixas etárias etc.

b) Pesquisem quais são as implicações de uma gravidez na adolescência. Considerem as consequências para a saúde física e emocional, para os relacionamentos, estudos e trabalho de garotas e garotos envolvidos.

c) Pesquisem entidades, organizações e aparelhos estatais no bairro, município ou estado em que vocês vivem que oferecem orientação e apoio aos jovens que esperam um filho – considerem as moças e os rapazes.

Grupo II – Escolaridade dos jovens brasileiros

a) Qual a porcentagem de jovens que: cursam o Ensino Médio? Frequentam o Ensino Superior? Abandonaram os estudos?

b) Levantem as principais motivações para os jovens continuarem os estudos e quais são as expectativas deles para o futuro.

c) Informem-se sobre as principais causas para o abandono escolar e as implicações disso para o futuro dos jovens.

Grupo III – Violência contra os jovens

a) Quais as principais formas de violência sofrida pelos jovens brasileiros na atualidade, sobretudo os que vivem no espaço urbano?

b) Quais são os principais fatores que tornam os jovens mais vulneráveis à violência?

c) Apresentem algumas iniciativas, desenvolvidas pela escola, pelo governo e por ONGs, que visam à diminuição da violência contra os jovens.

MARCO AURÉLIO MARTINS/AG. A TARDE/FUTURA PRESS

Meninos que cometiam delitos desenvolvem atividades esportivas e culturais, em Salvador (BA), 2006.

Grupo IV – Aparelhamento cultural e esportivo do bairro ou região

a) Façam um levantamento na comunidade, bairro ou município em que a escola está inserida sobre os equipamentos culturais e esportivos existentes com programação voltada para os jovens. Podem ser pesquisadas também instituições como ONGs, fundações, grupos de jovens etc. que desenvolvem projetos especiais para a juventude, nas áreas social, da saúde, entre outras. Elaborem um mapa apontando a localização dos principais pontos que oferecem atividades culturais e esportivas para os jovens no bairro. Criem uma legenda para identificar esses lugares.

Dica: Se possível, façam o mapa digitalmente, usando recursos da internet, como o Google Earth.

b) Escolham um dos locais para ser visitado e conheçam o trabalho que realizam, os benefícios para os jovens, trazendo as informações organizadas para a sala de aula, como a programação e os horários.

ETAPA 2

DISCUSSÃO DOS DADOS E INFORMAÇÕES PESQUISADAS

Os grupos deverão apresentar para toda a turma as informações e os dados levantados. Depois, a classe irá discutir alguns aspectos relacionados à situação dos jovens brasileiros na atualidade, suas ameaças, desafios e, sobretudo, os caminhos e soluções para os problemas identificados.

Os estudantes poderão criar cartazes para divulgar as instituições, informando nome, endereço, horários, programação, entre outros dados que julgarem relevantes, e fixar os cartazes na escola e, se possível, em locais públicos permitidos nos arredores dela. No caso de haver carência desses locais no bairro, podem escrever cartas aos governantes da localidade explicando a situação e pedindo providências para sua solução. Na carta, apresentem dados sobre a realidade local e também sobre os dados levantados na pesquisa sobre vulnerabilidade da juventude.

Dados quantitativos sobre educação podem ser encontrados na publicação do IBGE, *Síntese de Indicadores Sociais*: uma análise das condições de vida da população brasileira. O relatório de 2014 pode ser encontrado no *site*: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66777.pdf>.

ESPAÇO, SOCIEDADE E ECONOMIA

JENS MEYER/AP PHOTO/GLOW IMAGES

Manifestantes em evento do grupo alemão “Europeus patriotas contra a islamização do Ocidente”, conhecido como “Pegida” (sigla em alemão), em Dresden (Alemanha), 2015. No cartaz, a chanceler alemã Angela Merkel está vestida com o tradicional véu usado pelas mulheres muçulmanas, numa crítica à política de imigração adotada pelo seu governo, considerado negligente pelo grupo.

Os demógrafos estudam a população por diferentes variáveis: nascimento, morte, envelhecimento, desigualdade, emprego, segurança alimentar, migração e outras. As características da dinâmica populacional de cada sociedade são referência para o planejamento socioeconômico e influenciam questões da vida familiar, do mundo do trabalho, da educação, da vida cotidiana.

Os países lidam com seu contexto demográfico por meio de serviços de assistência de saúde e previdência social; de políticas que visam maior equidade entre os cidadãos; de medidas destinadas à dinamização da economia e à geração de empregos; de promoção da qualidade da educação; e do estímulo ou restrição à migração.

Nesta unidade você vai acompanhar os desdobramentos relativos às características demográficas no mundo e as ações para lidar com elas, e vai ver em que medida elas impactam o mundo do trabalho e a economia. Vai ver, ainda, que nos últimos anos vem ocorrendo o maior deslocamento migratório desde a Segunda Guerra Mundial, um grande desafio dado o drama dos refugiados, ameaçados em seus países de origem, e a dificuldade e resistência de outros países em acolhê-los.

CRESCIMENTO POPULACIONAL: TENDÊNCIAS E DILEMAS

CONTEXTO

Brasil: população em números

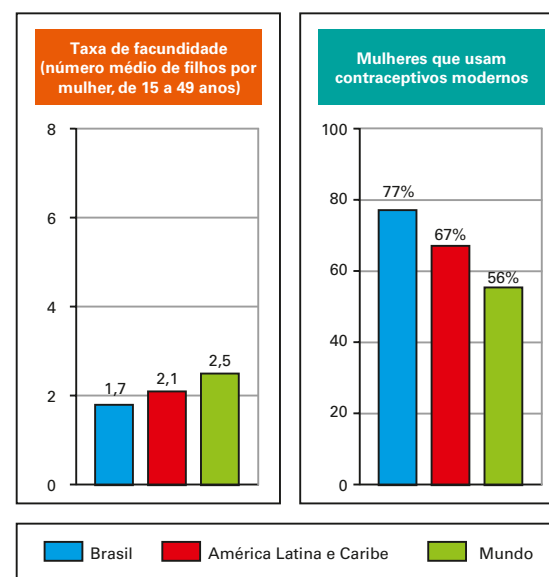
O Brasil apresentou mudanças demográficas significativas nos últimos 50 anos. Os dados que seguem se referem à população brasileira em 2015 e à projeção para o ano 2050.

Brasil: população total e estimativa

	2015	2050
População	205 milhões*	226 milhões*
Ranking mundial	5	7
Ranking regional	1	1

Fonte: Population Reference Bureau (PRB). *World Population Data 2015*. Disponível em: <www.prb.org>. Acesso em: fev. 2016.

Brasil: indicadores sobre a fecundidade* – 2015

GRÁFICOS: BIS

Fonte: PRB. *World Population Data 2015*. Disponível em: <www.prb.org>. Disponível em: fev. 2016.

*Segundo estimativas do IBGE, em 2015, a taxa de fecundidade da mulher no Brasil era de 1,7.

- A estimativa da população brasileira de 226 milhões, em 2050, é baseada na análise da tendência do crescimento demográfico verificada no país nas últimas décadas. Utilize os dados dos gráficos para explicar essa tendência.

MARCOS ANDRÉ / OPÇÃO BRASIL IMAGENS

1 POPULAÇÃO MUNDIAL

O mundo atingiu 7,3 bilhões de pessoas em 2015, sendo que 1,2 bilhão foi acrescentado apenas nos primeiros 15 anos deste século. De acordo com a ONU, mesmo com a queda das taxas de crescimento no mundo, o aumento populacional ainda é expressivo, pois nascem a cada ano aproximadamente 80 milhões de pessoas.

A maior parte desse novo contingente humano vai habitar os países em desenvolvimento na Ásia, na África e na América Latina, com os maiores índices de crescimento **demográfico** do mundo e as situações socioeconômicas mais precárias.

Nos países desenvolvidos e emergentes, a situação é inversa, pois o baixo crescimento poderá produzir escassez de mão de obra futura e problemas no sistema de previdência social, em função do envelhecimento da população.

Demográfico
Refere-se à demografia, área do conhecimento que estuda a dinâmica populacional nos seus mais variados aspectos: crescimento, distribuição por faixas etárias e pelos setores da economia, preconceito racial, migrações, distribuição territorial.

DEMOGRAFIA: ENTENDENDO OS TERMOS

Em algum momento você pode ter visto em noticiários assuntos relacionados à queda das taxas de natalidade e mortalidade de um país e quanto isso influencia, a longo prazo, em questões políticas, econômicas e sociais dos países. O estudo do crescimento da população humana depende da análise de importantes variáveis: a natalidade, a mortalidade e outros indicadores utilizados pela demografia.

- **Taxa de natalidade**: número de nascidos vivos (excluídos os natimortos) em um ano, calculado a cada mil habitantes. É a relação entre os nascimentos anuais e a população total, expressa por mil habitantes. No exemplo abaixo, em um ano, para cada grupo de 1.000 habitantes, nasceram 14 crianças.

  Acompanhe o exemplo:

  população total do país: 55.173.000 habitantes

  nascimentos anuais: 775.000

  taxa de natalidade: $\frac{775.000 \times 1.000}{55.173.000}$ = 14‰ (14 nascimentos a cada mil habitantes)

Natimorto
Criança que nasceu morta ou teve óbito no instante seguinte ao nascimento.

Neste momento, em que as taxas de mortalidade, natalidade e mortalidade infantil estão sendo conceituadas, é interessante explorar dados comparativos entre países com elevadas taxas de mortalidade infantil e países com taxas baixas, para que os estudantes percebam, por meio desse indicador, as discrepâncias socioeconômica e regional existentes no mundo.

- **Taxa de mortalidade**: número de óbitos em um ano a cada mil. É calculada a partir da relação entre óbitos anuais e a população total, expressa por mil habitantes.

  Acompanhe o exemplo:

  população total do país: 55.173.000 habitantes

  óbitos anuais: 335.000

  taxa de mortalidade: = 6‰ (6 óbitos a cada mil habitantes)

É importante observar que as taxas de natalidade e de mortalidade também são expressas em porcentagem. Assim, baseando-se nos dados dos exemplos anteriores: taxa de natalidade = 1,4%; taxa de mortalidade = 0,6%.

- **Taxa de mortalidade infantil**: número de óbitos de crianças com menos de um ano de vida, a cada mil nascidas vivas (excluindo os natimortos), considerando-se o período de um ano.

Mundo: países com maiores taxas de mortalidade infantil (a cada mil nascimentos) – 2015*		Mundo: países com menores taxas de mortalidade infantil (a cada mil nascimentos) – 2015*	
República Centro-Africana	109	Hong Kong	1,6
República Democrática do Congo	108	Islândia	1,7
Chade	95	Cingapura	1,8
Angola	95	Japão	2,1
Serra Leoa	92	Eslovênia	2,1
Guiné Bissau	92	Suécia	2,2
Moçambique	83	San Marino	2,2
Somália	79	Finlândia	2,2
Sudão do Sul	77	Noruega	2,4
Zâmbia	75	República Tcheca	2,4

*Estimativa

Fonte: PRB. *2015 World Population Data Sheet*. p. 11-15. Disponível em: <www.prb.org>. Acesso em: fev. 2016.

- **Crescimento vegetativo**: também denominado **taxa de crescimento natural**, corresponde à diferença entre a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade.

  Conforme os exemplos anteriores, temos:

  taxa de natalidade: 14‰

  taxa de mortalidade: 6‰

  crescimento vegetativo: 0,8% ou 8‰
- **Crescimento demográfico**: também chamado **crescimento populacional**, considera o crescimento natural ou vegetativo mais a migração líquida, calculada pela diferença entre a entrada de pessoas em um território e a saída delas desse território.
- **Taxa de fecundidade**: número médio de filhos por mulher, entre 15 e 49 anos, período considerado de procriação.
- **População absoluta**: total de habitantes de um lugar (cidade, estado, país ou mesmo o mundo). Um país com população absoluta elevada é considerado muito **populoso**; quando a população absoluta é pequena é considerado pouco populoso.

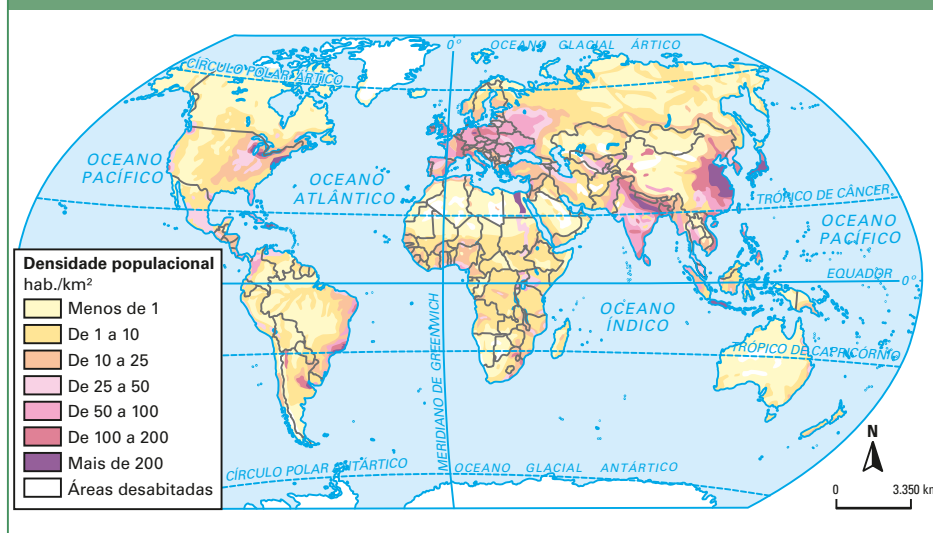
Mundo: países mais populosos – 2015

País	População (em milhões)
China	1.372
Índia	1.314
Estados Unidos	321
Indonésia	256
Brasil	205
Paquistão	199
Nigéria	182
Bangladesh	160
Rússia	144
México	127

Fonte: PRB. *2015 World Population Data Sheet*. p. 2. Disponível em: <www.prb.org>. Disponível em: fev. 2016.

- **População relativa**: também chamada **densidade demográfica**, é a relação entre o total de habitantes (população absoluta) e a área territorial que ocupam. É expressa em habitantes por quilômetro quadrado (hab./km^2). Veja a fórmula:

  $$\text{Densidade demográfica} = \frac{\text{população absoluta (hab.)}}{\text{área (km}^2\text{)}}$$

  Um país ou região com elevada densidade demográfica é considerado bastante **povoado**[1]. Quando ocorre o contrário, ou seja, baixa densidade demográfica, o país ou região é considerado pouco povoado. Observe as figuras 1, abaixo, e 2, na página seguinte.

Fonte: *Atlante Geografico De Agostini*. Novara: Istituto Geografico De Agostini, 2013. p. E34 e E35.

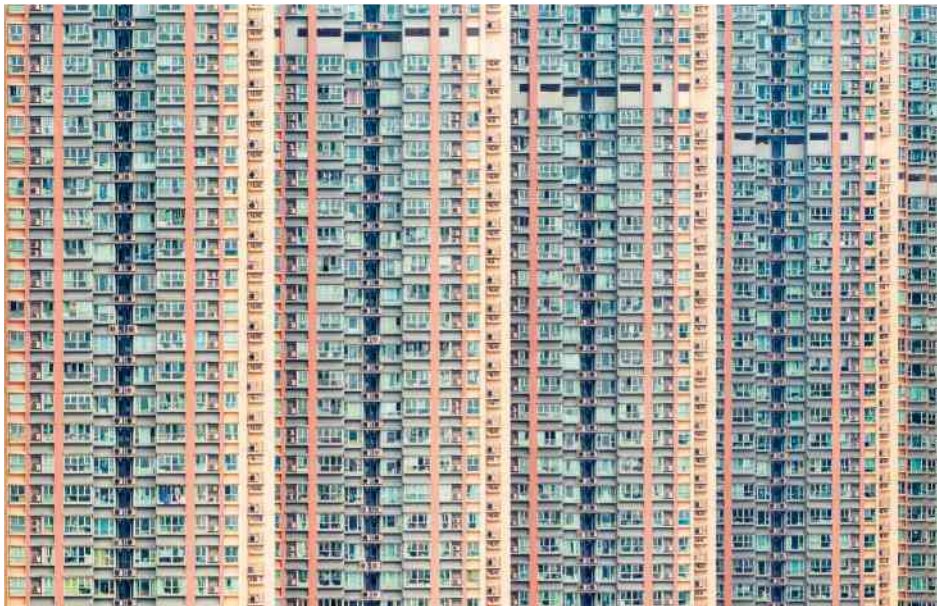
1 Considerando apenas a densidade demográfica, o Brasil é pouco povoado, enquanto a Holanda é superpovoada. No entanto, esse conceito é relativo, pois deve ser analisado de acordo com o nível de desenvolvimento de cada sociedade. O aproveitamento do território holandês é mais adequado ao atendimento das necessidades de sua população do que a situação verificada no Brasil.

JASON LANGLEY/AURORA PHOTOS/CORBIS/FOTOARENA

Figura 2. Blocos de apartamentos em Hong Kong (China), uma das cidades mais densamente povoadas do mundo, com cerca de 6.500 hab./km². Apesar da baixa taxa de fecundidade, a população está em constante crescimento devido à imigração de pessoas vindas da China continental. Fotografia de 2014.

2 CRESCIMENTO POPULACIONAL E TEORIAS DEMOGRÁFICAS

No decorrer da história da humanidade, de modo geral, o ritmo de crescimento populacional foi lento. A natalidade elevada era acompanhada pela mortalidade quase na mesma proporção. A fome, as epidemias e as catástrofes naturais chegavam a dizimar povos inteiros.

REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO

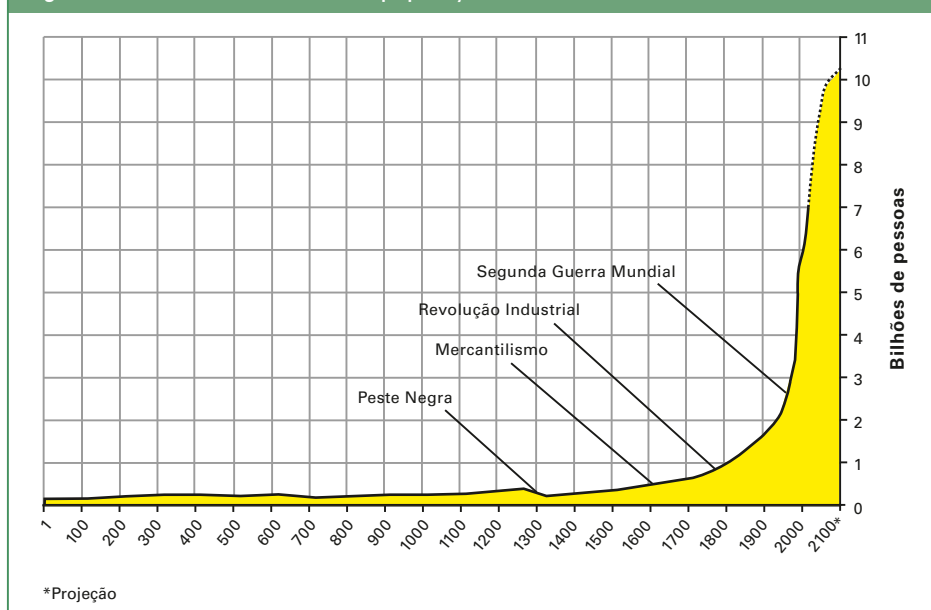
O acelerado crescimento demográfico mundial é relativamente recente. Inicialmente, o fenômeno restringiu-se à Europa, em decorrência da **Revolução Industrial** e das transformações provocadas no modo de vida e na distribuição espacial da população. Houve mudanças nos hábitos sociais e alimentares e nas relações de trabalho, além do intenso processo de migração do campo para a cidade.

As condições de vida nas áreas industriais eram precárias, mas aos poucos ocorreram melhorias sanitárias significativas, avanços na medicina e a população urbana passou a ter maior acesso a serviços de saúde. Esses e outros fatores contribuíram para a diminuição da mortalidade geral e infantil, a elevação da expectativa de vida e o aumento do número de habitantes nos países industrializados europeus do século XVIII e XIX.

A Revolução Industrial representou, portanto, mais do que uma transformação no modo de produção, uma transformação tecnológica e científica que atingiu todas as áreas do conhecimento, entre elas a medicina.

A **vacina contra a varíola** foi a descoberta médica mais importante para o crescimento populacional entre o final do século XVIII e o início do século XIX. Outros fatores também tiveram relevância nesse crescimento, como a utilização generalizada do trabalho infantil, que teria estimulado o aumento do número de filhos para elevar a renda familiar (figura 3).

Figura 3. Mundo: crescimento da população – ano 1 a 2100

Fontes: Institute of Health Systems. *Population Dynamics & Public Policy 2009*. Disponível em: <www.ihs.org.in>. Acesso em: fev. 2016; RICKLEFS, Robert E. *A economia da natureza*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. p. 198.

Sugere-se que a leitura do gráfico seja realizada com os estudantes, questionando-os sobre os momentos de maior inflexão observados, por exemplo, em meados do século XVIII (Revolução Industrial) e meados do século XX (quando algumas das grandes conquistas médico-sanitárias alcançaram os países em desenvolvimento, dando impulso ao crescimento da população mundial).

A reflexão sobre as transformações na dinâmica populacional a partir da Revolução Industrial deu origem a diferentes teorias que estudam as causas do crescimento demográfico, a capacidade dos recursos naturais para suportar o crescimento e os impactos diversos na sociedade humana; e a importantes debates sobre o tema.

• Teoria malthusiana

A Grã-Bretanha, pioneira na Revolução Industrial, em 1840, atingira a marca de mais de 10 milhões de habitantes. Meio século depois, passava dos 20 milhões. Essa tendência generalizou-se nos demais países europeus que acompanharam a primeira fase da Revolução Industrial. A partir da observação da etapa inicial desse processo surgiu a mais polêmica teoria sobre o crescimento populacional.

Em 1798, **Thomas Robert Malthus** (1766-1834) escreveu o *Ensaio sobre o princípio da população*, em que expôs o que se convencionou chamar de **teoria malthusiana**. Ele associava o crescimento da população a um processo multiplicador de uma progressão geométrica (2, 4, 8, 16, 32...), enquanto a produção de alimentos cresceria por adição, ou em progressão aritmética (2, 4, 6, 8, 10...). Assim, a população cresceria num ritmo maior do que a capacidade de produção de alimentos, o que resultaria, ao longo do tempo, na falta de recursos suficientes para suprir as necessidades alimentares da humanidade.

Colocava-se a perspectiva de um futuro com subnutrição, fome, doenças, epidemias, infanticídio, guerras por disputas de territórios para ampliar a produção de alimentos e, consequentemente, desestruturação de toda a vida social.

Para evitar a tragédia por ele prevista, Malthus defendia o que chamou de "**controle moral**", cujo fim último era limitar o crescimento populacional. Em razão de sua formação religiosa, ele descartava a utilização de métodos contraceptivos. No entanto, defendia uma série de normas, que incluíam a abstinência sexual e o adiamento dos casamentos, que só deveriam ser permitidos mediante capacidade comprovada para sustentar a provável prole. É evidente que essas normas atingiam apenas a população mais carente. Para Malthus, era preciso forçar a população mais pobre a diminuir o número de filhos.

Infanticídio
Ato voluntário de tirar a vida de uma criança, geralmente recém-nascida.

Malthus subestimou a capacidade da tecnologia em elevar a produção de alimentos. A fome e a subnutrição, que atualmente afetam quase a sexta parte dos seres humanos, não se devem à incapacidade de produzir alimentos, e sim à sua má distribuição, devido às desigualdades sociais e econômicas existentes dentro de cada país e entre os países.

As ideias de Malthus serão retomadas na seção *Ponto de vista*, página 155.

CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO NO SÉCULO XX

A partir da década de 1950, os países em desenvolvimento passaram a registrar elevadas taxas de crescimento populacional, fenômeno que ficou conhecido como **explosão demográfica**[2] (figura 4). Alguns desses países chegaram a dobrar a sua população em menos de três décadas e foram os que mais contribuíram para o crescimento da população mundial no século XX. Atualmente, eles concentram mais de 80% da população do planeta, e esse índice tende a aumentar.

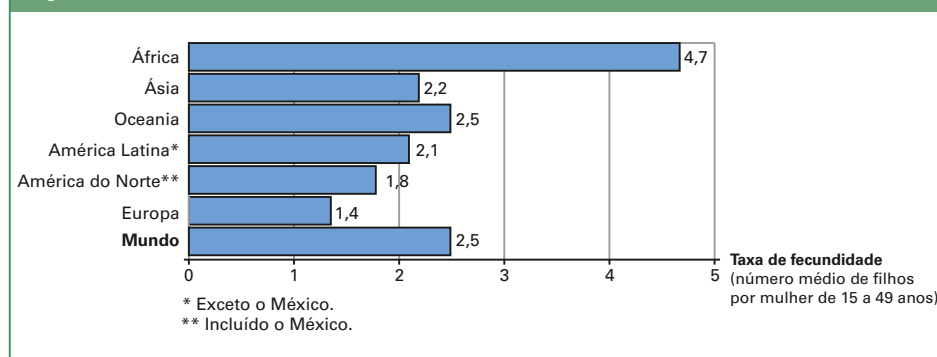
BEAWIHARTA/REUTERS/LATINSTOCK

Figura 4. Jacarta é a capital da Indonésia e uma das cidades mais populosas do mundo, com mais de 9 milhões de habitantes. Fotografia de 2014.

Muitas doenças infecciosas que assolavam principalmente os países em desenvolvimento passaram a ser controladas com **campanhas de vacinação** em grande escala e uso de **antibióticos**. Essas práticas se estenderam a várias regiões do mundo, provocando declínio significativo nas taxas de mortalidade, com consequente aumento no ritmo de crescimento da população.

No entanto, com o processo de urbanização em diversos países emergentes, entre eles o Brasil, as taxas de natalidade passaram a declinar, provocando sensível queda nas taxas de crescimento populacional. Se na África, onde a taxa de urbanização ainda é relativamente baixa, o número médio de filhos por mulher está próximo de cinco, na América Latina e no Caribe, onde a urbanização foi intensa, essa taxa média é praticamente a metade da africana. Observe a figura 5.

Figura 5. Mundo: taxa de fecundidade – 2015

MARIO YOSHIDA

Fonte: PRB. *2015 World Population Data Sheet*. p. 11-20. Disponível em: <www.prb.org>. Acesso em: fev. 2016.

2 É importante ressaltar que a expressão "explosão demográfica" é criticada por alguns demógrafos, pois sugere que um crescimento descontrolado da população tornaria caótica a vida humana na Terra. A explosão demográfica como sinal de catástrofe foi utilizada como argumento pelos neomalthusianos para controlar o crescimento demográfico nos países em desenvolvimento.

• Teoria neomalthusiana

A reflexão sobre o fenômeno do crescimento acelerado da população nos países menos desenvolvidos deu origem a novas teorias demográficas. A teoria que associava o crescimento populacional ao baixo desenvolvimento econômico e social propunha soluções antinatalistas para os problemas econômicos enfrentados pelos países menos desenvolvidos e ficou conhecida como **teoria neomalthusiana**.

Os neomalthusianos, ao contrário de Malthus, eram favoráveis ao uso de métodos anticoncepcionais e propunham a sua difusão em massa nos países em desenvolvimento. Argumentavam que os países com elevadas taxas de crescimento eram obrigados a investir boa parte de seus recursos em educação e saúde, devido à grande porcentagem de jovens em sua população e julgavam que essas somas elevadas poderiam ser aplicadas em atividades produtivas, ligadas à agricultura, à indústria e a outros setores da economia.

Os neomalthusianos ressaltavam ainda que o crescimento acelerado da população de um país acarretava a diminuição da sua renda *per capita*, com impacto direto no desenvolvimento econômico, no desemprego e na pobreza. Desse modo, para aumentar a renda média dos habitantes, era necessário controlar o crescimento populacional.

• Teoria reformista

Os principais críticos da teoria neomalthusiana foram os **reformistas**. Segundo estes, o grande crescimento demográfico coincidiu exatamente com a grande expansão econômica ocorrida em parte do mundo em desenvolvimento, entre 1950 e 1980, que provocou o declínio da mortalidade. Nesse sentido, o crescimento foi resultante do progresso, e não da pobreza. Além disso, os países que experimentaram essa fase de crescimento econômico apresentaram posteriormente taxas de fecundidade em declínio, como foi o caso do Brasil.

Os reformistas afirmam, portanto, que a elevada taxa de natalidade não é causa, mas consequência do menor desenvolvimento. Famílias que vivem em condições miseráveis e que possuem baixa escolarização não teriam condições de realizar o planejamento familiar, pela falta de acesso à informação sobre o uso dos métodos de anticoncepção e por não possuírem condições econômicas de mantê-los. Desse modo, defendem a realização de amplas reformas socioeconômicas voltadas para a elevação do padrão de vida da população mais pobre.

Afirmavam, ainda, que os argumentos dos neomalthusianos foram desfeitos pela dinâmica demográfica real, que demonstrou historicamente que as alterações nos padrões de crescimento populacional são resultantes da distribuição mais equitativa e do maior acesso à cultura e à educação.

• Teoria da transição demográfica

Em oposição à ideia de que o mundo estaria em processo de explosão demográfica, foi retomada a **teoria da transição demográfica**. Formulada em 1929, afirmava que todos os países, em um determinado momento da história, tendem a estabilizar o seu crescimento populacional.

Nesse sentido, a experiência demográfica dos países europeus – da Revolução Industrial aos dias atuais – comprovaria essa teoria e apontaria um padrão de evolução da população mundial que seria seguido pelos demais países do mundo.

A transição demográfica surgiu com as mudanças na relação entre as taxas de natalidade e de mortalidade, verificadas a partir da segunda metade do século XVIII. Tem como referência inicial, nesse sentido, a Revolução Industrial e a formação das sociedades modernas, que marcaram a ruptura de um longo período histórico – conhecido como pré-transição ou **primeira fase** –, em que as sociedades humanas conviviam com elevadas taxas de natalidade e de mortalidade.

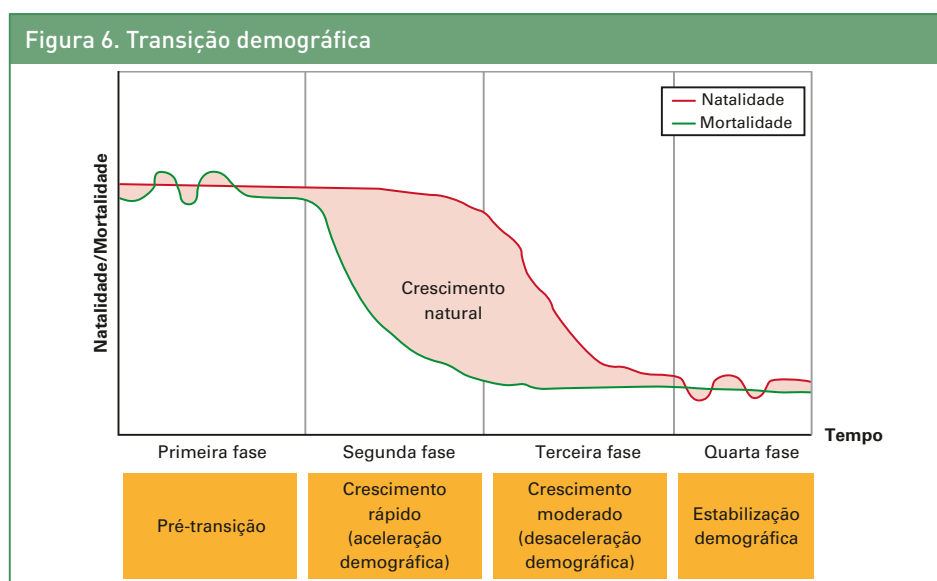
A **segunda fase** da transição demográfica caracteriza-se pela queda acentuada das taxas de mortalidade, devido às conquistas da medicina e à implantação de infraestrutura de saneamento e de higiene, advindas da Revolução Industrial. No entanto, as taxas de natalidade ainda permanecem altas, elevando o crescimento populacional. Outros países de industrialização tardia iniciaram a transição demográfica para a segunda fase apenas na segunda metade do século XX, como o Brasil.

Na **terceira fase**, a queda da mortalidade é menos acentuada, enquanto a natalidade apresenta declínio mais intenso, acarretando recuo progressivo no crescimento populacional.

Na **quarta e última fase**, o crescimento populacional tende a estabilizar-se. As taxas de natalidade e de mortalidade, em patamares baixos e semelhantes, praticamente se anulam. Essa fase, conquistada pela maioria dos países europeus no fim do século XX, é conhecida como **estabilização demográfica** (figura 6).

Figura 6. Transição demográfica

MARIO YOSHIDA

Fonte: PRB. The World at 7 billion. *Population Bulletin*, vol. 66, n. 2, p. 3, jul. 2011. Disponível em: <www.prb.org>. Acesso em: fev. 2016.

SITE

UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas
www.unfpa.org.br/populationcounter.htm

O *link* mostra as mudanças no crescimento da população mundial a cada instante.

3 POPULAÇÃO E RECURSOS NATURAIS

O aumento da população frequentemente tem sido apontado como principal responsável pela dilapidação dos **recursos naturais**. Essa visão sobre o crescimento populacional é parte da **teoria ecomalthusiana**, que surgiu entre ecologistas e ambientalistas no final da década de 1960, com a publicação do livro ***A bomba populacional***, de **Paul Ehrlich** (1854-1915). A obra relaciona a pressão populacional sobre os recursos naturais e aponta o controle do crescimento da população como instrumento necessário para que a vida no planeta seja viável.

Como os países em desenvolvimento são os maiores responsáveis pelo aumento da população mundial, o controle da natalidade neles passou a ser considerado prioritário na edificação de um mundo mais comprometido com as questões socioambientais. No entanto, os ambientalistas também argumentavam que as sociedades de consumo consolidadas estão nos países desenvolvidos, que apresentam as menores taxas de crescimento populacional e representam menos de 20% da população mundial, mas possuem as maiores rendas por habitante. Assim, a apropriação dos recursos da natureza e das fontes de energia ocorre justamente na parte menos populosa do mundo.

Na **sociedade de consumo** novos produtos são lançados todos os dias, em substituição aos modelos anteriores. A propaganda estimula o desejo de compra, criando novas necessidades. O consumo elevado estimula a produção de mercadorias e a necessidade de exploração de recursos naturais. A tecnologia, ao mesmo tempo que

LEITURA

População e meio ambiente
De Heloisa Costa e Haroldo Torres (Orgs.).
Senac, 2006.

Coletânea de estudos sobre a associação dos temas meio ambiente e crescimento da população.

possibilita a popularização do consumo, torna os produtos obsoletos num espaço de tempo cada vez menor. Portanto, os ambientalistas não se limitam à questão demográfica para discutir as ameaças ao planeta Terra em razão dos problemas ambientais, mas ressaltam também o papel negativo do **consumismo**.

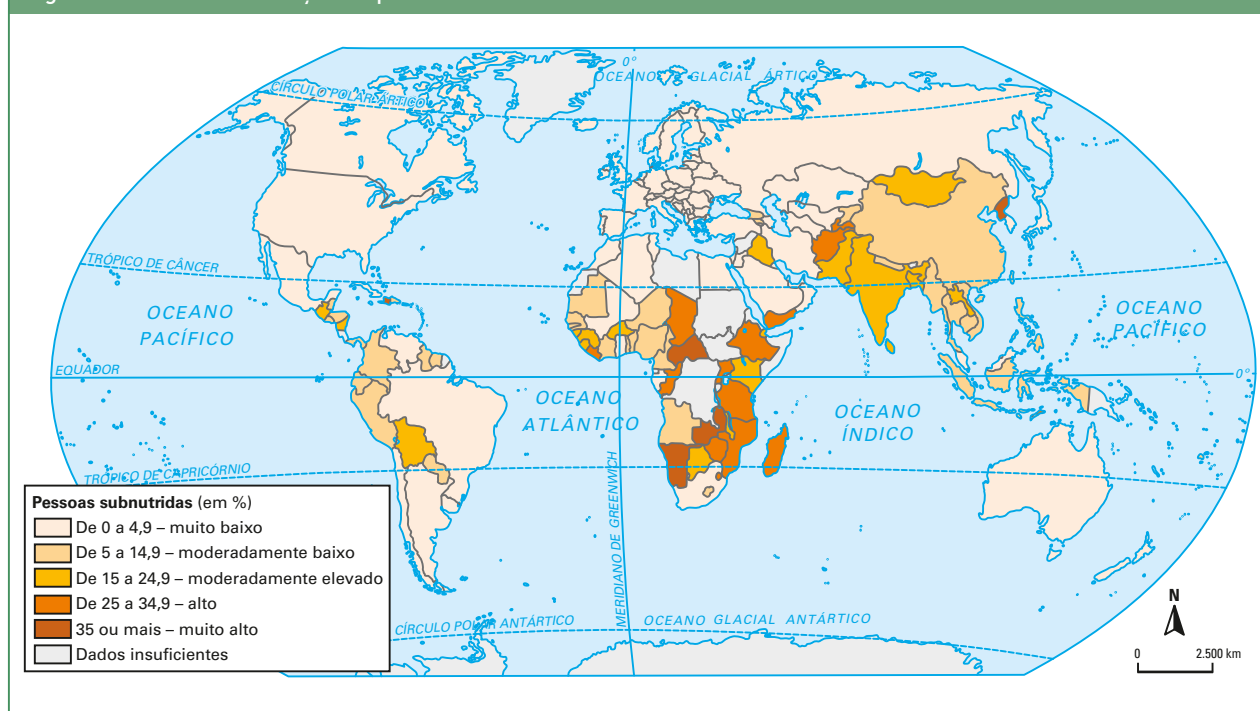
FILME

Detritos da vida moderna
De PBS e National Geographic. Estados Unidos, 2008. 47 min.

Documentário sobre os impactos que a população causa nos ambientes marinhos.

FOME E SUBNUTRIÇÃO

Um dos maiores desafios da humanidade é o combate à fome. Em 2015, a estimativa da ONU era de que 795 milhões de pessoas no mundo ainda sofriam de subnutrição. Ao longo da última década, houve uma queda de 167 milhões no número de pessoas subnutridas, mantendo um número ainda elevado, com diferenças acentuadas entre as regiões. Observe o mapa (figura 7).

Figura 7. Mundo: distribuição de pessoas subnutridas – 2014-2016*

* Estimativa

Fonte: FAO. *Statistical Pocketbook*: World food and agriculture 2015. p. 23. Disponível em: <www.fao.org>. Acesso em: fev. 2016.

A fome está relacionada à distribuição de riquezas e à desigualdade entre os países e entre os indivíduos da sociedade que os compõem. Entretanto, outras causas são responsáveis pelo agravamento do acesso aos alimentos, como desastres naturais (secas, chuvas intensas, furacões etc.); práticas agrícolas inadequadas que esgotam a fertilidade do solo; o elevado preço das sementes e de outros insumos agrícolas, que dificultam a agricultura familiar e de subsistência; a concentração de terras; a expansão da agroenergia nas terras antes destinadas ao cultivo de alimentos; e a péssima infraestrutura agrícola nos países em desenvolvimento, que contribui para encarecer o preço dos alimentos.

Somam-se ainda as situações de guerras e os conflitos persistentes em algumas regiões do mundo, onde há dificuldades para a produção agrícola, o inimigo é privado de fontes de alimentação, plantações são destruídas e a chegada de ajuda humanitária de outros países muitas vezes é impedida. A África Subsaariana, por exemplo, além de apresentar deficiências socioeconômicas, tem sido palco de conflitos permanentes e de desastres naturais (veja a figura 8, na página seguinte).

Insumos agrícolas
Constituem o conjunto de produtos e equipamentos necessários à produção agrícola: sementes, adubos, defensivos para o controle de pragas, vacinas, tratores, sistemas de irrigação e outros.

Agroenergia
Agricultura voltada aos produtos derivados da biomassa, produzidos pela atividade humana, transformados em fontes de energia, como o biodiesel e o etanol.

STRINGER/AFP

Figura 8. Moradores recebem suprimentos alimentares distribuídos pelo Programa Alimentar Mundial (PAM), da ONU, em Koch County (Sudão do Sul), 2015. Os níveis de fome da população são alarmantes e agravados pelo conflito que ainda assola algumas áreas do país, apesar da assinatura de um acordo de paz selando o fim da guerra civil iniciada com a proclamação de sua independência, em julho de 2011.

LEITURA E DISCUSSÃO

Quinze anos para sempre

"Os próximos 15 anos serão decisivos para o futuro do planeta. Alguns dos grandes desafios do século XXI terão que ser encaminhados nesse intervalo de tempo, em meio a uma profunda transição de ciclo da economia mundial. [...]

Somos a primeira geração que dispõe de condições reais para universalizar a segurança alimentar e nutricional, e talvez a última capaz de evitar uma desordem climática sem volta.

A arquitetura política capaz de suportar essa travessia requer um grau de compromisso inédito. A boa notícia é que ele é complementar à exigência de uma ação internacional convergente para reordenar as expectativas dos mercados globais em nosso tempo. [...]

As escolhas do consumo hoje são tão importantes para o futuro quanto as da produção. Além da subnutrição que afeta 800 milhões de indivíduos, outros dois bilhões apresentam deficiências de micronutrientes e 500 milhões padecem de obesidade, um distúrbio que adquiriu centralidade fulminante em países de renda média e alta. O arremate desse conjunto não é menos paradoxal: cerca de um terço de toda comida produzida no planeta é desperdiçado, gerando pressão adicional na produção. [...]

Há mais de 250 milhões de seres humanos acossados pela fome na África e Oriente Próximo. Mais de 70% da insegurança alimentar no mundo concentra-se na área rural dos países pobres e emergentes. Cerca de 500 milhões de glebas da agricultura familiar formam uma malha planetária de potencial nem sempre realizado, resultando em desconcertante carência junto à terra. Trata-se de um desperdício resgatável com políticas públicas de fomento, capacitação e cooperação internacional. [...]

Produtividade ancorada na disseminação de padrões de manejo e tecnologia compatíveis com a preservação de recursos escassos é o passaporte dessa travessia. [...]

A prevalecer a caminhada incremental dos últimos anos, o planeta chegará em 2030 com um saldo desastroso de 650 milhões de famintos. O atalho existe e está precificado: US$ 267 bilhões em 15 anos é o custo do mutirão para erradicar a fome. Significa um investimento de US$ 160 por ano em cada vida mantida à margem da sociedade. É o preço de um celular. Um custo baixo para um planeta compelido a reinventar-se para sempre nos próximos quinze anos."

SILVA, José Graziano da. *Onu Brasil*, 8 set. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org>. Acesso em: fev. 2016.

1. Explique o título do artigo, "Quinze anos para sempre".
2. Quais são os cálculos apontados pelo autor para acabar com a fome e a pobreza extrema?

4 DINÂMICA POPULACIONAL NOS PAÍSES DESENVOLVIDOS

No início do século XXI, outro fenômeno começa a se apresentar no mundo desenvolvido. Trata-se da **estabilização demográfica**, em que as taxas de crescimento tendem a ficar em torno de 0% ao ano. Essa situação está presente no continente europeu e, provavelmente, será atingida brevemente por outros países desenvolvidos. Como alguns países também registram crescimento negativo, alguns demógrafos denominaram este novo fenômeno de **implosão demográfica**.

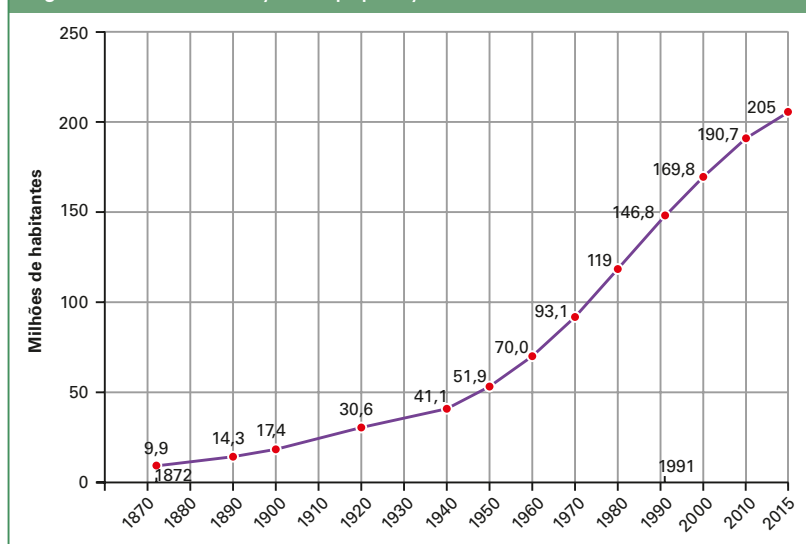
Segundo previsões e projeções da ONU, a população mundial, atualmente com mais de 7,3 bilhões de habitantes, iniciará um estágio de declínio depois de atingir um contingente de aproximadamente 9,7 bilhões, por volta de 2050. Caso essa tendência se confirme, ocorrerá um processo de retração da população mundial. Será a primeira redução significativa na população mundial, desde que a peste negra assolou a Europa na Idade Média[3].

As consequências do declínio da fecundidade e do envelhecimento da população já afetam a economia e diversos setores da vida social. Os sistemas de saúde e previdenciário são os primeiros a sofrerem os efeitos: cada vez mais um número maior de idosos é sustentado por menos adultos em idade produtiva. Atualmente, aproximadamente 12% da população mundial têm 60 anos ou mais.

5 BRASIL: CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO

Há pouco mais de um século, o Brasil tinha cerca de 17 milhões de habitantes, o equivalente em 2015 a cerca de 40% da população do estado de São Paulo. De acordo com estimativas do IBGE, a população do país era de **205 milhões de habitantes** no final de 2015; e o Brasil, o quinto país mais populoso do mundo.

A **dinâmica demográfica brasileira** ilustra o acelerado crescimento ocorrido a partir de 1940, com a queda das taxas de mortalidade nos países em desenvolvimento em razão das conquistas na medicina e do relativo avanço na área do saneamento básico. Esse processo foi contínuo até 1960, quando o crescimento populacional brasileiro atingiu o ápice, com taxas médias de quase 2,9% ao ano (entre 1950 e 1960). No entanto, com o intenso processo de urbanização a partir da década de 1960, as taxas de crescimento começaram a declinar, ou seja, a natalidade tem diminuído num ritmo superior ao da mortalidade. Em 2015, a **taxa de crescimento populacional** era de apenas **0,83%** (figura 9).

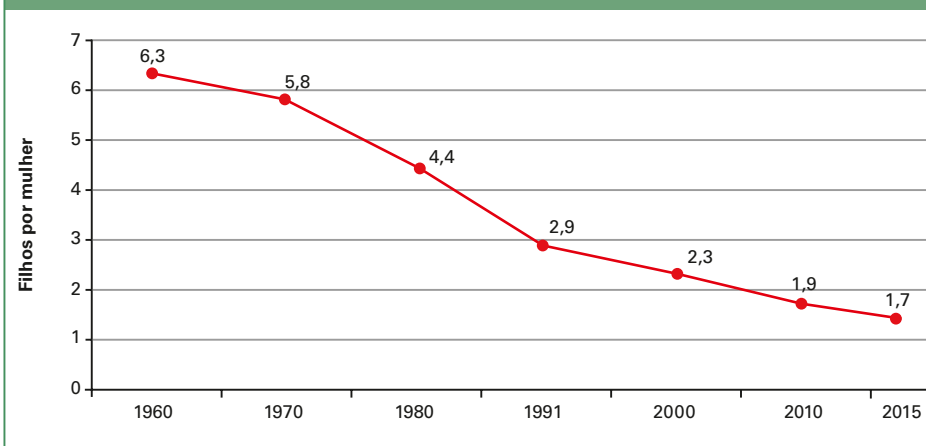
Figura 9. Brasil: evolução da população – 1872-2015*

* Projeção do IBGE.

Fonte: IBGE. *Sinopse do Censo 2010*; *Séries estatísticas e séries históricas*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: fev. 2016.

3 Estima-se que a peste negra tenha matado, em quatro anos, cerca de 25 milhões de pessoas – o equivalente a um terço da população europeia na época.

A **urbanização** provocou mudanças no modo de vida das mulheres e a consequente queda da natalidade. Nas cidades, as mulheres conquistaram maior espaço no mercado de trabalho, optando por ter filhos mais tarde e em menor número para viabilizar a sua vida pessoal e seu desenvolvimento profissional. Além disso, há questões como o maior custo para a criação dos filhos nas cidades, maior acesso a informações sobre métodos anticonceptivos, a pílulas anticoncepcionais e a preservativos, oferecidos gratuitamente pelo sistema público de saúde, e a noções de planejamento familiar. No caso das mulheres de famílias mais pobres, o trabalho extradomiciliar tornou-se imprescindível para a complementação da renda familiar. A **taxa de fecundidade** da mulher brasileira caiu de 6,2 filhos, em 1960, para 1,9 filho, em 2010. E de acordo com a estimativa do IBGE, em **2015 era de 1,7 filho** (figura 10).

> **SITE**
>
> **IBGE/Projeções da população brasileira**
> www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html
> A página apresenta as projeções da população brasileira por meio de gráficos. As informações são frequentemente atualizadas.

Figura 10. Brasil: taxas de fecundidade – 1960-2015*

MARIO YOSHIDA

* Projeção do IBGE.

Fonte: IBGE. *Fecundidade, natalidade e mortalidade*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: fev. 2016.

CONEXÃO

História • Arte

Multidão

Formado em arquitetura, o paulista Cláudio Tozzi (1944-) passou a atuar como artista plástico a partir da década de 1960, produzindo pinturas, gravuras, objetos, esculturas, painéis, fachadas de edifícios, murais e instalações, inspirado por fatos e histórias de jornal conhecidos pelo grande público. Seus primeiros trabalhos, no período em que elaborou a série *Multidão*, foram marcados pela *pop art*, pela linguagem gráfica e visual de quadrinhos, cartazes e panfletos, utilizados para representar a efervescência política da época. Veja a obra ao lado.

1. A quais processos demográficos e espaciais, em curso no país na época, a obra pode ser associada?
2. É possível afirmar que a obra expressa o contexto político da época? Explique considerando como Tozzi compôs a obra.

MUSEU DE ARTE MODERNA, SÃO PAULO (SP)

Multidão (1968), acrílica sobre aglomerado, de Cláudio Tozzi.

COMPREENSÃO E ANÁLISE

Faça no caderno

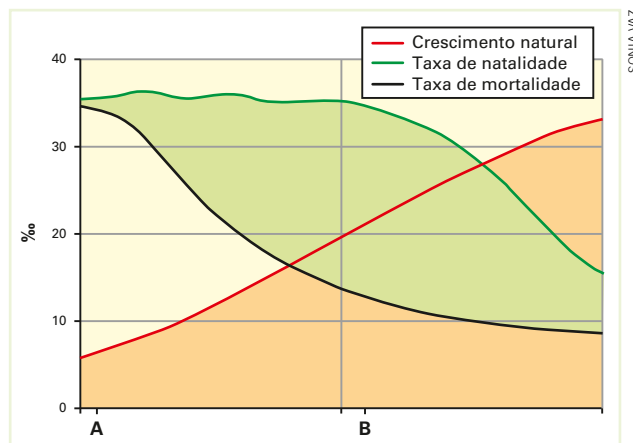
1. Leia o trecho do artigo e responda às questões.

"O crescimento da população do Brasil vai desacelerar e o país cairá de quinto a sétimo mais populoso do planeta entre 2015 e 2050. As brasileiras vão ter menos filhos. Enquanto a taxa de fertilidade continuará caindo, a proporção de idosos vai aumentar substancialmente no país. [...]
A ONU projeta redução da população de 48 países. Na Europa, o declínio será particularmente forte, correspondendo a 28% na Bulgária, 15% na Bósnia Herzegovina, Croácia, Hungria, Japão, Letônia, Lituânia, Moldova, Romênia, Sérvia e Ucrânia. A Rússia perderá 10% de sua população até 2050".

MOREIRA, Assis. Crescimento demográfico no Brasil vai desacelerar em 2040, prevê ONU. *Valor econômico*, 29 jul. 2015.

a) Por que o estudo da ONU projeta para o Brasil uma população menor do que a atual na virada do próximo século?

b) Como alguns especialistas denominam a situação demográfica dos outros países citados?

2. O gráfico apresenta esquematicamente duas fases da transição demográfica. Identifique e explique.

ENEM E VESTIBULARES

1. (Enem 2010)

"Um fenômeno importante que vem ocorrendo nas últimas quatro décadas é o baixo crescimento populacional na Europa, principalmente em alguns países como Alemanha e Áustria, onde houve uma brusca queda na taxa de natalidade. Esse fenômeno é especialmente preocupante pelo fato de a maioria desses países já ter chegado a um índice inferior ao 'nível de renovação da população', estimado em 2,1 filhos por mulher. A diminuição da natalidade europeia tem várias causas, algumas de caráter demográfico, outras de caráter cultural e socioeconômico."

OLIVEIRA, P. S. *Introdução à sociologia*. São Paulo: Ática, 2004 (adaptado).

As tendências populacionais nesses países estão relacionadas a uma transformação

a) na estrutura familiar dessas sociedades, impactada por mudanças nos projetos de vida das novas gerações.
b) no comportamento das mulheres mais jovens, que têm imposto seus planos de maternidade aos homens.
c) no número de casamentos, que cresceu nos últimos anos, reforçando a estrutura familiar tradicional.
d) no fornecimento de pensões de aposentadoria, em queda diante de uma população de maioria jovem.
e) na taxa de mortalidade infantil europeia, em contínua ascensão, decorrente de pandemias na primeira infância.

2. (UPF-RS 2014) Analise as afirmativas sobre as teorias demográficas e marque **V** para **verdadeiro** e **F** para **falso**.

( ) A teoria malthusiana, formulada em 1798 por Thomas Robert Malthus, afirmava que a capacidade de produção de alimentos cresceria em progressão aritmética enquanto a população cresceria em progressão geométrica.
( ) A teoria reformista defende que a pobreza é que gera a superpopulação e que o surgimento de novas tecnologias aumenta a capacidade produtiva dos meios de sobrevivência.
( ) A teoria neomalthusiana defendia o controle da natalidade ao afirmar que o alto crescimento demográfico causava a generalização da pobreza em áreas subdesenvolvidas, exigindo grandes investimentos sociais e reduzindo a capacidade de investimentos nos setores produtivos.
( ) Segundo a teoria malthusiana, as doenças não seriam um mecanismo natural de controle do tamanho da população, pois os avanços na área da medicina seriam eficientes para o controle das doenças.

A sequência **correta** de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

a) V – V – V – F.
b) V – F – F – V.
c) F – F – V – V.
d) V – V – F – F.
e) F – V – F – V.

6 COMPOSIÇÃO ETÁRIA E DEMANDAS SOCIOECONÔMICAS

Os padrões demográficos de um país ou uma região (natalidade, mortalidade, migrações) determinam a composição da população em faixas etárias. Ao mesmo tempo que resulta do estágio de desenvolvimento socioeconômico, também influencia na economia e na divisão dos recursos em saúde, educação, formação profissional e outros.

Não existe um critério único para a distribuição da população por faixa etária. O mais adotado divide a população em **jovens** (0-14 anos), **adultos** (15-65 anos) e **idosos** (acima de 65 anos). Essa distribuição tem como referência a população ligada ao mercado de trabalho (pessoas de 15 a 65 anos, aproximadamente), empregada ou não, e as pessoas potencialmente consideradas fora desse mercado (com menos de 15 anos ou mais de 65 anos, aproximadamente).

É evidente que esse critério não corresponde plenamente à realidade de diversos países – inclusive o Brasil – em que, entre as camadas sociais pobres, o trabalho infantil ainda persiste e muitos idosos são obrigados a trabalhar até morrer ou serem incapacitados por motivo de doença.

SITE

UNFPA Brasil – Fundo de População das Nações Unidas
www.unfpa.org.br
Informações, dados e relatórios sobre a população mundial e a brasileira.

PIRÂMIDES ETÁRIAS E FASES DO CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO

A **pirâmide etária** é uma representação gráfica da população por sexo e idade. Ela deve ser analisada a partir do número de homens e mulheres em cada faixa etária com relação à população total. Por meio da análise do formato das pirâmides etárias, é possível conhecer as alterações demográficas dos países e suas tendências ao longo do tempo.

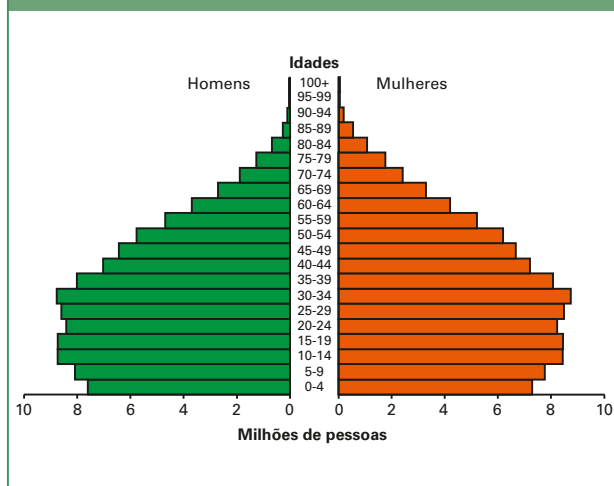
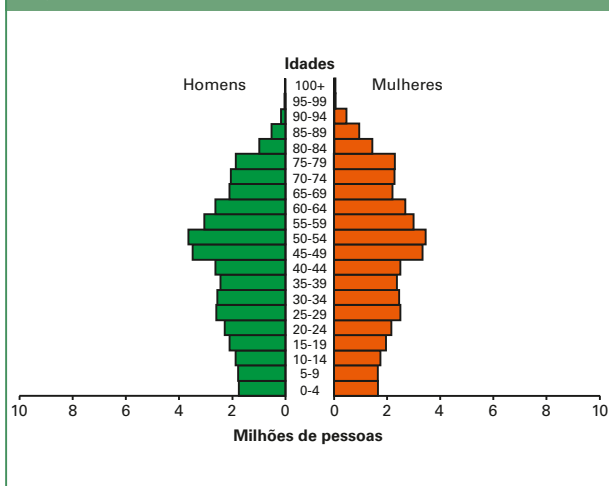
Pirâmides etárias que apresentam uma base larga indicam um grande número de jovens, e o estreitamento acentuado até o topo representa um pequeno número de idosos, ou seja, altas taxas de natalidade e baixa expectativa de vida. Um país com essa representação é considerado um país jovem, como é o caso dos países menos desenvolvidos, como o Quênia, por exemplo, de economia com base agrícola e que permanece em fase de crescimento acelerado, na **segunda fase** da transição demográfica (figura 11).

No eixo horizontal do gráfico registra-se a quantidade da população por sexo (os valores podem ser expressos em porcentagem ou em milhões ou milhares de habitantes). No eixo vertical são indicadas as diferentes faixas etárias da população. O tamanho de cada barra corresponde à proporção de cada grupo de idade conforme o sexo: masculino, cujas barras estão no lado esquerdo da pirâmide, e feminino, cujas barras estão no lado direito.

As pirâmides que apresentam um estreitamento na base, mas o restante triangular, indicam redução das taxas de natalidade e aumento da expectativa de vida, como as de alguns países em desenvolvimento industrializados (Brasil, México, Argentina) ou de nível sociocultural mais elevado (Chile, Uruguai, Costa Rica), e estão na **terceira fase** da transição demográfica (figura 12, na página seguinte).

As pirâmides com formas irregulares, trechos intermediários e topos um pouco mais largos nas idades mais avançadas da população correspondem aos países com predomínio de população adulta e grande quantidade de idosos. É o caso dos países desenvolvidos, que atingiram a **quarta fase** da transição demográfica, a fase de estabilização demográfica, como a Alemanha, por exemplo (figura 13, na página seguinte).

Figura 11. Quênia – 2015

Fonte: CIA. *The World Factbook*. Disponível em: <www.cia.gov>. Acesso em: fev. 2016.

Fonte: CIA. *The World Factbook*. Disponível em: <www.cia.gov>. Acesso em: fev. 2016.

Fonte: CIA. *The World Factbook*. Disponível em: <www.cia.gov>. Acesso em: fev. 2016.

GRÁFICOS: SONIA VAZ

PAÍSES COM GRANDE NÚMERO DE JOVENS

Nos **países em desenvolvimento**, com elevado padrão de crescimento populacional, o número de crianças e adolescentes é superior ao das demais faixas etárias da população. Os custos de manutenção e de formação dessa população são um sério problema, pois, além de os países serem desprovidos de recursos, estão mal estruturados para atender às principais necessidades (como educação) de crianças e jovens.

Segundo essa perspectiva, o grande número de jovens coloca as populações dos países mais pobres numa situação desfavorável. Famílias numerosas e com poucos recursos destinam praticamente todos os seus rendimentos para a alimentação, limitando investimentos em educação e forçando os jovens a ingressarem muito cedo no mercado de trabalho.

Nesse cenário, os países em desenvolvimento não promovem a formação e a qualificação do seu recurso humano. Sabemos que no estágio atual da globalização econômica e das transformações tecnológicas, os trabalhadores menos qualificados são os mais atingidos pelo desemprego, e a tendência é que as inovações no processo de produção os afastem da qualificação profissional.

FILME

E se vivêssemos todos juntos?
De Stéphane Robelin. Alemanha/França, 2012. 96 min.

Cinco melhores amigos há mais de quatro décadas resolvem morar na mesma casa quando a saúde de um deles começa a piorar e o asilo parece ser a única saída. Um rapaz resolve fazer um filme sobre essa república para pessoas com mais de 75 anos, levantando questões inerentes ao processo de envelhecimento.

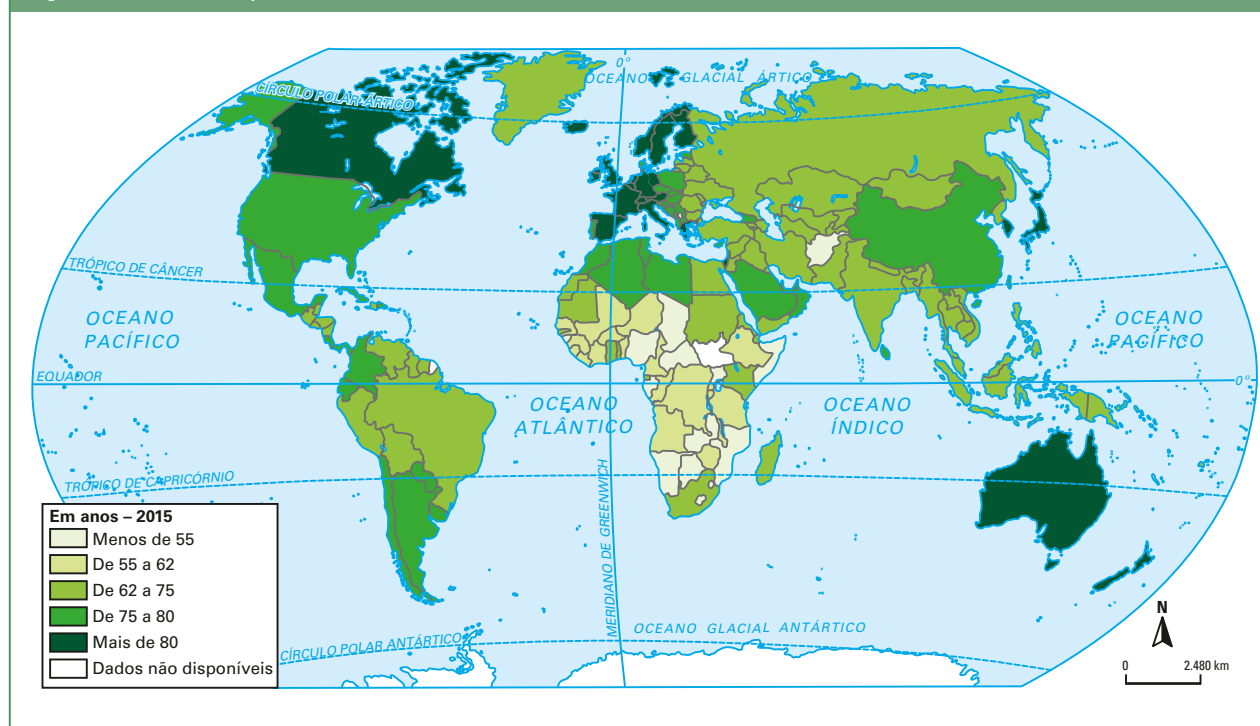
ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO

Outra questão enfrentada por vários países, entre eles o Brasil, é o **envelhecimento da população** (figura 14). O aumento do número de idosos no conjunto total da população obriga esses países a destinar um volume crescente de recursos ao sistema de previdência social.

JOÃO PRUDENTE/PULSAR IMAGENS

Figura 14. O aumento da expectativa de vida dos brasileiros levou à instalação de equipamentos para atividades físicas em praças públicas. Os mostrados na imagem beneficiam principalmente pessoas da terceira idade, já que foram projetados para a prática de exercícios leves, que melhoram a qualidade de vida dessa faixa da população. Curitiba (PR), 2015.

É um problema que ameaça tanto os países desenvolvidos quanto os em desenvolvimento, sendo que nesses últimos é ainda mais grave. Isso porque o processo de envelhecimento ocorreu de forma diferenciada: os países desenvolvidos cresceram economicamente e conquistaram elevados padrões econômicos e sociais, responsáveis pela elevação da expectativa de vida e do envelhecimento; os países em desenvolvimento têm elevado suas expectativas de vida antes que conquistas econômicas e sociais estejam plenamente consolidadas, produzindo um impacto muito maior (figura 15).

Figura 15. Mundo: expectativa de vida (em anos) – 2015*

* Estimativa

Fonte: elaborado com base em The World Factbook. *Life expectancy at birth (years)*. Disponível em: <www.cia.gov>. Acesso em: fev. 2016.

• Caso brasileiro

A ampliação da quantidade de idosos no conjunto da sociedade brasileira, expressiva nas últimas décadas, contribuiu em parte para alterações nas regras de concessão de benefícios.

A regra em vigor, desde 2015, estabeleceu que o contribuinte precisa somar a sua idade ao tempo de contribuição, para adquirir o benefício integral: 85 para mulheres e 95 para homens. Esse cálculo muda progressivamente a partir de 2018, até atingir 90 anos para mulheres e 100 para homens, em 2027.

O sistema abriga a existência de milhares de aposentadorias extremamente elevadas ao lado de milhões de aposentadorias muito baixas. Essas desigualdades são reforçadas pelos menores valores pagos aos trabalhadores do setor privado em relação aos servidores públicos[4].

Outro problema é o déficit previdenciário no meio rural, onde a arrecadação é superada de longe pelo valor total dos benefícios concedidos.

Em 2016, uma nova mudança nas regras da aposentadoria estava entre as principais pautas colocadas pelo governo ao congresso, para sanar o déficit e o colapso do sistema no futuro. Acompanhe as prováveis alterações ou ajustes ocorridos durante esse período.

4 Em 2012 foram aprovadas novas regras de aposentaria para os servidores públicos a fim de equilíbrá-las com as regras existentes no setor privado. No entanto, elas serão aplicadas apenas para os novos servidores. Os que já estavam no setor público mantiveram seus privilégios, justificados como direitos adquiridos. Portanto, essas despesas só vão diminuir a partir de pouco mais de duas décadas.

Boa parte dos problemas previdenciários brasileiros se explica também pela má administração do sistema, pelo uso por sucessivos governos – na segunda metade do século XX – dos recursos destinados à provisão futura da sociedade para outras finalidades de investimentos mais imediatas.

Além disso, a previdência foi fraudada durante décadas e não são raros os casos de denúncias de quadrilhas especializadas nessas práticas ainda nos dias atuais.

A maior parte da população idosa tem muita dificuldade para sobreviver com aposentadorias tão baixas. Esses valores mal dão para suprir os gastos com a saúde, que, em geral, aumentam nessa etapa da vida.

O subemprego, em muitos casos, acaba sendo uma forma precária de complementação da renda para esses idosos, que não conseguem reingressar no mercado de trabalho formal (figura 16).

FERNANDO FAVORETTO / CRIAR IMAGEM

Figura 16. Homem trabalha como amolador de tesouras e facas em rua de São Paulo (SP), 2012.

> *SITE*
>
> **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**
> www.ibge.gov.br
> Apresenta dados estatísticos sobre demografia e outros sobre a realidade brasileira.

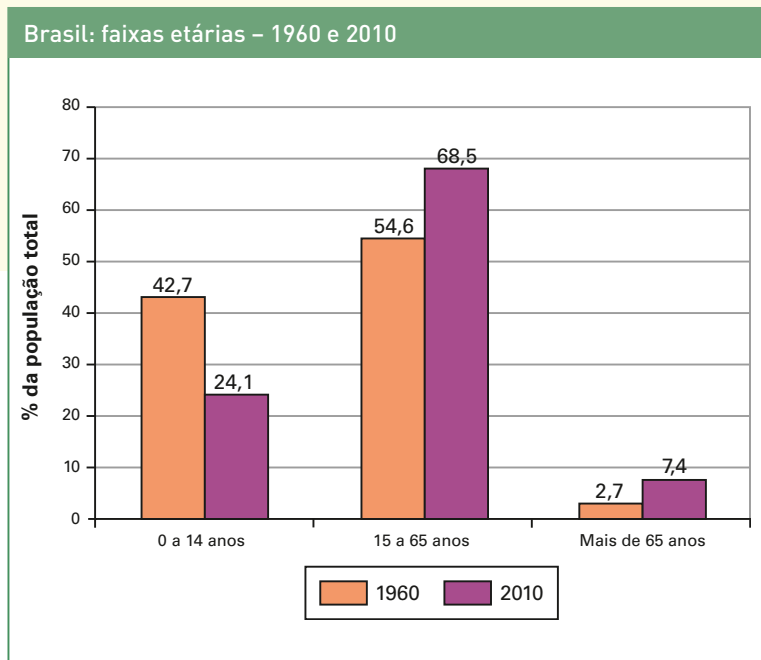
CONEXÃO — Matemática

Brasil: faixas etárias

O gráfico mostra a participação das faixas etárias no conjunto da população brasileira, nos anos de 1960 e 2010.

Brasil: faixas etárias – 1960 e 2010

MARIO YOSHIDA

Fonte: IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: fev. 2016.

1. Sabendo-se que a população idosa (mais de 65 anos) era de 1,89 milhão em 1960 e de 14,11 milhões em 2010: calcule o crescimento total aproximado da população brasileira no período de 1960 a 2010, em milhões de habitantes.
2. Quais mudanças na dinâmica demográfica brasileira explicam as diferenças nos ritmos de crescimento entre os dois indicadores da questão anterior?

7 DESIGUALDADE ENTRE GÊNEROS

As **conquistas femininas** foram significativas nas últimas décadas. Registrou-se elevação dos índices de escolaridade e da presença feminina no mercado de trabalho (veja o *Capítulo 7*). No entanto, a desigualdade entre gêneros ainda persiste. As oportunidades econômicas e a capacitação das mulheres permanecem profundamente limitadas, e o acesso a cuidados de saúde reprodutiva, em questões relativas à gravidez na adolescência, e à assistência pré-natal permanecem precários em boa parte do mundo. As mulheres ainda desfrutam de menos oportunidades econômicas, recebem rendimentos inferiores aos dos homens e ainda é inexpressiva a participação feminina na política e em cargos de gestão pública e privada.

A **violência contra as mulheres**, que persiste em diversos países do mundo, é a mais grave constatação da desigualdade entre os gêneros e da situação de submissão feminina. A maioria dos casos de violência ocorre em âmbito doméstico; no contexto social, a mulher está sujeita às mais variadas formas de agressões, como o assédio sexual no trabalho e em outras situações.

Em alguns países – como na Índia e na China – a violência começa antes do nascimento. Nesses países a preferência cultural pelo filho homem impele muitas famílias a interromperem o nascimento de meninas por meio do aborto seletivo. A população masculina atualmente supera em grande volume a população feminina, em contraste com o que acontece na maior parte do mundo.

POLÍTICA DEMOGRÁFICA NA CHINA

Na China, enquanto perdurou a "**política do filho único**", de 1979 a 2015, existia a obrigatoriedade de os casais terem apenas um filho, com o objetivo de reduzir a natalidade e controlar o excesso da população no país. A restrição ao filho único era aplicada com maior rigor nas cidades (figura 17).

A possibilidade de ter apenas um filho fez com que muitas famílias optassem pelo filho homem. O caminho que muitos pais adotaram para se adaptarem à política de controle de natalidade foi por meio do abandono, do aborto ou do infanticídio seletivo de meninas ou de crianças com alguma deficiência física ou mental. Não foram raros os casos em que a mulher, na segunda gravidez, era forçada a realizar o aborto pelas próprias autoridades públicas.

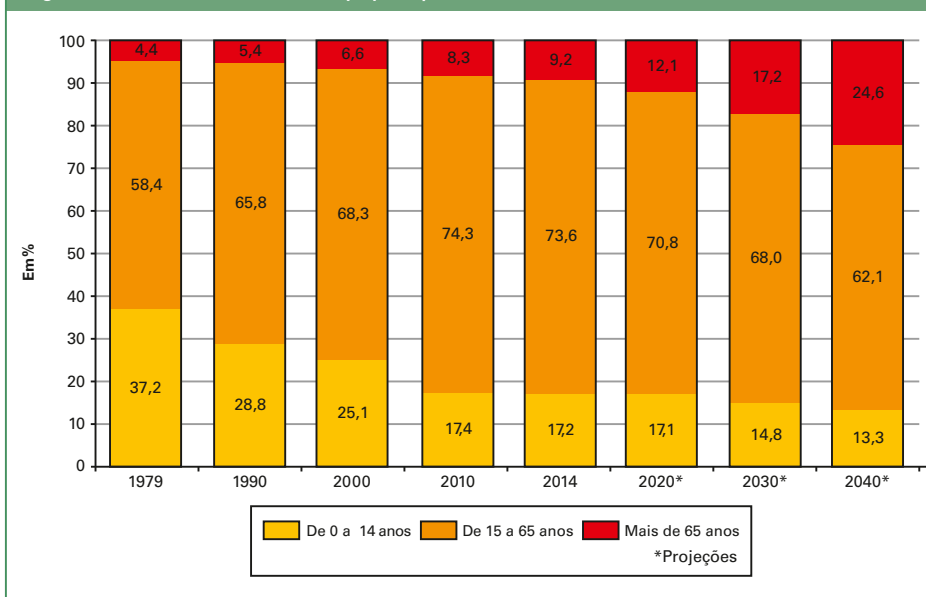
Calcula-se que a política do filho único conseguiu impedir o nascimento de mais de 400 milhões de pessoas nas três décadas e meia que vigorou. Em 2013, essa política ficou mais flexível, ao conceder o direito de um segundo filho a grupos étnicos minoritários e famílias rurais cujo primogênito é uma menina.

BARRY LEWIS/ALAMY STOCK PHOTO/

Figura 17. *Outdoor* promove a política do filho único em Beijing (China), em 1983.

• Fim da política do filho único

Essa geração de filhos únicos que cresceu sem irmãos, primos e tios agora pode criar uma família maior do que a que foi consentida a seus pais. Em 2015, o governo chinês decidiu abolir a política do filho único e permitir a constituição da família formada por até dois filhos. A decisão, segundo o governo, visa dar uma resposta ao envelhecimento da população e contornar problemas demográficos futuros. Ao mesmo tempo que o número de idosos tem aumentado, a proporção da população em idade ativa tem declinado a cada ano. Isso significa que a China está envelhecendo rapidamente, enquanto a força de trabalho está encolhendo (figura 18).

Figura 18. Envelhecimento da população chinesa

BIS

Em 2014, havia para cada um idoso (65 anos ou mais) cerca de oito adultos (15 a 65 anos), em idade potencialmente ativa. De acordo com as projeções do Banco Mundial, em 2040 essa proporção será de apenas 1 para 2,5.

Fonte: *Folha de S.Paulo*. 30 ago. 2015. Caderno Mundo. A14.

Além do problema do envelhecimento da população, existe um forte desequilíbrio de gênero com consequências dramáticas na sociedade, pois há mais homens do que mulheres: milhões de homens não conseguirão encontrar mulheres para se casar. Em 2014, nasciam 118 meninos para apenas 100 meninas, segundo dados da Comissão Nacional da População e do Planejamento Familiar da China (figura 19).

JOHANNES EISELE/AFP

Figura 19. Anúncios de solteiros à procura de uma parceira, colocados lado a lado em um mercado de casamento em Shangai (China), 2015.

DESIGUALDADE DE GÊNEROS NO BRASIL

A população feminina apresenta níveis educacionais superiores aos da população masculina, em 2014. A média de escolaridade das mulheres é de 8 anos, enquanto a escolaridade média dos homens é de 7,5 anos de estudo. No entanto, as mulheres, com grande potencial para promover o desenvolvimento do país, ainda têm um caminho a ser percorrido para a conquista da igualdade (figura 20).

Apesar da implantação de políticas públicas nas últimas duas décadas voltadas para a promoção da mulher, a desigualdade ainda persiste e atinge especialmente as mulheres mais pobres, principais vítimas da violência e da exclusão social e econômica.

Os papéis tradicionais desempenhados pelas mulheres e pelos homens ainda estão enraizados na sociedade brasileira. Dessa forma, apesar da implantação de leis e de instituições voltadas à proteção da mulher, a violência doméstica e as diferentes oportunidades econômicas ainda persistem.

Em **2006**, o governo brasileiro promulgou a **Lei Maria da Penha** para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, estabelecendo condenações mais severas aos agressores. Leia o *Entre aspas*.

BERTRAND RINDOFF PETROFF/GETTY IMAGES

Figura 20. A astrônoma brasileira Thaisa Storchi Bergmann (1955-), professora do departamento de Astronomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), recebe o prêmio internacional Para Mulheres na Ciência, concedido pela Unesco, por sua contribuição na descoberta e em estudos de buracos negros, em Paris (França), 2015.

ENTRE ASPAS

Lei Maria da Penha

Maria da Penha Fernandes, uma farmacêutica bioquímica cearense, foi vítima de violência doméstica persistente durante seu casamento. Em 1983, ela ficou paraplégica ao ser baleada por seu marido em uma das duas tentativas de assassinato que sofreu. A farmacêutica, então, tomou coragem e denunciou o marido.

O marido de Maria da Penha permaneceu livre por quase duas décadas, enquanto aguardava a decisão da justiça brasileira. Quando finalmente foi julgado, em 2002, foi condenado a apenas dois anos de prisão. Com base nesse episódio, a Corte Interamericana de Direitos Humanos considerou o Brasil responsável por não tomar providências efetivas contra autores de violência doméstica, forçando o Estado brasileiro a tomar medidas preventivas e estabelecer punições mais severas.

Em 7 de agosto de 2006 foi sancionada a Lei 11.340, que entrou em vigor em 22 de setembro do mesmo ano, com o objetivo de coibir e punir atos de violência contra mulheres, cometidos por parceiros ou parentes, sejam agressões físicas (empurrar, desferir tapas, socos, chutes, coagir usando armas), sexuais (forçar relação sexual não desejada, impedir o uso de métodos contraceptivos, forçar matrimônio, gravidez, aborto ou prostituição), patrimoniais (destruir ou subtrair objetos e documentos pessoais ou recursos econômicos), psicológicas (humilhar, ameaçar, intimidar, privar da liberdade) ou morais (caluniar, difamar, expor fatos do âmbito da sua intimidade).

AMANA SALLES/FOTOARENA

Maria da Penha durante evento de combate à violência contra a mulher, em São Paulo (SP), 2014.

8 QUESTÃO DA IDENTIDADE SEXUAL

Casos de desrespeito, preconceito e violência contra lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, denominados LGBT, vêm sendo cada vez mais denunciados. Nesse contexto, multiplicam-se pelo mundo associações e grupos ativistas em defesa do respeito à diversidade e à igualdade LGBT e em repúdio ao preconceito e à intolerância em relação à identidade sexual. Ampliam-se também as discussões em diferentes esferas da sociedade, envolvendo políticos, religiosos, juristas, educadores, sociólogos, entre outros atores sociais.

No âmbito legal, alguns avanços no que diz respeito aos direitos dos LGBT vêm sendo conquistados. No Brasil, a união de pessoas do mesmo gênero é reconhecida desde 2013. Em 2015, por exemplo, o casamento homoafetivo foi legalizado em todos os Estados Unidos.

Apesar de algumas conquistas, ainda há muita desinformação, preconceito e intolerância. A mídia e diferentes grupos ativistas vêm denunciando casos de assassinato de homossexuais no Brasil. Nos últimos anos, centenas de *gays*, travestis, transgêneros e lésbicas foram mortos no país. Soma-se à discriminação por homofobia inúmeros casos de intimidação, piadas preconceituosas e exclusão em diferentes grupos sociais, como no trabalho, na escola e até mesmo na família.

Visando rever esse quadro, desde o início deste século, o governo brasileiro vem buscando implementar ações contra o preconceito à identidade sexual. Um exemplo é o programa Brasil sem Homofobia, desenvolvido pelo governo federal, cujos principais objetivos são combater a violência e as discriminações homofóbicas além de promover a cidadania homossexual por meio de políticas públicas. Entre as estratégias adotadas estão ampliar o conhecimento sobre o assunto e dissipar o preconceito, combater a violência e promover o respeito aos direitos humanos (figura 21).

Identidade sexual
Conjunto de características sexuais (sentimentos, preferências, atitudes em relação ao sexo), a partir do qual cada ser humano procura se definir, diferenciando-o dos demais. Nem sempre a identidade sexual está de acordo com o sexo biológico da pessoa.

CARLOS EZEQUIEL VANNONI/AG. JCM/FOTOARENA/FOLHAPRESS

Figura 21. A sociedade em geral também vem participando mais ativamente das discussões sobre identidade sexual e direitos da população LGBT. Um exemplo são as manifestações em apoio às diferentes identidades sexuais. Na imagem, Parada do Orgulho Gay no Recife (PE), 2014.

9 EXPECTATIVA DE VIDA DA POPULAÇÃO POR SEXO

Há pouco mais de um século, havia equilíbrio entre o número de homens e o de mulheres na composição da população mundial. Porém, desde o final do século XIX, os recenseamentos vêm acusando um aumento progressivo no número de mulheres.

Até o século XIX, as principais causas de mortalidade eram as doenças infecto-contagiosas, que atingiam proporcionalmente homens e mulheres. A partir do século XX, houve o aumento gradual do número de mortes resultantes de doenças cardiovasculares, que afetam especialmente os homens. Em razão disso, há um número um pouco maior de mulheres na faixa etária dos idosos.

A alteração do papel da mulher na sociedade representa uma conquista, mas também traz desafios, como a dupla jornada de trabalho – dentro e fora de casa. São comuns, também, os casos de mulheres solteiras ou separadas que assumem sozinhas a responsabilidade de cuidar dos filhos e de garantir sua subsistência e formação.

Nos países ou nas regiões que atraem imigrantes, há predomínio da população masculina; já nos países ou nas regiões de emigração, predominam as mulheres. No caso brasileiro, esse fator manifesta-se no maior número de mulheres e mesmo de mulheres “chefes de família” na Região Nordeste, devido à emigração da população masculina para outras regiões em busca de melhores condições de trabalho.

ESPERANÇA DE VIDA NO BRASIL

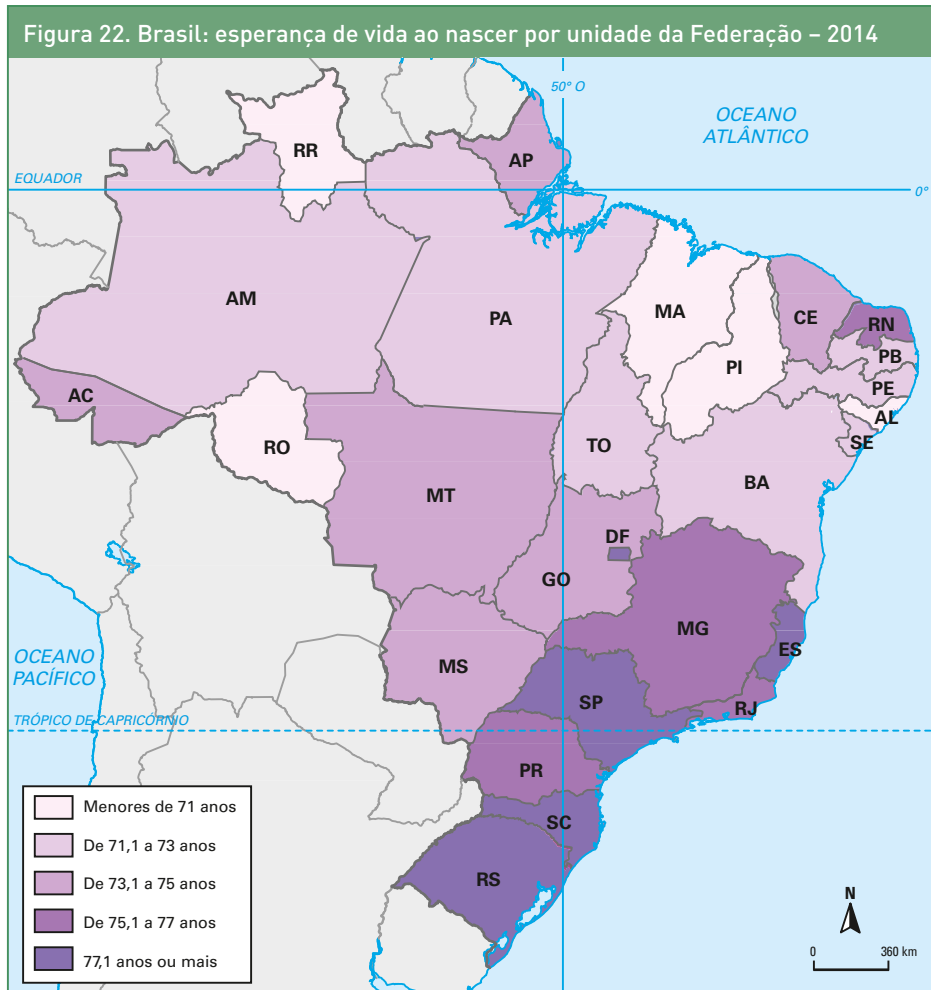
No Brasil, assim como em outros países, outro fator contribui significativamente para uma menor expectativa de vida dos homens: a violência. Os homens são os principais autores e vítimas de violência. Os homicídios e os acidentes de trânsito atingem principalmente homens com idade entre 15 e 35 anos, contribuindo para reduzir a expectativa de vida masculina. No Brasil, essas diferenças de expectativa de vida entre os sexos ampliaram-se durante o século XX, mas têm diminuído desde o início do século atual. Observe a tabela.

Brasil: expectativa de vida ao nascer – 1940-2014

Ano	Expectativa de vida ao nascer			Diferencial entre os sexos (anos)
	Total	Homem	Mulher	
1940	45,5	42,9	48,3	5,4
1950	48,0	45,3	50,8	5,6
1960	52,5	49,7	55,5	5,9
1970	57,6	54,6	60,8	6,2
1980	62,5	59,6	65,7	6,1
1991	66,9	63,2	70,9	7,8
2000	69,8	66,0	73,9	7,9
2010	73,9	70,2	77,6	7,4
2014	75,2	71,6	78,8	7,2

Fonte: IBGE. *Tábua completa de mortalidade para o Brasil 2014*. Rio de Janeiro, 2015. p. 15.

Observe o mapa que revela os diferentes níveis de desenvolvimento socioeconômico entre as unidades da Federação (figura 22), por meio da esperança de vida.

Figura 22. Brasil: esperança de vida ao nascer por unidade da Federação – 2014

Fonte: IBGE. *Tábua completa de mortalidade para o Brasil – 2014*. Rio de Janeiro, 2015. p. 15.

Os estudantes deverão perceber que o Sul, o Sudeste e o Centro-Oeste apresentam expectativas de vida maiores e que correspondem às regiões de maior desenvolvimento econômico e social em comparação com o restante do país. A Região Nordeste apresenta as mais baixas expectativas, por ter sido em boa parte do século XX a região com menor dinamismo econômico. Estimular a análise dos índices de expectativa de vida na região onde os estudantes vivem: estão entre os melhores ou os piores do país? Que fatores levam a isso? Quais ações vêm sendo tomadas para a manutenção ou a reversão dessa realidade?

ENTRE ASPAS

Rússia: um caso especial

A pirâmide da Rússia indica claramente a queda da população com menos de 20 anos, reflexo da baixa taxa de fertilidade, e a diferença entre a esperança de vida das mulheres e a dos homens na faixa etária acima de 50 anos.

A população da Rússia está diminuindo. Esse fato esteve relacionado ao colapso do socialismo e às incertezas econômicas produzidas durante o período de transição para o capitalismo.

No início de 1990, a Rússia tinha cerca de 148 milhões de habitantes; em 2015, recuou para 144 milhões. Mantido o ritmo de queda de crescimento demográfico, estima-se que a população perderá mais de 30 milhões de pessoas até a metade deste século. Além da queda da natalidade, a mortalidade masculina elevou-se expressivamente.

Enquanto a esperança de vida entre os homens era de apenas 64 anos, entre as mulheres chegava aos 76 anos de idade. Alcoolismo, tabagismo, acidentes de trânsito e doenças cardiovasculares foram as principais razões do aumento da mortalidade masculina.

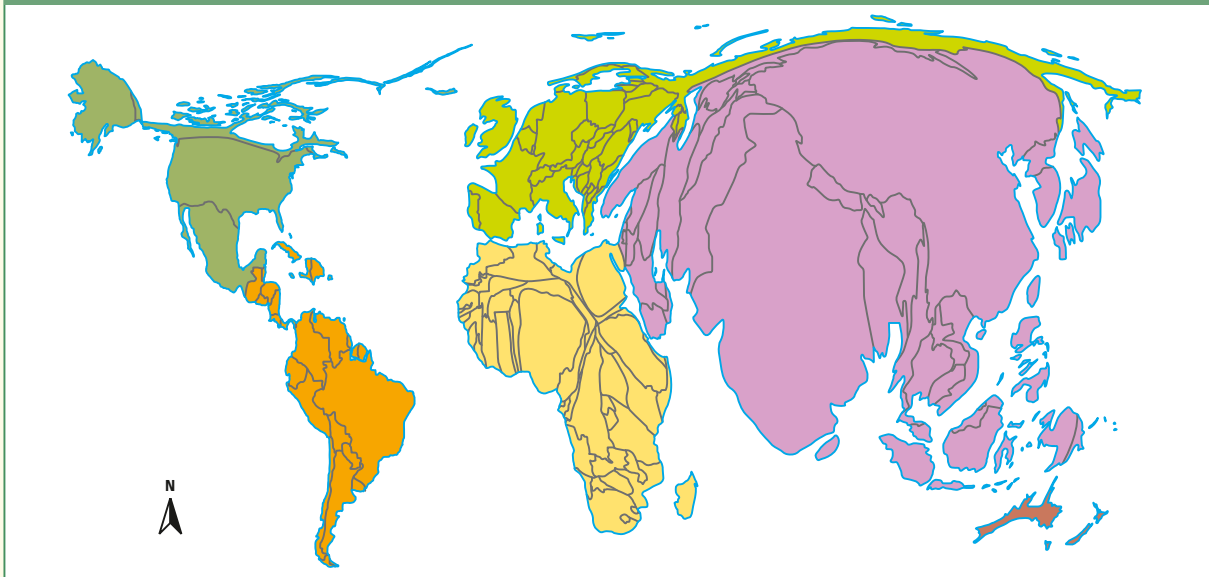
Rússia – 2015

Fonte: CIA. *The World Factbook*. Disponível em: <www.cia.gov>. Acesso em: fev. 2016.

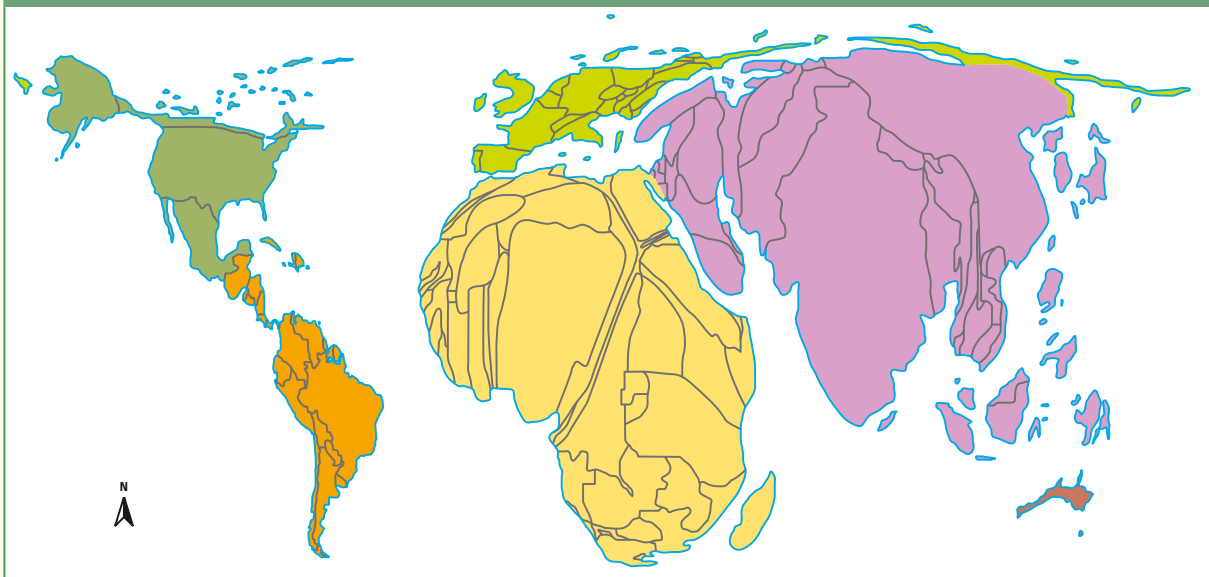
OLHO NO ESPAÇO

Transformações na população mundial

Observe os planisférios e responda.

População mundial – 2011

MAPAS: DACOSTA MAPAS

Fonte: *Folha de S.Paulo*, 30 out. 2011. Caderno A, p. 26.

População mundial – 2100*

* Com base no cenário mais provável estimado pela ONU.

Fonte: *Folha de S.Paulo*, 30 out. 2011. Caderno A, p. 27.

1. Como se chama a forma de representação cartográfica utilizada nos dois mapas? Explique-a.
2. Observe os dois mapas e indique os continentes em que ocorrerão o maior e o menor crescimento populacional. Aponte as razões para isso.
3. Qual será o país mais populoso em 2100?

PONTO DE VISTA

Malthus, Young e a Revolução Francesa

"Quando a economia política clássica nasceu, no Reino Unido e na França, ao final do século XVIII e início do XIX, a questão da distribuição [da renda] já se encontrava no centro de todas as análises. Estava claro que transformações radicais entraram em curso, propelidas pelo crescimento demográfico sustentado — inédito até então — e pelo início do êxodo rural e da Revolução Industrial. Quais seriam as consequências dessas mudanças para a distribuição da riqueza, a estrutura social e o equilíbrio político das sociedades europeias?

Para Thomas Malthus, que publicou em 1798 seu *Ensaio sobre o princípio da população*, não restava dúvida: a superpopulação era a principal ameaça. Embora suas fontes fossem escassas, Malthus fez o melhor que pôde com as informações que detinha. Uma importante influência para ele foram os relatos de viagem de Arthur Young, agrônomo inglês que percorreu toda a França, de Calais aos Pireneus, passando pela Bretanha e Franche-Comté, em 1787-1788, às vésperas da Revolução Francesa. Young narrou a miséria que encontrou na zona rural do país.

Vívida e fascinante, sua narrativa não é, de modo algum, imprecisa. Na época, a França era de longe o país europeu mais populoso e constituía, portanto, um ponto de observação ideal. Por volta de 1700, o reino da França já contava com mais de vinte milhões de habitantes, num momento em que o Reino Unido tinha uma população de pouco mais de oito milhões de pessoas (e a Inglaterra, cerca de cinco milhões). A população francesa se expandiu em ritmo constante ao longo de todo o século XVIII, do final do reinado de Luís XIV até o de Luís XVI, aproximando-se dos trinta milhões de habitantes nos anos de 1780. Tudo leva a crer que esse dinamismo demográfico, desconhecido nos séculos anteriores, de fato contribuiu para a estagnação dos salários no setor agrícola e para o aumento dos rendimentos associados à propriedade da terra nas décadas anteriores à conflagração de 1789. Sem fazer da demografia a única causa da Revolução Francesa, parece evidente que essa evolução só fez aumentar a impopularidade crescente da aristocracia e do regime político em vigor.

[...] O grande agrônomo deixou evidente seu desagrado com os albergues em que se hospedou e demonstrou desprezo pelos modos das moças que lhe serviam à mesa. Pretendeu deduzir de suas observações, algumas bastante triviais e anedóticas, consequências para a história universal. Revelou, sobretudo, grande inquietação frente às possíveis turbulências políticas e sociais que a miséria generalizada por ele testemunhada poderia causar. [...]

Quando o reverendo Malthus publicou em 1798 seu famoso Ensaio, as conclusões foram ainda mais radicais do que as de Young. Assim como seu compatriota, Malthus estava muito preocupado com as notícias políticas vindas da França e, para evitar que o torvelinho vitimasse o Reino Unido, argumentou que todas as medidas de assistência aos pobres deveriam ser suspensas de imediato e que a taxa de natalidade deveria ser severamente controlada, com a finalidade de afastar o risco de uma catástrofe global associada à superpopulação, ao caos e à miséria. Só é possível compreender por que as previsões malthusianas eram tão exageradas e sombrias caso se leve em conta o medo que tomou de assalto boa parte das elites europeias nos anos 1790".

PIKETTY, Thomas. *O capital do século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. p. 11-12.

1. Qual era a grande dificuldade encontrada pelos economistas no século XVIII para realizar as suas análises? Considere a fonte de Malthus para elaborar a sua teoria.
2. Qual era o principal temor anunciado pelo agrônomo Arthur Young, relacionado à teoria de Malthus?
3. Como o autor relaciona a dinâmica demográfica da época à eclosão da Revolução Francesa?

COMPREENSÃO E ANÁLISE

Faça no caderno

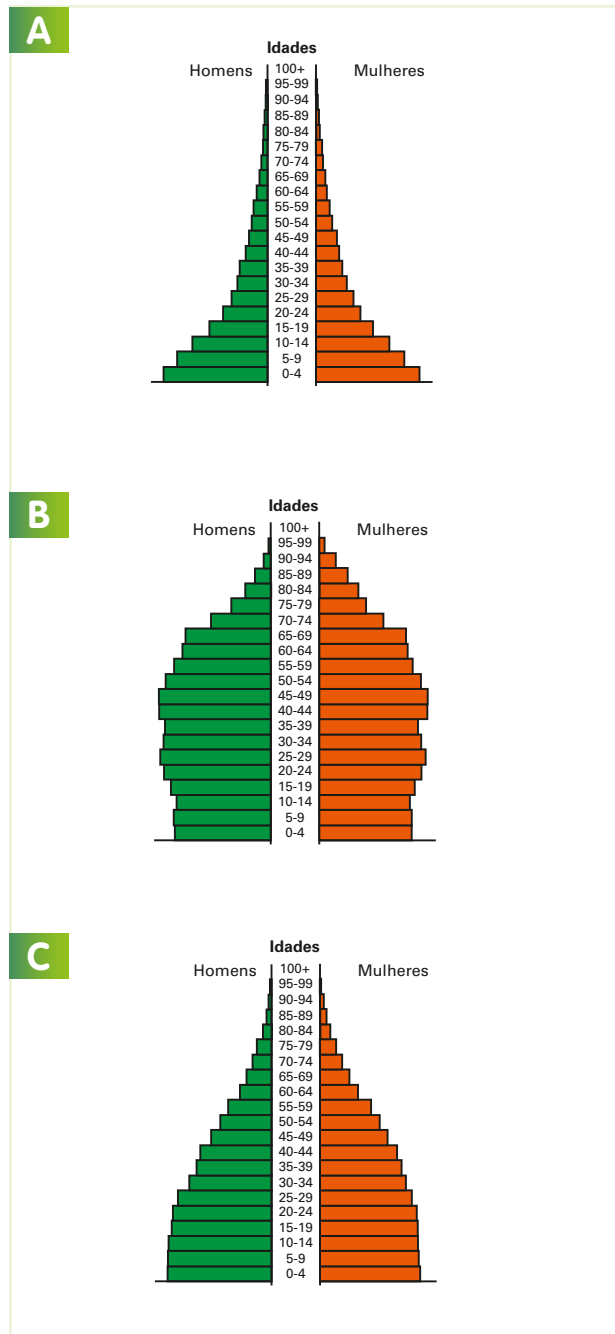
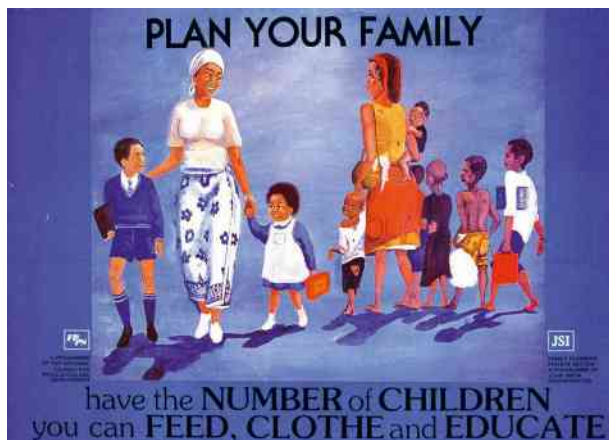
2

1. Os gráficos representam a distribuição etária, em 2015, de três países: Noruega, Níger e Argentina.

Fonte: CIA. *The World Factbook*. Disponível em: <www.cia.gov>. Acesso em: fev. 2016

a) Identifique os países A, B e C.

b) Identifique a fase de transição demográfica e o provável nível de desenvolvimento econômico em que cada um deles se encontra.

2. O cartaz a seguir fez parte de uma campanha no Quênia, em 1982. Analise-o apontando o público-alvo e contextualizando a situação demográfica do Quênia.

No cartaz lê-se: "Planeje sua família. Tenha o número de filhos que você pode alimentar, vestir e educar".

ENEM E VESTIBULARES

- (Enem 2001) Os dados da tabela mostram uma tendência de diminuição, no Brasil, do número de filhos por mulher.

Evolução das taxas de fecundidade	
Época	**Número de filhos por mulher**
Século XIX	7
1960	6,2
1980	4,01
1991	2,9
1996	2,32

Fonte: IBGE, contagem da população de 1996.

Dentre as alternativas, a que melhor explica essa tendência é.

a) Eficiência da política demográfica oficial por meio de campanhas publicitárias.

b) Introdução de legislações específicas que desestimulam casamentos precoces.

c) Mudança na legislação que normatiza as relações de trabalho, suspendendo incentivos para trabalhadoras com mais de dois filhos.

d) Aumento significativo de esterilidade decorrente de fatores ambientais.

e) Maior esclarecimento da população e maior participação feminina no mercado de trabalho.

SOCIEDADE E ECONOMIA

CONTEXTO

Invisibilidade urbana

Dar voz e foco às pessoas "invisíveis" da cidade de São Paulo (SP) – moradores e artistas de rua, garis, flanelinhas, vendedores ambulantes etc. – é a proposta da página de internet **SP Invisível**. Criada no início de 2014, conta com milhares de seguidores.

Uma fotografia e um depoimento breve dos protagonistas desta página nos fazem conhecer diferentes histórias de vida, experiências e opiniões sobre a cidade de São Paulo.

Leia o depoimento do boliviano Rodolpho Perez, uma das pessoas retratadas nessa página, e responda às questões a seguir.

"Vim com 18 anos lá da Bolívia, hoje tô com 59. Meu nome é Rodolpho Perez e moro com minha mulher, minhas duas filhas e meu netinho de dois anos. Tudo o que faço é pensando no meu neto, hoje trabalho num emprego durante a semana e olho carro aqui na igreja de domingo pensando nele.

Apesar de ser muito pobre, lá era bom porque aprendi bastante coisa que me abriu a mente enquanto eu trabalhava na mecânica. Quando cheguei aqui, trabalhei numa empresa que ficava na Mooca [bairro de São Paulo (SP)], uma empresa de caminhões onde trabalhei arrumando carretas. O tempo foi passando e eu tive a oportunidade de fazer um curso especializado em motor diesel. Nesse curso conheci um cara bem legal com uma oficina que me chamou pra trabalhar lá.

Depois de um tempo que eu trabalhei nessa oficina entrando e saindo de baixo de carro, descobri que eu tinha labirintite bem grave e tive que ficar parado um tempo. Hoje tô melhor, mas me afetou muito essa doença. Hoje no meu outro emprego ganho mais ou menos um salário e aqui ganho 100 por domingo.

Todo mundo que trabalha aqui é bem legal, bem simpático e respeitoso, mas tem uns irmãos que frequentam que são bem folgados. Apesar de sofrer alguns preconceitos, aqui é meu país. Já ouvi muitas vezes que tô roubando o emprego do pessoal, mas quem diz isso não quer ficar olhando carro ou trabalhando em oficina."

Fonte: SP invisível. Depoimento de 24 de agosto de 2015. Disponível em: <www.facebook.com>. Acesso em: jan. 2016.

1. O que você entende por pessoas invisíveis?
2. A quais setores da economia estão ligadas as atividades desenvolvidas por Rodolpho no Brasil?
3. Por motivo de doença, Rodolpho teve de ficar um tempo afastado do trabalho. O que você sabe sobre os benefícios que os trabalhadores têm quando precisam se ausentar de suas atividades profissionais?
4. Nas últimas décadas, vem se destacando no nosso país a entrada de muitos latino-americanos, especialmente bolivianos, como Rodolpho. Pesquise em que condições esses imigrantes chegaram ao Brasil e se instalaram aqui.

1 SETORES DA ATIVIDADE ECONÔMICA

As transformações recentes na economia, apoiadas no desenvolvimento tecnológico, tiveram impacto no modo de vida das pessoas, nas atividades econômicas e, consequentemente, no mercado de trabalho, cada vez mais seletivo. Se, de um lado, a adoção de novas tecnologias favoreceu o aumento da produtividade e da competitividade em todos os setores, de outro afetou os trabalhadores com a diminuição de empregos e ocasionou transferência de muitos postos de trabalho do setor de produção de mercadorias para o setor de serviços.

As diferentes atividades econômicas são tradicionalmente agrupadas em três setores:

- **Primário:** atividades agropecuárias, extrativismo (vegetal e mineral) e pesca.
- **Secundário:** atividades industriais, incluindo a construção civil e indústrias extrativas.
- **Terciário:** atividades comerciais e de serviços (educação, comunicações, saúde, bancos, transportes, turismo, administração pública etc.).

Embora instituições de pesquisa de todo o mundo ainda utilizem essa classificação para organizar os dados estatísticos e estabelecer comparações entre os países, ela tem suas nuances. Isso se deve ao fato de que a mecanização do setor primário transformou algumas atividades agropecuárias em verdadeiras atividades industriais ou semi-industriais (figura 1), assim como a burocratização do setor secundário passou a englobar uma variada gama de departamentos, como *marketing*, atendimento ao consumidor, aplicações financeiras, auditoria, pesquisa para novas tecnologias, entre outros. Esses departamentos, na classificação tradicional, estariam mais bem encaixados no setor terciário.

Nos países em desenvolvimento, parcela significativa dos trabalhadores encontra-se empregada nos setores primário e terciário, com alto grau de informalidade. Nos países emergentes (como Brasil, México, Argentina e outros), a participação dos setores secundário e terciário é dominante.

Informalidade
Refere-se às atividades desempenhadas por trabalhadores que não possuem registro em carteira de trabalho, sem proteção das leis trabalhistas.

População Economicamente Ativa (PEA)
Conjunto de todas as pessoas com 15 anos de idade ou mais que estão no mercado de trabalho. A PEA inclui tanto a população ocupada como a desocupada, desde que esteja procurando emprego.

SIMON DAWSON/BLOOMBERG VIA GETTY IMAGES

Figura 1. Funcionário ajusta bombas de ordenha em vacas leiteiras, em uma fazenda que faz parte de um projeto que utiliza dados da cadeia de abastecimento alimentar, do agropecuarista ao consumidor, para ajudar os criadores a responder melhor à demanda dos consumidores e a reduzir os custos de transporte e cultivo de alimentos. Arborfield (Inglaterra), 2016.

Nos países desenvolvidos, o setor terciário também absorve a maior parte da População Economicamente Ativa (PEA) – entre 70% e 80%. Em seguida, vem o setor secundário e, muito depois, o setor primário. A importância dos serviços nos países desenvolvidos pode ser exemplificada pelos Estados Unidos, pelo Reino Unido e pelo Japão, onde o setor terciário é responsável por mais de 70% do volume de riquezas geradas em suas economias – participação no PIB (veja tabela a seguir). Esse processo significativo de crescimento do setor terciário é denominado **terciarização da economia**.

Em muitos países em desenvolvimento, o deslocamento de empregos dos setores primário e secundário para o terciário ocorre, em parte, pela ampliação da **economia informal**. São pessoas que trabalham como vendedores ambulantes, catadores de materiais recicláveis, ou trabalhadores de empresas não registradas legalmente, e também em atividades ilegais, como o comércio de drogas, a prostituição e o jogo ilícito. Essas atividades da economia informal, no entanto, não são exclusivas desse conjunto de países, uma vez que estão presentes também – embora em número bem mais reduzido – em países desenvolvidos.

Ilícito
Condenado pela lei; ilegal.

Composição do PIB por setores de atividades econômicas – 2014 (em %)

	Primário	Secundário	Terciário
Países desenvolvidos			
Estados Unidos	1,6%	20,6%	77,8%
Reino Unido	0,6%	19,9%	79,5%
Japão	1,2%	26,8%	72,0%
Emergentes			
Brasil	5,6%	23,4%	71,0%
México	3,5%	33,8%	62,7%
Argentina	10,2%	29,5%	60,3%
Rússia	4,2%	35,8%	60,0%
África do Sul	2,5%	29,5%	68,0%
Menos desenvolvidos			
Paraguai	19,2%	18,3%	62,5%
Moçambique	28,6%	21,2%	50,2%
Bangladesh	15,9%	27,9%	56,2%

Fonte: CIA. *The World Factbook*. Disponível em: <www.cia.gov>. Acesso em: fev. 2016.

ENTRE ASPAS

Terceiro setor

Envolve as organizações sem fins lucrativos, entre elas as organizações não governamentais (ONGs), que contam com empregados, com a participação voluntária e a filantropia, sem a ação do governo ou do setor privado na maioria de suas atividades.

Elas ocupariam o espaço deixado pelo primeiro setor, ou seja, o governo, agindo nos mais diversos segmentos, como preservação ambiental, educação, cultura e assistência social (atendimento a mães solteiras, mendigos, catadores de lixo, usuários de drogas, entre outros). Em determinadas ações, o segundo setor (setor privado) e o primeiro setor (governo) podem se associar ao terceiro, em especial nos casos das ONGs que atuam na área de preservação ambiental.

2 GLOBALIZAÇÃO, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E SERVIÇOS

O processo de globalização em particular e as mudanças provocadas pela introdução das tecnologias da informação criaram novos ambientes e relações de trabalho e novos hábitos de consumo. Além disso, promoveram uma revolução na maneira de fazer negócios e no modo de vida da sociedade atual.

Nesse contexto, em que se configura uma sociedade da informação, estrutura-se o que alguns economistas chamam de **nova economia**, ligada às novas tecnologias de informação e comunicação. É o caso das empresas produtoras de *softwares* (programas de computadores) e de *hardwares* (equipamentos de informática); dos provedores de internet; do *e-commerce*; e das prestadoras de serviços que utilizam as tecnologias da informação.

E-commerce
Comércio eletrônico, em que as transações comerciais de mercadorias ou de serviços são realizadas através de sistemas eletrônicos, como a internet.

Dada a particularidade dessas atividades e o nível de avanço tecnológico que agregam, foi criado no mercado de ações dos Estados Unidos o **Índice Nasdaq** (figura 2), que mede o desempenho dos negócios das empresas de alta tecnologia, incluindo também as de biotecnologia.

DON EMMERT/AFP

Figura 2. A sede da bolsa Nasdaq está na Times Square, uma área de Nova York (Estados Unidos) cujo centro é o cruzamento de duas grandes avenidas: Broadway e 7th Avenue. Nela encontram-se estúdios da rede de televisão ABC, da MTV e outras. Na Broadway Avenue, concentram-se os teatros da Broadway, os mais prestigiados pelo público e os mais lucrativos do mundo. Fotografia de 2016.

As situações decorrentes da nova economia tiveram forte implicação no **espaço geográfico**. As relações econômicas, os contratos e uma série de atividades humanas passaram a ser realizados também virtualmente, sem que as pessoas precisassem se deslocar de um lugar para o outro. É possível atuar em diversos lugares, em diversos setores, sem estar presente fisicamente, ou seja, o espaço, em certo sentido e em determinadas situações, também se tornou **virtual**.

O desenvolvimento tecnológico, em razão da automação, reduziu o número de postos de trabalho na agropecuária, na indústria e nos setores de serviço. No entanto, gerou uma gama de profissões ligadas ao processamento de informações, caso dos setores de telecomunicações e informática. Nesse sentido, as transformações tecnológicas marginalizaram parte importante da mão de obra, exigindo cada vez mais formação especializada e dificultando, assim, a empregabilidade dos trabalhadores menos qualificados. Mesmo os que estão empregados têm necessidade de atualização e requalificação constantes.

3 TRABALHO: TRANSFORMAÇÕES E DESEMPREGO

A partir da Revolução Industrial, ocorreu uma maior diferenciação entre as categorias profissionais: operários, comerciantes, pequenos artesãos, camponeses, maquinistas, bancários e outros que compunham o perfil dos trabalhadores que inicialmente movimentaram a sociedade industrial. Isso se deveu às mudanças no modo de produção, como a introdução de fábricas e do maquinário, alterando também as relações desses profissionais com suas atividades originais. As profissões ligadas aos serviços tiveram crescimento, embora inferior àquelas ligadas diretamente à indústria.

Atualmente, existem milhares de categorias profissionais com os mais diversos graus de especialização e qualificação. As novas tecnologias substituíram por máquinas, computadores e robôs não só trabalhadores, mas também várias categorias profissionais, contribuindo para aumentar o desemprego.

No entanto, é importante lembrar que o desemprego em larga escala, associado a determinados processos de mudança na atividade produtiva ou a crises econômicas, não é um fenômeno exclusivo do mundo globalizado, tendo ocorrido em outros momentos da história: na Europa do século XIX, com a Segunda Revolução Industrial, e no mundo todo, com a crise de 1929.

FILME

O corte
De Costa-Gravas. França/Bélgica/Espanha, 2005. 122 min.

Há dois anos desempregado, executivo consciente da incompetência do governo em trazer de volta sua vida normal decide agir de modo perigoso e ilegal para conseguir de volta seu antigo cargo.

O **desemprego estrutural**, também denominado tecnológico, ocorre quando as inovações tecnológicas aplicadas aos processos de produção de mercadorias (figura 3), às diversas modalidades econômicas do setor de serviços e à venda de mercadorias, ao mesmo tempo que provocam a elevação da produtividade, reduzem a necessidade de trabalhadores.

Há circunstâncias em que ocorre o **desemprego conjuntural**. Ele é provocado por crises econômicas, motivadas por fatores internos ou externos. Algumas crises podem se prolongar e causar efeitos negativos na economia e na sociedade. Foi o caso da crise que teve início em 2007-2008[5], responsável pela ampliação do número de desempregados em todo o mundo, atingindo tanto os países desenvolvidos como os países em desenvolvimento.

BRENDON THORNE/BLOOMBERG VIA GETTY IMAGES

Figura 3. Máquinas enchem embalagens de leite em indústria de Sydney (Austrália), 2016.

DESEMPREGO NO MUNDO

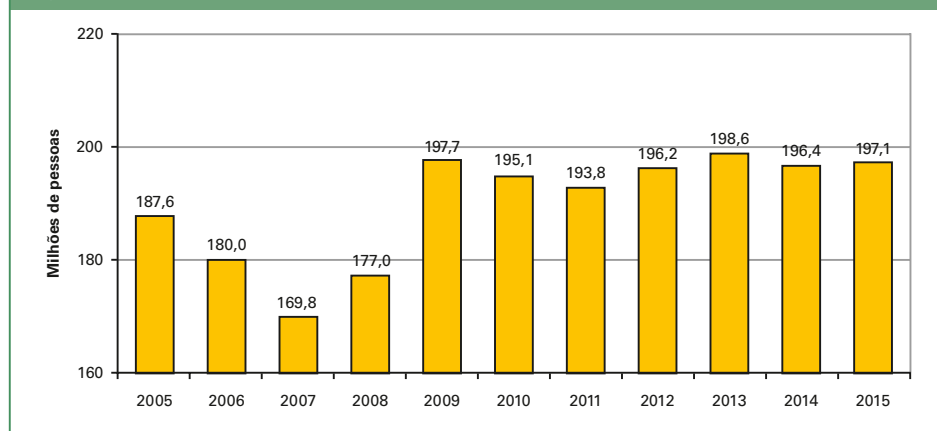
A **taxa de desemprego** (ou taxa de desocupação) é calculada pela razão entre a população à procura de emprego e a PEA (população economicamente ativa). Uma taxa de desemprego de 10%, por exemplo, indica que, do total da PEA, 90% estão efetivamente empregados (população ocupada) e 10% estão em busca de trabalho.

Para que haja aumento na oferta de vagas é necessário principalmente que a economia cresça num ritmo que acompanhe o ingresso de novas pessoas no mercado de trabalho. No entanto, o uso de tecnologia nos processos de produção pode desenvolver a economia sem gerar oferta de trabalho. Sobretudo nos países que apresentam elevado número de desempregados, é imprescindível que os governos criem políticas para incentivar investimentos. Para a população desempregada é necessário que se ofereçam auxílios, como cesta básica, seguro-desemprego, auxílio transporte e cursos de requalificação profissional, de modo que essa parcela da população possa se recolocar no mercado de trabalho formal.

5 Sobre a crise financeira veja *Capítulo 3* do *Volume 2*.

Desde que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) passou a ser uma agência da ONU (1946), o desemprego em valores absolutos no mundo nunca chegou a valores tão elevados (figura 4), atingindo indiscriminadamente os países em desenvolvimento e os desenvolvidos.

Organização Internacional do Trabalho (OIT)
Criada pelo Tratado de Paz assinado em Versalhes, em junho de 1919, após a Segunda Guerra Mundial passou a ser a primeira agência especializada da ONU, em 1946.

Figura 4. Mundo: número de desocupados, em milhões de pessoas – 2005-2015

BIS

De acordo com o relatório **Emprego no mundo e visão social 2016**, havia 197,1 milhões de pessoas desempregadas em 2015 em todo o mundo, 27,3 milhões a mais do que existia no início da crise global, em 2007. As projeções preveem a deterioração das perspectivas de emprego nos próximos cinco anos.

Fonte: OIT. *Emprego no mundo e visão social 2016*. p. 12. Disponível em: <www.ilo.org>. Acesso em: fev. 2016.

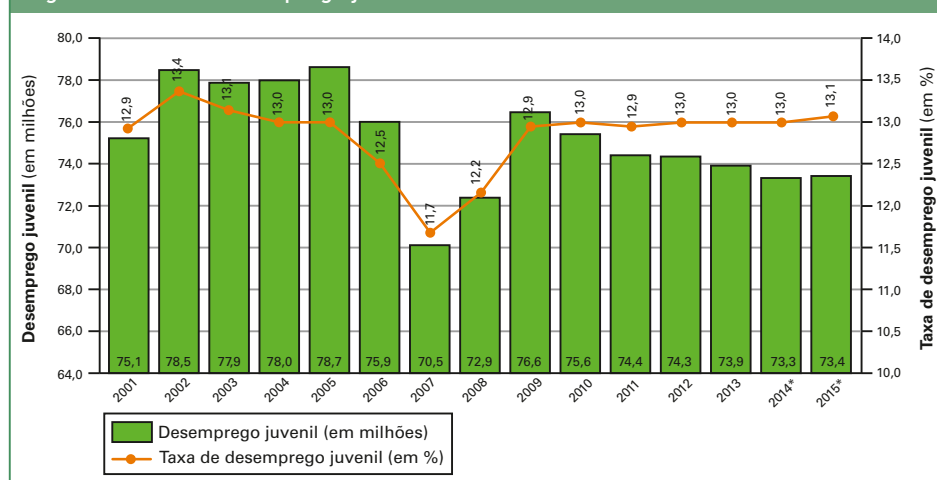
JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO

Segundo a OIT, em 2015 havia 73,4 milhões de jovens (de 15 a 24 anos) desempregados no mundo, mais de 37% do total do planeta. Eles são os primeiros a perder o emprego em situações de crise econômica e os últimos a entrar no mercado de trabalho quando a economia se recupera.

Os jovens enfrentam vários desafios, como a falta de experiência e a dificuldade de encontrar o primeiro emprego, a necessidade de conciliar estudo e trabalho, a dificuldade de conseguir estágio e de investir em outros cursos que aprimorem a sua formação profissional. Portanto, investimentos em educação e qualificação profissional são algumas das ações necessárias à promoção do ingresso dos jovens no mercado de trabalho, já que a falta de oportunidades tem sido importante razão da tensão social experimentada em vários países do mundo, como foi o caso dos países do Oriente Médio e da África do Norte, durante a Primavera Árabe[6]. A segurança e a estabilidade dos fundos de previdência social, alimentados pela população ativa e ocupada na economia formal, é outro argumento para a ampliação da oferta de vagas aos mais jovens (figura 5).

LEITURA

Adeus ao trabalho?
De Ricardo Antunes. Cortez, 2015.
Neste livro o autor procura apreender a forma de ser da classe trabalhadora na sociedade contemporânea e as transformações no mundo do trabalho.

Figura 5. Mundo: desemprego juvenil – 2001-2015

SONIA VAZ

* Estimativas.

Fonte: OIT. *Tendências globais do trabalho juvenil 2015*, p. 18. Disponível em: <www.ilo.org>. Acesso em: fev. 2016.

6 A Primavera Árabe foi discutida no *Capítulo 2* do *Volume 2*.

4 TRABALHO E ECONOMIA INFORMAL

Entende-se por **economia informal** o conjunto de atividades não registradas legalmente – à margem dos números oficiais que indicam o desempenho da economia, como o Produto Interno Bruto (PIB) – e que não sofrem qualquer espécie de tributação. Mais da metade dos trabalhadores do mundo, sem contrato e acesso à seguridade social, estão na informalidade da economia e é expressivo o volume de dinheiro que circula nesse setor, especialmente nas economias menos avançadas.

Os grupos mais atingidos pelo **trabalho informal** são os jovens, as mulheres e os idosos. O comércio ambulante é a face mais conhecida do trabalho informal. Nas grandes cidades, os trabalhadores desse tipo de atividade – conhecidos como camelôs – amontoam-se nas calçadas, disputando espaço com pedestres, clientes e comerciantes legalizados. Em suas barracas, ou até mesmo no chão, os camelôs comercializam uma infinidade de produtos, tanto nacionais como importados, falsificados ou contrabandeados (figura 6). Além de o setor informal não gerar impostos, não há fiscalização sobre a qualidade dos produtos, nem controle das condições de trabalho.

No entanto, parcela significativa dos rendimentos adquiridos com a atividade informal é gasta com o consumo de produtos fabricados legalmente e serviços da economia formal. O setor informal também constitui uma válvula de escape para a fragilidade econômica de vários países incapazes de gerar renda ou empregos suficientes para o conjunto da população. Sem a economia informal, o número de pessoas sem renda seria maior e agravaria os problemas sociais em boa parte do mundo.

AZIZ KARIMOV/PACIFIC PRESS/LIGHTROCKET VIA GETTY IMAGES

Figura 6. Homem observa cubas de banheiro antigas à venda em feira livre de Baku (Afeganistão), 2016.

Convém salientar também as diferenças entre **subemprego** e trabalho informal. O trabalho informal pode compreender atividades como a exercida por profissional com curso superior, que trabalha por conta própria, obtém altos rendimentos, tem elevada qualidade de vida, mas não recolhe impostos. Já o subemprego é caracterizado por uma situação em que a atividade informal é incerta, não regular e de baixa qualificação (figura 7).

A questão da informalidade vem se tornando cada vez mais complexa em razão da flexibilização das relações trabalhistas, já implementada há duas décadas em vários países do globo, e entre o final do século XX e o início deste século, com algumas variações, no Brasil.

A **flexibilização das leis trabalhistas** incentiva o surgimento de contratos temporários de trabalho, de tempo parcial, ou, ainda, por conta própria. Essa flexibilização ou desregulamentação vem sendo acompanhada por um intenso processo de **terceirização** – transferência de atividades de uma empresa para outras, com vistas à redução de custos. Antes, a terceirização estava mais restrita às atividades-meio de uma empresa, como serviços de alimentação, limpeza, segurança, contabilidade e consultoria. Hoje, porém, ela atinge suas atividades-fim, como a própria atividade produtiva de fabricantes de celulares, televisores, produtos de higiene e limpeza, alimentos, entre outros. Nesses casos, como os salários nas empresas terceirizadas são menores, os custos para a empresa que terceiriza diminuem, maximizando seus lucros.

RAIMUNDO PACCÓ/FRAME/FOLHAPRESS

Figura 7. Catadores de materiais recicláveis em depósito de lixo a céu aberto, no município de Castanhal (PA), 2014.

1. A ONG Hospitalhaços utiliza a figura do palhaço para levar o sorriso ao ambiente hospitalar.

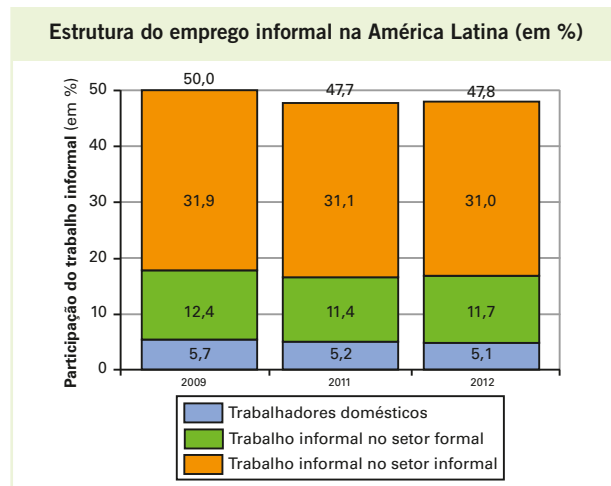
HOSPITALHAÇOS/DIVULGAÇÃO

Integrantes da ONG Hospitalhaços, 2012.

a) A qual setor a ONG Hospitalhaços pertence? Comente a importância desse setor no contexto social contemporâneo.

b) Você conhece o trabalho desenvolvido por alguma organização do terceiro setor? Que causa ela defende e quais são suas atividades?

2. Observe os gráficos.

SONIA VAZ

Fonte: International Labour Office. *Tendências mundiais do emprego. Risco de uma recuperação sem emprego*, 2014, p. 49. Disponível em: <www.ilo.org>. Disponível em: fev. 2016.

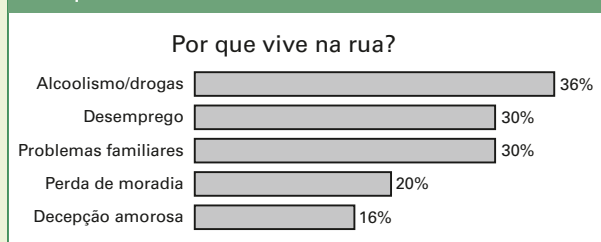
a) A análise do gráfico permite perceber a diferença entre emprego informal e economia informal. Explique essa diferença.

b) No período compreendido pelo gráfico qual foi a maior mudança na estrutura do emprego informal?

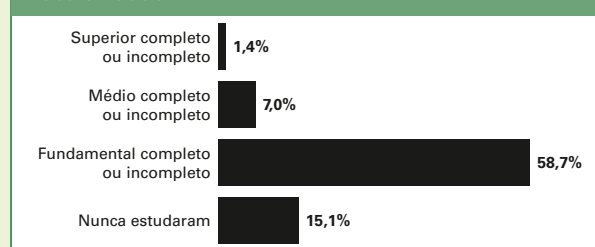
ENEM E VESTIBULARES

• (Enem 2008)

A vida na rua como ela é

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) realizou, em parceria com a ONU, uma pesquisa nacional sobre a população que vive na rua, tendo sido ouvidas 31.922 pessoas em 71 cidades brasileiras. Nesse levantamento, constatou-se que a maioria dessa população sabe ler e escrever (74%), que apenas 15,1% vivem de esmolas e que, entre os moradores de rua que ingressaram no ensino superior, 0,7% se diplomou. Outros dados da pesquisa são apresentados nos quadros a seguir.

SONIA VAZ

Fonte: *Istoé*, 7 maio 2008, p. 21 (com adaptações).

BIS

Fonte: *Istoé*, 7 maio 2008, p. 21 (com adaptações).

As informações apresentadas no texto são suficientes para se concluir que

a) as pessoas que vivem na rua e sobrevivem de esmolas são aquelas que nunca estudaram.

b) as pessoas que vivem na rua e cursaram o ensino fundamental, completo ou incompleto, são aquelas que sabem ler e escrever.

c) existem pessoas que declararam mais de um motivo para estarem vivendo na rua.

d) mais da metade das pessoas que vivem na rua e que ingressaram no ensino superior se diplomou.

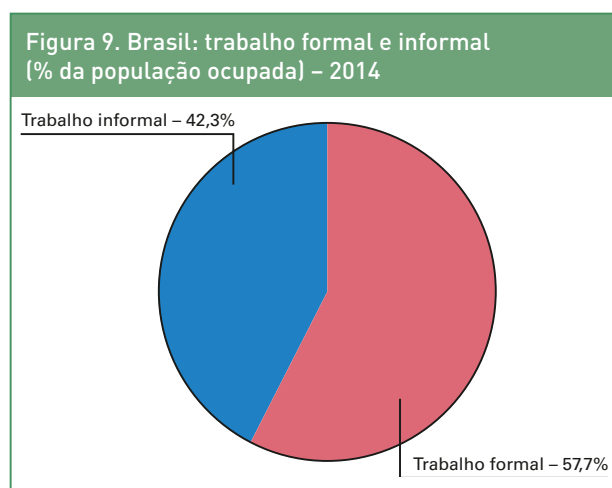
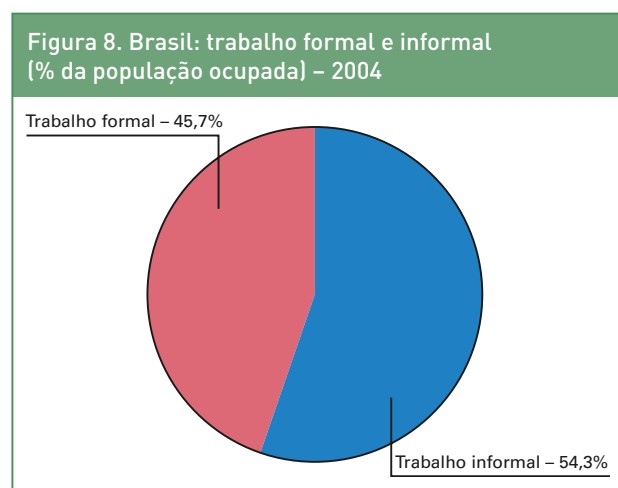
e) as pessoas que declararam o desemprego como motivo para viver na rua também declararam a decepção amorosa.

5 TRABALHO NO BRASIL

O desemprego e outros problemas relacionados ao trabalho, como a baixa remuneração, os trabalhos escravo e infantil, constituem nos dias atuais grandes desafios ao Brasil. Essas questões tornam-se ainda mais complexas se considerarmos as dimensões do país, as desigualdades entre as regiões e a instabilidade econômica provocada pela crise econômica e política desencadeada em 2014/2015.

INFORMALIDADE NO MERCADO DE TRABALHO

Apesar de ainda apresentar elevado grau de informalidade em sua economia, o Brasil, na última década, mostrou uma melhora expressiva na formalização do mercado de trabalho (figuras 8 e 9), incluída a formalização do emprego doméstico. Contudo, essa melhora no período foi revertida a partir de 2015, em função da crise econômica e política iniciada naquele ano. Em situação de crise e aumento do desemprego, parte da população busca estratégias de sobrevivência na informalidade.

Consulte a *Síntese dos indicadores sociais* para acompanhar o provável crescimento da informalidade no Brasil a partir de 2015.

GRÁFICOS: MARIO YOSHIDA

Fonte: *Síntese dos indicadores sociais 2015:* uma análise das condições de vida da população brasileira. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: jan. 2016.

SITUAÇÃO DO EMPREGO

Em meados dos anos 1990, as taxas de desemprego aumentaram significativamente no Brasil. Contribuíram para tal situação a **abertura econômica** e a consequente concorrência dos produtos importados, que provocaram a falência ou a queda da produção de muitas empresas brasileiras; a política de juros altos, responsável pelas dificuldades de novos investimentos; os baixos investimentos do Estado em infraestrutura e em outros setores da economia e na esfera social. Contribuíram, ainda, a automação e a robotização na produção de mercadorias e serviços.

A partir da primeira **década de 2000**, o Brasil, favorecido pelo dinamismo da economia mundial e especialmente da China, retomou o crescimento econômico, priorizou investimentos em programas sociais (como o **Bolsa Família**) e melhorou a distribuição de renda. Essas medidas foram fundamentais para diminuir as taxas de desemprego. A ascensão social de milhões de brasileiros permitiu a ampliação do mercado interno e do nível de crescimento econômico.

Embora a crise de 2007/2008 tenha enfraquecido o ritmo do crescimento econômico, as taxas de desemprego permaneceram em queda até meados de 2014.

O Brasil enfrentou por um tempo a crise mundial através da desoneração de impostos a determinados setores produtivos, esforçou-se para manter os investimentos e os gastos públicos e os programas sociais. Com essa fórmula as despesas superaram as receitas federais e as finanças públicas deterioraram-se rapidamente. Contribuíram para isso a desaceleração da economia chinesa, nossa principal parceira comercial, e a queda do valor das *commodities*, os produtos que mais vendemos no mercado mundial.

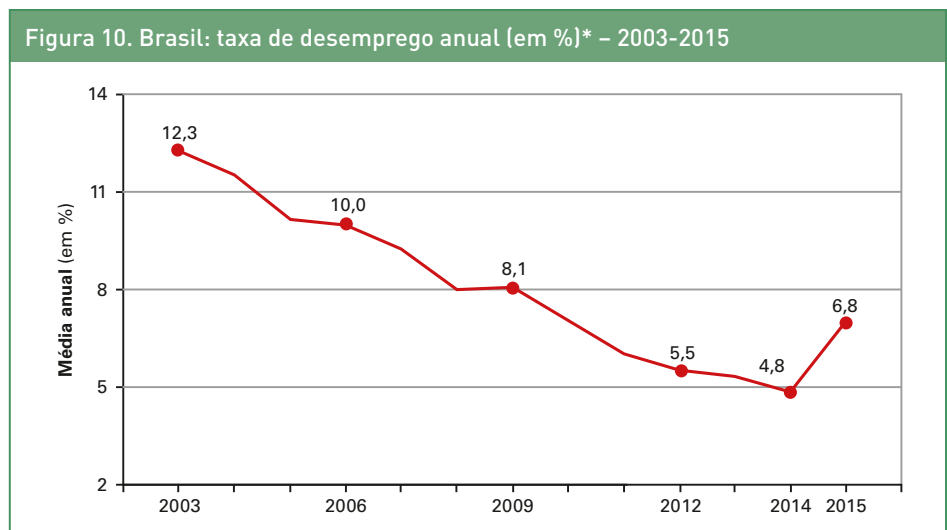
A partir de 2015 a crise estava instalada e o desemprego começou a elevar-se em ritmo acelerado (figura 10).

Consulte a *Síntese dos indicadores sociais* para acompanhar o crescimento do desemprego no Brasil a partir de 2015.

Figura 10. Brasil: taxa de desemprego anual (em %)* – 2003-2015

BIS

* A pesquisa considera Recife (PE), Salvador (BA), Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ) e Porto Alegre (RS).

Fonte: IBGE. *PNAD Contínua*. In: *Folha de S.Paulo*, 29 jan. 2016. Caderno Mercado, p. 4.

No Brasil, assim como na maioria dos países do globo – sobretudo nos países em desenvolvimento –, o grupo etário mais atingido pelo desemprego é o de jovens (entre 15 e 24 anos).

TRABALHO ESCRAVO

O trabalho escravo ou forçado ainda é uma realidade em pleno século XXI. O regime de trabalho análogo à **escravidão contemporânea** (figura 11) se manifesta de diversas formas e em diferentes atividades, nas áreas urbanas e rurais do país.

Nas **áreas rurais**, a **escravização por dívida** ocorre quando o agricultor é contratado para trabalhar em local muito distante do seu município, e dele são cobrados custos referentes à viagem e à alimentação feita diariamente na própria fazenda, à compra de ferramentas para a realização do trabalho e ao alojamento. A dívida cresce em valores superiores ao salário contratado, e o trabalhador é impedido de deixar a fazenda até saldar a dívida mediante trabalho. Seus **documentos são confiscados** e, muitas vezes, eles são vigiados por capangas armados para impedir qualquer tentativa de fuga. Vários casos de torturas foram relatados em algumas fazendas, indiciadas pela prática de trabalho escravo.

Nas **áreas urbanas**, muitos jovens são seduzidos pela oferta de trabalho em cidades distantes, com o compromisso de pagar as despesas de viagem e de hospedagem. Quando chegam, são obrigados a trabalhar em empresas que funcionam clandestinamente, sem receber remuneração e em jornadas longas e extenuantes ou, ainda, na prostituição, em casas noturnas e bordéis. Uma vez envolvidas em situações como essas, poucas pessoas conseguem voltar para casa.

LUIZ CARLOS MURAUSKAS/FOLHAPRESS

Figura 11. Agentes da Receita Federal flagram oficina de costura clandestina, com bolivianos trabalhando, em São Paulo (SP), 2013.

Nas últimas décadas, imigrantes bolivianos, paraguaios e haitianos acabaram submetidos a condições de trabalho análogas à escravidão em oficinas de costura em áreas urbanas do Brasil, especialmente em São Paulo.

Brasil: quadro geral da erradicação de trabalho escravo

Ano	Número de operações	Trabalhadores resgatados
2015*	125	936
2014	170	1.674
2013	185	2.808
2012	141	2.771
2011	170	2.495
2010	142	2.634
2009	156	3.769
2008	158	5.016
2007	116	5.999

* Dado referente ao período de 1º de janeiro a 17 de dezembro de 2015.

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/Portal Brasil. Disponível em: <www.brasil.gov.br>. Acesso em: fev. 2016.

SITE

Repórter Brasil
www.reporterbrasil.com.br
O *site* acompanha a situação do trabalho escravo no Brasil. Traz reportagens, vídeos e publicações que abordam o trabalho escravo em diversos setores da economia, além de uma relação de políticos eleitos que se comprometeram em combater o trabalho escravo e uma lista de confecções flagradas com trabalho escravo.

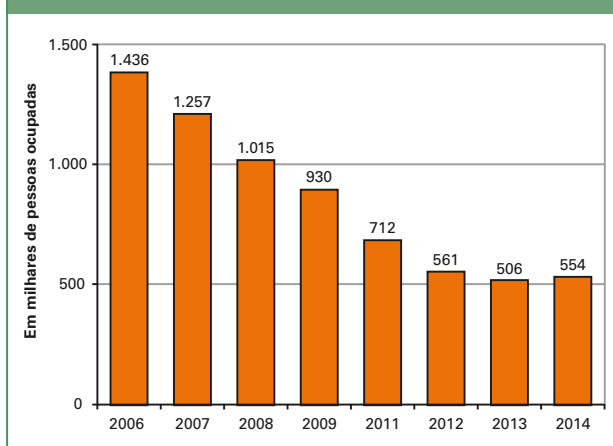
De acordo a Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo (Detrae), a principal vítima do trabalho escravo é o "jovem, do sexo masculino, com baixa escolaridade e que tenha migrado internamente no país".

TRABALHO INFANTIL

A legislação brasileira proíbe qualquer tipo de trabalho para menores de 14 anos. A partir dessa idade, até 16 anos, o trabalho é permitido, desde que na condição de aprendiz, com autorização dos pais e em atividades que não sejam degradantes, perigosas ou insalubres. No entanto, 554 mil crianças entre 5 e 13 anos trabalhavam no Brasil, em 2014, de acordo com o IBGE. Depois de nove anos de queda, o trabalho infantil teve sua primeira alta na década, em 2014. Observe a figura 12.

A **pobreza** é a principal causa do ingresso das crianças no mundo do trabalho. As famílias pobres são impelidas a utilizar os próprios filhos para complementar a renda familiar e garantir a sobrevivência. Essas crianças são impedidas de desenvolver uma infância saudável e de estudar, bloqueando por gerações a ascensão social de milhões de famílias. Além da aprendizagem, a convivência com outras crianças na escola promove a socialização e o estabelecimento de relações sociais saudáveis.

Normalmente, o trabalho infantil no Brasil está relacionado à pobreza rural, mas existem casos, como na Região Sul, em que, por tradição, pequenos proprietários que exercem agricultura familiar contam com a ajuda dos filhos nas atividades da lavoura. Mas, de forma geral, a situação do trabalho infantil constitui um grave problema social.

Figura 12. Brasil: pessoas de 5 a 13 anos ocupadas (em milhares) – 2006/2014

Fonte: IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* (PNAD) *2006-2014*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: mar. 2016.

Obs.: Em 2010, ano do recenseamento, não foi realizada a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Nas grandes cidades, são comuns as crianças que perambulam pelos lixões, vendem balas e doces nos cruzamentos de avenidas movimentadas, realizam acrobacias pelas ruas em troca de qualquer quantia e exercem atividades domésticas, em especial no caso das meninas. Essa prática, além de limitar a infância, acaba comprometendo a vida futura. A deficiência escolar, além das limitações do sistema educacional, também está associada ao trabalho infantil (figura 13). A taxa de escolarização de crianças e adolescentes que tiveram uma história de trabalho em idade precoce é mais baixa que as taxas dos que não foram obrigados a trabalhar.

Embora o número de crianças trabalhadoras seja muito elevado, a adoção de políticas visando à erradicação do trabalho infantil vem mostrando resultados. Um exemplo são os programas sociais voltados para a educação, que asseguram uma renda mensal às famílias pobres e miseráveis para manter os filhos na escola e ajudam a evitar o ingresso precoce no mercado de trabalho, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) e o Bolsa Família.

FILME

Quanto vale ou é por quilo?
De Sérgio Bianchi. Brasil, 2005. 104 min.

O filme faz uma analogia entre a questão dos escravizados africanos trazidos para o Brasil e a exploração da miséria pelo *marketing* social.

LEITURA

Trabalho infantil: o difícil sonho de ser criança
De Cristina Porto e outros. Ática, 2011.

Mostra um dos mais graves problemas sociais brasileiros: o trabalho infantil. O livro aponta, ao lado de denúncias, caminhos para modificar essa realidade que priva milhões de crianças do direito à infância.

APU GOMES/FOLHAPRESS

Figura 13. Criança engraxate trabalha dentro do aeroporto de Congonhas, em São Paulo (SP), 2014.

6 MULHER E MERCADO DE TRABALHO

Tradicionalmente, o homem foi o responsável pela renda familiar e a mulher pelos cuidados da casa e dos filhos. Essa situação mudou em muitos países do mundo ocidental, em razão das novas necessidades da sociedade e, principalmente, da longa luta da mulher por seus direitos de cidadã e contra a discriminação feminina. As mulheres paulatinamente ampliaram a sua participação na cultura, na política[7], na economia e no mercado de trabalho. No entanto, essas conquistas não aconteceram da mesma forma em todos os países.

Nos países desenvolvidos, o crescimento econômico e industrial (séculos XIX e XX) gerou a necessidade de maior inserção da mulher no mercado de trabalho. Além disso, durante as guerras mundiais, a mão de obra feminina assumiu postos de trabalho dos homens convocados para os conflitos. Essa presença acabou por consolidar um novo papel social da mulher e a consciência da necessidade da valorização feminina em todas as instâncias da sociedade.

7 As mulheres conquistaram o direito ao voto no Brasil somente em 1932.

De fato, as conquistas profissionais das mulheres podem ser atribuídas, principalmente, a um amplo **movimento de emancipação** e à quebra do preconceito, por parte significativa das sociedades ocidentais com maior nível de desenvolvimento (figura 14).

Nos **países em desenvolvimento**, o ingresso feminino no mercado de trabalho também foi fruto da necessidade de a economia capitalista ampliar a oferta da força de trabalho. No entanto, o impacto imediato foi a redução das médias salariais em função da maior oferta de mão de obra. Vários outros fatores podem ser atribuídos à maior presença da mulher no mercado de trabalho e nem todos foram frutos da emancipação.

THOMAZ VITA NETO/PULSAR IMAGENS

Figura 14. Marceneira trabalha em torno na produção de peças de madeira em Mirassol (SP), 2014.

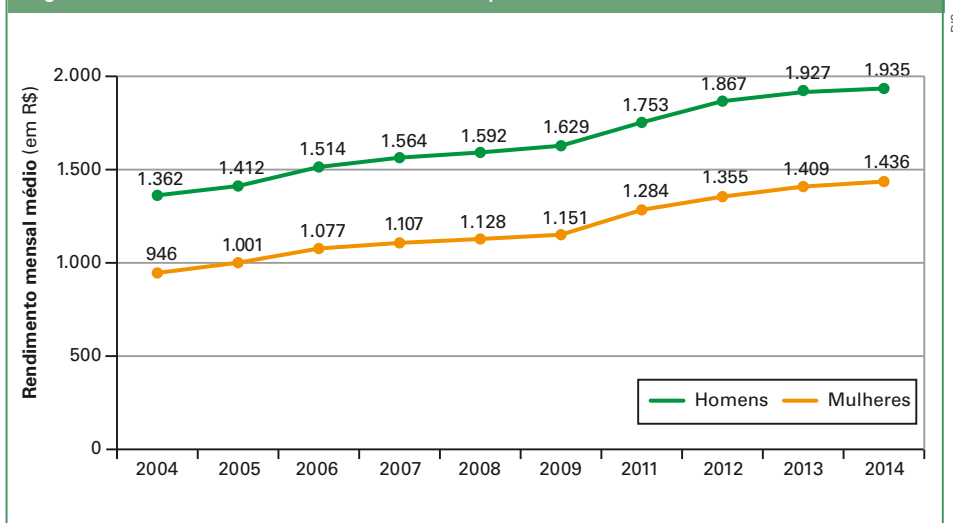
No caso das mulheres casadas, o aumento do custo de vida – sobretudo nas cidades –, a falta de serviços públicos de qualidade e os baixos salários recebidos pelos homens forçaram-nas a complementar o **orçamento familiar**. Isso, no entanto, trouxe a **dupla jornada de trabalho** para elas, visto que a maioria continuou responsável pelas atividades domésticas, inclusive pela educação dos filhos.

TRABALHADORAS BRASILEIRAS

No Brasil, a participação da mulher no mercado de trabalho foi uma das características mais importantes das últimas décadas. Foi a partir de 1960 que as **conquistas femininas** se tornaram mais evidentes. No contexto da industrialização e da urbanização ocorridas no Brasil a partir desse momento, elas começaram a ter participação mais ativa no mundo do trabalho.

Atualmente, essa participação é crescente. Diversas atividades industriais passaram a dar preferência às mulheres no desempenho de determinadas funções. Uma das explicações para o aumento do espaço das mulheres no mercado de trabalho pode estar nos salários; outra explicação é a escolaridade, já que a média de anos de estudo das mulheres atualmente é superior à dos homens.

No entanto, à semelhança de outros países, no Brasil, os **rendimentos da mulher** são significativamente menores que os da população masculina. De acordo com o IBGE, a remuneração média das mulheres ocupadas no Brasil ainda representava 74,5% da remuneração obtida pelos homens, em 2014. Observe o gráfico (figura 15, na página seguinte).

Figura 15. Rendimento mensal do trabalho por sexo (em R$) – 2004-2014

Fonte: IBGE. *Síntese dos indicadores sociais 2015:* uma análise das condições de vida da população brasileira. p. 74. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: jan. 2016

Embora tenha havido uma evolução dos rendimentos de ambos os sexos, as diferenças entre os rendimentos dos homens e das mulheres se mantiveram no período compreendido pelo gráfico, o que indica a necessidade da ampliação da luta pela igualdade entre os gêneros.

CONEXÃO

Língua Portuguesa • Arte

Poesia visual

O baiano Almandrade – Antonio Luiz M. Andrade (1953-) – é um importante representante da poesia visual no Brasil. Desde os anos 1970, pesquisa linguagens artísticas que envolvem artes plásticas, poesia e conceitos.

Segundo ele, "a chamada poesia visual nada mais é do que a experimentação da forma visual da poesia, até se descobrir que a palavra não é o seu único elemento. Como artista plástico e poeta, a poesia visual ficou sendo para mim uma prática intermediária entre a poesia e a arte visual".

Veja o poema visual ao lado.

ALMANDRADE

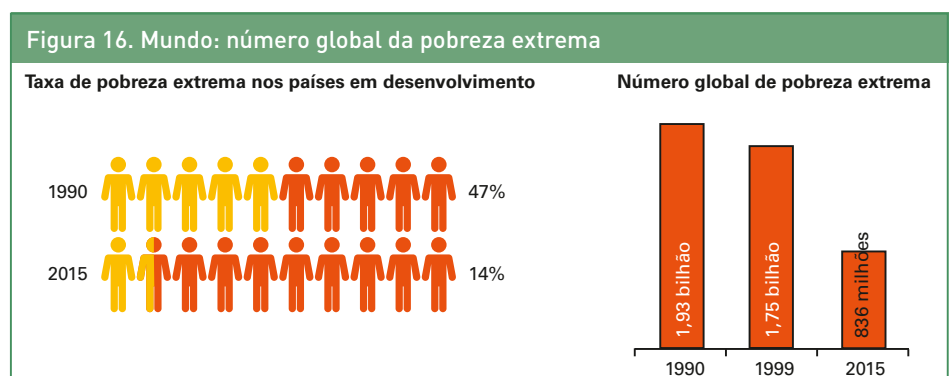
1. Que leitura você faz dessa poesia visual? Discuta o arranjo visual da palavra que lhe dá significado.
2. Relacione a poesia ao contexto da sociedade brasileira atualmente.

7 POPULAÇÃO E RENDA

Os recursos econômicos, a capacidade tecnológica e a produção de alimentos nunca foram tão grandes em qualquer outra época histórica como são atualmente. Se fossem igualmente distribuídos, não faltariam recursos para suprir toda a população da Terra. No entanto, para parcela expressiva da população mundial falta o mínimo necessário para sobreviver com dignidade.

Em 2015, a ONU estimava que cerca de 836 milhões de pessoas vivessem abaixo da **linha de pobreza** no mundo, ou seja, tinham renda individual diária inferior a US$ 1,25[8]. Apesar de o número ser preocupante, a pobreza extrema diminuiu significativamente ao longo das últimas duas décadas. Em 1990, atingia quase metade (47%) da população do mundo em países em desenvolvimento e caiu para 14% em 2015 (figura 16).

Figura 16. Mundo: número global da pobreza extrema

Fonte: ONU. *The Millennium Development Goals Report 2015*. p. 4. Disponível em: <www.un.org>. Acesso em: mar. 2016.

O contraste econômico e social entre os países que se colocam nos polos extremos de desenvolvimento deverá se acentuar ainda mais – e rapidamente. Isso porque os países desenvolvidos viveram um período de progresso e intensas transformações, enquanto os países bem mais pobres permaneceram estagnados em uma economia de subsistência, sem condições de competir no comércio internacional.

É importante salientar, porém, que os países desenvolvidos começaram a passar por dificuldades quando a crise de 2007/2008 abalou a estrutura econômica e financeira mundial. O rápido progresso de décadas passadas sofreu uma desaceleração nesses países, com reflexos no nível de emprego. Isso afetou o poder de compra dos cidadãos, levando ao aumento da pobreza também no mundo desenvolvido (figura 17).

MATTHIAS BALK/DPA/CORBIS/FOTOARENA

Figura 17. Pedinte em dia chuvoso em rua de Munique (Alemanha), 2016.

8 O Banco Mundial, em seu relatório de 2015 (*Global Monitoring Report 2015/2016*), atualizou o valor da linha de pobreza para renda inferior a US$1,90 por dia. Com o novo critério, projetava que, em 2015, menos de 9,6% da população mundial (702 milhões) estivesse vivendo na pobreza extrema.

DISTRIBUIÇÃO DA RENDA

Quando o crescimento da população é maior que a produção de riqueza, a renda média da população (renda *per capita*) tende a diminuir. No entanto, a questão da renda deve ser analisada considerando a forma como a riqueza produzida é distribuída entre os diversos grupos sociais.

É a análise da distribuição de renda que permite avaliar as diferenças sociais e quantificar a pobreza e o grau de justiça social de uma sociedade. Nesse sentido, a concepção de pobreza é relativa. É preciso avaliar os padrões de cada sociedade e as diferenças entre os indivíduos que dela participam. Quanto mais acentuada é a distância entre as classes sociais, maior a pobreza geral da sociedade.

Na primeira década do século XXI, ocorreu uma **melhoria na renda** de uma parcela significativa da população brasileira. Milhões de brasileiros migraram das classes[9] pobres e extremamente pobres, classificadas como D e E, para integrarem a **classe C** (com capacidade de consumo além dos produtos básicos de subsistência). Esses dados refletem um período de crescimento econômico e de adoção de políticas sociais que promoveram transformações na sociedade brasileira.

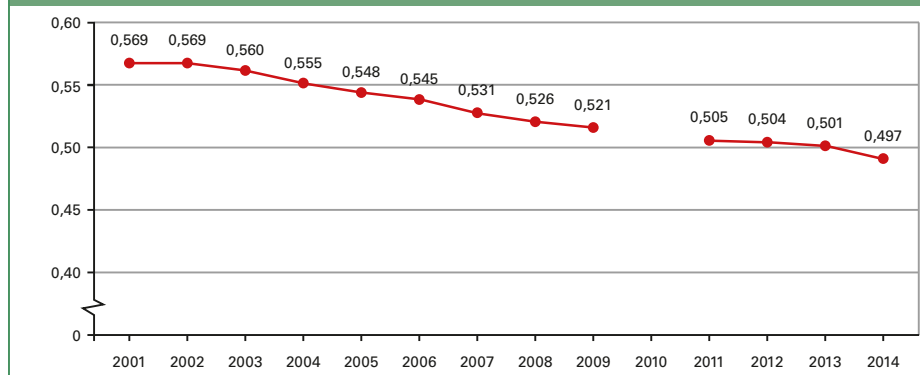
A melhora das condições de vida de parcela significativa da população promoveu a ampliação da capacidade do consumo e, consequentemente, a expansão do mercado interno e das atividades produtivas. Contribuíram para o avanço na **distribuição de renda** no Brasil a redução do desemprego, o aumento da formalização da mão de obra, a valorização do salário mínimo e os programas voltados à população em situação de extrema pobreza, como o Fome Zero e o Bolsa Família[10], entre outros. Leia o *Entre aspas*.

ENTRE ASPAS

O coeficiente de Gini

O coeficiente de Gini, ou índice de Gini, é um parâmetro estatístico para medir as desigualdades existentes em um país, estado ou município, como a desigualdade na distribuição de renda. Ele é indicado por um número de 0 a 1, onde 0 corresponde à igualdade perfeita, em que todos têm a mesma renda; e 1, à desigualdade plena, em que uma única pessoa fica com toda a renda e o restante nada recebe. Portanto, quanto mais próximo de zero for o índice de Gini de uma sociedade, menos desigual ela é.

Brasil: índice de Gini da distribuição do rendimento médio mensal de todas as fontes de renda – 2001-2014

BIS

*Em 2010 não houve Pnad.

Fonte: IBGE. *Pnad:* síntese de indicadores 2014. p. 76. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/> . Acesso em: fev. 2016.

O aumento da inflação e do desemprego, a diminuição do crédito e dos investimentos na educação, na saúde e em programas sociais, a partir da crise de 2015, refletiram uma mudança na tendência de queda da desigualdade aqui apresentada.

• Papel do Estado

A distribuição da renda não pode ser analisada apenas a partir do valor monetário dos salários e dos lucros. Em alguns países desenvolvidos, após a Segunda Guerra,

9 A classificação por classes, no texto, segue o conceito atribuído ao mercado, cujos critérios principais estão apoiados na renda e no acesso aos bens de consumo. Essa classificação é estipulada pela Abep (Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa) e, portanto, não deve ser confundida com o conceito de classes sociais, que possui outra conotação do ponto de vista sociológico.

10 As famílias do programa Bolsa Família têm que cumprir determinadas condições, como manter as crianças na escola, manter seus acompanhamentos médicos e a carteira de vacinação em dia.

foi estabelecido um modelo de Estado que, entre outras atribuições, passou a ter a função de garantir saúde, educação, emprego e moradia (atualmente, considerados direitos essenciais) aos cidadãos.

Trata-se do **Estado do Bem-Estar Social** (**Welfare State**, em inglês), que ocorre com mais eficácia na Noruega, na Suécia e na Dinamarca. Esses países aparecem anualmente na lista da ONU como os que apresentam melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Assim, a assistência médico-odontológica e a educação gratuita e de bom nível podem ser consideradas formas de salário indireto e também uma maneira de distribuir renda.

A partir da década de 1980, no entanto, a conjuntura econômica provocou mudanças em vários países desenvolvidos. A elevação do déficit público e a consequente diminuição da capacidade de investimento levaram a uma profunda reestruturação do papel do Estado, no que se refere às suas atribuições em termos de benefícios sociais. É o caso dos Estados Unidos e do Reino Unido, que optaram, na década de 1980, pelo **Estado neoliberal**. Houve uma redução nas atribuições do Estado, com privatização de atividades produtivas, acompanhada de cortes de gastos públicos em setores como saúde, educação, **seguridade social** (seguro-desemprego, por exemplo).

Na década de 1990, boa parte da União Europeia tinha realizado reformas em seu sistema de seguridade social, em razão da busca de maior competitividade e da redução do déficit público elevado. Essa situação ficou conhecida como crise do Estado do Bem-Estar Social.

Os que defendem as ideias neoliberais pregam que as questões econômicas – e muitas das questões sociais – sejam resolvidas no âmbito do mercado e apoiam a ideia de um **Estado Mínimo**. Segundo a visão neoliberal, o custo de sustentação do Estado do Bem-Estar Social apoia-se em impostos elevados, o que impede a ampliação dos investimentos privados em atividades econômicas geradoras de emprego. E o aumento do número de postos de trabalho é o principal caminho para a resolução das questões sociais.

Entretanto, o Estado tem papel fundamental na regulação dos mercados, no sistema capitalista, e na intervenção em caso de crise. Na crise de 2007/2008[11], o socorro às instituições privadas (bancos, seguradoras, corporações industriais) consumiu centenas de bilhões de dólares dos governos dos países mais ricos e de diversos emergentes.

O corte dos benefícios sociais provocado pela crise gerou manifestações em todo o mundo contra a desigualdade de renda, a influência do mercado financeiro nos rumos da política, as políticas de austeridade e o modelo econômico neoliberal. O movimento **Occupy Wall Street** (Ocupe Wall Street), que se espalhou por diversas cidades dos Estados Unidos, e os **Indignados**, na Espanha, são alguns exemplos da insatisfação popular em relação ao papel do Estado frente aos grandes problemas sociais (figura 18). Movimentos semelhantes ocuparam espaços públicos de outros países europeus.

ANDREW BURTON/GETTY IMAGES

Figura 18. Policial monitora manifestantes, em setembro de 2013, em Nova York (Estados Unidos). Eles carregam cartazes com os dizeres: “fim da desigualdade, curar Nova York e taxar Wall Street”, o centro financeiro sediado na cidade. Reivindicam que seja aplicada uma taxa de 0,5% a empresas de serviços financeiros para ser utilizada nos serviços sociais. Isso ocorreu dois anos depois de o movimento Ocupe Wall Street mobilizar a atenção internacional.

11 Sobre a crise econômico-financeira de 2007/2008 e o movimento Occupy Wall Street, veja *Capítulo 3* do *Volume 2*.

É importante lembrar que protestos contra o neoliberalismo ocorrem desde a década de 1990, principalmente nas rodadas da OMC e do **Fórum Econômico Mundial**, onde estão presentes as principais lideranças empresariais e políticas de todo o mundo.

A outra face da distribuição de renda refere-se às distorções tributárias, ou seja, ao recolhimento de impostos. Em boa parte dos países, em especial nos países em desenvolvimento (entre eles, o Brasil), os **impostos indiretos** (que incidem sobre a produção e a comercialização de mercadorias) são, muitas vezes, excessivos, tanto em valores quanto em número de tributos. No conjunto, são maiores do que os **impostos diretos** (que incidem sobre as propriedades, as rendas obtidas com as propriedades – aluguéis –, os rendimentos salariais e as aplicações financeiras).

Isso eleva o preço dos produtos e obriga todos os consumidores a pagarem os tributos de forma equitativa, independentemente de sua classe social. Dessa forma, quando uma pessoa com rendimento mensal de um salário mínimo compra um quilo de arroz, o valor dos impostos indiretos que ela paga sobre o produto é proporcionalmente maior do que o valor pago por outra pessoa que ganha vinte salários mínimos.

A redistribuição de renda é muito mais do que uma política de justiça social. A concentração de renda leva o setor produtivo da sociedade a voltar-se para um pequeno segmento de consumidores com maior poder aquisitivo. A **desconcentração da renda** gera novos consumidores, dinamiza a economia e cria empregos.

CONEXÃO

Língua Portuguesa

Impostos no Brasil

Observe o cartum do desenhista Luiz Fernando Cazo (1982-).

CAZO

- O pai do garoto, representado ironicamente por um animal de carga, retrata a realidade da sociedade brasileira. Explique essa realidade.

8 EXCLUSÃO SOCIAL

Pode-se dizer que a globalização, intensificada no século passado e em processo nos dias atuais, propiciou significativas conquistas econômicas, sobretudo para as maiores empresas e os países desenvolvidos. Avanços econômicos também ocorreram nos países em desenvolvimento, especialmente os emergentes. Apesar disso, muitos são ainda os desafios a serem enfrentados no campo da promoção social.

A globalização e a revolução tecnológica não foram suficientes para proporcionar o que é mais importante: condições e mecanismos para eliminar a pobreza, erradicando as condições de miséria. Os avanços da medicina, por exemplo, embora extraordinários, não chegaram igualmente a todas as pessoas, em todos os países do globo, que ainda hoje enfrentam problemas decorrentes de doenças que poderiam ter sido erradicadas. Igualmente, o atual nível de desenvolvimento dos meios de comunicação não está acessível a todos, ficando excluídas as populações que mais necessitam ampliar seu nível educacional e cultural e melhorar seu nível de qualificação profissional.

É necessário destacar que não existe uma categoria única de excluídos nas sociedades. Dentre eles estão os desempregados, os subempregados, os inválidos, as pessoas com deficiência, as vítimas de preconceito racial, as mulheres e as crianças na maior parte dos países do mundo, os migrantes e os refugiados, as minorias étnicas e religiosas e todos os pobres, que não têm acesso à moradia, à alimentação saudável, ao trabalho, à educação e à informação de qualidade.

9 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)

O **Índice de Desenvolvimento Humano** (**IDH**) foi criado pela ONU, no início da década de 1990, como contraponto a indicadores como o PIB e a renda *per capita* (por indivíduo), que medem a riqueza dos países circunscrita à esfera econômica. O IDH agrega ao desempenho da economia outros aspectos que influenciam a qualidade da vida humana.

No conceito de desenvolvimento humano, o foco é o ser humano e não a renda, embora ela ainda continue sendo uma condição necessária e um dos aspectos que fazem parte do IDH. Ele resulta do cruzamento de três indicadores básicos:

- o Rendimento Nacional Bruto (RNB) *per capita*, que é a renda nacional bruta dividida pelo número de habitantes do país, expresso em dólares e ajustado ao poder de compra da população de cada país;
- o grau de conhecimento, baseado na escolaridade;
- a expectativa de vida, denominada longevidade.

O IDH permite diferenciar países que, apesar de possuírem economias semelhantes, possuem diferenças nas condições de vida da população. Esse índice é hoje o principal indicador para analisar a situação social e econômica dos países, pois ressalta como o crescimento econômico foi revertido em benefícios sociais para a população.

Desde 1993, vem sendo usado pelo **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento** (**PNUD**), que anualmente divulga as condições socioeconômicas dos países-membros da ONU. Os países são classificados em quatro grupos: **IDH muito alto**, **IDH alto**, **IDH médio** e **IDH baixo** (veja as figuras 19 e 20, na página seguinte). Essa classificação, ao contrário do índice de Gini, quanto mais próximo de 1 é o IDH, melhor é o Índice de Desenvolvimento Humano, e vice-versa. Observe o mapa da seção *Olho no espaço*, na próxima página.

Rendimento Nacional Bruto (RNB)
É calculado pela soma do PIB com todos os demais rendimentos líquidos (deduzidos todos os descontos legais) recebidos do resto do mundo. Os valores enviados em forma de pagamentos a outros países são deduzidos nesse cálculo.

AMANDA HALL/ROBERT HARDING HERITAGE/AFP

Figura 19. Vista de rua em Stavanger (Noruega), 2015. O país apresentou o IDH mais elevado, entre os 188 analisados pelo PNUD em 2015.

REUTERS

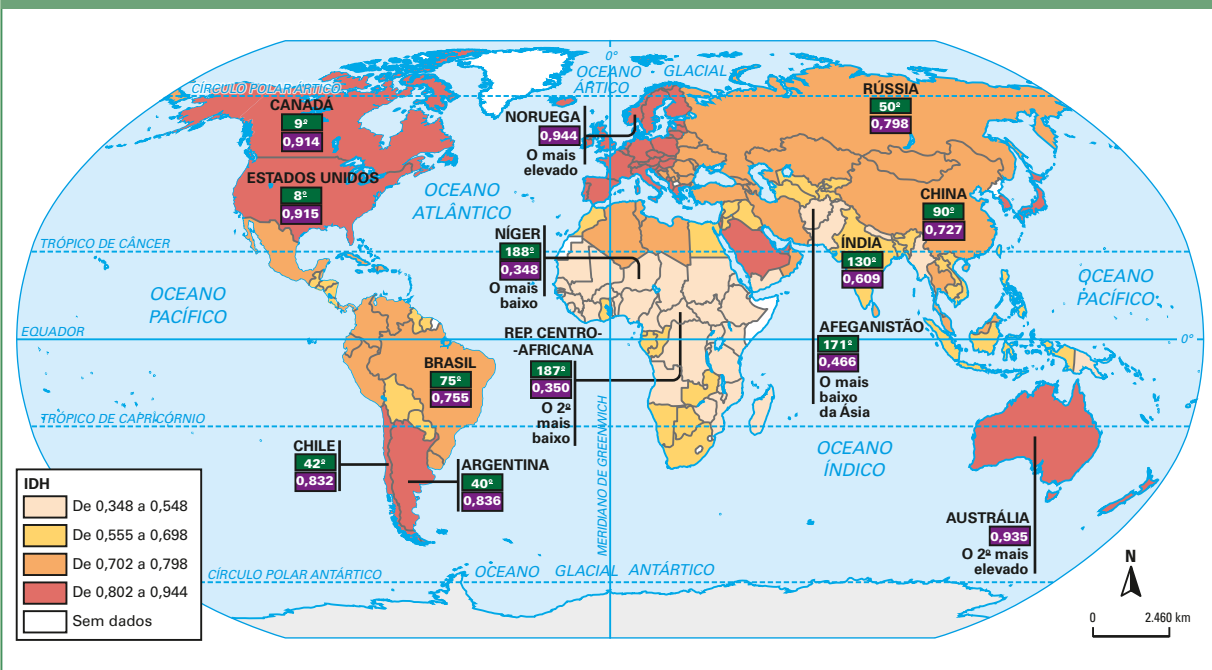
Figura 20. Vista de rua de Agadez (Níger), 2015. O país apresentou o IDH mais baixo no mesmo estudo, em 2015.

OLHO NO ESPAÇO

Distribuição do desenvolvimento humano em 2014

O planisfério abaixo apresenta um panorama geral do IDH do mundo baseado no *Relatório do Desenvolvimento Humano 2015*.

Mundo: Índice de Desenvolvimento Humano – 2014

DACOSTA MAPAS

Fonte: PNUD. *Relatório de Desenvolvimento Humano 2015*. Disponível em: <http://hdr.undp.org>. Acesso em: jan. 2016.

1. Comente a posição do Brasil.
2. Indique os dois países em melhor posição que a do Brasil na América Latina.
3. Indique os dois países com os melhores e os dois com os piores IDHs.
4. Cite o país que apresentou o pior IDH do continente asiático.

CONTRAPONTO

O novo mundo do trabalho

Os textos a seguir estão relacionados às transformações técnicas e tecnológicas nos processos de produção e na organização do trabalho. Leia-os e responda às questões.

TEXTO 1

"Como menos trabalhadores das nações ricas se têm empenhado em produção, mais têm sido necessários para produzir ideias, patentes, fórmulas científicas, notas, faturas, planos de reorganização, fichários, dossiês, pesquisas de mercado, apresentações de vendas [...], programas de computador [...]. Esta ascensão de atividade burocrática, técnica e administrativa tem sido tão amplamente documentada em tantos países que não precisamos dar estatística aqui para fazer valer o nosso ponto de vista. Com efeito, alguns sociólogos têm usado a crescente abstração da produção como prova de que a sociedade tem-se mudado para um estágio 'pós-industrial'."

TOFFLER, Alvin. *A terceira onda*. Rio de Janeiro: Record, 1997. p. 191.

TEXTO 2

"Alguns pensadores enfatizam sobretudo a passagem de uma economia de produção para uma economia de serviços. [...]. Porém nenhum deles chega a afirmar que esta seja a única característica da metamorfose. Consideram-na, entretanto, um aspecto importante. Daniel Bell, em seu livro *The Coming of Postindustrial Society* (*O advento da sociedade pós-industrial*), se pergunta qual seria a possível data de nascimento da sociedade pós-industrial e escolhe 1956. Nesse ano, pela primeira vez num país do mundo – os Estados Unidos –, o número de trabalhadores do setor terciário, isto é, o setor que oferece serviços, superou a soma do número de trabalhadores industrial e agrícola."

DE MASI, Domenico. *O ócio criativo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000. p. 83-84.

1. Os textos discorrem sobre o mesmo tema. Dê um título que os contemple igualmente.
2. Apresente dois argumentos que reforçam as ideias defendidas nos dois textos.

TOMOHIRO OHSUMI/BLOOMBERG/GETTY IMAGES

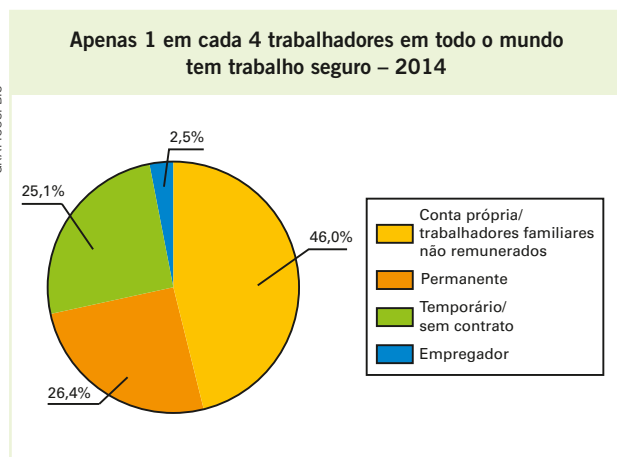
Empresas de locação comercial criaram o conceito de escritórios com espaços para serem compartilhados. Neles, profissionais do setor terciário dispõem de internet, mesas de trabalho, atendimento telefônico, salas de reunião, pagando um valor de locação bem abaixo do que gastariam se fossem alugar um imóvel. Na imagem, escritório compartilhado em Beijing (China), 2015.

COMPREENSÃO E ANÁLISE

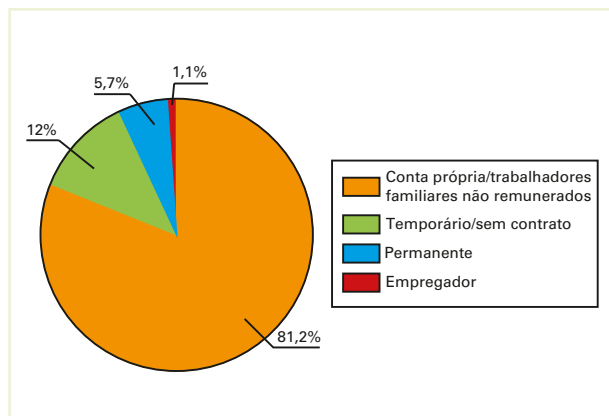
Faça no caderno

2

1. Caracterize o Estado do Bem-Estar Social (Welfare State) e analise as razões de seu desmantelamento nas últimas décadas.
2. Que diferença existe entre as causas que motivaram a entrada da mulher no mercado de trabalho nos países desenvolvidos e nos países em desenvolvimento?
3. Observe o gráfico e responda.

GRÁFICOS: BIS

Fonte: *The Statistics Portal*. Disponível em: <www.statista.com>. Acesso em: jan. 2016.

Há uma tendência crescente de ampliação dos contratos temporários e do trabalho precário em todo o mundo. Isso está relacionado a mudanças relativamente recentes das leis trabalhistas em boa parte dos países. Explique a principal razão dessa tendência.

4. O gráfico abaixo mostra a distribuição da situação do emprego nos países em desenvolvimento, ou de baixa renda, também em 2014.

Fonte: The Statistics Portal. Disponível em: <www.statista.com>. Acesso em: jan. 2016.

a) Dê um título seguindo o mesmo modelo do título do gráfico anterior.
b) Analise a situação do mercado de trabalho desse grupo de países.

ENEM E VESTIBULARES

- (Enem 2012)

Texto I

"Em março de 2004, o Brasil reconheceu na Organização das Nações Unidas a existência, no país, de pelo menos 25 mil pessoas em condição análoga à escravidão — e esse é um índice considerado otimista. De 1995 a agosto de 2009, cerca de 35 mil pessoas foram libertadas em ações dos grupos móveis de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego."

Mentiras mais contadas sobre trabalho escravo. Disponível em: <www.reporterbrasil.com.br>. Acesso em: 22 ago. 2011. (Adaptado).

Texto II

"O Brasil subiu quatro posições entre 2009 e 2010 no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), divulgado pelo Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento. Mas, se o IDH levasse em conta apenas a questão da escolaridade, a posição do Brasil no *ranking* mundial ficaria pior, passando de 73 para 93."

UCHINAKA, F.; CHAVES-SCARELLI, T. *Brasil é país que mais avança, apesar da variável "educação" puxar IDH para baixo.* Disponível em: <http://noticias.uol.com.br>. Acesso em: 22 ago. 2011. (Adaptado).

Estão sugeridas nos textos duas situações de exclusão social, cuja superação exige, respectivamente, medidas de

a) redução de impostos e políticas de ações afirmativas.
b) geração de empregos e aprimoramento do poder judiciário.
c) fiscalização do Estado e incremento da educação nacional.
d) nacionalização de empresas e aumento da distribuição de renda.
e) sindicalização dos trabalhadores e contenção da migração interna.

CAPÍTULO 8 POVOS EM MOVIMENTO

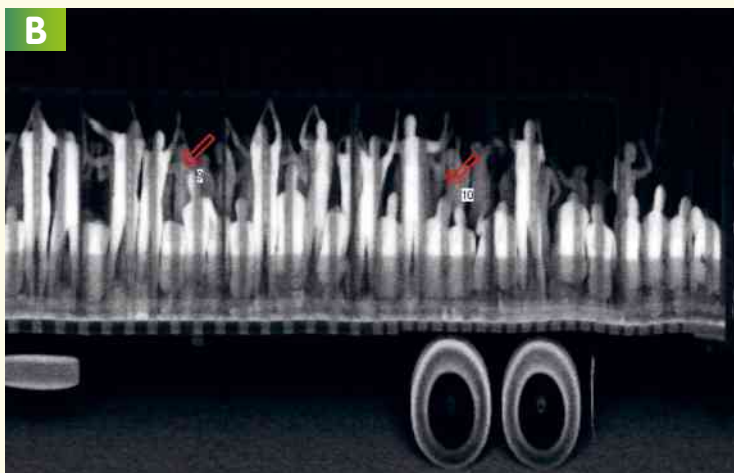
CONTEXTO

Deslocamentos pelo mundo

Observe as imagens a seguir.

GIORGOS MOUTAFIS/REUTERS/LATINSTOCK

A

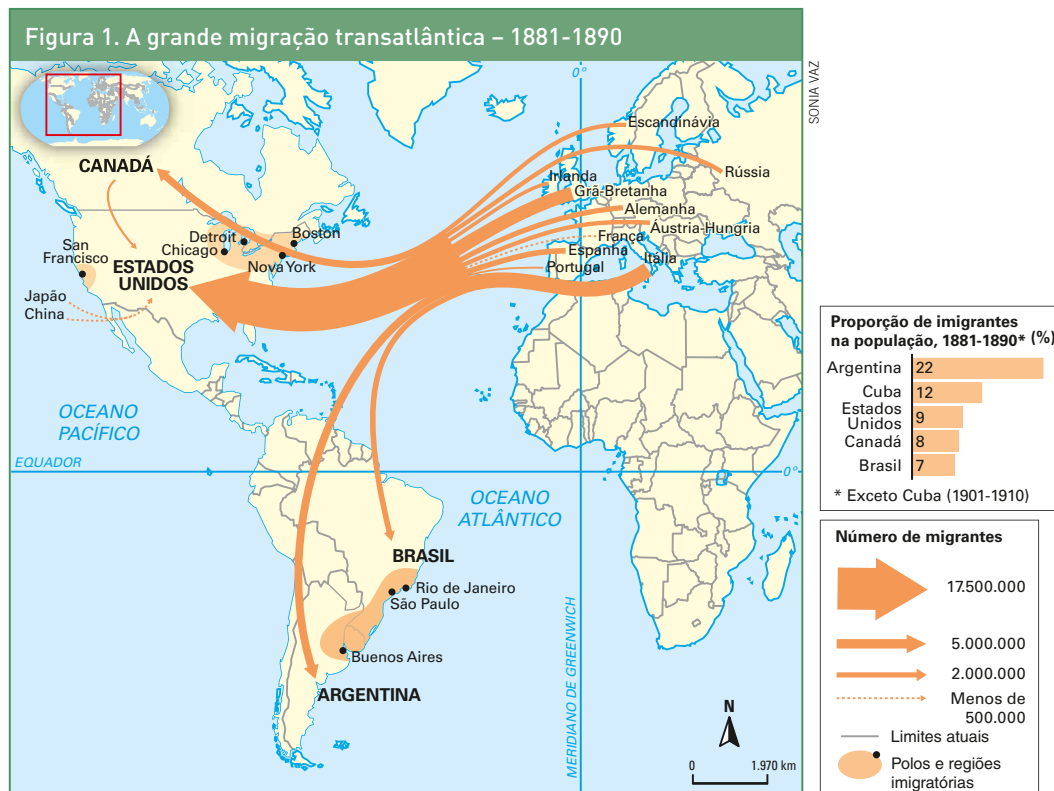
Catamarã afundando no Mar Egeu, quando transportava cerca de 150 pessoas, a maioria delas sírios que deixaram seu país por conta de conflitos internos. O catamarã saiu da Turquia em direção à ilha grega de Lesbos, em outubro de 2015.

CHIAPAS STATE ATTORNEY GENERAL/HANDOUT/REUTERS/LATINSTOCK

B

Em busca de melhores condições de vida, latino-americanos de vários países pagam para os "coiotes" (pessoas que ajudam a realizar a travessia) conduzi-los até os Estados Unidos. A imagem mostra o raio X de um caminhão que transportava pessoas tentando passar pela fronteira entre México e Estados Unidos, em 2011. Cada pessoa pagou 7 mil dólares para os "coiotes". Em 2015, com a crise econômica na América Latina, os valores cobrados pelos "coiotes" chegavam a 20 mil dólares por pessoa.

1. Uma das imagens apresenta um grupo de refugiados; na outra, aparecem imigrantes. Para qual imagem você empregaria a expressão "refugiados" e para qual a expressão "imigrantes"?
2. Levante hipóteses para diferenciar um imigrante de um refugiado.
3. No caso das migrações internacionais, você sabe quais países são mais procurados? De quais continentes ou regiões partem mais migrantes? O que motiva esses movimentos?

1 GLOBALIZAÇÃO E MIGRAÇÕES

A partir do século XVI até pelo menos as primeiras décadas do século XX os principais movimentos migratórios em escala transcontinental ocorriam da Europa para outras regiões do globo, sobretudo para a América, mas também para a África e a Ásia. Observe o mapa (figura 1).

Fonte: DURAND, Marie-Françoise et al. *Atlas da mundialização 2009*. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 27.

Hoje, os **fluxos migratórios internacionais** mais importantes ocorrem sobretudo na direção inversa: dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos.

O sentido desses fluxos é, em muitos casos, resultado do distanciamento (cada vez maior) entre a riqueza acumulada nos países desenvolvidos e a situação de pobreza enfrentada por parcela significativa da população dos demais países. Leia o *Entre aspas*.

PRINCIPAIS FATORES QUE IMPULSIONAM OS DESLOCAMENTOS

Os principais fatores que **propulsionam a dinâmica migratória** são a desigualdade socioeconômica entre os países, o desemprego e a falta de perspectiva. Entre os acontecimentos que estimularam as migrações internacionais nas últimas décadas, destacam-se: o ciclo recessivo da economia mundial, na década de 1980; a crise dos países socialistas e a difícil transição para uma economia de mercado, nas décadas de 1980 e 1990; as políticas neoliberais, que, ao serem incorporadas por diversos países em desenvolvimento, fragilizaram as relações trabalhistas e retiraram a proteção social. Apesar de muitos países em desenvolvimento atraírem investimentos de empresas multinacionais, em muitos casos, a entrada de empresas estrangeiras mais competitivas provoca a falência de empresas nacionais que utilizavam muita mão de obra e pouca tecnologia.

ENTRE ASPAS

Migrantes internacionais

Para a Organização das Nações Unidas (ONU), é considerada **migrante internacional** a pessoa que tenha vivido mais de um ano em determinado país e, depois, tenha se mudado para outro, esteja em situação regular ou irregular, ou seja, sem documentos e sem autorização. Os migrantes irregulares são também chamados de **migrantes ilegais**. Em razão disso, por exemplo, um brasileiro que emigrou para os Estados Unidos e lá permaneceu mais de um ano e, depois, retornou ao Brasil também será considerado imigrante ao retornar ao território brasileiro.

É interessante relacionar essas informações com a globalização e o neoliberalismo, estudados na *Unidade 2* do *Volume 2* desta coleção. Pode-se exemplificar com o caso brasileiro de incentivo à instalação de empresas multinacionais, a partir da década de 1990.

Por outro lado, os conflitos e guerras no início do século XXI, como no Iraque, no Afeganistão, na Síria, na Líbia e em diversos países africanos, entre outros, intensificaram os deslocamentos de **refugiados**. Leia o *Entre aspas*.

O desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação nas últimas décadas também facilitou o deslocamento dos imigrantes para regiões mais distantes de sua terra de origem.

Também influenciam os deslocamentos a evolução tecnológica, que intensificou as disputas entre as empresas e a competição entre os profissionais no mercado internacional. Com as novas formas de produção de mercadorias e a crescente informatização do sistema financeiro e dos serviços bancários e comerciais, as atividades econômicas estão absorvendo cada vez menos trabalhadores, especialmente os de baixa qualificação, o que faz aumentar o desemprego.

Além disso, a disseminação no uso das redes sociais e da internet, em geral, contribui para que as pessoas tenham um conhecimento ampliado sobre o mundo, sobre os diversos países, facilitando contatos e pesquisas para quem quer migrar.

A crise econômica de 2007/2008 provocou, num primeiro momento, diminuição do fluxo para os países desenvolvidos, enquanto fez aumentar para alguns países emergentes, como o Brasil, que recebeu imigrantes gregos, portugueses, espanhóis, além de haitianos e africanos de vários países do continente. Entretanto, em função dos desdobramentos da crise, influenciada por problemas internos financeiro-econômicos em vários países, como a Rússia (afetada pela baixa no preço do petróleo) e o Brasil, o fluxo para alguns emergentes diminuiu. A partir de 2011, o movimento populacional voltou a crescer nos países desenvolvidos, inclusive em razão dos conflitos existentes em diversos países em desenvolvimento.

Em muitos países em desenvolvimento, estruturaram-se novos centros de destino de pessoas, parte delas deixando para traz a pobreza e a falta de perspectivas econômicas, outra parte os conflitos internos, as guerras ou as perseguições de diversas ordens, como é possível verificar no mapa (figura 2).

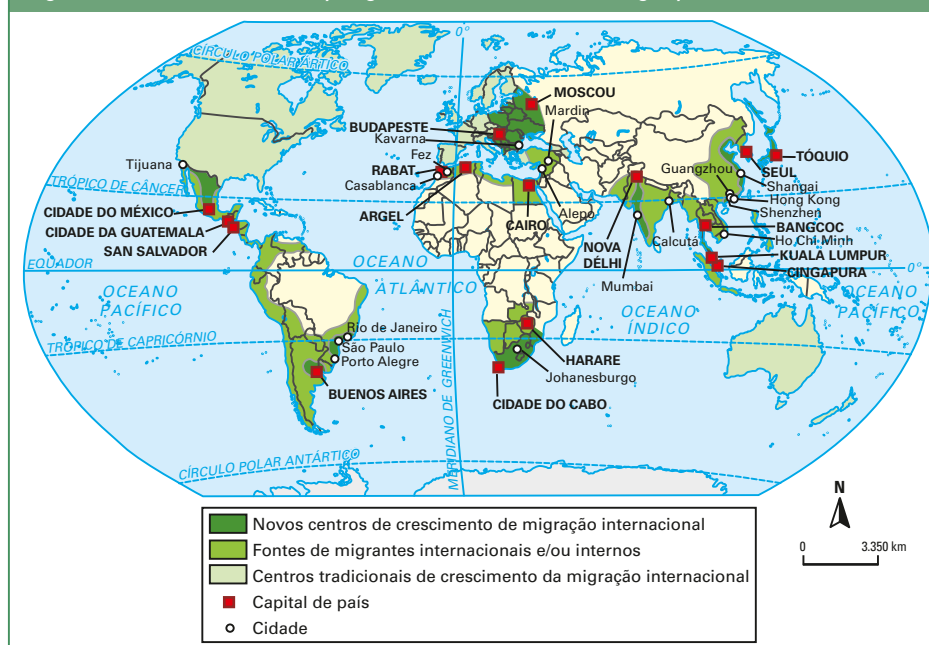
ENTRE ASPAS

ACNUR

A Assembleia Geral da ONU criou, em 1950, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). No ano seguinte, 1951, a Convenção de Genebra estabeleceu um acordo internacional sobre os refugiados, sob controle e supervisão do ACNUR: a **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados**. Ficou estabelecido que "são refugiados as pessoas que se encontram fora de seu país por causa de fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou participação em grupos sociais, e que não possam (ou não queiram) voltar para casa". Esse estatuto foi ampliado posteriormente e atualmente inclui, também, pessoas que fogem do seu país de origem em razão de conflitos armados, violência e violação massiva dos direitos humanos.

Figura 2. Mundo: diversificação global dos destinos da migração – 2015

SONIA VAZ

Fonte: Organização Internacional para as Migrações (OIM). *Informe sobre las migraciones en el mundo – 2015*. p. 43. Disponível em: <www.iom.int>. Acesso em: fev. 2016.

MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

Os deslocamentos populacionais fazem parte da história da humanidade, tendo sido responsáveis pela formação dos diversos povos e dos próprios elementos culturais que os caracterizam. Os grupos étnicos existentes só podem ser entendidos a partir da análise desses deslocamentos, considerando-se os choques e as assimilações culturais dos povos ao longo da história. Com os deslocamentos populacionais, extensas regiões da Terra foram sendo ocupadas e colonizadas. O continente americano é um bom exemplo desse processo.

Atualmente, a migração está crescendo em abrangência, complexidade e impacto. Os migrantes internacionais e refugiados cruzam fronteiras entre os países em busca de oportunidades de estudo e ascensão profissional e por questões políticas e religiosas. Observe a tabela a seguir.

Países com maior número de migrantes internacionais – 2015

País	Número de imigrantes (em milhões)*	Percentual da população imigrante em relação ao total da população do país
EUA	46,6	14
Alemanha	12,0	15
Federação Russa	11,6	8
Arábia Saudita	10,2	32
Emirados Árabes Unidos	8,1	88
Reino Unido	8,5	13
França	7,8	12
Canadá	7,8	22
Austrália	6,8	28
Espanha	5,8	13

* Valores arredondados.

Fonte: ONU. *International Migration Report*, 2015. Disponível em: <www.un.org>. Acesso em: mar. 2016.

Quase todas as grandes cidades do mundo têm comunidades de imigrantes, algumas numericamente significativas. São exemplos a grande concentração de turcos em Frankfurt e Berlim (Alemanha); de chineses em Vancouver (Canadá); de argelinos em Paris (França); de indianos e paquistaneses em Londres (Inglaterra); e de hispânicos e povos de quase toda parte do mundo em diversas cidades dos Estados Unidos. Em termos proporcionais, Dubai (Emirados Árabes Unidos) se destaca, em razão da grande demanda por mão de obra, oriunda de diversos países asiáticos, mas há também grandes percentuais em Bruxelas (Bélgica), Toronto (Canadá), Auckland (Nova Zelândia), Sydney (Austrália), Los Angeles (Estados Unidos), Cingapura (Cingapura) e em outras cidades na Oceania, na América Anglo-Saxônica e na Europa. Veja o gráfico (figura 3, na página seguinte).

Apesar de buscarem a melhoria de suas condições sociais nos países de destino, a maioria desses imigrantes acaba recebendo baixa remuneração, e os que vivem em condição ilegal sofrem com a falta de assistência social, de acesso aos sistemas públicos de seguridade social, como saúde e previdência, de educação, de habitação, de transporte, entre outros. Isso leva à precarização de suas condições de vida e de trabalho, principalmente nas grandes cidades do mundo. Ainda assim, de maneira geral, têm melhores perspectivas em outros países do que em seus países de origem.

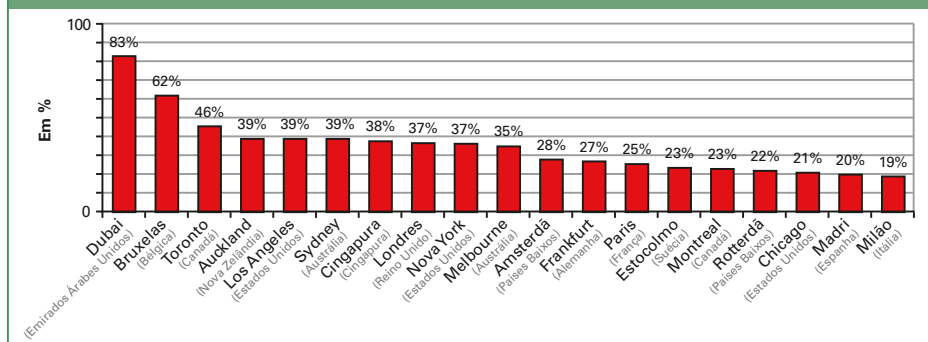
Hispânico
Refere-se a imigrante oriundo de país da América de língua espanhola.

SITE

Mapa interativo – Organização Internacional para as Migrações (OIM)

www.iom.int/world-migration

Mapa interativo que mostra o fluxo de imigrantes em cada país (em inglês). Você pode selecionar o botão na posição "*In*", para conhecer as origens, ou "*Out*", para conhecer os destinos do contingente migratório ao clicar na área de um país.

Figura 3. Percentual da população nascida em outros países (cidades selecionadas) – 2014

BIS

Fonte: Organização Internacional para as Migrações (OIM). *Informe sobre las migraciones en el mundo – 2015*. p. 45. Disponível em: <www.iom.int>. Acesso em: fev. 2016.

Uma importante mudança verificada nas últimas décadas nos movimentos populacionais internacionais é a presença cada vez maior de mulheres migrantes. Essa característica pode ser atribuída às conquistas femininas que provocaram alterações no papel da mulher em muitas sociedades e, consequentemente, sua maior participação no mercado de trabalho. Neste início de século, as mulheres representam aproximadamente 50% dos migrantes internacionais e parcela expressiva dos refugiados (figura 4).

Segundo o relatório *Tendências de Migração Internacional* da ONU, em 2015, o número de pessoas vivendo em um país diferente de onde nasceram atingiu 244 milhões. O mesmo documento informava que aproximadamente 50% dos migrantes internacionais residia em dez países bastante urbanizados: Austrália, Canadá, Estados Unidos, França, Alemanha, Espanha, Reino Unido, Rússia, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos.

Uma parte desse contingente de migrantes internacionais, cerca de 15%, migrou em decorrência de perseguições políticas, fugindo de guerras ou de regimes ditatoriais para buscar proteção em outros países, sendo, portanto, formados por **refugiados**. A maioria, porém, é composta por pessoas que migraram por motivos econômicos, ou seja, que decidiram trocar uma situação de vida sem perspectivas em sua terra de origem pela esperança de encontrar uma situação de vida melhor em outros países.

Embora o principal fluxo das migrações internacionais se dê dos países em desenvolvimento para os desenvolvidos, é importante salientar que eles ocorrem em todas as direções, inclusive entre países de nível de desenvolvimento semelhante. A Arábia Saudita, onde o petróleo ajuda a dinamizar a economia, recebe principalmente imigrantes de outros países mais pobres do Oriente Médio; já a Rússia recebe muitos imigrantes de países que eram ex-repúblicas da antiga União Soviética.

AYHAN MEHMET/ANADOLU AGENCY/GETTY IMAGES

Figura 4. Mulheres carregam suas roupas e outros pertences em campo de refugiados sírios improvisado em Idomeni (Grécia), 2016, próximo à fronteira com a Macedônia.

• Migração por razões econômicas

Como você viu, aqueles que migram por razões econômicas dirigem-se principalmente para países mais ricos ou mais desenvolvidos que o de origem. Após as guerras mundiais, os países europeus – principalmente Alemanha, França e Reino Unido – estimularam a imigração de mão de obra barata, oriunda de países em desenvolvimento. Essa migração foi importante para a reconstrução do continente, além de equilibrar o déficit populacional decorrente da morte de milhões de pessoas na Segunda Guerra Mundial.

Atualmente, esses mesmos países fazem inúmeras restrições à entrada de imigrantes, sem, contudo, conseguir evitar totalmente o movimento migratório. Os imigrantes continuam atravessando fronteiras, boa parte de forma ilegal, e sob o risco de deportação quando descobertos pelas autoridades locais.

Em quase todos os países desenvolvidos são encontrados grupos políticos de extrema direita contrários à entrada de imigrantes. Esses grupos, dependendo do país, contam com o apoio de parcela significativa da população e, em muitos casos, chegam a propor o repatriamento de imigrantes, inclusive daqueles que tiveram sua situação regularizada.

Nem sempre são as pessoas pobres que migram. A migração para os países desenvolvidos atinge, em sua maior parte, a população de renda média dos países em desenvolvimento, inclusive dos emergentes. Segundo dados do Censo de 2010, os brasileiros que viviam no exterior pertenciam, sobretudo, às classes média e média baixa. Neste século, cresceu também a emigração de brasileiros com alta qualificação.

A migração rumo aos países desenvolvidos é acessível a uma pequena parte da população. Quem migra por razões de miséria absoluta mal consegue ultrapassar as fronteiras do próprio país ou do próprio continente. Na África e em algumas regiões da Ásia (sul e sudeste), a situação de miséria dificulta a saída das pessoas dos respectivos continentes; elas se deslocam, então, de regiões fragilizadas economicamente para outras, que tampouco podem lhes oferecer melhores perspectivas.

É na África Subsaariana que ocorre a maior movimentação de migrantes: milhões de pessoas mudam de país, muitas vezes também em razão de conflitos (guerras civis e perseguições políticas e étnicas, que agravam a situação de pobreza) – são os refugiados –, mas não conseguem sair do continente. Parte considerável dos fluxos migratórios oriundos da África Subsaariana se dirige à África do Sul, país com maior PIB do continente, como você observou no mapa “Mundo: diversificação global dos destinos da migração – 2015” (figura 2).

• Barreiras e incentivos aos imigrantes

A intensificação das migrações internacionais das últimas décadas coincidiu com transformações que tornaram o mercado de trabalho mais restritivo e seletivo no mundo desenvolvido. Na Europa, principalmente, o índice de desemprego atingiu patamares altos nas últimas décadas do século XX e no início do século XXI, e não se observa uma reversão significativa das taxas de população desocupada, a médio prazo.

No mundo desenvolvido, muitos dos que ficam desempregados não conseguem regressar ao mercado de trabalho exercendo atividades no mesmo nível que exerciam no emprego anterior. Assim, boa parte dos trabalhos de baixa qualificação, tradicionalmente realizados pelos imigrantes, passou a ser disputada pela população local, restringindo as opções que sempre estiveram abertas aos estrangeiros. Tal situação tem contribuído muito para a ampliação da xenofobia e dos conflitos sociais entre os imigrantes e as populações locais.

Há, no entanto, o outro lado da moeda. Muitos países desenvolvidos desejam – e até estimulam – o ingresso de determinados imigrantes. No geral, são aqueles com alta qualificação: cientistas, pesquisadores e outros profissionais. Dessa forma, esses profissionais, em vez de contribuir para o desenvolvimento técnico-científico de seu país de origem, o fazem para os mais desenvolvidos. Esse fenômeno é conhecido como “**migração de cérebros**”. Além de pesquisadores e cientistas, há muitos casos de empresários de países em desenvolvimento que migram para países desenvolvidos, onde realizam empreendimentos relacionados à sua área de atuação empresarial. O governo dos Estados Unidos, inclusive, tem um programa com esta finalidade: estimular o investimento de empreendedores estrangeiros.

Repatriamento
Ação de fazer retornar à pátria ou ao país de origem.

Xenofobia
Preconceito caracterizado pela aversão e repúdio ao estrangeiro.

FILME

A travessia (*La traversée*)
De Elizabeth Leuvrey. França, 2006. 55 min.
Passageiros que viajam entre Argélia e Marselha mostram sua visão da imigração, enfocando a questão da identidade e do sentimento de pertencimento, já que os imigrantes argelinos têm dificuldades de encontrar seu lugar na França.

Biutiful
De Alejandro González Iñárritu. Espanha/México, 2010. 147 min.
Uxbal, pai que cuida sozinho de dois filhos, descobre que está com câncer e que tem poucos meses de vida. A doença faz Uxbal se deparar com dilemas sobre o modo como ele ganha a vida: com negócios ilícitos, entre eles a intermediação da exploração do trabalho ilegal de imigrantes chineses.

• Refugiados

A perseguição aos judeus e a outros grupos étnicos e religiosos, durante a Segunda Guerra Mundial, alertou o mundo para a necessidade de ampliar a proteção internacional às vítimas de perseguição e de estruturar um programa de asilo que envolvesse o maior número possível de países.

Nos meados de década de 2010, o mundo vem conhecendo uma **crise de refugiados** de dimensões globais. Trata-se da maior crise desde a Segunda Guerra Mundial. Segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), no final de 2015, o número de pessoas deslocadas por guerras, perseguições de toda ordem e conflitos atingia cerca de 60 milhões, considerando os que se deslocaram interna e externamente. Observe o gráfico (figura 5).

SITE

Livre cantar – ACNUR
https://soundcloud.com/acnur-brasil/sets/livre-cantar-m-sicos

A coletânea *Livre Cantar* traz canções compostas e executadas por refugiados angolanos, colombianos, congoleses, cubanos e palestinos que vivem no Brasil. O álbum foi produzido pela ACNUR para celebrar o Dia Mundial do Refugiado no Brasil (20 de junho).

Figura 5. Mundo: refugiados – 2005-2014*

BIS

* Os dados incluem os refugiados internos, ou seja, que se deslocaram de seus lugares de vivência para outros dentro do próprio país, e externos, que se deslocaram de seu país para outro.

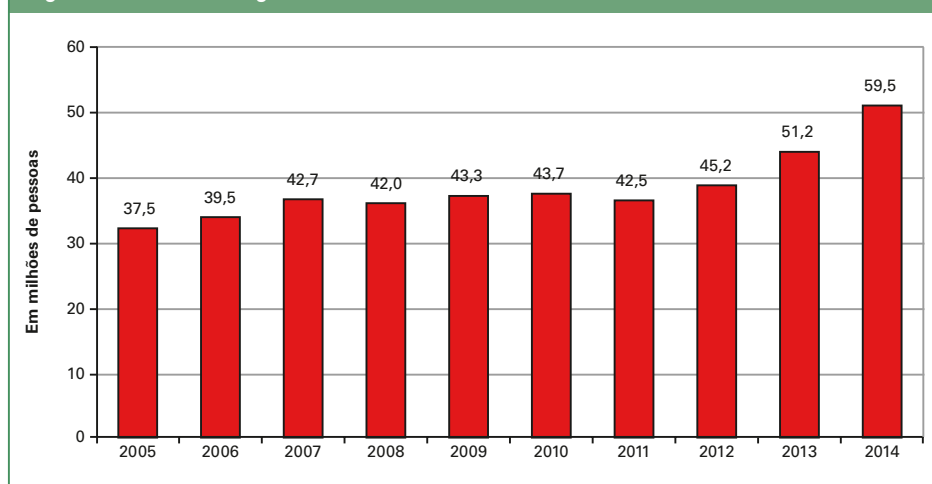
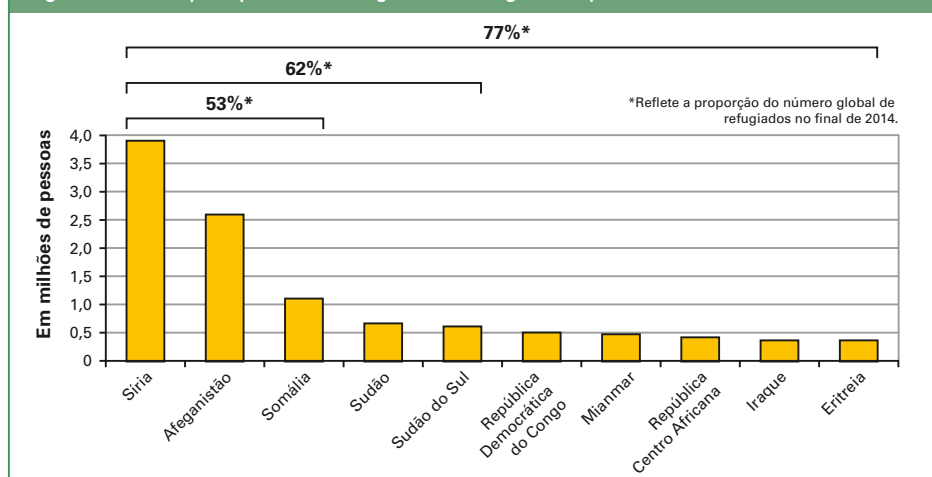
Fonte: Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). *Tendências Globais*. Disponível em: <www.acnur.org>. Acesso em: jan. 2016.

O maior fluxo de refugiados nos últimos anos passou a ocorrer do Oriente Médio e da África em direção à Europa. As pessoas fogem principalmente dos conflitos e das guerras na Síria, no Afeganistão, na Somália, no Sudão, no Sudão do Sul, no Congo, entre outros. Na Ásia meridional, em Mianmar, os refugiados são resultado de conflitos étnicos e religiosos, num contexto de democratização do país, iniciada em 2011, após mais de cinco décadas de regimes ditatoriais. A guerra civil na Síria, discutida no *Capítulo 2*, provocou a morte de mais de 250 mil pessoas e a fuga de mais de 4 milhões de sírios, até o final de 2015. Veja o gráfico (figura 6) e o mapa (figura 7, na próxima página).

Figura 6. Principais países de origem de refugiados (países selecionados) – 2014

BIS

É importante retomar algumas noções referentes aos conflitos trabalhados na *Unidade 1* deste volume, relacionando-as com a temática dos refugiados.

No gráfico não aparecem os dados referentes aos refugiados da Ucrânia. O conflito nesse país, iniciado em meados de 2014, já fez mais de 2 milhões de refugiados. No gráfico, ainda, aparecem apenas dados de refugiados que se deslocaram para outros países – não estão computados os refugiados internos. Somente na Síria, no final de 2015, havia mais de 7,5 milhões de refugiados internos.

Fonte: ACNUR. *Tendências Globais 2014*. p. 14. Disponível em: <www.acnur.org>. Acesso em: jan. 2016.

O ACNUR, afirma que "a proteção dos refugiados tem muitos ângulos, que incluem a proteção contra a devolução aos perigos dos quais eles já fugiram; o acesso aos procedimentos de asilo justos e eficientes; e medidas que garantam que seus direitos humanos básicos sejam respeitados e que lhes seja permitido viver em condições dignas e seguras que os ajudem a encontrar uma solução a longo prazo. Os Estados têm a responsabilidade primordial desta proteção".

Figura 7. Sírios em países vizinhos e na Europa – janeiro de 2016

A maior parte dos refugiados sírios não tem recursos para transpor as fronteiras do Oriente Médio e está distribuída pelos países limítrofes.

Fonte: ACNUR. Disponível em: <http://data.unhcr.org>. Acesso em: jan. 2016.

Apesar de os **países desenvolvidos** serem os mais preparados para receber os refugiados, o principal destino dos que fogem de guerras e perseguições têm sido os **países em desenvolvimento**, inclusive os menos desenvolvidos. Veja o gráfico (figura 8) e a figura 9, na próxima página. Enquanto, em 2003, 70% dos refugiados estavam nos países em desenvolvimento, em 2013, esse percentual havia subido para 83%. Isso porque, como mencionado anteriormente, os países desenvolvidos reforçaram suas barreiras à entrada de pessoas de outros países nos últimos anos. Além disso, os conflitos ocorrem preponderantemente nos países em desenvolvimento da África, do Oriente Médio e de outras regiões da Ásia. Os refugiados mais pobres e sem recursos raramente conseguem atravessar as fronteiras de seus países.

SITE

Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)
www.acnur.org.br

O *site* da agência da ONU para os refugiados visa à promoção dos direitos dos refugiados nas Américas e nos países lusófonos. Na seção "Perguntas e respostas", você encontra as principais dúvidas sobre o tema respondidas de forma direta e simples. As seções "Histórias com rosto" e "Fazendo a diferença" apresentam histórias de imigrantes e refugiados e ações que ajudaram essas pessoas.

Figura 8. Países que acolhem grande número de refugiados

Fonte: ACNUR. *Tendências Globais 2014*. p. 12. Disponível em: <www.acnur.org>. Acesso em: jan. 2016.

A situação na União Europeia é reveladora dessa postura dos países desenvolvidos em relação aos refugiados: entre 2010 e 2013, período em que se agravaram os conflitos na Síria e em outros países, de acordo com a ACNUR, cerca de 25% dos solicitantes de asilo em países do bloco tiveram êxito, enquanto a média global foi de 30%.

Nesse contexto, houve vários casos de representantes de países da Europa, e mesmo da Austrália, além de políticos nacionalistas de extrema direita de países da União Europeia, que qualificaram os **refugiados** como **migrantes**, que teriam saído de seus países de origem por motivos econômicos. Evidencia-se, dessa forma, um uso político desses termos, os quais, como você viu anteriormente, são conceitualmente diferentes. Ao referir-se aos refugiados como migrantes, esses representantes de governos querem justamente se isentar de implementar políticas de asilo a essas pessoas.

MOHAMMAD ABU GHOSH/XINHUA PRESS/CORBIS/FOTOARENA

Figura 9. Crianças sírias em campo de refugiados em Mafraq (Jordânia), 2016.

Entre janeiro e dezembro de 2015, mais de 1 milhão de refugiados e imigrantes chegaram à Europa em embarcações pelo Mar Mediterrâneo. A maior parte deles era formada por pessoas vindas da Síria, do Afeganistão, da Eritreia, da Nigéria, do Iraque e do Paquistão (cerca de 80%). Eram, portanto, refugiados, uma vez que esses países se encontravam em situação de conflitos. A Grécia foi a principal porta de entrada dessas pessoas, seguida da Itália. Esses países estão às margens do Mar Mediterrâneo e bem próximos dos países africanos.

A questão dos refugiados em países da União Europeia será retomada na segunda parte deste capítulo.

LEITURA

Refugiados: em busca de um mundo sem fronteiras
De Ricardo Bown. Escala Educacional, 2005.

O autor aborda o drama de pessoas que são obrigadas a fugir de seu país e a buscar refúgio em outro lugar por meio da narrativa de Lili, uma garota que passa a conviver em sua escola com dois refugiados, Pablo, da Colômbia, e Jeremmy, de Serra Leoa. O autor discute temas como preconceito, discriminação, *bullying*, tolerância e valorização da diversidade cultural.

• Refugiados climáticos

Diversas regiões do planeta, por suas características naturais, são bastante vulneráveis às mudanças climáticas decorrentes do aquecimento global, como os situados nas áreas semiáridas da África Subsaariana; os países insulares do Oceano Pacífico; as regiões tropicais da América e da Ásia, afetadas por violentas tempestades (tufões, furacões e ciclones) ou por prolongadas chuvas torrenciais, como no sul e no sudeste da Ásia. Nessas regiões estão muitos países em desenvolvimento, com parcelas da população dependentes das atividades agropecuárias. São países também com elevados índices de pobreza e com sérias dificuldades financeiras para enfrentar as mudanças climáticas. Veja a figura 10.

É justamente desse grupo de países que sai boa parte dos **migrantes climáticos**, refugiados que se deslocam em razão de catástrofes ambientais que se intensificaram com o aquecimento global. Trata-se de pessoas que fogem de inundações, do aumento do nível do mar, de secas prolongadas e da destruição provocada pela passagem de uma violenta tempestade tropical.

Diante desse quadro, 20 países, entre os mais vulneráveis às consequências das mudanças climáticas, criaram um grupo, o **Vulnerável 20 (V20)**, do qual são integrantes, por exemplo, Afeganistão, Bangladesh, Costa Rica, Etiópia, Quênia, Kiribati e Filipinas.

JULIAN ABRAM WAINWRIGHT/BLOOMBERG VIA GETTY IMAGES

Figura 10. Coqueiros devastados por tufão no vilarejo de Sulyan (Filipinas), 2013.

Estimando perdas da ordem de 2,5% do PIB por ano em razão dos problemas enfrentados pelas catástrofes ambientais, esses países, além de reforçarem a cooperação entre eles, pretendem criar mecanismos para avaliar melhor as perdas econômicas e pressionar a comunidade internacional, a fim de obter recursos financeiros. No âmbito das COP – Conferências das Partes, da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima –, realizadas a cada dois anos, o V20 vem reivindicando a criação de fundos globais que financiem a adaptação às mudanças.

O tema **mudanças climáticas** foi abordado na *Unidade 5* do *Volume 1* desta coleção. Alguns especialistas questionam a utilização da expressão **refugiados climáticos**, pois tira o foco das causas antrópicas que vêm provocando um aumento no número de pessoas que se deslocam por causa das catástrofes ambientais.

CONEXÃO

Arte

Marchantes

A artista paulista Odilla Mestriner (1928-2009) produziu seus primeiros trabalhos na década de 1950 desenhando, pintando e fazendo colagens com temas de sua vivência habitual – casas, ruas, muros, animais, árvores –, utilizando-se de formas geométricas, linhas e texturas, em contraposição à cor.

Com o passar dos anos, Odilla passou a abordar questões mais atuais, que extrapolavam seu entorno. Durante os anos 1990, a artista produziu a série *Andantes*, que aborda questões da sociedade contemporânea representadas com composições geométricas e repetições de elementos. Observe a obra ao lado.

INSTITUTO ODILLA MESTRINER

Marchantes (1997), obra da artista Odilla Mestriner, parte da série *Andantes*.

- Como a figura humana está representada na obra e de que modo ela se associa ao conteúdo do capítulo?

• Tráfico humano

O século XXI ainda registra casos de escravidão por tráfico humano: são grupos de pessoas deslocados de seus países e submetidos a trabalhos forçados em fábricas, fazendas e residências (serviços domésticos). A ONU apresenta dados estimados segundo os quais aproximadamente 2,4 milhões de pessoas são traficadas anualmente.

Mulheres e meninas são mais vulneráveis a esse tipo de migração, sendo atraídas por quadrilhas especializadas em tráfico humano. Aliciadas com perspectivas de melhores oportunidades de vida, são vendidas e obrigadas a trabalhar sem remuneração assim que chegam ao novo país ou são vítimas de **exploração sexual**. Tornam-se escravas, seja por meio de mecanismos de endividamento com os traficantes – aos quais não conseguem pagar –, seja por meio de torturas, ameaças e confisco de passaportes. Esses mecanismos de endividamento também são utilizados com grupos de homens imigrantes.

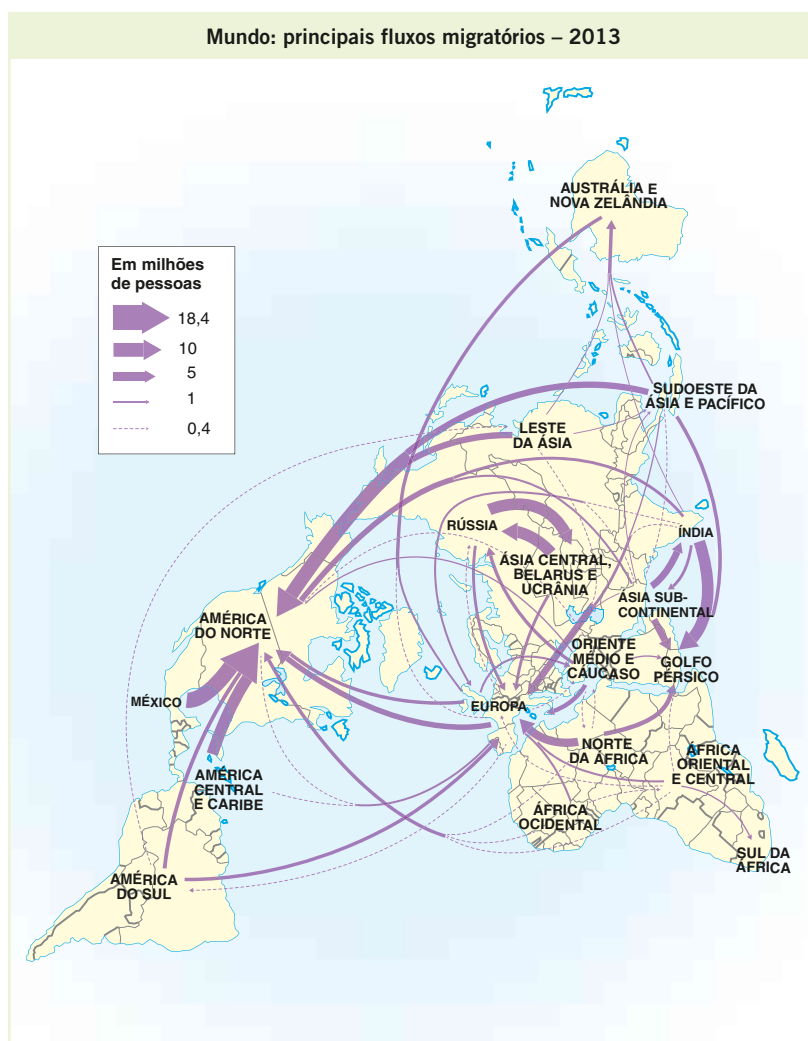
De acordo com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, nas iniciais em inglês), o tráfico de pessoas, que movimenta, de acordo com estimativas da ONU, 32 bilhões de dólares, ocupa hoje a terceira fonte de renda do crime organizado, perdendo apenas para os tráficos de drogas e de armas.

COMPREENSÃO E ANÁLISE

Faça no caderno

1. Explique os impactos que os deslocamentos populacionais podem produzir com o contato de diferentes culturas. Reveja o *Capítulo 1*.
2. Explique as razões que levam os imigrantes ilegais a viver em condições precárias nas grandes cidades de países desenvolvidos.
3. Caracterize o processo migratório das populações submetidas a condições de extrema pobreza.
4. Qual é a diferença entre um refugiado e um migrante?
5. Analise os fatores que determinaram um crescimento expressivo no número de refugiados nesta década de 2010.
6. Observe o mapa ao lado e respondas às questões.
   a) Qual é a diferença entre as migrações internacionais do período entre os séculos XVI e XIX e as atuais?
   b) Quais são as causas da intensificação dos movimentos populacionais entre o final do século XX e as causas atuais?

Mundo: principais fluxos migratórios – 2013

Fonte: Atelier de Cartographie. Disponível em: <http://cartographie.sciences-po.fr>. Acesso em: dez. 2015.

Nesta projeção o cálculo da escala é inviável.

ENEM E VESTIBULARES

- (Enem 2011)

  "As migrações transnacionais, intensificadas e generalizadas nas últimas décadas do século XX, expressam aspectos particularmente importantes da problemática racial, visto como dilema também mundial. Deslocam-se indivíduos, famílias e coletividades para lugares próximos e distantes, envolvendo mudanças mais ou menos drásticas nas condições de vida e trabalho, em padrões e valores socioculturais. Deslocam-se para sociedades semelhantes ou radicalmente distintas, algumas vezes compreendendo culturas ou mesmo civilizações totalmente diversas."

  IANNI, O. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

  A mobilidade populacional da segunda metade do século XX teve um papel importante na formação social e econômica de diversos estados nacionais. Uma razão para os movimentos migratórios nas últimas décadas e uma política migratória atual dos países desenvolvidos são

  a) a busca de oportunidades de trabalho e o aumento de barreiras contra a imigração.
  b) a necessidade de qualificação profissional e a abertura das fronteiras para os imigrantes.
  c) o desenvolvimento de projetos de pesquisa e o acautelamento dos bens dos imigrantes.
  d) a expansão da fronteira agrícola e a expulsão dos imigrantes qualificados.
  e) a fuga decorrente de conflitos políticos e o fortalecimento de políticas sociais.

2 FRONTEIRA DOS ESTADOS UNIDOS

Os Estados Unidos são formados por grande diversidade de povos de origem europeia, asiática, africana e por diversos grupos indígenas (nativos). No decorrer do século XIX, os grupos mais numerosos que ingressaram nos Estados Unidos vieram das ilhas britânicas: ingleses, irlandeses e escoceses. Ingressaram também muitos alemães. Além deles, nas primeiras décadas do século XX, ingressaram muitos italianos. Os **latino-americanos**, porém, constituem atualmente o maior volume de imigrantes no país.

De acordo com uma pesquisa do instituto Pew Research Center de 2015, 47% dos imigrantes são hispânicos e 26% são asiáticos – entretanto, o mesmo instituto prevê que, em meados deste século, os asiáticos superarão os hispânicos.

IMIGRANTES CLANDESTINOS

De acordo com o Pew Research Center, entre os **imigrantes clandestinos** – cerca de 11,3 milhões –, destacam-se os mexicanos, que compõem aproximadamente 50% desse grupo e, ao ingressarem ilegalmente em território estadunidense, ocupam postos de trabalho pouco qualificados. Atualmente, a cada ano, entram cerca de 350 mil imigrantes ilegais, sendo cerca de 100 mil com nacionalidade mexicana. Há outras comunidades de imigrantes ilegais relevantes formadas por chineses, inclusive de Hong Kong, filipinos e indianos.

Para conter esse fluxo, o policiamento da fronteira entre o México e os Estados Unidos foi reforçado a partir da década de 1980. Muitos imigrantes de outros países latino-americanos costumam utilizá-la para entrar clandestinamente em solo estadunidense. Atualmente, nessa fronteira há longos trechos com muros e grades, além de torres de vigilância para conter esse fluxo de imigrantes (figura 11).

ERICH SCHLEGEL/CORBIS/FOTOARE

Figura 11. Cerca alta e vigiada separa El Paso (Estados Unidos), à esquerda, e Ciudad Juárez (México), à direita. Fotografia de 2014.

PLANO DE REFORMA MIGRATÓRIA

Em novembro de 2014, o presidente estadunidense Barack Obama anunciou uma série de medidas para regularizar a situação de mais de 4 milhões de imigrantes ilegais no país. O Pew Research Center apontava que em 2015 havia cerca de 11 milhões de pessoas em situação ilegal nos Estados Unidos, sendo que 60% destas encontravam-se nos estados da Califórnia, Flórida, Illinois, Nova Jersey, Nova York e Texas.

Para regularizar sua situação no país, o imigrante ilegal tem de estar morando em território estadunidense há pelo menos cinco anos, ter o Ensino Médio completo e não apresentar antecedentes criminais. Além disso, é necessário ter um filho com cidadania estadunidense ou residência permanente (o chamado *green card*), desde que tenha nascido antes de 20 de novembro de 2014. O programa estruturado em 2012 para os jovens com menos de 16 anos e que residem no país desde 1º de janeiro de 2010 foi ampliado, para que mais imigrantes possam ser legalizados.

Por outro lado, a fiscalização foi reforçada nas fronteiras e os processos de deportação serão acelerados. Os vistos para trabalhadores de alta qualificação e cientistas estrangeiros serão ampliados, podendo atingir 500 mil pessoas.

No entanto, a ação de Obama (Partido Democrata) desde o início foi fortemente contestada por lideranças do Partido Republicano, e passou a ser questionada na Justiça em 26 estados, por meio de uma Corte Federal de Apelações.

CASO DOS CUBANOS

Nos primeiros anos que se seguiram à Revolução Cubana de 1959, um grande número de refugiados políticos deixou o país rumo aos Estados Unidos (figura 12).

JEFF GREENBERG 6 OF 6/ALAMY STOCK PHOTO/FOTOARENA

Figura 12. Barbearia em Miami (Estados Unidos), 2015, com bandeiras de Cuba sendo utilizadas como aventais.

A partir da década de 1990, os Estados Unidos começaram a receber grande número de imigrantes cubanos. Isso se deu em razão da crise que envolveu a **extinta** União Soviética e os países do Leste Europeu, no final dos anos 1980, com reflexos imediatos na economia cubana.

Cuba perdeu o mercado preferencial – para os países socialistas – de seus produtos de exportação, como açúcar e fumo, além da ajuda financeira anual que recebia da União Soviética. Além disso, devido ao embargo econômico estadunidense imposto a Cuba desde 1962, e que se mantém até hoje, a economia cubana sofre muitas restrições, não tendo acesso ao mercado estadunidense e vice-versa.

Embargo
Suspensão de comércio ou crédito entre dois países como forma de pressão econômica e política. No caso do embargo estadunidense a Cuba, qualquer empresa dos Estados Unidos fica impedida de comercializar com o país caribenho.

A partir da década de 1990, aqueles que não suportavam a escassez gerada pela crise econômica cubana deixaram o país, e muitos se dirigiram para o território estadunidense. Milhares de cubanos saíram da ilha, em pequenos barcos, em direção à península da Flórida. Em razão da precariedade das embarcações usadas na fuga, muitos não sobreviveram. Esses migrantes ficaram mundialmente conhecidos como ***balseros***.

Em 2012, o presidente cubano Raúl Castro (1931-), que vem realizando pequenas reformas na economia e na sociedade cubanas, implementou uma **reforma migratória**. Determinou que a partir do início do ano de 2013 não seriam mais necessárias a permissão de saída dada pelo governo, que vigorava desde os anos 1960, e a carta-convite, feita por alguma pessoa residente no país para onde o cubano pretendesse viajar. No entanto, continuaria havendo restrições a cidadãos que foram processados ou condenados, como a maioria dos opositores, e a pesquisadores, médicos e atletas, considerados pessoas com acesso a informações importantes para o desenvolvimento da ilha, com o objetivo de evitar a “fuga de cérebros”.

Com o reatamento das relações diplomáticas entre os dois países, ocorrido oficialmente em julho de 2015 com a abertura de embaixadas, o governo de Barack Obama suavizou algumas medidas. Já em 2009, passaram a ser permitidas viagens e transferências de dinheiro dos estadunidenses de origem cubana com destino à ilha. O fim do embargo, parte das negociações, depende da aprovação do Congresso dos Estados Unidos.

Desde o anúncio do restabelecimento das relações entre Estados Unidos e Cuba, no final de 2014, houve uma intensificação do fluxo migratório de cubanos para o território estadunidense. Nos Estados Unidos, os cubanos desfrutam de condições melhores que os imigrantes de outros países, como a possibilidade de solicitar residência permanente após um ano de chegada. Até o início de 2016, o fim do embargo não havia sido aprovado.

3 FRONTEIRA DA UNIÃO EUROPEIA

As **migrações políticas** durante a Guerra Fria foram causadas pela insatisfação com os regimes políticos no Leste Europeu, na Espanha e em Portugal, sendo um fenômeno comum na Europa na segunda metade do século XX.

Na Espanha, após o fim da guerra civil, que ocorreu entre 1936 e 1939, o general Francisco Franco (1892--1975) governou ditatorialmente o país entre 1939 e 1975. Em Portugal, o regime ditatorial se estendeu de 1926 a 1974, e António Salazar (1889-1970) governou o país na maior parte desse período.

No fim dos anos 1980 e durante a década de 1990, a desestruturação do sistema socialista e a crise econômica gerada nos países do Leste Europeu e na então União Soviética impulsionaram as migrações econômicas, levando milhares de pessoas a se mudarem para os países da Europa Ocidental, em busca de melhores oportunidades de emprego e condições de vida. Da mesma forma, a crise gerada pelo esfacelamento da Iugoslávia e as perseguições étnicas que dela resultaram ampliaram o fluxo de imigrantes para os países da União Europeia, sobretudo para a Alemanha.

Os países situados no norte da África, especialmente na região do Magreb (Marrocos, Argélia, Tunísia), constituem outro importante foco de movimentos migratórios em direção aos países da Europa Ocidental. Marroquinos, argelinos e tunisianos tradicionalmente se deslocam para o continente europeu, apesar das restrições feitas hoje aos imigrantes. Atualmente, a França abriga a maior parte daqueles que saíram do Magreb.

O Reino Unido, por sua vez, passou a receber, na segunda metade do século XX, habitantes de países que formavam seu antigo império colonial. Assim, indianos e paquistaneses são atualmente os grupos mais representativos no conjunto de seus imigrantes.

A combinação de taxa de natalidade reduzida nos países da Europa e intensificação do movimento migratório desde a segunda metade do século XX levará a alterações no perfil demográfico do continente, sendo que, em alguns países, os imigrantes e seus descendentes formarão um contingente expressivo da população e, em outros, comporão a maior parte da população. Veja os gráficos (figura 13).

Figura 13. Estimativas da participação de imigrantes no total da população de países europeus – 2061*

BIS

65% Luxemburgo

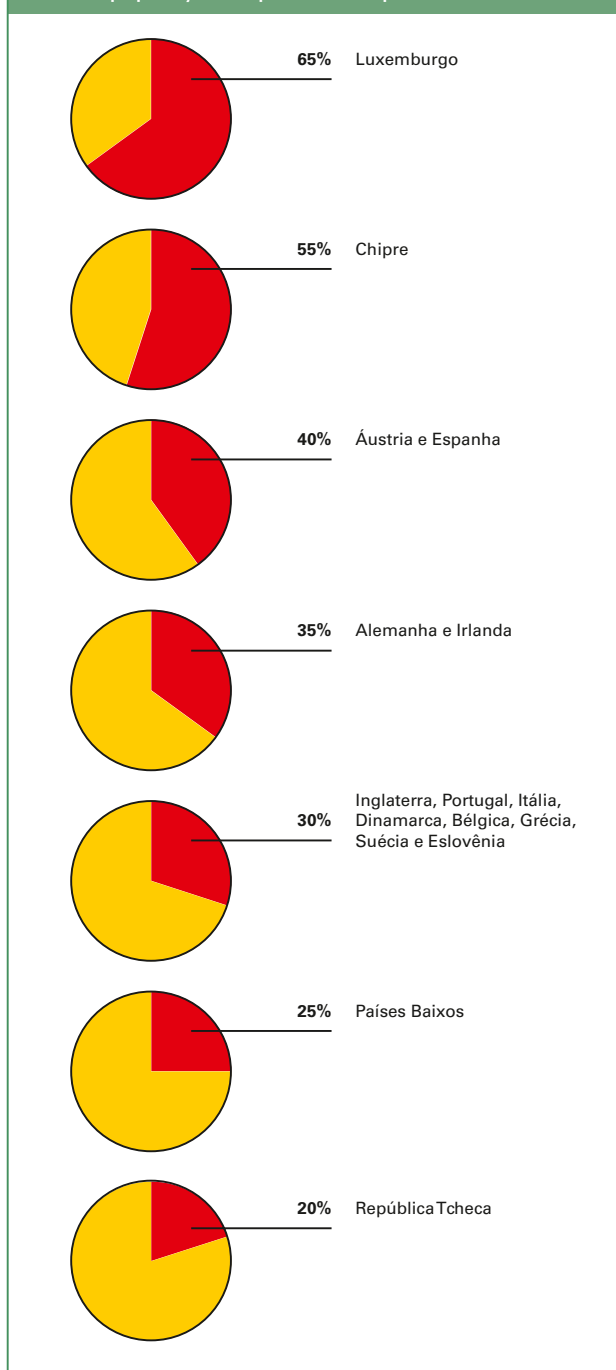
55% Chipre

40% Áustria e Espanha

35% Alemanha e Irlanda

30% Inglaterra, Portugal, Itália, Dinamarca, Bélgica, Grécia, Suécia e Eslovênia

25% Países Baixos

20% República Tcheca

* Desde que sejam mantidas as atuais taxas de natalidade e imigração.

Fonte: Eurostat. In: *Veja*. São Paulo, Abril, 22 ago. 2012, p. 121.

Desde a segunda metade da década de 1990, a União Europeia vem tomando medidas drásticas para o fechamento de suas fronteiras aos imigrantes. Entre seus integrantes, a França e a Alemanha, que historicamente eram mais abertas à imigração, passaram a adotar políticas mais rígidas em relação aos estrangeiros.

A livre circulação de pessoas dentro da Europa unificada levou os países-membros a adotar medidas comuns de restrição à imigração oriunda de países que não pertencem a esse bloco. No entanto, alguns países têm leis específicas para restringir ainda mais o fluxo migratório. Na Dinamarca, por exemplo, uma lei proíbe o casamento de menores de 24 anos com pessoas que não tenham cidadania europeia.

TRATADO DE SCHENGEN

Em 1985, foi estabelecido o **Tratado de Schengen**, que criou o Espaço Schengen. De acordo com esse tratado, que reúne todos os países da União Europeia (exceto Irlanda, Reino Unido, Croácia, Romênia, Bulgária e Chipre – os quatro últimos estão em fase de implementação do tratado) mais Islândia, Noruega, Liechtenstein e Suíça, os países signatários permitem a livre circulação de pessoas entre eles, desde que os indivíduos estejam portando um documento de identificação, que eventualmente pode ser solicitado.

Em função dessa maior facilidade na circulação interna de pessoas entre a maior parte dos países da União Europeia (UE) e alguns da Europa que não fazem parte da UE, os dirigentes do bloco entenderam ser necessária a criação de um mecanismo para conferir maior rigor no controle das fronteiras externas. Para tanto, desde 2005, está em funcionamento a **Frontex** (Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia). Leia o *Entre aspas* na página 195.

CONEXÃO

Língua Portuguesa

Europa

LATUFF

1. Descreva o cartum, comentando o que ele retrata.
2. Reflita sobre a afirmação a seguir, considerando a dinâmica demográfica europeia estudada no *Capítulo 6*: "Talvez, no futuro, a Europa seja obrigada a mudar a posição que mantém atualmente em relação aos imigrantes".

REAÇÃO AOS ESTRANGEIROS

Nas últimas décadas, a União Europeia tem convivido com uma quantidade crescente de desempregados, que chegou a atingir mais de 10% da sua PEA (População Economicamente Ativa). Em alguns países, como a Espanha e a Grécia, esse número alcançou os 20%.

No início do século XXI, o índice de desemprego havia caído, mas, com os desdobramentos da crise financeira, a partir de 2010, as taxas de desocupação subiram em vários países, assim como o número de pessoas vivendo em situação de pobreza dentro das fronteiras da União Europeia.

Essa conjuntura de desemprego elevado favoreceu o ressurgimento do **nacionalismo radical** de alguns grupos políticos, que lançaram a seguinte questão: se não há empregos para os europeus, por que não repatriar os numerosos estrangeiros que vivem na União Europeia? Tal situação aguçou o sentimento nacionalista e contribuiu para o crescimento de grupos de extrema direita, de caráter xenófobo.

FLUXOS DO LESTE EUROPEU

A transição do socialismo para a economia de mercado enfrentou problemas maiores do que os imaginados pelos analistas mais pessimistas. A abertura econômica ocorrida durante esse processo provocou a quebra de diversas empresas do Leste Europeu por não suportarem a concorrência com as empresas da Europa Ocidental. Além do fechamento de empresas, houve queda na produção agrícola.

Toda essa situação marginalizou boa parte dos seus habitantes, deserdados pelo Estado capitalista, que não deu continuidade à política do pleno emprego do Estado socialista. Rumar para o Ocidente, tendo a fronteira alemã como o horizonte mais próximo, foi a opção de muitos imigrantes.

Em tal conjuntura, países do Leste Europeu passaram a constituir uma zona de repulsão populacional para a Europa Ocidental. Albaneses, romenos, búlgaros, tchecos, eslovacos e poloneses, além dos russos, dos ucranianos e dos bielorrussos, tentaram recomeçar a vida no capitalismo já consolidado do Ocidente. Croatas, bósnios e sérvios seguiram a mesma rota na fuga da guerra civil instaurada com o desmembramento da antiga Iugoslávia[12].

Atualmente, porém, com a maioria dos países do Leste Europeu na União Europeia e a atração de investimentos produtivos nesses países, onde os custos são mais baixos, os fluxos migratórios têm sido contidos.

4 CRISE DOS REFUGIADOS NA EUROPA

Como você viu anteriormente, neste capítulo, a intensificação de diversos conflitos e o surgimento de novos contribuíram para o expressivo aumento no fluxo de refugiados no mundo em meados da década de 2010. Em função da proximidade com algumas áreas de conflitos e de apresentar elevado nível de desenvolvimento econômico e social, diversos países da União Europeia e da Europa passaram a ser intensamente procurados por refugiados.

A principal porta de entrada de refugiados na Europa, oriundos da Síria, do Afeganistão e de outros países do Oriente Médio e da Ásia, era a Grécia, seguida da Itália, até o início de 2016. Partindo desses locais, os refugiados buscavam os países mais desenvolvidos do continente europeu, como Alemanha, França e Reino Unido, muitas vezes, passando por países dos Bálcãs, como Macedônia e Sérvia. Veja a figura 14, na página seguinte.

12 Sobre esse tema, veja a *Unidade 1* deste volume.

JEFF J MITCHELL/GETTY IMAGES

Figura 14. Refugiados deslocam-se entre a Eslovênia e a Croácia, escoltados pela polícia, em outubro de 2015.

O país mais procurado era a Alemanha, cujos governantes esperavam receber mais de 800 mil refugiados em 2015. Somente em setembro desse ano, chegaram ao país 270 mil refugiados, mais do que o total de 2014, que havia sido 200 mil. Além da Alemanha, a França e países do norte da Europa, como Suécia, são os mais procurados por refugiados para pedir asilo.

A partir de 2013, sobretudo, cenas de resgates de refugiados e imigrantes em botes e embarcações precárias no Mar Mediterrâneo, e de pessoas mortas, inclusive crianças, em praias do litoral de países europeus, infelizmente, passaram a ser comuns (figura 15, na página seguinte). Para fazer frente a essa situação, a Itália estruturou a **Operação Mare Nostrum**, gerida pela Marinha italiana, a fim de vigiar o Mar Mediterrâneo até a Líbia. Essa operação buscava prender **traficantes de refugiados ou imigrantes** e salvar pessoas que realizavam a travessia da costa africana até a Europa. Com um ano de duração resgatou mais de 150 mil pessoas e deteve 351 traficantes. Diversos naufrágios ocorreram, principalmente nas proximidades de ilha italiana de Lampedusa, provocando a morte de centenas de pessoas. Sem a colaboração de outros países da União Europeia, os governantes italianos decidiram interromper a operação por falta de recursos.

Diante dessa situação, a União Europeia estruturou, então, a **Operação Triton**, sob a coordenação da **Frontex**, que procura primordialmente controlar as fronteiras, limitando-se às águas territoriais dos países da União, sem a preocupação de resgatar refugiados e com um orçamento bem mais modesto do que o da Mare Mostrum. Leia o *Entre aspas*.

ENTRE ASPAS

Frontex

Na União Europeia, os países-membros são responsáveis por controlar o fluxo de pessoas e mercadorias em suas fronteiras, contando, para isso, com a Agência de Proteção de Fronteiras, a Frontex. Em situações de risco, os países da UE devem proteger suas fronteiras com países que não são membros, como aconteceu na crise de refugiados de meados da década de 2010.

Figura 15. Principais rotas de travessia de refugiados e imigrantes no Mar Mediterrâneo – 2015

Fonte: Principais rotas de travessia pelo Mediterrâneo. *Folha de S.Paulo*. Disponível em: <www.folha.uol.com.br>. Acesso em: dez. 2015.

O encaminhamento para superação dessa crise de refugiados que atinge a Europa passa, em parte, por mudanças na legislação para concessão de asilo por parte dos países integrantes da União Europeia. A legislação atual tem seu referencial na **Diretriz de Dublin**, assinada em 1990 e que entrou em vigor em 1997, a qual determina que o país onde o refugiado entrou na UE é responsável pelo asilo.

Em 2015, foram estabelecidas novas diretrizes: os países-membros da União devem seguir os mesmos critérios; os processos para concessão de asilo não podem passar de seis meses; a proteção dada aos refugiados deve ser a mesma para todos os países-membros; cada país é autônomo para conceder asilo, que fica válido somente para o país que o concedeu.

Outra medida adotada pela UE para lidar com a questão dos refugiados, visando limitar a concessão de asilo, foi a criação da lista de países seguros, que relaciona países que não se encontram em situação de conflito, guerra ou perseguição, e que, portanto, seriam migrantes econômicos, cuja solicitação de asilo pode ser recusada. Cada país-membro da União tem a sua lista de países seguros. Há países que consideram, por exemplo, o Iraque seguro e não aceitam refugiados iraquianos; outros países, no entanto, entendem que o Iraque não é um país seguro e recebem refugiados iraquianos.

É importante acompanhar a evolução na alteração da legislação da União Europeia para refugiados.

Em razão dessas discrepâncias no tratamento dos refugiados, em 2016, a União Europeia, por meio da Comissão Europeia, pretendia estruturar uma legislação única em toda a União, de modo que, por exemplo, a concessão de asilo por um país da UE passaria a valer para todos os membros, e haveria uma lista comum de países seguros. Essa legislação única está prevista no **Tratado de Lisboa**.

Em meio a essas discussões no âmbito institucional, na esfera governamental, reações a favor dos refugiados e contra eles ocorriam por parte da sociedade civil dos países-membros da União Europeia (figura 16).

KAI PFAFFENBACH/REUTERS/LATINSTOCK

Figura 16. Galpão de antiga gráfica é utilizado como abrigo e centro de registro de refugiados em Frankfurt (Alemanha), 2015.

CONTRAPONTO

Estados devem restringir a entrada de imigrantes por motivos econômicos?

TEXTO 1

SIM – Argumentos econômicos e pragmáticos contra abertura das fronteiras

"De uma perspectiva econômica, a migração internacional de trabalhadores cria ganhadores e perdedores, pelo menos no curto prazo. Os maiores beneficiários da migração de trabalhadores são os migrantes e seus empregadores no país que os acolhe. Os perdedores são os trabalhadores residentes (incluindo os migrantes já existentes) que estão competindo com novos migrantes no mercado de trabalho.

O emprego no exterior permite que os migrantes ganhem salários muito mais altos do que eles conseguiriam obter nos seus próprios países. Por essa razão, liberar a migração [de trabalhadores] pouco qualificados para países de maior renda poderia levar facilmente a maiores ganhos em renda e desenvolvimento humano. O Banco Mundial, por exemplo, acredita que uma maior migração internacional laboral é uma das maneiras mais eficientes de aumentar a renda dos trabalhadores em países de baixa renda.

Empregadores se beneficiam da migração porque ela permite que eles tenham um leque maior de trabalhadores para contratar, que são mais bem qualificados que os residentes e/ou aceitam trabalhar recebendo salários menores. Os migrantes geralmente aceitam trabalhar por salários e em condições que são inaceitáveis para os trabalhadores residentes, portanto, a migração reduz a necessidade de os empregadores aumentarem os salários e melhorarem as condições de trabalho, especialmente em ocupações de baixo nível técnico.

Mas o que é melhor para os empregadores não é sempre o melhor para a economia do país como um todo. No curto prazo, a migração pode pressionar os salários e as perspectivas de emprego dos trabalhadores residentes que têm nível de qualificação semelhante ao dos migrantes e têm de competir com os migrantes por empregos.

Então, deveriam os países restringir a migração de trabalhadores? Essa é uma questão normativa que não tem resposta correta. Tudo depende dos interesses que você tem em mente. Empregadores em países de alta renda e trabalhadores de baixa qualificação em países de baixa renda se beneficiariam muito de haver menos restrições, ou nenhuma restrição. Mas os trabalhadores residentes nos países de maior renda seriam prejudicados, uma vez que seus salários e condições de trabalho não seriam mais protegidos da competição global.

O meu próprio ponto de partida para essa avaliação é 'cosmopolita', no sentido de que eu acredito que as políticas de imigração deveriam levar em conta os interesses dos migrantes e dos países que os enviam, em vez de serem apenas baseadas nos interesses dos cidadãos do país acolhedor. Mas eu também tenho uma 'abordagem pragmática' que aceita algumas realidades, incluindo a necessidade dos países desenharem suas políticas de tal forma que deem pelo menos alguma prioridade aos interesses dos cidadãos (ou, pelo menos, dos residentes existentes), em relação às pessoas de outros países.

Eu sou contra fronteiras abertas por causa de seus efeitos adversos sobre os trabalhadores de baixa renda nos países de alta renda, o que poderia, por sua vez, levar a um retrocesso social e político. Entretanto, eu sou a favor de aumentar significantemente a migração de trabalhadores de baixa qualificação de países de baixa renda para países de alta renda por meio de programas cuidadosamente administrados de migração, que admitam os migrantes em setores e ocupações específicas e por um período de tempo limitado."

RUHS, Martin. Argumentos econômicos e pragmáticos contra abertura das fronteiras. *Opera Mundi*, 24 jan. 2014. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br>. Acesso em: mar. 2016.

TEXTO 2

NÃO – Migrar é um direito humano

"Uma política migratória restritiva gera clandestinidades em cascata. Quanto mais o Estado dificulta a entrada regular de migrantes, mais ele favorece as redes de tráfico de pessoas e dá lugar à corrupção. Os muros, físicos ou jurídicos, é que fazem os 'coiotes' – modo pelo qual são chamados os "passadores" de seres humanos, que organizam o cruzamento ilegal das fronteiras.

Como o migrante considerado irregular dificilmente obtém um emprego formal, sua vulnerabilidade é vertiginosamente multiplicada. O acesso aos serviços do Estado e aos programas sociais é inexistente ou muito limitado. À margem da sociedade, os migrantes chamados de 'sem documentos' são alvo de toda sorte de discriminação. Quando só lhes resta a assistência motivada pela caridade, veem-se paulatinamente destituídos de sua dignidade.

As políticas migratórias restritivas servem, então, para favorecer o crime organizado e a exclusão social. Porém, elas não cumprem seu suposto objetivo principal: restringir o fluxo de pessoas. [...]

Dados da ONU (Organização das Nações Unidas) revelam que em 1995, 100 milhões de pessoas viviam fora do país em que nasceram – na época, cerca de 1,8% da população total do planeta. Em 2013, esta cifra elevou-se a cerca de 232 milhões de pessoas, alcançando em torno de 3% da população mundial. Logo, estima-se que um em cada 33 seres humanos vive, hoje, fora do país em que nasceu.

Por vezes, isto ocorre porque as condições de vida nos locais de origem são insuportáveis, especialmente nas regiões onde ocorrem conflitos armados.

De regra, [...] migrar, com todos os riscos que isto implica, explica-se simplesmente porque a busca de felicidade é inerente ao ser humano. E felicidade, atualmente, para a maioria da população mundial, significa apenas ter um emprego.

Os números da pobreza no mundo explicam este fenômeno. [...]

Cresce, então, a importância do artigo XIII.2 da Declaração Universal dos Direitos Humanos: 'toda pessoa tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar'. E também da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e de seus Familiares, de 1990, que reconhece os direitos fundamentais de todos, em situação migratória regular ou não.

Neste ponto, fica evidente a maior contradição da globalização econômica. Enquanto o turismo e o comércio são priorizados entusiasticamente, o fluxo migratório é visto com desconfiança. Nunca foi tão fácil sair de um país, mas nunca foi tão difícil estabelecer-se regularmente em outro.

A opção por uma política migratória acolhedora, que impõe obrigações e reconhece direitos, permite que o migrante contribua ao desenvolvimento econômico e cultural do país que o recebe. É, em síntese, um duro golpe contra a pobreza e a corrupção, e um adeus aos 'coiotes'."

VENTURA, Deisy. Migrar é um direito humano. *Opera Mundi*, 24 jan. 2014. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br>. Acesso em: mar. 2016.

1. Exponha como os autores de cada texto abordam a questão da imigração e seus respectivos argumentos.
2. Em 2015, um candidato a presidente nos Estados Unidos afirmou que, se eleito, iria deportar todos os imigrantes ilegais no país. Trata-se, evidentemente, de uma estratégia política para atrair eleitores contrários à presença de imigrantes clandestinos em território estadunidense. Sem levar em conta essa estratégia, na sua visão, quais argumentos, do ponto de vista estritamente prático, poderiam ser utilizados para esse candidato rever sua posição?

COMPREENSÃO E ANÁLISE

Faça no caderno

2

1. O que justificava o incentivo que vários países europeus deram à entrada de imigrantes vindos de países menos desenvolvidos após a Segunda Guerra Mundial? Esse incentivo persiste nos dias atuais?
2. Observe o mapa a seguir.

SONIA VAZ

Fonte: Comissão Europeia. Disponível em: <http://ec.europa.eu>. Acesso em: dez. 2015.

a) Que texto preenche corretamente as demais cores na legenda?
b) Que título você daria ao mapa?

3. Apresente dois fatores que justificaram a intensificação da migração leste-oeste no continente europeu na década de 1990.
4. Leia o texto e responda às questões.

A travessia

"À noite, parti em companhia de seis passageiros. Saltamos em Monterrey para tomarmos outro ônibus até a fronteira. A pulga voltou à orelha: que raios Dom Cesar queria comigo? Chegamos à hora do almoço à rodoviária de Reynosa, onde Daniel nos identificou pelo cartão verde que cada um de nós trazia amarrado à alça da bolsa.

– Está tudo pronto – disse-me. – Às onze da noite, seu pessoal atravessa de bote o Rio Bravo e, à meia-noite, toma o caminhão.

– Que caminhão?

– Um *truck* de vinte e quatro toneladas, carregado de verduras para Houston. O pessoal vai no meio das verduras."

LEON, Thales de. *Clandestinos*. Rio de Janeiro: Domínio Público, 1996. p. 25.

a) O texto comenta uma situação ainda comum na fronteira entre dois países. Que países são esses?
b) Por que esse tipo de migração tem se intensificado nas últimas décadas?

ENEM E VESTIBULARES

- (Unicamp-SP 2016) Imigrantes cruzam a Macedônia para chegar ao Norte da Europa.

OGNEN TEOFILOVSKI/REUTERS/LATINSTOCK

Indique a afirmação correta a respeito dos grandes fluxos migratórios atuais no contexto da globalização.

a) Envolvem imigrantes da América Latina, do norte da África e do Oriente Médio, atraídos pela industrialização fordista da Europa e dos Estados Unidos, que gera trabalho nas fábricas e na construção civil.
b) Direcionam-se para os países ricos ou em crescimento econômico e envolvem aquelas áreas de expulsão, cujas populações de origem sempre tiveram culturalmente vocação para a realização de grandes deslocamentos.
c) Resultam das diferenças entre a situação econômica dos países pobres e ricos e se direcionam para os lugares em que as populações falam a mesma língua ou possuem proximidades culturais.
d) Assumem distintas direções, sendo que uma das rotas dos imigrantes para a Europa inicia-se em países do Oriente Médio e da costa oriental do norte da África, indo até a Grécia, com travessia pelo Mar Mediterrâneo.

MIGRAÇÕES NO BRASIL

CONTEXTO

Deslocamentos populacionais no Brasil

Observe as imagens a seguir.

GAENSLY & LINDEMANN

Navio a vapor, com imigrantes italianos, atraca no Porto de Santos (SP), 1895.

ARQUIVO/ESTADÃO CONTEÚDO

Migrantes nordestinos chegam, em pau de arara, a São Paulo (SP), 1960.

BENOIT GYSEMBERGH/PARIS MATCH VIA GETTY IMAGES

Imigrantes haitianos fazem fila em centro de atendimento a refugiados em Santa Rosa do Purus (AC), 2012.

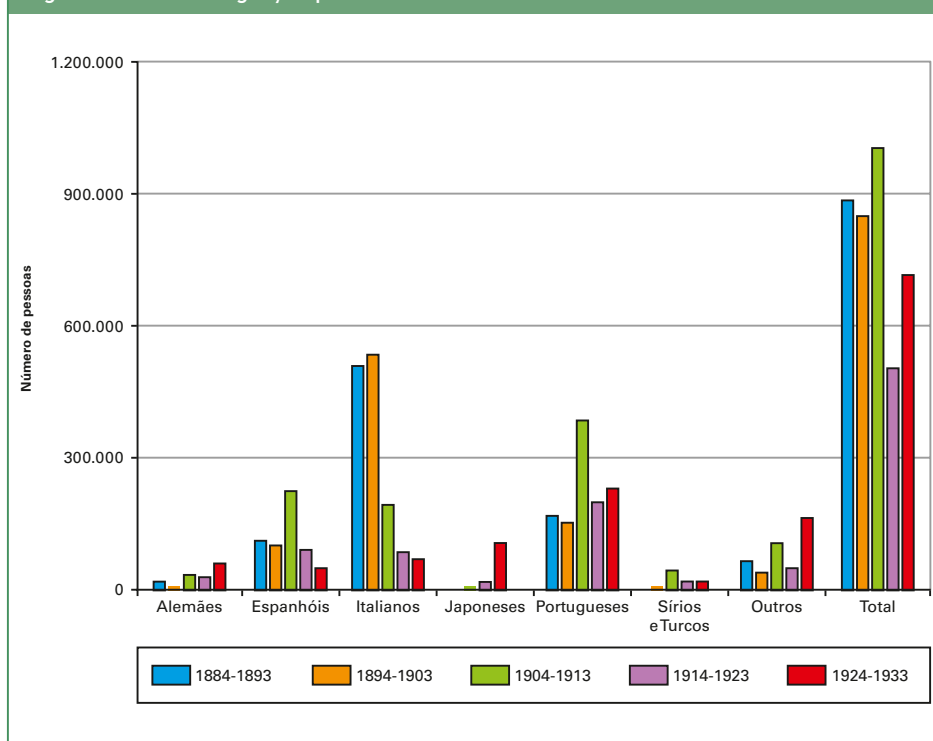
- As imagens representam três momentos da dinâmica dos movimentos migratórios ocorridos no Brasil. Explique-os.

1 MIGRAÇÕES EXTERNAS

O Brasil foi um país de imigrantes. Primeiramente foi ocupado pelos portugueses, que, por sua vez, trouxeram para a colônia os africanos escravizados (imigração forçada). Entre 1850 e 1934, ocorreu a maior entrada de imigrantes no país, os quais vieram espontaneamente da Europa, no auge da agricultura cafeeira no Brasil. Os principais grupos que entraram no Brasil, em toda a história da imigração espontânea, foram os portugueses, os italianos, os espanhóis, os alemães e os japoneses. Nesse período, o governo paulista chegou a estimular o processo imigratório, inclusive com ajuda financeira (subvenção). Observe o gráfico (figura 1).

É importante comentar com os estudantes que este capítulo trata apenas da **imigração espontânea**. Sendo assim, não discute a imigração africana, muito importante para o Brasil, desde o início da colonização. A questão dos **afrodescendentes** no território brasileiro foi abordada no *Capítulo 1* deste volume.

Figura 1. Brasil: imigração por nacionalidade – 1884-1933

BIS

Fonte: IBGE. *Brasil 500 anos*. Disponível em: <http://brasil500anos.ibge.gov.br>. Acesso em: fev. 2016.

Em 1924, os Estados Unidos já haviam estabelecido a sua Lei de Cotas, que era uma forma seletiva de controle dos imigrantes que ingressavam no país. Estimulavam os imigrantes do norte da Europa e discriminavam os da região mediterrânea e os asiáticos. Acredita-se que essas medidas inspiraram o governo de Getúlio Vargas, que já havia implantado algumas medidas que dificultavam a situação dos imigrantes, como, por exemplo, a obrigatoriedade de a mão de obra das empresas instaladas no Brasil ser formada por pelo menos 2/3 de brasileiros. Durante a Segunda Guerra, proibiu, ainda, o ensino da língua estrangeira em escolas de comunidades imigrantes e exerceu forte controle sobre instituições culturais alemãs e japonesas, entre outras medidas.

Além dos imigrantes constituírem mão de obra para a lavoura cafeeira, após a proibição do tráfico de escravizados em 1850 (Lei Eusébio de Queirós), vários grupos, principalmente alemães e italianos, foram utilizados para a colonização da atual Região Sul do país. Com a abolição da escravatura (1888), o número de imigrantes multiplicou-se e se manteve elevado até as primeiras décadas do século XX.

A partir de **1934**, foi estabelecida a **Lei de Cotas**, que restringia a entrada de estrangeiros, com exceção dos portugueses. O declínio da economia cafeeira, decorrente da crise mundial de 1929, afetou o crescimento econômico do Brasil. A nova lei foi justificada como uma forma de evitar que o índice de desemprego aumentasse ainda mais, provocando instabilidade social. A Lei de Cotas estabelecia que apenas 2% do total de imigrantes de cada nacionalidade, que haviam entrado nos cinquenta anos anteriores à promulgação da lei, podiam fixar residência no país.

Embora numa proporção bem menor, o Brasil continuou recebendo imigrantes. A partir da década de 1940, a imigração para o país esteve muito ligada à conjuntura da Segunda Guerra Mundial. Os principais grupos de imigrantes à época foram judeus, poloneses, japoneses e chineses, além de italianos, alemães e pessoas de outros países europeus.

SITE

Memorial do Imigrante
www.memorialdoimigrante.org.br

O *site* tem como objetivo preservar, documentar e divulgar a história da imigração e a memória dos imigrantes no estado de São Paulo. Há um acervo com fotografias de época, reprodução de jornais dos núcleos coloniais e listas que relacionam imigrantes que desembarcaram no Brasil. Você ainda pode navegar por exposições virtuais e ouvir a "Rádio imigrante", que possui listas de músicas de diversos países.

NOVA ONDA MIGRATÓRIA: OUTROS CONTEXTOS

Na década de 1970, o Brasil recebeu muitos imigrantes de Angola e Moçambique. Tendo perdido privilégios com a descolonização desses países, vieram para o Brasil diversos descendentes de portugueses que lá viviam.

A partir do final do século XX, sobretudo nos anos 1990, o país passou a receber maior quantidade de imigrantes peruanos, bolivianos (figura 2), paraguaios, argentinos, coreanos e chineses.

Muitos desses imigrantes estão em situação ilegal. Com vistos vencidos e vivendo na clandestinidade, não podem trabalhar com carteira assinada, adquirir casa própria ou montar seu próprio negócio.

ALF RIBEIRO/PULSAR IMAGENS

Figura 2. Feira livre de produtos típicos bolivianos em São Paulo (SP), 2013.

Na cidade de São Paulo e em outras cidades do interior paulista, por exemplo, parte desses imigrantes trabalha em confecções que funcionam ilegalmente. Nelas, submetem-se a regimes de semiescravidão, com jornada diária de até 17 horas e rendimento inferior ao do salário mínimo estabelecido no país. Apesar dos abusos sofridos, esses imigrantes evitam denunciar a situação para as autoridades brasileiras por terem entrado clandestinamente no país, o que resultaria na deportação para seu país de origem.

Em meados de 2009, o governo federal aprovou uma **lei anistiando** todos os imigrantes que entraram irregularmente no Brasil até 1º de fevereiro de 2009. Desse modo, aproximadamente 50 mil estrangeiros ilegais passaram a contar com a possibilidade de regularizar sua permanência e obter vínculos empregatícios de acordo com a legislação trabalhista vigente ou ainda denunciar eventuais abusos cometidos por aliciadores e empregadores, sem correr o risco de ser deportado.

No entanto, o Brasil tem uma legislação para estrangeiros defasada, estabelecida no contexto da ditadura militar, e apesar de terem ocorrido diversos complementos para adequá-la à realidade atual e a um contexto de sociedade democrática, se faz necessária a reformulação e a ampliação do conjunto de leis para imigrantes. Essa legislação está muito pautada na lei de segurança nacional, proibindo, por exemplo, os imigrantes de participarem de passeatas.

SITE

Revista Com Ciência – Migrações
www.comciencia.br/reportagens/migracoes/migr16.htm

Artigos sobre as migrações internacionais e identidade no Brasil.

Existe um projeto de lei em trâmite no Congresso Nacional para adequar as leis de imigração pautada nos direitos humanos. Segundo dados da Polícia Federal, em 2015, havia cerca de 1.850.000 imigrantes no Brasil.

Com os desdobramentos da crise de 2007/2008, que abalou profundamente a economia da Europa, também vieram para o Brasil imigrantes europeus, sobretudo portugueses e espanhóis, os quais exerciam atividades mais qualificadas, como engenheiros, advogados e arquitetos, ocupando postos gerenciais. Entretanto, com a última crise econômica de meados da década de 2010, esse fluxo cessou e muitos desses imigrantes retornaram aos seus países.

O fato de o Brasil ter chefiado a missão de paz da ONU no Haiti após um período de insurgência causado pela instabilidade política com a deposição do presidente Jean-Bertrand Aristide (1953-), além do gravíssimo terremoto que atingiu o país em 2010, contribuiu para que milhares de haitianos viessem para o Brasil. Esses imigrantes viajavam primeiro para o Equador e para o Peru, e depois entravam no Brasil pelo Acre (figura 3).

Figura 3. Alojamento improvisado de imigrantes haitianos e senegaleses em Caxias do Sul (RS), 2013. No final de 2015, o governo brasileiro havia concedido autorização de permanência para mais de 43 mil imigrantes haitianos que haviam ingressado entre janeiro de 2011 e julho de 2015 no Brasil (esses haitianos não entram na categoria de refugiados). Também no segundo semestre de 2015, o Governo Federal havia reassumido o custeio no transporte de haitianos do Acre para São Paulo e estados do Sul do país.

A imigração ilegal para o país não ocorre apenas na fronteira da região amazônica. No início desta década, estrangeiros sem documentos ingressaram no Brasil escondidos em táxis, carros particulares ou barcos, principalmente pelo município gaúcho de Uruguaiana, limítrofe com a Argentina e próxima do Uruguai.

Um aspecto a ressaltar no caso da entrada de imigrantes no Brasil é o fato de a crise econômica global de 2007/2008 ter acarretado um aumento significativo da **imigração de retorno**, ou seja, brasileiros que saíram do Brasil, se estabeleceram em outros países, ficaram mais de um ano e, depois, retornaram. Nesse retorno, de acordo com o critério da Organização Internacional das Migrações, entram como imigrantes no Brasil. No final da década de 2000, cerca de 65% dos imigrantes que ingressavam no Brasil eram brasileiros que haviam retornado.

ENTRE ASPAS

Imigrantes fazem a diferença na saúde

Com a implementação do **Programa Mais Médicos**, do governo federal brasileiro, em 2013, **médicos cubanos** começaram a chegar ao Brasil. Parte das vagas ofertadas a médicos nesse programa foram preenchidas por profissionais de Cuba. O Mais Médicos é um programa do governo federal do Brasil que tem como objetivo ampliar o atendimento médico no território brasileiro, em particular nas regiões menos favorecidas, tanto do espaço urbano quanto do rural. Compreende também ampliação da oferta de vagas nos cursos de Medicina no Brasil.

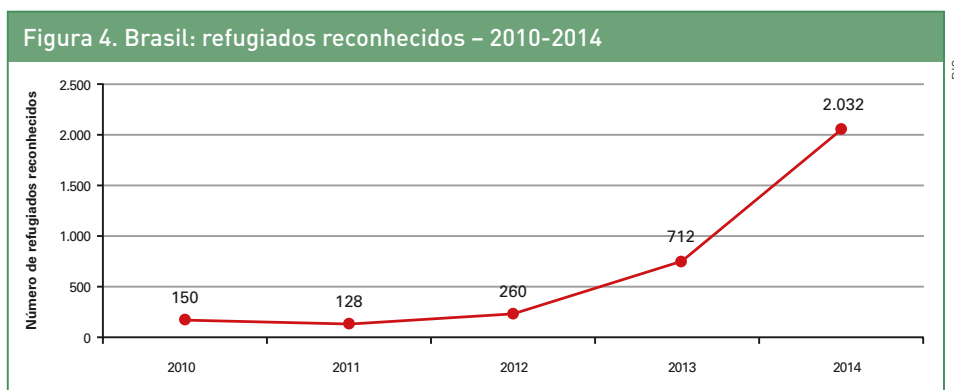
REFUGIADOS NO BRASIL

No contexto da crise mundial de refugiados, em meados da década de 2010, como visto no capítulo anterior, o Brasil também passou a receber um maior número de pessoas fugindo de conflitos, guerras, perseguições políticas e religiosas. Na década de 1990, o país aprovou uma lei que regula a situação do refugiados de acordo com a Convenção do Estatuto do Refugiado.

Enquanto em 2011, o país recebeu cerca de 4.300 refugiados, em 2015, somente até agosto, entraram no Brasil 8 mil e quatrocentos refugiados.

O maior número de refugiados no território brasileiro era formado por sírios. O gráfico a seguir (figura 4) apresenta a quantidade de **refugiados reconhecidos**, ou seja, aqueles que ao ingressarem no Brasil obtiveram o reconhecimento, junto à autoridade migratória. Há, portanto, discrepância de dados entre todos os refugiados que estão no país e os reconhecidos.

Figura 4. Brasil: refugiados reconhecidos – 2010-2014

BIS

Fonte: FIORAVANTI, Carlos. As raízes da resistência. *Revista Fapesp*, n. 236, out. 2015. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br>. Acesso em: fev. 2016.

A situação dessas pessoas é bastante difícil, particularmente nos primeiros meses após a chegada, pois não têm renda própria, moradia e boa parte não domina a língua portuguesa. O órgão responsável pela questão dos refugiados é o **Conare** (Comitê Nacional para os Refugiados). O objetivo do Conare é dar apoio aos refugiados, procurando integrá-los à sociedade, oferecendo aulas de português, cursos profissionalizantes, auxílio moradia, entre outros (figura 5). Alguns refugiados também passaram a ser beneficiados com recursos do programa Bolsa Família.

Infelizmente, com o aumento da quantidade de refugiados no Brasil, algumas situações de hostilidade a pessoas nessas condições e também a imigrantes ocorreram no país, mostrando preconceito e desrespeito aos direitos fundamentais dos seres humanos (sobre o tema, veja a seção *Ponto de Vista* no final do capítulo).

DANILO VERPA/FOLHAPRESS

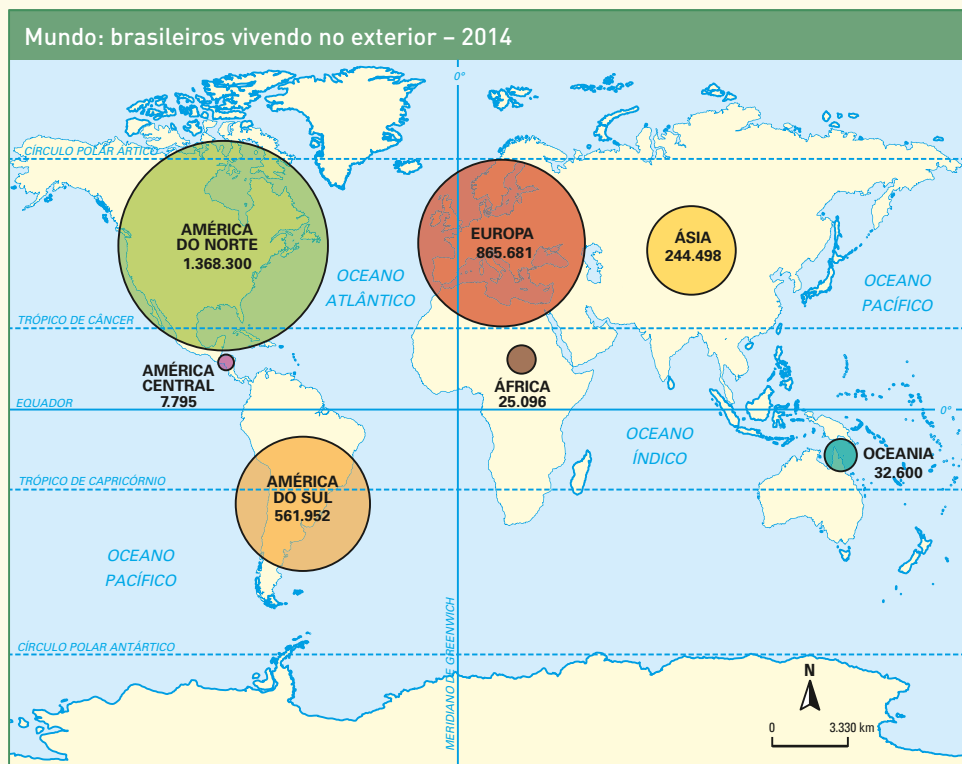
Figura 5. Refugiados sírios têm aula de português na sede da Sociedade Islâmica de Guarulhos (SP), 2014.

EMIGRAÇÕES DE BRASILEIROS

De acordo com estimativas divulgadas em 2015 pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil (Itamaraty), em 2014, cerca de 3,1 milhões de brasileiros viviam fora do país. Apesar de grande parte desses emigrantes ter formação profissional, na maioria das vezes exercem tarefas de baixa qualificação nos países onde residem.

OLHO NO ESPAÇO

Brasileiros pelo mundo

Leia as informações do mapa e da tabela a seguir.

Mundo: brasileiros vivendo no exterior – 2014

Fonte: Ministério das Relações Exteriores. *Tabela de estimativas de brasileiros no mundo*. Disponível em: <www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br>. Acesso em: fev. 2016.

Ranking dos países com mais brasileiros – 2014					
1º	Estados Unidos	1.315.000	6º	Reino Unido	120.000
2º	Paraguai	349.842	7º	Alemanha	113.716
3º	Japão	179.649	8º	Suíça	81.000
4º	Portugal	166.775	9º	França	70.000
5º	Espanha	128.638	10º	Itália	69.000

Fonte: Ministério das Relações Exteriores. *Tabela de estimativas de brasileiros no mundo*. Disponível em: <www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br>. Acesso em: fev. 2016.

1. Quais continentes ou subcontinentes concentravam maior número de brasileiros? E menor número?
2. Levante hipóteses para justificar o porquê desses continentes ou subcontinentes apresentarem o maior número de brasileiros.
3. Observando o mapa e a tabela, o que se pode constatar em relação aos brasileiros presentes na Ásia?
4. Do total de brasileiros no exterior, calcule o percentual aproximado dos que vivem nos Estados Unidos.

Os primeiros movimentos mais significativos de saída de brasileiros foram registrados na década de 1970, com a emigração, para o Paraguai, de sulistas que venderam suas terras ou perderam o emprego. Isso ocorreu devido à expansão da soja no oeste catarinense, no noroeste paranaense e no Rio Grande do Sul, o que acarretou a queda nas ofertas de trabalho na agricultura, por conta do elevado nível de mecanização nesse tipo de lavoura. Sem perspectivas de trabalho ou terras para cultivar, muitos brasileiros buscaram terras no Paraguai.

Conhecidos à época como "**brasiguaios**", hoje vivem no Paraguai cerca de 350 mil emigrantes brasileiros e seus descendentes, representando cerca de 5% da população daquele país. A maioria deles ocupa terras na fronteira entre o Brasil e o Paraguai.

A partir da segunda metade dos anos 1980, milhares de brasileiros saíram do país, em direção aos **Estados Unidos**, ao **Japão**, ao **Paraguai** e a países da **Europa**.

No início da década de 1990, os Estados Unidos continuaram recebendo uma grande quantidade de imigrantes nesse período, inclusive do Brasil. Os Estados Unidos são o principal destino dos brasileiros que deixam o país, lá conhecidos como "**brasucas**". Apesar de parte significativa desses migrantes ter alguma formação profissional, lá exercem trabalhos braçais e de menor remuneração. São babás, faxineiros, engraxates, balconistas, operários da construção civil, que, em sua maioria, estão em situação ilegal (figura 6).

Milhares de brasileiros de ascendência japonesa foram atraídos por ofertas de trabalho no **Japão**. Muitos tinham formação superior e emigraram para atuar como operários na indústria japonesa ou exercer atividades pouco qualificadas e com baixa remuneração para os padrões japoneses. Esses brasileiros são conhecidos como **decasséguis**. Antes de o governo japonês tomar a iniciativa de utilizar mão de obra de descendentes de japoneses residentes em outros países, cerca de dois mil brasileiros já viviam no Japão.

Por outro lado, o Japão atravessou períodos de estagnação ou fraco crescimento da economia. Tal situação fez com que o governo japonês oferecesse uma quantia em dinheiro para muitos imigrantes em troca do seu retorno aos países de origem. O número de brasileiros que viviam no Japão, que chegou perto de 317 mil em 2007, caiu para pouco menos de 180 mil em 2014.

A Europa é outro destino dos brasileiros que migraram. Os países mais procurados foram Reino Unido, Portugal, Espanha e Alemanha. Também lá, grande parte deles desenvolve trabalhos pouco valorizados e está em situação ilegal.

Com a **crise econômica mundial** iniciada em **2007/2008**, muitos imigrantes residentes nos países europeus, nos Estados Unidos e no Japão perderam seus empregos. Diante do aumento das dificuldades de sobrevivência, milhares retornaram ao Brasil e, de modo geral, houve uma diminuição no fluxo de brasileiros para esses países. Observe o gráfico (figura 7, na página seguinte).

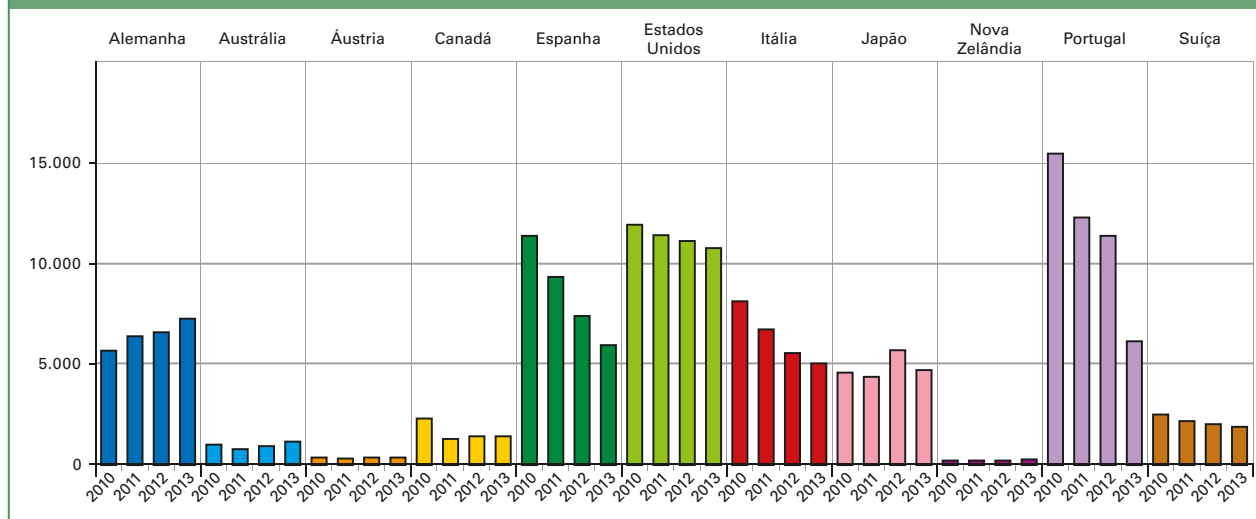
SITE

Ministério das Relações Exteriores
www.mre.gov.br

O *site* disponibiliza informações e dados sobre os emigrantes brasileiros. Na seção "Perguntas frequentes" você encontra respostas objetivas e de fácil entendimento para questões sobre funções e importância do ministério, assistência aos brasileiros no exterior, tratados internacionais, entre outras.

BILGIN S. SASMAZ/ANADOLU AGENCY/AFP

Figura 6. Brasileiros assistem a *show* de cantor brasileiro durante o *Brazilian Day*, em Nova York (Estados Unidos), 2013.

Fonte: PADUA, Luciana. A nova rota dos brasileiros no exterior. *Veja*, 7 abr. 2015. Disponível em: <http://veja.abril.com.br>. Acesso em: fev. 2016.

Entretanto, com o agravamento da crise econômica no Brasil a partir de 2014, muitos brasileiros empreenderam mudança para algum país desenvolvido.

LEITURA E DISCUSSÃO

Imigrantes brasileiros fogem de crise e voltam ao Reino Unido

"O brasileiro Hiany Dipapidis, de 27 anos, morou no Reino Unido há seis anos e voltou para o Brasil durante a crise financeira internacional. Há dois meses, regressou a Londres. [...]

'Desde novembro é absurda a quantidade de gente vindo para cá. O número de associados aumentou cinco vezes', diz Carlos Mellinger, da Casa do Brasil – associação que auxilia brasileiros no Reino Unido.

'A libra está valendo quase R$ 5, o que beneficia quem manda dinheiro para o Brasil', diz Carlos. [...]

É difícil precisar quantos brasileiros moram no Reino Unido porque parte deles é ilegal ou tem passaporte europeu – caso de Hiany Dipapidis, que tem cidadania grega.

Até o ano passado, Carlos estimava que houvesse 300 mil brasileiros no Reino Unido. Hoje, aumentou a estimativa para 350 mil – a maioria dos 'novos' imigrantes, segundo ele, são brasileiros que já moraram no Reino Unido e retornaram.

O consulado do Brasil em Londres acredita que 135 mil brasileiros vivam no Reino Unido – a estimativa, no entanto, foi feita no final do ano passado e não foi atualizada desde então.

O diretor da Abras (Associação Brasileira no Reino Unido), Laércio da Silva, atribui o aumento do número de imigrantes principalmente à situação econômica do Brasil, mas diz que também há fatores políticos.

Ele destaca que a crise fez com que aumentasse também o número de brasileiros querendo fazer pós-graduação no Reino Unido. Com o mercado de trabalho mais concorrido, eles buscam melhorar sua qualificação para conseguir um emprego no Brasil. [...]

Ele diz que, além dos estudantes de pós-graduação, também houve um aumento no número de brasileiros vindos de outros países europeus, onde a economia está demorando mais a se recuperar do que no Reino Unido. [...]"

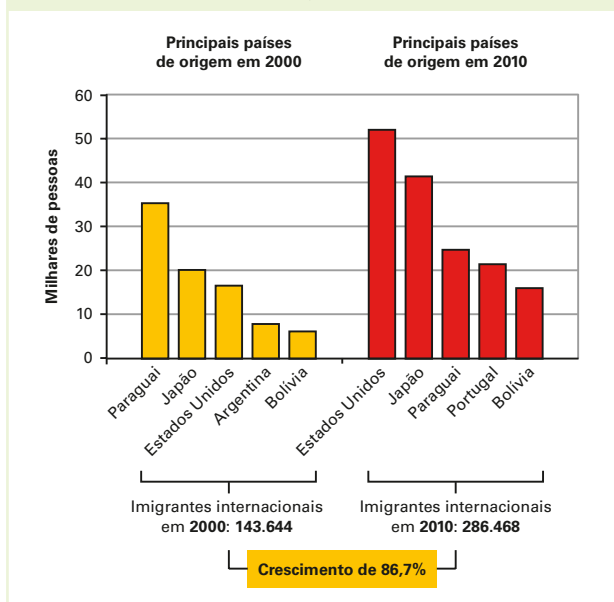
BANDEIRA, Luiza. Imigrantes brasileiros fogem de crise e voltam ao Reino Unido. BBC Brasil, 23 jun. 2015. Disponível em: <www.bbc.com>. Acesso em: abr. 2016.

1. Por que as estimativas de brasileiros vivendo no Reino Unido são díspares e por que o Reino Unido está sendo mais procurado também por brasileiros que estavam em outros países da União Europeia?
2. De acordo com as informações e relatos presentes no texto, quais foram os fatores que provocaram um aumento no fluxo migratório Brasil-Reino Unido?

COMPREENSÃO E ANÁLISE

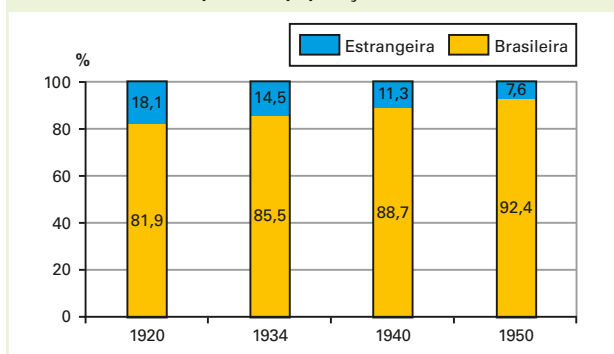
Faça no caderno

1. Comente o processo de intensificação da entrada de imigrantes no Brasil entre o final do século XIX e o início do século XX.
2. A partir da década de 1930, o Estado brasileiro passou a restringir a entrada de imigrantes e implantou a Lei de Cotas. Explique as razões que a motivaram.
3. Explique as alterações ocorridas no fluxo imigratório para o Brasil entre o período registrado nos gráficos.

Brasil: número de imigrantes – 2000 e 2010

Fonte: IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: fev. 2016.

Obs.: os valores se referem aos ingressos nos respectivos anos e incluem o retorno dos brasileiros que tinham emigrado. De acordo com a Organização Internacional para Imigração, são considerados imigrantes aqueles que retornam ao país de nascimento após terem vivido um ano em outro país.

4. Observe o gráfico com atenção e escreva um texto explicativo sobre a diminuição da população estrangeira no estado de São Paulo no período retratado.

São Paulo: perfil da população – 1920 e 1950

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: <www.arquivoestado.sp.gov.br>. Acesso em: fev. 2016.

ENEM E VESTIBULARES

1. (Enem 2013)

"Ninguém desconhece a necessidade que todos os fazendeiros têm de aumentar o número de seus trabalhadores. E como até há pouco supriam-se os fazendeiros dos braços necessários? As fazendas eram alimentadas pela aquisição de escravos, sem o menor auxílio pecuniário do governo. Ora, se os fazendeiros se supriam de braços à sua custa, e se é possível obtê-los ainda, posto que de outra qualidade, por que motivo não hão de procurar alcançá-los pela mesma maneira, isto é, à sua custa?"

Resposta de Manuel Felizardo de Sousa e Mello, diretor-geral das Terras Públicas, ao Senador Vergueiro. In: ALENCASTRO, L. F. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988 (adaptado).

O fragmento do discurso dirigido ao parlamentar do Império refere-se às mudanças então em curso no campo brasileiro, que confrontam o Estado e a elite agrária em torno do objetivo de

a) fomentar ações públicas para ocupação das terras do interior.
b) adotar o regime assalariado para proteção da mão de obra estrangeira.
c) definir uma política de subsídio governamental para o fomento da imigração.
d) regulamentar o tráfico interprovincial de cativos para a sobrevivência das fazendas.
e) financiar afixação de famílias camponesas para estímulo da agricultura de subsistência.

2. (UFRN 2014)

"O Ministério da Justiça brasileira, entre 2009 e o primeiro semestre de 2011, regularizou a permanência no Brasil de 18.004 bolivianos. De acordo com as estatísticas, os bolivianos são a comunidade estrangeira que mais cresce em São Paulo, e a principal motivação para esse deslocamento é a busca por emprego."

Disponível em: <http://bolivianosnobrasil.blogspot.com.br/2012/05/bolivianos-sao-comunidade-estrangeira.html>. Acesso em: 8 jul. 2013.

Nesse contexto, o deslocamento feito pelos bolivianos

a) coloca-os na condição de imigrantes em território brasileiro.
b) corresponde a um processo de migração pendular.
c) classifica-os como emigrantes no espaço brasileiro.
d) configura um processo de migração sazonal.

2 MIGRAÇÕES INTERNAS

Os movimentos migratórios internos foram expressivos no território brasileiro. No **período colonial**, as migrações internas acompanharam os sucessivos ciclos de desenvolvimento da economia regional, relacionados à agricultura de exportação, à criação bovina ou à extração mineral. A cana-de-açúcar, por exemplo, estimulou o desenvolvimento do Nordeste no início da colonização; a criação de gado contribuiu para a ocupação do Sul do país e de áreas mais afastadas do litoral, inclusive no interior do Nordeste; e a mineração atraiu migrantes para Minas Gerais e a região central do país.

Essas migrações também foram influenciadas pelo curto ciclo da borracha, na Amazônia (1870-1912); pelo cultivo do café – que marcou a economia brasileira entre o fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX – e pelo crescimento industrial, no Sudeste (especialmente no estado de São Paulo), que se intensificou após a Segunda Guerra Mundial. A partir da década de 1970, devido à expansão da agropecuária no Centro-Oeste e à política de ocupação da Amazônia, essas regiões transformaram-se em novos polos de atração populacional. Observe o mapa (figura 8).

É fundamental que os estudantes compreendam a importância da economia como fator da migração. O surgimento de novas atividades produtivas estabelece polos de atração e expulsão populacional em determinadas regiões. Esse é um dos fatores que justificam a concentração da população na Região Sudeste nos últimos dois séculos, desde a mineração até a concentração comercial e financeira, passando pelo ciclo do café e pela industrialização.

Figura 8. Brasil: fluxos migratórios – 1970-1980

Fonte: IBGE. *Censos demográficos*, 1970 e 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

A partir de 1930, os deslocamentos internos da população brasileira tornaram-se mais expressivos, promovendo uma ampla redistribuição de pessoas pelas regiões. A Lei de Cotas, que restringiu a entrada de estrangeiros, a industrialização e o desenvolvimento urbano da atual Região Sudeste marcaram a estruturação de um intenso fluxo interno da população, principalmente procedentes do Nordeste do país.

LEITURA

Vidas secas
De Graciliano Ramos. Record, 2003.

Clássico da literatura brasileira conta a história de uma família de retirantes do Sertão nordestino.

Migrantes
De Dora Martins e Sônia Vanalli. Contexto, 2007.

Com uma linguagem bastante acessível, o livro aborda os movimentos internos da população brasileira.

Migrações: da perda da terra à exclusão social
De Ana Valim. Atual, 1996.

A obra oferece uma compreensão das causas e das consequências do contrastante fluxo humano que cruza o Brasil; os diversos aspectos das migrações de nordestinos, gaúchos, paulistas e de outros povos brasileiros, movidos pela esperança de uma vida melhor.

MIGRAÇÃO NORDESTINA E ÊXODO RURAL

Após a década de 1950, milhões de nordestinos migraram preferencialmente para o eixo Rio-São Paulo. Secas prolongadas, alto índice de pobreza e miséria, falta de emprego e más condições de vida, associados ao grande desenvolvimento desses estados, eram os principais fatores que motivaram esse fluxo de migrantes.

Essa mão de obra foi absorvida por diversos setores (metalurgia, indústria de peças e automóveis, construção civil, empregos domésticos) e desempenhou papel importante no crescimento econômico e na urbanização da Região Sudeste.

A migração da Região Nordeste para a Sudeste (inter-regional) foi acompanhada da **migração do campo para a cidade**. Foi no meio da década de 1960 que a população urbana superou a população rural no Brasil (veja tabela a seguir).

Brasil: evolução da população urbana – 1940 a 2010

Ano	População total (em milhares)	Taxa de crescimento população total (%)	População urbana (em milhares)	Índice de urbanização (%)
1940	41.326	–	10.891	26,35
1950	51.944	2,3	18.789	36,16
1960	70.191	3,1	31.956	45,52
1970	93.139	2,9	52.905	56,80
1980	119.099	2,5	82.013	68,86
1991	150.400	2,1	115.700	77,13
2000	169.555	1,6	137.700	82,00
2010	190.732	1,1	160.879	84,35

Fontes: IBGE. *Estatísticas do século XX; Censo Demográfico 2010; Sinopse do Censo e Resultados Preliminares do Universo*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: fev. 2016.

A concentração fundiária, a mecanização do campo, o desenvolvimento industrial, a maior facilidade de acesso aos serviços sociais nas cidades e as maiores oportunidades de emprego e de melhoria das condições de vida explicam o acelerado movimento populacional em direção às principais cidades do país (figura 9).

ALEXANDRE TOKITAKA/PULSAR IMAGENS

Figura 9. Centro de Tradições Nordestinas (CTN) em São Paulo (SP), 2015. O CTN tem como finalidade difundir a cultura nordestina trazida pelos migrantes. O local reúne restaurantes de comida típica, espaço para *shows* e eventos, feira de artesanato, além de outros serviços, e é frequentado não só por nordestinos e descendentes, mas por pessoas de várias origens.

CONEXÃO

Arte

Retirantes

O artista Candido Portinari (1903-1962) nasceu na cidade de Brodowski (SP). Foi um dos maiores representantes do movimento expressionista no Brasil. Durante muito tempo, trabalhou em grandes painéis e murais. Foi influenciado pelo muralismo mexicano do início do século XX, sendo boa parte de sua obra marcada pelo enfoque das desigualdades da sociedade brasileira.

MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO ASSIS CHATEAUBRIAND, SÃO PAULO (SP)

Retirantes (1944), óleo sobre tela de Candido Portinari (1903-1962).

1. De que forma a obra de Portinari permite identificar motivos relacionados à migração dos retirantes nela representados? Justifique.
2. Pesquise sobre como o expressionismo se manifesta na pintura de Candido Portinari e identifique alguns de seus traços característicos na obra *Retirantes*.

MOVIMENTOS ATUAIS

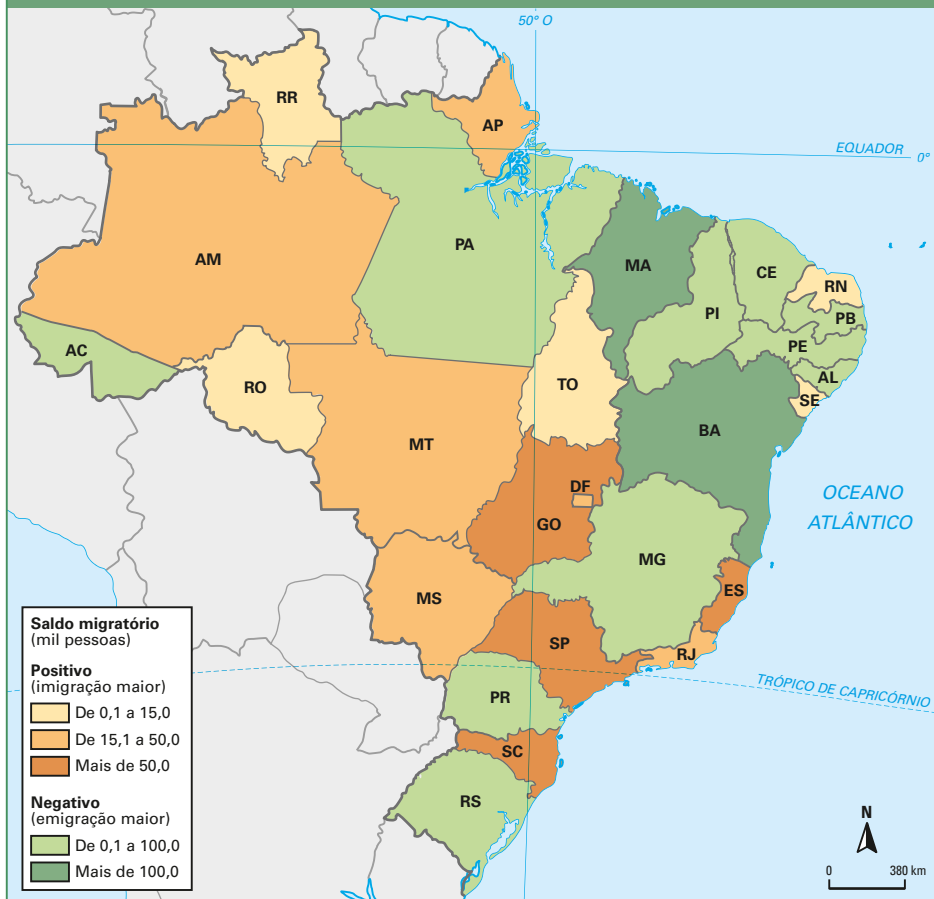
Atualmente, as atividades econômicas tornaram-se mais diversificadas em todas as regiões. Além disso, a "**guerra fiscal**" travada entre os estados, que lançam mão de isenções de impostos para atrair empresas, leva a uma relativa desconcentração industrial. Esse processo tem alterado a dinâmica do fluxo populacional, caracterizado pelo crescimento das cidades médias em um ritmo superior ao das metrópoles, particularmente do Sudeste.

O Censo de 2010 apontou uma redução no volume total de migrantes, que caiu de 3,3 milhões de pessoas no quinquênio 1995-2000 para 2 milhões no quinquênio 2004-2009. O Sudeste apresentou saldo líquido migratório negativo, apesar de São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro apresentarem saldo positivo. Outras regiões passaram a atrair população, e muitos migrantes residentes no Sudeste retornaram à sua região de origem. O Centro-Oeste, em razão do crescimento das cidades médias e do desenvolvimento agropecuário e do setor de serviços, havia apresentado o mais expressivo saldo migratório líquido positivo. Observe a tabela e o mapa (figura 10, na página seguinte).

Fonte: IBGE. *Pesquisa nacional por Amostra de Domicílios 2004 e 2009*; *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: fev. 2016.

Brasil: imigrantes, emigrantes e saldo líquido migratório, segundo as grandes regiões – 2004 e 2009

Grandes regiões	2004			2009		
	Imigrantes	Emigrantes	Saldo líquido migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo líquido migratório
Norte	330.660	266.919	63.741	184.634	219.793	–35.159
Nordeste	848.002	834.589	–86.587	541.733	729.602	–187.869
Sudeste	844.605	1.059.913	–215.308	656.386	668.801	–12.415
Sul	305.063	270.477	34.586	252.947	154.094	98.853
Centro-Oeste	534.879	331.311	203.568	418.143	281.553	136.590

Figura 10. Brasil: saldo migratório por estado – 2005-2010

Fonte: FERREIRA, Graça M. L. *Atlas geográfico*: espaço mundial. São Paulo: Moderna, 2013. p. 133.

O Nordeste, apesar de permanecer ainda como polo importante de emigração, vem apresentando uma diminuição nessa perda populacional, pois, por conta das dificuldades encontradas no Sudeste, uma parcela da população nordestina tem retornado ao seu local de origem, caracterizando uma **migração de retorno**.

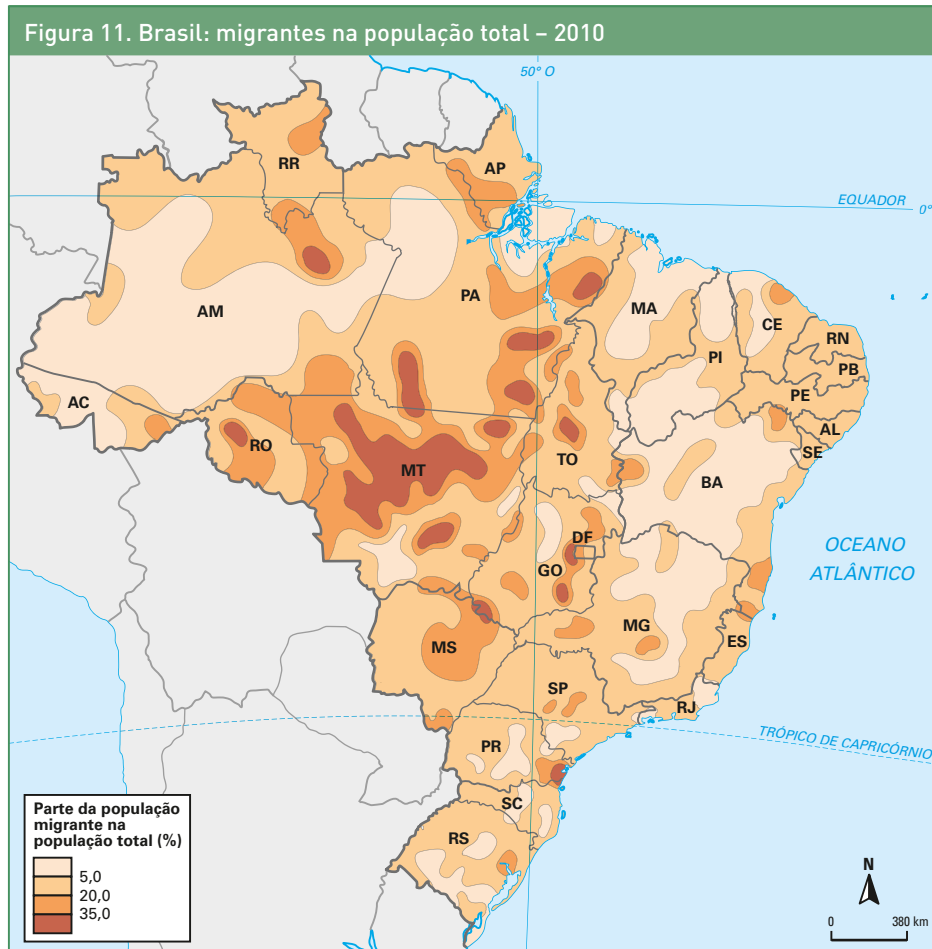
Outra tendência que vem se verificando nos fluxos migratórios internos é o deslocamento de pessoas das grandes para as médias cidades, uma vez que muitas dessas cidades vinham apresentando ritmo de crescimento do PIB bem superior à média nacional, antes da crise econômica de meados da década de 2010. São cidades que, além das ofertas de emprego, atraem pela qualidade de vida que oferecem. Diversas cresceram na esteira do desenvolvimento do agronegócio, como Barreiras, na Bahia, outras em função do fortalecimento do setor de serviços e de setores industriais, como Feira de Santana, na Bahia, Anápolis e Aparecida de Goiânia, em Goiás, Betim e Pouso Alegre, em Minas Gerais, Joinville e Itajaí (este com destaque para o porto), em Santa Catarina. O *boom* da atividade mineradora, puxada pelas exportações, favoreceu o crescimento expressivo de cidades médias no Pará, como Parauapebas, Marabá e Castanhal.

Os dados do Censo de 2010 também apontavam para uma redução no número de migrantes que chegavam à Região Norte, resultado, provavelmente, do relativo esgotamento da expansão da fronteira agrícola para essa região. De qualquer forma, essa região recebeu muitos migrantes em décadas anteriores, quando o avanço da agropecuária foi expressivo, bem como a estruturação de áreas de exploração mineral.

Atualmente, alguns fluxos para a Região Norte também estão associados a disponibilidade de trabalho em grandes projetos hidrelétricos, como os do Rio Madeira (Santo Antônio e Jirau) e, mais recentemente, do Rio Xingu (Belo Monte).

Observe no mapa (figura 11) que diversas áreas da Região Norte chegam a ter mais de 20% de imigrantes no total da população ou até mais de 35%. O mesmo se verifica na Região Centro-Oeste, sobretudo no centro-norte de Mato Grosso, área de forte expansão do agronegócio (figura 12).

Figura 11. Brasil: migrantes na população total – 2010

Fonte: FERREIRA, Graça M. L. *Atlas geográfico*: espaço mundial. São Paulo: Moderna, 2013. p. 133.

FILME

Migrantes
De Beto Novaes, Francisco Alves e Cleisson Vidal. Brasil, 2007. 45 min.

Retrata os obstáculos que os trabalhadores que migram do Nordeste para o interior de São Paulo enfrentam no corte da cana-de-açúcar. A ruptura com a família, as condições precárias de vida, o excesso de trabalho e a falta de assistência à saúde são alguns dos problemas abordados.

O caminho das nuvens
De Vicente Amorim. Brasil, 2003. 85 min.

Caminhoneiro desempregado decide partir da Paraíba, com sua mulher e cinco filhos, em busca de um salário de R$ 1.000,00, e acaba indo para o Rio de Janeiro. O filme mostra o drama dos migrantes nordestinos.

Figura 12. Vista de Rondonópolis (MT), 2011, localizada no sudeste do estado. Rondonópolis é uma das cidades médias que conquistaram grande crescimento nas últimas décadas em função do desenvolvimento do agronegócio, que transformou a Região Centro-Oeste, desde a década de 1970, em importante polo de atração populacional.

MIGRAÇÃO E PRECONCEITO

As migrações, apesar de serem fundamentais na história de todos os povos, promovendo desenvolvimento e intercâmbio cultural, muitas vezes são a causa de conflitos. Isso ocorre tanto nas migrações internacionais como nas internas.

No Brasil, sobretudo na Região Sudeste e também na Sul, chegou-se a difundir uma visão equivocada de que a grande concentração de nordestinos nessas regiões seria a causa dos problemas sociais dos grandes centros urbanos, como, por exemplo, a violência e o desemprego. Muitas vezes, são responsabilizados até mesmo por problemas ambientais decorrentes da construção de moradias com infraestrutura precária localizadas em mananciais ou outras áreas de preservação ambiental.

A intolerância aos migrantes às vezes pode levar a ações violentas. No final da década de 1980, diversos grupos de jovens racistas surgiram na cidade de São Paulo. Esses grupos, inspirados nos movimentos nacionalistas europeus e **neonazistas** (como os *skinheads* de extrema direita, predominantes na Alemanha), passaram a divulgar, publicamente, seu ódio a nordestinos, judeus, afrodescendentes e homossexuais.

Na atualidade, a internet também vem servindo à difusão de ideias preconceituosas e palavras agressivas contra migrantes nordestinos e seus descendentes. Não são raros *sites* e *blogs* que pregam o desprezo e até mesmo o ódio contra essas pessoas.

A **mobilidade populacional** é uma condição humana. Deslocar-se pelo espaço em busca de melhores condições de vida sempre foi uma estratégia de sobrevivência das sociedades humanas desde os seus primórdios. Dessa forma, dificilmente há alguém que não tenha raízes, diretamente ou através de seus ascendentes, em terras diferentes da que ocupa no presente. A ONU destaca a mobilidade como uma das liberdades fundamentais da pessoa. Portanto, a prática do preconceito contra migrantes, sejam internos ou vindos de outros países (imigrantes), evidencia desconhecimento das histórias pessoais ou uma recusa a essas histórias (figura 13).

Há muitos casos em que o preconceito está vinculado à discriminação aos pobres, uma vez que suas maiores vítimas provêm de realidades muito adversas, nas quais dispuseram de pouco estudo e baixa qualificação profissional. Essa situação traz dificuldades muito grandes para que os pobres migrantes possam sair dessa condição de pobreza nas cidades para onde migraram. O mesmo preconceito não ocorre na mesma proporção contra os migrantes ou imigrantes bem-sucedidos.

ENTRE ASPAS

Skinheads

Em sua origem, em meados dos anos 1960, os *skinheads* eram grupos apolíticos de jovens ingleses, surgidos nas camadas trabalhadoras da população. A partir da década seguinte, inspirados pelo nazismo, ocorreu uma divisão desses grupos em uma facção de extrema direita, chamada também de neonazistas. Estes manifestam comportamento xenófobo e racista.

DARIO OLIVEIRA/CODIGO19/FOLHAPRESS

Figura 13. Bloco representado por mulheres de países latino-americanos, orientais, árabes e africanos, na 9ª edição da Marcha dos Imigrantes, em São Paulo (SP), 2015. Entre as questões levantadas estão a violência obstétrica (atos de desrespeito, abuso e negligência durante o parto), as dificuldades no mercado de trabalho e as barreiras no acesso à saúde e à educação.

CONEXÃO

Língua Portuguesa

A população de um país migrante

Chico Buarque de Hollanda (1944-), músico, dramaturgo e escritor carioca, é um dos artistas mais famosos da música popular brasileira e foi um dos mais ativos na crítica política e na luta pela democratização no país na década de 1970. Leia a seguir a letra de uma de suas canções.

Paratodos

"O meu pai era paulista
Meu avô, pernambucano
O meu bisavô, mineiro
Meu tataravô, baiano
Meu maestro soberano
Foi Antonio Brasileiro
Foi Antonio Brasileiro
Quem soprou esta toada
Que cobri de redondilhas
Pra seguir minha jornada
E com a vista enevoada
Ver o inferno e maravilhas
Nessas tortuosas trilhas
A viola me redime
Creia, ilustre cavalheiro
Contra fel, moléstia, crime
Use Dorival Caymmi
Vá de Jackson do Pandeiro
Vi cidades, vi dinheiro
Bandoleiros, vi hospícios
Moças feito passarinho
Avoando de edifícios
Fume Ari, cheire Vinicius
Beba Nelson Cavaquinho
Para um coração mesquinho
Contra a solidão agreste
Luiz Gonzaga é tiro certo
Pixinguinha é inconteste
Tome Noel, Cartola, Orestes
Caetano e João Gilberto
Viva Erasmo, Ben, Roberto
Gil e Hermeto, palmas para
Todos os instrumentistas
Salve Edu, Bituca, Nara
Gal, Bethânia, Rita, Clara
Evoé, jovens à vista
O meu pai era paulista
Meu avô, pernambucano
O meu bisavô, mineiro
Meu tataravô, baiano
Vou na estrada há muitos anos
Sou um artista brasileiro"

BUARQUE, Chico. "Paratodos", do álbum *Paratodos*. BMG Ariola, 1993.

HAGAQUEZART ESTÚDIO

- Quais marcas culturais presentes na sociedade brasileira são reflexos da intensa mobilidade populacional entre as diversas regiões do país, evidenciada na letra da canção "Paratodos"?

PONTO DE VISTA

As raízes da resistência

"'Voltem para Cuba!' A socióloga Roberta Peres assustou-se com o grito vindo de um passageiro de um carro cinza que passava em frente à Missão Paz, instituição religiosa que atende migrantes, imigrantes e refugiados recém-chegados à cidade de São Paulo. O haitiano que ela entrevistava – um estudante de engenharia que interrompeu o curso porque sua universidade fora destruída pelo terremoto de 2010 no Haiti – não entendeu a situação, já que conversavam em inglês. Era o início de 2014, auge da chegada de haitianos à capital paulista. A hostilidade cresceu nos meses seguintes. No sábado 1º de agosto de 2015, seis haitianos foram baleados com espingarda de chumbinho na rua do Glicério e na escadaria da paróquia Nossa Senhora da Paz, que abriga a Missão Paz.

'Em várias cidades brasileiras os haitianos ainda são oprimidos pelos moradores locais', observa Rosana Baeninger, também socióloga e colega de Roberta no Núcleo de Estudos de População (Nepo) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). As duas participaram de uma pesquisa recém-concluída sobre a situação e os planos de 250 haitianos que vivem em Manaus, Porto Velho, capital de São Paulo e três cidades do interior paulista (Campinas, Jundiaí e Santa Fé do Sul), Curitiba, Camboriú, Porto Alegre e Encantado, no Rio Grande do Sul. Os entrevistados eram, na maioria, homens com idade entre 24 e 29 anos, que pretendiam trazer os familiares, mas não pensavam em permanecer no Brasil. 'Para os haitianos', diz Roberta, 'o Brasil está deixando de ser um país de destino para ser uma etapa de trânsito, ainda que demorada, para os Estados Unidos, para onde a maioria disse que gostaria de ir'.

O levantamento reiterou duas conclusões prévias da equipe do Nepo. A primeira é a desconcentração territorial: cidades do interior paulista como Piracicaba e Limeira, além de Campinas, Jundiaí e Santa Fé do Sul, por causa de investimentos internacionais em agropecuária ou indústria, estão recebendo mais imigrantes e vivendo situações antes comuns apenas em capitais como São Paulo, que até o início dos anos 2000 constituíam o destino quase exclusivo dos estrangeiros. 'O excedente populacional acompanha alocações do capital internacional, embora a cidade de São Paulo continue como referencial no imaginário imigratório', diz Rosana.

A segunda conclusão é que a onda imigratória dos últimos 10 anos – formada por bolivianos, peruanos e outros povos latinos, aos quais se somaram haitianos, senegaleses e congoleses, a partir de 2010 – contraria pressupostos históricos tácitos. 'Desde o final do século XIX criou-se a ideia de que o imigrante, para ser aceito, teria de ser branco e europeu, e os imigrantes atuais são indígenas que falam espanhol, como os bolivianos, ou negros que falam francês ou crioulo, como os haitianos', diz Rosana, que trabalha nesse campo há 30 anos. Segundo ela, o distanciamento do padrão histórico branco europeu, a ausência de uma necessidade explícita da mão de obra estrangeira e a escassez de políticas públicas locais, estaduais e federais que promovam a interação social dos imigrantes do século XXI geram o que ela chama de 'distanciamento em relação ao outro' e as reações de hostilidade."

FIORAVANTI, Carlos. As raízes da resistência. *Revista Fapesp*, n. 236, out. 215. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br>. Acesso em: fev. 2016.

1. Que relação é feita entre alocação de capital e destino de imigrantes?
2. Por que o autor do texto afirma que a onda imigratória dos últimos dez anos contraria pressupostos históricos tácitos? Quais outros aspectos podem influenciar uma não aceitação do imigrante?
3. Em seu espaço de vivência, você constata reações de hostilidade a imigrantes ou outras formas de preconceito em relação a pessoas de fora desse espaço? Explique.

Tácito
Algo que está subentendido, algo que é implícito.

COMPREENSÃO E ANÁLISE

Faça no caderno

1. Explique as causas dos fluxos migratórios entre as regiões brasileiras ao longo da história.
2. Destaque, de acordo com seu ponto de vista, os aspectos positivos dos movimentos populacionais que ocorrem entre as diferentes regiões brasileiras.
3. Leia o texto e responda às questões.

Preconceito contra nordestinos

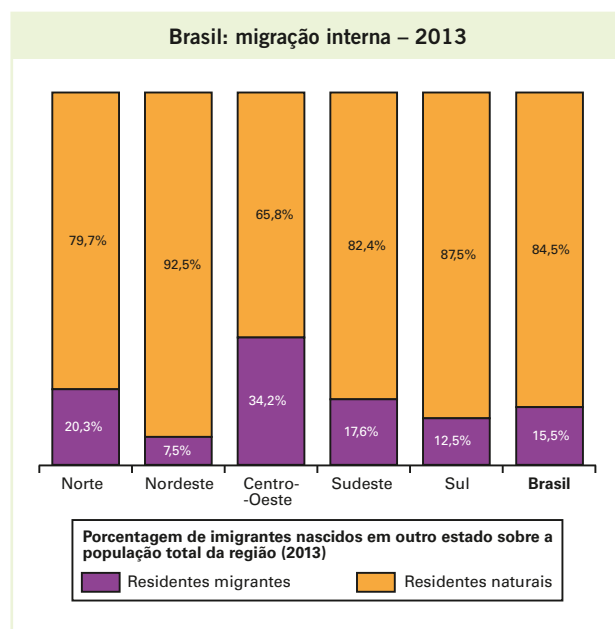
"[...] o preconceito entre determinado tipo de paulistanos contra os nordestinos existe e, assim como o preconceito racial, não é discutido nem assumido. Não são poucos os que veem os migrantes (assim como eram vistos imigrantes) não como gente disposta a prosperar e trabalhar, mas estorvos que geram pobreza e mesmo a violência. Crianças paulistanas acostumam-se a ouvir o substantivo 'baiano' transformado em adjetivo genérico e negativo para os nordestinos.

Há um indício claro deste preconceito, graças em larga medida ao próprio poder público. São Paulo é a maior cidade nordestina do Brasil, mas até hoje (e quase ninguém nem sequer pensa no assunto) não se imaginou um museu para contar a presença dos nordestinos, ao contrário do que existe para italianos, espanhóis, portugueses e judeus. Nas novelas, os personagens heroicos de São Paulo são europeus, quase nunca (para não dizer nunca) brasileiros que migraram. [...] raras escolas estimulam seus professores a discutir com os alunos a questão nordestina. Quando ocorre, geralmente é pelo lado depreciativo, como a pobreza das migrações."

DIMENSTEIN, Gilberto. Nordestinos são vítimas de preconceito. *Folha on-line*. Disponível em: <www.folha.uol.com.br>. Acesso em: fev. 2016.

a) Comente a principal crítica do autor, expressa no texto.
b) No dia a dia, você observa ações preconceituosas contra migrantes ou outros grupos sociais? Dê exemplos.
c) Comente a afirmação: o preconceito contra os migrantes pode revelar falta de conhecimento de quem o pratica em relação a sua própria história.

4. Observe os dados da imagem e justifique os maiores percentuais de residentes migrantes em duas regiões brasileiras.

Fonte: *Atualidades Vestibulares*, 2015, p. 140.

ENEM E VESTIBULARES

• (UFPE 2014) Mudanças significativas ocorridas na economia do Brasil recentemente modificaram, de forma significativa, os fluxos migratórios internos no país. Sobre esse tema, considere as afirmações a seguir.

0-0) Por conta da considerável melhoria dos padrões sociais e em face da política de transferência de renda para as áreas interioranas do Nordeste, particularmente o Agreste e partes do Sertão, os fluxos migratórios se dirigem, mais intensamente, para essas regiões.

1-1) Os movimentos migratórios internos são uma expressão de cenários nos quais as histórias familiares se misturam aos fenômenos econômicos e sociais de uma cidade ou de uma região.

2-2) Os empregos que estão atraindo mais trabalhadores para a Região Norte concentram-se na produção de minerais metálicos, principalmente alumínio e ferro, e no extrativismo mineral.

3-3) A Região Centro-Oeste, que se encontra em franca expansão econômica, em face do agronegócio, está sendo a que mais atrai imigrantes de outras regiões do país.

4-4) Em decorrência da transformação da economia de outras regiões brasileiras, constata-se que uma onda de migração de retorno vem acontecendo para a Região Sudeste, sobretudo a partir da década de 1990, reordenando o processo de urbanização.

AGENTES DA SOCIEDADE

Esta proposta busca sistematizar os temas trabalhados, sobretudo nos *Capítulos 8* e *9*, mas também no *Capítulo 1* deste volume. O objetivo é aprofundar e sensibilizar os estudantes sobre o preconceito racial. Para informações e orientações complementares, consulte o Manual do Professor – Orientações Didáticas.

RESPEITO PELA DIFERENÇA

Ao caminhar para a formação de uma sociedade global, o mundo contemporâneo cria e recria tensões e contradições, sejam elas econômicas, políticas, sociais ou étnicas. Estamos constantemente lidando com paradoxos: ao mesmo tempo em que a tecnologia permite que informações, mercadorias e capitais fluam mundialmente, há países, especialmente os mais ricos, fechando suas fronteiras aos migrantes pobres ou refugiados, contribuindo para a construção da imagem do migrante como o causador de diversos problemas econômicos, sociais, políticos e de segurança pública.

O Brasil também precisa superar diversos comportamentos preconceituosos para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática. O caminho para a construção de uma sociedade em que todos tenham seus direitos respeitados passa pelo reconhecimento da própria identidade e da diversidade e pela compreensão, valorização e respeito às diferenças.

A questão do preconceito e da intolerância tem sido um dos grandes dilemas a ser enfrentados no mundo atual. São discussões importantes e que envolvem o dia a dia de todo cidadão: a necessidade de conhecer, compreender e respeitar a diversidade humana.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Cartaz de campanha do Ministério Público do Trabalho contra o preconceito racial e a favor da igualdade da mulher afrodescendente no mercado de trabalho.

Sites que podem ajudá-lo na realização deste projeto:

Direitos Humanos na Net
http://dhnet.org.br/index.htm

Fundação Nacional do Índio – Funai
www.funai.gov.br

Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro
www.usp.br/neinb/

Japan Foundation São Paulo
http://fjsp.org.br

Memorial do Imigrante
www.memorialdoimigrante.org.br

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
www.seppir.gov.br

Ipea – Igualdade Racial
www.ipea.gov.br/igualdaderacial/

PROJETO: IDENTIDADE E TOLERÂNCIA

Objetivos

1) Identificar elementos da sua identidade.
2) Reconhecer a diversidade étnica do povo brasileiro e valorizá-la.
3) Valorizar a sua identidade e reconhecer a do "outro".
4) Identificar elementos culturais que ajudam a construir a identidade brasileira.

ETAPA 1

PESQUISA SOBRE A PRÓPRIA IDENTIDADE

Nesta etapa, você irá investigar sua história, reconhecendo suas origens e a cultura herdada de seus antepassados. Converse com pessoas mais velhas de sua família, pesquise em documentos e álbuns de família e procure descobrir:

a) quem foram seus ancestrais, tanto de parte de mãe como de parte de pai. A partir das informações, construa uma árvore genealógica, se for possível até a terceira geração. Escreva nome e sobrenome de cada um de seus parentes e o local de nascimento;

b) se há parentesco com grupos indígenas, afrodescendentes, europeus ou asiáticos;

c) se os parentes que você relacionou seguiam alguma religião e qual era;

d) que hábitos culturais, como culinária, vocabulário, técnicas de trabalho, música, literatura etc., seus parentes mantiveram de seus locais de origem;

e) se sofreram ou sofrem algum tipo de preconceito ou discriminação em razão de sua origem.

Organize as informações obtidas nos itens **b** a **d** em seu caderno, listando as origens, religiões e outros traços culturais de seus familiares.

ETAPA 2

MAPEAMENTO DAS ORIGENS DA TURMA

Nesta etapa, você e seus colegas irão compilar as informações obtidas na pesquisa.

Dica: Vocês podem elaborar mapas, produzir vídeos, fazer exposições, preparar pratos típicos.

JOÃO ALVAREZ/FOLHAPRESS

A festa da Lavagem do Bonfim, em Salvador (BA), que ocorre há mais de dois séculos, tornou-se um grande evento que une católicos e seguidores do candomblé. Todo ano, no mês de janeiro, uma procissão, com cerca de 800 mil pessoas, caminha entre as igrejas da Conceição da Praia e do Bonfim. Entre os rituais da festa, está a lavagem das escadarias da igreja do Bonfim pelas baianas. Essa união de crenças religiosas é conhecida como sincretismo religioso. Fotografia de 2014.

ETAPA 3

DEBATE SOBRE PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO

Nesta etapa, vocês irão trabalhar em grupo. Junte-se com quatro ou cinco colegas e discutam:

- Quais são as principais causas para o preconceito e a discriminação?
- Seus antepassados sofreram algum tipo de preconceito ou intolerância em razão de sua origem?
- Vocês percebem, ainda nos dias de hoje, esses preconceitos e discriminações? Em que situações?
- Vocês já presenciaram ou foram alvo de algum tipo de discriminação por conta de suas origens, cultura ou modo de ser (local de nascimento, sotaque, religião, características físicas, classe social, opção sexual, entre outros)?

Compartilhem as informações que seu grupo levantou com as do restante da turma. Para isso, elejam um relator para apresentá-las à classe.

Em seguida, coletivamente, discutam os seguintes tópicos:

- Expliquem por que o Brasil pode ser considerado uma nação.
- Quais manifestações contribuem para a construção da identidade nacional?
- O que faz a turma se sentir pertencente à nação brasileira?
- Qual é a relação entre a diversidade cultural e os processos de globalização? Cite formas de como a globalização homogeneíza a identidade cultural e formas de como ela pode potencializar conflitos culturais diante da diversidade existente no mundo.

BRASIL: PERSPECTIVAS E REGIONALIZAÇÃO

DPA PICTURE-ALLIANCE/AFP

Ponte estaiada sobre o Rio Negro, com Manaus (AM) ao fundo, 2013.

O vasto território brasileiro apresenta enorme potencial de recursos naturais e humanos. Porém, para transformar toda essa capacidade em realidade, ainda há enormes obstáculos, sobretudo os fortes contrastes socioeconômicos e culturais que podem ser notados entre as regiões brasileiras, cujos processos de ocupação e produção do espaço geográfico foram historicamente diferenciados.

Nesta unidade, você vai conhecer as regionalizações do território brasileiro, analisar as características e as peculiaridades de suas regiões e as relações que estabelecem entre si. Além disso, vai explorar a situação do Brasil no contexto internacional e sul-americano, que vem se transformando nos últimos anos, e conhecer os principais desafios internos que o país vem enfrentando para se consolidar como uma potência mundial emergente.

BRASIL NO SÉCULO XXI E REGIONALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

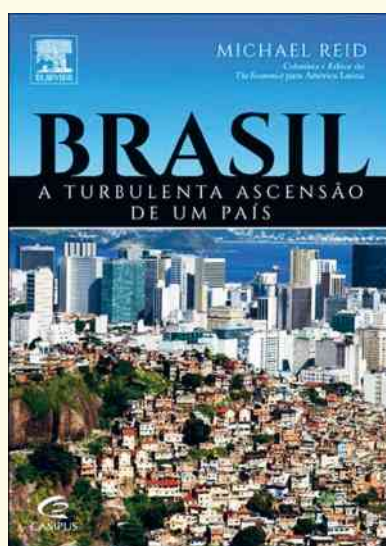
CONTEXTO

Brasil potência?

Observe as capas de livros reproduzidas a seguir.

SEMEANDO LIVROS

Brasil – Grande potência no século XXI, de Pedro Ricardo Dória, 2012.

CAMPUS

Brasil – A turbulenta ascensão de um país, de Michael Reid, 2014.

BERTRAND BRASIL

Brasil – Uma nova potência regional na economia-mundo, de Bertha K. Becker e Claudio A. G. Egler, 2010.

1. O Brasil é considerado uma força entre os emergentes. De acordo com o que você já estudou, quais são as potencialidades e os desafios de nosso país após a primeira década do século XXI?
2. Como o Brasil é apresentado em cada uma das capas dos livros? Você concorda com as visões expressas nesses títulos?

HANS VON MANTEUFFEL/PULSAR IMAGENS

1 BRASIL: UM PAÍS EMERGENTE

Na primeira década deste século, o Brasil ampliou sua influência no contexto geopolítico e chegou a ocupar, por um breve momento, a sexta posição entre as economias mundiais. Embora não tenha se tornado um protagonista de ponta, o país esteve presente em importantes contextos da política internacional. No plano interno, a economia cresceu, a inflação manteve-se estabilizada, a oferta de emprego foi ampliada e diversos programas sociais, voltados à promoção e à inclusão da população de baixa renda, foram implantados.

O cenário modificou-se a partir da crise econômica de 2014/2015 e da consequente perda de projeção e confiabilidade no cenário internacional. A crise abalou a influência brasileira também no cenário regional latino-americano. Nessa região, o país tem presença marcante, inclusive em diversas obras de infraestrutura financiadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e tocadas por grandes empreiteiras brasileiras que se envolveram em um escândalo de corrupção apurado pela Justiça.

Apesar dos retrocessos, o Brasil é um país importante no cenário internacional.O país é integrante do G20, fórum que reúne países desenvolvidos e emergentes, e discute propostas relativas ao sistema financeiro internacional e à economia global. Tem também papel relevante nas discussões sobre questões ambientais em nível mundial e ainda é uma potência regional.

(País) emergente
País que apresenta atributos (como PIB expressivo, economia diversificada com parque industrial dinâmico e capacidade para influenciar decisões geopolíticas e econômicas em nível regional) que lhe conferem protagonismo em ascensão nas relações internacionais.

CRISE POLÍTICA E ECONÔMICA

A crise brasileira relaciona-se, em parte, à crise global e à desaceleração da economia da China, nosso principal parceiro econômico. A queda da demanda de *commodities*, nosso principal produto no mercado internacional, afetou importantes setores produtivos nacionais.

Um dos fatores principais da crise foi o conjunto de políticas internas para lidar com a crise mundial e para manter o crescimento econômico brasileiro. Uma das estratégias adotadas foi a concessão de subsídios a grandes empresas, através de programas de investimentos e financiamentos do BNDES, para além da capacidade que se tinha para sustentá-los. A outra foi a desoneração fiscal, isto é, o corte temporário de impostos para determinados segmentos, como indústrias automobilísticas e de eletrodomésticos. A consequência foi a diminuição da arrecadação e, portanto, da receita do governo. A Receita Federal estimou que, entre 2011 e 2015, o Brasil deixou de arrecadar mais de R$ 342 bilhões em impostos.

Essa política provou-se insustentável. O crescimento continuou em declínio (figura 1, na página seguinte), o governo criou um enorme déficit orçamentário e utilizou manobras contábeis para aliviar, momentaneamente, as contas do Governo Federal. Essas manobras consistem em procedimentos contábeis que usam recursos de bancos federais para cobrir as despesas do governo e mascarar a real situação das contas públicas. Tais procedimentos, proibidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, foram usados como argumentos, apesar de praticados por outros governos e de serem bastante questionados por setores da sociedade, para a aceitação do pedido de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (1947-).

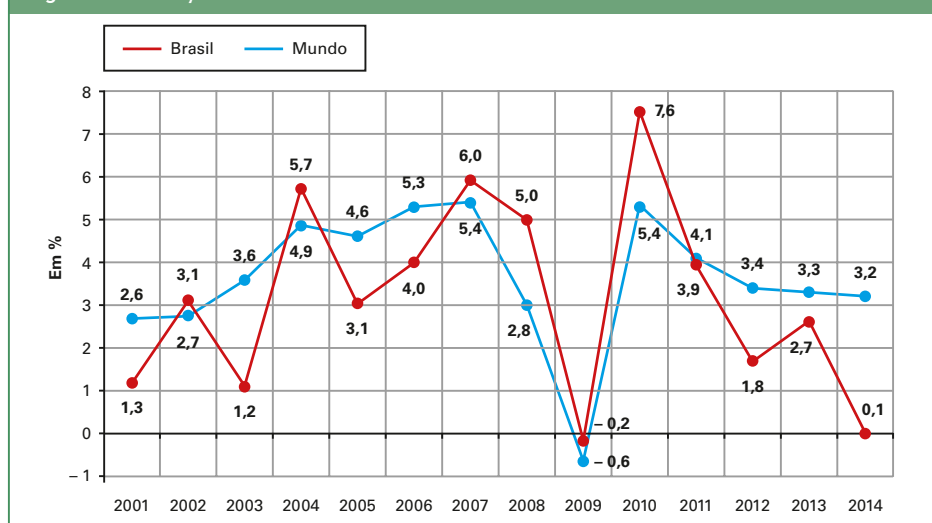
ENTRE ASPAS

Impeachment

O *impeachment* (ou impedimento) é um processo que, se concluído, resulta na impugnação, ou seja, no impedimento para a continuidade do mandato para os cargos de presidente da República, governadores e prefeitos. Isso pode ocorrer por motivos relacionados a crimes normais ou de responsabilidade (que vão contra a Constituição Federal), abuso de poder, entre outros. Os casos envolvendo situações de corrupção podem gerar abertura de processo e mesmo o impedimento.

O primeiro processo de *impeachment* contra um presidente da República no Brasil ocorreu em dezembro de 1992 e culminou com o impedimento de **Fernando Collor** (1949-), acabou renunciando ao cargo. O então vice-presidente **Itamar Franco** (1930-2011) assumiu a presidência.

Em 2015 a crise econômica foi aprofundada pela crise política. A perda da base de apoio do governo no Congresso Nacional bloqueou a implantação de medidas de ajuste fiscal e outras para aumentar a arrecadação e melhorar as condições orçamentárias do país. Acrescentam-se ainda os desdobramentos das investigações de corrupção que atingiram importantes empresas e seus proprietários e gestores, partidos e personalidades políticas.

Figura 1. Evolução do PIB no Brasil e no mundo – 2001-2015

BIS

Fonte: *Atualidades Vestibular*, *2015*, 2º semestre, p. 119.

BRASIL E PRINCIPAIS EMERGENTES

Se considerarmos que ter o domínio de tecnologias avançadas, sobretudo nos setores de informática, telecomunicações, microeletrônica e químico-farmacêutico, é imprescindível para atuar como protagonista no contexto econômico global, o Brasil encontra-se atrás de países que nos anos 1960 tinham um nível de desenvolvimento socioeconômico inferior ao brasileiro, como a Coreia do Sul, e atrás de outros países emergentes, como a China e a Índia.

Na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), em que pese o seu diversificado e amplo parque industrial, o Brasil continua com o papel de grande exportador de *commodities*, que representavam, em 2015, mais de 60% das exportações, segundo dados da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).

Nas exportações de bens manufaturados predominam os de baixo e médio valor agregado. No caso dos manufaturados de alto valor agregado, há pouca diversificação e pequena participação percentual no total exportado. Nesse grupo, as exportações de aviões de médio e pequeno porte pela Embraer têm grande representatividade.

É preciso destacar também a importância de domínio tecnológico brasileiro nos setores de exploração de petróleo e gás natural, particularmente em águas profundas, de extração de minérios, de produção agropecuária e de pesquisa biotecnológica – com destaque para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) –, de energia nuclear (processo de enriquecimento de urânio, apesar de ainda não ser autossuficiente na produção de urânio enriquecido), e mesmo na produção de *softwares* (figura 2).

Valor agregado
Valor que se adiciona a cada processo de trabalho. Mercadorias de produção mais complexa têm maior valor agregado, o que gera maior rentabilidade para o produtor e para o governo, pois os impostos devem ser lançados em cada etapa produtiva sobre o valor agregado.

CLAYTON DE SOUZA/ESTADÃO CONTEÚDO

Figura 2. Pesquisador opera *drone* em plantação experimental de milho em São Carlos (SP), 2014.

ENTRE ASPAS

Divisão Internacional do Trabalho (DIT)

Corresponde à repartição dos papéis de cada país na **produção** e no **comércio globais**. Com a Revolução Industrial e a consolidação do capitalismo, a DIT (denominada de DIT clássica) estava estruturada em uma relação em que os países industrializados eram produtores e exportadores de bens manufaturados, e as colônias e os países que não haviam realizado sua Revolução Industrial eram produtores e fornecedores de matérias-primas agropecuárias e minerais.

No século XX, com o processo de expansão das multinacionais e com os investimentos de capitais nos países em desenvolvimento, a Divisão Internacional do Trabalho (nova DIT) incorporou novas características. Diversos países em desenvolvimento passaram a apresentar um parque industrial diversificado e a exportar diversos bens industrializados, mas com baixo aporte tecnológico. A partir da década de 1970, estruturaram-se redes complexas de produção **mundializadas**, ou seja, distribuídas em diversos países. Desse modo, por exemplo, as etapas de pesquisa e de desenvolvimento de projetos de uma determinada **empresa multinacional** estão concentradas em um país (desenvolvido, principalmente), e a produção das mercadorias está dividida em diversas etapas e espalhada em vários países.

A Coreia do Sul investiu maciçamente na educação e no desenvolvimento de ciência e tecnologia (C&T), com apoio e estímulo do Estado às empresas locais. Sua inserção na DIT conheceu, nas últimas décadas, alterações significativas, quando o país passou a ser exportador de diversos produtos de alta tecnologia e assistiu à formação de grandes corporações, como Hyundai (indústria automobilística), LG, Samsung (ambas produtoras de eletrônicos), entre outras.

Se considerarmos os países do **BRICS** (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), a Rússia apresenta um bom nível educacional – superior, na média, em relação aos demais países desse conjunto. Ela detém tecnologia avançada nos setores aeroespacial, de energia nuclear e de armamentos, mas, em termos de indústrias de bens de consumo, fica atrás dos outros países.

Já a China e a Índia vêm apresentando forte crescimento em termos de produtividade, resultado dos investimentos em inovação e desenvolvimento tecnológico. Esses países estimulam o processo de internacionalização de empresas, fomentando e auxiliando a aquisição de empresas de setores estratégicos. Além disso, estimulam fortemente as exportações, com incentivos fiscais e empréstimos. Sobretudo no caso da China, o nível de internacionalização de empresas é muito maior que o brasileiro.

A China é uma grande potência mundial, com o segundo maior PIB do mundo e o maior volume de comércio internacional do globo. É grande exportador de bens industrializados de alto valor agregado e detém as maiores reservas cambiais internacionais do mundo.

O Brasil, no entanto, antes da crise econômica de meados da década de 2010, vinha estimulando esse processo, estabelecendo maiores facilidades para os investimentos brasileiros no exterior e também com a ajuda do BNDES, por meio de financiamento e mesmo participação acionária na instalação de filiais/subsidiárias e de compras de outras empresas. Com a crise, essa capacidade de financiamento reduziu-se drasticamente. Além disso, o Brasil tem o grande desafio de incrementar a inovação e o desenvolvimento tecnológico em nível nacional – fatores fundamentais para ampliar o nível de competitividade das empresas em escala global.

Entre as vantagens do Brasil em relação a um ou mais países do BRICS estão: a grande extensão de terras agricultáveis, a disponibilidade de água, os diversos rios caudalosos e a inexistência de conflitos étnicos, religiosos e movimentos separatistas.

No contexto geopolítico internacional, no entanto, China, Rússia e Índia são potências nucleares e, diferentemente do que ocorre com o Brasil, a projeção desses países em termos político-militares vai além do âmbito regional. A África do Sul, por sua vez, tem uma relevância maior em termos geopolíticos e econômicos no continente africano. Com exceção da China, o principal parceiro comercial do Brasil atualmente, o comércio brasileiro com os demais países do BRICS não é expressivo, embora venha apresentando crescimento significativo nos últimos anos.

LEITURA

Geopolítica do Brasil: a construção da soberania nacional
De Edu Silvestre de Albuquerque. Atual, 2006 (Coleção Geografia sem fronteiras).

Aborda questões relativas ao território brasileiro (recursos naturais e agrícolas) e às relações internacionais (políticas e econômicas).

Veja, nas tabelas abaixo, dados sobre os 10 maiores importadores e exportadores no comércio exterior brasileiro.

Principais países compradores – 2015			
Posição	País	Valor (em milhões de dólares)	Participação (em %)
1	China	35.607	18,6
2	Estados Unidos	24.080	12,6
3	Argentina	12.800	6,7
4	Países Baixos	10.044	5,3
5	Alemanha	5.178	2,5
6	Japão	4.844	3,5
7	Chile	5.441	2,1
8	Índia	3.617	2,1
9	México	3.588	1,9
10	Itália	3.270	1,7

Principais países fornecedores – 2015			
Posição	País	Valor (em milhões de dólares)	Participação (em %)
1	China	30.719	18,0
2	Estados Unidos	26.471	15,4
3	Alemanha	10.379	6,0
4	Argentina	10.284	6,0
5	Coreia do Sul	5.420	3,1
6	Japão	4.877	2,8
7	Itália	4.675	2,7
8	Nigéria	4.633	2,7
9	França	4.457	2,6
10	México	4.377	2,5

Fonte: Ministério do Desenvolvimento. *Balança Comercial Brasileira*: dados consolidados 2015. Disponível em: <www.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: mar. 2016.

AMPLIAÇÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

No âmbito das relações internacionais brasileiras no mundo contemporâneo, é importante ainda salientar que o Brasil procurou, particularmente na primeira década deste século, estreitar vínculos diplomáticos com os países africanos e do Oriente Médio. Prova disso foi a ampliação do número de embaixadas, consulados e escritórios de representação em países dessas regiões.

Alguns países africanos, apesar dos elevados índices de pobreza e indicadores sociais ruins, têm apresentado um *boom* de crescimento econômico, aliado a uma maior estabilidade política e institucional. Nesse cenário, torna-se relevante desenvolver projetos de intensificação comercial e política com esses países.

Os países africanos que acumulassem divisas com as exportações de *commodities* poderiam investir mais em transporte, energia e telecomunicações. Isso se configuraria numa oportunidade de negócios para o Brasil, que tem grandes grupos empresariais nos setores de construção civil, de energia e mineração. No entanto, em meados da década de 2010, diversas das grandes empresas brasileiras estavam envolvidas nos casos de corrupção e isso havia reduzido o potencial de expansão de negócios pela impossibilidade de obter canais de financiamento, tendo algumas, em razão das dificuldades financeiras, de passar por recuperação judicial.

No caso dos países latino-americanos, as investidas diplomáticas foram amplas – desde os acordos para criação da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e do Banco do Sul, oficializado em 2009, até o financiamento de obras de infraestrutura pelo BNDES em diversos países da América do Sul e Central, com a construção de usinas hidrelétricas (figura 3) e outras obras de infraestrutura –, assegurando a posição do Brasil como principal potência regional. Colaborou também com o reforço do papel do Brasil o fato de o país não ter apoiado o projeto da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), empreendimento fracassado dos Estados Unidos na década de 1990.

ENRIQUE CASTRO-MENDIVIL/REUTERS/LATINSTOCK

Figura 3. Protesto de grupos indígenas peruanos contra a construção da Usina Hidrelétrica Inambari (Peru) – que será realizada em parceria com consórcios de empresas brasileiras para atender às necessidades energéticas dos dois países – em Lima (Peru), 2010.

Se necessário, retome os temas relativos à integração regional na América do Sul, analisados na *Unidade 2* do *Volume 2*.

Outro fato que reafirma seus estreitamentos maiores com a América Latina é o comando brasileiro, desde 2004, das missões de paz no Haiti, um dos países mais pobres do continente americano. Essas missões de paz fazem parte de um conjunto de atitudes tomadas pelo Brasil em âmbito internacional, na tentativa de conquistar assento permanente no Conselho de Segurança da ONU e reafirmar sua liderança regional na América Latina. O Brasil também colaborou para a reconstrução do Haiti após o terremoto de 2010.

O governo e empresas do Brasil, entretanto, tiveram que conviver com vários problemas decorrentes de suas atuações nos países latino-americanos entre a primeira década e meados da segunda década deste século, como:

- protestos de comunidades indígenas peruanas contra a construção da Usina de Inambari em parceria do Brasil com o Peru (como você viu na página anterior);
- nacionalização das instalações da Petrobras na Bolívia em 2006 pelo governo Evo Morales;
- expulsão de uma grande construtora do Equador sob a alegação de superfaturamento de obras, em 2015;
- retirada da Petroleos da Venezuela S.A. (PDVSA), sócia da Petrobras no empreendimento da construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco;
- barreiras comerciais por parte da Argentina, impactando as exportações brasileiras para o país;
- conflitos entre fazendeiros brasiguaios e sem-terra paraguaios.

POTENCIALIDADES E DESAFIOS INTERNOS

Na seção *Contexto*, você discutiu a respeito das potencialidades e dos desafios do Brasil neste início de século XXI, após o final de sua primeira década. A partir disso, deve ter constatado que ambos são múltiplos e enormes. Em meados da década de 2010, como você viu, o grande desafio era justamente a superação da grave crise que atingia o país, provocando grande estagnação na economia e elevação dos índices de desemprego.

Após duas décadas de regime ditatorial (entre 1964 e 1985), o Brasil passou a contar com eleições regulares nas diversas esferas (federal, estadual e municipal) e a conviver com a pluralidade de correntes ideológicas e diversos partidos políticos (figura 4). A Constituição de 1988 estabeleceu que o número de senadores para cada estado seria três, independentemente da população. Isso gera grande distorção na representatividade, uma vez que o estado de São Paulo, com cerca de 44.700.000 habitantes, e Roraima, com cerca de 510 mil, estão com a mesma representação. No caso dos deputados federais, devem ser no mínimo oito e no máximo setenta deputados. Entre essas quantidades, a definição está condicionada à população de cada estado.

LUCIANA WHITAKER/PULSAR IMAGENS

Figura 4. Mulher vota em urna eletrônica no Rio de Janeiro (RJ), 2014.

Não obstante, o país não superou o **problema da corrupção**, que limita a possibilidade de ampliação dos investimentos na área social e na infraestrutura do território. Leia a seção *Leitura e discussão* a seguir.

LEITURA E DISCUSSÃO

Corrupção

"Desde o início da Operação Lava Jato, em março de 2014, a corrupção voltou a dominar o debate político no Brasil. [...]

Apesar de a maioria das pessoas relacionar a corrupção às ações dos diversos governos em nível federal, estadual e municipal, não estamos falando de um mal restrito à esfera pública. Muitos estudos apontam que a corrupção no âmbito governamental é uma extensão dos maus hábitos da população – afinal, os políticos saem do corpo da sociedade. [...]

Uma pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais e do Instituto Vox Populi revelou que 23% dos brasileiros acham que dar dinheiro ao guarda para evitar a multa não é um ato corrupto. Isso pode ser um demonstrativo de como a cultura do 'jeitinho brasileiro', em que ações como falsificar carteira de estudante, comprar diploma falso ou 'roubar' o sinal da TV a cabo, não é percebida como corrupção. Muitos, inclusive, não consideram que o ato de sonegar impostos tenha relação com a corrupção.

Na verdade, quem pratica esses pequenos atos de corrupção está cuidando apenas de seu interesse pessoal sobre as regras sociais vigentes. Ou seja, pratica individualmente o conceito de levar alguma vantagem mesmo que isso cause um prejuízo à sociedade. É nesse ponto que os comportamentos dos desvios cotidianos e das corrupções de grande montante público se encontram: interesses privados de alguns indivíduos se sobrepõem aos interesses públicos e gerais da sociedade. 'Aceitar essas pequenas corrupções legitima aceitar grandes corrupções', afirma o promotor Jairo Cruz Moreira, coordenador da campanha 'O que você tem a ver com a corrupção?', do Ministério Público.

Além da corrupção na esfera pública, é importante destacar que ela existe também no mundo privado. É comum que funcionários responsáveis por compras e contratações das empresas recebam dinheiro e presentes para beneficiar uma determinada companhia num processo de concorrência, em prejuízo do próprio local onde trabalha. [...]

O primeiro passo para a construção de uma sociedade menos corrupta e mais justa é priorizar o interesse da coletividade em relação aos benefícios pessoais. Mas em uma sociedade em que o vale-tudo do individualismo é cada vez mais forte, fica mais fácil culpar os políticos por todos os males do país."

SASAKI, Fábio. Corrupção: entenda por que ela não é exclusividade dos governantes. *Guia do Estudante*, 25 fev. 2016. Disponível em: <http://guiadoestudante.abril.com.br>. Acesso em: mar. 2016.

1. Por que "a corrupção no âmbito governamental é uma extensão dos maus hábitos da população"?
2. Em sua opinião, o que poderia ser feito para reduzir significativamente os casos de corrupção?

Outro problema que compromete a competitividade brasileira no mercado internacional e provoca impacto no custo de vida, principalmente dos brasileiros mais pobres, é a elevada carga tributária.

Se por um lado tal fato possibilita gastos em setores sociais importantes, como saúde, previdência e assistência social, e nos programas de transferência de renda – como o Bolsa Família – por outro, a carga elevada de impostos que incide na produção, na distribuição e na comercialização de bens e serviços, onera os seus preços. Além disso, no Brasil, esses impostos, chamados de indiretos, são pagos igualmente por todos na sociedade. Isso faz com que aqueles que têm menor renda paguem proporcionalmente mais impostos que as pessoas de renda maior (sobre esta temática, reveja o *Capítulo 7* deste volume).

O conjunto de todos os impostos (federais, estaduais e municipais) representa uma fatia expressiva do PIB. Isso até mesmo quando comparamos a estrutura tributária ou fiscal brasileira com as estruturas de alguns países desenvolvidos que investem muito nos setores sociais e oferecem serviços de educação, saúde e previdência social de alto nível às suas populações. A carga tributária brasileira, por exemplo, é semelhante à da Alemanha e à de Portugal e maior que a da Espanha, do Canadá, dos Estados Unidos e do Japão.

INFRAESTRUTURA: NECESSIDADES E LIMITES

Um dos fatores limitantes do crescimento econômico do Brasil é a deficiente infraestrutura (veja a *Unidade 3* do *Volume 2* desta coleção).

No final da primeira década do século XXI, nos meios governamentais e empresariais, com frequência discutia-se a necessidade de ampliar a oferta de energia elétrica no Brasil, pois um ritmo de crescimento econômico mais acelerado poderia ser “freado” sem a expansão do fornecimento de eletricidade.

De fato isso não ocorreu em parte por causa da crise na economia, em meados da década de 2010, que reduziu o ritmo de crescimento da atividade econômica e, por consequência, a demanda energética. De qualquer forma, é imprescindível que a quantidade de energia disponível à atividade produtiva e à sociedade seja ampliada, para dar suporte à retomada na produção e que esse processo de ampliação também esteja pautado por uma maior oferta de energia renovável e de menor impacto ambiental – eólica, de biomassa e solar, por exemplo.

No caso dos transportes, existem poucas redes ferroviárias e hidroviárias no Brasil. O predomínio de rodovias na rede de transportes do país encarece o custo da circulação de pessoas e mercadorias (figura 5).

EDUARDO MARTINS/A TARDE/FUTURA PRESS

Figura 5. Obras de construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, em Jequié (BA), 2014.

Além disso, os principais portos brasileiros trabalham no limite de suas capacidades. A ampliação das exportações só é possível com maior capacidade de escoamento nos terminais de carga marítimos e com maior fluidez de mercadorias pelas vias terrestres – rodovias e ferrovias – e fluviais – hidrovias. Além disso, essa deficiência na infraestrutura de escoamento das mercadorias acarreta elevação do preço final das mercadorias exportadas pelo Brasil e perda de competitividade internacional.

No entanto, é preciso lembrar que a expansão das redes de infraestrutura (gasodutos, oleodutos, rodovias, ferrovias, redes de transmissão de energia elétrica) para a circulação de mercadorias, informações e pessoas, bem como a construção de usinas geradoras de energia (hidrelétricas, por exemplo) deve considerar a conservação dos sistemas naturais, já bastante degradados. Por outro lado, é preciso avaliar se essas obras favorecerão apenas alguns grupos ou setores da sociedade, como umas poucas empresas, ou se contribuirão para o crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da sociedade em geral.

Assim, merecem atenção tanto os projetos de infraestrutura nas regiões que apresentam paisagens naturais relativamente conservadas, como a região amazônica, quanto naquelas onde restam, proporcionalmente, menos trechos conservados, como os biomas Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica.

COMPREENSÃO E ANÁLISE

1. Leia o trecho da entrevista com o Secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, publicada no jornal *Folha de S.Paulo.*

Folha – O Brasil quer um assento permanente no Conselho de Segurança [CS]. Muitos dizem que é um pleito justo ou mesmo apoiam a entrada, como a França. Minha pergunta é: o que está faltando?

Ban Ki-Moon – Todos os países-membros da ONU concordam com o fato de que o Conselho de Segurança precisa passar por uma reforma que aumente seus assentos permanentes. [...] O que está faltando são os países-membros conseguirem concordar sobre uma mesma fórmula para a mudança. Na América Latina, há muitos países que desejam se tornar membros permanentes. Também na África e na Ásia. Temos de lidar com essas questões de maneira harmoniosa, por meio de diálogo e consultas.

DÁVILA, Sérgio. Entrevista: Ban Ki-Moon. Disponível em: <www.folha.uol.com.br>. Acesso em: jan. 2016.

Ban Ki-Moon foi Secretário-geral da ONU de 2007 a 2016.

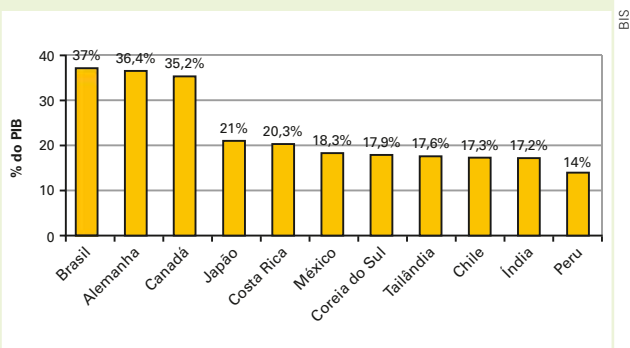
a) Quais são os atuais membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU?

b) Com base no capítulo, quais atributos você considera que o Brasil apresenta para reivindicar a posição de membro permanente no Conselho de Segurança da ONU, numa possível reforma na estrutura dessa instituição?

2. Como você avalia a questão da infraestrutura no seu município? Quais setores de infraestrutura necessitam de mais investimento? Que tipo de problemas a atual condição de infraestrutura traz para o seu município? Elabore um breve texto dissertativo-argumentativo sobre o assunto, apontando os principais problemas existentes e as possíveis soluções e seus respectivos benefícios.

3. Observe o gráfico a seguir.

Carga tributária: Brasil e países selecionados (% do PIB) – 2013

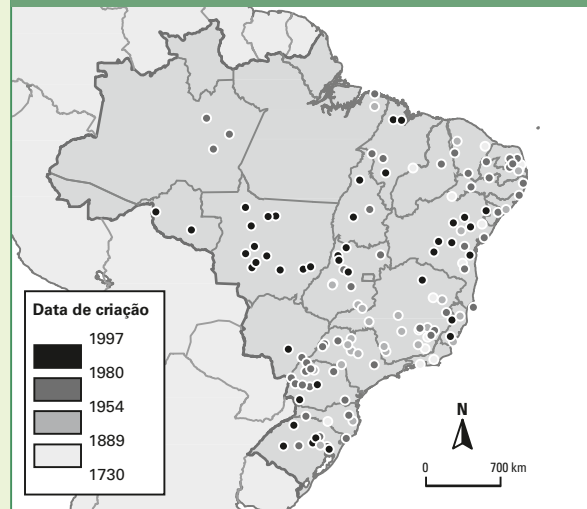
BIS

Fonte: Impostos Brasil. Disponível em: <https://impostosbrasil.wordpress.com>. Acesso em: jan. 2016.

Analisando os dados do gráfico, quais considerações podem ser feitas em relação ao Brasil levando-se em conta as características socioeconômicas dos países e o percentual de carga tributária em relação ao PIB?

ENEM E VESTIBULARES

1. (Cederj 2014) Analise o mapa a seguir:

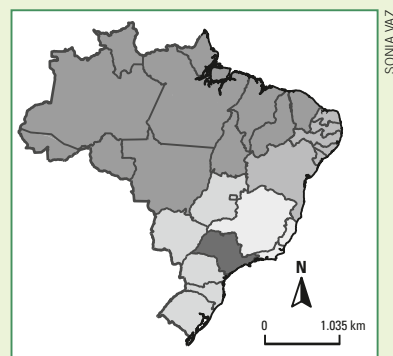
Os novos municípios

SONIA VAZ

Fonte: THÉRY, H. e MELLO, N. *Atlas do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2008. p. 58.

No mapa, qual é o estado que apresenta a maior concentração dos municípios criados entre 1980 e 1997?

a) Bahia.
b) Goiás.
c) Mato Grosso.
d) Mato Grosso do Sul.

2. (Uerj 2016) No mapa abaixo, o território brasileiro foi redividido em apenas cinco unidades federativas, todas com população equivalente, em torno de 40 milhões de pessoas.

SONIA VAZ

Considerando a realidade atual do Brasil, essa redivisão territorial também igualaria a seguinte característica socioespacial:

a) nível de renda por habitante
b) oferta de água por domicílio
c) produção de alimentos por área
d) proporção de eleitores por senador

2 REGIONALIZAÇÃO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Regionalizar significa estabelecer regiões com base em determinados critérios, que podem ser naturais, históricos, culturais ou socioeconômicos. Uma regionalização pode ainda inter-relacionar mais de um desses aspectos, desde que garanta um caráter de individualidade à região, distinguindo-a das demais.

As regiões não são estáticas. Elas podem ser alteradas em virtude do dinamismo na transformação das paisagens, em razão dos processos históricos que modificam as formas de uso do solo e incorporam novos padrões de desenvolvimento tecnológico. Podem também ser alteradas com a criação de estados e, portanto, de novas divisões políticas e administrativas, com novos interesses econômicos e, até mesmo, para atender à finalidade de pesquisa e coleta de dados para levantamentos estatísticos.

A geógrafa **Bertha Becker** assinala que "as regiões não são entidades autônomas. Pelo contrário, configuram-se a partir das diferenças que apresentam em relação às outras [regiões] e do papel diferenciado que exercem no conjunto da sociedade e do espaço nacionais"[1].

Desse modo, há uma interdependência entre as regiões que compõem o país, pois estão integradas a uma política e economia únicas. Os diversos lugares de uma região relacionam-se por meio do fluxos de pessoas, mercadorias e informações de diversos tipos, além de circulação de recursos financeiros.

A regionalização agrupa estados (ou parte deles) com características semelhantes, distinguindo-os dos demais. O levantamento de dados permite a comparação e a percepção das disparidades regionais existentes e a possibilidade de maior intervenção governamental para amenizar essas diferenças.

CONEXÃO

Língua Portuguesa

Nordeste

O piauiense Hermes Vieira (1911-2000) foi um poeta indianista e folclorista que escrevia sobre a beleza e os costumes cotidianos do homem do campo nordestino. Leia um trecho de um de seus poemas.

"[...]
Meu Nordeste das moagens
Nos engenhos de madeira,
Dos açudes, das barragens,
Da lavoura rotineira,
Das desmanchas de mandioca,
Do foguete de taboca
Irmão gêmeo da ronqueira.

Meu Nordeste onde os velórios
São rezados no sertão,
E improvisam-se os casórios
(Sem juiz, sem capelão),
Os padrinhos e os compadres,
As madrinhas e as comadres,
Na fogueira de São João. [...]

Meu Nordeste em rede armada
(De algodão ou de tucum),
Aguardando a maxixada
Com quiabo e jerimum,
Mel, canjica e milho assado,
Feijão-verde e arroz torrado,
Na semana de jejum.

Meu Nordeste a boi de carro...
Carro de boi do Nordeste,
Tosco, humilde, simples charro,
Submisso e a nada investe,
Que, arrastando estrada afora,
Range, grita, canta e chora
Ajaujado à canga agreste. [...]"

VIEIRA, Hermes. "Nordeste". *Poemas Nordeste*.
Disponível em: <www.camarabrasileira.com>. Acesso em: dez. 2015.

1. As rimas no poema mantêm o mesmo padrão em todas as estrofes. Indique esse padrão.
2. Identifique no poema referências a aspectos culturais e econômicos do Nordeste brasileiro.
3. Com base no poema, aponte semelhanças e diferenças entre a região retratada e a região em que você vive.

1 BECKER, Bertha K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990. p. 8.

MACRORREGIÕES DO IBGE

A divisão regional do Brasil sofreu diversas modificações. No início do século XX, surgiram as primeiras iniciativas de regionalização. Mas, somente com a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na década de 1930, os levantamentos estatísticos tornaram-se regulares, e os dados colhidos em cada estado passaram a ser agrupados em macrorregiões ou regiões administrativas. Também na regionalização do IBGE ocorreram várias modificações, mas em alguns momentos elas foram mais significativas.

> **Fisiográfico**
> Referente à fisiografia, descrição da superfície baseada nas formas de relevo e nas inter-relações com outros aspectos do ambiente natural. Constitui-se importante critério da escolha das regionalizações por ter um caráter mais estável.

Em 1942, o IBGE publicou a primeira divisão regional oficial do Brasil. Essa regionalização foi baseada em critérios fisiográficos ou naturais (figura 6). Os territórios de Iguaçu e Ponta Porã foram extintos pela Constituição de 1946. Em 1956, o território de Guaporé passou a ser chamado território de Rondônia.

A partir da década de 1960, com as intensas transformações no espaço geográfico brasileiro, provocadas pelos impactos produzidos na paisagem, e as mudanças na divisão político-administrativa do país, tornou-se necessária a revisão do critério adotado para a regionalização do território nacional. A cobertura original da vegetação desapareceu em vastas extensões dos estados de economia mais dinâmica; além disso, trechos do relevo e as redes hidrográficas foram alterados para implantação de infraestrutura urbana, energética e de transporte.

Os aspectos econômicos passaram a prevalecer sobre os aspectos naturais. Nessa mesma época, Brasília foi construída para ser a capital do país; o antigo Distrito Federal, sediado na cidade do Rio de Janeiro, foi transformado no estado da Guanabara; o território do Acre foi elevado à categoria de estado; e o território de Rio Branco passou a ser chamado de território de Roraima.

Em 1970, o IBGE apresentou uma nova divisão regional baseada em cinco macrorregiões, cujos nomes foram mantidos até os dias atuais, e incorporou as alterações das divisões político-administrativas ocorridas no período (figura 7).

Figura 6. Brasil: divisão regional do IBGE – 1945

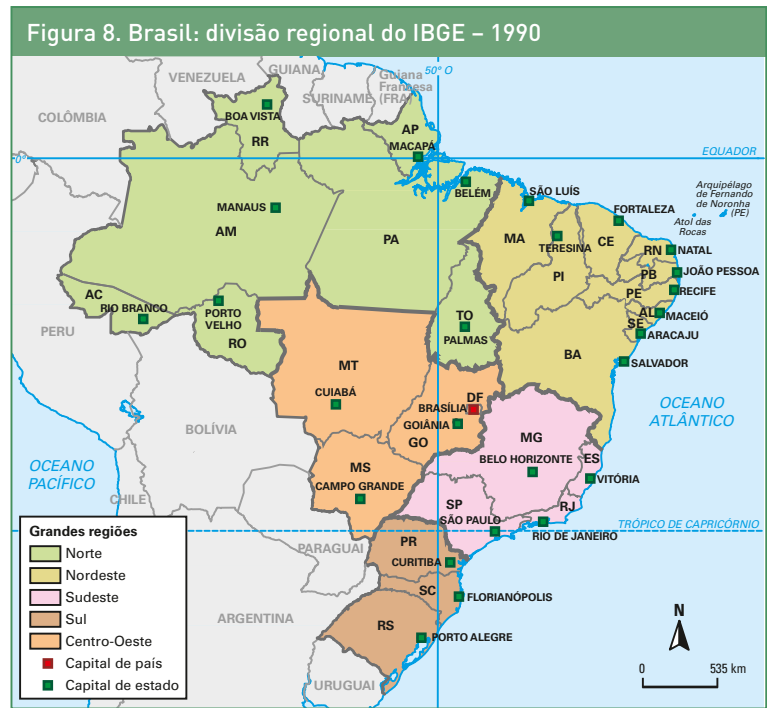
Figura 7. Brasil: divisão regional do IBGE – 1970

Fonte dos mapas: *Atlas geográfico escolar*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. p. 100 e 101.

Em 1980, o IBGE apresentou um novo mapa com as mudanças ocorridas com a incorporação do estado da Guanabara ao estado do Rio de Janeiro, em 1975, e a criação do estado de Mato Grosso do Sul, em 1977.

As divisões regional e política do Brasil atual foram estabelecidas desde a Constituição de 1988 e incorporadas pelo IBGE em 1990. Os territórios federais deixaram de existir. Roraima e Amapá foram elevados à categoria de estado[2], e Fernando de Noronha transformou-se em município do estado de Pernambuco. Na porção norte do estado de Goiás foi criado o estado de Tocantins, que passou a pertencer à Região Norte.

Atualmente, o Brasil é dividido pelo IBGE em cinco macrorregiões (regiões administrativas) e 27 unidades político-administrativas, sendo 26 estados e 1 distrito federal, onde está a capital do país, Brasília (figura 8).

Figura 8. Brasil: divisão regional do IBGE – 1990

Fonte: *Atlas geográfico escolar*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. p. 101.

PLANEJAMENTO REGIONAL

Ao longo de toda a história do Brasil, as desigualdades regionais têm sido um traço marcante do seu espaço geográfico. Os estudos sobre essas desigualdades, iniciados a partir dos anos 1930-1940, vêm fornecendo dados que servem de instrumento para que o Estado implante políticas de desenvolvimento regional, visando diminuir essas diferenças. O tema desigualdade regional começou a ser discutido principalmente a partir da década de 1950, em razão do desenvolvimento do processo de industrialização, que se concentrou no Sudeste. Contribuiu também para isso a publicação, em 1951, das primeiras estatísticas sobre renda e produção de bens e serviços de forma regionalizada.

O desenvolvimento mais acelerado do Sudeste ampliou o distanciamento social e econômico (que já era considerável) dessa região em relação ao Nordeste e também em relação às demais regiões do território brasileiro.

Diante disso, o governo brasileiro empreendeu um plano de ação para promover o desenvolvimento das regiões mais estagnadas econômica e socialmente, por meio de uma política de incentivos fiscais e criação de infraestrutura, para atração de investimentos empresariais.

Em 1959, foi criada a **Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)**, com a finalidade de executar o planejamento e coordenar a ação do governo na Região Nordeste (de acordo com a divisão do IBGE). Porém, sua área de atuação estendeu-se também ao norte de Minas Gerais, que apresenta nível socioeconômico baixo. Dentro dessa política de desenvolvimento regional, criou-se a **Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia** (**Sudam**), em 1966, cuja área de atuação compreendia todos os estados da Região Norte, o oeste do Maranhão e o estado de Mato Grosso.

A criação da Sudene ocorreu num contexto de acelerado desenvolvimento econômico, promovido no governo do **presidente Juscelino Kubitschek**. O conjunto de ações denominado **Plano de Metas** abarcava também o estímulo ao ingresso do capital estrangeiro, com financiamento externo e entrada de multinacionais, ampliação da rede de rodovias, construção de hidrelétricas e mudança da capital do Rio de Janeiro para Brasília.

SITE

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
www.ibge.gov.br
Apresenta relatórios, mapas, gráficos e documentos estatísticos relativos à geografia do Brasil.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
www.bndes.gov.br
Apresenta dados sobre investimentos em diferentes segmentos econômicos.

Sudene e Sudam – órgãos de planejamento regional
www.sudene.gov.br
www.sudam.gov.br
Os *sites* divulgam informações sobre a estrutura organizacional dos órgãos de planejamento regional, suas atuações, agendas de eventos etc.

---

2 O território de Rondônia foi elevado à categoria de estado em 1981, portanto antes da Constituição de 1988.

LEITURA E DISCUSSÃO

A capacidade geográfica do Estado

"Na década de 1950, consolida-se uma estrutura de planejamento estatal, que tem na intervenção no território a linha mestra de atuação. O papel desempenhado pela construção de Brasília, no plano simbólico e material, já foi bastante destacado por vários comentaristas. A capacidade geográfica do Estado, como produtor de espaço, mostrou-se em sua plena potência nessa obra e no adensamento da malha rodoviária realizado no governo Juscelino Kubitschek. Teorias de ponta da 'melhor geografia internacional' estavam na base do planejamento regional da época, prática bem ilustrada na criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Mais do que em outros períodos da história do país, 'governar é construir estradas'."

MORAES, Antonio C. R. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2008. p. 141.

1. Por que o autor faz referência, no caso da construção de Brasília, a um plano "simbólico e material"?
2. O que você entende por "capacidade geográfica do Estado"?

Outras superintendências criadas foram a **Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul** (**Sudesul**), em 1967, e a **Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste** (**Sudeco**), também em 1967. Essas instituições, no entanto, tinham algumas diferenças em relação à Sudam e à Sudene, tais como menor volume de investimentos públicos. Acabaram extintas em 1990.

De modo geral, os objetivos da criação dessas superintendências não foram atingidos: após décadas de atuação, as desigualdades regionais no território brasileiro continuam acentuadas. Em 2001, o governo federal extinguiu a Sudene e a Sudam, em meio a irregularidades e denúncias de corrupção. Em seus lugares foram criadas agências de desenvolvimento: a **Agência de Desenvolvimento da Amazônia** (**ADA**) **e a Agência de Desenvolvimento do Nordeste** (**Adene**).

A partir de 2003, no entanto, passou a ser discutida pelo governo a recriação das superintendências, que teriam estruturas de atuação mais amplas no desenvolvimento das respectivas regiões do que as agências de desenvolvimento. No mesmo ano, o governo federal encaminhou ao Congresso Nacional uma proposta para a recriação da Sudeco, para atuar nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás e no Distrito Federal.

Oficialmente, a Sudene (figura 9) e a Sudam foram recriadas no início de 2007. No começo de 2009, também foi oficializada a recriação da Sudeco.

VEETMANO PREM/FOTOARENA

Figura 9. Sede da Sudene no Recife (PE), 2014.

COMPLEXOS REGIONAIS

A regionalização do Brasil em complexos regionais, ou regiões geoeconômicas, foi proposta em 1967 pelo geógrafo Pedro Pinchas Geiger. Os complexos regionais são: **Amazônia, Nordeste e Centro-Sul** (figura 10).

Essa regionalização do território brasileiro considera a formação histórico-econômica do país e a modernização econômica em curso desde a década de 1960, que se manifestou nos espaços urbano e rural, estabelecendo novas formas de relacionamento entre os lugares do território e criando uma nova dinâmica no relacionamento entre a sociedade e a natureza.

Figura 10. Brasil: complexos regionais – 1967

Fonte: MAGNANO, Angélica A. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 57, out./dez. 1995. p. 77.

Uma análise mais aprofundada de complexos regionais será feita no próximo capítulo.

Diferentemente das outras divisões regionais, a divisão em complexos regionais não acompanha os limites entre os estados, havendo aqueles com parte do território em uma região e parte em outra. O norte de Minas Gerais, por exemplo, que apresenta características naturais e socioeconômicas iguais às do Sertão nordestino, aparece integrado ao complexo regional do Nordeste; e o oeste do Maranhão e o norte de Mato Grosso fazem parte da Amazônia.

O **Centro-Sul** corresponde a cerca de 27% do território brasileiro, mas concentra mais de 60% de sua população e é responsável por cerca de 80% do PIB do país. As atividades econômicas são bastante diversificadas, com a liderança na produção industrial e agropecuária e no setor de serviços (comércio, bancos, turismo e outros). Boa parte dos investimentos realizados fora da região é feita por empresas sediadas nos estados do Centro-Sul, principalmente São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

O crescimento econômico expressivo é contrastado pelas acentuadas desigualdades sociais e econômicas, evidentes tanto no espaço rural como no urbano. Grandes centros financeiros e empresariais convivem, lado a lado, com a economia informal. Regiões pobres, de economia agrícola precária e pouco competitiva, contrapõem-se a uma agricultura empresarial, mecanizada e plenamente integrada ao conjunto da economia mundial.

O **Nordeste** é formado por oito estados mais o leste do Maranhão e o norte de Minas Gerais. Corresponde a cerca de 18% do território nacional e abriga 30% da população do país. Região economicamente mais rica do Brasil Colônia, hoje apresenta os piores indicadores sociais e a maior concentração de pobres do país.

A **Amazônia** ocupa cerca de 55% do território nacional, onde vivem pouco menos de 10% da população do país. Apesar de a área florestada ser dominante em vastas extensões, a ocupação e o povoamento relativamente recentes da região foram muito intensos. A ocupação mais intensa iniciou-se na década de 1970 com projetos de colonização do governo federal e implantação de grandes projetos de mineração e, nos últimos anos, sofre o impacto da expansão das atividades agropecuárias.

Durante os governos militares (1964-1985), a ocupação da Amazônia atendia também a interesses estratégicos. Entendia-se que a ocupação e a colonização da região eram uma forma de impedir a exploração das riquezas naturais por estrangeiros e a expansão de grupos guerrilheiros contrários ao governo, permitindo maior controle da extensa linha de fronteira nacional.

LEITURA

A federação brasileira: uma análise geopolítica e geossocial

De Manuel Correia de Andrade e Sandra Maria Correia de Andrade. Contexto, 2003.

Aborda a construção histórica de uma grande unidade federativa no país, a expansão territorial brasileira ao longo do tempo e as diferenças regionais que foram sendo formadas ao longo do processo de desenvolvimento econômico.

Amazônia

GLAUCO. *Folha de S.Paulo*, 30 maio 2008.

- Elabore um comentário sobre o cartum.

OS "QUATRO BRASIS"

Considerando o processo histórico de ocupação e transformação do território pela sociedade, que nos levou ao atual estágio do meio técnico-científico-informacional[3], o geógrafo Milton Santos e sua equipe propuseram outra regionalização para o território brasileiro (figura 11).

Figura 11. Brasil: divisão regional segundo Milton Santos – 1979

Fonte: SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *O Brasil*: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 268-273.

3 O meio técnico-científico-informacional surgiu no contexto da Terceira Revolução Industrial, ou Revolução Técnico-Científica. Sobre o assunto, consulte o *Capítulo 1* do *Volume 1* e também a *Unidade 2* do *Volume 2* desta coleção.

Para estabelecer essa regionalização, foram considerados os seguintes aspectos:

- a quantidade de recursos tecnológicos avançados (redes de telecomunicações e de energia, equipamentos de informática);
- o volume de atividades econômicas modernas nas áreas financeira (bancos, bolsas de valores, corretoras de títulos), comercial (*shopping centers*, empresas de *e-commerce*), de serviços (provedores de acesso à internet, agências de publicidade, consultorias, centros de pesquisas, empresas ligadas à mídia, universidades), industrial (empresas que utilizam robôs e sistemas automatizados);
- a situação da agropecuária em relação à mecanização e à integração com a indústria.

Dessa forma, Milton Santos e sua equipe de pesquisa estabeleceram uma divisão regional em "quatro Brasis":

Região concentrada: composta de denso sistema de fluxos, em razão dos elevados índices de urbanização, por atividade comercial intensa e alto padrão de consumo doméstico e de muitas empresas. É centro de tomada de decisões do território brasileiro, abrigando atividades modernas e globalizadas, como alguns setores financeiros e de serviços (figura 12).

Centro-Oeste: nele estão presentes características da modernização, em razão do emprego de alta tecnologia na produção agropecuária, marcadamente exportadora e com ampla utilização de insumos agrícolas, comercializados por grandes empresas multinacionais (figura 13). O Centro-Oeste está plenamente integrado à economia globalizada.

Nessa região, o desenvolvimento do agronegócio e a instalação da capital federal (Brasília) contribuíram para o estabelecimento de uma rede urbana integrada por sistemas de transportes e de telecomunicações.

Nordeste: excetuando-se o período de grande desenvolvimento da economia canavieira (séculos XVI e XVII), de modo geral a atividade econômica teve pouco dinamismo em razão da agricultura pouco intensiva e da urbanização irregular, restrita a alguns pontos do território, sobretudo o litoral.

Nessa região, as atividades econômicas modernas e o uso de recursos tecnológicos avançados ainda são relativamente pontuais, restritos às regiões metropolitanas e integradas de desenvolvimento e às cidades médias – Campina Grande (PB); Feira de Santana (figura 14), Vitória da Conquista, Itabuna, Ilhéus (BA); Caruaru e Petrolina (PE); Mossoró (RN); Arapiraca (AL); Juazeiro do Norte, Sobral, Crato (CE).

SERGIO ISRAEL/PULSAR IMAGENS

Figura 12. A Av. Brigadeiro Faria Lima é um dos centros financeiros e comerciais da cidade de São Paulo (SP). Está próxima à Marginal Pinheiros, importante eixo de circulação da cidade. Fotografia de 2012.

CADU GOMES/CB/D.A PRESS

Figura 13. O Centro-Oeste abriga grande quantidade de agroindústrias, processadoras de mercadorias agrícolas e oriundas da criação de animais. Na imagem, setor industrial em Rio Verde (GO), 2010.

SERGIO PEDREIRA/PULSAR IMAGENS

Figura 14. Feira de Santana (BA) é um dos principais entroncamentos rodoviários do Brasil. Fotografia de 2016.

Esses recursos também estão presentes nas áreas de agricultura mais modernas, como o oeste baiano, o sul do Piauí e do Maranhão, e nas regiões de **fruticultura irrigada** do Vale do São Francisco, entre Bahia e Pernambuco, e do Vale do Açu, no Rio Grande do Norte, entre outros.

Amazônia: trata-se de uma região de baixa densidade demográfica e poucos recursos tecnológicos. A atividade extrativa, com beneficiamento dos produtos da floresta, é uma atividade econômica importante, podendo ser ambientalmente sustentável e gerar renda para a população local, inclusive para os povos da floresta (figura 15). As áreas destinadas à agricultura mecanizada e a outras atividades agropecuárias modernas são pontuais e estão presentes mais na porção leste do estado do Pará.

A Zona Franca de Manaus – que concentra parte da indústria eletrônica instalada no país –, a indústria extrativa mineral e a metalurgia de alumínio são os polos de maior expressão econômica.

O uso de satélites e radares que norteiam e fiscalizam a sua ocupação contrasta com a baixa densidade técnica instalada no território.

EDMAR BARROS/FUTURA PRESS

Figura 15. Beneficiamento da castanha-do-pará em cooperativa na cidade de Lábrea (AM), 2015.

OLHO NO ESPAÇO

Extensão territorial e fronteiras

Se julgar necessário, peça aos estudantes que observem o planisfério no final deste volume e comparem a área dos cinco maiores países em extensão territorial: Rússia, Canadá, China, Estados Unidos e Brasil.

Com um território de 8.515.767,049 km², de acordo com o IBGE (2015), o Brasil está entre os cinco maiores países do mundo em superfície[4], abaixo apenas da Rússia, do Canadá, da República Popular da China e dos Estados Unidos. Sua área é equivalente à da Oceania, a 47% de toda a extensão da América do Sul e não é muito menor que a da Europa, e por isso é chamado de “país continente”. Do extenso território também fazem parte as ilhas oceânicas nos arquipélagos de Fernando de Noronha, Abrolhos, Penedos de São Pedro e São Paulo.

A extensão da fronteira[5] terrestre de 15.719 km permite a vizinhança direta com dez países da América do Sul, excetuando-se o Chile e o Equador. Além disso, o litoral Atlântico possui extensão considerável de 7.367 km. A proximidade com muitos países, apesar de favorecer maior integração econômica com a América do Sul, agrega a inconveniência e a incapacidade brasileira de fiscalizar e controlar o intenso fluxo de pessoas, armas, drogas e outras mercadorias que entram ilegalmente no país.

A **faixa de fronteira** corresponde a uma extensão territorial com 150 km de largura que acompanha o limite territorial brasileiro terrestre. Trata-se de uma porção do território, estratégica ao Estado como área de segurança nacional, onde estão cerca de 10 milhões de brasileiros, correspondendo a aproximadamente 27% do território nacional. Nessa faixa de fronteira, o governo federal estabeleceu três grandes arcos como áreas de planejamento: **Arco Norte** (do estado do Amapá até o estado do Acre), **Arco Central** (Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) e **Arco Sul** (do Paraná até o Rio Grande do Sul).

4 Embora as fronteiras terrestres estejam consolidadas, o mesmo não ocorre com a fronteira marítima do Brasil. Sobre o tema, consulte o *Capítulo 10* do *Volume 1* desta coleção.

5 O Brasil tem a terceira maior linha de fronteira terrestre, atrás apenas da Rússia e da China.

Na faixa de fronteira estão as **cidades-gêmeas** (uma de cada lado da linha de limite entre os territórios), que possibilitam uma maior integração econômica, comercial e cultural entre os países fronteiriços. São vários, também, os problemas verificados na faixa de fronteira: contrabando, tráfico de drogas, tráfico de animais, ingresso ilegal de imigrantes, entre outros.

Observe algumas dessas informações sistematizadas e cartografadas no mapa a seguir.

Brasil: território, faixa de fronteira, arcos e cidades-gêmeas – 2011

Fonte: Ministério da Integração Nacional. *Bases para uma proposta de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira 2010*. p. 20 e 23. Disponível em: <www.mi.gov.br>. Acesso em: fev. 2016.

1. Observando o mapa e considerando também as informações do texto, analise a presença de diversas cidades--gêmeas com articulações terrestre e fluvial com ponte, na perspectiva da participação do Brasil em blocos econômicos regionais.
2. Levando-se em conta o que foi abordado na questão anterior e também a distribuição das atividades econômicas no território brasileiro, considerando as regiões e os estados brasileiros com paisagens mais transformadas e com maior presença de indústrias e áreas mais amplas de agropecuária modernizada, a que conclusão se pode chegar?
3. Por que no Arco Norte a densidade de cidades-gêmeas com articulações terrestre e fluvial com ponte é menor?

PONTO DE VISTA

Brasil recua e reduz projetos de cooperação e doações para a África

"Falta de recursos e de interesse começam a desmontar a ofensiva comercial e diplomática do Brasil na África

Após ganhar espaço e influência no continente durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que abriu 17 embaixadas e fez inúmeras viagens a países africanos, o país está recuando.

O orçamento dos programas de cooperação do governo brasileiro na África caiu 25% desde 2012, e vários projetos estão parados. A FGV [Fundação Getúlio Vargas] tinha 60 projetos na África há três anos e agora tem dois.

A Vale encerrou atividades de exploração mineral em três países africanos e vendeu parte das operações em Moçambique à Mitsui, no fim do ano passado [2014]. A Petrobras devolveu cinco blocos de exploração nos últimos dois anos.

E as exportações brasileiras para a África (pico de US$ 12,22 bilhões em 2011) fecharam 2014 em US$ 9,70 bilhões, recuo de 20%. No mesmo período, as exportações totais do Brasil caíram 12%.

O Pró-Savana, um dos projetos mais emblemáticos, está em marcha lenta. A parceria de Japão, Brasil e Moçambique visa desenvolver a agricultura da região do corredor de Nacala (norte moçambicano), de características similares às do Cerrado brasileiro.

Para isso, a Embrapa montaria um laboratório de solos e o Japão, outro. O laboratório dos japoneses está pronto. Já o de Lichinga, que teria seu custo de US$ 1,5 milhão financiado pelo Brasil, por meio da ABC (Agência Brasileira de Cooperação), está parado por falta de recursos, segundo apurou a *Folha*.

'[...] China, Índia e Turquia ganham espaço com o recuo do Brasil no continente', diz [Adriana Abdenur, professora da PUC-RJ].

A execução orçamentária da ABC (montante efetivamente usado) caiu 25% – de R$ 36,9 milhões em 2012 para R$ 27,8 milhões em 2014. A agência tinha 253 projetos ou atividades na África em 2010. No ano passado [2014], eram 161.

'Todos os projetos estão atrasados e com dificuldades. Só não faltam recursos para a área de algodão, que tinha dinheiro proveniente do contencioso comercial com os Estados Unidos', afirma à *Folha* uma pessoa envolvida nos projetos. [...]

A ABC renegociou com alguns países, pedindo para compartilhar custos – quem não topou teve projetos cancelados. Agora a agência está concentrada em concluir projetos já iniciados.

Mesmo assim, por falta de recursos, alguns foram abandonados pela metade. É o caso do centro do Senai em Maputo (Moçambique) para capacitar mão de obra. Os equipamentos foram comprados, mas faltam os US$ 3,5 milhões necessários à reforma da área designada para o centro.

[...]

Queda nas doações

Até a cooperação humanitária foi afetada. Em 2012, as doações à África foram de US$ 65,2 milhões. Em 2013, caíram 89%, para US$ 6,9 milhões. Em 2014, foram de US$ 11,9 milhões, mas só porque incluíram US$ 9,6 milhões de doação extraordinária para combate ao ebola (com atraso na liberação dos recursos).

O recuo vai na contramão da estratégia de 'foco na África' de Lula e seu chanceler, Celso Amorim, que servia também à ambição do Brasil por maior protagonismo global.

O Brasil reivindicava assento permanente num Conselho de Segurança da ONU expandido. A África representa 50 votos. O governo credita duas conquistas – as eleições de Roberto Azevêdo para a chefia da OMC e de José Graziano para a da FAO – a essa expansão africana."

MELLO, Patrícia C. Brasil recua e reduz projetos de cooperação e doações para a África. *Folha de S.Paulo*, 22 mar. 2015. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: dez. 2015.

1. Apresente justificativas para o recuo nos investimentos públicos e privados do Brasil no continente africano e nas exportações brasileiras para os países da África.
2. Que consequências isso pode trazer para a condição do Brasil como potência emergente?

COMPREENSÃO E ANÁLISE

Faça no caderno

2

1. Qual foi o objetivo da implantação dos órgãos de planejamento regional no Brasil, na segunda metade do século XX? Cite exemplos.
2. Os mapas **A** (abaixo) e **B** (ao lado) apresentam dois critérios de regionalização do Brasil. Analise-os e responda.

a) Dê um título para cada mapa de acordo com a regionalização utilizada.
b) Diferencie os critérios adotados para cada uma das regionalizações representadas.

Fonte: MAGNANO, Angélica A. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 57, out./dez. 1995. p. 77.

Fonte: SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *O Brasil*: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 268-273.

3. Observe a tabela e responda às questões.

Brasil: dados gerais – 2010 e 2012

Regiões	PIB (milhões de reais) 2012	População (hab.) 2010*	Superfície (km²)
A	710	27.384.815	576.774
B	595	53.078.137	1.554.292
C	430	14.050.340	1.606.403
D	2.424	80.353.724	924.621
E	231	15.865.678	3.853.677

a) Identifique as cinco regiões brasileiras de acordo com os dados apresentados na tabela.
b) Quais regiões brasileiras apresentavam o maior e o menor PIB *per capita*, em 2012?

* De acordo com os dados do último censo demográfico.

Fonte: IBGE. *Contas regionais do Brasil 2012*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: dez. 2015.

ENEM E VESTIBULARES

- (Cederj 2014)

A geopolítica do estado

"Na Amazônia brasileira, o Estado favoreceu a economia urbana para fins geopolíticos. O mais flagrante caso moderno foi a criação de uma área na qual o Estado tentou pela primeira vez introduzir a substituição de importações. Ao conceder incentivos fiscais federais e estaduais à produção empresarial de bens de consumo inéditos ou de produção inexpressiva no Brasil, o Estado teve claro objetivo geopolítico, implantando uma economia industrial em meio a uma região dominada ainda por uma economia mercantil em área pouco povoada e com um passado de disputas."

BECKER, B. *A urbe amazônida*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013, p. 44. Adaptado.

Essa área criada pelo Estado, no final da década de 1960, pertence ao seguinte empreendimento regional:

a) Projeto Calha Norte.
b) Zona Franca de Manaus.
c) Rodovia Transamazônica.
d) Programa Grande Carajás.

COMPLEXOS REGIONAIS BRASILEIROS

CONTEXTO

Paisagens do Brasil

Observe a fotomontagem a seguir.

WILSON JORGE FILHO

FOTOS: ERNESTO REGHRAN/SAMBA PHOTO; JOÃO PRUDENTE/PULSAR IMAGENS; JUCA MARTINS/OLHAR IMAGEM

1. Qual divisão regional é apresentada nessa fotomontagem? Quais são as regiões?
2. Procure em um dicionário o significado de **estereótipo**. Em sua opinião, retratar uma região com apenas uma imagem pode induzir a uma visão estereotipada dela? Explique.
3. O que você sabe sobre cada uma das regiões presentes na fotomontagem?
4. Em qual complexo regional você vive? Comente as principais características sociais, econômicas e culturais desse complexo e os seus principais problemas.

1 TRÊS COMPLEXOS REGIONAIS

Como você viu no capítulo anterior, há algumas possibilidades de regionalizar o território brasileiro. Todas elas são válidas, pois cada região forma determinado conjunto, no qual as características naturais, sociais, econômicas, culturais e históricas se inter-relacionam, possibilitando diferenciar um conjunto regional de outro.

No caso do território brasileiro, com o processo de modernização, principalmente a partir dos anos 1950, as regiões – considerando qualquer classificação – estão articuladas. Apesar de existirem diversos problemas em termos de infraestrutura de transportes e telecomunicações no país, entre todas as regiões ocorrem diferentes fluxos de informações, mercadorias, pessoas e capitais, sobretudo com a estruturação do meio técnico-científico-informacional.

Uma análise geral e uma visão panorâmica das questões geográficas brasileiras são objetivos deste capítulo. A divisão regional baseada nos grandes complexos regionais possibilita uma visão abrangente dessas questões.

Você vai conhecer, a partir de agora, algumas características de cada um dos três complexos regionais brasileiros.

2 NORDESTE

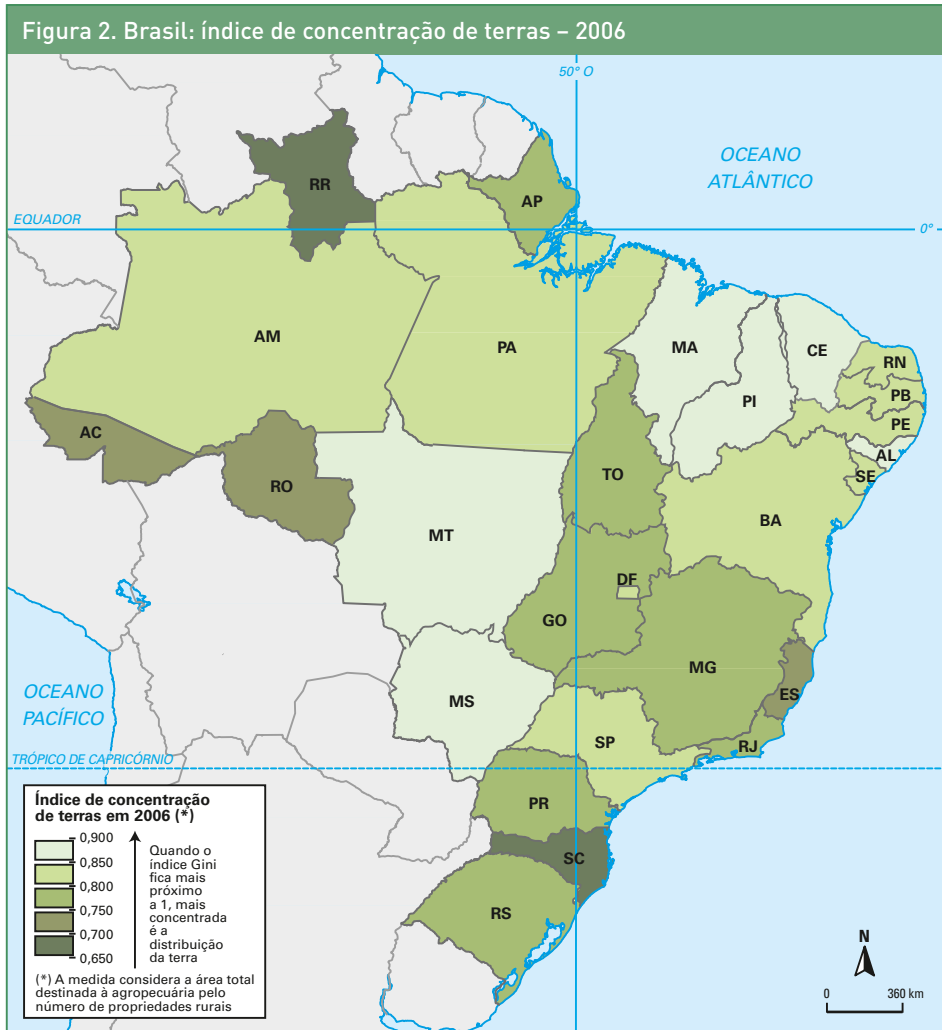
O complexo regional do Nordeste compreende uma área de aproximadamente 1,5 milhão de km^2 e apresenta grande extensão litorânea, estando muitas de suas principais cidades e capitais localizadas no litoral ou próximo a ele. Observe a figura 1.

A região, primeira a ser efetivamente ocupada e colonizada e que no decorrer de 200 anos (entre os séculos XVI e XVIII) foi o **centro econômico e social do Brasil Colônia**, apresenta grande riqueza histórico-cultural, resultado da interação entre indígenas, colonizadores portugueses e holandeses, e africanos de diversas regiões do continente, trazidos como escravos. Essa riqueza se manifesta nas diversas formas de relações sociedade-natureza, nas festas, na música, na culinária e na arquitetura de muitas cidades.

Com a perda da importância da economia açucareira, quando a mineração no Centro-Sul passou a ser a principal atividade, a partir do século XVIII, o Nordeste deixou de ser o centro econômico e político do Brasil Colônia. No entanto, a estrutura social e a organização econômica desse período, características da economia açucareira e das outras atividades desenvolvidas na região, são percebidas até hoje no Nordeste. São exemplos a expressiva concentração fundiária (figura 2, na página seguinte) e a forte influência dos grandes proprietários rurais na vida política.

Figura 1. Complexo regional do Nordeste: político com principais cidades

Fonte: MAGNANO, Angélica A. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 57, out./dez. 1995. p. 77; IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: dez. 2015.

Figura 2. Brasil: índice de concentração de terras – 2006

Fonte: IBGE, 2009. In: *Folha de S.Paulo*, out. 2009. p. B-7.

Essa estrutura socioeconômica, associada à irregularidade das chuvas no Sertão, explica também o fato de o Nordeste apresentar, proporcionalmente, o maior índice de terras improdutivas, quando comparado aos demais complexos regionais, e os indicadores sociais mais baixos do país.

Os fatores apontados e a ineficácia das políticas públicas, que não contribuíram de modo expressivo para uma melhoria nas condições socioeconômicas da região, explicam, em parte, o nível de desenvolvimento social e econômico do Nordeste. Isso, historicamente, colaborou para a expulsão de parte da população para outras regiões do país.

A população nordestina teve grande importância no crescimento industrial de algumas áreas do Centro-Sul, particularmente São Paulo e Rio de Janeiro, acentuado a partir dos anos 1960. Os baixos salários pagos aos migrantes nordestinos possibilitaram ao empresariado do Centro-Sul custos menores na produção de bens e na geração de serviços, contribuindo para a obtenção de lucros maiores.

A renda média da região está abaixo da nacional e também da renda média dos demais complexos regionais do país. No entanto, sobretudo nas duas últimas décadas, vários estados e municípios do Nordeste adotaram uma política agressiva de incentivos fiscais para atração de investimentos produtivos provenientes de empresas estrangeiras e nacionais.

CONEXÃO

Arte • História

Patrimônio da Humanidade

O Brasil possui um vasto patrimônio arquitetônico e artístico colonial. A arquitetura colonial herdada dos portugueses, como você vê nas imagens a seguir, apresenta estilos diferentes que testemunham aspectos renascentistas, maneiristas, barrocos, rococós e neoclássicos. Diversos centros de cidades brasileiras e monumentos desse período foram declarados **Patrimônio da Humanidade** pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). A Unesco considera Patrimônio da Humanidade todo acervo **material** ou **imaterial** de interesse mundial, em função do significativo valor histórico, cultural ou natural que representam. Observe as imagens.

RENATO LUIZ FERREIRA/FOLHAPRESS

Casarão decorado com azulejo português, no centro histórico de São Luís (MA), 2014.

BJANKA KADIC/ALAMY/LATINSTOCK

Casarões no Largo do Pelourinho, em Salvador (BA), 2015.

RUBENS CHAVES/PULSAR IMAGENS

Igreja de Nossa Senhora das Neves e Convento de São Francisco, em Olinda (PE), 2013.

1. Qual a importância do patrimônio histórico e cultural?
2. No município onde você vive ou próximo a ele existem áreas que fazem parte do patrimônio histórico e cultural? Escreva sobre suas características e importância.

HISTÓRICO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO E INDUSTRIALIZAÇÃO

Dos anos 1990 até meados da década de 2010, principalmente, diversos investimentos no Nordeste, tanto em projetos governamentais (sobretudo de infraestrutura) como da iniciativa privada, possibilitaram a ampliação de empregos e de recursos, os quais melhoraram o quadro de predominância dos baixos salários na região. Por exemplo: formação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, em São Gonçalo do Amarante (CE); o polo fármaco-químico, em Goiana (PE) – figura 3; a fábrica da Fiat/Chrysler, também em Goiana; o Complexo Industrial Portuário de Suape, em Ipojuca (PE).

GUGA MATOS/JC IMAGEM/ESTADÃO CONTEÚDO

Figura 3. Indústria que produz medicamentos hemoderivados (fabricados a partir do plasma humano) em Goiana (PE), 2012.

Entre os investimentos em infraestrutura também estão a polêmica obra de **transposição do São Francisco**, a **Ferrovia Transnordestina**, que ligará o Porto do Pecém (CE) até o Porto de Suape (PE), passando por regiões agrícolas importantes e pelo **polo gesseiro** do sertão de Pernambuco, e a **Ferrovia Oeste-Leste**, que corta o oeste baiano, na região de Barreiras, passa pelo município de Caetité (BA), principal área de produção de urânio no Brasil, e onde também há minério de ferro e manganês, terminando no **Complexo Intermodal Porto Sul**, que será construído em Ilhéus, no litoral da Bahia. Veja o mapa (figura 4).

Além disso, na área de produção energética, o Nordeste é o principal polo de geração de **energia eólica** do Brasil, respondendo por 85% da energia gerada pelos ventos no país, e por isso recebe muitos investimentos nesse setor.

Apesar do crescimento econômico recente baseado na industrialização, a pobreza ainda afeta milhões de nordestinos. A qualificação da mão de obra é inferior à média nacional e não houve uma participação mais expressiva da economia da região no conjunto da economia nacional. Enquanto o PIB do Nordeste representa cerca de 14% do PIB brasileiro, o do Centro-Sul atinge aproximadamente 80%.

Figura 4. Brasil: ferrovias Transnordestina e de integração Oeste-Leste (projetos) – 2016

DACOSTA MAPAS

Fonte: Valec, 2016. Disponível em: <www.valec.gov.br>. Acesso em: mar. 2016.

Os cronogramas dos projetos de ambas as ferrovias estavam bastante atrasados no início de 2016, em razão de sucessivas interrupções das obras.

A **Sudene** teve seus objetivos iniciais desvirtuados. Quando foi criada, um de seus principais focos – segundo o **economista Celso Furtado** (1920-2004)[6] – era a promoção de uma reforma agrária que contribuísse efetivamente para reduzir a concentração da propriedade rural e gerasse melhorias nas condições socioeconômicas dos trabalhadores rurais.

No entanto, no decorrer dos anos 1960, priorizou-se a instalação de indústrias, oferecendo incentivos aos empresários que investissem na região, como redução ou isenção de impostos e empréstimos a juros mais baixos. Entretanto, a utilização de tecnologias avançadas nas indústrias que se instalaram e a modernização de indústrias que já faziam parte do espaço nordestino, como as têxteis, não permitiram a geração expressiva de novos empregos.

Além disso, foi um processo de industrialização que trouxe pouca vinculação do capital industrial com a economia da região, uma vez que foi marcadamente baseado na instalação de filiais do Centro-Sul, inclusive de novas unidades industriais de empresas multinacionais há muito tempo estabelecidas em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Historicamente, como decorrência da má distribuição de renda, o mercado consumidor se restringiu à classe alta e a uma reduzida classe média, que de fato se beneficiaram das modernizações da região, impedindo maior dinamismo da economia do Nordeste, até o final do século XX.

FILME

Central do Brasil
De Walter Salles. Brasil, 1998. 112 min.

Dora trabalha escrevendo cartas para analfabetos na estação Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Nos relatos que ela ouve, surge um verdadeiro panorama da população migrante, que tenta manter os laços com os parentes e o passado.

DESDOBRAMENTOS RECENTES

Mais recentemente, no entanto, em decorrência dos grandes investimentos nas indústrias, em conjunto com os programas de transferência de renda promovidos pelo Estado brasileiro, como o **Bolsa Família**, houve um aquecimento no mercado de consumo da região, principalmente para as mercadorias de menor valor de mercado, como alimentos, produtos de higiene, roupas e, inclusive, eletroeletrônicos de menor custo, como celulares e TVs, mas também na compra de material de construção. Veja a figura 5.

Outros fatos que colaboraram para uma melhora no mercado de consumo do complexo do Nordeste foram o reajuste maior do salário mínimo e programas sociais que atenderam amplas parcelas da população nordestina. Isso demonstra o papel fundamental do poder público na estruturação de transformações socioeconômicas que promovem a melhoria das condições de vida da população mais pobre.

DELFIM MARTINS/PULSAR IMAGENS

Figura 5. *Shopping* de comércio popular em Teresina (PI), 2015.

6 Celso Furtado foi o primeiro superintendente da Sudene e um de seus mais importantes idealizadores. Acabou deposto em 1964, durante a ditadura militar.

No entanto, a **crise econômica** pela qual passava o Brasil em **meados da década de 2010** afetava também o ritmo de crescimento da economia nordestina e a geração de empregos, com diminuição no ritmo de obras em andamento e aumento nos índices de desemprego, por exemplo. Tanto na Região Nordeste como na Região Norte havia ocorrido, em 2015, uma retração econômica maior do que a ocorrida na Região Sudeste. O Nordeste e o Norte apresentaram queda do PIB na ordem de 3%, enquanto o Sudeste teve retração de 2,5%.

PRINCIPAIS CENTROS INDUSTRIAIS

No Nordeste, os **principais centros industriais** estão localizados nas regiões metropolitanas de Salvador (BA), Recife (PE) e Fortaleza (CE).

No interior da Bahia existem diversos centros industriais que também merecem destaque, como o de **Feira de Santana** (o terceiro maior do estado), o de **Ilhéus** (**polo de informática** e indústrias eletroeletrônicas), o de Itabuna, o de Jequié, o de Vitória da Conquista e o de Juazeiro.

No sudeste baiano – região de Itapetinga, Jequié, Serrinha, Ipirá e Itaberaba –, há um **polo calçadista** que vinha enfrentando dificuldades, em razão da concorrência com os produtos chineses.

Igualmente em **Sobral**, no Ceará (figura 6), há um importante polo calçadista, em que se destaca também a cidade de Crato, além de indústrias têxteis, presentes também na região de **Juazeiro do Norte**, no mesmo estado.

WELLINGTON MACEDO/FUTURA PRESS

Figura 6. Indústria de calçados em Sobral (CE), 2016.

No interior de Pernambuco, destacam-se as indústrias de confecções em **Caruaru** e o polo gesseiro de **Araripina**, entre outros. **Campina Grande**, no interior da Paraíba, destaca-se pela presença de dezenas de empresas de informática, desenvolvimento de *software* e eletrônica (figura 7) – o **Oásis Digital**.

MANUEL PEREIRA/FOTOARENA

Figura 7. Fundação Parque Tecnológico da Paraíba, em Campina Grande (PB), 2016.

• Salvador

Na região metropolitana de Salvador, destaca-se o **polo petroquímico de Camaçari**, que representa a maior concentração industrial de toda a região e uma das maiores do Brasil, com diversas indústrias, inclusive automobilística. Além de Camaçari, há o **Centro Industrial de Aratu** (figura 8), que ocupa trechos de Salvador e dos municípios de Simões Filho e Candeias. Em torno da baía de Aratu, encontram-se diversas indústrias – química, cerâmica, de eletrodomésticos, óleos vegetais, calçados, além de uma siderúrgica de grande porte, a **Usiba**.

SERGIO PEDREIRA/PULSAR IMAGENS

Figura 8. Tanques de combustíveis e tubovias no terminal de granel líquido do Porto de Aratu, em Candeias (BA), 2014.

• Recife

Na Grande Recife, são importantes os distritos industriais de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, onde estão localizados o **Complexo Industrial Portuário de Suape**, o de **Abreu e Lima**, o de Paulista e o de Jaboatão dos Guararapes, entre outros. No Complexo Industrial de Abreu e Lima, a Petrobras construiu uma refinaria, a Refinaria do Nordeste (**Rnest**), onde também se instalou a Petroquímica Suape (figura 9).

A Petrobras planejava também a construção de outras refinarias no Nordeste, como Clara Camarão (Rio Grande do Norte), Premium I (Maranhão) e Premium II (Ceará).

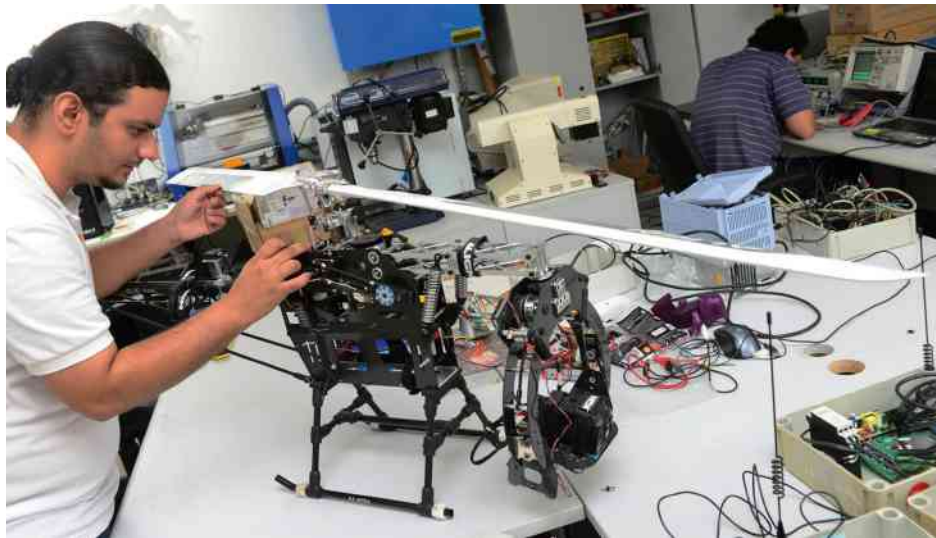
HANS VON MANTEUFFEL/PULSAR IMAGENS

Figura 9. Complexo Industrial Portuário de Suape, em Ipojuca, região metropolitana de Recife (PE), 2014.

A partir de 2000, numa iniciativa do governo estadual, de universidades e empresas particulares, foi instalado em Recife o **Porto Digital**, um dos principais parques tecnológicos e ambientes de inovação do Brasil, com atuação nos eixos de *software* e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e Economia Criativa (EC), com ênfase nos segmentos de *games*, multimídia, cine-vídeo-animação, música, fotografia e *design*.

O Porto Digital, onde estão 250 empresas, organizações de fomento e órgãos de governo, conta com duas **incubadoras** e em meados da década de 2010 duas outras estavam em processo de implementação nas cidades de Caruaru e Petrolina, no interior de Pernambuco, onde estão sendo estruturadas duas unidades avançadas do parque tecnológico.

Uma das organizações que estão no Porto Digital é o **CESAR** (figura 10), um instituto de inovação em Tecnologias da Informação e comunicação, que atua no desenvolvimento de projetos para empresas de diversos setores: telecomunicações, eletroeletrônicos, defesa, automação comercial, financeiro, logística, energia, saúde e agronegócio, por exemplo. Oferece também cursos de pós-gradução e extensão na área de Tecnologia da Informação, além de consultoria para novos empreendimentos.

O Porto Digital e o CESAR, além dos centros universitários da cidade, conferem a Recife o *status* de importante polo de Ciência da Computação do Brasil.

> **ENTRE ASPAS**
>
> **Incubadoras**
>
> Incubadoras de empresas são centros ou instituições que buscam amparar a estruturação de pequenas e médias empresas ou mesmo auxiliá-las a desenvolver seus projetos, a fim de concretizá-los. Surgem, então, novos produtos, serviços e processos. As incubadoras oferecem um espaço adequado, com laboratórios, auditórios, bibliotecas etc.

CESAR

Figura 10. Centro de Estudos e Sistemas Avançados de Recife (CESAR), 2012.

• Fortaleza

Fortaleza é o terceiro maior centro industrial do Nordeste, concentrando diversos setores, inclusive uma refinaria da Petrobras, especializada em produção de lubrificantes finos, e um estaleiro fabricante de iates. Na região metropolitana, destacam-se o **Complexo Portuário e Industrial do Pecém** (figura 11) e a fábrica de veículos Troller, em Horizonte, adquirida pela Ford em 2007.

EMÍDIO BASTOS/OPÇÃO BRASIL IMAGENS

Figura 11. Complexo Portuário e Industrial do Pecém (CE), 2013.

AGROPECUÁRIA NAS SUB-REGIÕES

O Nordeste pode ser subdividido em quatro sub-regiões, de acordo com critérios naturais, interligados com a organização do espaço: **Zona da Mata**, **Agreste**, **Sertão** e **Meio-Norte** (figura 12).

O cultivo da cana-de-açúcar é, desde o período colonial, uma importante atividade econômica da região. O produto é cultivado praticamente em todos os estados do litoral oriental, com destaque para os estados de Alagoas e de Pernambuco, na **Zona da Mata**. No entanto, como você estudou, a estrutura agrária da região, que se mantém até hoje, é controlada pelo poder político regional, ocasionando grandes desigualdades na distribuição de terras.

No **Agreste**, área de transição entre a Zona da Mata e o Sertão, estruturaram-se diversas cidades importantes, como Campina Grande, na Paraíba, Caruaru, em Pernambuco, Arapiraca, em Alagoas, e **Feira de Santana** e **Vitória da Conquista**, na Bahia. É também um centro abastecedor de diversos produtos agropecuários para os grandes centros da Zona da Mata, em razão da existência de pequenas e médias propriedades, onde se praticam a policultura e a pecuária leiteira.

No **Sertão** praticam-se a pecuária extensiva e, em vários trechos, a agricultura, inclusive irrigada, sobretudo no **Vale do Rio São Francisco** e no **Vale do Rio Açu**, região de **Mossoró**, interior do Rio Grande do Norte (figura 13).

Figura 12. Nordeste: sub-regiões

DACOSTA MAPAS

Fonte: GARCIA, Carlos. *O que é Nordeste Brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 6.

MAURICIO SIMONETTI/PULSAR IMAGENS

Figura 13. Plantação de melancia em Mossoró (RN), 2012.

No oeste da Bahia, na transição para o Cerrado, a agropecuária modernizada se expandiu (figura 14, na página seguinte), estruturando um importante polo de produção de soja, algodão, milho e café. Essa região do oeste baiano e as áreas do Cerrado do Maranhão, Piauí e Tocantins fazem parte da região conhecida como Mapitoba ou Matopiba, estudada na *Unidade 4* do *Volume 2* desta coleção. Nela há uma disputa entre os estados para definir os limites territoriais entre eles. As propriedades rurais na Mapitoba atingiram grande valorização nos últimos anos. Além de agropecuaristas, investidores, inclusive estrangeiros, haviam comprado terras na região em busca de valorização de seu patrimônio. Pela legislação nacional, os estrangeiros têm de se associar a brasileiros para comprar propriedades rurais.

VANER CASAES/A TARDE/FUTURA PRESS

Figura 14. Feira de Tecnologia Agrícola e Negócios, em Luís Eduardo Magalhães (BA), 2011.

A sub-região **Meio-Norte** configura-se como uma zona de transição entre o Sertão e a Amazônia. Nela predomina o cultivo do arroz e vem crescendo a produção de soja. O agroextrativismo também é presente, com a exploração das palmeiras **babaçu** e **carnaúba**, espécies principais da Mata dos Cocais, sendo o babaçu predominante no Maranhão, e a carnaúba, no Piauí. Leia o *Entre aspas*. Também nesses estados, particularmente na porção sul, como visto, tem se expandido a agropecuária moderna da soja, do milho e do algodão.

ENTRE ASPAS

As quebradeiras de coco babaçu

As quebradeiras de coco de babaçu lutam pela aprovação da Lei Federal de livre acesso aos babaçuais dos estados de Piauí, Maranhão, Tocantins e Pará, principais produtores desse fruto. Além dessa lei, que tramita no Congresso Nacional desde 2009, as quebradeiras querem também a aprovação de leis estaduais e municipais (elas já conseguiram que alguns municípios as aprovassem).

As reivindicações surgem diante das dificuldades de manter as atividades de coleta e quebra do coco de babaçu, utilizado em atividades econômicas diversas, principalmente na fabricação de dendê.

Hoje, as mulheres que vivem dessa atividade são impedidas de fazer a coleta do fruto nas áreas rurais produtoras. Geralmente, elas são agredidas por fazendeiros que vendem a matéria-prima a indústrias de carvão vegetal, utilizado pelas empresas de ferro-gusa, por exemplo.

CESAR DINIZ/PULSAR IMAGENS

Mulher quilombola quebra coco de babaçu no povoado de Soledade, em Caxias (MA), 2014.

INDÚSTRIA DA SECA

A seca é um fenômeno natural que ocorre periodicamente no **Semiárido nordestino** em decorrência da irregularidade das chuvas, fenômeno característico do clima do Sertão. A estiagem pode se estender por alguns meses. No entanto, as péssimas condições de vida de parcela considerável da população dessa sub-região não podem ser creditadas a esse fenômeno. São tantas as conquistas tecnológicas neste início de século XXI – dessalinização (figura 15), irrigação, retirada de água subterrânea, técnicas de armazenagem de água, conhecimentos das especificidades do **bioma Caatinga** – que é inadmissível culpar a seca pela pobreza no Sertão nordestino.

CESAR DINIZ/FOLHAPRESS

Figura 15. Unidade dessalinizadora de água em Malhada de Pedras (BA), 2012.

A dessalinização da água é um conjunto de processos físico-químicos que retira parte dos sais da água, tornando-a doce. Após tratamento, essa água passa a ser adequada ao consumo humano. Em diversos estados do Nordeste esse sistema é empregado, utilizando-se um equipamento que funciona à base de energia elétrica, mas esse fato traz um custo adicional às comunidades que dispõe dele. Justamente para reduzir esse custo, foi desenvolvido um dessalinizador que funciona com energia solar. O primeiro com essa estrutura foi instalado no sertão Pernambucano em 2015.

Se os recursos financeiros e a aplicação das técnicas disponíveis tivessem, de fato, favorecido os pequenos agricultores e a população de baixa renda do Sertão, o quadro social nessa sub-região já teria apresentado melhora. Isso porque diversas soluções não requerem investimentos vultosos, como mostram os exemplos das **cisternas**, das perfurações de poços e dos pequenos açudes.

Diversos estudos, como os desenvolvidos pela Fundação Joaquim Nabuco, demonstram que o problema não está na falta de água, mas na falta de um aproveitamento racional e na falta de ampliação da capacidade de armazenagem.

Com efeito, a situação de pobreza no Sertão e as secas prolongadas sempre possibilitaram o enriquecimento dos grandes proprietários rurais e dos políticos, que, historicamente, se beneficiaram dos recursos financeiros que o governo federal encaminhou para a região – daí a expressão "indústria da seca".

Desse modo, desenvolver projetos agropecuários que beneficiem os pequenos proprietários e promovam a reforma agrária, estimular a criação de pequenas indústrias processadoras dos produtos típicos da agricultura e da pecuária do semiárido e melhorar o nível educacional da população no Sertão são, entre outros, fatores imprescindíveis para a solução do problema da pobreza nessa sub-região.

SITE

Fundação Joaquim Nabuco
www.fundaj.gov.br
Promove atividades científicas e culturais que visam à compreensão da sociedade do Norte e do Nordeste do Brasil, por meio da divulgação de informações.

ATIVIDADE TURÍSTICA

O turismo é uma atividade econômica muito importante no Nordeste, gerando renda e milhares de empregos. A região é muito visitada por turistas nacionais e estrangeiros, principalmente europeus, tanto em razão do expressivo patrimônio cultural e arquitetônico como pelas diversas belezas naturais: dunas, chapadas, parques com formações vegetais conservadas, sítios arqueológicos e paleontológicos, praias, entre outras (figura 16).

EDERSON FELIX/FUTURA PRESS

Figura 16. Praia dos Carneiros, em Tamandaré (PE), com a capela de São Benedito ao fundo, 2015.

A riqueza cultural e arquitetônica é representada pelas diversas festividades, como Carnaval, principalmente em Olinda e Salvador, Bumba Meu Boi, São João e outras (figura 17), pelo artesanato e pela arquitetura dos centros históricos de muitas cidades (como você pôde perceber anteriormente na seção *Conexão*). Entre os locais mais procurados para ecoturismo estão: a Chapada Diamantina (BA), os arquipélagos de Fernando de Noronha (PE) e dos Abrolhos (BA), os Lençóis Maranhenses (MA) e a região arqueológica da Serra da Capivara (PI).

Alguns aspectos devem ser considerados em relação ao crescimento da atividade turística no Nordeste (e, evidentemente, em qualquer região): é preciso avaliar se os empreendimentos para estruturação dessa atividade e a própria visitação estão permitindo a preservação da natureza e se o desenvolvimento da atividade está apoiado na preparação, na profissionalização da mão de obra da própria região, de modo que possa ocupar os diferentes postos de trabalho proporcionados pelo incremento do turismo.

RUBENS CHAVES/PULSAR IMAGENS

Figura 17. Quadrilha em festa junina em Campina Grande (PB), 2015.

COMPREENSÃO E ANÁLISE

Faça no caderno

1. Leia o trecho e resolva as questões seguintes.

Meio técnico-científico-informacional e regiões

"A influência do fenômeno da globalização e a instalação do meio técnico-científico-informacional em certas manchas do território regional, como nas áreas irrigadas (o caso do Vale do São Francisco), vão se dar sobre um quadro socioespacial praticamente engessado."

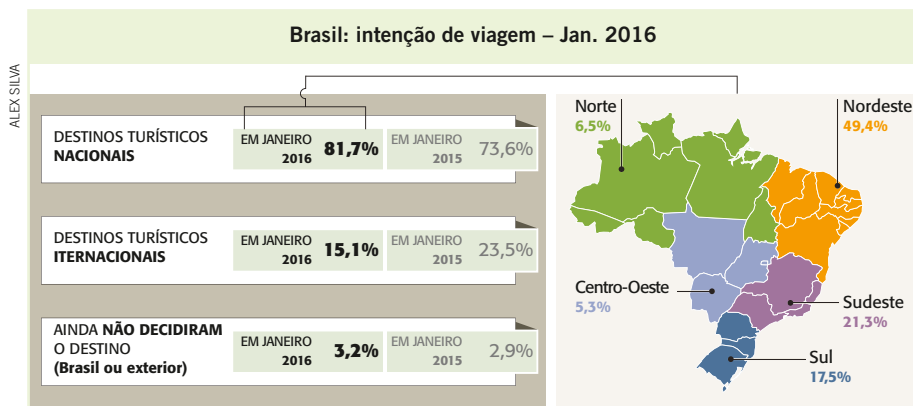
SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *O Brasil*: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2001. p. 272.

a) Quais outras manchas do território desse complexo regional apresentam "a influência do fenômeno da globalização e a instalação do meio técnico-científico-informacional"?

b) Por que os autores se referem a "um quadro socioespacial praticamente engessado"? Explique.

2. De acordo com uma pesquisa do Ministério do Turismo e da Fundação Getulio Vargas, em janeiro de 2016, sobre intenção de viagem de brasileiros, considerando como destino o Brasil, a Região Nordeste aparecia em primeiro lugar. Observe o infográfico abaixo.

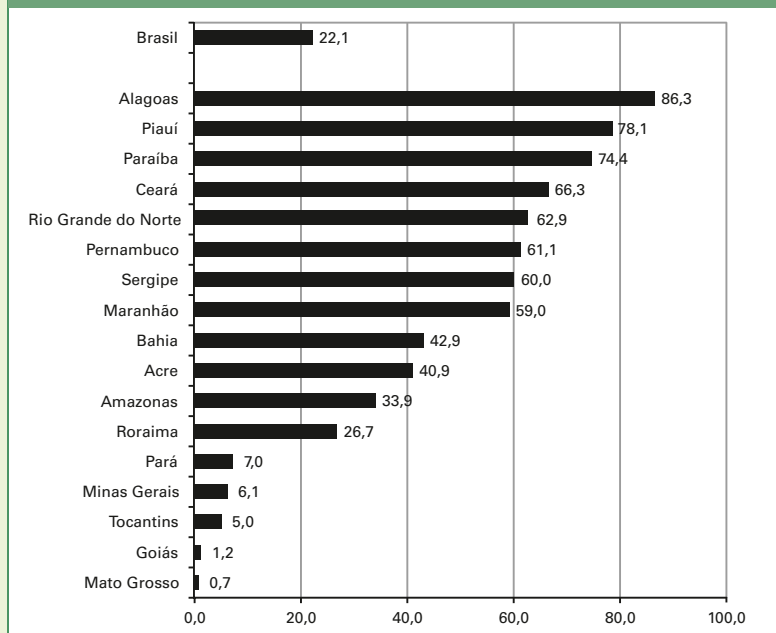
Justifique essa preferência.

Brasil: intenção de viagem – Jan. 2016

Além de considerar as informações deste capítulo, os estudantes têm de levar em conta o clima do litoral oriental da região, estudado na *Unidade 3* do *Volume 1* desta coleção. Informe-os sobre isso.

Fonte: Ministério do Turismo e Fundação Getulio Vargas. *Sondagem do consumidor. Intenção de viagem – janeiro 2016.* Disponível em: <www.dadosefatos.turismo.gov.br>. Acesso em: mar. 2016.

ENEM E VESTIBULARES

• (Ufal 2014) O gráfico mostra o percentual de municípios com taxas de analfabetismo igual ou superior a 25% da população no Brasil e por estados.

Proporção de municípios com taxa de analfabetismo de 25% ou mais – 2010

Fonte: IBGE (2010). Disponível em: http://www.ipea.gov.br. Acesso em: 30/11/2013.

O gráfico demonstra claramente que há um descompasso entre as regiões brasileiras, pois

a) os estados do Sudeste não aparecem no gráfico, demonstrando que não possuem nenhum município com mais de 25% da população analfabeta.

b) todos os estados nordestinos aparecem no gráfico e apresentam índices superiores à média do Brasil.

c) todas as regiões são representadas no gráfico, mas apenas duas apresentam índices acima da média nacional.

d) os índices dos estados da Região Norte superam a média brasileira e se aproximam da média do Nordeste.

e) apesar de todos os estados do Centro-Oeste aparecerem no gráfico, seu índice é abaixo da média brasileira.

3 CENTRO-SUL

O Centro-Sul do Brasil é a região mais dinâmica em termos econômicos, financeiros e educacionais e ocupa uma área de aproximadamente 2,2 milhões de km^2 (figura 18).

Essa região concentra a **maior parte dos fluxos de capitais, mercadorias, pessoas** e **informações**. É a região onde o meio técnico-científico-informacional está mais difundido, fator que favorece enormemente a fluidez das circulações: grande densidade de rodovias – muitas bem aparelhadas –, maior rede de ferrovias, aeroportos e portos; sistemas de telecomunicações bem estruturados e densos; grandes empresas dos setores de logística e transportes; diversos terminais de carga, inclusive **multimodais**. Leia o *Entre aspas*.

É a região **mais urbanizada** e com **agropecuária mais modernizada**.

Figura 18. Complexo regional do Centro-Sul: político com principais cidades

DACOSTA MAPAS

Fonte: MAGNANO, Angélica A. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 57, out./dez. 1995. p. 77; IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: jan. 2016.

ENTRE ASPAS

Multimodal

Trata-se de um tipo de estrutura na qual o transporte de cargas utiliza ou interliga duas ou mais modalidades de transporte – rodoviário, ferroviário, dutoviário, aquaviário e aéreo –, reunidas em terminais multimodais. Existem também terminais multimodais para passageiros, como aqueles que interligam metrô, trem, ônibus, por exemplo.

PAULO FRIDMAN/PULSAR IMAGENS

Vagões carregados de grãos em terminal do Porto de Santos (SP), 2013.

CENTRO ECONÔMICO-FINANCEIRO E DE SERVIÇOS

O Centro-Sul concentra os dois principais polos econômico-financeiros do Brasil: **São Paulo** e **Rio de Janeiro**. São os centros gestores da economia nacional, onde importantes decisões econômicas são tomadas.

As sedes das empresas, bem como os escritórios das diversas multinacionais presentes nessas **cidades globais** (sobre esse tema, consulte o *Capítulo 4* deste volume), acabam direcionando parcela expressiva dos investimentos privados em diversas áreas do país. São Paulo, especificamente, concentra cerca de 60% das filiais das empresas multinacionais que atuam no Brasil, a maioria das sedes dos bancos privados brasileiros e a maior parte das filiais dos bancos estrangeiros que atuam no país. É o principal elo com o espaço mundial.

De acordo com o estudo do IBGE "Regiões de influência das cidades", publicado em 2008, a capital paulista exercia influência em 1.028 municípios brasileiros. A macrometrópole São Paulo-Campinas-Sorocaba-Baixada Santista, que abriga aproximadamente 15% da população brasileira, responde por mais de 20% do PIB nacional.

A informação sobre **regiões de influência das cidades** está no *Capítulo 5* deste volume.

Além disso, essas cidades, sobretudo São Paulo, sediam os principais centros médico-hospitalares e universitários do Brasil. Para elas se dirigem muitas pessoas de diversos estados brasileiros em busca de serviços de saúde e educacionais. Centros culturais, de lazer e de eventos expressivos do país também estão instalados nelas. Nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro é realizada a maior parte dos eventos de porte internacional, como espetáculos musicais e feiras de negócios, nas quais são apresentadas, sobretudo, novidades tecnológicas de diversos setores industriais. As cidades acolhem também eventos dos quais participam profissionais e cientistas de renome internacional. Disso decorre a estruturação de uma ampla e sofisticada rede hoteleira.

CENTRO DE PESQUISAS CIENTÍFICAS E TECNOLOGIA

O Centro-Sul concentra também universidades, centros de pesquisas públicos e privados, sobretudo nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Aproximadamente 45% dos estudantes de cursos superiores presenciais do país estão nesses três estados, que concentram também parcela expressiva dos gastos públicos com Ciência e Tecnologia (**C&T**).

Nessa região, os principais centros de pesquisa científica são: São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas, Belo Horizonte e São José dos Campos. Merecem destaque também: Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, São Carlos, Vitória, Goiânia, Brasília, além de Santa Rita do Sapucaí (MG), onde estão instaladas empresas de alta tecnologia em eletrônica e telecomunicações, São José do Rio Preto, Uberaba, Uberlândia, Montes Claros (MG), entre outros.

Em **Campinas**, além da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), instituição que mais encaminha pedidos de patentes no Brasil, encontra-se o Laboratório Nacional de Luz Sincontron (LNLS), que desenvolve tecnologia de ponta nas áreas de Física, Química, Engenharia de Materiais, Meio Ambiente e Ciências da Vida. Em **São Paulo**, além da Universidade de São Paulo (USP), dois outros institutos merecem destaque: o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen). A cidade conta também com a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), o Instituto Butantan, o Instituto Biológico, a sede da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e o Hospital das Clínicas.

Patente
Documento que garante a seu detentor o direito exclusivo de explorar uma invenção, seja produto ou processo, comercialmente.

Em **São José dos Campos** está o Centro Técnico Aeroespacial (CTA), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e o Parque Tecnológico (PqTec SJC) (figura 19, na página seguinte).

LUCAS LACAZ RUIZ/FUTURA PRESS

Figura 19. Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), no Parque Tecnológico (PqTec SJC) em São José dos Campos (SP), 2015.

No **Rio de Janeiro**, merecem destaque a Fundação Osvaldo Cruz, que produz mais da metade das vacinas do Brasil, e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde se notabiliza o centro de pesquisas em energia e engenharia.

Em **Belo Horizonte**, destacam-se os setores de biotecnologia, tecnologia de informação aplicada, fitoterapia e química fina (figura 20).

JOAO MARCOS ROSA/NITRO

Figura 20. Conjunto de institutos de inovação e institutos de tecnologia, em Belo Horizonte (MG), 2013.

Em **Curitiba** sobressaem os setores de equipamentos de automação comercial e fabricação de computadores com tecnologia de baixo custo.

Em **Florianópolis**, a partir de uma incubadora, surgiu uma empresa fabricante de equipamentos para tratamento de aneurisma com um dispositivo minimamente invasivo.

Em **Porto Alegre**, está instalada a Ceitec, uma empresa pública federal vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), criada em 2008, que atua no segmento de semicondutores.

Apesar de concentrar a produção tecnológica e a riqueza gerada pelo capitalismo brasileiro, o Centro-Sul apresenta um quadro socioeconômico resultante do modelo concentrador e excludente de desenvolvimento capitalista. Nele convivem, nas diversas paisagens do espaço geográfico, abundância e escassez, luxo e miséria, expressos, sobretudo, nos grandes centros urbanos.

ATIVIDADE EXTRATIVISTA

O Centro-Sul destaca-se na indústria extrativa, em diversos setores, como no mineral, no petrolífero e de gás natural, no de rochas ornamentais e para construção civil. Como visto nos volumes 1 e 2 desta coleção, são várias as regiões do Centro--Sul que concentram atividade extrativa mineral, como o Quadrilátero Ferrífero, as regiões carboníferas de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, o maciço do Urucum, em Mato Grosso do Sul, as regiões de extração de petróleo em alto-mar do Espírito Santo, do Rio de Janeiro e de São Paulo.

No **Espírito Santo**, há um importante arranjo produtivo local de extração de mármore. Nessa atividade se destacam os municípios de Cachoeiro de Itapemirim, no sul do estado, Nova Venécia, no norte, e Vitória, na porção central. O estado é o principal produtor e exportador de rochas ornamentais do Brasil.

AGROPECUÁRIA

Na década de 1970, intensificou-se o processo de modernização da agricultura brasileira, que promoveu uma série de transformações econômicas, ambientais, sociais e, portanto, espaciais para o país.

Essa modernização ocorreu de forma mais significativa no Centro-Sul, trazendo, portanto, maiores impactos nas transformações socioeconômicas (desemprego provocado pela substituição da mão de obra por maquinário e concentração de terras nas mãos de empresas multinacionais) e ambientais (desmatamento provocado pelo avanço da fronteira agrícola e poluição causada pelo uso intenso de agrotóxicos e fertilizantes químicos) para a região.

Muitos agricultores tiveram de vender suas terras, principalmente os pequenos e médios proprietários, cuja renda é obtida graças ao trabalho dos membros da família (agricultura familiar). Essas famílias geralmente não possuem recursos para manter sua atividade, pois dificilmente conseguem empréstimos nos bancos para modernizar e aumentar a produção o suficiente para competir com as grandes empresas, algumas delas corporações multinacionais.

Os principais produtos da agricultura comercial do Centro-Sul são: soja, cana--de-açúcar, laranja, arroz e milho. No **Rio Grande do Sul**, em **Santa Catarina** e no **Paraná**, considerados os grandes celeiros do Brasil em razão da elevada produtividade (graças também às estações do ano mais bem definidas e à regularidade das chuvas), merecem destaque os cultivos de arroz, uva, cebola, feijão, trigo, maçã, fumo, centeio e cevada, além da soja e do milho (figura 21).

DELFIM MARTINS/PULSAR IMAGENS

Figura 21. Colheita mecanizada de milho em Cornélio Procópio (PR), 2015.

Aproximadamente 60% do **rebanho bovino** brasileiro encontra-se no Centro-Sul, com destaque para Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. No caso de Mato Grosso, a maior parte do rebanho está no Complexo Regional da Amazônia. O Triângulo Mineiro, o Pantanal Mato-grossense, a Campanha Gaúcha, o sul de Minas e o sudeste de Goiás são regiões que se destacam na pecuária do Centro-Sul. O complexo regional também se destaca pela presença do **rebanho de suínos**, com cerca de 70% do rebanho nacional, sendo 50% concentrados no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul (figura 22).

O Centro-Sul também apresenta disparidades socioeconômicas no espaço rural. A região do Vale do Ribeira, no sul do estado de São Paulo, por exemplo (maior PIB do Brasil), ainda apresenta indicadores sociais ruins.

ZÉ PAIVA/VISTA IMAGENS/FOLHAPRESS

Figura 22. Interior de frigorífico em Concórdia (SC), 2011.

• Cerrado: desmatamento e conservação

O Cerrado distribui-se por extensa área do país, sobretudo no Centro-Sul. A partir da década de 1970, passou a ser intensamente desmatado para o desenvolvimento da agropecuária. A correção da elevada acidez do solo, por meio da aplicação de nutrientes e de calcário, e o relevo relativamente plano estimularam o desenvolvimento da agricultura em áreas do Cerrado. Agricultores de vários estados, sobretudo do sul do país, dirigiram-se para a região. Inicialmente, os estados mais procurados foram Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Desde o final do século XX, trechos de Cerrado dos complexos regionais Amazônia e Nordeste (Tocantins, Bahia, Maranhão e Piauí) também passaram a ser desmatados e explorados pela agropecuária, baseada nas monoculturas do arroz e, sobretudo, da soja. Atualmente, cerca de 50% desse bioma já foram derrubados.

Em decorrência das pesquisas da Embrapa, os índices de produtividade no Cerrado atingiram crescimento expressivo. Isso se deu, em parte, por conta da modificação genética de várias espécies, como a soja, que até os anos 1970 era cultivada apenas nos estados com Clima Subtropical.

Atualmente, a atividade agropecuária em áreas originalmente do Cerrado é responsável por quase 50% da **produção nacional de grãos** (como soja, milho, arroz, feijão), aproximadamente 40% da de **carne bovina** e 35% da de **leite de vaca**.

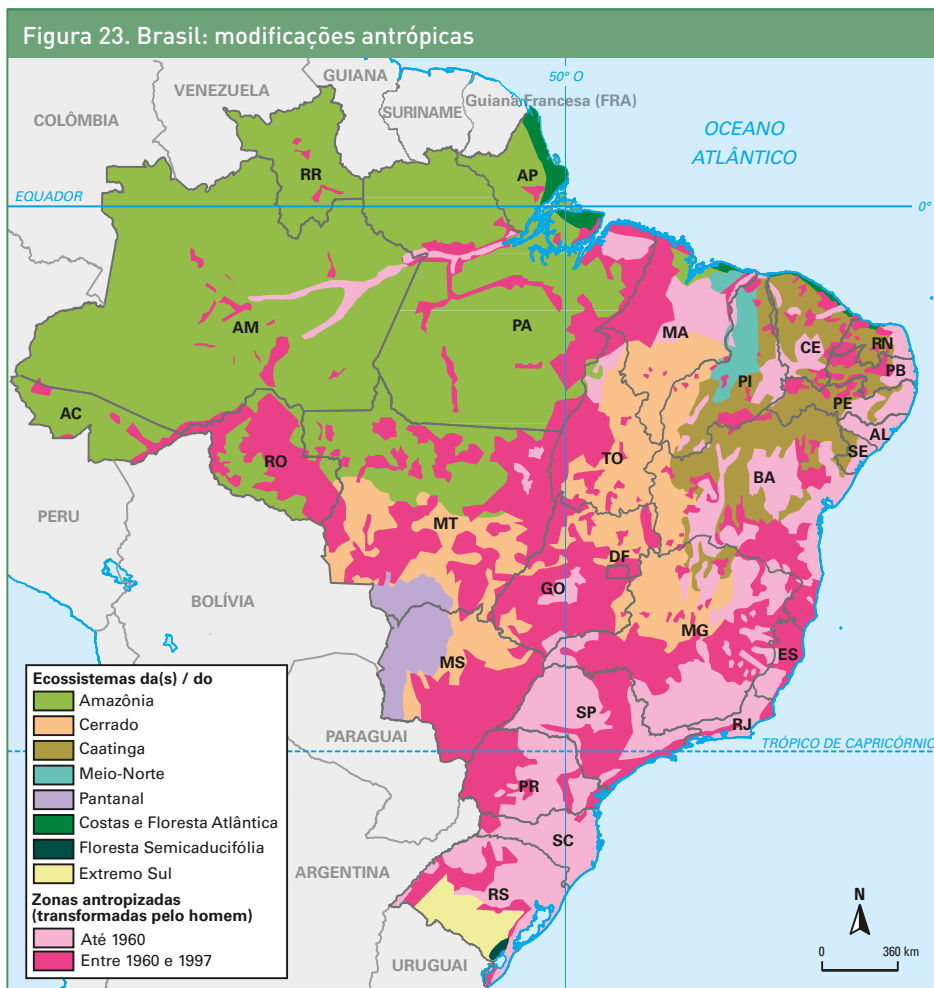
Apesar de o Cerrado apresentar grande biodiversidade (estima-se que abrigue cerca de 12 mil espécies de plantas), seus ecossistemas foram pouco estudados. Além do grande potencial farmacológico das plantas medicinais, a conservação do que ainda resta do bioma oferece inúmeros serviços ambientais, como estocagem de carbono, manutenção das características do clima regional, controle de erosão e preservação das condições das nascentes de boa parte das bacias hidrográficas do Brasil. É, portanto, urgente ampliar o percentual de áreas protegidas, que atualmente estão na casa dos 8%, sem considerar as Terras Indígenas.

Estocagem de carbono
É a propriedade da vegetação de sequestrar o carbono da atmosfera.

Além do Cerrado, trechos litorâneos, o Pantanal e a reduzida área que ainda resta da Mata Atlântica e da Mata das Araucárias sofrem forte pressão antrópica (relativo à ação humana). Observe o mapa (figura 23, na página seguinte).

Figura 23. Brasil: modificações antrópicas

Ecossistemas da(s) / do
- Amazônia
- Cerrado
- Caatinga
- Meio-Norte
- Pantanal
- Costas e Floresta Atlântica
- Floresta Semicaducifólia
- Extremo Sul

Zonas antropizadas (transformadas pelo homem)
- Até 1960
- Entre 1960 e 1997

DACOSTA MAPAS

Fonte: THÉRY, Hervé; MELLO, Neli Aparecida de. *Atlas do Brasil*: disparidades e dinâmicas do território. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2008. p. 87.

LEITURA E DISCUSSÃO

Pesquisas e sustentabilidade no Cerrado

“Cada vez mais encontros científicos discutem questões relativas à conservação do Cerrado e, por meio de pesquisas, tem se comprovado a possibilidade de seu uso sustentável. Os frutos têm revelado importantíssimas fontes de saúde e renda para as comunidades e pequenos agricultores. [...]

Uma certa organização já pode ser observada em termos do uso sustentado de produtos do Cerrado. Projetos sobre a coleta da faveira (*Dimorphandra mollis*) e do uso do fruto e da castanha do baru (*Dipterix alata*) vêm sendo realizados para gerar renda para as comunidades do Cerrado ao mesmo tempo em que se preocupa com a conservação das plantas. Isso se faz evitando-se danificar a planta durante a coleta e permitindo que parte dos frutos permaneça na natureza a fim de possibilitar a reprodução das plantas.

Uma [...] importantíssima opção para um uso sustentável do Cerrado é o turismo. São grandes as potencialidades da região para o turismo rural e o ecoturismo. As inúmeras cachoeiras, [...] a observação da fauna, o contato com a história e a cultura do Planalto Central e a tranquilidade do interior são convites para inesquecíveis viagens.”

BIZERRIL, Marcelo. *Vivendo no Cerrado e aprendendo com ele*. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 66-68.

1. Dê exemplos de uso sustentável do Cerrado.
2. Comente quais seriam os empecilhos à sustentabilidade do Cerrado.

4 AMAZÔNIA

O complexo regional da Amazônia compreende uma área de aproximadamente 4,8 milhões de km^2, na qual vivem 18 milhões de pessoas, ou seja, cerca de 10% da população brasileira (figura 24).

Figura 24. Complexo regional da Amazônia: político com principais cidades

DACOSTA MAPAS

Fontes: MAGNANO, Angélica A. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 57, out./dez. 1995. p. 77; IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: dez. 2015.

A região amazônica é foco de discussões nas reuniões e nas conferências governamentais em nível global, na comunidade internacional e nos debates sobre a expansão das culturas agrícolas. Essas discussões, no entanto, envolvem **interesses muitas vezes contraditórios**, com visões amplamente **preservacionistas** e também objetivos **marcadamente exploratórios** que, inclusive, afetariam diretamente as **populações tradicionais** da Amazônia, os **povos da floresta**: indígenas, seringueiros, castanheiros, quilombolas e ribeirinhos (figura 25).

ERNESTO REGHRAN/PULSAR IMAGENS

Figura 25. Comunidade ribeirinha de Iranduba (AM), 2015.

Vários são os fatores que ressaltam a importância da conservação do ambiente natural amazônico: o quadro de **mudanças climáticas** provocadas pela ação humana e as providências necessárias para minimizar seus efeitos, como a manutenção das áreas de vegetação natural; a importância da biodiversidade da floresta para diversos fins; a escassez de recursos hídricos no mundo; e a grande diversidade de povos indígenas.

AMAZÔNIA LEGAL E AMAZÔNIA CONTINENTAL

No complexo da Amazônia está localizada a maior Floresta Equatorial remanescente do mundo. Há, no entanto, diferentes classificações da Amazônia, como a Amazônia Legal e a Continental ou Internacional (figura 26).

A **Amazônia Legal** foi instituída por um decreto do governo brasileiro na década de 1950. O objetivo era reunir os estados com situação política, social e econômica semelhante. Ao longo dos anos, a área de abrangência da Amazônia Legal sofreu alterações. Hoje, abarca o total dos territórios do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e, parcialmente, do Maranhão (a oeste do meridiano de 44° oeste), numa superfície de aproximadamente 5.200.000 km^2 ou 61% do território brasileiro.

Já a **Amazônia Continental** é uma região compartilhada por oito países – Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname –, além da Guiana Francesa. Corresponde a cerca de 40% da superfície da América do Sul, representando, em alguns países, mais da metade de sua área.

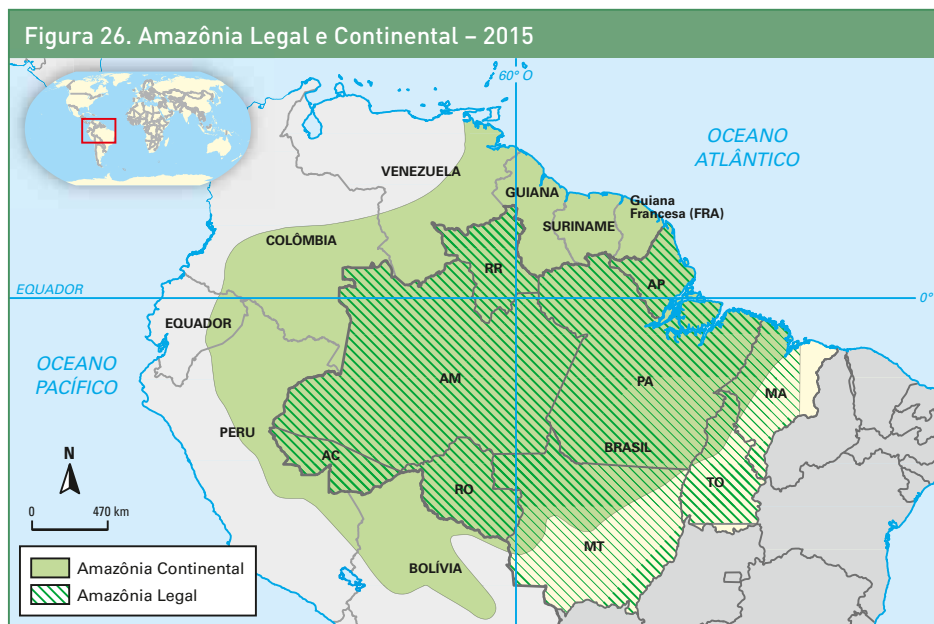
A abrangência da Amazônia Continental, sua biodiversidade, sua importância no volume de água doce (nela está localizada a Bacia Hidrográfica Amazônica) e os serviços ambientais que oferece demonstram a relevância da Amazônia na geopolítica mundial.

FILME

Amazônia em chamas
De John Frankenheimer.
Estados Unidos, 1994.
123 min.

Baseado em fatos reais, o filme aborda a vida do líder seringueiro Chico Mendes, que deu visibilidade à Amazônia ao empreender uma luta pacífica contra a exploração da região.

Figura 26. Amazônia Legal e Continental – 2015

DACOSTA MAPAS

Fonte: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), 2015.

OCUPAÇÃO RECENTE E EXPLORAÇÃO ECONÔMICA

Na Amazônia vivem diferentes povos indígenas desde épocas pré-históricas. No entanto, a exploração da região teve início com a chegada do europeu, ao final do século XV. Seguindo o curso dos rios, missões jesuítas buscavam as drogas do sertão (baunilha, cacau, urucum, castanha, guaraná, entre outras), então valiosas no continente europeu. Mas foi somente entre os séculos XIX e XX que a Amazônia teve de fato uma ocupação um pouco mais expressiva, com **a exploração da borracha** (figura 27, na página seguinte). A atividade, no entanto, perdeu importância na década de 1920, diminuindo o fluxo de pessoas para a região.

BIBLIOTECA NACIONAL, RIO DE JANEIRO, BRASIL.

Figura 27. Trecho da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré em Rondônia, construída para escoar principalmente a produção de borracha. Fotografia de cerca de 1910.

Durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985), os governantes promoveram intensa campanha para ocupar a Amazônia. A ação, além de motivações econômicas, visava também à proteção do território. Para tanto, incentivou-se a migração de pessoas de diferentes partes do país para a região.

Os projetos para a Amazônia contemplavam, sobretudo: a ampliação das vias de circulação, com base fundamentalmente na construção de rodovias; a retirada de recursos naturais, principalmente minérios; e o desenvolvimento da atividade industrial.

O incentivo à ocupação da Amazônia é, portanto, fruto da combinação de fatores como a preocupação dos governos militares em ocupar a região, até por entenderem que se tratava de uma questão de segurança nacional; a descoberta de jazidas minerais importantes; a necessidade de expansão das áreas de fronteira agrícola e de desenvolvimento industrial da região.

Havia o desejo de integrar a Amazônia ao restante do país, visando facilitar o escoamento da produção regional e a entrada de pessoas e mercadorias. A **Rodovia Transamazônica**, que liga Cabedelo, próximo a João Pessoa, no litoral da Paraíba, a Lábrea, no sul do Amazonas, é um dos exemplos do estímulo ao rodoviarismo na região (figura 28). O projeto dessa rodovia, idealizado no governo do presidente Emílio Garrastazu Médici, fundamentava-se numa frase a ele atribuída: “Quero abrir uma estrada que leve os homens sem terra para a terra sem homens”. Atualmente, há obras para recuperação de trechos da Transamazônica “consumidos” pela floresta, uma vez que centenas de quilômetros da rodovia foram totalmente abandonados.

O crescimento econômico da região apoiou-se na exploração de riquezas naturais, que, por sua vez, também possibilitariam abastecer outros setores industriais nacionais e fomentar a industrialização da região.

LEITURA

Amazônia: terra com futuro
De Marcelo Leite.
Ática, 2006.

Trata-se de aventuras protagonizadas por adolescentes na Amazônia. Ao misturar a ciência geográfica com a ficção, o autor torna a leitura mais prazerosa e divertida.

Amazônia: contrastes e perspectivas
De Charles Pennaforte.
Atual, 2006 (Coleção Geografia sem fronteiras).

Discorre sobre os desafios de explorar economicamente a Amazônia sem destruí-la.

SÉRGIO CASTRO/ESTADÃO CONTEÚDO

Figura 28. Obras em trecho da Rodovia Transamazônica em Altamira (PA), 2011. O projeto da rodovia, ao possibilitar a ligação entre o Nordeste e a Amazônia, tinha como objetivo facilitar o processo migratório, com saída de trabalhadores nordestinos, a fim de minimizar as pressões por reforma agrária na Região Nordeste.

Dentre vários outros, destaca-se na história da ocupação da Amazônia o **Projeto Grande Carajás**. O projeto reuniu diferentes atividades e setores, como a indústria extrativista, a construção de uma hidrelétrica (Tucuruí) e de uma estrada de ferro, conforme estudado na *Unidade 2* do *Volume 1* desta coleção. Veja a figura 29.

ARQUIVO/AGÊNCIA VALE

Figura 29. Exploração de bauxita em Carajás (PA), 2012.

RODOVIAS COMO VETORES DO DESMATAMENTO

O complexo da Amazônia é um dos menos servidos em **transporte** rodoviário e melhor em hidroviário. A construção e a recuperação de rodovias que cortam a região amazônica são cercadas de polêmicas entre diferentes setores da sociedade. Isso porque, apesar de facilitar a circulação de mercadorias e pessoas, as rodovias são os grandes vetores do desmatamento.

A recuperação da **BR-319**, inaugurada em 1976, com aproximadamente 900 km de extensão e única ligação por terra entre Porto Velho (RO) e Manaus (AM), foi muito criticada. As obras para recompor a rodovia, que teve trechos retomados pela floresta, foram iniciadas em 2008. Para tanto, o Ministério do Meio Ambiente, por meio do Ibama, determinou que fossem criadas unidades de conservação e, além disso, sistemas de monitoramento para acompanhar intervenções no espaço localizado às suas margens. O entorno da BR-319, dentro do bioma Amazônia, é um dos locais que apresentam mais expressiva biodiversidade e um dos mais preservados.

Também gerou preocupação entre os ambientalistas o asfaltamento da **BR-163** – Cuiabá-Santarém –, que servirá, em boa parte, ao escoamento da produção agrícola de Cuiabá (MT) até Santarém (PA), na confluência dos rios Tapajós e Amazonas, de onde as mercadorias poderão seguir para o mercado externo, por via fluvial até o Oceano Atlântico.

INDÚSTRIA

A atividade industrial foi implementada na Amazônia com a criação da Superintendência da **Zona Franca de Manaus** (**Suframa**), órgão do governo federal que administra a Zona Franca. Por meio de parcerias com governos estaduais e municipais, o órgão procura minimizar o chamado “custo amazônico”, ou seja, aquele decorrente da dificuldade de circulação de mercadorias, do mercado consumidor reduzido, comparativamente ao Centro-Sul, dos custos de produção maiores – entre outros fatores –, que não estimulariam investimentos privados na região amazônica.

Até 2014, a Zona Franca de Manaus empregava cerca de 126 mil trabalhadores. Com a retração forte na economia no ano seguinte, esse número havia caído para 88 mil no final de 2015. As 600 empresas instaladas no polo fazem parte, principalmente, dos segmentos de eletroeletrônicos, bens de informática, duas rodas, termoplástico, químico, metalúrgico, mecânico, descartáveis (isqueiros, canetas, barbeadores), entre outros.

Além da Zona Franca de Manaus, a Suframa administra as **áreas de livre-comércio**, que gozam de regime fiscal privilegiado em relação à importação e à exportação e foram estabelecidas com a finalidade de promover o desenvolvimento das regiões de fronteira da Amazônia e de incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos (figura 30).

Figura 30. Amazônia: áreas de livre-comércio administradas pela Suframa – 2015

Fonte: Superintendência da Zona Franca de Manaus. Disponível em: <www.suframa.gov.br>. Acesso em: dez. 2015.

SITE

Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa)
www.inpa.gov.br
Divulga conhecimento, pesquisas e atualidades sobre a Amazônia.

A industrialização em Manaus propiciou a instalação de um centro de pesquisa em microeletrônica na região. Já a grande biodiversidade do bioma amazônico contribuiu para o desenvolvimento de um dos principais centros de biologia tropical do mundo, o **Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia** (**Inpa**) (figura 31). Desde 2002, funciona o **Centro de Biotecnologia do Amazonas**, reunindo 26 laboratórios, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento regional de produtos, processos e serviços biotecnológicos, nas áreas de saúde humana, agronegócio e indústria, visando sua comercialização e inserção em cadeias produtivas regionais, nacionais e globais.

Um dos problemas para o incremento das pesquisas em ciência e tecnologia na região é a insuficiência de pesquisadores e cientistas. No caso do Inpa, em meados da década de 2010, muitos cientistas iam se aposentar, e a falta de um plano de carreira, além dos salários incompatíveis com a qualificação dos pesquisadores, fazia com que a instituição perdesse muitos de seus profissionais. Muitos cientistas, inclusive, acabavam trocando o Inpa por instituições de pesquisa do exterior, fator que intensifica a chamada fuga de cérebros do Brasil.

Figura 31. Instalação na Casa da Ciência do Inpa, um centro de exposição cujo objetivo é mostrar às pessoas de que maneira é possível compatibilizar o desenvolvimento econômico e humano e a preservação da natureza na região. Manaus (AM), 2015.

PROPOSTAS DE DESENVOLVIMENTO

Aproximadamente 725 mil km^2 ou 17% da Floresta Amazônica já foram desmatados, para, principalmente, a formação de áreas agropecuárias (figura 32) – a maior parte para pastagens, com pecuária de baixo índice de produtividade. A expansão do cultivo da soja é um fator de pressão sobre as áreas ainda conservadas desse bioma, isso sem contar a exploração ilegal de madeira.

RICARDO AZOURY/PULSAR IMAGENS

Figura 32. Terminal de embarque de grãos no Rio Tapajós, em Santarém (PA), 2015. No entorno do Rio Tapajós instalaram-se fazendas, grande parte delas voltada para o cultivo de soja, escoada pelo terminal. Segundo a moratória da soja – acordo entre sociedade civil, setor produtivo e governo, que visa eliminar o desmatamento da cadeia de produção da soja na Amazônia –, em vigor desde julho de 2006, empresas não podem comercializar ou financiar a soja e seus derivados provenientes de áreas desmatadas no bioma Amazônia após maio de 2008, dentro de terras indígenas ou que estejam na lista de trabalho escravo. Em maio de 2016, a moratória foi renovada por prazo indeterminado.

Esses dados são um exemplo da importância de discutir propostas de desenvolvimento para a região. O geógrafo Aziz Ab'Sáber (1924-2012) ressaltava a necessidade de "setorizar" a Amazônia, realizando um zoneamento ecológico econômico, a fim de estabelecer propostas de aproveitamento socioeconômico, sem que as consequências ambientais, culturais e sociais fossem iguais às que se verificaram, em boa parte, até hoje para a região. Sua visão baseava-se na grande diversidade desse imenso espaço e nos avançados recursos tecnológicos existentes atualmente (radares, satélites artificiais), além dos diversos estudos já realizados.

Nessa perspectiva, um dos grandes desafios para a **conservação da Amazônia** é encontrar caminhos para viabilizar: o manejo florestal sustentável em pequena escala pelas comunidades rurais que vivem no espaço amazônico; o investimento em biotecnologia, aproveitando a imensa biodiversidade da região; a compensação financeira de comunidades que conservam a floresta, entre outros.

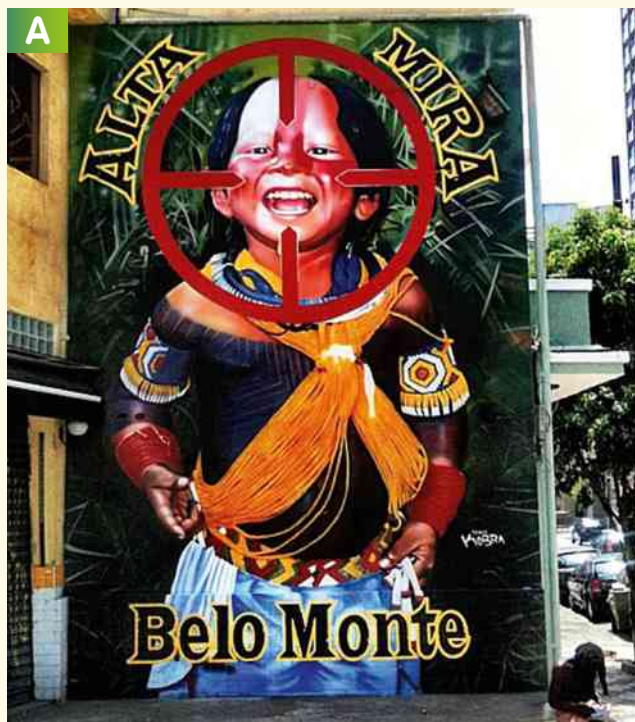
Por outro lado, é necessário investir em setores para os quais a região tem vocação, como o ecoturismo, a realização de feiras e outros eventos nacionais e internacionais nas metrópoles **Belém** e **Manaus** (figura 33).

RICARDO LIMA/FUTURA PRESS

Figura 33. Conferência sobre proteção da Floresta Amazônica em Belém (PA), 2014.

Kobra

O pintor, muralista e grafiteiro paulistano Eduardo Kobra (1976-) é especialista em arte urbana e vem marcando a metrópole paulistana com inúmeras obras desde 1987. Foi responsável pelo grande projeto na cidade chamado de Muro das Memórias, em que retoma imagens históricas de São Paulo a partir de uma visão pessoal e contemporânea.

As duas obras reproduzidas abaixo exploram, de forma crítica, outra temática presente em seus trabalhos.

Polêmica no Pará, e o Xingu vai para a cidade grande. Mural de Eduardo Kobra em São Paulo (SP), 2013.

Deboche e lamento pelo Rio Pinheiros. Mural de Eduardo Kobra em São Paulo (SP), 2013.

1. Qual a temática e a crítica presente em cada uma das obras?
2. Na imagem **A** o artista faz um jogo de palavras com base na semelhança de sons entre elas. Com que palavras o artista brinca? Como uma delas está representada graficamente? Justifique a escolha dessa palavra pelo artista.

CONTRAPONTO

Exploração da Amazônia

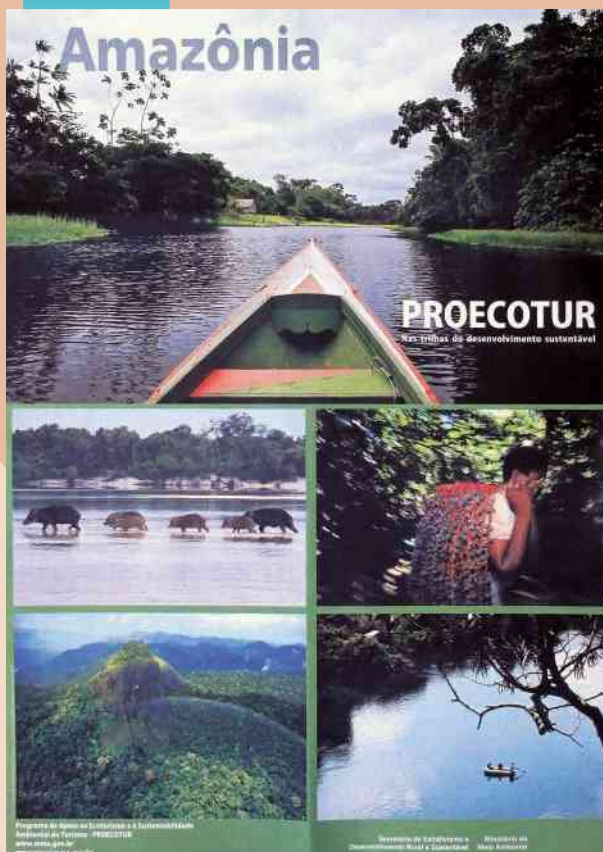
Esta seção favorece o trabalho integrado com as disciplinas de História e Biologia. Ao realizar as atividades propostas, incentive os estudantes a relacionarem os conteúdos dos cartazes ao período da ditadura militar – e ao modelo de desenvolvimento implantado por seus líderes –, bem como ao desenvolvimento da consciência ecológica ao longo dos últimos 50 anos.

IMAGEM 1

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Cartaz da década de 1970, do Ministério do Interior, da Sudam e do Banco da Amazônia, incentivando a ocupação e a exploração da Amazônia.

IMAGEM 2

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Cartaz do Programa de Apoio ao Ecoturismo e à Sustentabilidade Ambiental, do Ministério do Meio Ambiente, 2008.

1. O cartaz da imagem 1 tinha como objetivo incentivar a ocupação e a exploração da Amazônia. Explique o contexto histórico em que esse cartaz foi elaborado.
2. À época, incentivava-se a exploração econômica da Amazônia sem nenhuma preocupação com o meio ambiente. Retire da imagem 1 expressões e ideias que comprovem essa afirmação.
3. Cite os principais objetivos, ou orientações, do cartaz da imagem 2.
4. Os dois cartazes referem-se a campanhas governamentais. Qual a principal mudança observada entre as mensagens por eles veiculadas?

COMPREENSÃO E ANÁLISE

Faça no caderno

2

1. Considerando os conteúdos estudados sobre o complexo da Amazônia, redija um pequeno texto argumentando sobre a seguinte questão: devem-se construir mais rodovias na Amazônia e asfaltar as já existentes?

2. Leia o texto e responda às questões.

Exploração e destinação dos recursos

“[...] é sempre utilizada para extrair recursos e mandá-los para fora, como se fosse um almoxarifado sem fim. Nada sobra para a região. A posição que defendo é que se implante outro modelo de exploração do patrimônio natural, uma nova perspectiva que tenha como base a ciência e a tecnologia. O que sempre ocorreu historicamente foi a exportação de recursos naturais, sem agregação de valor. Primeiro, para o mercado europeu. Depois, para o americano [...]. Mas o problema é que a região ainda vive a forma de produção do século XIX, em que companhias de mineração queimam a mata para fazer carvão. Precisamos de empresas modernas, de tecnologias avançadas e de grandes investimentos. Mas sempre articulados com a questão ambiental e, sobretudo, social. Existem mais de 20 milhões de pessoas que moram lá e vivem mal, porque os recursos são sempre explorados de forma a mandar as riquezas para fora da região onde é produzida.”

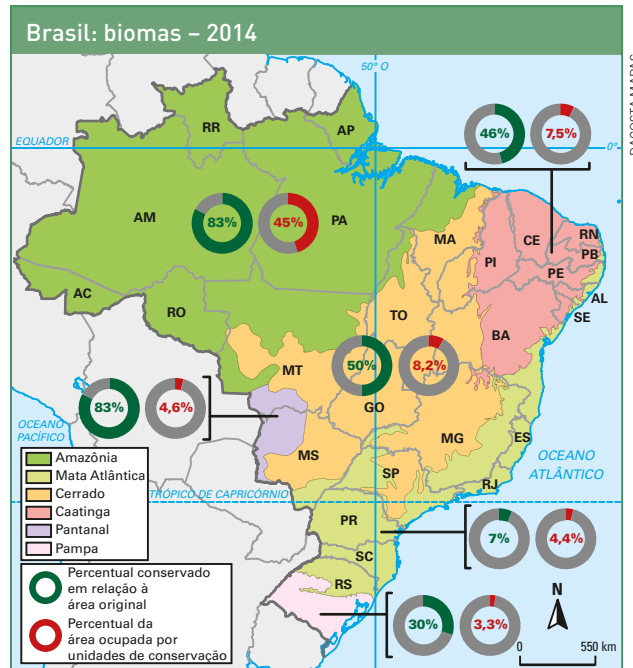
BECKER, Bertha. In: *National Geographic Brasil*. ano 9, n. 107, fev. 2009. p. 24.

a) A que complexo regional o texto se refere?

b) Explique a frase “O que sempre ocorreu historicamente foi a exportação de recursos naturais, sem agregação de valor”.

c) Comente medidas que vêm sendo tomadas ou podem ser implementadas para a reversão do quadro identificado no item anterior.

3. Observe o mapa a seguir. Ele mostra os biomas brasileiros e seus percentuais de conservação e ocupação por unidades de conservação em meados da década de 2010.

Brasil: biomas – 2014

Fontes: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Disponível em: <www.dsr.inpe.br/sbsr2011/files/p0361.pdf>; Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <www.mma.gov.br/biomas>. Acessos em: mar. 2016.

a) No estado onde você vive, há a presença de quais biomas? Qual é a situação deles, em termos gerais, tanto em relação à conservação quanto à área ocupada por unidades de conservação?

b) No município onde você vive, há áreas conservadas desse(s) bioma(s)? Comente a utilização desses espaços pela sociedade. Por exemplo: há possibilidades de utilização para lazer/visitação/pesquisa?

c) Cite as principais intervenções de ordem econômica que ameaçam os biomas brasileiros.

ENEM E VESTIBULARES

- (Enem 2003) Houve uma grande elevação do número de casos de malária na Amazônia que, de 30 mil casos na década de 1970, chegou a cerca de 600 mil na década de 1990. Esse aumento pode ser relacionado a mudanças na região, como

  a) as transformações no clima da região decorrentes do efeito estufa e da diminuição da camada de ozônio.

  b) o empobrecimento da classe média e a consequente falta de recursos para custear o caro tratamento da doença.

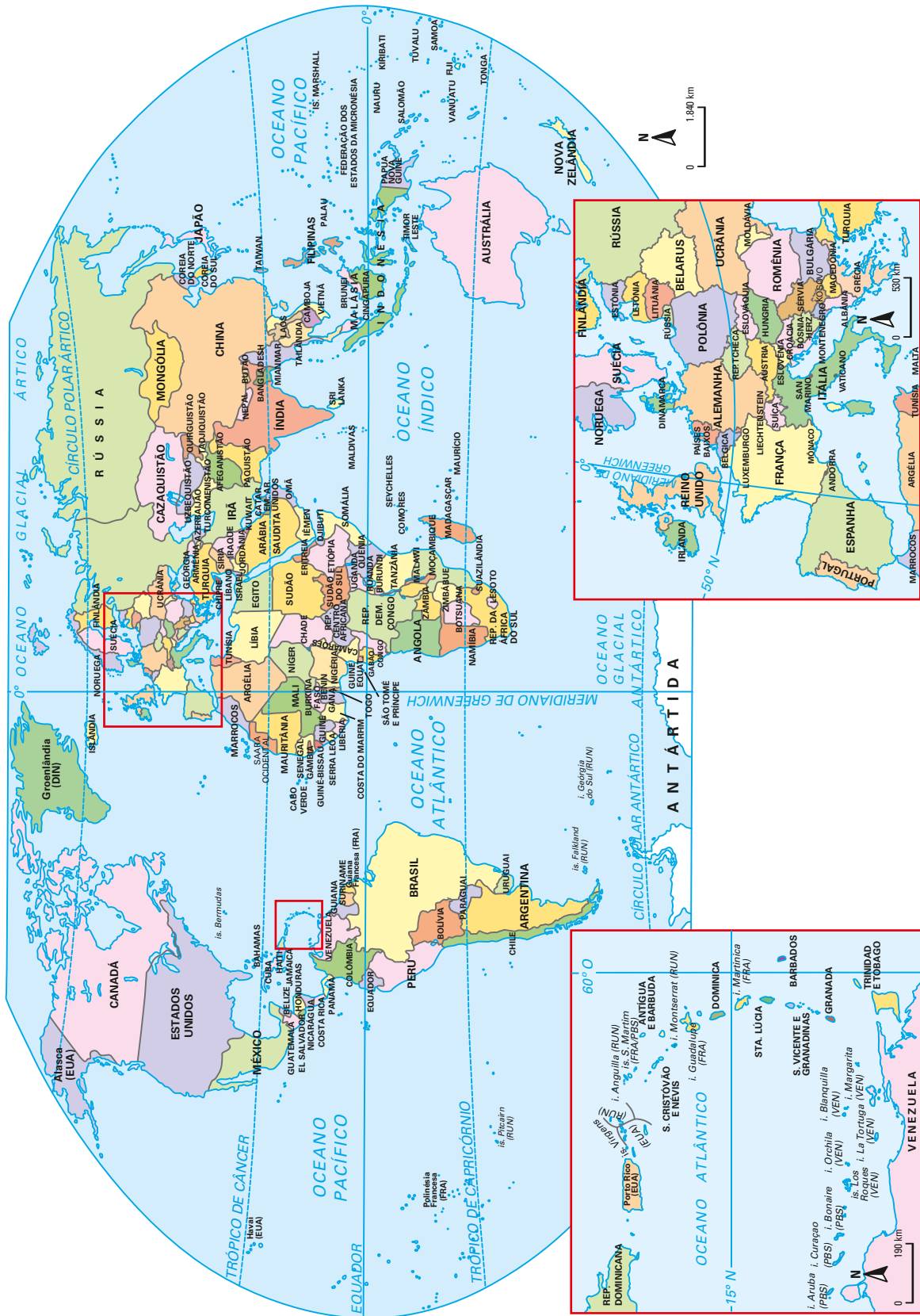
  c) o aumento na migração humana para fazendas, grandes obras, assentamentos e garimpos, instalados nas áreas de floresta.

  d) as modificações radicais nos costumes dos povos indígenas, que perderam a imunidade natural ao mosquito transmissor.

  e) a destruição completa do ambiente natural de reprodução do agente causador, que o levou a migrar para os grandes centros urbanos.

Mundo: político – 2016

Fonte: *Atlas geográfico escolar*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. p. 32.

RESPOSTAS DE ENEM E VESTIBULARES

UNIDADE

Capítulo 1

(p. 19)

1. Resposta: **b**. A pintura de Modesto Brocos mostra o branqueamento, através de três gerações, de uma família: a avó (negra), a mãe (mulata) e a criança (fenotipicamente branca). Portanto, a tendência demográfica apontada é o branqueamento da população.

   A redenção de Cam é uma referência à interpretação bíblica sobre a maldição de Noé a um dos seus filhos (Cam) e a seus descendentes, todos negros e condenados à escravidão. A redenção (cujo significado aqui é o rompimento com a escravidão) é representada na tela pelo branqueamento da família. A avó olha para o céu e agradece o nascimento de um neto de pele branca. O quadro foi utilizado pelo cientista brasileiro João Baptista de Lacerda no I Congresso Mundial das Raças, para argumentar, nesse encontro, que a imigração branquearia a população do país e que a mistura de raças levaria à extinção da "raça negra" em um futuro não muito distante.

2. Resposta: **c**. A alternativa está incorreta, pois o etnocentrismo é um julgamento de uma outra cultura pelos valores e padrões de sua própria cultura, sendo uma manifestação de intolerância e preconceito.

(p. 30)

- Resposta: **a**. Nas últimas décadas, o governo federal adotou políticas destinadas à promoção de maior inclusão das minorias étnicas. A diretriz apontada pelo Conselho Nacional de Educação, no enunciado da questão, assinala que a educação deve resgatar a história e a cultura afro-brasileira e africana (considerada desvalorizada no currículo escolar), para que os afrodescendentes possam resgatar e se orgulhar da sua identidade. Nesse sentido, de acordo com a alternativa **a**, a inclusão social está associada a práticas de valorização identitária.

Capítulo 2

(p. 42)

- Resposta: **a**. Com a morte de Tito, em 1980 e as transformações ocorridas no Leste europeu, com o fim da Guerra Fria, reacenderam os nacionalismos e foram exacerbadas as diferenças culturais entre as repúblicas da Iugoslávia, levando à sua desintegração.

(p. 59)

- Resposta: **e**. A partilha do continente africano no final do século XIX pelos colonizadores europeus criou fronteiras artificiais, aglutinando num mesmo território grupos étnicos tradicionalmente rivais e separando etnias de convivência pacífica. Após a independência, tal situação gerou inúmeros confrontos étnicos pela disputa de poder no interior dos novos Estados africanos. A única afirmação errada é a I por restringir a questão ao interesse de uma única potência. A descolonização ocorreu durante o período da Guerra Fria, que envolvia as duas maiores potências mundiais. Os Estados Unidos e a ex-União Soviética foram responsáveis pelo apoio financeiro a grupos étnicos rivais dentro de um mesmo país.

Capítulo 3

(p. 70)

- Resposta: **d**. O Boko Haram é o mais notório grupo muçulmano extremista da África da atualidade. É um grupo nigeriano que atua também em Chade, Níger e Camarões. Formou-se e cresceu nas áreas pobres, mais vulneráveis, situadas no norte da Nigéria.

(p. 81)

1. Resposta: **d**. As Comissões da Verdade foram criadas para investigar graves violações de direitos humanos cometidas em regimes ditatoriais ou totalitários. Empregadas em nações diferentes, apresentam diferentes formas de punição. Têm em comum a função de investigar os crimes cometidos pelo Estado contra seus próprios cidadãos, num determinado período.
2. Resposta: **b**. O regime do *apartheid* foi introduzido na África do Sul em 1948 e vigorou até 1994. Foi derrubado frente à reação internacional negativa, às sanções econômicas e à luta dos negros contra o segregacionismo.

UNIDADE

Capítulo 4

(p. 98)

- Resposta: **d**. A complexidade crescente da economia mundial foi impulsionada pela rápida evolução da informática e dos meios de comunicação e transporte, que possibilitou uma verdadeira revolução nos padrões de relação econômica e financeira com impactos sobre o preço da produção industrial e o dos produtos de consumo. Forma-se uma rede de cidades mundiais interconectadas por processos financeiros. Trata-se de uma rede de cidades fortemente hierarquizada de acordo com seus níveis de produção, projeção, integração e fluxos comerciais, resultante do processo de globalização. Todo o processo repercute na organização das populações dessas cidades.

(p. 106)

- Resposta **c**. No conjunto dos países em desenvolvimento, a urbanização foi um processo tardio. Embora com características particulares em cada país, esse grupo de países teve em comum um intenso e desordenado êxodo rural que resultou num rápido processo de metropolização.

Capítulo 5

(p. 115)

1. Resposta **a**. A atividade industrial consagrou a metrópole de São Paulo, que, por ser concentradora de riquezas, marginalizou grande parte da população, criando um espaço de forte segregação.
2. Resposta **d**. De um lado, houve uma deterioração de bairros centrais históricos das cidades brasileiras ao longo do tempo. De outro, existem muitos prédios e casarões sem uso à espera de valorização, ou seja, são usados para especulação imobiliária. A dificuldade de acesso à moradia nas áreas centrais devido ao maior valor dos aluguéis e à falta de programas de habitação popular afastam as famílias mais pobres. Assim, em várias cidades, houve redução da população no centro e crescimento da população na periferia.

(p. 127)

1. Resposta: **e**. A imagem indica uma ocupação irregular em área de risco sujeita a diversos problemas, entre eles os deslizamentos de terra.
2. Resposta: **e**. O texto evidencia a infraestrutura associada às vias de rolamento do transporte rodoviário fortemente privilegiado pela industrialização e pelas multinacionais de automotores do governo JK.

UNIDADE

3

Capítulo 6

(p. 143)

1. Resposta: **a**. O texto indica que as taxas de fecundidade na Europa estão abaixo do índice de reposição, que é de 2,1 filhos por mulher. A sociedade europeia apresenta novas estruturas familiares, com menor número de filhos, resultante do fortalecimento do papel da mulher no mercado de trabalho e do investimento na carreira profissional. Valorização de projetos e o retardamento do casamento entre os mais jovens também são importantes fatores desse momento da demografia europeia.
2. Resposta: **a**. A última afirmativa está incorreta, já que a teoria malthusiana defende que as doenças e as guerras agiriam como formas naturais de controle da população. Todas as demais são verdadeiras.

(p. 156)

- Resposta: **e**. A queda expressiva da fecundidade no Brasil ocorreu a partir da década de 1960. O fenômeno está relacionado à rápida urbanização e aos efeitos provocados por ela no modo de vida da sociedade brasileira, entre eles o maior acesso à informação e às práticas contraconceptivas e a maior inserção da mulher no mercado de trabalho.

Capítulo 7

(p. 164)

- Resposta: **c**. O fato de os motivos para viver na rua superarem 100% indica que foi declarado mais de um motivo que levou as pessoas a tal situação.

(p. 178)

- Resposta: **c**. O primeiro texto trata da escravidão por dívida, que deve ser coibida pela fiscalização do Estado. O segundo texto indica a necessidade de uma atuação forte do poder público para ampliar os investimentos e melhorar a qualidade do ensino no Brasil.

Capítulo 8

(p. 189)

- Resposta: **a**. As migrações intensificaram-se nas últimas décadas, sobretudo no contexto da globalização, por conta da saída de pessoas dos países em desenvolvimento em busca de empregos, com rendimentos maiores nos países desenvolvidos. Mais recentemente, diversos países emergentes também têm recebido grandes quantidades de imigrantes. Os países desenvolvidos têm, por sua vez, ampliado as barreiras para impedir o fluxo imigratório.

(p. 199)

- Resposta: **d**. Diversos países do leste e do sul da Europa são a principal porta de entrada de imigrantes e também de refugiados vindos da África e do Oriente Médio. A Grécia, em 2015, foi o país europeu que mais recebeu refugiados.

Capítulo 9

(p. 208)

1. Resposta: **c**. O tema do fragmento é justamente a necessidade de ajuda do governo ao fazendeiro, necessitado de mão de obra para a sua propriedade.
2. Resposta: **a**. Ao ingressarem no território brasileiro, os bolivianos passam a ser imigrantes.

(p. 217)

- Resposta: **F-V-V-V-F**. 0-0) está errada, pois, apesar da melhoria nas condições de vida das populações do Agreste

e do Sertão, não há um fluxo migratório intenso para essas sub-regiões. 4-4) é incorreta, uma vez que não há migração de retorno para o Sudeste.

UNIDADE 4

Capítulo 10

(p. 230)

1. Resposta: **c**. É possível constatar pela legenda do mapa que foi em Mato Grosso o maior número de municípios criados nesse período, e isso se deve à expansão da agropecuária no estado, com processo migratório de outras regiões/estados.
2. A Constituição brasileira determina o número de senadores a que tem direito cada unidade federativa. Dadas as diferenças no contingente populacional de cada estado, o número de eleitores por senador é desigual, de um estado para outro. Se a disposição sugerida pelo mapa fosse adotada, a proporção de eleitores por senador também passaria a ser equivalente.

(p. 241)

- Resposta: **b**. A Zona Franca de Manaus buscou atingir justamente os objetivos apontados no texto introdutório da questão, a partir da criação de uma superintendência: a Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus).

Capítulo 11

(p. 255)

- Resposta: **b**. De acordo com o gráfico, os estados do Nordeste têm índices acima da média brasileira.

(p. 270)

- Resposta: **c**. A ocupação mais efetiva da região, com estruturação da atividade agropecuária, obras de hidrelétricas e atividade mineradora, estimulou o processo migratório e provocou o aumento dos casos de malária na região.

ÍNDICE REMISSIVO

A

B

C

D

E

F

G

H

I

J

BIBLIOGRAFIA

LIVROS

BARROS, Alexandre Rands. *Desigualdades regionais no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2011.

BECKER, Bertha K. *Amazônia*: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

____. *A urbe amazônida*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

CANEPA, Beatriz; OLIC, Nelson Bacic. *Oriente Médio*: uma região de conflitos & tensões. São Paulo: Moderna, 2012.

CALEB, Carr. *A assustadora história do terrorismo*. São Paulo: Prestígio, 2002.

CARLOS, Ana Fani A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

____; CARRERAS, Carles (Orgs.). *Urbanização e mundialização:* estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

____. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. (Orgs.). *Geografia*: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

____ (Orgs.). *Olhares geográficos:* modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CHOAY, Françoise. *O urbanismo*: utopias e realidades, uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DAVIS, Mike. *Apologia dos bárbaros*. São Paulo: Boitempo, 2008.

DURSCHMIED, Eric. *Fora de controle*: como o acaso e a estupidez mudaram a história do mundo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

FRIEDMAN, George. *A próxima década*. Ribeirão Preto: Novo conceito, 2012.

GIANBIAGI, Fábio. *A demografia invisível*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

GOLDSTEIN, Andrea; LEMOINE, Françoise. *L'économie des BRIC*. Paris: La Découvert, 2013.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. *O lugar do olhar*: elementos para uma Geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A mobilidade das fronteiras*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

HOBSBAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

IBGE. *Censo demográfico 1940-2000*: estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

JOHNSON, Allan G. *Dicionário de Sociologia*: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LACOSTE, Yves. *Géopolitique*: la longue histoire d'aujourd'hui. Paris: Larousse, 2008.

LAMBERT, Frédérique de. *Les mondialisations*: les dessous d'un monde pluriel. Paris: Ellipses, 2013.

MAGNOLI, Demétrio (Org.). *História da paz*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARIANO, Jefferson. *Introdução à economia brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2012.

MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2011.

MORAES, Antonio C. R. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2008.

MUNFORD, Lewis. *A cidade na História*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

NOVAIS, Fernando (Dir.); SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. v. 4.

NYE JR., Joseph S. *O futuro do poder*. São Paulo: Benvirá, 2012.

____. *O paradoxo do poder americano.* São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

PERRY, Marvin. *Civilização ocidental*: uma história concisa. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org. e Coord.). Série *Transformações na Ordem Urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2015.

ROBERTS, J. M. *O livro de ouro da história do mundo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

ROSS, Jurandyr L. Sanches (Org.). *Geografia do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2009.

SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1996.

____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Edusp, 2014.

____. *Território*: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 2006.

____.; SILVEIRA, María Laura. *O Brasil*: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHILLING, Voltaire. *Ocidente × Islã*: uma história do conflito milenar entre dois mundos. Porto Alegre: L&PM, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa M. *Brasil*: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SEGRILLO, Angelo. *De Gorbachev a Putin:* a saga da Rússia do Socialismo ao Capitalismo. Curitiba: Prismas, 2015.

SILVA, Edilson Adão Cândido da. *Oriente Médio*: a gênese das fronteiras. Porto Alegre: Zouk, 2003.

SILVA, Elisiane da; NEVES, Gervásio Rodrigo; MARTINS, Liana Bach (Orgs.). *Milton Santos.* O espaço da cidadania e outras reflexões. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011. (Coleção *O Pensamento Político Brasileiro.*)

SILVA, Moacir Nunes e. *Da balcanização à balcanização*: o fim da Iugoslávia. Porto Alegre: Zouk, 2008.

STERN, Jessica. *Terror em nome de Deus*: por que os militantes religiosos matam. São Paulo: Barcarolla, 2004.

WILHELM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Orgs.). *Brasil*: um século de transformações. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ZLATA, Filipovic. *O diário de Zlata*: a vida de uma menina na guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ATLAS

Atlas des crises et des conflits. Paris: Armand Colin, 2013.

Atlas du 21e siècle 2009. Paris: Nathan, 2008.

Atlas geográfico escolar. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

Atlas geográfico Milton Santos. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

BULARRD, Martine et al. *L'Atlas 2013*. Paris: Vuibert, 2013.

DUBY, G. *Atlas historique*. Paris: Larousse, 1996.

FERREIRA, Graça Maria Lemos. *Atlas geográfico*: espaço mundial. São Paulo: Moderna, 2013.

GIRARDI, Eduardo Paulon. *Atlas da questão agrária brasileira*. Disponível em: <www2.fct.unesp.br/nera/atlas/>. Acesso em: jan. 2016.

Heimat und Welt Weltatlas. Berlim/Bradenburgo: Westermann, 2011.

ÍSOLA, Leda; CALDINI, Vera. *Atlas geográfico Saraiva*. São Paulo: Saraiva, 2013.

KINDER, H.; HILGUEMANN, W. *Atlas histórico mundial*. Madri: Istmo, s.d.

KÖNEMANN, Ludwig; STEFÁNIL, Martin. *Historical Atlas of the world*. Bath: Parragon, 2010.

L'Atlas 2013. Paris: Vuibert, 2012.

Putzger historischer weltatlas. Berlim: Cornelsen Verlag, 2011.

TÉTART, Frank. *Gran atlas 2014*. Paris: Autrement. 2013.

THÉRY, Hervé; MELLO-THÉRY, Neli A. de. *Atlas do Brasil*: disparidades e dinâmicas do território. São Paulo: Edusp, 2008.

PERIÓDICOS

Almanaque Socioambiental: Parque Indígena do Xingu 50 anos. São Paulo: ISA, 2011.

Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). *Global Trends 2014*. Disponível em: <http://unhcr.org>.

Banco Mundial. *Annual Report 2015*. Disponível em: <www.worldbank.org>

Ciência & Ambiente, v. 37. A cidade e o automóvel. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, jul./dez. 2008.

Com Ciência. Disponível em: <www.comciencia.br>.

FAO. *The State of Food Insecurity in the World 2015*. Disponível em: <www.fao.org>.

IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>.

____. *Censo Demográfico* 1970; 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* (PNAD) 2004; 2009; 2014. Disponível em: <www.ibge.gov.br>.

____. *Síntese dos Indicadores Sociais 2015*. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>.

____. *Tábua completa de mortalidade para o Brasil 2014*. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Tabuas_Completas_de_Mortalidade/Tabuas_Completas_de_Mortalidade_2014/notastecnicas.pdf>.

LA GORCE, Paul-Marie de. Guerra preventiva, estratégia perigosa. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Ano 3, n. 32, set. 2002.

Le Monde Diplomatique Brasil. Juventudes e a desigualdade no urbano. Disponível em: <www.diplomatique.org.br>.

MAGNANO, Angélica A. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 57, out./dez. 1995.

Pesquisa Fapesp, outubro de 2015, nº 236.

ONU. *The Millennium Development Goals Report 2015*. Disponível em: <www.un.org>.

PNUD. *Human Development Report 2014*. Sustaining Human Progress: reducing vulnerabilities and building resilience. Nova York: UNDP, 2014.

____. *Human Development Report 2015*. Work for Human Development. Disponível em: <http://report.hdr.undp.org>.

____. *World Population Prospects*: the 2015 Revision. Disponível em: <http://esa.un.org/unpd/wpp/publications/files/key_findings_wpp_2015.pdf>.

Política Externa. v. 23; 24, nº 1; 2; 3. São Paulo: HMG Editora, out./dez. 2014; jan./mar. 2015; jul./dez. 2015.

PRB. *World Population Data Sheet 2015*. Disponível em: <www.prb.org>.

UNFPA. *Relatório sobre a situação da população mundial 2015*. Disponível em: <www.unfpa.org.br>.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2015*. Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br>.

SITES

Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Disponível em: <www.acnur.org>.

Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: <www.arquivoestado.sp.gov.br/imigracao>.

Banco Mundial. Disponível em: <www.worldbank.org>.

Comciência. Disponível em: <www.comciencia.br/comciencia>.

Comissão Pró-Índio de São Paulo. Disponível em: <www.cpisp.org.br>.

Fundação Cultural Palmares. Disponível em: <www.palmares.gov.br>.

Fundação Nacional do Índio (Funai). Disponível em: <www.funai.gov.br>.

Institut Kurde de Paris. Disponível em: <www.institutkurde.org>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <www.ibge.gov>.

Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa). Disponível em: <www.inpa.gov.br>.

Laborsta Internet. Disponível em: <http://laborsta.ilo.org>.

Migration Policy Institute. Disponível em: <www.migrationpolicy.org>.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Disponível em: <www.desenvolvimento.gov.br>.

Ministério da Integração Nacional. Disponível em: <www.mi.gov.br>.

Ministério do Trabalho e Previdência Social. Disponível em: <www.mtps.gov.br>.

Organização das Nações Unidas (ONU). Disponível em: <www.un.org>.

Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Disponível em: <www.fao.org>.

Organização Mundial do Trabalho (OIT). Disponível em: <www.oitbrasil.org.br>.

Oxfam International. Disponível em: <www.oxfam.org>.

Population Reference Bureau (PRB). Disponível em: <www.prb.org>.

Superintendência da Zona Franca de Manaus. Disponível em: <www.suframa.gov.br>.

The World Factbook. Disponível em: <www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/br.html>.

U. S. Census Bureau. Disponível em: <www.census.gov>.

Acessos em: abr. 2016.

MANUAL DO PROFESSOR

ORIENTAÇÕES DIDÁTICAS

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

"No limiar da civilização cognitiva na qual estamos adentrando, a educação deverá fornecer ao homem a cartografia de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permita navegar através dele."

Antonio Carlos Gomes da Costa

Este Manual do Professor – Orientações Didáticas foi concebido com os objetivos de orientar o trabalho docente com a Coleção e de facilitar a condução dos estudos de Geografia ao longo do Ensino Médio. Sabemos que não há ninguém melhor do que o professor para conhecer as especificidades, necessidades e potencialidades de seus estudantes. Por isso, temos certeza de que o seu protagonismo é fundamental nas tarefas de conduzi-los à reflexão e à compreensão dos espaços local e global e de ajudar a formar cidadãos aptos a intervir de modo positivo em seus lugares de vivência.

Neste manual, você conhecerá a proposta teórico-metodológica da Coleção, seus objetivos, organização e estrutura. Há também atividades e orientações complementares para cada um dos capítulos do Livro do Estudante, de modo a auxiliá-lo na personalização de suas aulas conforme a necessidade de suas turmas. Dessa forma, pretendemos que este livro seja um aliado para seu planejamento do ano letivo, na condução das diversas tipologias de atividades com os estudantes, bem como na avaliação de seu aprendizado.

Também compartilhamos aqui alguns conhecimentos pedagógicos e temas da Geografia, além de indicação de bibliografia complementar. Dessa forma, esperamos abrir caminhos para a reflexão, o aprofundamento e a atualização, essenciais para a prática pedagógica.

GEOGRAFIA: PERSPECTIVA HISTÓRICA E ENSINO NO BRASIL

1 INTRODUÇÃO

Sabemos da possibilidade de uso de diversas metodologias, assim como de variados recortes temáticos e estratégias, para o ensino da Geografia. Também é certo, além de esperado, que o professor, em sua realidade e prática diária, elabore sua própria metodologia, valendo-se de inúmeros recursos, entre eles o livro didático, além de filmes, vídeos, jogos, jornais, revistas e tantos outros.

O aspecto positivo de toda essa diversidade possibilita contemplar as diferentes realidades sociais, culturais e espaciais do Brasil. Entendemos que a compreensão do ensino de Geografia no país, numa perspectiva histórica, nos leva a um entendimento dessa disciplina escolar na atualidade, considerando seus desafios, possibilidades e características, além de contribuir para o conhecimento de alguns aspectos relacionados à estruturação da Geografia como ciência. Também mostra o caráter dinâmico tanto da disciplina escolar, como da ciência geográfica, intrinsicamente ligado aos contextos sociais, econômicos e culturais de cada época, bem como às transformações que se processaram, ao longo da história, no âmbito da educação brasileira.

2 INÍCIO DA GEOGRAFIA NO BRASIL

No Brasil, recém-saído da situação colonial, a Geografia foi introduzida como disciplina escolar em 1837, no Rio de Janeiro (RJ), então capital do Império. Seu ensino, assim como o das demais disciplinas, era voltado à formação de quadros políticos e intelectuais para a alta administração, principalmente a pública.

Na primeira metade do século XX, a Geografia difundiu-se nas escolas brasileiras, ainda dominada pelo positivismo (ver a seguir) e, no clima de início da República, disseminava concepções patrióticas. Sobretudo a partir da década de 1930, com o governo Vargas, a Geografia ganhou a estatura de uma disciplina estratégica na escola básica. Foi quando seu ensino passou a ser obrigatório em todas as séries da escolarização, "paralelamente a uma exacerbação da função ideológica dessa disciplina (difundir a ideologia do nacionalismo patriótico)", atendendo à crescente necessidade de construção da "identidade nacional", em que se valorizavam a extensão e a natureza do território, e o caráter "pacífico e ordeiro" de seu povo[1].

3 POSITIVISMO E SUAS PRINCIPAIS TENDÊNCIAS

O pensamento geográfico tradicional tem por base filosófica e metodológica o positivismo do filósofo francês Auguste Comte (1798-1857). De acordo com ele a ciência geográfica deveria abandonar a especulação sobre a origem dos fenômenos e se restringir à observação dos aspectos visíveis, mensuráveis e palpáveis do real. A Geografia foi, assim, durante muito tempo, uma ciência empírica, pautada na observação.

Nesse sentido, na Geografia Tradicional (Positivista), o ser humano, assim como os fenômenos presentes na superfície da Terra, é apenas um elemento constituinte da paisagem, ficando as relações sociais praticamente excluídas de seu enfoque.

Entre as correntes positivistas da Geografia, as duas dominantes foram o "suposto" determinismo do alemão Friedrich Ratzel (1844-1904) e o possibilismo do francês Paul Vidal de La Blache (1845-1918).

Ratzel *versus* La Blache

Para Ratzel, o ser humano é essencialmente dependente da natureza[2] e as sociedades são modeladas de acordo com as condições naturais de seu meio[3]. Por isso, ele foi considerado um determinista ambiental, embora nunca tivesse defendido que as condições naturais fossem por si só determinantes dos modos de vida e de formação das sociedades humanas. Em seus estudos, observou o grau de desenvolvimento dos grupos humanos, seu esforço e a maneira como exploravam a natureza.

---

1 ROCHA, G. O. R. *A trajetória da disciplina Geografia no currículo escolar brasileiro (1837-1942)*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1996. p. 247 (Tese de mestrado).
2 RATZEL, F. *Völkerkunde*. Leipzig/Viena: Bibliographisches Institut, 1894. t. 1. p. 100-106.
3 "Le sol, la société et l'État", *L'Année Sociologique*, 1898-1899, 1900. p. 3-4.

La Blache e a Escola Francesa opunham-se ao pensamento de Ratzel, especialmente em relação ao determinismo ambiental. Para La Blache, a natureza não é determinante das condições sociais, econômicas e tecnológicas de um povo, sendo o ser humano capaz de intervir na natureza, alterando-a, e de enfrentar e vencer os obstáculos que ela impõe em determinadas regiões (altitude, aridez, pobreza do solo, entre outros). A extensa obra de La Blache, no entanto, não menciona os núcleos urbanos, à época já bastante ampliados, e a indústria, já com forte presença na paisagem.

Para La Blache, a natureza fornece possibilidades de transformação das paisagens e de evolução dos seres humanos, de maneira que o modo de vida de cada sociedade resulta do conjunto das técnicas, hábitos e organismos sociais que tornam possível o uso dos recursos naturais, e não das condições oferecidas pelo ambiente. Embora os seres humanos sejam influenciados pelo meio ambiente que os cerca, é sua racionalidade que lhes dá condições de modificar e adaptar o meio a fim de satisfazer suas necessidades. Essas são as bases da Teoria Possibilista, como ficou conhecida.

É importante pontuar que as explicações objetivas e quantitativas da realidade, dadas nos estudos da Escola Francesa, obedeciam à tese da neutralidade do discurso científico. Furtavam-se, portanto, de qualquer abordagem política da realidade.

A Geografia ganhou lugar no espaço acadêmico brasileiro em 1934, com a criação da Universidade de São Paulo (USP), e seus docentes eram fortemente influenciados pela Escola Francesa. O ensino nas escolas públicas, por sua vez, apoiava-se em livros didáticos voltados ao estudo das regiões, que, segundo La Blache, explicavam-se por si mesmas.

A predominância do pensamento positivista no Brasil, especialmente da tendência encabeçada por essa escola, permaneceria ainda por muito tempo, até ser superada, na década de 1970, num cenário de profundas mudanças conjunturais no Brasil e no mundo.

4 SURGIMENTO DA GEOGRAFIA CRÍTICA

O rompimento com a Geografia Tradicional, tanto no espaço acadêmico como nos níveis de ensino hoje designados como Fundamental e Médio, veio como resposta a uma nova realidade, cada vez mais complexa pela intensa urbanização, determinada, sobretudo, pela industrialização crescente e pelas fortes concentrações de terra e de renda no campo. Os elementos presentes no espaço geográfico exigiam um enfoque ampliado, superando a visão regional, em um contexto de avanço do processo de globalização. No âmbito internacional vivia-se ainda a Guerra Fria; no nacional, a distensão política do regime militar.

A partir de meados da década de 1970, o geógrafo francês Yves Lacoste (1929-) recuperou a noção de geopolítica, rompendo com a proposta de neutralidade da ciência da Escola Francesa. Isso faz da Geografia uma ciência capaz de elaborar a crítica da sociedade capitalista e defender a redução das desigualdades socioeconômicas e regionais. Sua obra *Geografia do subdesenvolvimento*[4] influenciou fortemente os estudos e o ensino da disciplina no Brasil e foi responsável pelas propostas de tendência marxista que deram origem à chamada Geografia Crítica. Com enfoque nas relações entre sociedade, trabalho e natureza na transformação do espaço geográfico, a Geografia Crítica introduziu na disciplina conteúdos políticos essenciais para a formação do cidadão e, desse modo, também uma nova maneira de interpretar os conceitos de espaço geográfico, território e paisagem.

Além de Lacoste, outros geógrafos, como Pierre George (1909-2006), Bernard Kayser (1926-2001) e Jean Tricart (1920-2003), foram responsáveis pela disseminação da abordagem crítica na Geografia.

As ideias marxistas tiveram maior difusão no Brasil entre o final da década de 1940 e meados da década de 1970, período que compreendeu eventos dos mais importantes no cenário geopolítico mundial, como Revolução Chinesa, Revolução Cubana e Guerra do Vietnã. No Brasil, a reivindicação e as lutas por mudanças políticas e sociais que ameaçavam o domínio do conservadorismo levaram à implantação do regime militar (1964-1984). O resultado disso, na educação, foi a imposição de uma abordagem nacionalista, voltada à sustentação ideológica do regime, que afetou especialmente as disciplinas de História e Geografia. Conteúdos de ambas foram excluídos e elas foram reunidas em uma única disciplina, denominada Estudos Sociais; e duas outras foram criadas: a de Educação Moral e Cívica (EMC) e a de Organização Social e Política Brasileira (OSPB). A EMC tinha por conceitos centrais "a nação, a pátria, a integração nacional, a tradição, a lei, o trabalho, os heróis", que também estavam subjacentes ao "trabalho de todas as outras áreas específicas e das atividades extraclasse com a participação dos professores e das famílias imbuídas dos mesmos ideais e responsabilidades cívicas"[5].

4 Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
5 FONSECA, Selva G. *Caminhos da História ensinada*. 5. ed. Campinas: Papirus, 1993. p. 37.

Ainda sob o regime militar, no início da década de 1980 cientistas e educadores das áreas de Geografia e de História mobilizaram-se pela volta das duas disciplinas ao currículo escolar brasileiro. A Geografia Crítica, presente em muitos trabalhos acadêmicos do país, participava da luta pela redemocratização e pela justiça social.

5 NOVOS HORIZONTES TEÓRICOS

A noção de que a Geografia Crítica, assim como a Tradicional, não considerava a subjetividade da relação humana e da sociedade com a natureza foi aos poucos ganhando atenção no meio acadêmico nacional. Ao mesmo tempo, no final da década de 1980, a crise do socialismo real colocou em xeque os postulados dos geógrafos críticos. A realidade em transformação expunha seus limites teórico-metodológicos. A queda do Muro de Berlim, a desagregação da União Soviética com a consequente crise do marxismo e "a falência dos paradigmas da modernidade na explicação da nova realidade em mudança, inclusive o da teoria social crítica, revolucionam o pensamento e a produção geográfica em todos os sentidos e direções"[6].

A ênfase dada na Geografia a um entendimento historicista da sociedade implicou um obstáculo em adequar tempo e espaço (História e Geografia). O próprio Yves Lacoste apontava para a dificuldade de apoiar a Geografia em Marx. De acordo com Josefina Gómez de Mendoza (1942-), professora da Universidade Autônoma de Madrid, o enfoque marxista "não faz mais que extrapolar, para as estruturas espaciais, interpretações que remetem a estruturas econômicas e sociais, a reflexões da história e da economia política"[7].

Ainda segundo essa mesma autora, a concepção dos geógrafos marxistas revela a ausência de uma elaboração conceitual e analítica mais aprofundada dos aspectos ecológicos e energéticos[8]. Convém esclarecer, contudo, que essa lacuna vem sendo gradativamente preenchida pelos geógrafos críticos.

A produção acadêmica na área de Geografia, nas últimas décadas, tem como característica fundamental a preocupação com as dimensões subjetivas da relação humana com a natureza. Nesse sentido, consideram-se as culturas das sociedades e, consequentemente, as distintas percepções do espaço geográfico e as formas de sua construção, implicando os conhecimentos de outras áreas, particularmente os de Antropologia, Sociologia, Biologia e Ciências Políticas.

Geografia Humanista ou da Percepção

As experiências das pessoas e dos grupos humanos na relação que mantêm com o espaço passaram a fazer parte das pesquisas de geógrafos que, por meio delas, visam compreender os valores, as crenças, os símbolos e os comportamentos dessas pessoas e grupos. Esses estudos deram origem, em meados da década de 1960, à Geografia Humanista ou da Percepção.

Nessa tendência, destaca-se a obra do geógrafo sino-estadunidense Yi-Fu Tuan (1930-), *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*[9], centrada no estudo dos sentimentos de apego (topofilia) das pessoas ao ambiente natural ou construído em que vivem, buscando desvelar os elementos universais das percepções e dos valores sobre o ambiente por meio, entre outros caminhos, da identificação das respostas psicológicas comuns a todas as pessoas para, depois, mostrar que os mesmos tipos de respostas se manifestam na cultura dos povos.

6 O DESAFIO DA ATUALIZAÇÃO EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO ACELERADA

O espaço geográfico gerado pelo fim da Guerra Fria e pelo acelerado processo de globalização econômica e de criação de tecnologias, ao lado da nova configuração geopolítica, impôs à Geografia o desafio de uma atualização em ritmo bastante intenso. Diversos estudos surgidos nas últimas décadas enquadram-se nessa tentativa.

David Harvey (1935-), geógrafo marxista britânico, em sua obra *Condição pós-moderna*[10], criou o conceito de "compressão do espaço-tempo", processo vivido pela humanidade desde a década de 1970 e que exige mudanças nos mapas mentais, nas atitudes e nas instituições. Esse processo, segundo ele, não ocorre em simultaneidade com os empreendimentos técnico-científicos no espaço, gerando uma defasagem que pode implicar sérias consequências para as mais diversas decisões (financeiras, militares etc.)[11]. Além da contribuição das novas tecnologias, Harvey explora, nessa obra, a prática da descartabilidade dos produtos

6 OLIVEIRA, Marcio Piñon. Geografia e epistemologia: meandros e possibilidades metodológicas. *Revista de Geografia*, v. 14, p. 153-164, São Paulo: Unesp, 1997. p. 155.
7 Los radicalismos geográficos. In: MENDOZA, Josefina Gómez et al. (Org.). *El pensamiento geográfico:* estudio interpretativo y antología de textos; de Humboldt a las tendencias radicales. Madri: Alianza, 1982. p. 152-153. [Tradução nossa.]
8 Idem, p. 153.

9 São Paulo: Difel, 1980.
10 São Paulo: Loyola, 1993.
11 Idem, p. 275-278.

e a manipulação da opinião e do gosto, apoiada na construção de novos sistemas de signos e imagens[12].

Ao lado dele, incluem-se os pós-modernos brasileiros Bertha K. Becker (1930-2013) e Rogério Haesbaert (1958-). Os três encaixam-se na tendência que considera novas formas de gestão do espaço geográfico, em vista da transformação dos espaços militarizados da Guerra Fria em territórios onde, sob o império da competitividade, o poder está vinculado ao domínio de recursos tecnológicos, e que as lutas se dão entre lugares, e não mais entre nações. Em oposição ao âmbito global, em que existe um processo de coesão, de fusão de empresas, de criação de blocos econômicos, gerando a ideia de unificação, o âmbito local vive um processo de fragmentação, contando com suas próprias condições para se desenvolver.

Para Becker, desde a Segunda Guerra Mundial a ciência e a tecnologia passaram a constituir o fundamento do poder, valorizando o espaço com base em suas diferenças, processo que, nas mãos das redes transnacionais de circulação e comunicação, permite tanto a globalização como a diferenciação espacial[13].

Segundo Haesbaert, o processo modernizador implicado nos avanços tecnológicos e na aceleração da globalização econômica compromete gravemente vastas áreas do planeta. Uma imensa massa de despossuídos vive sem a mínima condição de acesso às redes mundiais e de autonomia para definir seus circuitos de vida[14].

O brasileiro Milton Santos (1926-2001) e o estadunidense Edward Soja (1940-2015) estão entre os autores cujas obras contribuem para a definição do espaço geográfico em tempos de globalização.

Em sua obra *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*[15], Soja, baseando-se em sua defesa da força do historicismo no desenvolvimento das ciências modernas, discute autores que tentaram fazer o resgate da categoria espaço e busca elaborar um método materialista histórico e geográfico, apoiando-se na inseparabilidade de espaço e tempo.

Entre as diversas obras de Milton Santos, podemos destacar, para os fins de nossa análise, *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico internacional*[16]. Nela, o autor defende que a produção do espaço geográfico responde às demandas de quem o idealiza, visando ao fluxo de suas necessidades. O espaço geográfico é, portanto, um "conjunto indissociável de sistemas de objetos naturais ou fabricados e de sistemas de ações, deliberadas ou não", em que se materializam "a unicidade técnica, a convergência dos momentos e a unicidade do motor", viabilizando, assim, a globalização.

7 POLÍTICAS RECENTES VOLTADAS PARA A MELHORIA DO ENSINO

As mudanças políticas verificadas no Brasil desde o início da redemocratização tiveram reflexos na área da educação, tendo por indicativo essencial a publicação, em 1997, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), voltados aos ensinos Fundamental e Médio. O documento propõe a "desideologização" do ensino, principalmente com a desmistificação da manipulação realizada pela mídia. Em nível geral, ele reflete um objetivo básico: a formação para o exercício da cidadania.

Quanto ao ensino específico da Geografia, os PCN apontam para a necessidade de, ao lado das contribuições da Geografia Positivista e da Geografia Marxista, trabalhar com os avanços teórico-metodológicos na disciplina, destacando-se as contribuições da Geografia Humanista ou da Percepção. Nesse sentido, os PCN propõem a não exclusividade da explicação empírica das paisagens ou da explicação política e econômica do mundo. O documento destaca, ainda, a necessidade de se ensinar uma Geografia que abranja de modo mais complexo o espaço geográfico, superando a mera descrição de paisagens.

Em 2011, são aprovadas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), de 1998. Elas sustentam a necessidade de contemplar o ensino das diferentes dimensões da vida em sociedade, abordando trabalho, ciência, tecnologia e cultura como eixos integradores entre os conhecimentos de distintas naturezas. Apontam, ainda, para a necessidade de o currículo do Ensino Médio promover práticas educativas efetivas visando à formação integral dos estudantes.

As políticas educacionais destacam também a necessidade de estabelecer um diálogo com os jovens e sua realidade, dando sentido ao aprendizado dos conhecimentos construídos historicamente pela humanidade. Assim, no Ensino Médio, a Geografia tem o papel fundamental de desenvolver nos estudantes competências e habilidades que lhes permitam analisar a realidade, para nela poder intervir propositivamente.

12 Idem, Capítulo 17.
13 Geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L.; CASTRO, I. E. (Org.). *Geografia*: conceitos e temas. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 287.
14 Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, L. L. (Org.). *Geografia*: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 166.
15 Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
16 São Paulo: Hucitec, 1994. p. 48-49.

PROPOSTA DA COLEÇÃO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Tendo esses pressupostos em mente, tomamos como norte a ideia de que a Geografia, por sua própria dinamicidade, exige um processo contínuo de reaprendizagem do mundo construído, na medida em que o espaço geográfico, seu objeto central de estudo, resulta da vida em sociedade, dos seres humanos em busca da sobrevivência e satisfação de suas necessidades, dos intensos avanços tecnológicos, dos conflitos sociais e geopolíticos, em uma realidade em permanente mudança e marcada por fortes desigualdades sociais e espaciais.

As rápidas e profundas mudanças ocorridas entre o final do século XX e o início do atual geraram uma nova e complexa configuração socioespacial, em que se alteraram as noções de tempo e espaço e se intensificou o ritmo de transformação das paisagens, exigindo a construção de uma relação diferenciada do ser humano com os meios natural e social.

Se, durante algum tempo, acreditava-se que o desenvolvimento científico e tecnológico seria o caminho para gerar bem-estar geral, o que se tem hoje são problemas ambientais desafiadores num mundo em que se aprofundam cada vez mais as desigualdades socioeconômicas, tanto entre as camadas de uma população quanto entre países ou continentes. A globalização tem sido responsável pela perda da importância das fronteiras econômicas e culturais e pela perda de identidade dos povos e mesmo das pessoas, cujas vidas passaram a ser afetadas por decisões e fatos ocorridos no mundo todo. As relações, seja entre o ser humano e a natureza ou entre Estados-nação, tornam-se cada vez mais complexas.

Ao professor de Geografia cabe, portanto, orientar os estudantes na compreensão dessas relações e, sobretudo por meio do entendimento da sua realidade, desenvolver sua consciência crítica e competência intelectual, habilitando-os para apreender as características desse mundo complexo e dinâmico e para agir em prol das melhorias exigidas em seus contextos local e global.

É com essa preocupação, e entendendo que a função do professor é mediar a apropriação do conhecimento pelos estudantes, que procuramos trabalhar metodologicamente esta Coleção, desenvolvendo-a de forma a estimular a compreensão dos temas abordados, por meio de recursos visuais, seções e atividades variadas e contextualizadas. Buscamos também direcionar o trabalho com os conteúdos para uma formação social crítica e solidária, em que se propicia a aplicação do aprendizado pelos estudantes às especificidades de seu meio físico, político, econômico, social e cultural. Nessa perspectiva, proporcionamos situações em que eles terão oportunidades de aplicar os conteúdos visando a uma aprendizagem não apenas em termos conceituais, mas também procedimentais (saber fazer) e atitudinais (saber ser).

A organização dos conteúdos e a sequência em que as unidades estão apresentadas nos três livros desta Coleção buscam atender a um encadeamento em que os diversos temas e conceitos não sejam fragmentados, mas estabeleçam relações que permitam uma análise mais abrangente da realidade. Importante, porém, destacar que a Coleção deve ser entendida como um facilitador para o trabalho do professor com os estudantes, respeitando-se suas especificidades, e não como um guia a ser seguido rigidamente (veja no item *Estrutura da Coleção*, bem como nas *Orientações específicas* deste manual, sugestões de caminhos possíveis de uso dos livros e suas seções).

As abordagens partem de duas concepções principais sobre a Geografia: do espaço geográfico como processo de produção social em permanente transformação e da análise do espaço como um sistema de relações em suas diversas escalas: local, regional, nacional e global.

São as atividades dos diferentes grupos sociais que definem a organização da produção e do consumo, as formas de apropriação dos bens produzidos, as relações de trabalho, as redes de circulação de mercadorias, pessoas e informações e dão vida aos elementos presentes na paisagem. A produção do espaço geográfico envolve natureza e sociedade de forma integrada, em um mesmo processo, e é dessa forma que buscamos desenvolver os conteúdos da Coleção. Temas e conceitos relacionados a natureza, inovação tecnológica, organização do trabalho, relações de poder, questão ambiental são recorrentes no desenvolvimento dos capítulos e dão coerência às unidades que formam a Coleção.

Durante a produção da Coleção, consideramos, também, um aspecto relevante ao Ensino Médio: o momento de vida de seus estudantes, que estão na adolescência, e sua atuação social. Marcada por intensas transformações, na adolescência os jovens vivenciam inúmeros desafios, entre eles as mudanças no corpo, o desabrochar da sexualidade, a busca por respostas às alternativas do mundo adulto, como a escolha da profissão, a independência financeira, entre tantas outras.

Isso intensifica o desafio de atrelar a apropriação de conhecimentos disciplinares de modo que faça sentido aos estudantes, levando-os a despertarem o interesse ou permanecerem interessados por eles. Entendemos que a atualidade dos temas trabalhados nesta Coleção – assim como as atividades em que eles são levados a investigar, compreender e, por vezes, intervir em sua realidade – permite ao estudante do Ensino Médio ampliar a sua visão de mundo, compreender de forma crítica as suas transformações e as influências que elas exercem na sua vida cotidiana e nos seus projetos pessoais (a esse respeito, veja especialmente as propostas da seção *Agentes da Sociedade*).

Da mesma forma, as leituras que os estudantes trazem para o ambiente escolar, amparadas por ricas experiências de vida, são de extrema relevância. Ainda que sua leitura do espaço não esteja sistematizada e, por vezes, seja marcada pelo senso comum ou até mesmo carregada de preconceitos, a reflexão sobre os fatos e as informações, a retificação de conceitos pessoais a partir de categorias de análise próprias da Geografia e da ciência de modo geral devem ser encaradas como constantes desafios para a atividade pedagógica. Para isso, torna-se imprescindível que sejam estabelecidas relações entre o conhecimento geográfico e a vivência cotidiana. No processo de aprendizagem, é fundamental que os estudantes sejam capazes de compreender fatos, fenômenos e processos inerentes à realidade em que estão inseridos e estabelecer relações com outras realidades.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS E OBJETIVOS DA COLEÇÃO

Além da relevância dos conhecimentos prévios dos estudantes, sejam eles empíricos ou científicos, para um processo ensino-aprendizagem bem-sucedido, entendemos a importância de os estudantes pensarem seus lugares de vivência em comparação a outras realidades locais, regionais, nacionais ou globais. Nesse sentido, buscamos contextualizar os conhecimentos, os problemas e as atividades, de modo que as situações de aprendizagem possam proporcionar contato com a realidade em que o estudante está inserido e para a qual ele é formado, habilitando-o a compreender e se posicionar diante de fatos, fenômenos e processos inerentes à sua realidade.

Sempre que relevante e possível, buscamos ainda oferecer uma diversidade de práticas pedagógicas (com seções com diferentes objetivos e atividades diversificadas), pautando-nos muitas vezes na interdisciplinaridade tanto entre disciplinas de Ciências Humanas como de outras áreas. Dessa forma, procuramos mostrar aos estudantes a importância de uma visão integral, em vez de segmentada, para a apreensão dos conhecimentos e a compreensão do mundo.

Os princípios gerais dos PCN, particularmente em relação à visão da Geografia como uma ciência do presente, em que as relações existentes no espaço geográfico denotam o vínculo entre objetos (elementos da paisagem), processos e ações (organização do trabalho, produção, consumo, relações sociais), tiveram especial atenção nesta Coleção, que dá ênfase ao presente – vivido, apreendido e sentido pelos estudantes –, mas referenciando-se às suas bases históricas.

Temas como a degradação ambiental, a sociedade de consumo, o processo de industrialização, a desigualdade social, a globalização, entre muitos outros, são, assim, interligados no tempo e no espaço como partes de um processo histórico e cultural (ocidental) e de um sistema econômico dominante (capitalista). Discutimos, também sob essa perspectiva, as diferenças econômicas e culturais entre países e, especificamente, os conflitos que colocam em campos opostos grupos econômicos, minorias sociais, nações, etnias etc. A abordagem socioeconômica da Geografia fica evidenciada nesta Coleção, em que as contradições do espaço construído são amplamente discutidas. A Coleção busca a ampliação das competências e habilidades que os estudantes foram adquirindo ao longo de sua trajetória escolar, entre elas as de:

- ler, interpretar, comparar e analisar textos de diferentes fontes e linguagens e informações gráficas e cartográficas, como tabelas, gráficos, mapas e infográficos, além de fotos, charges, cartuns e obras de arte;
- classificar, organizar e relacionar dados e informações;
- questionar problemas do cotidiano e estabelecer propostas de intervenção e transformação na sociedade e no espaço;

- observar e analisar situações, acontecimentos, fenômenos e processos em seu espaço de vivência;
- apresentar argumentos, trocar e confrontar ideias para a construção coletiva da compreensão dos problemas apresentados;
- utilizar os métodos necessários para a realização de pesquisas, bem como generalizar conceitos, aplicá-los, construí-los e, principalmente, relacioná-los entre si.

Com essa perspectiva, os estudantes são desafiados a analisar a realidade em que vivem; comparar e contextualizar situações; perceber as relações entre o presente/local/pessoal e o passado/presente/futuro global, entendendo que o espaço geográfico é produto da maneira como os seres humanos fazem a apropriação dos lugares, tornando-os o retrato de sua intervenção econômica, social, política, cultural e até mesmo conceitual. Estarão, assim, comparando, classificando, analisando, discutindo, descrevendo, opinando e fazendo generalizações, analogias e diagnósticos. E estarão percebendo-se como cidadãos capazes de compreender e intervir no ambiente e nas questões políticas, econômicas, sociais e culturais, não somente de sua realidade imediata como em escalas mais amplas.

Interdisciplinaridade

Um trabalho interdisciplinar requer ousadia, perseverança e inovação. Sabemos que, apesar de demandados por sua implementação e cientes da sua importância para uma formação mais integral do estudante, os professores ainda se deparam com inúmeros desafios para sua implantação.

No entanto, os últimos anos vêm revelando que produzir atividades articuladas entre diferentes disciplinas, aproveitando-se de suas contribuições, assim como de seus profissionais, pode ser feito a partir de variadas metodologias, tanto nas disciplinas de uma área de conhecimento como entre áreas. E que esse trabalho vem melhorando não apenas o desempenho dos estudantes, mas também a interação entre os docentes, enriquecendo seu trabalho e atuação e sendo fator motivacional na prática da função, que passa a ser feita de forma integrada, e não mais isoladamente.

As DCNEM indicam que, inicialmente, a interdisciplinaridade pode ser colocada em ação pelo estudo de determinado tema feito a partir do diálogo com saberes específicos de duas ou mais disciplinas, mostrando ao estudante as diferentes perspectivas de um mesmo assunto. Nesse sentido, promovemos, sobretudo na seção *Conexão*, alguns momentos que podem servir para esse trabalho inicial (veja nas *Orientações Específicas* os principais conceitos interdisciplinares que podem ser explorados nessa seção).

No entanto, as mesmas diretrizes salientam que “a partir do problema gerador do projeto, que pode ser um experimento, um plano de ação para intervir na realidade ou uma atividade, são identificados os conceitos de cada disciplina que podem contribuir para descrevê-lo, explicá-lo e prever soluções. Dessa forma, o projeto é interdisciplinar na sua concepção, execução e avaliação, e os conceitos utilizados podem ser formalizados, sistematizados e registrados no âmbito das disciplinas que contribuem para o seu desenvolvimento”[17]. A implementação desse tipo de prática pode ser facilitada na escola, por exemplo, por meio de projetos. Nesta Coleção, a seção *Agentes da sociedade* pode ser um recurso nesse sentido (veja nas *Orientações Específicas* comentários pontuais sobre o encaminhamento da seção).

Além dessas seções, que podem orientar o professor numa abordagem interdisciplinar, ao longo do texto principal, nos recados destinados ao professor e em propostas de atividades, buscamos propiciar um trabalho que leve os estudantes a uma compreensão mais abrangente do mundo em que vivem.

A seguir, listamos, em termos gerais, exemplos de como a Geografia pode se integrar com diversas áreas do conhecimento:

- História: ao analisar a historicidade dos fatos e dos problemas atuais e em diversas escalas do tempo e do espaço geográfico;
- Economia e Sociologia: ao discutir os aspectos socioeconômicos do Brasil e do mundo e suas contradições;
- Sociologia: ao buscar examinar as práticas sociais e culturais da população de grupos de países, em conjunto com os respectivos estágios de desenvolvimento;
- Física: ao discutir sensoriamento remoto;
- Química e Física: ao desenvolver o tema da energia;
- Filosofia: ao tratar da reflexão sobre a indústria cultural;
- Biologia e Química: ao tratar da biogeografia e das questões ambientais;

17 BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais*: Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, 2002. p. 89.

- Língua Portuguesa: ao propor a leitura e a análise de textos de gêneros diversos relacionados aos conteúdos geográficos abordados;
- Matemática: ao fazer uso de dados estatísticos e do trabalho cartográfico;
- Arte: ao apresentar diferentes obras (quadros, esculturas, instalações etc.), associando-as ao assunto tratado.

Conceitos

Os conceitos de natureza, sociedade, paisagem, meio geográfico, lugar, território, região, nação, Estado e espaço geográfico são trabalhados na perspectiva de bases teóricas da ciência geográfica. Outros, como globalização, tecnologia, redes, permeiam diversos temas trabalhados, especialmente aqueles focados em questões ambientais, como os relacionados à economia e à sociedade. Eles são apresentados nos momentos em que as temáticas requerem a sua utilização e apreensão correta do sentido em que estão sendo empregados.

Ênfase especial é colocada na relação entre globalização e implementação de novas tecnologias de comunicação, informação e transportes, com as quais se dá a disseminação de informações (ideias, notícias) e a circulação de pessoas e mercadorias de modo acelerado no espaço geográfico. O tema é aprofundado pela análise das diferentes consequências políticas, econômicas e sociais de todo esse avanço para os países e as pessoas, envolvendo os próprios estudantes. A análise ambiental está presente em praticamente todos os capítulos do primeiro livro da Coleção e em temas dos outros volumes, como os capítulos relacionados à energia no mundo e no Brasil, ao espaço agrário e à urbanização.

Atividades

Atividades variadas são organizadas em diferentes seções e com objetivos distintos (veja o item *Estrutura da Coleção*), possibilitando aos estudantes a verificação, sistematização e aplicação dos conhecimentos adquiridos, e oferecendo ao professor ferramentas de avaliação da aprendizagem. Ao professor é dada, ainda, a liberdade de utilizar essas atividades com autonomia, atendendo às necessidades específicas da turma ou até mesmo de alguns estudantes.

A Coleção oferece variados recursos textuais e imagéticos, enriquecendo e complementando os conteúdos trabalhados. Muitos deles são explorados por meio de atividades, algumas interdisciplinares, que auxiliam sua leitura, interpretação e crítica, estabelecendo relações com o assunto abordado. Outros são sugeridos nos boxes lateriais sob as vinhetas *Leitura*, *Site* e *Filme*. Sugerimos que o professor, juntamente com os estudantes, utilize esses recursos conforme seu interesse, realidade e necessidade.

Apresentamos, a seguir, procedimentos gerais que visam explorar melhor alguns dos recursos presentes na Coleção, como textos, mapas, gráficos e charges. Por meio dessas diretrizes, que podem ser aplicadas em qualquer situação pedagógica, fazendo-se as adaptações necessárias, esperamos contribuir para um melhor aproveitamento dos recursos presentes na Coleção.

Exploração de textos

Diversos textos, de variados gêneros, autores e épocas, são apresentados nas seções *Contexto*, *Leitura e discussão*, *Conexão*, *Ponto de vista* e *Contraponto*. O professor pode utilizá-los segundo a realidade e a necessidade da turma para desenvolver e aprimorar a competência leitora dos estudantes.

De acordo com a professora e pesquisadora Isabel Solé, na leitura dos textos devem ser observadas as seguintes etapas:

- *atividades antes da leitura*: observação do título, da fonte e de imagens que os acompanham; levantamento de conhecimentos prévios dos estudantes sobre o tema; estratégias de antecipação (antecipar o conteúdo do texto por meio das pistas levantadas e dos conhecimentos prévios);
- *atividades durante a leitura*: buscando envolver os estudantes, certificar-se de que estão compreendendo o texto e elucidar os trechos mais complexos;
- *atividades após a leitura*: nas quais se observa se houve a compreensão e interpretação do texto lido.

A intervenção do professor nesse processo é de extrema importância, não apenas para o desenvolvimento intelectual da competência leitora dos estudantes, como também para o aprimoramento de funções cognitivas relacionadas à inferência, síntese, análise, inter-relações e diferentes conexões possíveis de ideias. É do educador a atribuição de oferecer orientação clara do processo de leitura de textos. Com sua função de mediador entre o leitor (o estudante), o conteúdo e o autor, leva o estudante a perceber o caminho que o autor percorreu para expor suas ideias, relacionando-as com os contextos em que ambos – estudante e autor – estão inseridos. O trabalho de desenvolvimento da competência leitora pode ser feito tanto de maneira individual quanto em grupos.

A seguir, indicamos alguns questionamentos que podem auxiliar na leitura de um texto, seguindo as etapas anteriormente descritas.

Antes da leitura:

- Qual é o título do texto? Sobre o que você acredita que ele irá tratar?
- O que você já sabe sobre esse assunto?
- Você conhece o autor e/ou a instituição que ele representa? O que sabe sobre ele(s)?
- A imagem e a legenda (se houver) que acompanham o texto trazem alguma informação sobre o provável assunto?
- Qual é a provável relação desse texto com os conteúdos geográficos estudados?

Durante a leitura:

Depois de levantar esses pontos, que podem ser registrados no quadro de giz, o professor pode prosseguir com a leitura do texto pelos estudantes, de forma individual ou coletiva (com cada estudante lendo uma parte em voz alta), e intervir oportunamente com novas perguntas:

- O título descreve bem o texto?
- O que você já sabia sobre o assunto ajudou na compreensão?
- O que o autor defende? Você concorda com ele? Por quê?
- Qual é a tipologia textual (narração, dissertação, poesia etc.) usada pelo autor? Você acha que ela o ajudou a expressar sua opinião?
- Que palavras você não compreendeu? Esse desconhecimento atrapalhou a leitura? Neste caso, que estratégia(s) utilizou para sua compreensão?
- O autor faz indicações de outros textos ou materiais?

Após a leitura:

Pode-se propor um exercício coletivo de compreensão e análise em grupo direcionado para os principais pontos do texto. Essa atividade pode ser na forma de debate, resenha crítica ou mesmo reescrita do texto com outra tipologia ou linguagem (por exemplo: a poesia vira prosa ou vice-versa, o texto traduz-se em ilustração etc.).

A seguir, oferecemos um exemplo de proposta de atividade baseada em um texto que pode ser usado como complemento dos estudos do *Capítulo 4* do *Volume 3* da Coleção.

Metrópoles

"A ideia de metrópole nos remete a uma outra ideia, a de hierarquia. Como na história política dos povos, onde algumas nações comandam as outras, com suas peculiaridades políticas, econômicas e culturais, as metrópoles também disporiam do papel de comando em relação ao conjunto das cidades. As metrópoles seriam as entidades mais altas na hierarquia, em virtude de deterem as melhores condições econômicas, sociais, culturais e políticas: daí sua posição de comando.

A história nos fez juntar a ideia de metrópole à ideia de tamanho. Mas não seria apenas quantitativo, mas também qualitativo – a grande cidade se torna metrópole por reunir condições, fruto em parte de seu tamanho e da sua força reunida. É por isso que as metrópoles aparecem como o lugar onde é possível conviver com a sofisticação. [...]

É o que distinguiria as nossas metrópoles das do norte, porque nas nossas metrópoles a sofisticação não está ao alcance senão de uma parte muito pequena da população. Entraríamos, portanto, em uma outra forma de distinguir as metrópoles, a qual limitaria a definição de São Paulo como metrópole, porque poucas pessoas têm acesso ao que há aqui de sofisticado, diferentemente de uma cidade como Paris, Londres ou Nova York, ou mesmo como Viena, que não é tão grande."

SANTOS, Milton. Como você conceitua as noções de urbanização e metropolização? (entrevista). Revista *Caramelo*. São Paulo: Grêmio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 1994, n. 7. p. 62.

1. Peça aos estudantes que identifiquem o título e o autor do texto. Caso não o conheçam, fale de forma resumida sobre ele e sua importância para os estudos geográficos.
2. Pergunte sobre o que acreditam ser o conteúdo do texto e o que sabem a respeito. Questione também o que eles gostariam de aprender com a leitura do texto. Anote no quadro de giz as respostas que surgirem.
3. Faça o mesmo em relação ao autor do texto: o que já sabem dele e o que imaginam que seja sua opinião sobre o assunto.
4. Peça aos estudantes que leiam o texto.

5. Divida a sala em grupos de quatro ou cinco estudantes e peça que:

a) identifiquem o tema central do texto (o que é e o que define uma metrópole);

b) identifiquem o argumento central do texto (a ideia de que o tamanho não define a metrópole, e sim o acesso dos cidadãos a seus equipamentos e sofisticações urbanas);

c) discutam se concordam ou discordam do autor e por quê;

d) discutam e relacionem quais das hipóteses anotadas no quadro de giz (quanto ao conteúdo e quanto ao autor e seu posicionamento) se confirmaram durante a leitura e quais não se confirmaram.

6. Solicite aos grupos que façam uma síntese do texto e argumentem se concordam ou não com suas ideias e por quê. Depois, peça aos grupos que apresentem suas conclusões, mediando o debate entre possíveis diferenças de opinião.

7. Para encerrar a atividade, peça aos estudantes que elaborem individualmente uma pequena dissertação respondendo à questão: "O que é metrópole? Você mora em uma metrópole ou já visitou alguma? Justifique sua resposta de acordo com o texto lido".

Exploração de mapas

A cartografia, linguagem referencial da ciência geográfica, deve ser explorada tanto para ampliar o entendimento dos assuntos tratados nos textos quanto para auxiliar na espacialização de dados e informações.

Ao longo dos capítulos da Coleção, apresentamos mapas temáticos diversos para a visualização dos fenômenos geográficos em estudo, que podem ser explorados de diferentes maneiras e em momentos variados do processo educativo. Para dar maior ênfase ao estudo cartográfico, elaboramos a seção *Olho no espaço*. Nela, os mapas apresentados são acompanhados de atividades de leitura, interpretação e/ou análise, que podem ser realizadas em dupla ou individualmente. Além disso, o professor pode utilizá-las como meio de avaliação de conteúdos conceituais – sobre as temáticas desenvolvidas – e procedimentais – de leitura, interpretação e análise dos mapas.

Para a leitura e interpretação cartográfica, a identificação dos elementos fundamentais do mapa é a primeira etapa:

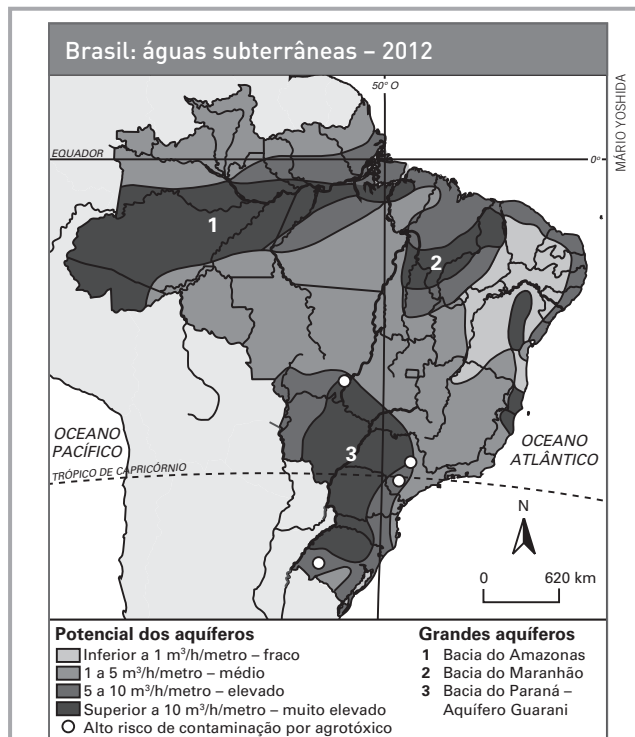
- o título, que informa o assunto tratado no mapa, bem como sua localização espacial e temporal;
- a escala, que informa a relação entre o objeto cartografado e a realidade (é importante certificar-se de que os estudantes sabem que, quanto maior a escala de um mapa, mais numerosos serão os detalhes apresentados por ele);
- o norte geográfico, que é a orientação da representação;
- as coordenadas geográficas, que indicam a localização do fenômeno representado;
- a fonte, que informa de onde os dados representados foram retirados;
- a legenda, que, apesar de não estar presente em todos os mapas, permite entender as informações e os dados cartografados.

A identificação da técnica utilizada para a representação dos dados, visando à leitura e à interpretação corretas da representação, é a segunda etapa da leitura de mapas. Os diferentes recursos usados nos mapas são escolhidos, sobretudo, de acordo com o dado que se deseja representar. Alguns mapas utilizam mais de um recurso, combinando-os. Os mais utilizados, todos presentes nos mapas da Coleção, são:

- anamorfose – em que as áreas dos territórios cartografados são deformadas, variando proporcionalmente conforme a quantidade ou intensificação dos fenômenos representados;
- cores de áreas – que podem ir de frias a quentes, por exemplo, conforme o fenômeno apresentado se intensifica, ou ser aplicadas sem relação com a escala de cores, para mostrar dados qualitativos;
- pontos – muito usados para representar dados quantitativos e localizar fenômenos ao mesmo tempo;
- círculos proporcionais – que representam dados quantitativos, aumentando de tamanho conforme o fenômeno se intensifica;
- linhas – que indicam trajetos e fronteiras;
- isolinhas – que delimitam as áreas de um dado de mesmo valor;
- setas – que indicam fluxo (quando proporcionais, incluem também informações quantitativas);
- símbolos – que indicam a localização dos fenômenos representados por meio de figuras;
- gráficos de colunas, barras e setores – que são aplicados sobre os locais onde ocorrem os fenômenos representados, indicando dados quantitativos.

Pode-se, em uma terceira etapa, fazer uma interpretação mais crítica das representações cartográficas. Muitas vezes, é possível analisar a intenção do autor na elaboração do mapa. Nesse sentido é interessante observar, por exemplo: quais informações e dados foram selecionados pelo autor; qual a projeção cartográfica escolhida e o que ela indica; e, no caso de mapas-múndi ou planisférios, qual a disposição dos continentes e países e que informação isso traz no contexto analisado.

Na quarta etapa, faz-se a contextualização do objeto cartografado em relação ao assunto discutido no capítulo e, sempre que possível, à realidade dos estudantes.

Veja, a seguir, um exemplo de atividade de leitura, interpretação e análise de mapa. Ela pode ser utilizada para ampliar os estudos do *Capítulo 11* do *Volume 1* da Coleção ou até mesmo como avaliação dos conhecimentos apreendidos.

Fonte: ÍSOLA, Leda; CALDINI, Vera. *Atlas geográfico Saraiva*. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 37.

Divida a sala em duplas ou oriente os estudantes a trabalhar individualmente. Peça que respondam às seguintes questões:

1. Qual é o assunto tratado no mapa?

   O mapa apresenta as águas subterrâneas do Brasil em 2012. Mostra também os nomes e o potencial dos aquíferos e os riscos de contaminação por agrotóxicos.

2. Quais são as técnicas utilizadas para representar os dados?

   O mapa apresenta diferentes técnicas para representar os dados. As isolinhas mostram o potencial de cada aquífero. A escala de cores foi utilizada para tornar graficamente visível a intensificação de um fenômeno, ou seja, o cinza mais claro mostra um aquífero de menos potencial, enquanto o cinza mais escuro mostra potencial muito elevado. Além disso, utiliza pontos para indicar a localização dos lugares com maiores riscos de contaminação por agrotóxicos, números para indicar os nomes dos grandes aquíferos brasileiros, símbolos para mostrar a localização e abrangência dos principais aquíferos (Alter do Chão e Guarani) e linhas para a delimitação dos estados do país.

3. Indique os estados brasileiros que apresentam os maiores e os menores aquíferos, em potencial.

   Maiores: Acre, Amazonas e Pará (Aquífero da bacia do Amazonas); Tocantins, Piauí, Maranhão (Aquífero da bacia do Maranhão); Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Aquífero Guarani).

   Menores: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Bahia e Minas Gerais.

4. Mencione os estados brasileiros cujos aquíferos apresentam os maiores riscos de contaminação por agrotóxicos. Qual é a relação entre esse dado e as atividades econômicas desenvolvidas nessas regiões?

   Mato Grosso, São Paulo e Rio Grande do Sul. A produção agrícola desses estados, além de ser a maior do Brasil, é moderna, o que significa o uso intensivo de agrotóxicos.

5. Com base em seus conhecimentos e na leitura do mapa, responda: O que você sabe sobre a importância dos aquíferos em escala mundial?

   Espera-se que os estudantes mencionem que a água doce disponível no planeta se localiza nas geleiras, nas águas subterrâneas, nos rios e lagos. E que, destas, as águas dos aquíferos são as mais viáveis para o consumo, pois são menos poluídas que a dos rios e mais próximas dos centros populacionais que as geleiras.

6. Se a água é um recurso natural renovável, por que existe tanta preocupação sobre sua falta no planeta?

   Espera-se que os estudantes respondam que a água, apesar de ser um recurso renovável, pode ser poluída por esgotos domésticos e industriais sem tratamento, por defensivos e corretivos agrícolas e, por isso, pode não ser boa para o consumo humano.

7. Em que sentido a poluição dos aquíferos pode prejudicar a sua saúde?

   Espera-se que os estudantes mencionem que a água poluída, ou sem tratamento adequado, quando consumida, pode causar diversas doenças.

Exploração de gráficos

Assim como os mapas, os gráficos são instrumentos que auxiliam na compreensão da realidade e de fenômenos diversos, tendo como objetivo a visualização de informações e dados estatísticos. Estão presentes em diversas situações do cotidiano, inclusive dos estudantes, como jornais, revistas, livros, relatórios etc., sendo fundamental sua correta leitura e interpretação para uma melhor compreensão da realidade vivida.

Na Coleção eles foram utilizados de modo sistemático para trabalhar diferentes temas, confeccionados em variadas tipologias e com base em dados atualizados e fornecidos por órgãos oficiais e idôneos. Podem ser utilizados de diferentes maneiras e em momentos variados do processo ensino-aprendizagem, visando provocar uma atitude ativa na produção de conhecimento e no exercício de competências dos estudantes.

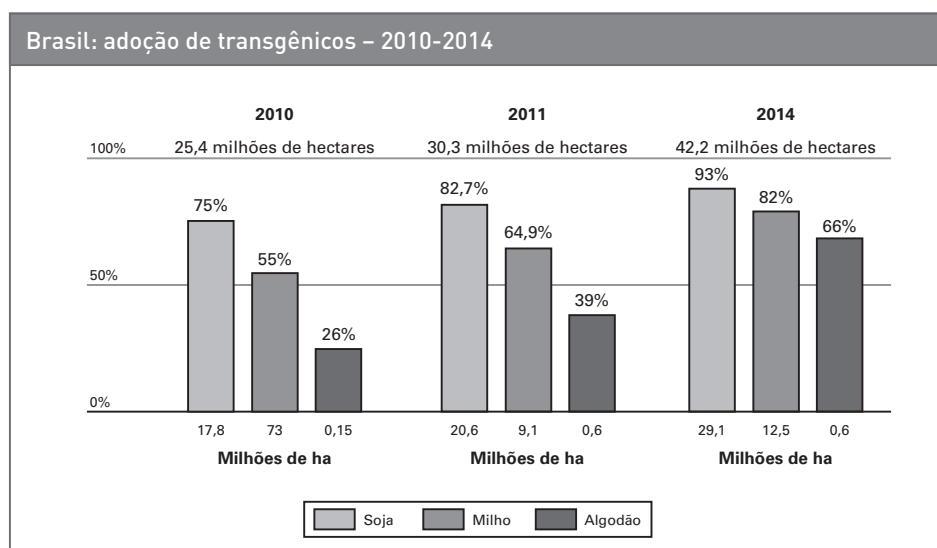
Na leitura de gráficos, o estudante recorre aos dados já informados para a construção de argumentações mais complexas e consistentes, além de selecionar, organizar, relacionar e interpretar informações. Os gráficos propiciam a interdisciplinaridade da Geografia com a Matemática. Sua contextualização no assunto discutido e sua aproximação com o cotidiano do estudante são aspectos relevantes para o desenvolvimento de competências importantes.

Dois elementos essenciais auxiliam a tarefa de leitura dos gráficos: o título e a fonte. O título, além de apresentar o assunto a ser tratado, em geral traz a localização espaço-temporal do fenômeno; a fonte informa a procedência dos dados. Os dados podem ser tratados em quantidades relativas ou absolutas, as quais são relacionadas a uma unidade de medida (porcentagem, taxa, densidade, entre outras).

Para facilitar a compreensão visual das informações apresentadas, os gráficos podem ser elaborados em:

- setores – também chamados de gráficos de *pizza*, são usados para indicar valores percentuais que, ao final, totalizam 100%;
- colunas e barras – com sentido vertical ou horizontal, respectivamente, podem indicar valores tanto absolutos quanto relativos;
- linhas – indicam a dinâmica de dados ao longo do tempo;
- pontos – com tamanhos proporcionais ou não, os pontos indicam dados no plano cartesiano (por meio de legendas, podem-se inserir grandes quantidades de informações em uma única representação);
- figuras proporcionais – geralmente em círculos ou quadrados, variam de tamanho conforme os dados representados.

Os climogramas e as pirâmides etárias são gráficos específicos da ciência geográfica, combinando colunas e linhas, ou dois conjuntos de barras, respectivamente.

Como exemplo de atividade de leitura, interpretação e análise de gráfico, segue uma sugestão de trabalho que pode ser adaptada a qualquer outro gráfico, além de ser uma boa ferramenta de avaliação. A representação se aplica ao que é abordado no *Capítulo 11* do *Volume 2*.

Fonte: Conselho de Informações sobre Biotecnologia (CIB). Disponível em: <http://cib.org.br>. Acesso em: fev. 2016.

Divida a sala em duplas ou oriente os estudantes a trabalhar individualmente. Peça que respondam às seguintes questões:

1. Qual é o assunto tratado no gráfico?

O gráfico apresenta a evolução de algumas culturas transgênicas no Brasil, bem como os percentuais das superfícies totais de cada plantio, nos anos de 2010, 2011 e 2014.

2. Observe a fonte dos dados. Ela parece ser confiável e atualizada? Por quê?

A fonte parece confiável e atualizada, pois está presente no *site* do Conselho de Informações sobre Biotecnologia (CIB), especializado em divulgar informações técnico-científicas sobre a biotecnologia.

3. Quais são as técnicas utilizadas para representar os dados?

A evolução dos cultivos ao longo do tempo foi representada por uma sequência de gráficos (um para cada ano) de colunas dispostas num plano cartesiano, em que o eixo x apresenta a área cultivada em milhões de hectares de cada produto selecionado e o y, os valores percentuais e absolutos das superfícies totais de cada cultivo transgênico em relação à superfície total cultivada de cada produto.

4. Quais são os cultivos apresentados pelo gráfico? Quais se destacam em valores relativos e absolutos?

Soja, milho e algodão são os cultivos apresentados pelo gráfico. Em valores absolutos (em milhões de hectares) e também em valores relativos, os cultivos que mais se destacaram foram, respectivamente, o de soja e o de milho.

5. Qual cultivo transgênico apresentou a maior taxa de crescimento ao longo dos anos apresentados?

O cultivo de algodão, que quadruplicou a área cultivada.

6. Em um período de 4 anos (2010-2014), as culturas transgênicas cresceram consideravelmente, ampliando a produção de alimentos. No entanto, a fome e a desnutrição são problemas que ainda não foram solucionados. Levante hipóteses para explicar essa afirmação.

É importante estimular os estudantes a conversarem sobre o assunto, estimulando o desenvolvimento das habilidades de levantamento de hipóteses e resolução de problemas. Durante a discussão deverão ser trazidas questões como o foco do agronegócio, responsável pelo uso da biotecnologia na agropecuária e pelo aumento da produtividade, para o fornecimento de matérias-primas para as indústrias, e não para a alimentação da população. Avalie também a capacidade dos estudantes de argumentar e de respeitar as contribuições dos colegas.

Exploração de charges

No contexto dos capítulos, são exploradas diversas charges, aprofundando as temáticas ou trazendo um novo ponto de vista sobre elas, o que aguça a criticidade do estudante. Além dos recursos oferecidos na Coleção, diversas outras charges podem ser utilizadas em diferentes momentos do processo de ensino-aprendizagem. Esse recurso, que geralmente desperta grande interesse dos estudantes, pode ser de excelente relevância para explorar a realidade sociocultural em que eles estão inseridos e o momento histórico vivido. Além de charges atuais que podem ser encontradas em jornais e revistas, de circulação regional, nacional ou mundial, indicamos alguns *sites* em que elas podem ser pesquisadas para auxiliar seu trabalho em sala de aula:

- http://politicalhumor.about.com/od/politicalcartoons/ig/Political-Cartoons/ (em inglês, sobre diferentes temas internacionais);
- www.humorpolitico.com.br (traz diversos temas atuais sobre a política nacional e também mundial);
- http://latuffcartoons.wordpress.com/tag/movimentos-sociais/ (charges sobre temas sociais e políticos do Brasil e do mundo);
- www.mauriciopestana.com.br/#!fleet/c1p9k (charges sobre diversos temas da sociedade brasileira);
- https://guiaecologico.wordpress.com/tag/tirinhas/ (sobre questões ambientais).

O professor poderá fazer uso desse recurso para despertar o interesse da turma pelo tema, aprofundar uma discussão ou ainda complementar o processo de avaliação. As atividades com charges oferecem diversas possibilidades, mas podem ser mais proveitosas se realizadas em duplas, pequenos grupos ou, ainda, coletivamente. Em alguns casos, podem-se dividir os estudantes em dois grupos com opiniões

diferentes em relação à crítica expressa na charge e confrontar seus argumentos.

Algumas perguntas exploratórias e preliminares auxiliam no processo de compreensão e interpretação das imagens. Abaixo, indicamos algumas questões gerais que, devidamente adaptadas, servem como disparadoras da leitura de imagens. No entanto, é fundamental os estudantes perceberem que, para a correta leitura e compreensão de charges e cartuns, é necessário ter conhecimentos de mundo e de atualidades. Sendo assim, quanto mais bem informados estiverem, o que se pode fazer, por exemplo, por meio da leitura frequente de livros, revistas, jornais, *sites*, além de outros meios de comunicação, maior será sua capacidade de uma boa leitura e interpretação de imagens.

- O que a ilustração destaca? Se estiver trabalhada em planos, o que aparece no primeiro plano?
- Há balões de diálogo ou outros escritos? Como o que está sendo dito nesses balões/escritos se relaciona com a ilustração e com o conteúdo?
- Quem é o autor da charge? O que você sabe sobre ele? Esse conhecimento auxilia na compreensão da charge?
- Qual é a relação da charge com o tema tratado no capítulo?

Após essa contextualização, faz-se a avaliação crítica do que está representado, com outras questões, como:

- O que se pode inferir da charge?
- O que o autor quis dizer? Você concorda com a posição dele?
- Qual é a crítica feita pela charge? Há outras possibilidades de interpretação?
- Você mudaria alguma coisa na charge? O que e por quê?

Depois de discutidas essas questões, peça aos grupos que apresentem as respostas a toda a classe. É importante, preliminarmente, orientá-los quanto à maneira de apresentar suas opiniões, respeitando as interpretações e a vez de cada colega. Se necessário, complemente as respostas apontando para detalhes da charge que tenham passado despercebidos.

Recursos digitais

A pressão pela adoção de recursos digitais, oferecidos, sobretudo, pela internet, na educação aumentou expressivamente nos últimos anos. Por um lado, algumas escolas de Ensino Médio e instituições de Ensino Superior estimulam o uso intensivo de *tablets* ou *notebooks* pelos estudantes, em substituição a livros impressos e cadernos, além da tendência de trocar os livros de texto por conteúdos digitais, visando, entre outros argumentos, oferecer recursos de pesquisa, de leitura e de comunicação mais "amigáveis" aos estudantes atuais. De outro lado, estão as dificuldades de trazer a tecnologia para a sala de aula, seja no que diz respeito aos recursos físicos, seja na formação necessária e adequada ao professor para fazer um uso pedagógico dos recursos tecnológicos. Ainda há muito que se discutir e decidir, e qualquer análise permanece parcial e provisória. No entanto, a seguinte questão confronta a todos nós, professores: Como vamos motivar nossos estudantes apenas com o quadro de giz, enquanto muitos deles têm acesso a computadores e a todos os seus recursos?

O uso de filmes, recursos e equipamentos tecnológicos é potencial para criar situações motivadoras do aprendizado, estimulando a aquisição de conhecimentos, competências e habilidades. Algumas ferramentas e recursos da *web*, muitos deles interativos, oferecem boas possibilidades de concretização mais significativa de conceitos, processos, fenômenos, fatos e temas da Geografia. Requerem, no entanto, a crítica do professor, assim como dos estudantes, no que diz respeito à sua adequação, pertinência e confiabilidade. Em nosso entender, o uso de filmes e da internet como recursos didáticos para o ensino de Geografia exige, ainda, estar pautado nas possiblidades de reflexão sobre os conteúdos de ensino que serão ampliados a partir deles.

Ao longo do Livro do Estudante, nos boxes laterais, e também no Manual do Professor – Orientações Didáticas, nos comentários específicos de cada unidade e na seção *Sugestões de livros, sites e filmes*, indicamos diversos *sites* e filmes que podem auxiliar o trabalho do professor e estimular os estudantes na aprendizagem dos temas trabalhados na Coleção. Entre as sugestões, selecionamos diversos filmes nacionais, além de estrangeiros, e vídeos, animações e *sites* diversos – com imagens de satélite, com programas que possibilitam ver o planeta Terra em três dimensões etc. – que auxiliam na concretização de fenômenos, processos e acontecimentos. É possível encontrar também vídeos que apresentam visões diferentes em relação a um mesmo acontecimento, processo ou fenômeno. Estes podem ser trabalhados na perspectiva da seção *Contraponto*, presente ao final de alguns capítulos da Coleção.

3 ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DA COLEÇÃO

Distribuição dos conteúdos

A Coleção está organizada em três volumes, destinados a cada um dos anos do Ensino Médio e divididos em unidades temáticas com seus respectivos capítulos. Neles são abordados os conceitos, conteúdos e principais temas relacionados ao espaço geográfico tradicionalmente trabalhados ao longo dessa etapa da escolarização.

Nessa organização e distribuição, consideramos a gradatividade da apresentação dos processos socioespaciais e cuidamos da articulação dos diversos temas abordados nos capítulos que compõem as unidades. A organização em unidades temáticas possibilita ao professor seguir a sequência sugerida ou, ainda, planejar o curso de Geografia de acordo com seu ponto de vista, as diretrizes da escola ou a realidade de sua turma, sem perder o nexo entre os assuntos tratados em cada uma das unidades.

A fim de facilitar o planejamento para o curso de Geografia no Ensino Médio, discriminamos a seguir a distribuição dos conteúdos nos três volumes que compõem a Coleção.

VOLUME 1

Unidade 1 – Geografia na Era da Informação e Cartografia

Capítulo 1 – Geografia na Era da Informação

1. Tecnologias da Informação
2. Meios de comunicação de massa
3. Internet
   - O poder da rede
4. Espaço geográfico, paisagem e informação
   - Espaço geográfico e paisagem geográfica
   - Ciberespaço
5. Meio geográfico
   - Meio natural
   - Meio técnico
   - Meio técnico-científico-informacional

Capítulo 2 – Coordenadas e Sistemas de Informação Geográfica

1. Coordenadas geográficas
   - Paralelos e latitudes
   - Zonas térmicas
   - Estações do ano
   - Meridianos e longitudes
   - Fusos horários
   - Linha Internacional de Data (LID)
   - Fusos horários no Brasil
2. Sistemas de Informação Geográfica (SIG)
   - Sensoriamento remoto
   - Sistema de Posicionamento Global (GPS)

Capítulo 3 – Geoprocessamento e mapas

1. Geoprocessamento
2. Mapas
   - Mapas temáticos
   - Anamorfose
   - Representação topográfica
3. Escala cartográfica
   - Escala numérica
   - Escala gráfica
   - Escala maior e escala menor
4. Plantas
5. Mapas e visão de mundo
   - Planisfério de Mercator
   - Planisfério de Peters
6. Projeções cartográficas
   - Projeção cilíndrica
   - Projeção cônica
   - Projeção azimutal ou plana

Unidade 2 –Terra: estrutura, formas, dinâmica e ação humana

Capítulo 4 – Evolução da Terra: os fenômenos geológicos

1. Formação do planeta Terra
   - Geologia e eras geológicas
2. Estrutura interna da Terra
   - Camadas da Terra
   - Crosta terrestre: características das rochas
3. Crosta em movimento
   - Abalos sísmicos e vulcanismo

Capítulo 5 – Estrutura geológica e mineração no Brasil

1. Estrutura geológica
   - Dobramentos modernos
   - Maciços antigos
   - Bacias sedimentares
2. Estrutura geológica do Brasil
   - Atividade mineradora e recursos energéticos
   - Exploração mineral e problemas ambientais
   - Reciclagem de metais

Capítulo 6 – Relevo e solo

1. O relevo em nosso cotidiano e na organização do espaço
2. Formação do relevo
   - Agentes externos modificadores do relevo
   - Formas do relevo
3. Solo
   - Classificação dos solos
   - Técnicas para melhorar o solo
4. Relevo do Brasil
   - Unidades do relevo
   - Perfis do relevo

(continua na próxima página)

Unidade 3 – Clima e formações vegetais

Capítulo 7 – Dinâmica do clima

1. Elementos e fatores do clima
   - Tempo e clima
   - Atmosfera
   - Elementos do clima
   - Fatores do clima
   - Circulação geral da atmosfera
   - Instabilidades atmosféricas
2. Clima e sociedade
   - Previsão de tempo
   - Clima e atividades humanas
3. Poluição atmosférica
   - Clima urbano

Capítulo 8 – Climas e formações vegetais no mundo

1. Tipos climáticos e formações vegetais
   - Climas das altas latitudes
   - Climas das latitudes médias
   - Climas das baixas latitudes
   - Climas azonais
   - Protocolo de Nagoya

Capítulo 9 – Dinâmica climática e formações vegetais no Brasil

1. Dinâmica climática no Brasil
   - Zonas de convergência no Brasil
2. Diversidade climática e botânica no Brasil
   - Biodiversidade brasileira
3. Clima e vegetação no Brasil
   - Clima e Floresta Equatoriais
   - Clima Subtropical, Mata de Araucária e Pampas
   - Clima Tropical Semiúmido, Cerrado e Complexo do Pantanal
   - Clima Tropical Litorâneo e Mata Atlântica
   - Clima Tropical de Altitude e Florestas Tropicais
   - Clima Semiárido e Caatinga
   - Mata dos Cocais, uma mata de transição

Unidade 4 – Água: uso e problemas

Capítulo 10 – Hidrosfera: características, gestão e conflitos

1. Hidrosfera: características
2. Águas oceânicas
   - Relevo submarino
   - Correntes marinhas
   - Salinidade e temperatura
   - Poluição marinha
3. Águas continentais
4. Oferta, consumo e poluição das águas
   - Consumo mundial de água
   - Distribuição e disponibilidade de água
   - Crise hídrica no Sudeste brasileiro
   - Poluição dos rios
5. Geopolítica: águas marinhas e continentais
   - Soberania sobre os oceanos
   - Questão das águas continentais

Capítulo 11 – Águas continentais no Brasil

1. Reservas brasileiras de água doce: algumas questões
2. Bacia hidrográfica: características
3. Hidrografia do Brasil
4. Bacias hidrográficas brasileiras
   - Bacia Amazônica
   - Bacia do Tocantins-Araguaia
   - Bacia do São Francisco
   - Bacia Platina
   - Bacia do Paraná
   - Bacia do Uruguai
   - Bacia do Paraguai
   - Hidrovias do Mercosul
   - Bacias de importância regional
   - Gestão dos recursos hídricos e regiões hidrográficas brasileiras
5. Águas subterrâneas
   - Aquífero Guarani

Unidade 5 – Natureza, sociedade e meio ambiente

Capítulo 12 – Questão socioambiental e desenvolvimento sustentável

1. Revolução Industrial: um marco da questão ambiental
   - Sociedade de consumo
   - Modelo de desenvolvimento
   - O despertar da consciência ecológica
2. ONGs e meio ambiente
   - Relações internacionais

Capítulo 13 – Problemas ambientais de dimensão global

1. Problemas ambientais e seus impactos no planeta
   - Chuva ácida
   - Destruição da camada de ozônio
   - Aquecimento global
2. Evolução dos acordos sobre mudanças climáticas
   - Mercado de compensações ambientais
   - COP-21
3. Questão ambiental e interesses econômicos

Capítulo 14 – Questão ambiental e domínios morfoclimáticos no Brasil

1. Questão socioambiental no Brasil
   - Tomada da consciência socioambiental no Brasil
   - Zoneamento Ecológico-Econômico e Unidades de Conservação Ambiental
2. Domínios morfoclimáticos do Brasil
   - Domínio Amazônico
   - Domínio dos Mares de Morros
   - Domínio das Araucárias
   - Domínio do Cerrado
   - Domínio da Caatinga
   - Domínio das Pradarias

(continua na próxima página)

VOLUME 2

Unidade 1 – Contexto histórico e geopolítico do mundo atual

Capítulo 1 – Mundo na Guerra Fria

1. Século XX: o mundo entre guerras
   Primeira metade do século XX
2. Guerra Fria e ordem mundial bipolar
3. Ordem econômica mundial pós-Segunda Guerra
   Conferência de Bretton Woods
4. Ordem geopolítica pós-Segunda Guerra
   Doutrina Truman
   Alianças militares
   Organização das Nações Unidas (ONU)
5. Geopolítica da Guerra Fria
   Questão alemã
   Crise dos mísseis
   Descolonização e movimento dos não alinhados
6. Fim da ordem bipolar
   Colapso do socialismo
   Fim da Guerra Fria e novas fronteiras europeias

Capítulo 2 – Grandes atores da geopolítica no mundo atual

1. Contexto da nova ordem mundial
2. Japão e Alemanha
   Japão no cenário mundial
   Alemanha no cenário mundial
3. China: novo protagonista na geopolítica mundial
   Mar da China Meridional e Oriental
   China: relações internacionais
   China *versus* Bretton Woods
   Desaceleração da China
4. Rússia na nova ordem geopolítica
   Estrangeiro próximo e Otan
   Intervenção na Ucrânia
   Moldávia e Transnístria
5. Supremacia dos Estados Unidos
   Estados Unidos e as intervenções militares
   Política externa: do fim da Guerra Fria aos dias atuais

Unidade 2 – Economia mundial e globalização

Capítulo 3 – Globalização e redes da economia mundial

1. Globalização
   Revolução técnico-científica
2. Redes geográficas
   Redes de produção e distribuição
3. Multinacionais
4. Fluxo de informações
   Redes sociais
5. Fluxo de capitais
6. O Estado na economia globalizada
7. Crise financeira e econômica iniciada em 2007/2008
   Crise de 2007/2008 e G20
   Crise e Estado neoliberal
8. Por outra globalização

Capítulo 4 – Globalização, comércio mundial e blocos econômicos

1. Comércio internacional e OMC
   Da Rodada de Doha a Nairóbi
2. Comércio global: mercadorias e serviços
   Comércio de mercadorias
   Comércio de serviços
3. Blocos econômicos
   Modalidades de blocos econômicos
   União Europeia
   Nafta
   Mercosul
   Unasul
   Apec e Parceria Transpacífico

Capítulo 5 – Questão do desenvolvimento e Brasil no mundo globalizado

1. Questão do desenvolvimento
   Diferentes classificações de desenvolvimento
   Modernização e desenvolvimento
2. Brasil e economia global
   Abertura econômica no Brasil
   Balança comercial brasileira
   Multinacionais brasileiras
   Balanço de pagamentos

Unidade 3 – Infraestrutura e desenvolvimento

Capítulo 6 – Transportes

1. Transportes e integração do espaço mundial
2. Sistemas de transportes no Brasil
   Intermodalidade dos meios de transporte
   Modais de transporte no Brasil
   Transporte rodoviário
   Transporte ferroviário
   Transporte marítimo e hidroviário
   Hidrovias brasileiras
   Transporte aéreo
3. Mobilidade no meio urbano no Brasil
   Modalidades de transporte coletivo

Capítulo 7 – Energia no mundo atual

1. Consumo de energia
2. Petróleo
   Refino do petróleo
   Principais reservas e países produtores
   Questões ambientais
   Geopolítica do petróleo
3. Gás natural
   Gás de folhelho
   Rússia: reservas de gás natural e petróleo
4. Carvão mineral

(continua na próxima página)

5. Energia Nuclear
   Questões ambientais
   Questões geopolíticas e de segurança
6. Energia hidrelétrica
   Questões socioambientais

Capítulo 8 – Energias alternativas e questão energética no Brasil

1. Fontes alternativas
   Energia solar
   Biocombustíveis
   Energia eólica
   Energia geotérmica
2. Estrutura energética no Brasil
   Energia hidrelétrica
   Gás natural
   Do Proálcool ao bicombustível
   Carvão mineral
   Carvão vegetal e lenha
   Energia nuclear

Unidade 4 – Espaço e produção

Capítulo 9 – Indústria no mundo atual

1. Importância da atividade industrial
   Classificação da atividade industrial
2. Primeira Revolução Industrial
3. Segunda Revolução Industrial
   Capitalismo monopolista-financeiro
4. Terceira Revolução Industrial
   Terceira Revolução Industrial e trabalho
5. Tecnologias de processo de produção
   Taylorismo e fordismo
   Toyotismo: a produção *just-in-time*
6. Localização e organização da atividade industrial
7. Principais centros industriais
   Estados Unidos
   União Europeia
   Japão
8. Novas regiões industriais pós-1950
   América Latina
   Primeiros Tigres Asiáticos
   Novos Tigres
   China
   Índia
   África

Capítulo 10 – Indústria no Brasil

1. Processo de industrialização no Brasil
   Crise de 1929 e desenvolvimento industrial brasileiro
   Substituição de importações
   Anos JK
   Anos do "milagre"
2. Industrialização no Brasil atual
   Polêmica da desindustrialização
   Desconcentração industrial
3. Principais centros industriais
   Região Sudeste
   Região Sul
   Região Nordeste
   Regiões Norte e Centro-Oeste

Capítulo 11 – A agropecuária no mundo atual e as políticas agrícolas nos países desenvolvidos

1. Atividade agropecuária
2. Da Revolução Agrícola à Revolução Verde
3. Biotecnologia: uma nova revolução agrícola
   Questões polêmicas
   Agricultura orgânica
4. Política agrícola nos países desenvolvidos
   Política e espaço de produção agrícola no Japão
   União Europeia: política e produção agrícola
   Estados Unidos: política e produção agrícola

Capítulo 12 – Espaço agrário no mundo em desenvolvimento e no Brasil

1. Atividades agrárias no mundo em desenvolvimento
   Agropecuária na África
   Agropecuária na Ásia Oriental e no Sudeste Asiático
   América Latina e questão agrária
2. Agropecuária e a questão agrária no Brasil
   Pecuária
   Agricultura e agroindústria
   Fronteiras agrícolas
   Agropecuária e Código Florestal
   Questão da terra

VOLUME 3

Unidade 1 – Etnia, diversidade cultural e conflitos

Capítulo 1 – Etnia e modernidade

1. Diversidade cultural
   Choque entre culturas e etnocentrismo
   Evolucionismo
2. Civilização ocidental e modernidade
   Modernidade e cultura
3. Questão étnica no Brasil: povos indígenas e afrodescendentes
   Povos indígenas
   Afrodescendentes

Capítulo 2 – Conflitos étnico-nacionalistas e separatismo

1. Globalização e fragmentação

(continua na próxima página)

(continua na próxima página)

2. Fronteira dos Estados Unidos
   - Imigrantes clandestinos
   - Plano de reforma migratória
   - Caso dos cubanos
3. Fronteira da União Europeia
   - Tratado de Schengen
   - Reação aos estrangeiros
   - Fluxos do Leste Europeu
4. Crise dos refugiados na Europa

Capítulo 9 – Migrações no Brasil

1. Migrações externas
   - Nova onda migratória: outros contextos
   - Refugiados no Brasil
   - Emigrações de brasileiros
2. Migrações internas
   - Migração nordestina e êxodo rural
   - Movimentos atuais
   - Migração e preconceito

Unidade 4 – Brasil: perspectivas e regionalização

Capítulo 10 – Brasil no século XXI e regionalização do território

1. Brasil: um país emergente
   - Crise política e econômica
   - Brasil e principais emergentes
   - Ampliação das relações internacionais
   - Potencialidades e desafios internos
   - Infraestrutura: necessidades e limites
2. Regionalização no território brasileiro
   - Macrorregiões do IBGE
   - Planejamento regional
   - Complexos regionais
   - Os "quatro Brasis"

Capítulo 11 – Complexos regionais brasileiros

1. Três complexos regionais
2. Nordeste
   - Histórico do crescimento econômico e industrialização
   - Desdobramentos recentes
   - Principais centros industriais
   - Agropecuária nas sub-regiões
   - Indústria da seca
   - Atividade turística
3. Centro-Sul
   - Centro econômico-financeiro e de serviços
   - Centro de pesquisas científicas e tecnologia
   - Atividade extrativista
   - Agropecuária
4. Amazônia
   - Amazônia Legal e Amazônia Continental
   - Ocupação recente e exploração econômica
   - Rodovias como vetores do desmatamento
   - Indústria
   - Propostas de desenvolvimento

Estrutura da Coleção

Abertura de unidade

Cada unidade se inicia com um breve texto introdutório e uma imagem pertinentes aos conteúdos nela abordados. O objetivo é sensibilizar e instigar o interesse dos estudantes para a temática principal. Pode ser lida fora da sala de aula e debatida em classe, coletivamente, de modo a se investigar os conhecimentos prévios e as expectativas da turma sobre o tema.

Contexto

Um texto e/ou imagem (mapa, gráfico, charge, foto, infográfico) relacionados ao tema que será trabalhado no capítulo seguido de atividades abrem o caminho para os estudantes exporem suas ideias e conhecimentos sobre o tema. Assim, a seção será melhor aproveitada se feita oral e coletivamente, mas o professor poderá, alternativamente, solicitar sua realização em casa, como uma preparação para a aula.

A exploração oral e coletiva da seção possibilita dinamizar a aula, incentivar a participação dos estudantes e a interação com o professor, e desenvolver as competências de linguagem e argumentação além das habilidades de analisar, interpretar e confrontar diversos pontos de vista. Além disso, a seção propicia um trabalho atitudinal com os estudantes, em que a participação, o respeito à opinião do outro, a paciência e o controle da ansiedade podem ser desenvolvidos.

A partir do resultado da discussão, o professor terá um diagnóstico dos conhecimentos prévios dos estudantes, o que auxilia na escolha da melhor maneira de trabalhar o capítulo.

A seção possibilita também estabelecer relações entre conteúdos trabalhados anteriormente – seja na Coleção, seja em outras etapas da escolarização –, de modo que os estudantes articulem esses conteúdos e lhes deem novos significados, o que contribui em grande medida para o processo ensino-aprendizagem.

Texto-base

Os conteúdos são apresentados no texto-base com rigor conceitual e em linguagem adequada à faixa etária. Estão organizados em capítulos enriquecidos com recursos variados – tabelas, gráficos, infográficos, mapas, esquemas, imagens e seções. Os capítulos foram estruturados em duas partes, finalizadas com um conjunto de atividades que visam avaliar o desempenho dos estudantes antes de dar sequência aos estudos. As tabelas, os mapas, os gráficos e os infográficos apresentam informações e dados

estatísticos atualizados e foram elaborados para que as informações sejam transmitidas com clareza e objetividade, além de possibilitar aos estudantes estabelecer relações entre diversos fatos geográficos (veja orientações específicas para o trabalho com mapas e gráficos, nas páginas 293-296).

Ao final de cada parte do capítulo, sugerimos exercícios dos principais vestibulares do país e do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A seção oferece aos estudantes uma ferramenta complementar para se prepararem para os exames de ingresso à universidade.

Glossário

Termos cujo sentido possa ser de difícil compreensão para o estudante, principalmente em relação à sua aplicação específica na Geografia, aparecem destacados no texto e explicados à margem dele.

Entre aspas

Conceitos essenciais, tanto da Geografia como de outras disciplinas e áreas, e assuntos que reforcem a compreensão do tema abordado são explicados de forma mais aprofundada que um simples glossário. Para não quebrar a leitura do texto principal, aparecem, em geral, à margem dele.

Leitura e discussão

Nesta seção, textos científicos e jornalísticos ampliam e enriquecem os assuntos tratados no capítulo. São acompanhados de atividades de compreensão e interpretação que associam o conteúdo desenvolvido no capítulo ao texto complementar, possibilitando também um trabalho interdisciplinar com o professor de Língua Portuguesa e o aprimoramento da competência leitora (veja o item *Exploração de textos*, nas páginas 291-293).

Conexão

Esta seção oferece caminhos para trabalhar temas relevantes ao estudo da ciência geográfica de forma interdisciplinar, ou seja, com a contribuição de outras disciplinas e áreas. Para isso, são utilizados recursos variados, como diferentes expressões artísticas – obras de artes plásticas e de literatura, letras de música –, artigos, gráficos, tabelas, mapas, charges e esquemas.

Assim, aproveitando-se das contribuições científicas das demais disciplinas e respeitando-se suas diferenças, buscam-se caminhos para alcançar uma dimensão teórica integradora, de modo a promover o desenvolvimento e a aplicação de conhecimentos acumulados pelos estudantes em sua trajetória escolar.

O trabalho interdisciplinar exige planejamento. Além dele, requer coragem para inovar, liderança, entusiasmo e flexibilidade dos professores envolvidos para seu êxito e eficácia. Várias são as maneiras de tornar a interdisciplinaridade na escola uma realidade. Elas vão desde uma reestruturação que envolve toda a comunidade escolar até ações mais pontuais, realizadas tanto individual como coletivamente (veja nas *Orientações Específicas* sugestões de como você pode conduzir esse trabalho interdisciplinar com os estudantes).

Olho no espaço

A Geografia tem como um de seus objetivos principais levar os estudantes a interpretar os elementos cotidianos de sua realidade sob a perspectiva espacial, seja o espaço local, regional, nacional ou global. Para isso, são utilizadas diferentes linguagens: escrita, fotográfica, gráfica, musical, cartográfica etc. Dentre elas, destaca-se a leitura de mapas, por serem a representação do espaço.

Esta seção tem como objetivo trabalhar a leitura espacial por meio de mapas de diferentes tipos e escalas, levando o estudante a observar, analisar, relacionar e interpretar de maneira integrada fenômenos naturais, humanos, econômicos e culturais, em sua espacialidade, e a refletir sobre eles em situações contextualizadas de aprendizagem.

Suas propostas podem ser utilizadas em diferentes momentos: para contextualizar, aprofundar ou mesmo avaliar os assuntos trabalhados no capítulo.

Ponto de vista

Esta seção propõe, ao final de alguns capítulos, o contato do estudante com temas importantes ligados à realidade nacional ou mundial, abordados mediante a reprodução de textos teóricos/opinativos e atividades que desafiam a compreensão leitora e o posicionamento dos estudantes em relação a eles (veja o item *Exploração de textos,* nas páginas 291-293).

Contraponto

Também presente ao final de alguns capítulos, a seção apresenta textos escritos e recursos imagéticos com diferentes abordagens ou opiniões sobre determinado assunto. Isso permite aos estudantes conhecer a existência de maneiras diferentes de pensar e se posicionar acerca de questões relacionadas à temática apresentada, o que auxilia o desenvolvimento da consciência crítica e da formação de opinião própria. A seção favorece também o

debate em sala de aula, possibilitando ao professor avaliar os estudantes nas dimensões conceituais, procedimentais e atitudinais.

Compreensão e análise

Presente em dois momentos de cada capítulo, apresenta um conjunto de atividades com o objetivo de fornecer a estudantes e professores mais uma forma de avaliar a apreensão dos conhecimentos, antes de seguir adiante com os estudos. São oferecidas atividades variadas, que visam à verificação dos conteúdos apreendidos, bem como ao desenvolvimento de diferentes competências e habilidades. Além de atividades elaboradas pelos próprios autores, apresentam ao menos uma atividade do Enem e/ou de vestibulares.

Podem ser realizadas em sala de aula e também fora dela, a critério do professor, podendo servir como uma ferramenta de avaliação dos conhecimentos.

Leitura/*Site*/Filme

Ao lado do texto-base, são apresentadas aos estudantes sugestões de livros, *sites* e/ou filmes, clássicos ou atuais, nacionais e também estrangeiros, sobre temas trabalhados no capítulo. Com isso, procuramos incentivar a autonomia dos estudantes, que podem escolher os materiais que julgarem mais relevantes, necessários ou interessantes para complementar ou aprofundar seus estudos. Essas sugestões também podem ser utilizadas pelo professor em sala de aula de modo a complementar o aprendizado.

Agentes da sociedade

Esta seção foi pensada como proposta de projetos a serem desenvolvidos, sobretudo, em grupos. Um de seus objetivos principais é levar os estudantes a relacionar e consolidar os conhecimentos adquiridos no contexto das unidades estudadas em cada volume, assim como fazer inferências entre a observação da realidade por meio de procedimentos científicos.

A seção apoia-se em atividades experimentais de pesquisa, com indicação de fontes disponíveis para a coleta de dados e informações, orientações para a seleção e organização do material pesquisado, finalizando com a interpretação, análise e apresentação dos trabalhos. As orientações para o desenvolvimento das atividades seguem um conjunto de procedimentos ancorados no uso da metodologia científica, que passam por levantamento de dados, questionamentos, argumentação e validação dos resultados.

Pensamos em temáticas relevantes para a faixa etária, mas sem nos esquecer da relação com os temas estudados previamente, de modo a levar os estudantes a uma compreensão maior daquilo que é central para a Geografia, ou seja, a produção do espaço geográfico. Estabelecer relações entre o tema em estudo e os acontecimentos e fatos do cotidiano motiva os estudantes, instigando uma aproximação maior às temáticas propostas.

Por ser uma atividade que se recomenda fazer em grupo e com uma dinâmica diferente da normalmente instituída na sala de aula, em que os estudantes se tornam protagonistas de seu aprendizado, a seção dá ao professor condições de avaliar o grupo, assim como cada um dos seus integrantes, nas dimensões conceituais, procedimentais e atitudinais.

A seguir, indicamos os temas desenvolvidos em cada uma das seções e sugerimos momentos em que cada um pode ser realizado. Para enriquecer o desenvolvimento dos projetos, antes do início do ano letivo pode ser planejado um trabalho integrado, que envolva colegas professores de outras disciplinas. Dessa forma, dá-se um enfoque mais abrangente para temáticas que, apesar da importância e relevância para a Geografia, são enriquecidas por outras áreas do conhecimento. Outra proposta de uso da seção é como forma de avaliação.

Tema	Momento para ser desenvolvido
Volume 1	
Sociedade de consumo e recursos minerais metálicos	Ao longo da *Unidade 2* ou entre as *Unidades 2* e *3*.
Virada ambiental	Ao longo da *Unidade 5* ou entre as *Unidades 4* e *5*.
Volume 2	
Publicidade e valores	Ao longo da *Unidade 1* ou entre as *Unidades 1* e *3*.
Jovens e mercado de trabalho	Ao longo da *Unidade 3* ou entre as *Unidades 3* e *4*.
Volume 3	
Jovens no Brasil	Ao longo da *Unidade 2* ou entre as *Unidades 2* e *3*.
Respeito pela diferença	Ao longo da *Unidade 3* ou entre as *Unidades 3* e *4*.

4 AVALIAÇÃO

A avaliação visa mostrar a todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem (professores, estudantes e responsáveis) em que medida os objetivos pedagógicos estão sendo atingidos. Ela deve funcionar para a análise da realidade e, consequentemente, para auxiliar na opção entre manter ou alterar a prática em função dos resultados. A avaliação constitui, nessa medida, uma ferramenta comprometida com a aprendizagem e motivadora desse processo (anima os envolvidos, se os resultados das ações educativas são alcançados, e motiva-os à mudança e à superação, se os objetivos não são atingidos) e deve ser feita de maneira formal e não formal, por professores e estudantes, e ao longo de todo o processo de ensino. A avaliação permanente, tendo como premissa ser parte integrante do processo de aprendizagem, permite determinar o caminho a seguir, assim como aferir os resultados alcançados e fazer os ajustes necessários, em vista dos objetivos pretendidos, procurando também, na medida do possível, atender às especificidades de cada estudante, sempre de forma positiva e respeitosa.

Compete aos professores, no processo ensino-aprendizagem, propor atividades diversificadas e adequadas ao nível de desenvolvimento dos estudantes, dar-lhes retornos e reorientá-los para alcançar seus objetivos; compete aos estudantes participar ativamente do processo, utilizando os instrumentos de avaliação como forma de perceber como seus conhecimentos estão sendo construídos, realizando as atividades propostas e buscando outras conforme suas necessidades, demonstrando iniciativa e autonomia. É fundamental contemplar a interdisciplinaridade, focando a competência dos estudantes no arranjo do raciocínio para os campos que contribuem para sua formação científica e sua atuação em sociedade.

São diversas as oportunidades oferecidas nesta Coleção para estudantes e professores realizarem uma avaliação formativa, observando seus avanços e dificuldades. As atividades são importante instrumento para o professor, que poderá utilizá-las tanto para a avaliação contínua como para a formal. A seção *Contexto*, por exemplo, possibilita uma avaliação diagnóstica dos estudantes, compreendendo seus conhecimentos prévios sobre o assunto a ser estudado, o que lhe permite traçar caminhos e definir abordagens. As atividades no meio e ao final dos capítulos, como, por exemplo, as das seções *Compreensão e análise*, *Olho no espaço*, *Leitura e discussão* e *Agentes da sociedade*, permitem a avaliação da apreensão de conceitos, procedimentos e atitudes, favorecendo a avaliação global dos estudantes, tanto individual como coletivamente.

A utilização de atividades que suscitam debates e a participação ativa dos estudantes é importante por oferecer a oportunidade de ponderação das posturas individuais que compõem o coletivo da sala de aula. O respeito, a tolerância, o posicionamento diante de conflitos, o enfrentamento e a solidariedade são, também, partes importantes do processo de aprendizagem e devem ser considerados na avaliação.

A avaliação atitudinal e a processual – feita durante os momentos de aprendizagem, por meio, por exemplo, do desenvolvimento de atividades, de trabalhos em grupo, de debates – e a avaliação realizada nos momentos de fechamento de conteúdos são partes de um conjunto de ferramentas. O professor, na posição de conhecedor do grupo de estudantes, deve estimar suas necessidades, aplicando cada uma dessas ferramentas conforme sua realidade.

5 FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR

O papel do professor, sabemos, é fator fundamental para o sucesso da aprendizagem. A função do educador requer atualização constante e deve ser pautada na busca e apropriação dos saberes, pelos estudantes, de forma autônoma, crítica e reflexiva. Isso abrange o cotidiano da escola, os saberes aprendidos da experiência docente e também a busca por atualizações e quebras de paradigmas.

Visando contribuir para a sua formação continuada e apoiá-lo em sua prática diária, e para os desafios colocados à atividade docente, reproduzimos a seguir alguns trechos de textos com temáticas pedagógicas e educativas gerais para o ensino de Geografia. Na parte referente a cada um dos volumes, oferecemos outros textos, com as temáticas específicas dos conteúdos geográficos neles abordados.

As temáticas e os trechos selecionados foram escolhidos com base no que julgamos relevante ao aprimoramento da prática docente, mas não se esgotam aqui. Por isso, sugerimos a leitura integral das obras às quais os trechos fazem parte, conforme seus interesses e necessidades. Além deles, indicamos também que você tenha acesso às obras sugeridas na Bibliografia comentada (próximo item) e também às sugestões ao final de cada uma das unidades dos três volumes.

Os caminhos da interdisciplinaridade

Neste texto, as autoras explicam as diferentes perspectivas para se compreender a interdisciplinaridade e apontam caminhos para a prática interdisciplinar em sala de aula.

"Considerando a velocidade e a quantidade de informações que chegam ao cidadão comum, a interdisciplinaridade é um princípio pedagógico importante para a formação dos estudantes. Ela os capacita a construir um conhecimento integrado e a interagir com os demais levando em conta que, em função da complexidade da sociedade atual, as ações humanas repercutem umas em relação às outras.

'A integração das cognições com as demais dimensões da personalidade é o desafio que as tarefas de vida na sociedade da informação e do conhecimento estão (re)pondo à educação e à escola' (Brasil, 2002, p. 72). Esse desafio tem por objetivo desenvolver o potencial do indivíduo de ser um sujeito-efetivo, capaz de interagir coletivamente como agente de transformações da realidade na qual se insere. Nessa perspectiva, de acordo com Fazenda (2002):

> A interdisciplinaridade visa à recuperação da unidade humana através da passagem de uma subjetividade para uma intersubjetividade e assim sendo, recupera a ideia primeira de Cultura (formação do homem total), o papel da escola (formação do homem inserido em sua realidade) e o papel do homem (agente das mudanças no mundo) (p. 48).

Colocar em prática a interdisciplinaridade não é tarefa fácil. A falta de uma ideia clara do seu significado – e de como ela pode acontecer – são dois obstáculos a serem superados. Os professores têm uma multiplicidade de concepções sobre interdisciplinaridade que vai desde a de que ela seja uma nova epistemologia, ou uma nova metodologia, até a de que ela constitui um instrumento para melhorar a aprendizagem (Hartmann; Zimmermann, 2006a). Não basta, porém, ter uma compreensão teórica do que é a interdisciplinaridade. Os docentes precisam também superar dificuldades práticas, resultantes de uma formação profissional fragmentada (Milanese, 2004; Ricardo, 2005; Hartmann; Zimmermann, 2006b).

Sendo um processo que precisa ser vivenciado, para ser assimilado em sua complexidade, a interdisciplinaridade ganha importância na vida escolar à medida que os docentes passam a desenvolver de forma integrada um trabalho pedagógico que capacita o estudante a comunicar-se, argumentar, enfrentar problemas de diferentes naturezas e a elaborar críticas ou propostas de ação em torno de questões abrangentes da atualidade (Hartmann; Zimmermann, 2007).

A interdisciplinaridade como interação entre educadores

Para Japiassu (1992, p. 88), a interdisciplinaridade corresponde a uma nova etapa do desenvolvimento do conhecimento, exigindo que as disciplinas, por meio de uma articulação constante, fecundem-se reciprocamente. Para o autor, a interdisciplinaridade exige a adoção de métodos que se fundamentem mais no exercício de aptidões intelectuais e de faculdades psicológicas voltadas para a pesquisa do que sobre informações armazenadas na memória. Ela deve responder a uma nova exigência: criar uma nova inteligência, capaz de formar uma nova espécie de cientistas e de educadores. Na mesma linha de interpretação, Fazenda (2002) apresenta a interdisciplinaridade como uma prática de integração, caracterizada 'pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa' (p. 25).

A integração de conhecimentos disciplinares e o desenvolvimento de competências no EM não exigem necessariamente a realização de projetos interdisciplinares nos quais diferentes disciplinas tratem ao mesmo tempo de temas afins (Brasil, 2002b, p. 16). É possível ao professor de uma disciplina desenvolver temáticas com uma perspectiva interáreas sem a necessidade de fazer um acordo interdisciplinar com outros colegas (op. cit., p. 17). No entanto, a interdisciplinaridade pode aproximar docentes de diferentes disciplinas de modo a diminuir o distanciamento entre duas culturas – a humanista e a científica – às quais Charles P. Snow (1996) se refere em sua obra As Duas Culturas, ao denunciar, em 1959, a distância entre as chamadas ciências humanas e ciências exatas. Essa distância epistemológica e metodológica pode ser vencida na educação pelo diálogo interdisciplinar. Com essa aproximação, a cultura de professores e estudantes amplia-se, ao mesmo tempo em que cada um pode compreender melhor o ponto de vista do outro.

Talvez devido ao hábito de aceitar a fragmentação como um método analítico válido para compreender a realidade, a primeira ideia que se tem sobre interdisciplinaridade é a de que ela constitui uma integração de disciplinas diversas para formar

um conjunto unificado de conhecimentos. Lenoir (2005-2006) mostra que existem três leituras diferentes da interdisciplinaridade.

'A primeira perspectiva tem como propósito a edificação de uma síntese conceitual ou acadêmica do fato [...], isto é, a unidade do saber' (Lenoir, 1998, p. 48). Especialmente para os franceses, a interdisciplinaridade é uma questão social e epistemológica de integração dos saberes. A segunda perspectiva é instrumental, ou seja, o objetivo da interdisciplinaridade é resolver problemas da existência cotidiana e não criar uma nova disciplina ou produzir um discurso universal. A interdisciplinaridade, nesta perspectiva mais prática e operacional, está presente principalmente na América do Norte anglo-saxônica e centra-se em questões sociais empíricas. Na terceira perspectiva, a interdisciplinaridade centra-se na qualidade do ser humano. O olhar é dirigido, no plano epistemológico, para a subjetividade dos sujeitos e, no plano metodológico, para a sua intersubjetividade. Essa abordagem fenomenológica da interdisciplinaridade coloca em destaque a necessidade do autoconhecimento e do diálogo.

> Se a lógica francesa é orientada em direção ao saber e a lógica americana sobre o sujeito aprendiz, parece-me que a lógica brasileira é dirigida na direção do terceiro elemento constitutivo do sistema pedagógico-didático, o docente em sua pessoa e em seu agir (Lenoir, 2005-2006, artigo não paginado).

Para Lenoir (2005-2006), essas três perspectivas não devem ser tratadas como mutuamente excludentes principalmente no que se refere à interdisciplinaridade escolar. É importante considerar a primeira perspectiva para não cair em um ativismo instrumentalista, em que o valor da interdisciplinaridade é medido pelo sucesso imediato da atividade. Também é importante considerar a segunda para evitar divagações idealistas. Quanto à terceira, ela traz uma visão das relações sociais em que há mais respeito pela dimensão humana no processo.

Para os que entendem a interdisciplinaridade como um processo, a instauração de um diálogo entre diferentes disciplinas pode ser tanto para resolver um problema ligado a uma ação ou decisão como para compreender as relações entre os conhecimentos disciplinares. Nessa perspectiva, Lück (1994) a define como:

> [...] o processo que envolve a integração e engajamento de educadores, num trabalho conjunto, de interação das disciplinas do currículo escolar entre si e com a realidade, de modo a superar a fragmentação do ensino, objetivando a formação integral dos estudantes [...] (op. cit., p. 64).

Essa definição de interdisciplinaridade traduz a ideia de que, para superar a fragmentação do ensino, não é suficiente que um professor isoladamente articule conteúdos das diversas disciplinas escolares, mas que a articulação aconteça entre os docentes. Além disso, ao conectar aspectos científicos e socioculturais, os docentes promovem condições para uma formação integral do estudante, de modo que ele consiga compreender as diferentes linguagens utilizadas na comunicação de informações e desenvolva a capacidade de enfrentar problemas da realidade.

Ao usar a palavra 'integração', pode-se pensar na fusão de conteúdos de diferentes disciplinas escolares. Não existe, entretanto, a intenção de fundir disciplinas, mas de auxiliar os estudantes a estabelecer ligações de interdependência, de convergência e de complementaridade entre elas. Fazenda (2003, 2002), Lenoir (1998, 2005-2006), Lück (1994) e as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM) destacam que a interdisciplinaridade é um empreendimento que visa proporcionar às disciplinas uma nova razão de existência – e não eliminá-las. Ela é um processo que torna possível a compreensão da realidade como um todo, constituída pela relação entre o mundo objetivo e o sujeito que, por sua vez, tenta captar o significado desse mundo de uma forma particular e subjetiva. A integração é apenas um momento do processo, que possibilita chegar a 'novos questionamentos, novas buscas, para uma mudança na atitude de compreender e entender' (Fazenda, 2002, p. 49), mas não a uma síntese disciplinar.

Como opção metodológica, a interdisciplinaridade caracteriza-se por atividades pedagógicas organizadas a partir da interação entre os docentes. Essa interação, por sua vez, acontece devido ao diálogo e à busca por conexões entre os objetos de conhecimento das disciplinas. Sob esse ponto de vista, fazer interdisciplinaridade na escola é mais do que simplesmente promover condições para que o estudante estabeleça relações entre informações para construir um saber integrado. Ela reúne uma segunda condição, que consiste em estabelecer e manter o diálogo entre professores de diferentes disciplinas com o objetivo de estabelecer um trabalho integrado entre eles."

HARTMANN, Angela; ZIMMERMANN, Erika. O trabalho interdisciplinar no Ensino Médio: a reaproximação das "duas culturas". Em: *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências*, v. 7, n. 2, 2007. Disponível em: <www.cienciamao.usp.br/dados/rab/_otrabalhointerdisciplina.artigocompleto.pdf>. Acesso em: fev. 2016.

A diversidade dos sujeitos-estudantes como referência para a construção da Geografia escolar: uma reflexão sobre conteúdos geográficos significativos

A autora propõe reflexões sobre a importância da escolha de conteúdos de Geografia significativos para os estudantes.

"[...] A tarefa do ensino é a de tornar os conteúdos veiculados objetos de conhecimentos para o estudante, o que requer constante diálogo do sujeito do conhecimento, portador de uma cultura determinada, com esses outros objetos culturais, no sentido de atribuir-lhes significados próprios, o que é necessário para um processo de aprendizagem significativa.

Aprendizagem significativa é o resultado da construção própria de conhecimento. É a apropriação de um conteúdo de ensino pelo sujeito, o que implica uma elaboração pessoal do objeto de conhecimento. Um primeiro passo desse processo se dá com a mediação do professor, [...] pois é seu papel intervir no processo de construção de conhecimento pelo estudante. Para fazer essa mediação, ele conta com a cultura escolar, com o conjunto de conhecimentos sistematizados na ciência, no caso a geográfica, e estruturado pedagogicamente para compor os conhecimentos necessários à formação geral dos cidadãos.

Os conteúdos da Geografia escolar têm como base os resultados da ciência de referência e sua composição é constante. Atualmente, além de conteúdos tradicionais ainda considerados válidos, há uma infinidade de temas destacados pela Geografia cujo estudo é relevante para a formação básica das pessoas, como: os processos e as formas da natureza e de sua dinâmica; os impactos ambientais globais e locais; os impactos da globalização na produção de lugares diferentes e desiguais; os conflitos socioespaciais nas suas diferentes escalas, como a violência urbana de diferentes naturezas e proporções, conflitos como o que ocorre entre Palestina e Israel, entre o Movimento dos Sem-Terra e proprietários rurais no Brasil; as migrações e movimentos de população de todas as naturezas; os impactos do modo de vida urbano nas diferentes estruturações socioespaciais; as tecnologias, as mídias e a produção/divulgação de informações, as representações e os conhecimentos geográficos[1].

Esses são temas, sem dúvida, relevantes para se estudar em Geografia, mas a ideia é destacar a necessidade de o professor, como mediador do processo, ir além da apresentação desses fatos. A tarefa de formação própria ao ensino de Geografia é a de contribuir para o desenvolvimento de um modo de pensar geográfico, que compõe um modo de pensar sobre o mundo e a realidade que nos cerca. Para tanto, não basta apresentar os conteúdos geográficos para que os estudantes o assimilem, é preciso trabalhar com esses conteúdos, realizando o tratamento didático, para que se transformem em ferramentas simbólicas do pensamento. Não que os conteúdos sejam apenas pretextos para o desenvolvimento que se pretende; eles não podem ser assim encarados, pois são, de fato, informações, acontecimentos, fenômenos geográficos importantes em si mesmos.

Todo esse processo requer que a Geografia ensinada seja confrontada com a cultura geográfica do estudante, com a chamada Geografia cotidiana, para que esse confronto/encontro possa resultar em processos de significação e ampliação da cultura do estudante.

[...] Para desenvolver, então, um modo de pensar geográfico, é preciso que os estudantes, ao lidar com os signos e representações, formem conceitos que instrumentalizem esse pensamento. Esses conceitos permitem aos estudantes localizarem-se e darem significado aos lugares e às suas experiências sociais e culturais, na diversidade em que elas se realizam.

Em propostas construtivistas do ensino importa, então, trabalhar com conteúdos escolares que, tornando-se mediação simbólica dos objetos reais, interfiram na atividade do estudante como sujeito de conhecimento. Essa atividade, por sua vez, é impulsionada pela busca de atribuir significados aos conteúdos que lhe são apresentados.

[...] A relação dos estudantes com o espaço, com sua espacialidade, com abrangência e profundidade, requer instrumentos conceituais básicos. Esses instrumentos permitem uma leitura de mundo, de espaço[2]. Trata-se, então, de tomar como objeto de estudo geográfico na escola o espaço geográfico, entendido como um espaço social, concreto, em movimento, que requer uma análise interdependente e abrangente de elementos da sociedade e da natureza e das relações entre ambas.

[...] Outro aspecto a ser considerado na escolha de conteúdos significativos para o estudante

1 Alguns especialistas no campo do Currículo e da Didática têm discutido explicitamente propostas e práticas curriculares escolares orientadas por essa questão, como Candau (2000, 2003), Forquin (1993) e Moreira (2003).

2 Para uma leitura geográfica crítica, alguns conceitos são relevantes, como os de lugar, paisagem, território, região, natureza e sociedade. Além de conceitos geográficos que definem os conteúdos de ensino, devem ser trabalhados conteúdos procedimentais e valorativos, pois o desenvolvimento do estudante na escola não se restringe à sua dimensão intelectual, refere-se também às dimensões física, afetiva, social, moral e estética.

é a relevância social destes, pois, se é importante pensar na relevância que o conteúdo pode ter para o estudante, em sua vida e realidade imediatas, em sua diversidade, é também necessário não perder de vista a importância sociopolítica desse conteúdo, contextualizando-o, analisando seu potencial para compor uma análise crítica da realidade social e natural mais ampla, daí contemplando a diversidade da experiência dos homens na produção do espaço global e dos espaços locais.

Na Geografia, pode-se inserir esse debate da relevância de conteúdos na orientação de se trabalhar com o local e o global ao mesmo tempo. Conforme já foi destacado em outra parte do texto, a realidade social hoje é marcada pelo processo de globalização, e nesse processo encontra-se um elemento contraditório e interdependente, que é a reafirmação de culturas, de espacialidades, de experiências locais. A Geografia é uma ciência que estuda o espaço, na sua manifestação global e nas singulares. Sendo assim, os conteúdos geográficos precisam ser 'apresentados' para serem trabalhados pelos estudantes nessa dupla inserção: a global e a local.

[...] A cidade, considerada conteúdo escolar, não é concebida apenas como forma física, mas como materialização de modos de vida, como um espaço simbólico, formador de sentidos de pertinência e de identidade, fundamentais para a formação da cidadania. Sendo assim, seu estudo volta-se para desenvolver no estudante a compreensão do modo de vida da sociedade contemporânea e de seu cotidiano em particular. Além disso, contribui para o desenvolvimento de habilidades necessárias para os deslocamentos do estudante, seja nos espaços mais imediatos de seu cotidiano, seja em espaços mais complexos, que podem envolver uma rede de cidades.

[...] A cidade é um espaço multicultural, é o lugar da copresença, da coexistência. Analisando-se esse aspecto, algumas características têm sido apontadas como presentes nas grandes cidades e metrópoles contemporâneas, sobretudo quando se analisa as práticas espaciais de jovens, como os estudantes de Geografia e sua cultura. Entre elas, destaca-se a formação de guetos, de tribos, de gangues, de identidades globalizadas flexíveis, de territorialidades nômades[3].

[...] Compreende-se que a formação de identidades, compostas por subjetividades complexas, se dá numa teia de significações construídas socialmente, que interagem valores, sentidos e símbolos individuais do sujeito. Nesse processo, as identidades não possuem um núcleo cristalizado e essencialista, mas são formadas continuamente a partir de um quadro de referências complexo e contraditório, que atua dialeticamente em sociedades específicas e no indivíduo. Dessa forma, não cabem generalizações quanto a características da sociedade e dos espaços contemporâneos, assim como não cabe analisar práticas socioespaciais de jovens, formadoras de sua identidade, tendo como referência apenas seus processos de identificação sociais e culturais em metrópoles. É importante, dessa forma, que os professores estejam abertos e sensíveis ao diálogo com seus estudantes, buscando contribuir com o processo de atribuição de significados aos conteúdos trabalhados, a partir de cada contexto específico, de acordo com as representações dos estudantes, com suas diferenças, com sua diversidade.

Compreender qual é o conteúdo mais adequado, que mais sentido tem hoje para um trabalho escolar em Geografia, que possibilita e estimula o tratamento da diversidade dos estudantes, é de fato um avanço nas práticas de ensino. Porém, para cumprir bem o papel social da escola e de uma disciplina escolar no sentido da formação dos estudantes, é preciso que esse conteúdo seja trabalhado com eficiência, é preciso que as atividades de sala de aula sejam encaminhadas com base em métodos e procedimentos que permitam de fato trabalhar com esses conteúdos."

3 Alguns autores destacam-se em análises da cultura e espacialidades urbanas contemporâneas, como Rolnik, 1997; Almeida e Tracy, 2003; Carrano, 2002, 2003; Gomes, 2002; Hall, 1997, entre outros.

CAVALCANTI, Lana de Souza. In: CASTELLAR, Sônia (Org.). *Educação geográfica*: teorias e práticas docentes. São Paulo: Contexto, 2005. p. 71-77.

A arte de pensar o outro

Neste texto, o autor expõe seu pensamento sobre as funções da Geografia e do geógrafo.

"Toda vez que o conhecimento geográfico é projetado para um grupo de pessoas que vai trabalhar com planejamento, ele passa a ser altamente ético e humanitário. São os geógrafos que cuidam das relações entre homens, comunidades, sociedades e o meio ambiente em que esses componentes básicos do planeta, junto com a vida vegetal e animal, têm o seu hábitat.

O geógrafo tem que estar sempre atento à história em processo, que, em geral, é publicada parcialmente nos jornais do país e do mundo. Assim, pode inserir sua consciência crítica nos mais variados tipos de fatos acontecidos na face da Terra. Na realidade, não existe planejamento regional sem estudos básicos de geografia humana e social.

O que completa o caráter ético da geografia, sobretudo da antropogeografia, está sempre relacionado com aqueles dizeres básicos de Fernand Braudel: 'A história é a história de todas as histórias'. Os jornais, por exemplo, cuidam de todas as histórias, e é preciso ter um espírito seletivo para entender a história do cotidiano que, sinteticamente, está mostrando os processos de evolução dos acontecimentos na face da Terra.

O geógrafo precisa estar sempre bem-informado. Na realidade, precisa de todos os livros, todos os documentos (cartas topográficas, aerofotos e imagens de satélite) e de todos os fatos da história cotidiana, de todos os espaços de seu país e, possivelmente, do mundo.

O envolvimento político dos geógrafos é um envolvimento não personalizado. É político em termos de pressões para um planejamento correto dos governantes. É o que gosto de fazer. Não estou interessado na participação partidária; estou interessado na participação a favor do meu país, do meu povo e dos carentes, que estão mais próximos de mim, representantes das multidões que estão abaixo da linha da pobreza. Tenho um sentido de geografia humana que é certamente ético e humanístico.

Existe um campo da ciência que envolve uma apreciação dupla: arte e ciência. É assim que entendo os estudos básicos para o planejamento de endereço social. Pensar no humano como a figura básica do endereço social de planos, programas e projetos envolve uma sentimentalidade especial e permanente. Em um outro campo científico que emergiu da interdisciplinaridade, e que se volta para prever impactos de projetos dos mais diferentes, existe todo um caminho cruzado das ciências com a arte de pensar no futuro, face às peculiaridades dos projetos. Nesse sentido, penso que para servir os brasileiros de todas as regiões e, ao mesmo tempo, manter o suporte básico da economia nacional, políticos e grandes ricos deveriam trabalhar com muito conhecimento científico e grande participação da arte de pensar o outro."

AB'SABER, Aziz Nacib. *O que é ser geógrafo*: memórias profissionais de Aziz Ab'Saber. Rio de Janeiro: Record, 2007. p. 145-146.

Etapas na organização do estudo do meio

O texto a seguir discorre sobre a importância do estudo do meio para a formação integral dos estudantes, destacando algumas de suas etapas fundamentais.

"O êxito do Estudo do Meio depende de um trabalho de planejamento flexível, mas, certamente rigoroso, que envolve a partir do que podemos depreender do trabalho de Pontuschka, Paganelli e Cacete (2007), pelo menos sete etapas ou momentos. Assim, o roteiro a seguir não deve ser visto como negação de outras possibilidades de organização e, sim, como um determinado 'esquema estratégico', baseado na experiência acumulada pelos autores a respeito do tema.

O ponto de partida: encontro dos sujeitos sociais

O Estudo do Meio [...] é uma metodologia de ensino interdisciplinar na qual se buscam alternativas à compartimentalização do conhecimento escolar e à excessiva segmentação do trabalho docente. Seu ponto de partida, então, é a reflexão individual e coletiva sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas em determinada escola e o desejo de melhorar a formação do estudante, construindo um currículo mais próximo dos seus interesses e da realidade vivida. [...]

Nesse processo, busca-se, pelo exame das características do lugar/solo em que uma determinada unidade escolar deseja fincar suas raízes – ou seja, o exame de seus problemas, de seus desejos, enfim, de suas mais sérias questões – a seleção de temas e espaços a serem estudados e que poderiam tornar seu currículo e seu projeto educativo mais significativo para os estudantes. Ao privilegiar o estudo do lugar não se quer isolá-lo de outras escalas de análise possíveis e inter-relacionadas, nem que espaços mais distantes não possam ser escolhidos para serem estudados.

A opção pelo espaço e tema a serem estudados

Os espaços ou lugares a serem estudados em uma atividade de ensino desse tipo são variados e

podem estar situados nas adjacências da unidade escolar, tais como: o quarteirão, o bairro, o fundo de vale mais próximo, passando pelo município, tais como um distrito industrial, um prédio público e seus arredores, uma área de mata nativa, até lugares mais distantes como uma cidade histórica, um parque ecológico, uma barragem de hidrelétrica etc. A rigor, não existem 'lugares privilegiados' e não há também 'lugares pobres' para a realização dos Estudos do Meio. Em cada caso, o grande desafio que se apresenta aos seus realizadores é o processo de '[...] saber 'ver', saber 'dialogar' com a paisagem, detectar os problemas existentes na vida de seus moradores, estabelecer relações entre os fatos verificados e o cotidiano do estudante' (Pontuschka, 2004a, p. 260). Todavia, como alerta a mesma autora em outra obra:

> Escolher e optar não são práticas fortuitas, mas definidoras da vida. Escolher os meios a estudar é optar pelo currículo que se quer desenvolver. A escolha coletiva implica a organização coletiva. Esta se efetivará com a preparação prévia, com a definição dos instrumentos e das tarefas a ser desenvolvidas (2007, p. 176).

Os Estudos do Meio podem ser realizados em todos os níveis de ensino e, inclusive, nos processos de formação continuada de professores. Contudo, é preciso lembrar que sua realização, especialmente nos Ensino Fundamental e Médio, requer atenção especial dos organizadores quanto à segurança dos estudantes. Além da prévia autorização dos pais ou responsáveis e da contratação, quando necessária, de transporte e de alojamento, a elaboração dos roteiros de observação e pesquisa devem levar em consideração o estágio de desenvolvimento cognitivo e emocional dos estudantes. Deste modo, a definição do espaço a ser estudado não pode prescindir de uma prévia visita ao local e da identificação, considerando as características dos participantes, de um itinerário que não coloque em risco a sua segurança. [...]

A definição dos objetivos e o planejamento

Ainda que cada Estudo do Meio a ser realizado possua, em função dos interesses de seus organizadores e da própria natureza do espaço a ser estudado, finalidades mais específicas, seus objetivos mais gerais podem ser descritos, de acordo com Pontuschka, Paganelli e Cacete (2007, p. 177-178) da seguinte maneira:

- consolidação de um método de ensino interdisciplinar denominado estudo do meio, no qual interagem a pesquisa e o ensino;
- verificação de testemunhos de tempos e espaços diferentes: transformações e permanências;
- levantamento dos sujeitos sociais a ser contatados para as entrevistas;
- observações a ser feitas nos diferentes lugares arrolados para a produção de fontes e documentos: anotações escritas, desenhos, fotografias e filmes;
- compartilhamento dos diferentes olhares presentes no trabalho de campo mediante as visões diferenciadas dos sujeitos sociais envolvidos no projeto;
- coleta de dados e informações específicas do lugar, de seus frequentadores e das relações que mantêm com outros espaços;
- emersão de conteúdos curriculares disciplinares e interdisciplinares a ser contemplados na programação;
- produção de instrumentos de avaliação em um trabalho participativo;
- criação de recursos didáticos baseados nos registros;
- divulgação dos processos e do resultado.

Obviamente, [...] a esses objetivos mais gerais devem ser somados outros que, considerando as características e a potencialidade do meio escolhido para o estudo, conferirão sua pertinência e sua originalidade. [...]

O trabalho de campo

Uma das etapas fundamentais dos Estudos do Meio é o trabalho de campo. É preciso, entretanto, para evitar mal entendidos, que façamos alguns comentários a respeito. A ideia de ir a campo apenas como 'necessidade de sair da sala de aula' é um pouco perigosa. Pode, seguramente, esvaziar as potencialidades educativas dessa atividade como método de ensino e subestimar, obviamente, os momentos de aprendizagem realizados na sala de aula. Assim, as práticas de campo em um Estudo do Meio não devem ser caracterizadas como uma ocasião de ruptura do processo ensino-aprendizagem. Ao contrário, fazem parte dele, são momentos especiais, sem dúvida, mas que não se sustentam isoladamente. Não se desconsidera, evidentemente, a dimensão lúdica de uma saída de campo em um Estudo do Meio. O que queremos evitar é a sedimentação de estereótipos da sala de aula, 'naturalmente chata' sendo preciso 'retirar' os estudantes para 'passear de vez em quando' noutro lugar.

A pesquisa de campo é reveladora da vida, ou seja, por meio dela pretende-se conhecer mais sistematicamente a maneira como os homens e

as mulheres de um determinado espaço e tempo organizam sua existência, compreender suas necessidades, seus desejos, suas lutas com vitórias e fracassos. Assim, durante o trabalho de campo, educadores e educandos devem submergir no cotidiano do espaço a ser pesquisado, buscando estabelecer um rico diálogo com o espaço e, na condição de pesquisadores, com eles mesmos. É o momento de descobrir que o meio ou o espaço, na inter-relação de processos naturais e sociais, é uma Geografia viva (Pontuschka, 2006). Todavia, travar diálogos com o espaço pressupõe o domínio de conceitos e linguagens diversas de muitas disciplinas. O Estudo do Meio não prescinde, portanto, das características ou identidade das diversas disciplinas. São elas que, de fato, permitem compreender mais profundamente a dimensão social da organização do espaço e, ao mesmo tempo, da influência que essa organização exerce sobre a vida dos homens e mulheres que nele vivem. Compreendendo o meio como uma 'Geografia viva', é preciso ir a campo

> [...] sem pré-julgamentos ou preconceitos: liberar o olhar, o cheirar, o ouvir, o tatear, o degustar. Enfim, liberar o sentir mecanizado pela vida em sociedade, para a leitura afetiva que se realiza em dois movimentos contrários – negar a alienação, o esquema a rotina, o sistema, o preconceito – e afirmar o afeto da comunidade e da personalidade (Pontuschka, 2006, p. 12).

Ao romper as fronteiras dos territórios institucionalizados de aprendizagem – a sala de aula e a escola –, a pesquisa de campo permite a ampliação desse território levando, ao mesmo tempo, 'a sala de aula e a escola' para o mundo – um lugar ou situação mais específica ou particular deste mundo para ser pesquisado e estudado –, e o mundo – mais real ou concreto –, para dentro da sala de aula e da escola. Trata-se, portanto, de uma oportunidade, como afirma Thompson (1998) falando mais especificamente do trabalho de campo na realização da História Oral, de gerar ocasiões de aprendizagem para além de seus tradicionais abrigos institucionais.

[...]

A sistematização dos dados coletados na pesquisa/trabalho de campo

O Estudo do Meio não se encerra com o trabalho de campo. Considerando as características dos sujeitos envolvidos e as possibilidades e os limites materiais oferecidas pela escola,

> A partir dele se inicia um processo de sistematização, extremamente cuidadoso, de todo o material obtido e registrado nos desenhos, nas fotografias, nos poemas, nas anotações, no falar dos moradores. Os múltiplos saberes, agora enriquecidos pelas várias experiências e saberes conquistados no campo, se encontram na sala de aula (Pontuschka, 2004b p. 13).

Desta forma, no primeiro contato entre os participantes do Estudo do Meio, conduz-se uma exposição livre das sensações experimentadas perguntando-se ao grupo os fatos que foram mais importantes ou significativos para cada pessoa. Neste compartilhar de sentimentos e ideias, a subjetividade presente nas impressões mais pessoais de cada um, nos registros escritos e nos desenhos se enriquece e, na inter-relação com outras subjetividades, surgem novos sentidos, novas compreensões. A visão fragmentária perde força e inicia-se um processo de síntese no qual os envolvidos no trabalho se descobrem como seres interdisciplinares (Freire, 2000).

O momento seguinte é o da construção do conhecimento, ou seja, da análise do material coletado na pesquisa de campo, de pensar coletivamente o que revela o conjunto dos registros. Começam a aparecer os nexos, os significados, as contradições e aspectos relevantes, mas talvez pouco conhecidos da história do lugar estudado, que ganham visibilidade. Que eixos temáticos afloram? Como tudo isso se insere ou pode ser inserido no currículo? Que material podemos construir? O resultado pode ser um vídeo-documentário, um ensaio fotográfico, um mural, um teatro, um artigo, ou materiais didáticos mais específicos que, posteriormente, devem ser adequadamente socializados, compartilhados.

Avaliação e divulgação dos resultados

Como todo trabalho educativo, a avaliação permite aos seus participantes apreciar os resultados, aprimorar os processos e, sempre que necessário, redefinir seus objetivos. É importante, também, que na medida do possível, a equipe responsável possa divulgar seus resultados. Deve haver, oportunamente, a preocupação ética e política de comunicar às comunidades, aos homens e mulheres que residem nos lugares estudados e pesquisados, os resultados dessa atividade, pois estes, como afirma Yves Lacoste (2006, p. 78) fazendo referência ao trabalho de campo desenvolvido pelos geógrafos, "conferem poder a quem os detém". Assim, os possíveis benefícios produzidos pela realização dos Estudos do Meio podem extrapolar as fronteiras da escola que o organizou.

LOPES, Claudivan S.; PONTUSCHKA, Nídia N. Estudo do meio: teoria e prática. Em: *Geografia* (Londrina), v. 18, n. 2, 2009. Disponível em: <www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/2360/3383>. Acesso em: fev. 2016.

6 BIBLIOGRAFIA COMENTADA

AB'SABER, Aziz Nacib. *O que é ser geógrafo*: memórias profissionais de Aziz Ab'Saber. Rio de Janeiro: Record, 2007.

Depoimento do geógrafo Aziz Ab'Saber à jornalista Cynara Menezes sobre a sua história, sua formação e os percursos da sua vida profissional.

ALMEIDA, Rosângela Doin de (Org.). *Novos rumos da cartografia escolar*: currículo, linguagem e tecnologia. São Paulo: Contexto, 2011.

Diversos especialistas discutem novas metodologias para o ensino da cartografia escolar, que abrange conhecimentos e práticas para o ensino de conteúdos originados na própria cartografia, mas conta também com conceitos de diversas áreas.

CACETE, Nuria Hanglei; PAGANELLI, Tomoko Iyda; PONTUSCHKA, Nídia Nacib. *Para ensinar e aprender Geografia*. São Paulo: Cortez, 2007.

Discute a formação docente, apontando caminhos para que a disciplina da ciência geográfica cumpra seu papel nas escolas de ensinos Fundamental e Médio.

CALLAI, Helena Copetti. *A formação do profissional de Geografia*. Ijuí: Editora Unijuí, 2013.

Dá especial atenção aos processos de ensino-aprendizado em Geografia como uma forma de refletir sobre a atuação do profissional da ciência geográfica, tendo em vista a qualidade do trabalho do professor e o futuro dos jovens estudantes.

CASTELLAR, Sônia (Org.). *Educação geográfica*: teorias e práticas docentes. São Paulo: Contexto, 2005.

Reunião de textos de especialistas em didática e metodologia do ensino em Geografia, além de geógrafos. Trata de temas como cartografia temática e alfabetização, conceitos geográficos, formação de professores, jogos e situações-problema.

HENGEMÜHLE, Adelar. *Significar a educação*: da teoria à sala de aula. Porto Alegre: Edipucrs, 2008.

Oferece reflexões e caminhos para novas práticas pedagógicas que visam dar sentido e significado da educação escolar para os estudantes da Educação Básica.

KOZEL, Salete; MENDONÇA, Francisco (Org.). *Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea*. Curitiba: Editora UFPR, 2009.

Dividido em três partes, reúne reflexões acerca das linhas de pensamento da Geografia. As Geografias Crítica, Ambiental e Cultural são analisadas por importantes geógrafos, que retratam as tendências de pensamento na ciência geográfica no Brasil.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; PONTUSCHKA, Nídia Nacib. *Geografia em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2002.

Dividido em cinco partes, traz uma coletânea de textos de especialistas da Geografia e aborda temas importantes sobre didática e prática de ensino.

PHILIPPI JR., Arlindo; FERNANDES, Valdir (Eds.). *Práticas da interdisciplinaridade no ensino e pesquisa*. Barueri: Manole, 2015.

A obra compila textos de diferentes estudiosos sobre reflexões e práticas desenvolvidas por docentes e pesquisadores que atuam no ensino e na pesquisa.

REGO, Nelson; SUERTEGARAY, Dirce; HEIDRICH, Álvaro (Org.). *Geografia e educação*: geração de ambiências. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2000.

Traz importantes e interessantes reflexões sobre a prática docente e que possibilitam uma compreensão mais profunda e concreta do espaço vivido.

___; CASTROGIOVANNI, Nestor; KAERCHER, André (Org.). *Geografia – práticas pedagógicas para o Ensino Médio*. v. 2. Porto Alegre: Penso, 2011.

Apresenta uma análise histórica do ensino de Geografia no Brasil, oferecendo diversos caminhos para novas práticas.

SOLÉ, Izabel. *Estratégias de leitura*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Tendo como premissa que um dos objetivos da leitura é ler para aprender, o livro tem como objetivo auxiliar educadores de quaisquer disciplinas a utilizar estratégias de leitura que permitam aos estudantes interpretar e compreender os textos escritos.

TONINI, Ivaine Maria. *Geografia escolar*: uma história sobre seus discursos pedagógicos. Ijuí: Unijuí, 2006.

Nesta obra a autora apresenta as discussões conceituais que geraram os diversos entendimentos da Geografia na atualidade.

ZABALA, Antoni. *A prática educativa – como ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

A partir de uma perspectiva de análise e reflexão da prática educativa, o autor trata das relações interativas na sala de aula, do papel de estudantes e professores, da distribuição do tempo e da organização dos conteúdos.

___ (Org.). *Como trabalhar os conteúdos procedimentais em aula*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

De forma prática, orienta a trabalhar 42 conteúdos procedimentais (saber fazer) de diferentes áreas do conhecimento.

ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS

UNIDADE 1 ETNIA, DIVERSIDADE CULTURAL E CONFLITOS

A coexistência entre povos marca a história da humanidade em diferentes espaços geográficos. No entanto, conflitos étnicos, preconceitos e intolerância também acompanham a trajetória do ser humano. Mas, por trás de muitos conflitos, justificados por suposta superioridade racial ou religiosa, estão em jogo interesses econômicos, políticos e disputas territoriais.

Temas como diversidade étnico-cultural no contexto da modernidade; questões étnicas no Brasil; conflitos étnico-nacionalistas e separatismo; e terrorismo são alguns dos temas explorados nesta *Unidade*, à luz das disputas geopolíticas no contexto da nova ordem mundial.

Conexão – Mapeamento das atividades interdisciplinares – Unidade 1			
Capítulo	Título	Disciplinas envolvidas	Principais conexões
1	*Progresso americano*	Arte História	Pintura alegórica História dos Estados Unidos Destino Manifesto
	Cultura ou civilização	Sociologia	Conceito de cultura e de civilização
	Erro de português	Língua Portuguesa	Modernismo brasileiro Movimento antropofágico
	Pestana	História Língua Portuguesa	Escravidão no Brasil e suas consequências sociais Gênero textual: cartum
2	Protestos no muro da Cisjordânia	Arte História	Cubismo Guerra Civil Espanhola
3	Os medos do regime	Língua Portuguesa Sociologia	Gênero textual: poema Ditaduras e regimes totalitários
	Memória da ditadura	Arte História	*Pop art* Ditadura militar no Brasil

CAPÍTULO 1 ETNIA E MODERNIDADE

Síntese e objetivos

Ao longo dos séculos XIX e XX, o mundo conheceu em escala global a disseminação da visão de mundo, do modo de vida e dos valores construídos pela civilização ocidental. Nesse contexto, embora mantivessem seus valores e tradições específicos, sociedades coesas e de cultura milenar – como a japonesa, a chinesa, a sul-coreana e a indiana – adotaram em linhas gerais as estruturas ocidentais, em vista da necessidade de se inserirem nos padrões do mercado mundial, seguindo a estrutura político-administrativa de Estado-nação, os padrões urbanos e industriais, a produção e a geração de serviços em larga escala e os avanços tecnológicos.

A modernidade e suas implicações são abordadas neste capítulo com base em questões relacionadas à diversidade e ao choque de culturas, buscando explicar a incidência de conflitos étnicos no mundo e refletir sobre como a discriminação ocorre no Brasil.

Os principais temas e conceitos tratados no capítulo são: diversidade cultural, etnocentrismo, cultura, civilização, modernidade, características da civilização ocidental, Terras Indígenas, afrodescendência e comunidades quilombolas.

O objetivo é que, com esse estudo, os estudantes desenvolvam as habilidades de:

- entender o conceito de etnia;
- compreender e diferenciar os conceitos de etnocentrismo e relativismo cultural;
- compreender e diferenciar os conceitos de cultura e civilização;
- analisar aspectos da formação da civilização ocidental e da modernidade;
- perceber a função das empresas multinacionais e da indústria cultural na difusão e na reprodução da modernidade;
- assumir postura crítica em relação à manipulação realizada pela mídia em geral;
- entender o conceito de nação;
- respeitar e valorizar a diversidade cultural, visando uma convivência pacífica com cidadãos de diferentes etnias, credos e culturas;
- refletir sobre a situação de indígenas, afrodescendentes e outras minorias na sociedade brasileira atual, tendo em vista o processo histórico do país;
- discutir e posicionar-se criticamente em relação às políticas de ações afirmativas;
- refletir sobre a influência da publicidade e das notícias veiculadas nos meios de comunicação;
- conscientizar-se da importância da tolerância e do respeito para coibir discriminação racial, preconceito, xenofobia e conflitos étnicos;
- compreender dados apresentados na forma de tabelas;
- ler e analisar história em quadrinhos, obras de arte, cartuns, gráficos e poema.

Sugestões de respostas e comentários

Contexto – Racista, eu!? (p. 12)

1. A difusão desse tipo de publicação em escolas é uma ação preventiva contra os preconceitos social, religioso e racial/étnico. A discussão desses temas ainda é válida na conjuntura atual, em virtude da intensificação do fluxo de imigrantes da África e do Oriente Médio para o continente europeu nas últimas décadas e da reação negativa a esses grupos por parte da sociedade. O crescimento da hostilidade agravou-se com a sucessão de atentados terroristas ligados a organizações islâmicas fundamentalistas nas duas primeiras décadas do século XXI.

2. No último quadrinho, a mãe revela ignorância do que seja um vegetariano. De qualquer modo, a sua atitude é de preconceito e medo quanto a tudo que lhe seja estranho ou não faça parte da sua cultura.

Conexão – Arte e História – *Progresso americano* (p. 14)

- Os fios telegráficos; as caravanas; lavrador arando o solo; e a ferrovia. Percebe-se também que o espaço da tela mais iluminado é o que representa esses elementos civilizatórios, enquanto o lado em que estão representados os animais selvagens e os indígenas está mais escuro e sombrio.

Conexão – Sociologia – Cultura ou civilização (p. 15)

1. Porque a cultura é formada pelas realizações materiais (habitação, vestimentas, utensílios e técnicas) e também pelas não materiais (crenças, modos de vida, tradições culturais e históricas de um povo).

2. Resposta pessoal. Cabe comentar com os estudantes que, quando se fala em civilização ocidental ou oriental, a referência é ao conjunto das sociedades que as compõem, as quais, além do espaço geográfico que habitam, possuem raízes comuns ou derivaram umas das outras. Dentro de cada uma delas, no entanto, há diversas referências étnicas, linguísticas e religiosas, que nos permitem classificá-las em cultura judaico-cristã, cultura árabe, cultura chinesa, cultura indiana, cultura francesa etc.

Leitura e discussão – Manipulando as mentes (p. 18)

- Resposta pessoal. Os mecanismos desenvolvidos pelos meios de comunicação objetivam estimular o consumismo e difundir valores; no entanto, é preciso ressaltar a possibilidade de estruturar uma educação familiar e escolar voltada para questionar as mensagens das mídias levando as pessoas à reflexão e à consciência.

Compreensão e análise 1 (p. 19)

1. A partir do século XV, os europeus dominaram povos em todo o mundo, integrando-os ao capitalismo comercial. Desde então, impuseram a cultura europeia aos povos conquistados ao longo dos séculos (América, África, Ásia e Oceania). A Revolução Industrial difundiu da Europa para o mundo novas relações de trabalho e produção, ampliando enormemente o comércio internacional. Os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa foram divulgados em várias partes do globo, sendo responsáveis pelos processos de independência e pela derrubada de diversas monarquias. Na atual fase de globalização, os avanços tecnológicos permitem a difusão imediata não só da informação como das mercadorias e dos serviços que são lançados.

2. a) O etnocentrismo. A visão etnocêntrica avalia o mundo e os diferentes grupos étnicos que o compõem a partir de valores e padrões de comportamento aceitos pelo seu próprio grupo. Nesse sentido, serviu, e serve, para legitimar a opressão de comunidades étnicas distintas e a conquista de povos e territórios por grupos que se consideram superiores. Essa visão do mundo pode justificar o desprezo por outros grupos ou culturas e, portanto, o racismo.

b) Stuart Mill exalta o colonialismo. Declara a necessidade de expansão das atividades econômicas e a anexação dos territórios onde vivem grupos de "homens ignorantes, impotentes, verdadeiras crianças débeis", incapazes de realizar qualquer ação em comparação com os "povos civilizados".

3. a) Etnia ou grupo étnico; b) Evolucionismo cultural; c) Relativismo cultural; d) Iluminismo.

Conexão – Língua Portuguesa – Erro de português (p. 21)

- "Vestir o índio" no poema representa a imposição pelos portugueses dos seus valores e de suas convenções sociais e morais. Ironicamente, o poeta aponta que, se o inverso tivesse acontecido, o indígena é que teria libertado o português de suas convenções ("O índio tinha despido o português.").

Leitura e discussão – Tecnologia e cosmologia (p. 22)

- Resposta pessoal. Vale comentar com os estudantes que as culturas são dinâmicas e que empréstimos ou assimilações de tecnologias entre os povos sempre existiram. Muito dos hábitos dos não indígenas vêm de diversas culturas. As tecnologias podem ser usadas pelos povos indígenas como instrumento de registro, reflexão e fortalecimento de sua cultura. Mas é importante ressaltar que a identidade indígena não pode ser condicionada e exclusiva de um "tipo ideal" de indígena e que eles, assim como

qualquer outro povo, podem entrar em contato com outras culturas e acabar por se transformar. A questão é que ao longo da história eles não escolheram se queriam ou não passar por esse processo, pois o contato com os colonizadores europeus teve caráter de dominação e imposição.

Conexão – História e Língua Portuguesa – Pestana (p. 24)

- O cartum ironiza a situação de muitos afrodescendentes num local específico: a Praça Princesa Isabel, nome dado em homenagem à princesa que aboliu a escravidão no Brasil, cujos reflexos na sociedade são vistos ainda hoje, com afrodescendentes no subemprego, ganhando salários menores e sendo vítimas de preconceito. Em suma, a abolição sozinha não foi capaz de igualar os direitos dos brancos e africanos e seus descendentes.

Olho no espaço – Mapa da violência (p. 28)

- Análise pessoal. É importante ressaltar alguns pontos após a análise realizada pelos estudantes. A diferença entre o número de homicídios entre brancos e negros é gritante. Nota-se que no Brasil, para cada branco assassinado, registram-se quase três negros. Na Região Nordeste a diferença é alarmante: a relação entre os dois grupos discriminados na tabela é de 1 branco para cerca de 11 negros. A Região Sul é a única em que o número de homicídios vitimiza mais a população branca do que a negra (vale lembrar que na Região Sul os negros são minoritários).

  Quando se analisa os dados gerais do Brasil, nota-se que enquanto houve uma queda no número absoluto de homicídios na população branca, entre 2003 e 2012, o número de homicídios da população negra aumentou.

  Esses dados mostram a necessidade de políticas de segurança pública mais adequadas para combater a vulnerabilidade dos espaços habitados pelos segmentos sociais mais pobres, formados em sua grande maioria pela população afrodescendente.

Ponto de vista – O uso do termo raça (p. 29)

1. Os significados básicos para o termo podem ser vistos nas abordagens sociológicas e biológicas. A primeira designa um grupo humano ao qual se atribui determinada origem e cujos membros possuem características mentais e físicas comuns; designa, na verdade, as características políticas ou culturais desse grupo, decorrentes de sua história comum. A segunda designa um grupo de indivíduos que têm uma parte significativa de seus genes em comum, e que podem ser diferenciados dos membros de outros grupos a partir desses genes.
2. O racismo se explicita quando, além de classificar os indivíduos, é aplicada a ideia de superioridade de um grupo em relação a outro, com base em preconceitos.

Compreensão e análise 2 (p. 30)

1. A escravidão de africanos e seus descendentes por mais de três séculos trouxe consequências para a sociedade brasileira. No que diz respeito ao trabalho, ainda hoje, os afrodescendentes exercem funções de pouco prestígio e subalternas, recebem salários menores que os brancos e ficam mais sujeitos ao desemprego por conta do preconceito.
2. Os gráficos mostram a polarização de rendimento existente entre a população branca e a população preta ou parda. Enquanto o 1% mais rico da população é formado por mais de 80% de brancos, os pretos e pardos compõem a maioria dos 10% mais pobres, cerca de ¾ desse grupo. Entre 2004 e 2013, apesar da pequena evolução da participação da categoria preta e parda entre os 1% mais ricos (+2%), esse grupo agregou mais 4,2% aos 10% mais pobres, passando de 71,8% a 76,0%. A mudança ocorrida com a população branca foi inversa: perdeu participação entre os mais ricos e os mais pobres. Lembre os estudantes de que a soma das categorias preta e parda corresponde ao total da categoria negra, de acordo com o IBGE, e que a população negra representava 52,9% da população brasileira em 2013.
3. Os ameríndios eram os únicos habitantes das terras que formariam o território brasileiro quando os portugueses aqui chegaram, em 1500. O decréscimo dessa população deveu-se aos massacres imprimidos pelos colonizadores e às doenças contraídas no contato com eles, para as quais os nativos não tinham defesas naturais. A elevação populacional ameríndia verificada entre 2000 e 2010 deveu-se à maior atenção à causa indígena por pressões dessas comunidades e de setores progressistas da sociedade e à demarcação de suas terras.

CAPÍTULO 2 CONFLITOS ÉTNICO-NACIONALISTAS E SEPARATISMO

Síntese e objetivos

O mundo globalizado traz em seu bojo uma contradição: ao mesmo tempo em que a modernidade se reproduz em escala mundial, levando a uma ampla homogeneização de hábitos e integração de mercados, reforçou-se a noção de nacionalidade e alastrou-se o número de conflitos étnico-nacionalistas, muitos deles de caráter separatista.

Neste capítulo, são discutidas as lutas pela independência e pela afirmação da identidade nacional, partindo das peculiaridades de cada luta e dos diferentes contextos histórico-geográficos. Os conceitos de nacionalismo e limpeza étnica são trabalhados no contexto dos conflitos étnicos presentes em diversas regiões do mundo.

O objetivo é que, ao final do estudo deste capítulo, os estudantes possam:

- situar a questão dos conflitos étnico-nacionalistas em relação à globalização;
- relacionar visões nacionalistas extremistas a situações de racismo e xenofobia;
- compreender os principais fatores dos conflitos separatistas de cunho nacionalista, discutindo-os a partir das peculiaridades e do contexto de cada etnia/nação;
- analisar e compreender os conflitos étnico-nacionalistas na Europa e as questões geopolíticas, econômicas e religiosas envolvidas;
- reconhecer a responsabilidade dos colonizadores e das superpotências em relação aos conflitos na África surgidos após a Segunda Guerra Mundial;
- entender os conflitos étnico-nacionalistas na Ásia e as questões geopolíticas, econômicas e religiosas envolvidas;
- compreender as implicações históricas, econômicas e étnicas dos conflitos do Oriente Médio;
- relacionar a expressão artística a um meio de protesto;
- aprimorar a habilidade de leitura de mapas e de textos.

Sugestões de respostas e comentários

Contexto – Nações e nacionalismo no novo século (p. 31)

1. A queda do Muro de Berlim, que simbolizou o final da Guerra Fria.
2. Com o final da Guerra Fria surgiram novos países, formados pelo desmembramento da União Soviética, pelo fim da Iugoslávia, pela divisão da Tchecoslováquia etc.
3. A guerra assimétrica ocorre quando as forças combatentes são muito desiguais. O termo normalmente é empregado para caracterizar o combate ao terrorismo ou aos movimentos guerrilheiros pelas Forças Armadas de determinado Estado.

Compreensão e análise 1 (p. 42)

1. Os conflitos étnico-nacionalistas estão relacionados, de modo geral, à formação de Estados que abrigam diversas nações. As principais razões desses conflitos são: a não aceitação das diferenças étnicas e culturais, a existência de privilégios impostos pela supremacia de um grupo sobre outro, interesses econômicos de determinados grupos sociais e o desejo de nações de constituírem seus próprios Estados.
2. Trata-se da questão basca, cuja organização "Pátria Basca e Liberdade", conhecida como ETA, criada durante a ditadura de Franco, no final dos anos 1960, tinha o objetivo de pressionar o governo espanhol, por meio de atentados, a reconhecer a independência total do País Basco. O ETA renunciou à luta armada em 2010 e, em 2011, o partido político separatista basco legalizou-se e pretende lutar pelo separatismo por via parlamentar.
3. Trata-se do IRA (Irish Republican Army, na sigla em inglês), Exército Republicano Irlandês, um grupo paramilitar católico cujo objetivo era separar a Irlanda do Norte do Reino Unido e anexá-la à República da Irlanda. Visavam desestabilizar o governo britânico por meio de atentados. Em 1998, renunciaram à luta armada e assinaram um acordo de paz, concluído em 2005 com a deposição das armas pelo grupo e a libertação dos presos políticos da organização pelo Reino Unido.

4. O conflito chegou ao ápice no mesmo ano da publicação do artigo. O governo georgiano lançou um cerco à Ossétia do Sul para conter o movimento separatista, contando com o possível apoio do Ocidente não ocorrido. O exército georgiano acabou entrando em conflito direto com a Rússia (Guerra Russo-Georgiana), que apoiava as duas regiões separatistas. As tropas georgianas foram derrotadas na Ossétia do Sul e, em tais circunstâncias, tanto a Ossétia do Sul como a Abecásia conquistaram a independência.

Leitura e discussão – A violência no Sudão do Sul (p. 45)

1. O conflito anterior foi uma guerra separatista que opunha o governo muçulmano do Sudão, centralizado na capital Cartum no centro-norte do país, aos habitantes do sul de religião cristã e animista, que não se sentiam representados por ele. Ambas as regiões (norte e sul) são ricas em petróleo, fator que aguçou ainda mais a luta pela independência do país, conquistada em 2011 após décadas de conflito. O conflito atual, não menos violento, foi provocado por uma disputa interna de poder ente o governo atual e o ex-presidente destituído em 2013, dando origem a uma guerra civil.
2. Ambos foram marcados por extrema violência e atrocidades, e os governos foram acusados de cometerem crimes de guerra, genocídio e outras violações dos direitos humanos contra a população.

Conexão – Arte e História – Protestos no muro da Cisjordânia (p. 52)

1. Faz referência ao bombardeio sofrido pela cidade de Guernica (Espanha), durante a Guerra Civil Espanhola. Assim como *Guernica* simboliza a catástrofe causada pela guerra, o mural colado simboliza o horror do conflito entre israelenses e palestinos.
2. As imagens fragmentadas, decompostas em partes ou planos diferentes, simbolizam nas duas obras os corpos estilhaçados pela destruição resultante da Guerra Civil Espanhola e do conflito árabe-israelense.

Olho no espaço – Curdistão (p. 54)

- A terra ocupada pela população curda está distribuída entre os seis países que abrigam a região do Curdistão, situação que torna pouco provável a criação de um país nos limites que estão definidos pela distribuição da população curda.

Ponto de vista – *O diário de Zlata* (p. 58)

- Resposta pessoal. Em 1992, Bósnia-Herzegovina declarou sua independência da Iugoslávia após um referendo boicotado pelos sérvios que lá viviam. A Bósnia é etnicamente heterogênea, sendo formada por bósnios, croatas e sérvios. A declaração de independência pela maioria bósnia de origem muçulmana foi seguida por uma reação imediata dos sérvios, dando início a uma guerra civil. Os sérvios da Bósnia foram apoiados pelo exército da ex-Iugoslávia provocando o maior conflito na Europa após a Segunda Guerra Mundial.

Compreensão e análise 2 (p. 59)

1. a) Sudão do Sul.
   b) O petróleo. O Sudão do Sul detém as maiores reservas, mas depende dos oleodutos do Sudão, que passam por refinarias para a exportação realizada pelo Porto do Sudão.
2. a) Trata-se da Caxemira. O Paquistão controla o norte, a Índia controla o sul e a China administra uma parte da região oriental.
   b) Na Índia, a maioria da população é hindu, e na região da Caxemira predominam os muçulmanos. Apesar de 75% do território da Caxemira ser dominado pela Índia, a guerrilha muçulmana separatista quer anexá-la ao Paquistão, que controla outra parte da região onde a maioria é muçulmana.
   c) O conflito na Caxemira é motivo de tensão internacional porque pode provocar uma guerra entre o Paquistão e a Índia, países que possuem arsenais nucleares.
3. As regiões A e B são, respectivamente, o Xinjiang e o Tibet. As duas tornaram-se independentes da China no início do século XX, mas foram reincorporadas ao território chinês após a revolução socialista de 1949. Ambas estão em conflito com o governo de Beijing pela independência.

CAPÍTULO 3 FACES DO TERRORISMO

Síntese e objetivos

O limiar do século XXI foi marcado por atentados terroristas de grande proporção. Neste capítulo procura-se delinear um histórico da trajetória do terrorismo entre o final do último século e o início do atual, discutir suas principais características e mostrar por que o terrorismo passou a ocupar o centro das preocupações geopolíticas dos Estados-nações hegemônicos. Ao mesmo tempo, mostra-se que essa estratégia de luta não é apenas um conjunto de atos de violência praticados por grupos radicais armados que atuam clandestinamente, mas é também um instrumento utilizado por diversos Estados na perseguição e na eliminação de seus opositores. Os conceitos e temas principais discutidos ao longo do capítulo são: terrorismo, fundamentalismo, democracia e contraterrorismo.

Com o estudo do capítulo, espera-se que os estudantes possam:

- compreender o conceito de terrorismo;
- entender como se dão as lutas armadas contra poderes estabelecidos de forma legítima ou ilegítima;
- compreender as peculiaridades do terrorismo contemporâneo e sua relevância no século XXI;
- analisar as relações entre terrorismo e fundamentalismo islâmico e suas causas históricas, como os sucessivos fracassos políticos e econômicos dos governos e as interferências externas nos países muçulmanos, sobretudo dos Estados Unidos;
- entender a doutrina da guerra preventiva, ou contraterrorismo;
- compreender e posicionar-se criticamente em relação ao terrorismo de Estado;
- relacionar algumas ações de prevenção ao terrorismo a violações de princípios democráticos básicos, como os direitos civis;
- refletir sobre a influência dos meios de comunicação na propagação de uma visão distorcida da realidade no que diz respeito a relações entre muçulmanos e ataques terroristas;
- ler e interpretar textos de diferentes gêneros e relacioná-los ao conteúdo exposto;
- analisar imagens e relacioná-las ao tema abordado.

Sugestões de respostas e comentários

Contexto – Os ataques de 13 de novembro (p. 60)

1. Trata-se do Estado Islâmico. A organização terrorista ocupa grandes extensões de terra na Síria e no Iraque. Lembrar os estudantes de que essa organização surgiu no norte do Iraque com o nome de Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EIIL). Atualmente, chamado de Estado Islâmico, é um grupo formado por sunitas (uma das divisões da religião muçulmana) radicais.
2. As cores azul, vermelha e branca (cores da bandeira da França) do cartaz; os dizeres "eles adoravam a França" e "eram vermelho e azul"; e o local do memorial, a Praça da República, emblemática aos valores democráticos parisienses.

Compreensão e análise 1 (p. 70)

1. A Al-Quaeda foi criada no final da década de 1980, por Osama Bin Laden, com a fusão de grupos armados inspirados no fundamentalismo islâmico (mujahedins) que lutaram contra a União Soviética no Afeganistão (Guerra Afegã-soviética). Transformou-se numa rede internacional com seguidores em diversos países do mundo e mantém relações estratégicas com o Boko Haram, na Nigéria, e o Talibã, no Paquistão e no Afeganistão. Dirige a sua luta para a formação de uma futura nação islâmica e declarou uma guerra santa contra os Estados Unidos e Israel, principal aliado estadunidense no Oriente Médio.

O Talibã também foi gestado durante a Guerra Afegã-soviética. Governou o Afeganistão por cinco anos, entre 1996 e 2001, e implantou um governo fundamentado na interpretação radical da lei islâmica e num regime repressivo, sobretudo às mulheres, que ficaram confinadas em suas casas e proibidas de estudar e trabalhar. Hoje o grupo luta para derrubar o governo afegão e implantar seus valores fundamentalistas nas regiões que ainda dominam no Afeganistão e no Paquistão. Mantém relações com a Al-Qaeda e abrigou Osama Bin Laden após os atentados de 11 de setembro de 2001.

O Estado Islâmico é resultante da dissolução da Al-Qaeda no Iraque, criada durante a ocupação do país por tropas do Ocidente. Foi criado em 2014, ano em que seu líder Abu Bakr al-Baghdadi proclamou a formação oficial do Califado do Estado Islâmico, em terras do Iraque e da Síria, e tornou-se califa do novo "Estado". O grupo terrorista chocou o mundo com crimes bárbaros e, a partir de 2015, passou a patrocinar atentados em outras partes do mundo, como os de Paris.

O Boko Haram é um grupo extremista nigeriano que luta contra o governo e pretende instalar uma nação islâmica em seu país. Em 2015, anunciou o compromisso de lealdade ao Estado Islâmico, mas também recebe apoio da Al-Qaeda. Entre as crueldades praticadas pelo grupo, inclui-se o sequestro de milhares de meninas.

2. a) As mortes por terrorismo têm aumentado dramaticamente ao longo dos últimos 15 anos.

b) A expansão do terrorismo coincidiu com a invasão do Iraque, liderada pelos Estados Unidos, em 2003 (A). Ocorreu uma queda do número de vítimas a partir de 2007 com o aumento das forças militares estadunidenses no Iraque, mas voltou a aumentar a partir da Guerra Civil Síria, iniciada em 2011 (B). Esses acontecimentos desorganizaram politicamente esses países, criando condições para a expansão e a reorganização dos grupos islâmicos fundamentalistas. Reforçaram sobretudo a formação do Estado Islâmico.

c) Dois países, Iraque e Nigéria, são responsáveis por pouco mais da metade de todas as mortes ocorridas por atentados terroristas em 2014.

Conexão – Língua Portuguesa e Sociologia – Os medos do regime (p. 72)

- Resposta pessoal. As ditaduras e os regimes totalitários se alimentam da insegurança coletiva. As pessoas são constantemente acuadas em função de uma lógica de funcionamento das instituições: a imprevisibilidade das ações do Estado. Nesse sentido, os direitos e as salvaguardas individuais e sociais, que deveriam ser garantidos pelo Estado, são por ele usurpados.

Conexão – Arte e História – Memória da ditadura (p. 74)

1. Resposta pessoal. Do ponto de vista formal, a obra de Rubens Gerchman apresenta-se como um cartaz ou uma propaganda de jornal ou revista. Do lado esquerdo da tela, as imagens são representadas como se estivessem sendo projetadas por uma película de cinema. Do lado direito da tela, o texto está embutido em faixas alternadas de cores verde e vermelha, criando a sensação de repetição de imagens, como uma produção em série.

2. Enquanto na *pop art* a temática está focada na sociedade de consumo, nos objetos e nas celebridades que produz, a obra *Os desaparecidos* apresenta, como um discurso político, uma crítica à ditadura e dá voz às vítimas da violência.

Ponto de vista – Brasileiros contam experiência em região tida como "ninho de terroristas" (p. 80)

1. A expressão foi usada pelo fato de que viviam no local diversos extremistas de origem islâmica envolvidos nos ataques a Paris, em novembro de 2015, o que acentuou a "má fama do bairro". Vale informar aos estudantes que a "má fama" vem de antes dos atentados de Paris, por lá terem passado ou vivido outros acusados de envolvimento com terrorismo (atentado aos trens de Madri, em 2004; atentado ao Museu Judaico de Bruxelas, em 2014; ataque ao trem Paris-Amsterdã, em 2015).

Porém, é importante ressaltar que generalizações desse tipo, vinculando os extremistas radicais à enorme população do bairro, acabam por estigmatizar seus habitantes, que em sua maioria trabalham e vivem de forma pacífica. A estigamatização contra o bairro alimenta um círculo vicioso de preconceito e discriminação contra árabes e muçulmanos, contribuindo para a marginalização sistêmica da população e criando um terreno fértil para a atuação de grupos radicais que recrutam jovens sem perspectivas de futuro, que se sentem excluídos na Europa.

Cabe informar também que Molenbeek já foi um dos principais centros industriais da Bélgica, e por isso a demanda por mão de obra na década de 1970 atraiu milhares de imigrantes, muitos deles árabes muçulmanos. Mas, uma vez que a indústria em grande parte deixou a área, os imigrantes tiveram que se adaptar à economia de serviços, que passou a prevalecer na região.

O bairro, apesar de pobre, tem áreas bem estruturadas, com ruas de comércio, áreas verdes e moradias estabelecidas. Acredita-se que os extremistas se reúnam em locais de oração clandestinos e outros pontos de encontro temporários, o que dificulta a vigilância pelas autoridades do país.

2. A brasileira Gisele Alves comenta que tentou convencer sua irmã a tirar o sobrinho de uma escola onde

cerca de 70% dos estudantes são muçulmanos, mas que voltou atrás ao reconhecer que a escola era muito boa. Além disso, ela passou a ficar desconfiada dos muçulmanos em locais como o metrô. Apesar de considerar a sua atitude errada, justifica que foi uma reação instintiva diante dos atentados.

É importante incentivar os estudantes a refletirem sobre a vinculação simplória e automática de terrorismo a muçulmanos, como se todos os adeptos da religião tivessem inclinações para cometer tais atos de violência. A comoção emocional envolvida em tragédias desse tipo pode levar a avaliações precipitadas que alimentam estereótipos e o preconceito contra árabes e muçulmanos.

Vale problematizar também a fala de Gisele sobre "reação instintiva", que naturaliza uma visão socialmente construída e influenciada pelo discurso propagado pelos meios de comunicação, que em geral exploram de forma sensacionalista a questão religiosa e étnica quando abordam ataques terroristas ligados ao fundamentalismo islâmico, ajudando a sedimentar um senso comum que relaciona muçulmanos a terrorismo.

Compreensão e análise 2 (p. 81)

1. O terrorismo de Estado desrespeita as organizações e as convenções internacionais, abrindo brechas para os atos de exceção, com uso da violência em seu nível mais extremado aos cidadãos ou às organizações da sociedade civil e desrespeito aos direitos humanos. O terrorismo praticado por grupos políticos ou facções religiosas visa a alvos específicos e instituições de determinado Estado ou até à população civil para atingir determinados objetivos. Procura extrair efeitos dramáticos, provocar medo, grandes danos materiais e perdas de vidas humanas.

2. O fundamentalismo islâmico é uma visão teológica de certos grupos muçulmanos que sustentam que o Alcorão deve ser seguido estritamente e que não deve haver separação entre Estado e religião. Essa posição coloca-o em choque com o princípio democrático moderno do Estado laico e os valores das sociedades ocidentais, como a liberdade de expressão e de religião, considerados uma ameaça à sociedade muçulmana.

3. A charge faz referência à Operação Condor, acordo de cooperação inicialmente entre os serviços de inteligência dos regimes ditatoriais do Chile, do Brasil, da Argentina, do Uruguai e da Bolívia, e posteriormente do Peru e do Equador. A Operação visava combater os adversários políticos dos regimes desses países e aniquilar as organizações de esquerda sul-americanas. Foi responsável pela tortura, pela morte e pelo desaparecimento de milhares de pessoas nas décadas de 1970 e 1980.

4. a) As capas retratam o momento da morte de Adolf Hitler, em 1945, e de Osama Bin Laden, em 2011, figuras associadas ao terrorismo.

b) Adolf Hitler representa uma situação de terrorismo de Estado, uma forma de dominação política, conduzida pelo governo, baseada no uso de violência e na disseminação do medo na sociedade. O objetivo do terrorismo de Estado é eliminar reais ou potenciais inimigos, ou desencorajar qualquer tentativa de contestação às ações praticadas e determinadas pelos órgãos repressivos. Bin Laden representa o terrorismo contra o Estado, praticado por ações de grupos clandestinos unidos por um ideal político, afinidades étnicas ou religiosas, por meio de atentados a alvos específicos (personalidades e instituições) ou a alvos indiscriminados, que atingem a população civil.

Sugestões de atividades complementares

Pesquisas

As principais temáticas abordadas na unidade estão muito próximas dos estudantes, seja pela divulgação de atos terroristas e de conflitos étnicos ou separatistas, feita pelos meios de comunicação, seja pela vivência pessoal, em diferentes circunstâncias do dia a dia, nas quais eles podem observar situações ligadas à questão étnica. Para aprofundar essas temáticas, sugerimos uma lista de temas relacionados a elas. Você pode elegê-los considerando o interesse, a realidade e até mesmo a necessidade de aprofundamento da turma.

Escolha a melhor maneira de conduzir as pesquisas, que podem ser individuais ou em grupo, e – se julgar possível e adequado – desenvolva-as com a participação de professores de História e Sociologia. Sempre que o tema permitir, é interessante orientar os estudantes a pesquisar a realidade que os cerca, como, por exemplo, a ocorrência de determinada situação na escola, no bairro ou no município.

- Movimentos xenófobos no mundo atual.
- A civilização chinesa e a hindu.
- A importância da influência dos africanos na cultura brasileira.

- A importância da influência dos povos indígenas na cultura brasileira.
- Conflitos relacionados à invasão de Terras Indígenas.
- Movimentos relacionados aos afro-brasileiros no Brasil atual.
- Os conflitos étnico-nacionalistas na atualidade.
- A situação atual do conflito israelo-palestino.
- Os recentes ataques terroristas – motivações e reações.
- Levantamento das universidades brasileiras que aderiram ao sistema de cotas para afrodescendentes e de como aplicam esse tipo de ação afirmativa. Os estudantes deverão elaborar um texto em cuja introdução dissertem sobre a origem desse tipo de ação afirmativa e como ela é levada a cabo em países ao redor do globo, como Brasil, Estados Unidos e África do Sul.

Debates

As pesquisas sugeridas anteriormente podem dar subsídios aos estudantes para debates interessantes. Incentive e oriente esse tipo de atividade, mostrando-lhes a importância de se informar sobre um assunto antes de debatê-lo e de apresentar argumentos, e não meras especulações. Durante o debate, os estudantes têm, ainda, a oportunidade de desenvolver importantes aspectos atitudinais, como expressar claramente os pensamentos, respeitar a opinião alheia, mesmo discordando dela, esperar a vez de se colocar, entre outros.

Considerando os ataques terroristas da atualidade, proponha aos estudantes uma discussão sobre o tema: direitos humanos e perdas de vida nos ataques terroristas. Para estimular a discussão, retome o conceito de terrorismo, suas principais motivações e modos de atuação. Em seguida, conduza a discussão, fazendo-lhes perguntas do tipo:

- Em que medida órgãos e países estrangeiros, sobretudo as grandes potências, podem ou não atuar em questões nacionalistas de um país?
- De que maneiras é possível contrapor-se a governos e suas decisões respeitando-se os direitos humanos?
- Como conciliar interesses divergentes de pessoas, grupos e nações?

Comente que os Estados que ratificaram o Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos, elaborados ao longo de décadas, devem cumprir e respeitar os parâmetros lá estabelecidos. Nessa perspectiva, a segurança é um direito fundamental, que deve ser garantido, assim como os demais, e em observância às normas jurídicas estabelecidas pela comunidade internacional. Assim, a investigação e a punição dos crimes de terrorismo devem ser realizadas dentro da legalidade, ou seja, garantindo a segurança e a dignidade das populações.

Expressão artística: diversidade

O tema desta unidade pode ser trabalhado pelos estudantes por meio da expressão artística. A questão da diversidade étnica apresenta inúmeras possibilidades de uso da criatividade. A expressão artística, por sua vez, possui vertentes variadas, e os estudantes podem optar por alguma delas, individualmente ou em grupos, para realizá-la.

Música, dança, teatro, poesia, crônica, desenho, pintura, escultura, grafite, charge, colagem, fotografia, vídeo ou mesmo a combinação de algumas dessas expressões podem ser explorados em atividades na sala de aula ou na escola, compreendendo exposições e apresentações em que os estudantes terão a oportunidade não só de revelar suas habilidades como também de demonstrar sua compreensão dos temas estudados.

Algumas sugestões:

- Desenho ou colagem de fotografias em que se revele a influência da cultura africana na moda, nas artes, nas ciências, na política e na economia brasileiras.
- Grafite sobre o tema dos conflitos étnico-nacionalistas. Para a atividade, os estudantes podem utilizar espaços da escola (como muros) ou até da comunidade local, caso seja possível (investigue antes essa possibilidade, consultando órgãos públicos ou até mesmo donos de algumas propriedades privadas). Caso não seja possível utilizar espaços na escola ou na comunidade para a realização dos grafites, os estudantes poderão usar grandes folhas de papel *kraft* ou cartolinas coladas.
- Apresentação musical de composições próprias ou existentes envolvendo temas relacionados às diversas culturas indígenas e/ou afrodescendentes.
- Realização e apresentação de vídeos em que se mostrem situações de convivência pacífica de etnias no espaço público.

Estudo do meio

Proponha aos estudantes uma visita a uma comunidade quilombola ou indígena que seja de fácil acesso. Antes, porém, discuta com eles os objetivos a serem alcançados (conhecer aspectos dos modos e das condições de vida dessas comunidades, sua história, desafios e conquistas, como se integram às pessoas de fora de sua comunidade, entre outros), e as estratégias a serem utilizadas para isso (pesquisa preliminar sobre a comunidade a ser visitada, entrevistas com seus membros, observação da paisagem etc.).

O estudo do meio é uma atividade rica e de extrema importância para a compreensão e a significação dos conteúdos trabalhados em Geografia. É potencializado se desenvolvido com professores de outras disciplinas. Seu sucesso, no entanto, requer atividades a serem desenvolvidas com os estudantes antes, durante e depois da ida a campo.

Para subsidiá-lo na realização do trabalho de campo, sugerimos a leitura do texto a seguir, bem como do texto "Etapas na organização do estudo do meio", que apresentamos na página 311.

O trabalho de campo e o ensino

"A utilização do trabalho de campo como instrumento didático não tem sido alvo de muitas reflexões. Não deveria ser assim, afinal, todo professor de Geografia – principalmente dos ensinos Médio e Fundamental – já deve ter se irritado quando ouviu de seus estudantes ou dos professores de outras disciplinas que no dia tal não haveria aula porque tinha passeio, marcado pelo professor de Geografia... Será que de fato promovemos passeios?

Em uma das poucas contribuições para este debate, Lacoste [...] considera que a expedição/exposição tem importante papel de formação dos estudantes de Geografia, mas insuficiente, pois não passa de iniciação à pesquisa. O mesmo autor critica as excursões de ônibus, nas quais 'os professores, nas diferentes paradas que previram no percurso, fazem um discurso diante dos estudantes passivos' (LACOSTE, Yves. Pesquisa e trabalho de campo. In: *Boletim AGB-SP*, 1985. p. 13).

Para este autor, os trabalhos de campo devem ser longos e contínuos, marcados por caminhadas e convívio com a realidade, o que torna caro e difícil de ser realizado em larga escala.

Não negligenciaremos as observações de Lacoste, pois, evidentemente, um trabalho de campo em que se percorram rapidamente várias áreas, se observem pontualmente diversos processos geográficos e se converse superficialmente com vários atores sociais, evidentemente não representa uma aprofundada pesquisa, nem permite construir complexas teorias. Porém, não concordamos com a ideia de que sejam necessariamente ocasiões em que 'os professores, nas diferentes paradas que previram no percurso, fazem um discurso diante dos estudantes passivos' (Idem, ibidem).

A nosso ver, se essas excursões forem previamente preparadas, instigando-se os estudantes a problematizar o que vão ver, a preparar o que vão perguntar e refletir acerca do que vão observar podem representar uma importante contribuição para o processo de formação destes como pesquisadores.

Um outro aspecto a ser considerado é o papel do trabalho de campo como momento de integração entre fenômenos sociais e naturais que se entrecruzam na realidade do campo. Interessante apontar que tanto a produção do conhecimento geográfico, que apresenta limitações advindas da dicotomia sociedade/natureza, em função da verticalização dos pesquisadores nas diferentes especialidades que compõem o escopo da Geografia, quanto no campo do ensino, a separação entre sociedade e natureza se constitui num entrave para o desenvolvimento da Geografia. Cabe destacar que tanto na realidade do campo quanto na teoria os aspectos sociais e naturais da realidade são indissociáveis. Nesse sentido, a elaboração de roteiros de campo com a preocupação de evidenciar os fenômenos sociais e naturais (e principalmente a interação entre eles) que modelam a superfície terrestre pode se tornar importante instrumento integrador, na formação de novas gerações de geógrafos mais atentos às relações físico-humanas, sem, necessariamente, negligenciar o avanço-verticalização das especialidades.

Torna-se evidente que no âmbito do ensino também surgem necessidades em relação à articulação de escalas de análise para visualização dos fenômenos, já que muitos dos processos vistos/observados no campo se complementam com outros processos operantes em distintas escalas espaço-temporais, produzindo a realidade geográfica em questão. Nas aulas de campo dedicadas

ao estudo do meio físico-biótico é comum esse recurso de articulação de escalas (do perfil do solo ao modelado do relevo; da estrutura e composição da vegetação à fisionomia da mesma, do sistema encosta ou canal à bacia hidrográfica etc.). No entanto, quando se pretende ensinar Geografia, não se deve fragmentar a realidade, e esses aspectos devem se associar aos aspectos sociais na explicação da realidade.

Por fim, destacamos ainda que a implementação de estações de monitoramento de campo sobre fenômenos operantes na superfície terrestre e que interessam à produção do espaço geográfico, que como apontado anteriormente se configura numa importante ferramenta de acompanhamento das transformações socioambientais, tem também forte implicação para o ensino da Geografia. Em nosso entendimento, a visita de campo nessas estações de monitoramento, que produzem dados sobre a realidade e suas transformações, pode servir para articular as teorias às práticas de campo voltadas ao ensino da Geografia."

ALENTEJANO, Paulo R. R.; ROCHA-LEÃO, Otávio M. Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? In: *Boletim Paulista de Geografia*: trabalho de campo. São Paulo: AGB, jul. 2006. p. 62-64.

Leituras complementares para o professor

Consciência negra

A crônica de Rachel de Queiroz aqui reproduzida leva a uma reflexão sobre a questão étnica no Brasil. Pode ser utilizada como sensibilização para o trabalho com o *Capítulo 1*.

"O assunto é delicado; em questão de raça, deve-se tocar nela com dedos de veludo. Pode ser que eu esteja errada, mas parece que no tema de raça, racismo, negritude, branquitude, nós caímos em preconceito igual ao dos racistas. O europeu colonizador tem – ou tinha – uma lei: teve uma parte de sangue negro – é negro. Por pequena que seja a gota de sangue negro no indivíduo, polui-se a nobre linfa ariana, e o portador da mistura é 'declarado negro'. E os mestiços aceitam a definição e – meiões, quarteirões, octorões – se dizem altivamente 'negros', quando isso não é verdade. Ao se afirmar 'negro', o mestiço faz bonito, pois assume no total a cor que o branco despreza. Mas ao mesmo tempo está assumindo também o preconceito do branco contra o mestiço. Vira racista, porque, dizendo-se negro, renega a sua condição de mulato, mestiço, *half-breed*, meia casta, marabá, desprezados pela branquidade. Aliás, é geral no mundo a noção exacerbada de raça, que não afeta só os brancos, mas os amarelos, vermelhos, negros; todos desprezam o meia casta, exemplo vivo da infração à lei tribal.

Eu acho que um povo mestiço, como nós, deveria assumir tranquilamente essa sua condição de mestiço; em vez de se dizer negro por bravata, por desafio – o que é bonito, sinal de orgulho, mas sinal de preconceito também. Os campeões nossos da negritude, todos eles, se dizem simplesmente negros.

Acham feio, quem sabe até humilhante, se declararem mestiços, ou meio brancos, como na verdade o são. 'Black is beautiful' eu também acho. Mas mulato é lindo também, seja qual for a dose da sua mistura de raça. Houve um tempo, antes de se desenvolver no mundo a reação antirracista, em que até se fazia aqui no Rio o concurso 'rainha das mulatas'. Mas a distinção só valia para a mulata jovem e bela. Preconceito também e dos péssimos, pois a mulata só era valorizada como objeto sexual, capaz de satisfazer a consciência dos homens.

A gente não pode se deixar cair nessa armadilha dos brancos. A gente tem de assumir a nossa mulataria. Qual brasileiro pode jurar que tem sangue 'puro' nas veias – branco, negro, árabe, japonês?

Vejam a lição de Gilberto Freyre, tão bonita. Nós todos somos mestiços, mulatos, morenos, em dosagens várias. Os casos de branco puro são exceção (como os de índios puros – tais os remanescentes de tribos que certos antropólogos querem manter isolados, geneticamente puros – fósseis vivos – para eles estudarem...). Não vale indagar se a nossa avó chegou aqui de caravela ou de navio negreiro, se nasceu em taba de índio ou na casa-grande.

Todas elas somos nós, qualquer procedência. Tudo é brasileiro. Quando uma amiga minha, doutora, participante ilustre de um congresso médico, me declarou orgulhosa 'eu sou negra' – não resisti e perguntei: 'Por que você tem vergonha de ser mulata?'. Ela quase se zangou. Mas quem tinha razão era eu. Na paixão da luta contra a estupidez dos brancos, os mestiços caem justamente na posição que o branco prega: negro de um lado, branco do outro.

Teve uma gota de sangue africano é negro – mas tendo uma gota de sangue branco será declarado branco? Não é.

Ah, meus irmãos, pensem bem. Mulata, mulato também são bonitos e quanto! E nós todos somos mesmo mestiços, com muita honra, ou morenos, como o queria o grande Freyre. Raça morena, estamos apurando. Daqui a 500 anos será reconhecida como 'zootecnicamente pura', tal como se diz de bois e de cavalos. Se é assim que eles gostam!"

QUEIROZ, Rachel de. *O Estado de S. Paulo*, 23 nov. 2002. Caderno 2.

O velho álibi do combate ao terrorismo

O texto propõe uma reflexão sobre a criação de leis antiterror e o risco de se limitarem a manifestação e os movimentos sociais. Pode apoiá-lo no aprofundamento dos temas trabalhados no *Capítulo 3*.

"Ainda que os diversos atentados que têm ocorrido ao redor no mundo nos últimos anos despertem uma sensação de insegurança, é essencial que nos esforcemos para reunir o maior número possível de informações e análises a fim de subsidiar um debate aprofundado a respeito do tema 'terrorismo' na sociedade.

Nesse sentido, as experiências de alguns países em relação a leis antiterroristas podem servir como objetos de estudo bastante interessantes.

Posteriormente aos eventos que se seguiram ao 11 de Setembro nos Estados Unidos, foi possível observar um amplo esforço de diversos países (muito embora em contextos bastante diferentes) na elaboração de leis específicas que visavam a coibir atos terroristas. Inglaterra, Austrália e Canadá são alguns exemplos de nações que buscaram rapidamente se adequar a essa tendência.

Desde então, paralelamente a esse processo, organismos internacionais vêm alertando para a necessidade de cautela na implementação de leis antiterroristas, chegando inclusive a questionar se esse tipo de legislação é eficaz e realmente imprescindível.

Uma primeira recomendação nos posicionamentos desses organismos é a de que qualquer lei que vise combater o terrorismo deve respeitar todos os documentos e convenções internacionais de direitos humanos. Tal recomendação consta, por exemplo, no documento Informe sobre Terrorismo y Derechos Humanos, publicado em 2002 pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, e, mais recentemente, na Declaração Conjunta sobre Programas de Vigilância e seu Impacto na Liberdade de Expressão, assinada pelas Relatorias para Liberdade de Expressão da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da ONU [Organização das Nações Unidas].

A recorrência desse tipo de recomendação em muitos documentos analisados revela uma preocupação em relação às leis antiterroristas: a de que, ao buscar coibir o terrorismo, a legislação acabe por criminalizar grupos que tenham uma tradição de contestação política e que, historicamente, sejam alvos do aparato repressor do Estado. No Brasil, esses grupos podem ser ilustrados pelos movimentos sociais.

À luz dessa constatação, a ONU recomendou, por diversas ocasiões, que os países que haviam adotado leis antiterroristas as readequassem de acordo com os padrões internacionais de direitos humanos.

Em 2005, por exemplo, a ONU concluiu que a lei antiterrorista do Canadá, aprovada em 2001, partia de definição excessivamente ampla, recomendando que o país deveria 'adotar uma definição mais precisa de atos terroristas a fim de garantir que indivíduos não sejam alvos por questões políticas, religiosas e ideológicas'.

A legislação australiana também foi objeto de menção por parte da ONU. Segundo o organismo, a Austrália 'deve garantir que sua legislação e práticas contra o terrorismo estejam em plena con-

formidade com o Pacto (Internacional de Direitos Civis e Políticos). Em particular, deve-se mencionar o caráter excessivamente vago da definição de ato terrorista no Código Criminal de 1995, de forma a garantir que sua aplicação seja restrita a ações indiscutivelmente terroristas'.

Certamente, a cautela reservada a esse tipo de análise não é em vão: a criminalização de movimentos sociais e manifestações populares é prática recorrente em muitos países e regiões ao redor do mundo. Um dos instrumentos mais efetivos para este fim é a interpretação extensiva de normas que, em tese, possuíam outros objetivos.

Em setembro de 2014, os relatores especiais da ONU para a Proteção e Promoção dos Direitos Humanos no Combate ao Terrorismo e para o Direito à Liberdade de Associação advertiram a Etiópia para que deixasse de utilizar sua legislação antiterrorismo com o intuito de suprimir direitos humanos de seus cidadãos. De acordo com os relatores, o governo do país estava detendo pessoas arbitrariamente e distorcendo a aplicação da lei.

Pouco tempo depois, em abril de 2015, o Alto Comissário da ONU para os Direitos Humanos expressou preocupação em relação à lei de combate ao terrorismo na Malásia, que havia sido aprovada havia pouco.

Sob o pretexto de combater militantes fundamentalistas islâmicos, por exemplo, a legislação, por sua excessiva amplitude, permitia a detenção por tempo indefinido de suspeitos sem direito a julgamento e concedendo poderes amplos às autoridades sem as salvaguardas necessárias para prevenir abusos.

Nota-se que tanto as recomendações em documentos internacionais quanto as críticas concretas emitidas por representantes de organismos de direitos humanos apontam para uma mesma avaliação: a edição desenfreada de dispositivos legais, derivada de uma sensação de insegurança frente à violência de atos terroristas, não parece eficiente para atacar o problema, acabando na verdade por servir a um propósito diferente: o de intensificar a criminalização de movimentos sociais e manifestações populares.

Um questionamento recorrente no âmbito internacional se dá sobre a necessidade ou não de se criar um ordenamento jurídico específico para combater o crime de terrorismo. Isso ocorre porque muitas leis vigentes nos países que adotaram tal legislação – e também no Brasil – já punem as condutas as quais as leis antiterrorismo pretendem combater.

O argumento é o de que a legislação comum já oferece os mecanismos necessários à punição de práticas como dano, incêndio, explosão, sendo que seu uso é preferível à edição de novas leis que carregam consigo um potencial lesivo a direitos fundamentais, e que, além do mais, não garantem serem eficazes.

A relevância de todo esse contexto para o Brasil, que acaba de ver sua lei antiterrorismo aprovada no Congresso, é enorme. Muitos dos elementos que vêm preocupando os organismos internacionais em relação às leis antiterrorismo na maior parte dos países que as aprovaram estão no PL 2016/2015.

A existência de definições amplas e vagas sobre o que é uma prática terrorista, a desproporcionalidade das penas previstas, a caracterização de ações historicamente usadas por movimentos sociais como elementos que configuram um ato terrorista (como ocupações de prédios públicos), a punição de atos preparatórios e da 'apologia ao terrorismo', entre outros pontos, formam um quadro bastante preocupante em relação às exigências previstas em documentos internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário.

Atentos a isso, especialistas da ONU e da OEA para a liberdade de expressão já se manifestaram contrários ao projeto, principalmente quanto à sua tramitação sob regime de urgência.

Mesmo a ressalva que consta na versão final do projeto aprovada na quarta-feira 24 na Câmara, que visa proteger movimentos sociais, sindicais e manifestações políticas, entre outros (art. 2º, parágrafo 2º), não é garantia de que a lei antiterrorismo não será usada contra esses grupos, já que estará sujeita à interpretação subjetiva do Judiciário.

Além disso, em termos de contexto interno, a criminalização de protestos e movimentos sociais observada em todo o País representa mais um alerta de que a aprovação dessa lei tem grandes chances de ser instrumentalizada no sentido oposto ao da proteção dos direitos humanos, contribuindo para a supressão da liberdade de expressão, de opinião e de manifestação.

A aprovação do PL 2016/2015, ainda que a pretexto de combater o terrorismo, enseja um preocupante risco de nos lançarmos em um período de flerte com um autoritarismo temerário e indesejável. E quem perde com isso é a democracia."

MARTINS, Paula; MARQUES, Camila. O velho álibi do combate ao terrorismo.
Carta Capital, 25 fev. 2016. Disponível em: <www.cartacapital.com.br>. Acesso em: mar. 2016.

Sugestões de livros, *sites* e filmes

Livros

- **A ideia de raça**. De Michael Banton. Lisboa: Edições 70, 2010.

  O autor discute, com seriedade científica, o conceito de raça no século XIX, suas concepções e as dificuldades de definir o racismo.

- **Poder e terrorismo**. De Noam Chomsky. Rio de Janeiro: Record, 2005.

  Considerado um dos maiores críticos da política externa e intervencionista estadunidense nos dias atuais, Chomsky aponta os Estados Unidos como responsáveis pela escalada de terror que marcou importantes acontecimentos do século XX e ameaça o novo milênio. O livro também traz uma abordagem sobre o papel da mídia e especula sobre o futuro da superpotência militar estadunidense.

- **O mundo muçulmano**. De Peter Demant. São Paulo: Contexto, 2004.

  Neste livro, o autor procura responder a perguntas geradas pelo preconceito em relação ao islamismo, esclarecendo as origens do mundo muçulmano e discutindo seus impasses atuais, além de propor ações necessárias para evitar uma ameaçadora guerra entre civilizações.

- **Iugoslávia: a guerra do final do milênio**. De Bernard Feron. Porto Alegre: L&PM, 1999.

  Análise dos conflitos que levaram à fragmentação da Iugoslávia: o nacionalismo, a diversidade étnica, a limpeza étnica e o papel da Otan nesses acontecimentos.

- **O global, o local e o retorno da etnia**. De Stuart Hall. In: Identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

  O sujeito do Iluminismo, o sociológico e o pós-moderno são, segundo o autor, as três concepções de identidade que sempre vigoraram. Para embasar sua teoria, ele ilustra esses sujeitos fazendo uma incursão pelas sociedades desde o Iluminismo.

- **Globalização, democracia e terrorismo**. De Eric Hobsbawm. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

  Palestras e conferências em que o autor desenvolve temas como democracia, nacionalismo, Estado nacional, organizações internacionais, mídia, perspectivas de guerra e paz e terrorismo. Esses temas variados são delineados a partir de uma perspectiva que os unifica: a situação mundial no início do novo milênio.

- **Mundialização e cultura**. De Renato Ortiz. São Paulo: Brasiliense, 2003.

  Em uma reflexão sobre a mundialização da cultura e a inevitável reorientação das sociedades atuais, o autor trabalha a questão do cotidiano quase homogêneo dos cidadãos do planeta invadido por um consumo comum.

- **Os brasileiros e os índios**. De Márcio Santilli. São Paulo: Senac, 2001 (Coleção Ponto Futuro).

  Ressalta as diferenças existentes entre os diversos povos indígenas do Brasil. Apresenta também uma pesquisa a respeito do que os brasileiros pensam sobre esses povos.

- **Atlas dos conflitos mundiais: um apanhado dos conflitos atuais e dos acordos de paz**. De Dan Smith. São Paulo: Ibep, 2007.

  Traz o cenário dos principais conflitos em cada continente, suas raízes históricas e as suas dimensões nos dias atuais. Apresenta outros dados associados, como poderio e gastos militares, comércio internacional de armas, diversidade étnica, situação socioeconômica dos povos, entre outros.

Sites

- **Acervo Museu Afro Brasil** <www.museuafrobrasil.org.br>

  Site do Museu Afro Brasil, em São Paulo, possibilita o contato com obras e informações sobre artistas afrodescendentes, desde o período da escravidão até os dias de hoje. Traz também temas ligados à cultura negra e a suas influências na sociedade e na cultura brasileiras.

- **Faculdade Zumbi dos Palmares** <www.zumbidospalmares.edu.br>

  Traz informações sobre cursos oferecidos pela instituição mantida pelo Instituto Afro-Brasileiro de Ensino Superior, cujo objetivo é a inclusão do negro no ensino superior. O *site* disponibiliza textos, vídeos e informações diversas sobre a comunidade negra.

- **Fundação Nacional do Índio (Funai)** <www.funai.gov.br>

  Site institucional da Funai, órgão do governo brasileiro que estabelece e executa a política indigenista no Brasil.

- **Instituto Socioambiental (ISA)** <www.socioambiental.org>

  No *link* “Índios no Brasil”, há uma série de informações, incluindo tabelas, gráficos, mapas e fotografias, sobre a realidade desses povos e seu território.

- **Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro (Neinb)** <www.usp.br/neinb/>

  Vinculado à USP, no portal do Neinb é possível encontrar uma série de materiais de apoio didático sobre os afrodescendentes no Brasil.

- **Projeto Manejo dos Territórios Quilombolas** <www.quilombo.org.br>

  Projeto mantido pela Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (PA), em parceria com a Comissão Pró-Índio de São Paulo, visa à melhoria da qualidade de vida dos habitantes das 31 comunidades quilombolas do município.

Filmes

- **Cafundó**. De Paulo Betti, Clovis Bueno. Brasil, 2006. 102 min.

  História romanceada da vida de João de Camargo, ex-escravizado que viveu em Sorocaba (SP) e se tornou líder religioso e curandeiro ao fundar uma igreja apoiada no sincretismo.

- **Guerra ao terror**. De Kathryn Bigelow. Estados Unidos, 2010. 124 min.

  Filme sobre um esquadrão antibombas do Exército estadunidense em ação no Iraque.

- **O que é isso, companheiro?** De Bruno Barreto. Brasil/Estados Unidos, 1997. 110 min.

  Filme sobre o período de ditadura militar no Brasil e a luta contra ela.

- **O Dia do Perdão**. De Amos Gitai. França/Israel, 2000. 117 min.

  Uma visão imparcial da violenta Guerra do Yom Kippur.

- **Paradise now**. De Hany Abu-Assad. Alemanha/França/Holanda/Palestina, 2005. 87 min.

  Conta a história de dois amigos palestinos recrutados para realizar um atentado suicida.

- **Promessas de um novo mundo**. De Justine Shapiro, Carlos Bolado, BZ Goldberg. Estados Unidos, 2001. 116 min.

  O documentário mostra o sentimento das crianças judias e palestinas de Jerusalém e dos campos de refugiados próximos à cidade.

- **Quilombo**. De Cacá Diegues. Brasil, 1984. 119 min.

  História de Ganga Zumba e Zumbi, líderes do Quilombo de Palmares e da resistência negra ao escravismo colonial no Brasil.

- **Timbuktu**. De Abderrahmane Sissako. França/Mauritânia, 2015. 96 min.

  Conta a história de uma pequena cidade no norte de Mali controlada por extremistas religiosos. Desperta para a reflexão sobre as mazelas da intolerância e do extremismo religioso.

ESPAÇO GEOGRÁFICO E URBANIZAÇÃO

O espaço urbano, suas características e influências sobre as populações são os principais focos desta unidade, em que são abordados as dinâmicas das cidades ao redor do mundo, sua hierarquia, as desigualdades sociais, seus problemas infraestruturais, de maneira a abarcar conceitos importantes da Geografia, como lugar, urbanização, redes e hierarquia urbana, cidades globais, metrópoles, megalópoles e conurbação, além de outros, como cidadania, urbanismo e gentrificação.

A urbanização é analisada em perspectiva histórica e em seu contexto econômico e social, com destaque para os principais desafios que acompanham o crescimento urbano. A questão urbana brasileira, suas características, seus problemas e desafios, é discutida com maior profundidade e ênfase no *Capítulo 5*.

Conexão – Mapeamento das atividades interdisciplinares – Unidade 2			
Capítulo	**Título**	**Disciplinas envolvidas**	**Principais conexões**
4	Espaços públicos e democracia	Sociologia	Democracia Espaços públicos
	Romance e realidade	Língua Portuguesa	Literatura estrangeira
	Cena cotidiana	Arte	Retratos do cotidiano
5	A cidade ideal e a cidade real	Língua Portuguesa	Gênero textual: cartum
	Violência contra mulheres nos transportes públicos	Sociologia	Direitos da mulher Exercício da cidadania

CAPÍTULO 4 URBANIZAÇÃO MUNDIAL

Síntese e objetivos

O capítulo analisa o processo de urbanização em diversos momentos históricos e seu desenvolvimento a partir da Revolução Industrial, um marco no processo de intensificação da urbanização. Compara a urbanização nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, explorando as características e os problemas decorrentes desse processo em suas especificidades.

Esse estudo inclui o urbanismo e o planejamento urbano como solução para os problemas gerados pela aglomeração populacional nas cidades europeias, tanto para evitar as convulsões sociais como para planejar, embelezar e preservar os espaços públicos durante o século XIX. É abordada a influência do urbanismo culturalista no século XIX e, na primeira metade do século XX, o urbanismo funcionalista, compreendendo a harmonização da estética e as conquistas tecnológicas da modernidade.

A questão urbana atual, sob a influência das inovações tecnológicas e em face da formação das megalópoles, é incluída no capítulo.

Espera-se que os estudantes possam, a partir do estudo do capítulo, desenvolver as habilidades de:

- compreender o conceito de lugar em Geografia;
- discutir o conceito de cidadania e aplicá-lo ao seu dia a dia;
- relacionar o processo de industrialização ao de urbanização;
- conhecer e analisar algumas das diversas concepções urbanísticas;
- comparar os processos de urbanização dos países desenvolvidos aos dos em desenvolvimento;
- compreender a influência urbana no campo;
- conhecer a rede hierárquica das cidades, relacionando-a ao processo de globalização;
- discutir o papel das cidades na organização do espaço geográfico;
- ampliar os conhecimentos de sua realidade local, a partir do estudo do espaço urbano do município onde vive;
- comparar e analisar paisagens de uma mesma cidade, observando as desigualdades sociais e refletindo sobre as contradições do espaço urbano;
- ler e compreender e relacionar textos de diferentes gêneros, como o jornalístico, o literário e o acadêmico;
- ler e interpretar gráficos, tabelas, mapas e obras de arte.

Sugestões de respostas e comentários

Contexto – Evolução da população urbana (p. 83)

1. Aumentando significativamente ano a ano.

2. Em 2011, as cidades com menos de 500 mil habitantes representavam cerca de metade da população urbana mundial, abrigando 1.849 bilhão de habitantes. Cidades com populações variando entre 500 mil e 1 milhão abrigaram cerca de 365 milhões de pessoas, o equivalente a cerca de 10% da população urbana mundial. Juntas, as cidades com menos de 1 milhão de habitantes são responsáveis por aproximadamente 60% da população urbana. Enquanto três em cada cinco pessoas que viviam em áreas urbanas residiam em cidades menores de 1 milhão de habitantes em 2011, essa proporção está prevista para diminuir no futuro. Em 2025, apenas uma em cada duas pessoas viverá em cidades desse porte. As cidades com 1 milhão ou mais habitantes, representando cerca de 40% da população urbana em 2011, deverão ser responsáveis por quase 50% da população urbana mundial em 2025. Conclui-se, portanto, que a população urbana estará cada vez mais concentrada em grandes cidades de 1 milhão de habitantes ou mais. Além disso, as megacidades de pelo menos 10 milhões de habitantes vão experimentar o maior aumento percentual. Esse aumento da população urbana concentrada em grandes cidades é uma nova tendência, o que contradiz as observações anteriores. Para a realização desta atividade, integre conhecimentos de Matemática.

3. Respostas pessoais. Os dados sobre população do município dos estudantes podem ser obtidos no Censo Demográfico de 2010, disponível no *site* do IBGE: <www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=11&uf=00>. Abaixo do mapa, há uma lista com o nome dos estados brasileiros. Clicando em um estado, abre-se uma nova lista com os municípios, onde os estudantes vão encontrar o número de habitantes que compõe a população urbana do município.

Conexão – Sociologia – Espaços públicos e democracia (p. 85)

1. Uma cidade democrática é aquela onde os espaços públicos são valorizados tanto por seus governantes como pela população. Mais do que executar obras, os governantes devem promover articulações para que os serviços públicos atendam aos moradores. Estes, por sua vez, sentem-se engajados para solicitar equipamentos e espaços públicos e deles cuidar.
2. Resposta pessoal. Vale destacar a importância da apropriação do espaço urbano onde se vive. Pode-se pensar no espaço urbano como elemento material e concreto e também como elemento imaterial e simbólico, com o qual o sujeito se relaciona, estabelece relações afetivas e subjetivas e nesse espaço se (re)constrói e se transforma. A apropriação do espaço urbano permite aos indivíduos atuarem de forma plena, crítica e consciente na construção e na preservação desse espaço, contribui, inclusive, para o próprio desenvolvimento humano e da cidadania. Por isso, é importante estimular os estudantes a preservarem e a manterem os espaços públicos e os equipamentos das cidades como um todo. É preciso ensiná-los a "ler" esses espaços, a decodificá-los para deles se apropriarem.

Leitura e discussão – Lugar e valor do indivíduo (p. 86)

- Ser mais ou menos cidadão depende do lugar que o indivíduo ocupa no território. O indivíduo pobre, que vive em lugares mais desprovidos de bens e serviços públicos de que deveria dispor, é considerado de menos valor que aquele que vive num lugar com mais privilégios.

Conexão – Língua Portuguesa – Romance e realidade (p. 87)

1. As ruas da cidade eram frias, úmidas, malcheirosas, repletas de pessoas famintas e doentes, revelando péssimas condições de vida da população à época.
2. Ao colocar uma criança no centro de seu enredo, Dickens denuncia as terríveis condições a que as crianças estavam submetidas nas cidades europeias da época da Revolução Industrial. Dessa forma, o autor confronta a impotência e a fragilidade da criança com a crueldade de uma sociedade que não tem leis para protegê-la, obrigando-a a trabalhar em condições subumanas.
3. Resposta pessoal. A ideia é fazer uma integração com o professor de Língua Portuguesa, incentivando a competência leitora nos estudantes. Além de várias obras de Charles Dickens, os estudantes poderão ler outros autores, como Émile Zola. Esses romances devem, no entanto, ser contextualizados em sua época: a Revolução Industrial na Europa e as mudanças provocadas na sociedade em razão desse acontecimento.

Leitura e discussão – Desigualdade socioespacial (p. 94)

- O Estado atua no território e pode minimizar ou intensificar as desigualdades socioespaciais. Ao implementar equipamentos urbanos em áreas nobres – iluminação pública em praças, construção de áreas ajardinadas, estruturação de trechos arborizados –, como apresentado no texto, sem que isso seja feito em áreas habitadas por pessoas de camadas sociais pobres, por exemplo, o Estado está intensificando as desigualdades socioespaciais. Quanto aos exemplos do município onde vivem os estudantes, auxilie-os a perceberem no espaço urbano a ausência do Estado, como: ruas não asfaltadas; carência de postos de saúde, hospitais, creches, escolas públicas, áreas de lazer; inexistência de linhas de ônibus regulares; falta de iluminação em espaços públicos; ausência de praças, espaços com jardins e trechos arborizados etc. É preciso ressaltar que essa ausência do Estado também ocorre no espaço rural, afetando comunidades que têm grande dependência dos serviços públicos.

Leitura e discussão – Cidades globais (p. 97)

1. Somente as cidades globais têm condições de comandar a organização da economia mundial, por disporem de ampla e diversificada infraestrutura de transportes e de telecomunicações, avançados centros de pesquisa e grandes universidades, redes de hotéis, importantes centros de compra, sedes de multinacionais, incluindo grandes instituições financeiras, agências de publicidade, bolsas de valores etc. São essas qualidades que possibilitam uma concentração contínua do controle econômico, que tem contribuído para o papel estratégico das cidades globais.
2. O texto destaca que as cidades globais concentram um fluxo expressivo das transações econômicas mundiais e canalizam uma ampla gama de investimentos aplicados nos setores produtivo, financeiro e de serviços.

Por isso, influenciam a exclusão de uma multiplicidade de cidades, como centros manufatureiros e cidades portuárias, que foram perdendo sua função ao longo das últimas décadas.

Compreensão e análise 1 (p. 98)

1. a) Resposta pessoal. Os elementos podem variar de acordo com as especificidades do espaço urbano do município onde o estudante vive. Para citar exemplos, podem ser lembrados: camelôs, centros religiosos, pedintes, escolas, faculdades, cibercafés, exposições de arte, *shows*, cinemas etc.

b) Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes relacionem lugar (espaços vividos, em que realizamos nossas atividades e com os quais estabelecemos relações afetivas) à questão de pertencimento e, consequentemente, de cidadania.

c) O campo é o lugar do trabalho (dos equipamentos agrícolas, dos tratores, das enxadas), mas também do lazer (dos hotéis-fazenda, do turismo rural, da pesca). O campo é o lugar da produção (das fazendas) e do consumo (do armazém, do bazar, da quitanda). O campo é o lugar do ir e vir (estradas, trilhas) e do estar (casas, sítios, chácaras...). É o lugar da ordem (horários de trabalho, normas...) e da contraordem (ocupação de terras, grilagem...).

2. Com a Revolução Industrial, novas oportunidades de trabalho no espaço urbano atraíram pessoas que haviam perdido terras e emprego no campo, intensificando o processo de urbanização.

3. Urbanismo é o conjunto de medidas técnicas, administrativas, econômicas e sociais voltadas ao desenvolvimento das cidades, visando criar condições adequadas de habitação e circulação das populações. A miséria e as condições insalubres em que vivia o operariado urbano europeu do século XIX constituíam forte ameaça de convulsão social, podendo levar à Revolução Socialista. Assim, o Estado procurou remediar os problemas sociais, controlando as revoltas populares por meio do planejamento urbano.

4. O lugar corresponde ao espaço físico de vivência do indivíduo ou de uma comunidade, que faz parte de sua vida cotidiana, tendo significado especial e particular para cada indivíduo. Com a globalização, os lugares passaram a carregar características particulares e também globais, uma vez que expressam, por um lado, referências socioespaciais construídas historicamente e, por outro, referências globais trazidas por eventos de caráter global, no caso, uma Copa do Mundo, ocasião em que pessoas do mundo todo passam a frequentar esse lugar, exigindo tradução simultânea em placas, do português para o inglês, considerada língua universal, como se observa na imagem. Lugares com grande potencial turístico internacional no Brasil também apresentam diversas placas bilíngues ou até com mais línguas, como espanhol ou mesmo o francês.

Conexão – Arte – Cena cotidiana (p. 101)

- Dois elementos podem indicar que se trata de um final de noite: a rua vazia e o bar com poucos clientes. As sensações de tédio e de solidão são transmitidas pelos tons escuros e sombrios, pelas personagens inertes, pela ausência de interação entre elas. Todos estão sozinhos, inclusive o casal que não se olha, cada um mergulhado na própria solidão.

Olho no espaço – Urbanização e meio ambiente (p. 104)

1. Os estudantes deverão observar que, nos lugares onde a vegetação é mais densa, as temperaturas são mais amenas.

2. Resposta pessoal. A atividade possibilita que os estudantes aprofundem seus conhecimentos sobre a realidade urbana de seu local de vivência e reflitam sobre a necessidade de ações sustentáveis para a qualidade de vida nas cidades.

Contraponto – Um mesmo país, realidades opostas (p. 105)

1. Os estudantes deverão responder afirmativamente à questão, uma vez que, assim como o Peru, o Brasil é um país em desenvolvimento, que sofreu um processo de urbanização intenso e sem o devido planejamento, dando origem a bairros totalmente desprovidos de infraestrutura e com diversos problemas socioambientais e uma marcante desigualdade social.

2. Resposta pessoal. Ao investigar a realidade do município onde vivem, os estudantes podem compreender melhor as desigualdades sociais de sua realidade mais próxima, suas causas e consequências para a vida das pessoas. Se julgar conveniente, sugira que eles montem apresentações digitais, com a confecção, por exemplo, de um vídeo em vez de um cartaz.

Compreensão e análise 2 (p. 106)

1. Nos países desenvolvidos: ocorreu a transferência da população do campo (setor primário) para as cidades, inicialmente para a indústria (setor secundário) e depois para os serviços (setor terciário). Houve participação significativa do poder público nas intervenções urbanísticas que contribuíram para ampliar e preservar os espaços públicos e o patrimônio histórico, e também criar infraestrutura, garantindo qualidade de vida à maior parte dos moradores das cidades. Foi um processo que se prolongou de meados do século XVIII às primeiras décadas do século XX, passando por todo o século XIX.

   Nos países em desenvolvimento: a urbanização foi mais rápida, ocorrida a partir da década de 1950, marcando um processo em que, num curto intervalo de tempo, ocorreu intensa migração do campo para as cidades, agravando o quadro de exclusão social, pois, entre outros fatores, a oferta de trabalho e de moradias, a infraestrutura de transporte e saneamento básico eram insuficientes. Foi uma urbanização marcada pela metropolização. Nas duas últimas décadas, as atividades do terciário, principalmente na economia informal, absorveram a maior parte dessa população.

2. A estrutura fundiária concentradora foi relevante para a migração acelerada do campo para a cidade, pois reduziu as possibilidades de o trabalhador permanecer no espaço rural e cultivar a terra para o seu sustento.

3. a) Resposta pessoal. Incentive os estudantes a investigarem a realidade de seu município, de modo a conhecê-lo melhor e buscar soluções para a superação de seus problemas.

   b) Os espaços públicos, sobretudo os urbanos, são locais privilegiados para o exercício da cidadania. Espera-se que os estudantes manifestem que os movimentos organizados da sociedade são instrumentos legítimos de pressão para a sensibilização sobre problemas que afetam parcelas da sociedade, para o encaminhamento de soluções e elaboração de propostas que visem à melhoria da qualidade de vida. Aproveitar a questão para promover uma conversa com os estudantes sobre a importância de participação nos assuntos referentes ao local onde vivem.

4. a) Os estudantes deverão responder afirmativamente, justificando que uma rede de transportes públicos abrangente e eficiente atende a um maior número de pessoas, com menos custos financeiros e ambientais, além de aliviar o trânsito nas grandes cidades.

   b) Entre as vantagens, podem-se destacar a abrangência das linhas de metrô, o grande número de estações e o uso expressivo do transporte coletivo em detrimento do individual. Entre as desvantagens, destacam-se a sobrecarga de pessoas que usam os transportes públicos e os congestionamentos. Para a comparação com o sistema de transportes do lugar onde o estudante vive, solicite uma pesquisa sobre o meio de transporte mais utilizado e suas condições de uso.

5. a) Os estudantes deverão mencionar a segregação espacial, que se materializa na paisagem urbana, evidenciando, pelas funções do espaço urbano, a separação entre as diferentes classes sociais.

   b) Resposta pessoal. O objetivo é que os estudantes observem criticamente a realidade de seu lugar de vivência.

CAPÍTULO 5 URBANIZAÇÃO NO BRASIL

Síntese e objetivos

O processo de urbanização no Brasil, intensificado a partir da década de 1950, é o tema deste capítulo, em que são trabalhadas também as relações entre as transformações na estrutura produtiva brasileira e a ampliação da população urbana e o crescimento das cidades. O estudo inclui a análise dos processos excludentes da modernização, que levam às desigualdades sociais e à consequente segregação no espaço urbano. É abordada, ainda, a questão da especulação imobiliária, relacionando-a à expansão rápida e desorganizada das metrópoles brasileiras.

São focados aspectos como crescimento da população urbana, urbanização, hierarquia e rede urbana, metrópoles brasileiras e os principais problemas urbanos no país, como questões de moradia, transportes, saneamento básico e violência.

Entende-se que, com este estudo, os estudantes serão capazes de:

- compreender o processo de urbanização no Brasil e a tendência de alteração desse processo verificada a partir da década de 1990;
- discutir a importância das atividades terciárias, formais e informais, no processo de urbanização brasileira;
- perceber o caráter excludente da urbanização brasileira;

- compreender o conceito de região metropolitana;
- conhecer e explicar o fenômeno da metropolização no Brasil;
- distinguir os tipos de metrópole existentes no país e explicar a hierarquia e a rede urbana brasileiras;
- analisar criticamente a questão da moradia no Brasil;
- reconhecer as políticas governamentais e as diferenças de poder aquisitivo da população como as principais causas da segregação espacial nas grandes cidades;
- estabelecer relações entre as deficiências no saneamento básico do país e a proliferação de doenças;
- ler e comparar paisagens e mapas;
- aprimorar a capacidade de leitura de cartum e de textos jornalísticos.

Sugestões de respostas e comentários

Contexto – Ainda há um jeito de viver (p. 107)

1. Resposta pessoal. As grandes cidades oferecem uma vasta quantidade de opções de serviços, os principais centros universitários e, geralmente, oferta de emprego mais ampliada do que as cidades menores. Nelas ocorrem importantes eventos e disponibilidades de atividades culturais e de entretenimento: concertos, teatro, cinemas e museus. As desvantagens de uma grande cidade são a poluição, o trânsito, o custo de vida mais elevado e o maior índice de criminalidade.

2. Resposta pessoal. É importante ter em vista o fato de que a superpopulação das cidades tem uma causa que não existe no caso das abelhas: as pessoas migram para as cidades devido às condições de vida no lugar de origem. Imitar as abelhas na sua busca de novas áreas pode ser uma solução para as pessoas, desde que nas novas elas tenham trabalho e meios de sobreviver.

3. Metrópole é a cidade que ocupa posição polarizadora em relação às demais, tendo um papel de comando em relação a um conjunto de cidades. A megalópole é um aglomerado urbano formado pela junção espacial de duas ou mais metrópoles, num processo denominado de conurbação.

Compreensão e análise 1 (p. 115)

1. Urbanização metropolitana; urbanização “terciária”, incluindo a atividade informal; ritmo acelerado entre 1950-1990, com intenso êxodo rural; crescimento periférico, com formação de grandes manchas urbanas.

2. A migração campo-cidade foi muito intensa e num curto período de tempo (êxodo rural), as cidades não estavam preparadas para receber os migrantes, provocando a formação de núcleos de submoradias, nos quais faltavam (e faltam) equipamentos urbanos de abastecimento de energia, comunicação, saneamento, saúde e educação. A falta de oportunidades de trabalho no espaço urbano, os baixos salários, a concentração de renda e os poucos investimentos públicos em moradias populares também têm de ser considerados. É preciso destacar, no entanto, que o processo de urbanização no Brasil é fruto da modernização da economia e da sociedade brasileira, marcadamente concentradora e excludente – nesse sentido, a paisagem é um reflexo da sociedade que a cria.

3. Segundo o IBGE, são regiões estabelecidas por lei estadual, agrupando municípios que fazem fronteira, conurbados ou não, uns com os outros, com o objetivo de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

4. No Brasil, o IBGE estabeleceu uma rede urbana com base nas zonas de influência dos principais centros urbanos no território brasileiro, mostrando as redes que eles formam e os diversos aspectos considerados na estruturação dessas redes. Ao todo foram estabelecidos 12 principais centros, as metrópoles, e 70 capitais regionais, além de 169 centros sub-regionais e centros de zona e os locais. As 12 metrópoles brasileiras são divididas em 3 grupos, de acordo com a sua importância, a complexidade dos equipamentos urbanos disponíveis, a funcionalidade que exercem na rede urbana e a extensão de sua área de influência: grande metrópole nacional (São Paulo), metrópoles nacionais (Rio de Janeiro e Brasília), metrópoles (Belém, Manaus, Goiânia, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre).

5. Resposta pessoal. Verifique os exemplos trazidos pelos estudantes, observando se eles apreenderam o conceito de conurbação, que ocorre quando dois ou mais municípios passam a formar uma única malha urbana, quase não se percebendo os limites territoriais deles. Com isso, a população passa a utilizar diversos serviços, como transportes, hospitais, escolas, áreas de lazer, de maneira conjunta.

Conexão – Língua Portuguesa – A cidade ideal e a cidade real (p. 116)

- O cartum mostra a segregação dos personagens no contexto urbano, reforçada pela fala da personagem, que se espanta ao ver um *outdoor* de propaganda de moradia em um condomínio fechado, na própria cidade. Essa situação está relacionada à falta de acesso a alguns espaços, que são exclusivos para determinadas classes sociais, e à dificuldade de mobilidade urbana. As condições de vida dos personagens e a paisagem ressaltam o descaso do poder público, a ausência de infraestrutura, de equipamentos culturais e de lazer, nas periferias das grandes cidades.

Leitura e discussão – Estudo aponta que todos os municípios brasileiros têm déficit habitacional (p. 117)

1. O conceito não está ligado à falta de moradia, mas sim às más condições, o que inclui desde moradias precárias até aluguéis muito altos.

2. Sendo um país ainda formado por maioria jovem, há uma demanda crescente por novas moradias no Brasil. Outros agravantes são o tamanho do país e a população, que se torna cada vez mais urbana.

3. O direito à moradia digna é fundamental quando consideramos os direitos dos cidadãos e, na realidade brasileira, essa necessidade básica é negada à parcela expressiva da população.

Esta atividade pode ser complementada com a projeção e discussão do filme *Dia de festa* (veja indicação na página 116).

Leitura e discussão – Plano Diretor e Lei de Zoneamento (p. 119)

1. Resposta pessoal. Os reflexos da intensificação do processo de urbanização são sentidos em todo o território e não estritamente no espaço urbano, em razão da intensa integração entre o espaço urbano e o rural. Assim, não faz sentido estabelecer planos estritamente direcionados para as realidades urbanas.

2. Resposta pessoal. Essa pesquisa pode ser feita em grupos e como um trabalho complementar a ser apresentado à classe ou à comunidade escolar maior. O acesso ao Plano Diretor do município pode ser feito por meio do *site* da Prefeitura ou até mesmo indo diretamente ao local. Além de conhecer mais detalhadamente as políticas públicas para o município, a pesquisa possibilita aos estudantes discutir a validade das propostas para o conjunto da população e acompanhar o trabalho dos políticos mais de perto, o que contribui para uma atuação cidadã.

Conexão – Sociologia – Violência contra mulheres nos transportes públicos (p. 124)

- Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes percebam a importância da atuação dos cidadãos também na vida política das cidades, não apenas por meio do voto, mas inclusive acompanhando a atuação de seus representantes políticos, participando de discussões sobre questões urbanas, cobrando e propondo ações de melhorias, como bem exemplificado pelas usuárias do metrô paulistano Nana e Ana Carolina.

Olho no espaço – Déficit habitacional no Brasil (p. 125)

1. Os mapas A e B mostram, respectivamente, o déficit habitacional absoluto e relativo para cada uma das unidades da Federação.

2. Em termos absolutos (mapa A), São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia apresentam os maiores déficits habitacionais do país, enquanto Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Roraima e Tocantins apresentam os menores. A análise, no entanto, muda quando se levam em consideração os valores relativos (mapa B). Nesse caso, a maioria dos estados da Região Norte e o Maranhão estão em pior situação no que diz respeito ao déficit habitacional; já Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina estão em melhor situação.

3. Resposta pessoal. O objetivo da atividade é promover a leitura do mapa e comparar a situação do estado onde os estudantes vivem com o resto do Brasil.

Ponto de vista – Desafios para um novo modelo de urbanização no Brasil (p. 126)

- 1. Superar a ambiguidade da inserção territorial da população de baixa renda; 2. Romper a prática do controle da política urbana pelos operadores privados, do transporte urbano, do lixo, das construtoras, que são financiadores dos políticos a quem cabe regular essas operações; 3. Criar mecanismos para estruturar uma política urbana transformadora e sustentável de longo prazo, no horizonte de 20 anos, contrariando o modelo em que prevalece o período eleitoral de 4 anos, que acelera a realização de obras e sufoca o planejamento estruturado; 4. Criar um modelo de financiamento do desenvolvimento urbano, hoje conectado ao mesmo sistema direcionado pelo calendário eleitoral, que demanda obras de curto prazo sem olhar o futuro; 5. Superar o modelo de gestão o tripartite – federal, estadual e municipal –, visto que ele não dá conta da gestão metropolitana; 6. Construir espaço público como elemento estruturador, porque as cidades não devem ser destinadas à iniciativa privada. Sugira aos estudantes a discussão de cada um dos seis pontos destacados pela professora no texto, comentando e justificando em que medida concordam ou não com ela.

Compreensão e análise 2 (p. 127)

1. A especulação imobiliária refere-se à aquisição de bens imóveis visando à valorização do entorno para efetuar futuramente sua venda e obter lucro. Provoca a "periferização" da cidade, ou seja, leva os terrenos afastados do centro a serem ocupados pela população de baixa renda. O espaço urbano, assim, é organizado de acordo com os interesses do mercado imobiliário, e não de acordo com os interesses da maioria da população. Resposta pessoal. Estimule os estudantes a refletir a respeito das especificidades do munícipio em relação a essa questão, considerando, por exemplo, a presença de terrenos vazios em áreas centrais e em seu entorno ou o fato de existirem muitos imóveis vagos nessas áreas.

2. Espera-se que os estudantes apontem as diferenças entre os dois tipos de moradia retratados. Embora tenham em comum o distanciamento do centro urbano, há disparidades latentes entre elas. Na primeira imagem, veem-se construções amplas, com espaços para jardins e áreas verdes próximas, garantindo qualidade de vida a seus moradores; na segunda imagem, as moradias são precárias e aglomeradas umas às outras, quase sem nenhuma área verde. Além disso, o fato de se localizarem afastados dos centros urbanos, que concentram a maioria dos empregos, traz prejuízos sobretudo para os moradores da segunda imagem, na maior parte dependentes de transporte público.

Sugestões de atividades complementares

Pesquisas

Proponha aos estudantes que façam um levantamento dos principais problemas urbanos da atualidade. Oriente-os a pesquisar sobre as grandes cidades do Brasil e do mundo, incluindo as principais do estado onde vivem, de modo a aproximar a temática de sua realidade pessoal. Elencados os problemas, peça que pesquisem suas principais causas. Na sequência, eles deverão escolher alguns desses problemas e pesquisar soluções para eles, já adotadas em algumas cidades do mundo. Oriente a atividade para que, ao final das pesquisas, os estudantes compartilhem com o restante da turma as descobertas e os conhecimentos adquiridos.

Peça que pesquisem imagens dos espaços do município onde fica a escola. Como fonte de pesquisa, eles poderão utilizar álbuns de família, de arquivos públicos e de jornais, em busca de fotos antigas e recentes. Oriente-os a identificar cada uma das imagens, datando-as mesmo que aproximadamente.

A partir do material coletado, eles poderão elaborar uma exposição na escola, mostrando as principais características desses locais e as transformações que sofreram ao longo do tempo. Outra opção é a elaboração de um livro ou álbum com paisagens urbanas do município. Para isso, oriente os estudantes na organização do material, desde a seleção das imagens até a elaboração de textos para acompanhá-las. Para um melhor aproveitamento da atividade, planeje sua execução de maneira integrada com as disciplinas de História e Língua Portuguesa.

Debates

Mobilize os estudantes para debater sobre os prós e os contras da vida nas grandes cidades. Durante a discussão, alguns temas trabalhados na unidade poderão ser abordados, como locais de moradia e suas infraestruturas, déficit habitacio-

nal, questões ambientais, violência urbana, acesso à cultura e ao lazer. Conduza os estudantes de maneira a perceberem que o modo de vida é diferenciado entre as classes sociais que convivem em uma mesma cidade.

Proponha aos estudantes um debate sobre a cidade onde vivem ou, no caso de morarem no campo, a capital do seu estado. O tema do debate é "Como os jovens se apropriam dos espaços da cidade?". O objetivo é os estudantes refletirem sobre as maneiras como se dá a apropriação do espaço urbano pelos jovens em seu lugar de vivência. Para subsidiar a discussão, indicamos a leitura do texto "Cultura e apropriação da cidade por meio de iniciativas juvenis", na seção *Leituras complementares para o professor*, a seguir. O objetivo é eles se conscientizarem do direito à cultura e das diferentes maneiras como ele pode ser conquistado.

A cidade é inclusiva? A partir dessa provocação, proponha aos estudantes que discutam situações do cotidiano vivenciadas nas cidades brasileiras no que se refere às oportunidades de trabalho, às desigualdades sociais, às relações de gênero, à acessibilidade dos deficientes físicos, à situação de indígenas e afrodescendentes e outras minorias que eles julgarem relevantes para a discussão. Durante a discussão, incentive-os a tratar de questões como o direito à igualdade de oportunidades e ao respeito mútuo, enfatizando sua importância para a convivência harmoniosa entre pessoas tão diferentes e diversas existentes em uma sociedade.

Estudo do meio

Proponha uma caminhada ao centro da cidade do município em que vivem. Estabeleça com eles os objetivos da saída, entre os quais poderão estar: compreender as formas de uso e ocupação do solo da cidade; perceber a concentração espacial das atividades econômicas nela desenvolvidas; observar e analisar a qualidade da infraestrutura existente; identificar a existência ou não de áreas verdes; observar os principais tipos de estabelecimentos e de trabalhos realizados; identificar a existência de desigualdade social; reconhecer os principais problemas urbanos. Defina também as estratégias a serem utilizadas para atingir esses objetivos e pense em uma maneira de finalizar o trabalho, o que poderá ser feito por meio da exposição das observações e das conclusões da saída a campo.

Para melhor aproveitamento da atividade, trabalhe de modo compartilhado com os professores de História e Sociologia.

Sugerimos que, antes da saída a campo, seja trabalhado o conteúdo dos capítulos da unidade, efetuando-se uma comparação entre a infraestrutura urbana, as atividades econômicas e os problemas urbanos de cidades de países desenvolvidos, em desenvolvimento e da localidade onde os estudantes residem. Vale a pena, também, analisar com eles artigos de jornal que abordem o espaço urbano, de modo que possam complementar a compreensão de suas características. Para auxiliá-lo na preparação da atividade, sugerimos a leitura sobre estudo do meio, na página 325 deste manual.

Leituras complementares para o professor

Cultura e apropriação da cidade por meio de iniciativas juvenis

O texto mostra iniciativas bem-sucedidas de jovens na apropriação dos espaços urbanos. Pode ser apresentado aos estudantes ao longo do estudo do *Capítulo 5*, a fim de motivá-los para a intervenção em seus espaços de vivência.

"A ação juvenil, com uma multiplicidade de agendas e formatos organizativos, tem conseguido produzir formas interessantes de resistência, apropriação e ressignificação dos espaços urbanos, sobretudo em grandes cidades como São Paulo. No centro desse fazer político está sua estreita relação com as práticas culturais dessa juventude.

O direito à cultura vem sendo uma das principais demandas de jovens paulistanos, como também uma das saídas encontradas para a construção de suas trajetórias e identidades num contexto de enorme segregação socioespacial. Nas periferias da cidade se multiplicam, ano a ano, coletivos, grupos e iniciativas ligados a diferentes

expressões culturais, nas quais o fazer artístico se conecta à luta por direitos de negros, mulheres, LGBTs e outros sujeitos. Esse protagonismo de grupos e coletivos culturais juvenis da periferia não se deu de uma hora para outra, mas já podia ser vislumbrado pelo menos desde os anos 1980, a partir do hip hop de jovens periféricos no centro da cidade, do movimento punk e de turmas de pichadores, tendo em comum a capacidade de promover práticas contestadoras, subversivas ou provocativas.

Os bairros periféricos de São Paulo e das outras cidades da região metropolitana sempre foram bolsões de pobreza, aonde poucas políticas públicas chegam, havendo poucos ou nenhum equipamento cultural. Contudo, foi nesse campo que nasceu uma das mais interessantes políticas públicas dirigidas à juventude: o Programa de Valorização das Iniciativas Culturais, conhecido como Programa VAI. Criado em 2003 graças a uma lei municipal construída por meio do diálogo com as juventudes da cidade, o VAI possibilitou que, pela primeira vez, recursos públicos fossem destinados diretamente a jovens produtores culturais, sem intermediários e com pouquíssima burocracia. Dessa forma, inverteu um discurso de que jovens seriam perigosos ou imprudentes, apostando na autonomia desses sujeitos e na priorização da periferia, possibilitando que iniciativas coletivas de pessoas com idade entre 18 e 29 anos, em torno de diversas linguagens culturais, recebessem até R$ 20 mil – em 2013, a lei foi revista, e o valor atual é de R$ 30 mil. Com centenas de grupos apoiados tanto financeiramente como por assessoria técnica, o programa contribuiu para impulsionar a produção cultural jovem, no mesmo período em que os saraus se consolidaram nas periferias.

A difusão das ações culturais nas regiões mais afastadas do centro fez que, a partir da segunda metade dos anos 2000, a periferia vivesse uma espécie de explosão criativa, ainda que tais ações possibilitem o acesso apenas de uma parcela dos habitantes dessas áreas. Entre os efeitos que vêm sendo destacados pelos próprios grupos e coletivos, por gestores ou por pesquisadores da área, estão a criação de redes de colaboração entre produtores culturais e a formação de circuitos culturais interperiferias, fomentando novos deslocamentos entre esses espaços e bairros e também diversas articulações em torno de demandas de políticas culturais. Em 2010, por exemplo, a Rede Livre Leste, que congrega diversos grupos e coletivos da parte leste da cidade, lançou o Manifesto Policêntrico, que, entre outras coisas, reivindica espaços físicos adequados para produzir e difundir suas artes e denuncia a dificuldade de conseguir parcerias para uso dos espaços culturais públicos disponíveis. Graças à Rede Livre Leste nasceram o Fórum Cultural da Zona Leste e a Frente pelas Casas de Cultura. Posteriormente, surgiu uma articulação de produtores e produtoras culturais de todas as regiões da cidade em torno de uma lei de fomento à periferia, votada como uma das prioridades da Conferência Municipal de Cultura de 2014. Assim, a periferia paulistana conta não apenas com um contingente significativo de artistas animando uma cena cultural, mas também com uma boa capacidade de construir agendas, dialogar e pressionar o poder público.

Outro desdobramento importante diz respeito a uma mudança de olhar da juventude para a cidade e, ainda mais importante, para sua própria identidade, ao deslocar o sentido dos termos 'periférico' ou 'periferia'. Historicamente constituídas em torno de ideias negativas, essas palavras foram apropriadas pelos movimentos culturais e passaram a caracterizar a arte produzida nesses locais. À medida que sai da invisibilidade e ganha reconhecimento interno e externo, a produção cultural da periferia se torna uma evidência de que os 'periféricos' são pessoas produtivas e criativas, além de simbolizar os laços que vão sendo criados e geram frentes coletivas de lutas. Como aponta Renato de Almeida, mestre em Antropologia e liderança do Instituto Paulista de Juventude, a produção cultural presente nos bairros de periferia envolve também uma reconstrução espacial e do olhar para o espaço urbano na qual 'o bairro torna-se uma mediação na relação com a cidade e com as estruturas de poder'."

SIQUEIRA, Gabriel di Pierro; FREITAS, Maria Virginia de. Cultura e apropriação da cidade por meio de iniciativas juvenis. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 13 nov. 2015. Disponível em: <www.diplomatique.org.br>. Acesso em: mar. 2016.

Para quem é real a rede urbana?

O texto foi retirado de uma coletânea das obras, dos escritos e das reflexões de Milton Santos, geógrafo e livre pensador focado na urbanização dos países menos desenvolvidos.

"Na grande cidade, há cidadãos de diversas ordens ou classes desde o que, farto de recursos, pode utilizar a metrópole toda, até o que, por falta de meios, somente a utiliza parcialmente, como se fosse uma pequena cidade, uma cidade local.

A rede urbana, o sistema de cidades, também tem significados diversos segundo a posição financeira do indivíduo. Há, num extremo, os que podem utilizar todos os recursos aí presentes, seja porque são atingidos pelos fluxos em que, tornado mercadoria o trabalho dos outros se transforma, seja porque eles próprios, tornados fluxos, podem sair à busca daqueles bens e serviços que desejam e podem adquirir. Na outra extremidade, há os que nem podem levar ao mercado o que produzem, que desconhecem o destino que vai ter o resultado do seu próprio trabalho, os que, pobres de recursos, são prisioneiros do lugar, isto é, dos preços e das carências locais. Para estes, a rede urbana é uma realidade onírica, pertence ao domínio do sonho insatisfeito, embora também seja uma realidade objetiva. Para muitos, a rede urbana existente e a rede de serviços correspondentes são apenas reais para os outros. Por isso são cidadãos denominados incompletos. As condições existentes nesta ou naquela região determinam essa desigualdade no valor de cada pessoa, tais distorções contribuindo para que o homem passe literalmente a valer em função do lugar onde vive. Essas distorções devem ser corrigidas em nome da cidadania. [...]

Do direito à cidade aos direitos territoriais

Por exemplo, na esteira do que escreveu Henri Lefebvre, muito se fala em 'direito à cidade'. Trata-se, de fato, do inalienável direito a uma vida decente para todos, não importa o lugar em que se encontre, na cidade ou no campo. Mais do que um direito à cidade, o que está em jogo é o direito a obter da sociedade aqueles bens e serviços mínimos, sem os quais a existência não é digna. Esses bens e serviços constituem um encargo da sociedade, através das instâncias do governo, e são devidos a todos. Sem isso, não se dirá que existe o cidadão.

Todavia, nas circunstâncias atuais, o planejamento social parte de uma definição de recursos que é residual. Os reclamos de ordem social são atendidos com o que sobra de outras prioridades, consideradas mais prioritárias e que, de maneira geral, se incluem na órbita do econômico, do político, do militar e do estratégico. Por isso, as somas devotadas à educação, à saúde, à cultura, ao lazer estão sempre se reduzindo, enquanto aumentam as necessidades reais criadas pela pressão da modernidade. O resultado são os déficits permanentes e crescentes nessas áreas.

O raciocínio tem de ser invertido. Devemos não mais partir dessa alocação enviesada dos recursos, mas de uma explícita definição da cidadania concreta, ou, em outras palavras, da lista efetiva dos direitos que constituem essa cidadania e poderão ser reclamados por qualquer indivíduo.

O atraso quanto à dotação desses bens e serviços é escandalosamente grande. R. Guidicci os denomina de 'terciários sociais', denominação que, aliás, não exclui outras. Para R. Guidicci (1980, p. 160), 'o terciário social deveria compreender os setores de pesquisa, de instrução em todos os níveis, de saúde, de assistência, de cultura, de turismo e de lazer etc. [...], de habitação e de administração democrática'.

Tal definição é aplicada ao seu país de origem, a Itália. A nosso ver, ela é bem mais abrangente do que mesmo poderíamos ambicionar, num primeiro momento, para as populações e o território brasileiro, tão carentes, ambos, de recursos sociais elementares. Mas a instalação do que chamamos de fixos públicos ou fixos sociais ajudaria a mudar, em breve espaço de tempo, as condições gerais de vida do povo brasileiro em seu conjunto.

Por isso, não devemos imaginar que o problema se resolva de uma noite para o dia. Também não se deve prometer vagamente a atribuição de tais recursos sociais indispensáveis. O que se impõe é, como dissemos, uma listagem consequente do que há a fazer, para que toda a população seja atendida e, a partir do que exige até hoje, estabelecer regiões e estratos sociais, um programa credível e um cronograma de ações.

A acessibilidade compulsória aos bens e serviços sociais seria uma parte obrigatória dos diversos projetos nacionais. É nessas condições que participariam dos programas partidários, os quais seriam, entretanto, diferentes, até mesmo divergentes, em função da própria listagem (declarando o que cada qual considera como um dever social), da ordem de atendimento e tempo necessário à cobertura dos déficits encontrados e da forma como a distribuição se faria entre as regiões e entre as classes sociais.

Os partidos se distinguiriam também pela sua definição do que deve ser considerado como pobreza, do aporte do Estado à sua eliminação, do tempo a utilizar para que tal pobreza seja eliminada ou atenuada. Sem isso, ficará difícil, senão impossível, aos cidadãos, segundo sua localização e sua renda, reclamar da facção no poder o cumprimento da promessa. Sem a possibilidade de cobrar dos eleitos realizações prometidas, a figura do cidadão verdadeiro é inexistente. Se a proposta aqui feita vingasse, a vida política ganharia, destarte, uma nova dimensão."

SILVA, Elisiane da et al. (Orgs.). *Milton Santos*: o espaço da cidadania e outras reflexões. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011. p. 191-192, 209-211 (Coleção O Pensamento Político Brasileiro).

Sugestões de livros, *sites* e filmes

Livros

- **Urbanização e mundialização**. De Ana Fani Alessandri Carlos (Org.). São Paulo: Contexto, 2005.

  Reflexões sobre a metrópole realizadas durante encontros entre geógrafos da Universidade de São Paulo e da Universidade de Barcelona. Diversos temas atuais são enfocados sob a forma de ensaios: da cidade industrial à cidade dos consumidores; a reprodução da cidade como "negócio"; cidades ou sociedades sustentáveis; funções culturais da metrópole; São Paulo – uma cidade global; entre outros.

- **A produção do espaço urbano**. De Ana Fani Alessandri Carlos. São Paulo: Contexto, 2011.

  A autora discute como o espaço se constitui como elemento central das dinâmicas sociais presentes nas cidades.

- **O lugar do olhar: elementos para uma Geografia da visibilidade**. De Paulo Cesar da Costa Gomes. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

  Por meio de relatos sobre a evolução da Geografia, a arquitetura, o urbanismo e a vida urbana moderna, o autor visa recuperar o sentido da observação, estimulando os leitores a refletirem visualmente sobre os lugares.

- **Milton Santos: o espaço da cidadania e outras reflexões**. De Elisiane da Silva et al. (Orgs). Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011 (Coleção O Pensamento Político Brasileiro).

  A obra reúne reflexões, pensamentos e ideias do maior geógrafo do Brasil.

- **A urbanização brasileira**. De Milton Santos. São Paulo: Edusp, 2005.

  Obra clássica do geógrafo Milton Santos sobre o processo de urbanização no Brasil. O livro discute temas como metropolização, população, migração, divisão do trabalho, concentração econômica e os problemas estruturais das cidades brasileiras.

Sites

- **Agência de Notícias das Favelas** <www.anf.org.br>

  Fornece informações bastante diversificadas sobre a realidade das favelas do Brasil e de outras partes do mundo.

- **Centro de estudos da metrópole** <www.centrodametropole.org.br>

  Centro de estudos sobre Ciências Humanas de forma geral, com discussões e produções científicas sobre as questões urbanas mais recentes e produzidas no mundo todo.

- **IBGE – Cidades@** <www.ibge.gov.br/cidadesat/>

  Site do IBGE que traz histórico, infográficos e inúmeros outros dados estatísticos sobre cada um dos municípios brasileiros.

- **Juventudes e a desigualdade no urbano** <www.diplomatique.org.br/edicoes_especiais_det.php?id=11>

  Edição especial do *Le Monde Diplomatique*, em que se aborda a juventude no espaço urbano, seus desafios e potencialidades.

- **Vitruvius** <www.vitruvius.com.br>

  Portal com textos críticos, documentos históricos, resenhas, artigos e entrevistas relacionadas à arquitetura e ao urbanismo no Brasil.

Filmes

- **A nuvem**. De Fernando Solanas. Argentina, 1998. 123 min.

  Buenos Aires parece eternamente coberta pela névoa e pela chuva. Enquanto isso, pessoas e automóveis andam estranhamente para trás. Nesse ambiente, um grupo de teatro luta pela sobrevivência diante do abandono governamental.

- **O homem das multidões**. De Cao Guimarães e Marcelo Gomes. Brasil, 2014. 95 min.

  Discute as difíceis relações sociais nas grandes cidades brasileiras.

- **São Paulo, Sociedade Anônima.** De Luís Sérgio Person. Brasil, 1965. 112 min.

  Mostra a complexidade da cidade de São Paulo no ápice do processo de industrialização brasileira, impulsionado pela instalação das indústrias automobilísticas.

Agentes da sociedade – Jovens no Brasil (p. 128)

Conexões

Este projeto pode ser desenvolvido em conjunto com os professores de:

- História: cidadania; direitos sociais
- Sociologia: vulnerabilidade e juventude
- Matemática: construção de gráficos e tabelas para informar dados quantitativos sobre a situação dos jovens brasileiros
- Língua Portuguesa: elaboração de cartazes e cartas formais
- Biologia: saúde humana; sistema reprodutivo; efeitos de substâncias químicas no organismo
- Língua Inglesa: leitura de relatórios e dados sobre o tema

Sugestão para o planejamento do projeto

- 1 aula: apresentação da proposta de trabalho, divisão dos grupos e distribuição das tarefas
- 1 semana, aproximadamente: etapas 1 e 2. Coleta de dados e elaboração do mapa e das apresentações (painéis, cartazes, vídeos). Procure orientar cada um dos grupos na condução de sua tarefa, respeitando a realidade da turma e da escola; proponha que a pesquisa seja feita fora do horário de aula
- 1 aula: organização dos dados coletados, avaliação da condução dos trabalhos e finalização das apresentações
- 1 aula: discussão dos dados e das informações pesquisados
- 2 aulas: elaboração e distribuição dos cartazes e/ou cartas

De acordo com o IBGE, em 2013 havia cerca de 22 milhões de adolescentes entre 12 e 17 anos no Brasil, correspondendo a mais de 10% da população total do país. Esses garotos e garotas de hoje vão, paulatinamente, adentrar o mundo adulto e serão, nas próximas décadas, responsáveis pelas decisões que afetarão não apenas sua vida pessoal, mas também a pública. No entanto, esse grupo da população sofre inúmeras ameaças que impedem um desenvolvimento saudável e adequado à formação de cidadãos conscientes do seu papel como sujeitos responsáveis pela sociedade em que vivem e pelas transformações no seu lugar. Refletir sobre suas especificidades e necessidades é fundamental para compreender a temática juvenil e planejar de maneira mais adequada projetos educacionais, culturais, de trabalho e de saúde, visando atender aos cidadãos dessa faixa etária e prepará-los não só para o presente – conscientizando-os de suas necessidades e responsabilidades –, mas também para o futuro. É dever do Estado, da escola, dos pais e da sociedade em geral possibilitar às crianças e aos jovens uma formação íntegra. Isso pressupõe o atendimento às necessidades desses grupos em diferentes aspectos, entre os quais podemos destacar a questão da saúde, da segurança, dos estudos, do lazer, da cultura e do trabalho.

Este projeto foi pensado com o objetivo de preparar e capacitar os jovens para compreender de forma mais abrangente alguns fenômenos sociais que impactam mais diretamente as pessoas dessa faixa etária. Dessa forma, estarão se capacitando cada vez mais para perceberem-se como sujeitos capazes de intervir no seu próprio processo histórico e no seu espaço de vivência, valorizando-se para a vida, a continuação dos estudos, o cumprimento de seus deveres e a exigência de seus direitos. Para subsidiá-lo na preparação das aulas para esta seção, indicamos o livro *Juventude e políticas sociais no Brasil*, publicado em 2009 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. A publicação, disponível no *site* <www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5641>, traz um material abrangente sobre a juventude brasileira e as políticas públicas para esse segmento da população. Esse material também poderá ser útil aos estudantes.

Outra sugestão que pode auxiliá-los na condução deste projeto é o *site* da Fundação Itaú Social, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), com a coordenação técnica do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), cujo objetivo é promover o desenvolvimento das organizações que atuam com crianças e adolescentes: <www.educacaoeparticipacao.org.br>. Instigue os estudantes a conhecer iniciativas como essa e, se possível, dedique um tempo dos estudos para isso. No entanto, também é fundamental que os estudantes pesquisem iniciativas desse tipo no lugar em que vivem, conhecendo-as, valorizando-as e, se

possível, tomando parte delas. Para isso, converse com outros professores e agentes da comunidade escolar para conhecer essas iniciativas e orientar os estudantes a respeito delas.

Para melhor conduzir o projeto, é importante que você conheça a realidade dos estudantes e o contexto social geral em que estão inseridos. Dessa forma, poderá identificar as situações de vulnerabilidade a que estão mais expostos, bem como orientá-los de forma melhor para o encaminhamento de soluções ou a prevenção de danos. Para auxiliá-lo, sugerimos a leitura do texto a seguir.

O direito de ser adolescente

"Cada adolescente estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente, tem direito à saúde, à educação, ao esporte, ao lazer e à cultura, à formação para o trabalho, à convivência familiar e comunitária, à proteção especial. Tem direito de viver essa etapa da vida de forma plena, e de ter oportunidades para canalizar positivamente sua energia, sua capacidade crítica e seu desejo de transformar a realidade em que vive.

Ao reafirmar esses direitos, o Unicef convoca o Estado, a sociedade brasileira e as famílias a garantirem para cada um desses meninos e meninas o direito de viver essa etapa de sua vida sob a lógica da equidade. Ou seja: livres da desigualdade, mas celebrando a diversidade que torna cada ser humano único, sujeito de direitos. O reconhecimento da importância dos processos de desenvolvimento que ocorrem na adolescência, da oportunidade que a adolescência representa para o País, do benefício que as vivências da adolescência representam tanto para sua vida presente quanto, posteriormente, para sua vida de adulto, resulta na afirmação de que esses meninos e meninas são detentores do direito de ser adolescente. O que significa, sob a ótica da cidadania, o direito de ter direitos, de conhecer seus direitos, de criar novos direitos, de participar da conquista dos seus direitos.

Adolescências

Para que esse direito seja realizado, é fundamental superar as desigualdades e reduzir vulnerabilidades que limitam o desenvolvimento de uma adolescência plena e a construção de um novo olhar sobre a adolescência, que compreenda, sem estigmas e estereótipos, que ser adolescente é mais do que um processo biológico e psíquico. Isso não quer dizer que aquilo que acontece no corpo e na mente de meninos e meninas nessa etapa da vida seja irrelevante. De forma alguma. Hoje se sabe que o cérebro, ao contrário do que se pensava antes, ainda não está pronto quando termina a infância. Na adolescência, ele passa por uma nova onda de transformações, que faz com que se sinta necessidade de criar coisas novas e de aprender. Outras modificações em regiões do córtex que estão relacionadas com o raciocínio e a memória conferem aos adolescentes uma enorme capacidade de lidar com informações.

O que se sabe hoje sobre esse período traz novas perspectivas. Características associadas à adolescência e geralmente tomadas sob o ponto de vista negativo, como impulsividade, desejos de mudança e de extrapolar limites, extrema curiosidade pelo novo, intransigência com suas opiniões e atitudes, tornam-se, na verdade, oportunidades de aprendizagem e inovação para escolas, famílias, comunidades e para os próprios adolescentes. Mas, atualmente, para além das transformações biológicas e psíquicas, o conceito de adolescência incorpora a ideia de uma construção social dessa etapa da vida e diz respeito à multiplicidade de formas como ela é vivenciada. Não se fala mais da adolescência, no singular, mas de adolescências, no plural.

Isso porque as experiências de ser adolescente sejam no plano físico, psíquico ou social, são distintas para cada menino ou menina, por vários fatores: o lugar onde se vive, por exemplo, ou também a forma pelo qual o adolescente interage e participa, seja da vida familiar, na escola, no bairro onde vive, na cidade onde mora. Afinal, é diferente ser adolescente em uma aldeia indígena, na periferia de uma grande cidade, no sertão, ou ainda em família, num abrigo, nas ruas, frequentando ou não uma escola. Num País com tamanha diversidade e disparidades regionais, étnicas, culturais e socioeconômicas, essas adolescências reúnem uma pluralidade de possibilidades, expectativas, experiências, significados e desafios para a garantia do direito de ser adolescente.

O papel dos adultos

Para assegurar esse direito de ser adolescente de forma saudável, estimulante e protegida, a presença dos adultos é crucial. Sejam eles pais, educadores, parentes, amigos, vizinhos, autoridades ou pessoas que de alguma forma convivem com essas garotas e garotos, os adultos precisam assumir uma

perspectiva pedagógica, de diálogo, de respeito e de referência para a construção de limites e de cuidados para com os adolescentes, assegurando seu desenvolvimento integral.

Não há melhor tempo que este, a adolescência, para proporcionar a meninos e meninas experiências que os ajudem nas escolhas sobre sua vida, que os orientem sobre como se proteger e proteger o outro, que os estimulem a construir sua autonomia, mas também sua alteridade.

Em casa, na escola, na rua, no posto de saúde, em qualquer lugar, nem o autoritarismo, que reprime a construção da autonomia, nem a ausência da orientação e a falta de limites, que normalmente resultam em negligência, contribuem para a realização do potencial de desenvolvimento dos adolescentes como cidadãos e cidadãs. A presença adulta na vida dos adolescentes deve ajudar a promover o diálogo entre gerações e a transformar ideias em propostas. Se os adolescentes têm muita energia e criatividade, os adultos têm mais repertório, maior leque de práticas e devem assumir perante os adolescentes uma postura de troca de histórias e experiências.

Os adolescentes esperam dos adultos esse papel de guiar e conversar. Quando se manifestam, em conferências, plenárias, eventos e mesmo quando são ouvidos em pesquisas, meninos e meninas afirmam com clareza a importância que dão à presença dos mais velhos em seu processo de desenvolvimento. Realizada pelo Unicef nos anos de 2003 e 2007, a pesquisa Voz dos Adolescentes[1] revelou que mais de 90% dos adolescentes têm na família sua principal referência. Receber apoio e limites é visto pelos adolescentes como uma forma de cuidado que os pais têm por eles. Segundo os próprios adolescentes, quando o diálogo é feito com respeito e com orientações claras, há mais segurança e confiança.

Ao lado dos pais, os professores. Durante o Encontro Nacional de Adolescentes do Ensino Médio realizado em Brasília em 2010, o tema do papel do professor apareceu com destaque nos debates. Para os estudantes, o professor representa uma referência positiva se, além de 'dar o conteúdo', ele ajuda a refletir sobre as questões da vida, está aberto para ouvir, mas, principalmente, se contribui com sua experiência de vida e suas reflexões, e 'não quer dar uma de descolado, e ficar querendo parecer com a gente', disseram os meninos e meninas.

O diálogo intergeracional é ainda elemento crucial para assegurar aos adolescentes o direito à participação na família, na escola, no bairro, na cidade, de forma autêntica, sustentável, significativa e relevante para sua vida e também para suas comunidades e para o País, contribuindo para a redução de vulnerabilidades específicas dessa fase da vida [...], com toda a força renovadora dos adolescentes. Quando adultos reconhecem que adolescentes são atores sociais e políticos fundamentais para a construção de uma sociedade menos desigual e mais democrática e os adolescentes, que os adultos têm mais longas experiências e também precisam ser ouvidos e respeitados, ganham as famílias, as comunidades, a sociedade e o País."

1 Unicef. A voz dos adolescentes. *Adolescentes e jovens do Brasil*: participação social e política. Disponível em: <www.unicef.org>. Acesso em: mar. 2016.

Unicef. *O direito de ser adolescente*: oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades. p. 15-20. Disponível em: <www.unicef.org>. Acesso em: mar. 2016

Para uma melhor organização da atividade, sugerimos que o trabalho seja realizado em grupos. Apresente a proposta aos estudantes, distribua as tarefas para cada um dos grupos e sane as dúvidas que possam surgir. Estabeleça prazos para a coleta dos dados, respeitando a realidade da turma e orientando-a na medida da necessidade (veja, anteriormente, nossa sugestão para planejamento da atividade).

Os temas tratados são todos relevantes para a juventude brasileira, assim como a mundial. Alguns, no entanto, podem ser mais relevantes para a realidade da sua turma. Qualquer que seja o caso, deverão ser tratados de modo a evitar constrangimentos e tornar os jovens mais conscientes, preparados e assertivos em relação a cada um dos temas. Alguns deles serão mais bem encaminhados quanto mais você se preparar. A gravidez na adolescência e o abuso de drogas, por exemplo, que vêm se constituindo em graves problemas sociais, muitas vezes ainda são tratados como tabu. No entanto, é de fundamental relevância que sejam discutidos com os estudantes, uma vez que envolvem alterações físicas e psicológicas, podendo trazer sérias consequências para os jovens envolvidos, assim como para seus

familiares. Para tratar desses temas, sugerimos que você se informe sobre a realidade da sua turma e da comunidade em que está inserida e peça orientação e ajuda de outros professores, como o de Biologia e o de Sociologia.

Com relação à temática de escolarização dos jovens, pesquisas oficiais revelam que o Brasil ainda não conseguiu garantir a universalização, a permanência e a aprendizagem significativa para a maioria dos estudantes do Ensino Básico. No Ensino Médio, os dados são ainda mais preocupantes que em outros níveis da escolarização básica.

Apesar dos avanços, como, por exemplo, a ampliação significativa da oferta de vagas aos estudantes, muitos desafios permanecem, entre eles manter o jovem motivado na escola, na busca por conhecimentos que façam sentido para eles e sua vida. Entre as principais causas para a interrupção dos estudos, encontra-se a gravidez (no caso das mulheres) e a necessidade de priorizar o trabalho.

O paradoxo aqui é que, com a globalização e as novas demandas do mercado de trabalho, cada vez mais valorizam-se os estudos e as especializações. Aprofunde a investigação dessa temática a partir das experiências, dos anseios e das dificuldades de seus próprios estudantes.

Após a apresentação dos resultados, procure criar um debate com os estudantes sobre a condição da juventude, especialmente na região onde se localiza a escola, enfatizando a necessidade de a sociedade reconhecer o jovem como um sujeito de direitos.

Oriente cada etapa e avalie os estudantes durante todo o processo, nas dimensões conceituais, procedimentais e atitudinais, procurando observar não apenas o empenho individual, mas também o desempenho dos grupos de trabalho.

A seguir, indicamos uma sugestão de avaliação nessas três dimensões, focando nos conteúdos conceituais da disciplina de Geografia. Recomenda-se, no entanto, que a avaliação seja feita em conjunto com os professores das demais disciplinas envolvidas no projeto, verificando se os objetivos propostos foram atingidos e considerando-se as três tipologias de conteúdos (para isso, é importante que os professores das demais disciplinas envolvidas no projeto elenquem os conteúdos conceituais referentes a sua disciplina).

Sugestão para a avaliação

Conteúdos conceituais

- Entende e aplica os conceitos relacionados à demografia e à escolarização?
- Compreende algumas das principais características do mundo do trabalho na atualidade?
- Identifica e compreende as principais causas da violência na sociedade brasileira?
- Compreende os riscos do uso abusivo de drogas para a saúde e a vida em sociedade?
- Compreende o conceito de cultura, tanto no sentido ético (pela apreensão dos valores da sociedade em que está inserido) como estético (pela expressão e pela interpretação de diferentes formas de manifestação)?
- Reconhece a importância dos estudos, do lazer e da cultura para a formação de jovens?

Conteúdos procedimentais

- É capaz de sintetizar pesquisas e levantamentos na forma de gráficos e mapas?
- Compreende informações sob a forma de dados estatísticos?
- Consegue ler e extrair informações de textos na língua inglesa?

Conteúdos atitudinais

- Reconhece a importância dos estudos para uma formação sólida?
- Conhece o próprio corpo e sente-se responsável por ele?
- Valoriza e reivindica atividades culturais no município ou no lugar de vivência?
- Tem consciência da importância das atividades culturais para sua formação e toma parte delas?
- Participa de atividades colaborativas, formando grupos e interagindo com seus membros?
- Resolve conflitos e participa de acordos em favor do grupo?

UNIDADE 3

ESPAÇO, SOCIEDADE E ECONOMIA

A unidade aborda questões demográficas e populacionais no Brasil e no mundo. Ao evidenciar o excepcional crescimento populacional, em razão dos avanços técnicos em setores como agricultura, indústria e saúde, são discutidos problemas sociais, econômicos e ambientais. Ao discutir as dinâmicas do sistema capitalista, cujo modelo de crescimento se baseia, sobretudo, na concentração de renda e de riqueza nas mãos de uma minoria e no consumismo, que exige cada vez mais recursos naturais e gera concentrações imensas de resíduos, são abordadas questões sobre degradação ambiental, pobreza, desnutrição e fome. Nesse contexto, mostra também que as transformações técnicas e científicas contribuíram, de um lado, para melhorar a qualidade de vida e, de outro, para criar novos problemas, como o desemprego estrutural e a ampliação da desigualdade social.

Outros assuntos abordados são as migrações, o envelhecimento populacional, os refugiados no mundo e a distribuição de recursos, mostrando sua relação com o processo de globalização econômica, o grau de desenvolvimento dos países e os conflitos internacionais. Ao discutir as principais dinâmicas demográficas e populacionais da atualidade, busca-se desenvolver nos estudantes a reflexão sobre os desafios impostos nos campos econômico, social e ambiental.

Conexão – Mapeamento das atividades interdisciplinares – Unidade 3

Capítulo	Título	Disciplinas envolvidas	Principais conexões
6	*Multidão*	História Arte	Ditadura militar Anos 1960 *Pop art*
	Brasil: faixas etárias	Matemática	Leitura e interpretação de gráfico Regra de três
7	Poesia virtual	Língua Portuguesa Arte	Gênero textual: poema Arte visual
	Impostos no Brasil	Língua Portuguesa	Gênero textual: cartum
8	*Marchantes*	Arte	Arte contemporânea no Brasil
	Europa	Língua Portuguesa	Gênero textual: charge
9	*Retirantes*	Arte	Movimento expressionista no Brasil
	A população de um país migrante	Língua Portuguesa	Gênero textual: letra de canção

CAPÍTULO 6 CRESCIMENTO POPULACIONAL: TENDÊNCIAS E DILEMAS

Síntese e objetivos

Ao abordar as tendências do crescimento populacional no mundo e no Brasil, são discutidas algumas teorias populacionais, surgidas com base no acelerado crescimento demográfico na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX (malthusianismo) e na explosão demográfica ocorrida nos países em desenvolvimento ao longo do século XX (neomalthusianismo, reformismo). Em oposição à explosão demográfica, é apresentada a teoria da transição demográfica, processo iniciado nos países europeus e que vem se verificando nos demais países ao longo do tempo. Nesse contexto são discutidas as políticas demográficas em alguns países do globo.

Ao trabalhar as dinâmicas populacionais brasileira e mundial são explorados conceitos demográficos, como crescimento populacional, taxa de natalidade, taxa de mortalidade, taxa de fecundidade, mortalidade infantil, população absoluta e população relativa. O crescimento populacional e o atual padrão econômico, que estimula o consumismo, são relacionados à dilapidação dos recursos naturais, e o problema da fome, que atinge populações sobretudo nos países em desenvolvimento, é discutido na perspectiva da desigualdade entre os países e os indivíduos que compõem a sociedade.

São abordados, ainda, a questão etária (nos países desenvolvidos e em desenvolvimento) e seu impacto social, e a distribuição da população por sexo.

Com o estudo deste capítulo, espera-se contribuir para que os estudantes possam:

- aprofundar os conhecimentos sobre os principais conceitos demográficos;
- relacionar o crescimento populacional aos níveis de industrialização dos países, em sua perspectiva histórica;
- explicar as teorias populacionais, contextualizando-as historicamente, e posicionando-se criticamente em relação a elas;
- compreender o crescimento populacional brasileiro, relacionando a redução da taxa de natalidade ocorrida nas últimas décadas ao processo crescente de urbanização;
- relacionar a composição etária da população ao estágio de desenvolvimento de um país;
- compreender a questão da previdência social no Brasil e nos países desenvolvidos;
- discutir e perceber a importância das transformações do papel da mulher na sociedade e os problemas que ainda persistem em relação à desigualdade de gênero, tanto no Brasil como em outros países;
- aprimorar a habilidade de leitura de gráficos de diferentes tipos para a discussão de um tema e a análise da realidade;
- ler, analisar e comparar anamorfoses e pirâmides etárias.

Sugestões de respostas e comentários

Contexto – Brasil: população em números (p. 131)

- O Brasil tem desacelerado continuamente o crescimento demográfico. O aumento da população de 205 milhões, em 2015, para 226 milhões, em 2050, indica um crescimento pouco expressivo. O país deixará de ser o 5º mais populoso para tornar-se o 7º, nos próximos anos. Isso é explicado pela baixa taxa de fecundidade da mulher brasileira, 1,8 filho entre as mulheres de 15 a 49 anos. Essa taxa, bem abaixo da média mundial, está relacionada ao uso de métodos contraceptivos modernos pela grande maioria das mulheres brasileiras (77%), bem superior às médias mundial (56%) e da América Latina e do Caribe (67%).

Leitura e discussão – Quinze anos para sempre (p. 140)

1. O autor afirma que os próximos 15 anos serão decisivos para o futuro do planeta, pois os grandes desafios do século XXI, como o aquecimento global, a fome e a pobreza extrema, terão que ser encaminhados nesse intervalo de tempo, em meio a uma profunda transição de ciclo da economia mundial.
2. O autor assegura que é necessário um investimento de US$ 160,00 por ano, o custo de um celular, para garantir a segurança alimentar de todas as pessoas. Isso corresponde a US$ 260 bilhões para erradicar a fome em 15 anos, de acordo com o artigo. Ele também discute a importância da escolha do consumo e o problema do desperdício de alimentos.

Conexão – História e Arte – *Multidão* (p. 142)

1. No final da década de 1960, a população brasileira se aproximava dos 90 milhões de habitantes e o país passava por acelerado processo de urbanização. Nessa época, o país vivia um intenso processo de industrialização e de modernização da sociedade e da economia, mas acumulava graves problemas sociais.
2. A década de 1960 no Brasil foi marcada pela ditadura militar, pela contestação da sociedade a esse regime, pela crítica dos intelectuais, pela luta do movimento estudantil, pela resistência das massas à opressão política, entre outros. A obra faz referência às manifestações populares desse período. Vale estimular os estudantes a perceberem que não é possível distinguir bem os rostos, tornando a união dessas pessoas um símbolo de força da multidão. O artista também faz alusão à linguagem das imagens publicadas em jornais.

Compreensão e análise 1 (p. 143)

1. a) A natalidade tem declinado num ritmo superior ao da mortalidade, resultado da maior urbanização e da conquista das mulheres: maior espaço no mercado de trabalho e opção por ter filhos mais tarde e em menor número para viabilizar a vida profissional. E também do maior acesso a informações sobre métodos anticonceptivos, às pílulas anticoncepcionais e aos preservativos, oferecidos gratuitamente pelo sistema público de saúde, e às noções de planejamento familiar. A taxa de fecundidade da mulher brasileira caiu de 6,2 filhos, em 1960, para 1,9 filho, em 2010. E, de acordo com a estimativa do IBGE, em 2015 era de 1,72 filho, inferior ao necessário para a manutenção do crescimento populacional.

   b) São países em situação de implosão demográfica.
2. A fase assinalada com a letra **A** corresponde à segunda fase da transição demográfica, caracterizada pela queda acentuada da taxa de mortalidade e pela manutenção de elevada taxa de natalidade. É a fase de crescimento demográfico acelerado. A fase assinalada com a letra **B** corresponde à terceira fase de transição, caracterizada por uma queda da mortalidade menos acentuada que a da natalidade e pela consequente desaceleração demográfica.

Conexão – Matemática – Brasil: faixas etárias (p. 147)

1. Sendo P_1 a população brasileira (milhões de habitantes) em 1960, temos:

   População %

   1,89 ________ 2,7

   P_1 100

   $P_1 \cdot 2,7 = 1,89 \cdot 100 \rightarrow P_1 = \dfrac{189}{2,7}$

   $P_1 = 70$ milhões

   Sendo P_2 a população brasileira (milhões de habitantes) em 2010, temos:

   População %

   14,11 _______ 7,4

   P_2 __________100

   $P_2 \cdot 7,4 = 14,11 \cdot 100 \rightarrow P_2 = \dfrac{1.411}{7,4}$

   $P_2 \approx 190,7$ milhões

   Logo, o crescimento total aproximado da população brasileira no período de 1960 a 2010, em milhões de habitantes, é dado por:

   $P_2 - P_1 = 190,7 - 70$

   $P_2 - P_1 = 120,7$ milhões de habitantes
2. As mudanças estão relacionadas à elevação da expectativa de vida e à queda das taxas de fecundidade.

Olho no espaço – Transformações na população mundial (p. 154)

1. Anamorfose. Numa anamorfose, a superfície de cada país é representada proporcionalmente à dimensão dos dados referentes ao tema cartografado. Nos exemplos citados, o tamanho de cada país no mapa é proporcional à sua população. Esse tipo de representação cartográfica foi estudado no *Capítulo 3* do *Volume 1*. Sugere-se retomá-lo e apresentar aos estudantes exemplos de anamorfoses com outros temas.
2. O único continente que deverá aumentar a sua participação relativa na população mundial é a África. A Europa é o continente que deverá apresentar a maior perda populacional. Enquanto a África deverá manter taxas de fecundidade elevadas por algum tempo durante o século XXI, as taxas de fecundidade europeias nesse século registrarão valores abaixo do nível de reposição demográfica.
3. A Índia será o país mais populoso.

Ponto de vista – Malthus, Young e a Revolução Francesa (p. 155)

1. Não contavam com dados e fontes precisos. Segundo o autor, Malthus baseou-se, sobretudo, nas impressões pessoais de um relato de viagem carregado de preconceitos.
2. Arthur Young temia, sobretudo, "as turbulências políticas e sociais que a miséria generalizada poderia causar" devido ao crescimento exponencial da população. Malthus enfatiza em sua teoria que a superpopulação era a principal ameaça da época e que o crescimento populacional dos mais pobres deveria ser severamente controlado.
3. Nas décadas que antecederam a Revolução Francesa, o crescimento populacional acelerado contribuiu para a "estagnação dos salários no setor agrícola e para o aumento dos rendimentos associados à propriedade da terra", elevando a tensão social na França. Nesse sentido, a miséria associada ao crescimento populacional foi um elemento importante que contribuiu para a impopularidade e a queda da aristocracia e do regime politico estabelecido.

Compreensão e análise 2 (p. 156)

1. a) A. Níger; B. Noruega; C. Argentina.
   b) O Níger (A) está na segunda fase de transição demográfica. País com baixos graus de desenvolvimento e índice de urbanização caracteriza-se pelas altas taxas de natalidade, pela baixa expectativa de vida e pelo crescimento acelerado. A Noruega (B) atingiu a quarta fase de transição demográfica, a de estabilização demográfica. Trata-se de um país desenvolvido, com elevado índice de urbanização, alta expectativa de vida e baixas taxas de natalidade e mortalidade. A Argentina (C) encontra-se na terceira fase de transição demográfica. Como os demais países emergentes com elevado grau de urbanização, apresenta crescimento moderado e as taxas de crescimento natural, natalidade e mortalidade em queda.
2. A imagem mostra duas mães acompanhadas de seus filhos. A mãe que ocupa o plano da frente do cartaz está sorrindo e caminha com apenas dois filhos bem-vestidos e de olhar feliz e tranquilo. Todos caminham em contato físico e protetor da mãe. No plano do fundo, a outra mãe caminha com seus filhos malvestidos e descalços e observam os sinais de prosperidade da outra família. Todos aparentam tristeza e a mãe expressa a amargura resultante da construção de uma família numerosa. Trata-se de uma campanha de planejamento familiar do Quênia, dirigida à grande maioria da população pobre do país. Ela passa a mensagem de que a prosperidade e a felicidade estão relacionadas ao tamanho da família, que a aproxima da visão antinatalista defendida pela teoria neomalthusiana.

CAPÍTULO 7 SOCIEDADE E ECONOMIA

Síntese e objetivos

Para o estudo das relações entre economia e sociedade no contexto da globalização, é necessário considerar as diferenças no grau de desenvolvimento dos países. Essa distinção requer esclarecer aspectos importantes da economia e da sociedade, como: os setores da atividade econômica, com destaque para a PEA e sua distribuição; o PIB; o terceiro setor; o *e-commerce*; os trabalhos formal e informal; o IDH; o desemprego; o trabalho escravo e o infantil; a situação da mulher no mercado de trabalho; a distribuição de renda e o papel do Estado; e a exclusão social. Alguns desses temas são analisados na perspectiva das políticas neoliberais e focados especialmente no contexto da realidade brasileira.

Pretende-se que, ao final do estudo deste capítulo, os estudantes sejam capazes de:

- compreender a distribuição da PEA nos setores da economia e relacioná-la com o nível de desenvolvimento dos países;
- analisar os impactos socioespaciais das novas tecnologias na produção de mercadorias, no comércio e nos serviços;
- relacionar o problema do desemprego às mudanças ocorridas ao longo do processo de desenvolvimento do capitalismo, distinguindo o desemprego conjuntural do estrutural ou tecnológico;
- compreender a problemática dos altos níveis de informalidade entre os trabalhadores, sobretudo nos países em desenvolvimento;
- conhecer a atual situação dos jovens no mercado de trabalho;
- discutir a questão da flexibilização das relações trabalhistas e suas consequências para o mercado de trabalho e a sociedade em geral;
- conhecer o panorama atual da problemática do trabalho no Brasil;

- posicionar-se criticamente diante das situações que envolvem o trabalho escravo e o trabalho infantil;
- analisar criticamente a desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho e demais questões sobre conflitos de gênero na sociedade brasileira;
- reconhecer as disparidades da distribuição de renda nos países em desenvolvimento, com domínio dos conceitos envolvidos (renda, renda *per capita*, pobreza, coeficiente de Gini etc.);
- distinguir PIH de IDH e comparar a situação econômica e social dos países ao redor do globo;
- analisar gráficos e mapas e relacionar suas informações à realidade;
- aprimorar a competência leitora.

Sugestões de respostas e comentários

Contexto – Invisibilidade urbana (p. 157)

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes respondam que são pessoas que estão à margem da sociedade ou que não são valorizadas; são tratadas como se não existissem.

2. Como mecânico: setor terciário; como flanelinha: setor informal.

3. Resposta pessoal. Quando um trabalhador é registrado ou contribuinte do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), ele tem direito a vários benefícios. No caso de afastamento por motivo de saúde, o empregador fica responsável por pagar o salário do trabalhador nos primeiros 15 dias. Depois desse período, o trabalhador tem direito ao auxílio-doença, um benefício por incapacidade devido ao segurado do INSS acometido por uma doença ou acidente que o torne temporariamente incapaz para o trabalho.

Vale mostrar aos estudantes que existem outros benefícios aos trabalhadores registrados ou contribuintes do INSS: aposentadoria, seguro-desemprego, licença maternidade, férias, 13º salário, entre outros.

4. Muitas dessas pessoas chegam ao Brasil de forma ilegal e conseguem trabalhos de baixa qualificação e até realizam trabalho análogo à escravidão, principalmente em oficinas de costura em São Paulo, como foi amplamente divulgado pela mídia. Outros imigrantes que enfrentam as mesmas dificuldades são haitianos e africanos.

Compreensão e análise 1 (p. 164)

1. a) Trata-se do terceiro setor. Ele atua em ações sociais de utilidade pública e auxilia ou fiscaliza o Estado no cumprimento de seus deveres, em vista das desigualdades sociais e da incapacidade do poder público de executar suas responsabilidades com eficiência. As ações de ONGs, fundações e outras instituições similares podem contribuir para impedir a degradação ambiental, defender os direitos civis, enfrentar a pobreza e a exclusão social, entre outras. A importância do terceiro setor no contexto social, portanto, refere-se ao fato de essas organizações não terem fins lucrativos, não estarem ligadas diretamente ao Estado e sua estratégia estar centrada numa finalidade social.

É interessante propor desdobramentos dessa discussão com os estudantes, a partir de fatos atuais relevantes. Eles poderão, por exemplo, observar que nem todas as entidades do terceiro setor estão comprometidas com o papel social apregoado; que muitas vezes a defesa do terceiro setor está associada à concepção neoliberal de esvaziamento das ações do Estado; que muitas instituições são criadas com o objetivo de receber repasses de verbas públicas, e algumas delas foram utilizadas como instrumento de corrupção.

b) Resposta pessoal. Incentive uma pesquisa sobre organizações do terceiro setor que atuam na comunidade onde vivem os estudantes e discuta as finalidades de cada uma delas. A troca de informações entre os estudantes na sala de aula amplia as descobertas obtidas com as pesquisas.

2. a) A economia informal, ou economia subterrânea, envolve as atividades econômicas não tributadas nem monitoradas pelo governo. Envolve as atividades de empresas ou trabalhadores por conta própria que não emitem notas fiscais, já que estão à margem da estrutura econômica do Estado, e não são contabilizadas no PIB. Assim, não pagam impostos ao governo sobre o lucro ou renda e não registram os seus empregados. Nela, todos os empregos são informais. No entanto, o emprego informal também faz parte da economia formal. É expressivo, por exemplo, o número de empresas que funcionam legalmente, mas não registram seus trabalhadores, na totalidade ou em parte.

b) Houve queda na participação dos empregos informais no setor formal. No entanto, não houve mudanças sensíveis na estrutura da informalidade na América Latina durante o período.

Conexão – Língua Portuguesa e Arte – Poesia virtual (p. 170)

1. A poesia expressa uma situação de disputa ou conflito entre os gêneros. O poeta destaca a letra **x** da palavra “sexos” para dar-lhe o significado da palavra *versus*: o lado contrário, o lado oposto.

2. Resposta pessoal. A situação de conflito entre os gêneros anunciada na poesia expressa a discriminação da mulher na sociedade brasileira. São várias as situações discriminatórias: as mulheres são vítimas de agressão sexual e doméstica; recebem salários menores que os dos homens, mesmo em situação profissional similar; são preteridas nos postos de comando das empresas; possuem pequena representatividade em cargos políticos; são responsáveis pelos serviços domésticos e, em geral, não contam com a colaboração do parceiro.

Conexão – Língua Portuguesa – Impostos no Brasil (p. 174)

- No Brasil, os impostos consomem 150 dias de trabalho dos contribuintes, que, como um animal de carga, “trabalham de graça”, visto o pequeno retorno da alta taxa tributária revertido à sociedade.

Olho no espaço – Distribuição do desenvolvimento humano em 2014 (p. 176)

1. É uma posição extremamente desfavorável, considerando que o Brasil está entre as dez maiores economias mundiais.

2. Chile e Argentina.

3. Os melhores: Noruega e Austrália. Os piores: Níger e República Centro Africana.

4. Afeganistão.

Contraponto – O novo mundo do trabalho (p. 177)

1. Resposta pessoal. É provável que os estudantes sugiram títulos similares aos que seguem: “Sociedade pós-industrial”, “A supremacia da economia de serviços”, “Economia da nova era” etc.

2. A maior importância da produção de serviços em relação à produção de mercadorias. A importância crescente de profissões ligadas a atividades administrativas, de vendas, de *marketing*, de desenvolvimento de tecnologia. O papel crescente do saber teórico sobre as atividades práticas.

Compreensão e análise 2 (p. 178)

1. O Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*) está voltado para a proteção e a garantia dos direitos essenciais do cidadão (saúde, educação, emprego e moradia). Nesse sentido, os investimentos sociais governamentais nesses setores são uma forma de distribuição de renda, na medida em que os elevados impostos pagos pela população mais rica são revertidos para toda a sociedade. A maior concorrência no mercado internacional, com a globalização, forçou muitos países a abandonarem alguns princípios básicos do *Welfare State*, como a redução de impostos, para aumentar a competitividade das empresas, levando consequentemente ao corte de investimentos na área social.

2. Nos países desenvolvidos houve um amplo movimento de emancipação feminina, com a conscientização social da mulher e a quebra do preconceito contra sua participação na vida fora do lar, especialmente no mercado de trabalho. Nos países em desenvolvimento as mulheres passaram a trabalhar fora do lar, sobretudo pela necessidade de complementar a renda familiar, sem que houvesse um processo pleno de emancipação feminina.

3. A principal razão dessa tendência é a flexibilização das leis trabalhistas, implementadas há mais de duas décadas em vários países. Tal situação ampliou as modalidades de trabalhos temporários e por conta própria.

4. a) Sugestão de título: Apenas 1 em cada 18 trabalhadores nos países menos desenvolvidos tinham um trabalho seguro em 2014.

b) Os trabalhadores dos países menos desenvolvidos vivem uma situação de extrema precariedade. Mais de 80% da população ocupada é formada por trabalhadores por conta própria e não remunerados. Os trabalhadores permanentes, contemplados pelas leis trabalhistas, representam uma fatia inexpressiva do mercado de trabalho.

CAPÍTULO 8 POVOS EM MOVIMENTO

Síntese e objetivos

O capítulo aborda os movimentos migratórios internacionais, analisando as razões que geram (e geraram) tais movimentos, as barreiras legais erguidas contra os imigrantes e a questão da xenofobia, os refugiados políticos, o tráfico humano, as fronteiras estadunidenses e da União Europeia, e os fluxos do Leste Europeu.

Todas essas discussões têm como pano de fundo o contexto histórico e o processo de globalização, que desempenha papel preponderante nos fluxos populacionais.

Neste capítulo, a preocupação foi a de capacitar os estudantes a:

- explicar os movimentos migratórios e suas motivações políticas, econômicas, sociais e ambientais;
- compreender o papel da globalização nos movimentos populacionais;
- explicar a mudança em relação aos locais de origem e de destino nos movimentos migratórios a partir da segunda metade do século XX e as principais características da migração internacional na atualidade;
- diferenciar imigrante de refugiado;
- reconhecer os principais fluxos migratórios internacionais, decorrentes, em grande medida, das desigualdades socioeconômicas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento;
- conscientizar-se da existência dos inúmeros casos de migração forçada, suas causas e consequências para as pessoas atingidas;
- posicionar-se criticamente sobre a questão das barreiras erguidas pelos países desenvolvidos para conter a entrada de imigrantes e, ao mesmo tempo, o estímulo que eles oferecem para a "migração de cérebros";
- conhecer e entender os principais fluxos de migrantes na atualidade, em especial com destino para os Estados Unidos e para a União Europeia e o interior desta;
- compreender a relação entre os conflitos e as guerras do início do século XXI e a maior crise de refugiados desde a Segunda Guerra Mundial;
- conscientizar-se da necessidade de tratar a questão dos refugiados como um problema global, garantindo às pessoas nessa situação o direito a encontrar asilo em outro país e ao respeito à vida e aos direitos humanos básicos;
- conhecer e discutir as políticas adotadas pelos países desenvolvidos para fechar suas fronteiras e coibir a imigração ilegal e o ingresso de refugiados;
- compreender o crescimento do sentimento nacionalista e de grupos de extrema direita xenófobos nos países desenvolvidos;
- aprimorar as habilidades de leitura e análise de charge e mapa.

Sugestões de respostas e comentários

Contexto – Deslocamentos pelo mundo (p. 179)

1. De acordo com os estudos na *Unidade 1* deste volume, que abordaram os conflitos na Síria, e com base nas informações da legenda da imagem **B**, que remete à busca por melhores condições de vida, espera-se que o estudante empregue a expressão "refugiados" para a imagem **A** e "imigrantes" para a imagem **B**.

2. Vale estimular os estudantes com questionamentos, aproveitando as informações presentes na resposta da questão 1. Enquanto os refugiados são pessoas que se deslocam temendo por sua vida ou buscando preservar sua liberdade, fugindo de guerras, perseguições políticas e religiosas, entre outros, os imigrantes partem, por iniciativa própria, em busca de melhores condições de vida em relação ao país de origem, onde pode haver desemprego elevado, nível de desenvolvimento socioeconômico baixo, entre outros aspectos.

3. Os estudantes podem fazer referência aos Estados Unidos e a alguns países da Europa (França, Alemanha, Reino Unido, por exemplo – Espanha, Portugal e Itália vinham recebendo muitos imigrantes, mas, como a crise se intensificou mais nesses países, houve uma diminuição do fluxo em direção a eles). Canadá, Austrália, Rússia e Arábia Saudita têm recebido muitos imigrantes. Os continentes/regiões que concentram a

saída de migrantes são África, Ásia e América Latina. Quanto aos motivos desses movimentos migratórios, os estudantes podem fazer referência à desigualdade em termos de nível socioeconômico entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, à falta de oportunidades de trabalho nos países mais pobres etc.

Conexão – Arte – *Marchantes* (p. 188)

- As figuras humanas apresentam-se repetidas e alinhadas, caminhando juntas, em movimento simétrico e em fluxo contínuo, o que pode ser interpretado como a sociedade em busca de direções neste final de século e associado aos fluxos migratórios, abordados neste capítulo.

Compreensão e análise 1 (p. 189)

1. Os deslocamentos populacionais fazem parte da história da humanidade, tendo sido responsáveis pela formação dos diversos povos e dos elementos culturais que os caracterizam, por meio de um processo contínuo de choques e assimilações culturais.

2. A condição ilegal impede o imigrante de ter acesso às garantias trabalhistas e previdenciárias que cada país oferece aos trabalhadores regulares. Essa situação de ilegalidade os obriga a se sujeitar a trabalhos com baixa remuneração.

3. Essas pessoas geralmente não têm recursos para migrar para países desenvolvidos, limitando-se a se deslocar por curtas distâncias. A maioria dos que conseguem deixar seus países dirige-se para os vizinhos, que muitas vezes também não oferecem condições de abrigá-los adequadamente. Portanto, a migração para essas populações poucas vezes significa a superação da situação de precariedade.

4. Os migrantes comuns exercem uma escolha e se deslocam espontaneamente. Já os refugiados se veem obrigados a buscar outros países para viver por conta de perseguições (raciais, religiosas, políticas etc.) que colocam em risco a sua vida ou a sua integridade física.

5. Nesta década de 2010, novos conflitos internos e guerras surgiram ou se intensificaram em diversas regiões do globo. No Oriente Médio houve a expansão do Estado Islâmico, que atingiu a Síria e o Iraque, países que já enfrentavam uma guerra civil, no caso da Síria, e disputas étnico-político-religiosas, no caso do Iraque. Dessa forma, houve um agravamento dos problemas socioeconômicos, com destruição de moradias, de infraestrutura, de sistemas de educação e saúde. Outros países que enfrentavam sérios conflitos, provocando a formação de levas com centenas de milhares de refugiados, são: Afeganistão, Somália, Sudão, Sudão do Sul, Congo, além de Mianmar, na Ásia Meridional, onde os refugiados são resultado de conflitos étnicos e religiosos, num contexto de democratização do país, iniciada em 2011, após mais de cinco décadas de regimes ditatoriais. Somente a guerra civil na Síria havia provocado a morte de mais de 220 mil pessoas e a fuga de aproximadamente quatro milhões de pessoas, até o final de 2015.

6. a) Do século XVI ao XIX, muitos europeus deixaram seu país de origem e migraram para a América e outros continentes. Grande parte provinha do campo e partia em busca de um pedaço de terra. Atualmente, a população de migrantes dos países em desenvolvimento se dirige para os países mais desenvolvidos.

b) A concentração da riqueza mundial nos países desenvolvidos; a crise dos países socialistas; o processo de globalização da economia, com alto índice de desemprego nos países em desenvolvimento.

Conexão – Língua Portuguesa – Europa (p. 193)

1. O cartum mostra uma senhora (em alusão ao termo “velho continente”), representando a UE, defendendo com violência a Europa dos imigrantes. O artista faz uma crítica à postura atual dos governantes pertencentes a esse bloco de países, que vêm tomando medidas rígidas contra a imigração.

2. A Europa é o continente que vem apresentando o mais intenso processo de envelhecimento populacional, combinado com taxas muito baixas de natalidade. Essa situação, a médio prazo, pode acarretar uma carência de mão de obra no mercado de trabalho futuro e a necessidade de acolher imigrantes.

É importante lembrar os estudantes que vários países europeus, no pós-Segunda Guerra Mundial, durante o processo de reconstrução do continente, estimularam a imigração. Em função do déficit populacional provocado pelas perdas humanas, foi necessário ampliar a oferta de mão de obra para a retomada do crescimento econômico e a reconstrução da infraestrutura arrasada durante os anos de guerra.

Contraponto – Estados devem restringir a entrada de imigrantes por motivos econômicos? (p. 197)

1. O autor do Texto 1 entende que há ganhadores e perdedores nessa questão. Os ganhadores são os empresários, mas, como esse autor aponta, o que é bom para os empresários nem sempre é o melhor para a economia do país em geral. Os perdedores são os trabalhadores de baixa renda nos países que recebem os migrantes internacionais, ocasionando um retrocesso do ponto de vista social, mas também político. De acordo com esse autor, ainda, o correto seria que os países acolhedores dessem prioridade aos interesses de seus cidadãos.

   A autora do Texto 2 entende que a restrição imposta aos trabalhadores migrantes por parte dos países de destino favorece a expansão das redes de tráfico de pessoas, gerando também corrupção e exclusão social. Além disso, a situação de ilegalidade contribui para a discriminação. Ela entende que a migração é um direito fundamental e aponta a contradição no contexto da globalização, uma vez que enquanto o turismo e o comércio são incrementados, os fluxos migratórios são vistos com desconfiança.

2. Resposta pessoal. Os estudantes podem argumentar que alguns empresários dos Estados Unidos seriam prejudicados, pois perderiam oferta de mão de obra barata. Além disso, esses imigrantes, por não terem documentos, não têm acesso aos serviços oferecidos pelo Estado.

Compreensão e análise 2 (p. 199)

1. Após a Segunda Guerra Mundial, os países europeus careciam de força de trabalho para reconstruir a economia e as infraestruturas destruídas pelo conflito. Além disso, a morte de milhões de pessoas durante a guerra criou um déficit populacional que poderia ser compensado com a entrada de imigrantes. Na atualidade, a Europa adota medidas restritivas à entrada de imigrantes.
2. a) Roxo: países da União Europeia no Espaço Schengen; verde: países da União Europeia que não pertencem ao Espaço Schengen; laranja: países da União Europeia candidatos ao Espaço Schengen.

   b) Sugestões de resposta: Espaço Schengen ou Tratado de Schengen.
3. Os estudantes poderão comentar: 1) fuga da guerra civil instaurada com o desmembramento da Iugoslávia; 2) falência de indústrias no Leste Europeu e consequente desemprego; 3) transição da economia socialista para a de mercado, com desestabilização econômica dos países envolvidos, que deixaram de lado a política de pleno emprego do Estado socialista.
4. a) México e Estados Unidos.

   b) Por causa do desemprego e das condições de vida precárias para boa parte da população latino-americana.

CAPÍTULO 9 MIGRAÇÕES NO BRASIL

Síntese e objetivos

Este capítulo propõe a discussão das migrações externas e internas no território brasileiro em seu contexto histórico. Na primeira parte, é apresentado um histórico das migrações externas no Brasil desde o século XIX, período que marcou a imigração espontânea. Em seguida, são tratadas as restrições da Lei de Cotas e a entrada de estrangeiros, no período durante e após a Segunda Guerra Mundial, e os mais recentes fluxos de estrangeiros ao país. Discute questões como o preconceito, a exploração dos imigrantes ilegais e a regularização da situação desses imigrantes, abordando a necessidade de reformular a legislação para estrangeiros no país. Também aborda a questão dos refugiados no Brasil, contextualizando essa abordagem à crise mundial dos refugiados de meados da década de 2010. Ao longo da análise das migrações externas são tratadas também questões relativas às emigrações brasileiras para os países desenvolvidos e para os do Mercosul, envolvendo as motivações, os sonhos, os objetivos e também as condições reais encontradas pelos migrantes nos países para os quais se dirigem.

Na segunda parte do capítulo são tratadas as migrações internas no Brasil, destacando as motivações e as características dos principais fluxos ao longo do tempo e na atualidade e colocando em discussão o preconceito relativo aos migrantes. O objetivo é municiar os estudantes com informações a respeito dos fatores socioeconômicos desses fluxos ao longo da História.

Com o trabalho desenvolvido neste capítulo, espera-se capacitar os estudantes a:

- compreender os movimentos imigratórios estrangeiros ao Brasil e as suas razões;

- conhecer os principais grupos de imigrantes que vieram para o Brasil nos diferentes tempos históricos;
- relacionar a promulgação da Lei de Cotas, em 1934, com as conjunturas internacional e nacional da época;
- posicionar-se em relação à situação de semi-escravismo vivida por migrantes vindos de alguns países em desenvolvimento, geralmente atraídos por propostas enganosas;
- discutir as emigrações brasileiras a partir da década de 1970, levando em conta as razões, os tipos de emigrantes e as principais funções exercidas por eles no exterior;
- compreender a entrada de refugiados no Brasil em meados da década de 2010;
- entender a dinâmica das migrações internas no Brasil;
- relacionar as migrações de retorno à nova dinâmica territorial da economia brasileira;
- posicionar-se criticamente frente ao preconceito e à intolerância com os migrantes;
- identificar e valorizar as contribuições culturais dos imigrantes (internos ou internacionais);
- aprimorar a habilidade de leitura e interpretação de textos, bem como aplicar seus conhecimentos na leitura de gráficos, obras de arte, tabelas, mapas temáticos.

Sugestões de respostas e comentários

Contexto – Deslocamentos populacionais no Brasil (p. 200)

- A imagem **A** mostra a chegada de imigrantes no Porto de Santos (SP) no final do século XIX, representa um momento em que os fluxos migratórios eram predominantemente procedentes do exterior. O Brasil, em pleno desenvolvimento da cafeicultura, necessitava de mão de obra para suprir o trabalho na lavoura e estimulou a vinda de emigrantes, especialmente europeus.

  A imagem **B** registra a população nordestina do Brasil migrando para a Região Sudeste. Um momento de crescimento do movimento da migração interna com intenso fluxo do Nordeste, com economia menos dinâmica, para o Sudeste, em pleno surto da industrialização e urbanização e ampliação da oferta de empregos.

  A imagem **C** representa a presença de imigrantes haitianos, em Santa Rosa do Purus (AC). Esse é um movimento migratório recente.

Olho no espaço – Brasileiros pelo mundo (p. 205)

1. América do Norte e Europa, o maior número; África e América Central, o menor.
2. Os países desenvolvidos da América do Norte e da Europa sempre ofereceram maiores oportunidades de trabalho aos brasileiros emigrados, pois suas economias apresentavam maior dinamismo econômico e havia muita oferta de empregos menos qualificados, os quais não interessavam, em boa parte, para os habitantes desses países. É possível perceber a grande presença de brasileiros nos Estados Unidos, no Reino Unido, na Espanha, em Portugal e na Alemanha, por exemplo.
3. O Japão concentrava, em 2014, mais de 179 mil brasileiros, ou seja, mais da metade do total de brasileiros presentes na Ásia como imigrantes.
4. Os estudantes deverão somar os dados de cada continente e fazer os cálculos. Total no mundo: 3.105.922.

   3.105.922 —— 100%

   1.315.000 —— x

   $x = 42{,}3\%$

Leitura e discussão – Imigrantes brasileiros fogem de crise e voltam ao Reino Unido (p. 207)

1. É difícil avaliar com precisão, uma vez que há muitos imigrantes ilegais, porque a economia do Reino Unido está se recuperando mais rapidamente da crise econômica.
2. A crise econômica no Brasil; o fato de a libra esterlina ter se valorizado, com a cotação chegando a cerca de R$ 5,00, o que potencializa os ganhos, permitindo, por exemplo, remeter mais dinheiro para parentes no Brasil; há também o desejo de se qualificar melhor para voltar ao Brasil mais capacitado para competir no mercado de trabalho.

Compreensão e análise 1 (p. 208)

1. Esse período tem início com a Lei Eusébio de Queirós, que determinou o fim do tráfico de escravizados, num momento de grande expansão cafeeira. Esses eventos pressionaram a demanda por mão de obra assalariada no país, suprida pelos imigrantes. Outro fator foi a política de colonização da Região Sul do país, cuja ocupação foi consolidada fundamentalmente pelos imigrantes.
2. A restrição à entrada de imigrantes (com exceção feita aos portugueses) foi motivada pela crise de 1929, que levou as exportações brasileiras de café a um vertiginoso declínio, desacelerando o crescimento econômico e elevando o índice de desemprego no país.
3. Nesse período, o Brasil conquistou relativo crescimento econômico e queda das taxas de desemprego. Além disso, teve início uma crise econômico-financeira nos Estados Unidos, cujos efeitos se alastraram pelo mundo. O continente europeu também passou a enfrentar uma séria crise econômica e em seu sistema financeiro. Em razão disso, houve redução na capacidade produtiva, desaquecimento da economia, com reflexos nos índices de desemprego. Desse modo, brasileiros que trabalhavam nos países desenvolvidos se viram forçados a retornar ao Brasil. Ocorreu também a vinda de imigrantes estrangeiros em função da relativa estabilidade econômica conquistada pelo Brasil na primeira década do século XXI.
4. A população estrangeira no estado de São Paulo representava cerca de um quinto da população total em 1920. A partir desse período sua contribuição foi decrescente. As alterações da contribuição estrangeira no estado decorrem principalmente das políticas restritivas aos estrangeiros impostas por Getúlio Vargas pela Lei de Cotas (1934), que limitava a entrada de imigrantes no país. A partir da década de 1930 ocorre, também, maior mobilidade interna e São Paulo tornou-se um polo de atração de brasileiros que partiam de outras regiões.

Conexão – Arte – *Retirantes* (p. 211)

1. Sim. A tela retrata os retirantes em situação de pobreza (evidenciada pelos corpos raquíticos, poucos pertences, calçados e vestimentas desgastados) e um ambiente árido e hostil, o que permite deduzir que a falta de condições de sobrevivência é a principal causa da migração desses retirantes.
2. O expressionismo nesta obra da série *Retirantes* pode ser identificado pelos tons fortes, pelas cores contrastantes, pelos traços exagerados dos elementos humanos e suas formas distorcidas. Os personagens expressam sentimentos de dor, cansaço, desolação e apatia. A tela *Retirantes* não é apenas o registro de uma realidade, nela o artista expressa a sua visão pessoal e intuitiva. Ao denunciar na série *Retirantes* as desigualdades sociais, Portinari acentua outra característica do expressionismo, a crítica social.

Conexão – Língua Portuguesa – A população de um país migrante (p. 215)

- As levas migratórias redistribuem continuamente a população, fazendo com que os indivíduos com diferentes procedências sejam agentes de difusão dos elementos de identidade regional e ao mesmo tempo agentes de intercâmbio cultural entre diferentes regiões. Na canção, esses traços se manifestam através da música. As marcas culturais estão presentes em outras manifestações artísticas, no uso de expressões linguísticas, na culinária etc.

Ponto de vista – As raízes da resistência (p. 216)

1. Os movimentos acompanham mais recentemente novos destinos do capital, que se direciona para grandes cidades do interior, como Campinas (SP), e médias, como Jundiaí (SP), e até de porte menor, como Santa Fé do Sul (SP) e Balneário Camboriú (SC), e mesmo Encantado (RS).
2. Porque há a ideia, segundo a qual, desde o final do século XIX, o imigrante tem de ser branco europeu, e isso se choca com as características dos atuais imigrantes. A ausência de uma necessidade explícita de mão de obra estrangeira e a falta de políticas públicas em níveis municipais, estaduais e federal para promoverem a integração dos imigrantes na sociedade brasileira.
3. Resposta pessoal. É interessante questionar os estudantes sobre situações de discriminação contra pessoas que vieram de outras cidades ou de outros estados e regiões, e mesmo de fora do país.

Compreensão e análise 2 (p. 217)

1. No período colonial, as migrações internas acompanharam os sucessivos ritmos de desenvolvimento das economias regionais, relacionados à agricultura de exportação, à criação bovina ou à extração mineral. As migrações internas também foram influenciadas pelo surto de desenvolvimento da extração e da comercialização do látex, para a produção de borracha, na Amazônia (1870-1912), pelo cultivo do café – que marcou a economia brasileira em boa parte do século XIX e no início do século XX – e pelo crescimento industrial do Sudeste (especialmente no estado de São Paulo). A partir da década de 1970, por conta da expansão da atividade agropecuária no Centro-Oeste e da política de ocupação da Amazônia, essas regiões transformaram-se em novos polos de atração populacional.
2. Resposta pessoal. Os estudantes poderão mencionar as possibilidades de intercâmbio cultural, que levam à diversificação das manifestações culturais/populares em todo o país. Ao mesmo tempo, a presença em cada região de elementos culturais provenientes de outras regiões pode contribuir para reforçar a identidade cultural entre os brasileiros.
3. a) A crítica ao preconceito, seja contra o migrante nordestino, os imigrantes ou o afrodescendente. Mostra os estereótipos criados e socialmente incorporados contra os nordestinos por parte da sociedade que vive nas regiões receptoras de imigrantes.
   b) Resposta pessoal. A questão visa sensibilizar os estudantes para a questão de manifestações preconceituosas no dia a dia, muitas delas escondidas sob a forma de brincadeiras e gozações, bastante comuns entre os jovens.
   c) O preconceito em relação à migração não faria sentido se todos tivessem a dimensão da trajetória que seus antepassados percorreram até garantirem a existência das atuais gerações. Ou seja, o fato de estarmos vivos hoje revela que as gerações passadas tiveram êxito em suas estratégias de sobrevivência, e a migração foi um componente importante dessas estratégias. Se cada pessoa pudesse investigar a origem de seus ascendentes identificaria que sua história decorre da relação entre pessoas de diferentes procedências.
4. Com a expansão das fronteiras agrícolas para o Centro-Oeste e o Norte (avanço da agropecuária), além da estruturação de áreas de exploração mineral e de frentes de trabalho em projetos hidrelétricos, houve um movimento migratório expressivo de sulistas e nordestinos para essas regiões no início do segundo decênio do século XXI.

Sugestões de atividades complementares

Pesquisa

Sugira aos estudantes que façam uma pesquisa sobre algumas minorias da população brasileira, visando conhecer sua situação na sociedade ao longo da história e nos dias atuais. Poderão ser abordadas questões como educação, trabalho, condições financeiras, reconhecimento social, principais reivindicações, entre outras (ver sugestões a seguir). Entre os grupos pesquisados, poderão ser os de mulheres, migrantes (estrangeiros ou brasileiros), afrodescendentes, pessoas com deficiência e grupos LGBT (os jovens são tema de pesquisa na seção *Agentes da sociedade*, portanto, já serão estudados naquela seção). Oriente a formação dos grupos e a organização e o encaminhamento da atividade, dando autonomia aos estudantes, mas acompanhando-os ao longo do processo e dando o suporte necessário. O objetivo da pesquisa é conhecerem a situação desses grupos populacionais.

Em relação à população feminina, os estudantes poderão investigar a situação econômica, social e cultural da mulher na sociedade brasileira atual: salários em relação aos homens, posições hierárquicas conquistadas nas empresas, visão da sociedade a respeito de sua autonomia, nível de escolarização, responsabilidades profissionais × responsabilidades na manutenção da casa e criação dos filhos, violência doméstica, entre outros temas.

Em relação à população idosa, os estudantes poderão investigar: quantos são, percentual que ocuparam e ocupam atualmente na população brasileira, o papel da previdência social na sua remuneração e qualidade de vida, dificuldades enfrentadas, perspectivas em relação ao presente e ao futuro, direitos e legislação específicos para essa parcela da população etc.

No que diz respeito aos grupos LGBT, poderão discutir o papel desses grupos na sociedade, suas reivindicações, lutas e conquistas. Também poderão ser pesquisadas orientações internacionais sobre a não discriminação no emprego, descritas na Convenção 111 da OIT, que determina que os países signatários protejam a população LGBT contra a discriminação no ambiente de trabalho e aqueles que estão se preparando para entrar no mercado (sobre o tema, veja texto na seção *Leituras complementares para o professor* e *Sugestões de livros,* sites e *filmes*, nas páginas 362 e 365, respectivamente).

Sobre os deficientes, os estudantes poderão investigar as diversas maneiras pelas quais esse grupo vem sofrendo discriminação na sociedade, seja no acesso à educação, ao trabalho, ao lazer e ao convívio social. Poderão também ser discutidos os aspectos legais e os avanços na legislação brasileira em relação às pessoas com deficiência, por exemplo, a obrigatoriedade de empresas com cem ou mais funcionários contratarem de 2% a 5% de profissionais com deficiência ou beneficiários reabilitados.

Em relação aos afrodescendentes, poderão ser investigados sua situação socioeconômica na atualidade em relação aos brancos, no que diz respeito, por exemplo: ao número de estudantes nos diferentes níveis de ensino; ao número de pessoas empregadas; ao salário recebido por elas; ao número de pessoas encarceradas; ao número de trabalhadores ocupando cargos de chefia ou governamentais; entre vários outros aspectos que demonstrem a histórica desigualdade entre brancos e afrodescendentes no Brasil. Recomendamos também que os estudantes sejam incentivados a investigar diferentes casos de sucesso dos afrodescendentes nos vários campos de atuação: ciências, política, artes, *business* etc.

Os estudantes poderão buscar dados e informações em órgãos oficiais, empresas, livros, jornais, revistas e na internet etc., e também conversando com pessoas que representam os grupos pesquisados (além das várias indicações ao longo dos livros do estudante e do professor). A atividade propicia que os estudantes integrem a Geografia com conhecimentos de História (ao investigarem os processos e a historicidade dos fatos e dos problemas atuais) e com Sociologia (ao examinarem as práticas sociais e culturais das minorias no Brasil).

Entrevista

Peça aos estudantes que entrevistem estrangeiros (ou seus descendentes) que vivem no Brasil.

Caso a pesquisa não possa ser *in loco*, oriente-os a utilizar a internet ou até mesmo o telefone para o contato com os entrevistados. Os estudantes deverão levantar os motivos que levaram essas pessoas a migrar para o Brasil, destacando a época e o contexto histórico do evento e suas impressões sobre a sociedade brasileira, abordando questões sociais, econômicas e culturais.

Antes das entrevistas, auxilie os estudantes na elaboração de um roteiro com os pontos a serem pesquisados. Ao final das entrevistas, façam a tabulação dos dados obtidos, por categoria, por exemplo, origem do entrevistado, época da migração, formação profissional atual, entre outros, e socializem os resultados. A entrevista também poderá ter como tema a emigração brasileira. Nesse caso, oriente-os, adaptando as sugestões anteriores para essa temática.

Esta é uma atividade interdisciplinar para a qual os estudantes poderão solicitar a participação dos professores das disciplinas de História e Sociologia, além de Matemática.

Debates

A temática abordada no capítulo possibilita debates interessantes e que muito provavelmente instigam estudantes do Ensino Médio. Esses debates favorecem não apenas aprofundar os temas tratados, mas sobretudo visam estimular a reflexão, desenvolvendo nos estudantes o senso de equidade, justiça e respeito pelos diferentes grupos que formam a sociedade. Para que um debate atinja seus objetivos, é fundamental a informação e a análise crítica desta, favorecendo uma argumentação coerente e assertiva.

Algumas sugestões de temas relacionados à unidade para serem debatidos pela turma:

- Formas de discriminação da mulher no Brasil e no mundo. Ainda hoje há discriminação das mulheres? De que maneiras – implícitas e explícitas – elas ocorrem? Quais são as reações a essa discriminação e os avanços conquistados?
- Crescimento populacional e questão ambiental: há ou não relação entre essas duas questões? As políticas de preservação ambiental devem considerar o controle da natalidade? Nesse debate, oriente os estudantes a retomar a questão sobre o modo de vida capitalista e a sociedade de consumo, temas desenvolvidos em diversos momentos da Coleção.
- O retirante nordestino. Quais são as motivações que levaram (e ainda levam) muitos nordestinos a migrar? Como são suas condições de vida no lugar de destino? Quais são as dificuldades encontradas? O que leva ao preconceito contra o retirante? Para sensibilizar os estudantes para esse debate, sugerimos a leitura de um trecho da obra *Vidas secas*, de Graciliano Ramos, da qual reproduzimos um excerto a seguir.

Esse trabalho poderá ser feito com a colaboração dos professores de Língua Portuguesa e de Biologia, discutindo-se, por exemplo, a questão dos regionalismos e o estilo literário do autor, bem como as características da fauna e da flora do semiárido brasileiro.

O final da saga do sertanejo ou das *Vidas secas*

"Fabiano insistiu nos seus conhecimentos topográficos, falou no cavalo de fábrica. Ia morrer na certa, um animal tão bom. Se tivesse vindo com eles, transportaria a bagagem. Algum tempo comeria folhas secas, mas além dos montes encontraria alimento verde. Infelizmente pertencia ao fazendeiro – e definhava, sem ter quem lhe desse a ração. Ia morrer o amigo, lazarento e com esparavões, num canto de cerca, vendo os urubus chegarem banzeiros, saltando, os bicos ameaçando-lhe os olhos. A lembrança das aves medonhas, que ameaçavam com os bicos pontudos os olhos de criaturas vivas, horrorizou Fabiano. Se elas tivessem paciência, comeriam tranquilamente a carniça. Não tinham paciência aquelas pestes vorazes que voavam lá em cima, fazendo curvas.

– Pestes.

Voavam sempre, não se podia saber donde vinha tanto urubu.

– Pestes.

Olhou as sombras movediças que enchiam a campina. Talvez estivessem fazendo círculos em redor do pobre cavalo esmorecido num canto de cerca. Os olhos de Fabiano se umedeceram. Coitado do cavalo. Estava magro, pelado, faminto, e arredondava uns olhos que pareciam de gente.

– Pestes.

O que indignava Fabiano era o costume que os miseráveis tinham de atirar bicadas aos olhos de criaturas que já não se podiam defender. Ergueu-se, assustado, como se os bichos tivessem descido do céu azul e andassem ali perto, num voo baixo, fazendo curvas cada vez menores em torno do seu corpo, de sinhá Vitória e dos meninos.

Sinhá Vitória percebeu-lhe a inquietação na cara torturada e levantou-se também, acordou os filhos, arrumou os picuás. Fabiano retomou o carrego. Sinhá Vitória desatou-lhe a correia presa ao cinturão, tirou a cuia e emborcou-a na cabeça do menino mais velho, sobre uma rodilha de molambos. Em cima pôs uma trouxa. Fabiano aprovou o arranjo, sorriu, esqueceu os urubus e o cavalo. Sim senhor. Que mulher! Assim ele ficaria com a carga aliviada e o pequeno teria um guarda-sol. O peso da cuia era uma insignificância, mas Fabiano achou-se leve, pisou rijo e encaminhou-se ao bebedouro. Chegariam lá antes da noite, beberiam, descansariam, continuariam a viagem com o luar. Tudo isso era duvidoso, mas adquiria consistência. E a conversa recomeçou, enquanto o sol descambava.

– Tenho comido toicinho com mais cabelo, declarou Fabiano desafiando o céu, os espinhos e os urubus.

– Não é? murmurou sinhá Vitória sem perguntar, apenas confirmando o que ele dizia.

Pouco a pouco uma vida nova, ainda confusa, se foi esboçando. Acomodar-se-iam num sítio pequeno, o que parecia difícil a Fabiano, criado solto no mato.

Cultivariam um pedaço de terra. Mudar-se-iam depois para uma cidade, e os meninos frequentariam escolas, seriam diferentes deles. Sinhá Vitória esquentava-se. Fabiano ria, tinha desejo de esfregar as mãos agarradas à boca do saco e à coronha da espingarda de pederneira.

Não sentia a espingarda, o saco, as pedras miúdas que lhe entravam nas alpercatas, o cheiro de carniças que empestavam o caminho. As palavras de sinhá Vitória encantavam-no. Iriam para diante, alcançariam uma terra desconhecida. Fabiano estava contente e acreditava nessa terra, porque não sabia como ela era nem onde era. Repetia docilmente as palavras de sinhá Vitória, as palavras que sinhá Vitória murmurava porque tinha confiança nele. E andavam para o sul, metidos naquele sonho. Uma cidade grande, cheia de pessoas fortes. Os meninos em escolas, aprendendo coisas difíceis e necessárias. Eles dois velhinhos, acabando-se como uns cachorros, inúteis, acabando-se como Baleia. Que iriam fazer? Retardaram-se, temerosos. Chegariam a uma terra desconhecida e civilizada, ficariam presos nela. E o sertão continuaria a mandar gente para lá. O sertão mandaria para a cidade homens fortes, brutos, como Fabiano, sinhá Vitória e os dois meninos."

RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 175-177.

A importância da demografia na análise geográfica da população

Este texto trata das questões demográficas, enquanto categoria de análise, e pode contribuir para um aprofundamento dos estudos do *Capítulo 6.*

"Na análise geográfica da população, a demografia, além de contribuir nos procedimentos de quantificação dos dados brutos de população, definiu material estatístico de cunho mais qualitativo, que teria auxiliado a geografia na caracterização econômica, e no esclarecimento de tensões decorrentes das questões econômicas, no interior de marcos espaciais específicos.

A demografia auxilia na determinação da balança dos nascimentos e dos óbitos ou, em outras palavras, do movimento natural de crescimento da população. Os progressos da medicina e da higiene são destacados na responsabilidade do retrocesso da mortalidade. Quanto à diminuição da natalidade, aparecem interpretações sobre o impacto da Revolução Industrial e da transformação da estrutura social. Nesta análise, o peso da determinação dos elementos culturais varia, podendo ser destacados a idade para o casamento, métodos e cuidados tradicionais com a criança, fatores religiosos etc.

Ao geógrafo é reservado determinar a distribuição dos diversos tipos geográficos, fruto desse estudo demográfico e, em seguida, relacionar os caracteres específicos desses tipos com as formas de mobilização dos recursos (ou as forças produtivas, para alguns) e sua capacidade de distribuição dos meios de existência.

A tipologia geográfica dos países e regiões, a esse respeito, apresenta certa variação, mais ou menos detalhada, mas caminha na mesma direção, a da diferenciação entre países velhos e países de crescimento rápido ou países de crescimento recente.

Por exemplo, Max Derruau cria uma tipologia que classifica os países em: tipo primitivo – aquele de alta natalidade e mortalidade; tipo jovem – forte natalidade e mortalidade débil, de crescimento natural elevado; tipo maduro – natalidade e mortalidade mais baixas, com crescimento positivo, embora moderado; e regime velho, quando o crescimento natural pode ser, inclusive, negativo. Neste último caso, o coeficiente de mortalidade se incrementaria com o volume de envelhecimento da população.

A tipologia chega, inclusive, a discernir certos fatores de explicação da redução da mortalidade: de uma redução relativamente menor, fruto, em especial, da ação medicinal, até uma redução ainda maior, cujas taxas revelariam uma sociedade diferenciada, em que as classes se beneficiariam, ao mesmo tempo, embora de forma desigual, das garantias médicas e de um nível de vida mais elevado. Em países de crescimento recente, e persistência de grande miséria, a juventude da população mascararia o dado. Para aprimorar o cálculo, sugere-se uma análise diferencial da natalidade e da mortalidade, medindo sua distribuição regional e local, chegando-se, inclusive, a investigações por quarteirão, em aglomerações urbanas. Da mesma forma, o dado de fecundidade afinaria a taxa de natalidade, pois indicaria as perspectivas de evolução do crescimento da população.

As pirâmides de idade e sexo, através das quais se discriminaria a quantidade de homens e mulheres, em diferentes classes de idade, também expressariam um fator de crescimento demográfico: as pirâmides de bases significativas, isto é, com maior efetivo em intervalos de baixa idade, revelariam a possibilidade de uma maior evolução ascendente.

A composição por sexo e por idades da população, definida pelas pirâmides de idade, possibilita medir os efeitos da situação demográfica sobre as mentalidades, as condições de vida, o consumo. Teria um interesse especial para a geografia econômica, do âmbito da medição do potencial econômico de diferentes espaços.

Através dessa pirâmide, é possível inferir dados sobre o potencial produtivo de uma dada sociedade – a população em idade ativa, isto é, apta ao exercício de uma atividade –, os intervalos de idade que representam uma carga – crianças, adolescentes e velhos –, aqueles em idade de procriar etc.

Uma correlação entre a população em idade para trabalhar e a população ativa – aqueles que estão empregados ou que no momento estão desempregados, mas já tiveram um emprego – demarcaria a flexibilidade do mercado de trabalho em incorporar essa população trabalhadora disponível.

O volume da população em idade dependente anuncia a emergência de investimentos demográ-

ficos – escolas, hospitais etc. – em detrimento de investimentos produtivos, reproduzindo ritmos lentos de crescimento econômico. Portanto, a pressão demográfica pode reproduzir estágios de subdesenvolvimento.

Adicione-se à pirâmide de idade e sexo a análise da população inativa – pessoas que não exercem qualquer profissão, devido à idade, doença, abstenção voluntária etc. – e ativa, discriminando esta última, entre os diversos setores de atividade profissional. Tem-se, assim, uma contribuição da estatística demográfica à discriminação de tipos regionais, estruturas sociais e tipos de sociedades globais.

O esquema clássico utilizado é o da divisão da população ativa em três setores: setor primário, isto é, população produtora de artigos brutos – população agrícola, pescadores, mineiros etc.; setor secundário – população trabalhadora da indústria, que transforma os produtos brutos; e setor terciário – população voltada aos serviços, no sentido amplo do termo. A partir das proporções relativas de cada setor, e de sua combinação, seria possível caracterizar o grau de desenvolvimento de diferentes sociedades. Por exemplo, a população com setor primário preponderante, ainda que tenha um setor terciário significativo, identificado, inclusive, como parasitismo, definiria economias subdesenvolvidas.

O esquema parece cômodo, embora tenha sido criticado.

Ainda outros dados sobre nível de instrução, de renda etc. permitem completar a caracterização social dessa população.

Uma primeira definição, embora parcial, do fenômeno urbano, seria sugerida pelos efetivos de população concentrados no espaço, variando segundo convenções de cada país – 2 mil, 2 mil e quinhentos, 5 mil ou até 10 mil habitantes, a determinar a existência do fato urbano. O tratamento do fenômeno urbano também sugere uma perspectiva histórica, no interior de uma leitura evolucionista do povoamento, discriminando países com predomínio de população agrícola e países de economia industrial. Há distinção do fenômeno urbano nesses diferentes tipos de países. Nos últimos, o agrupamento urbano aparece como criação de aglomerações industriais. [...]

Segundo Claude Raffestin, em *Pour une Géographie du pouvoir*, os recenseamentos modernos coincidiriam com o desenvolvimento do Estado Moderno, a partir de fins do século XVIII. Revelam a vontade de conhecer os recursos humanos com que se conta. Tudo é inventariado, e o inventário é um instrumento nas mãos das organizações: estatais, empresariais, partidárias etc. Para a propaganda, o inventário é fundamental na configuração do perfil do consumidor, do receptor a ser atingido. O recenseamento definiria um saber, um poder. Para o autor, procura-se fazer crescer e deslocar a população como primeiro recurso de energia, para atender a este ou aquele objetivo. Todos os meios teriam sido utilizados no curso da história: da coerção pura e simples à incitação moral, passando pelo jogo das remunerações, tendo em vista modificar o estoque e mudar sua repartição.

Quando se recorre à imigração, sabendo-se que ela pode modificar a composição racial, étnica, linguística e religiosa da população, inclusive porque a fecundidade dos diversos grupos pode ser diferencial, as políticas de imigração tendem a cercear a entrada de determinados migrantes, visando, por exemplo, a maior homogeneidade étnica.

A demografia, no interior da geografia, embora reflita uma sofisticação estatística maior, portanto, maior controle sobre dados qualitativos das populações, significa um comprometimento metodológico da análise. Ela é apresentada na geografia como auxiliar da geografia da população, na sua configuração como primeira aproximação, primeiro momento, de uma análise mais complexa e especializada, realizada pelos outros ramos da geografia. A geografia da população refere-se, de modo geral, ao primeiro capítulo dos tratados de geografia humana, precedendo as demais 'geografias', como já foi dito. O número aparece como um primeiro contato, que sugeriria um desencadeamento mais concreto e complexo. Na verdade, a complexidade histórica de um povo, de suas estruturas sociais, econômicas e políticas, certamente transcende um modelo ou estrutura de análise indistintamente aplicada. E sua aplicação não sugere um conhecimento como um movimento em direção à leitura dessa complexidade."

DAMIANI, Amélia Luisa. *População e Geografia*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 57-61.

Documentos da ONU que estimulam e orientam as práticas de promoção dos direitos LGBT

O texto aborda a situação da população LGBT do ponto de vista dos direitos reconhecidos pela ONU.

"[...] No âmbito das Nações Unidas, o Conselho de Direitos Humanos, criado em março de 2006 em substituição à Comissão sobre os Direitos Humanos, que existiu por 60 anos, é hoje o órgão intergovernamental chave para a discussão do tema. É formado por 47 Estados e é encarregado de fortalecer a promoção e a proteção dos direitos humanos em todo o mundo.

Um mecanismo utilizado pelo conselho é a Revisão Periódica Universal (RPU), criada também em 2006, que avalia a cada quatro anos a situação dos direitos humanos nos 192 Estados-Membros [até março de 2016 eram 193 Estados-Membros] da ONU. O Brasil já participou de duas dessas revisões, em 2008[1] e 2012[2]. Em ambos os relatórios apresentados pelo governo brasileiro foi apontada a necessidade do reconhecimento e promoção dos direitos humanos da população LGBT nos vários âmbitos, bem como indicados os dados de 2.790 mortes de pessoas LGBT no território nacional no período de 1980 a 2006, fruto da homolesbotransfobia.

Nascidos livres e iguais

Um dos marcos de referência mais recentes e importantes nessa jornada pelos direitos humanos da população LGBT nas Nações Unidas é o documento Nascidos Livres e Iguais – Orientação Sexual e Identidade de Gênero no Regime Internacional de Direitos Humanos[3].

Sob a responsabilidade da alta comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Navi Pillay, esse documento nasce na esteira da primeira resolução das Nações Unidas sobre direitos humanos, orientação sexual e identidade de gênero, em junho de 2011, que possibilitou a elaboração do primeiro relatório oficial da ONU sobre o assunto, preparado também pelo Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos.

1 Disponível em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G08/117/04/PDF/G0811704.pdf?OpenElement>. Acesso em: out. 2013.
2 Disponível em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G12/116/ 21/PDF/G1211621.pdf?OpenElement>. Acesso em: out. 2013.
3 Disponível em: <www.onu.org.br/img/ 2013/03/nascidos_livres_e_iguais.pdf>. Acesso em: out. 2013.

O relatório apresenta evidências de um padrão de discriminação e violência contra a população LGBT em todo o mundo e em todos os âmbitos: no trabalho/emprego, na educação, na saúde, entre outros. Aponta a criminalização da homossexualidade nas várias regiões e o índice de violência letal.

Navi Pillay, na apresentação do documento *Nascidos Livres e Iguais*, nos lembra que 'as palavras de abertura da Declaração Universal dos Direitos dos Humanos são inequívocas: todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos e que o maior desafio para os direitos humanos é 'acabar com a violência e a discriminação contra indivíduos em razão de sua orientação sexual e identidade de gênero'.

A função da publicação é definir as obrigações que os Estados têm com as pessoas LGBT e referenciar os mecanismos utilizados pelas Nações Unidas no trato com esse tema a partir de cinco passos[4]:

1. Proteger as pessoas da violência homofóbica, lesbofóbica e transfóbica. Incluir a orientação sexual e identidade de gênero como características protegidas por leis criminais contra o ódio.

2. Prevenir a tortura e o tratamento cruel, desumano e degradante às pessoas LGBT em detenção através da proibição de tais atos, garantindo que as vítimas sejam socorridas.

3. Revogar leis que criminalizam a homossexualidade, incluindo todas as que proíbam a conduta sexual privada entre adultos do mesmo sexo.

4. Proibir a discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero.

5. Proteger a liberdade de expressão, de associação e de reunião pacífica entre pessoas intersexo[5] e LGBT."

4 *Nascidos Livres e Iguais*, pág. 13.
5 "Intersexo" é um termo geral usado para uma variedade de condições em que uma pessoa nasce com uma anatomia reprodutiva ou sexual que não parece se encaixar nas definições típicas de sexo feminino ou masculino. Pode ser, por exemplo, do sexo feminino do lado de fora, mas com a maioria de sua anatomia interna tipicamente masculina. Também podem ocorrer nascimentos em que a criança tem genitais que parecem estar entre as formas típicas masculinas e femininas: uma menina com um clitóris visivelmente grande, considerando os padrões típicos, ou falta de abertura vaginal; ou um menino com o saco escrotal não totalmente fundido, de modo que se parece mais com lábios vaginais. Fonte: What Is Intersex?, adaptado de <www.isna.org>. Acesso em: out. 2013.

Instituto Ethos. *O compromisso das empresas com os direitos humanos LGBT*. Disponível em: <www3.ethos.org.br>. Acesso em: mar. 2016.

Preconceitos

O texto trata do atual cenário dos fluxos migratórios para o Brasil e das dificuldades encontradas pelos imigrantes e pelos refugiados no país.

"Tanto no Brasil quanto na Europa, os meios de comunicação tratam a chegada dos imigrantes 'como uma ameaça, como se o país tivesse sendo invadido por uma horda de desocupados, baderneiros que vêm para cá para pressionar o tão combalido sistema de proteção social e o mercado de trabalho', escreveu Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira, pesquisador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em um artigo publicado em janeiro deste ano na Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana. Segundo ele, a dimensão desse fenômeno, apesar da intensa visibilidade, 'é bem inferior ao da entrada através de aeroportos, portos e outras áreas de fronteiras de imigrantes irregulares brancos'.

Quem chega muitas vezes se decepciona. Segundo padre Paolo Parise, um dos diretores da Missão Paz, os coiotes, como são chamados os agentes que cobram dos interessados para ajudá-los a atravessar as fronteiras de outro país, prometem aos haitianos emprego fácil e ganhos de US$ 1.500 por mês. 'Os haitianos dizem que não imaginavam que o Brasil fosse tão racista', diz ele. Mantida pela Congregação Scalabriniana e por doações, desde 1978 a Missão Paz oferece abrigo, alimentação, atendimento médico e psicossocial e serviços de documentação para imigrantes, refugiados e migrantes. Por ali passaram 11 mil dos 60 mil haitianos que entraram no Brasil desde 2010. No início de setembro, padre Paolo cumprimentava os recém-chegados sírios com a mão no peito, sem estender a mão nem tocá-los, como fazia com os latinos que encontrava enquanto caminhava, indicando os cuidados indispensáveis para lidar com os representantes dos diferentes países e culturas.

Neste ano, a equipe da Missão conseguiu empregos para 1.180 imigrantes. Até setembro do ano passado, foram 1.700, o que faz padre Paolo prever que o ano possa terminar com um terço a menos de contratações. O levantamento da Unicamp também indicou que a fase boa parece ter passado. Depois de uma época de emprego temporário relativamente fácil na construção civil antes da Copa do Mundo de 2014, muitos agora preferem ir para Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde, acreditam, encontrarão empregos melhores.

'Os órgãos públicos estão se posicionando a favor da imigração e se responsabilizando por criar políticas públicas', observa Camila Baraldi, coordenadora-adjunta da Coordenação de Políticas para Migrantes (CPMig) da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo. Como uma de suas primeiras ações, logo após ser criada, em 2013, a coordenação promoveu a simplificação da abertura de contas bancárias pelos imigrantes como forma de reduzir os assaltos a esses grupos de pessoas, que antes guardavam com eles o dinheiro que acumulavam, e facilitar a contratação por empresas. Uma boa parte do tempo das equipes do CPMig é dedicada aos haitianos, que em 2014 chegavam em grande número, às vezes um ônibus por dia. O fluxo hoje está menor, mas ainda chegam dois a três ônibus por semana vindos do Acre, a primeira parada no Brasil. A maioria permanece, ao menos no início, na capital. Agora a entrada de sírios é que está aumentando: em agosto as equipes da prefeitura atenderam 25.

Para os que chegam sem ter para onde ir, a coordenação oferece abrigos e apoio para a emissão de documentos e a procura de emprego, além de promover a articulação com as equipes de outros órgãos públicos para assegurar o acesso a serviços de saúde e educação e assistência social. 'Muitas vezes esses direitos são negados, por desconhecimento de quem os atende', diz Camila. Nesse momento uma das prioridades é a formação do Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População Imigrante, criado em agosto, que deverá ter 13 representantes do poder público e 13 da sociedade civil, com a tarefa de redigir uma proposta de política pública para a população imigrante que hoje vive na cidade de São Paulo.

O suporte legal de apoio a quem imigra ainda é precário. O Estatuto do Refugiado, de 1997, assegura alguns direitos, como o registro de estrangeiro no Brasil, mas ações mais amplas são dificultadas pelo caráter restritivo do Estatuto do Estrangeiro, em vigor desde a década de 1980. Em julho o Senado aprovou um projeto de lei que cria uma nova Lei de Migração, que revoga o estatuto e reduz as exigências para a concessão de vistos e autorização de residência. O projeto hoje tramita na Câmara dos Deputados.

Nos últimos quatro anos, o número de refugiados no país dobrou, atingindo 8.530 até setembro de 2015, segundo o Comitê Nacional de Refugiados, do Ministério da Justiça. Os sírios, que chegam em número crescente, representam 24,5% do total de refugiados de 81 nacionalidades que

vivem no Brasil, seguidos pelos colombianos, angolanos e congoleses e libaneses. Há também 12.666 pedidos de refugiados em análise.

No Brasil não há multidões de refugiados como as que há meses chegam aos países centrais da Europa, vindas principalmente da Síria, destruída pela guerra. Em 2015, a Alemanha recebeu cerca de 200 mil imigrantes, que podem compensar a redução da população gerada pela queda da taxa de natalidade, mas em geral os imigrantes são indesejados – e não apenas na Europa. De acordo com estudo do instituto francês Ipsos, metade dos moradores entrevistados em 24 nações, incluindo o Brasil, disse que havia imigrantes demais em seus países; 46% acreditavam que os estrangeiros dificultavam o acesso dos moradores nativos a empregos e apenas 21% dos 17.533 entrevistados consideraram positivo o impacto dos imigrantes em seus países. No Brasil, 36% dos que foram ouvidos disseram que os imigrantes intensificam a disputa por empregos, índice bem abaixo dos 85% da Turquia, 68% da Rússia e 56% dos moradores da Argentina com a mesma opinião.

As reações contrárias exibidas até agora nas cidades brasileiras também estão longe dos conflitos ocorridos na Europa, 'mas expressam a dificuldade da sociedade receptora em acolher estes grupos de imigrantes', ressalta Rosana. Em 2012 e 2013, pichações em portas de lojas de Piracicaba hostilizaram os coreanos, numerosos na cidade desde quando a montadora sul-coreana Hyundai começou a construir sua fábrica, em 2010. No início de agosto deste ano, o muro do cemitério de Nova Odessa, cidade próxima a Campinas, foi pichado com a frase 'Back to Haiti' ('Voltem ao Haiti'). Até julho, a Igreja Batista de Nova Odessa tinha ajudado cerca de 80 haitianos a encontrarem empregos e a aprenderem português. Em 2014, 13 haitianos denunciaram espancamentos sofridos nas empresas em que trabalhavam em Curitiba. Na capital estima-se em 2.500 o número de haitianos, a maioria trabalhando em construtoras.

Apesar das dificuldades, os imigrantes conquistam seus territórios. Já se veem lanchonetes, docerias, lojas de roupas e lan houses com funcionários ou proprietários haitianos na região do Glicério, próxima à Missão Paz, em São Paulo. A rua Coimbra, no bairro do Brás, é o coração da comunidade boliviana na capital, estimada em 300 mil imigrantes, dos quais apenas 90 mil regularizados. As feiras de sábado e domingo da rua Coimbra reúnem cerca de 6 mil bolivianos e visitantes que podem comprar batatas que parecem cenouras, pedras brancas ou pretas ou rajadas com pontos vermelhos, além de muitos tipos de milho e de pimenta e outros temperos, em meio a restaurantes que servem salchipara, silpancho, sajta, caldo de cordan e outros pratos típicos. Como provável efeito da clandestinidade em que viveram ou vivem, os vendedores são atenciosos, mas ariscos, falam com entusiasmo dos numerosos tipos de milho, quando muito contam sobre a cidade de origem, em geral La Paz ou Cochabamba, e depois silenciam. A feira foi regularizada pela prefeitura em novembro de 2014, o que permitiu melhorias em sua organização e segurança, depois de funcionar 11 anos na ilegalidade.

A menos de 3 quilômetros dali funciona uma maternidade municipal cujas equipes, desde 2005, se especializaram em atender mulheres bolivianas que em geral não falam português. Em um artigo publicado em 2006 na revista Estudos Avançados, o antropólogo Sidney Silva, da Universidade Federal do Amazonas, escreveu que a imigração boliviana se tornou mais visível em São Paulo a partir da década de 1980, mas começou nos anos 1950 com estudantes que chegavam por meio de um programa de intercâmbio cultural Brasil-Bolívia. 'Após o término dos estudos, muitos deles acabavam optando pela sua permanência, em razão das múltiplas ofertas de emprego encontradas naquele momento no mercado de trabalho paulistano', observou Silva. Depois, o fluxo de imigrantes latino-americanos – bolivianos, peruanos e paraguaios, uruguaios e chilenos – continuou em crescimento. Eles trabalham principalmente em confecções e no comércio.

Para entender as raízes da imigração, a socióloga Patrícia Freitas, atualmente pesquisadora do Centro de Estudos da Metrópole (CEM), um dos 17 Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão (Cepid) financiados pela FAPESP, entrevistou 17 bolivianos em São Paulo e outros 33, durante oito meses, em 2012 e 2013, em cidades e em municípios rurais da Bolívia, como parte de seu doutorado, orientado por Rosana Baeninger. 'Em geral os bolivianos que imigraram estão sendo expulsos do campo desde as décadas de 1980 e 1990 e viveram em situações de extrema precariedade nas cidades da Bolívia', Patrícia concluiu, após refazer as trajetórias pessoais dos entrevistados.

'As condições de trabalho lá são piores do que aqui, onde podem ganhar mais. Há casos de exploração, sim, mas muitos se dão bem', diz. Segundo ela, os contratadores atraem os interessados em emigrar por meio de anúncios e pagam a viagem para São Paulo ou Buenos Aires, outro destino

comum, para trabalhar em oficinas de costura, criando uma dívida nem sempre paga, porque os imigrantes, depois de chegarem, encontram empregos melhores. Os 50 entrevistados haviam passado por 180 oficinas de costura nas cidades bolivianas e em São Paulo.

'Esta é uma oportunidade de nos reconhecermos como parte da América Latina', diz Camila Baraldi, da CPMig. Em seu doutorado, concluído em 2014 na USP, ela argumentou que a cidadania sul-americana está em construção e 'poderia vir a ser uma cidadania fundada no paradigma da mobilidade'. Padre Paolo sugere: 'Temos de aprender e ensinar as razões históricas dos fluxos migratórios'. 'O mundo hoje', diz ele, 'é feito pela emigração e pelo refúgio, que deixaram de ser circunstanciais e hoje são estruturais'. A migração internacional é uma condição básica pela qual as sociedades e estados se formam, se expandem e se reproduzem, reitera Thomas Nail, professor da Universidade de Denver, Estados Unidos, em um livro recém-lançado (*The figure of the migrant*, Stanford University Press). 'As condições sociais da migração', ele observa, 'são sempre uma mistura dos tipos de expulsão territorial, política, jurídica e econômica. Os quatro operam ao mesmo tempo, em graus diferentes'. O mundo acadêmico tem um papel a cumprir nesse campo, oferecendo oportunidades para estudantes e pesquisadores prosseguirem em suas carreiras, alertou um editorial da Nature de 10 de setembro. De outro modo, argumentou a revista, pode-se perder uma geração inteira de talentos do Oriente Médio e de outras regiões do mundo.

FIORAVANTI, Carlos. As raízes da resistência. *Pesquisa Fapesp*, ed. 236, out. 2015. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br>. Acesso em: mar. 2016.

Sugestões de livros, *sites* e filmes

Livros

- **População e meio ambiente**. De Heloisa Costa; Haroldo Torres (Org.). São Paulo: Senac, 2000.

  Discussão, de forma plural, sobre a questão demográfica e suas relações com os grandes problemas ambientais do mundo atual, em que se propõem novos olhares e categorias de análise sobre o tema.

- **População e Geografia**. De Amélia Luisa Damiani. São Paulo: Contexto, 2004.

  A autora recupera a questão populacional no interior da chamada Geografia clássica e aponta para a discussão do contexto atual da estrutura e dos elementos da dinâmica populacional, entre outros. No livro, discutem-se as teorias malthusiana e neomalthusiana e as dinâmicas populacionais com base em estudos de geógrafos franceses.

- **Ensaio sobre o princípio da população**. De Thomas Robert Malthus. Lisboa: Europa-América, 1999.

  Obra clássica e pioneira sobre o crescimento populacional e suas consequências. Malthus argumenta que o excesso populacional é a causa de todos os males da sociedade e que a tendência multiplicativa da espécie humana desembocará inevitavelmente em catástrofe.

- **Inclusão: um guia para educadores**. De Willian Stainback. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

  Livro essencial para auxiliar os educadores na compreensão do verdadeiro sentido da palavra inclusão.

- **Promoção dos direitos humanos de pessoas LGBT no mundo do trabalho.** OIT, PNUD e Unaids. 2. ed. 2015.

  Material publicado pela ONU com o objetivo de apoiar a promoção dos direitos humanos entre pessoas LGBT. Pode ser encontrado também na versão digital: <www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_421256.pdf>.

Sites

- **Acnur Brasil** <www.acnur.org/t3/portugues/informacao-geral/o-acnur-no-brasil/>

  Site do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados no Brasil. Oferece informações sobre o número de refugiados existentes no país, suas origens, ações desenvolvidas em favor deles.

- **DRC Migration, Globalisation and Poverty** (em inglês) <www.migrationdrc.org>

  O *site*, em inglês, fornece informações detalhadas e atuais sobre as migrações internacionais.

- **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)** <www.ibge.gov.br>; <www.ibge.gov.br/ibgeteen>

  O IBGE é a principal instituição de pesquisa sobre demografia no Brasil. Apresenta também uma série de dados estatísticos sobre a economia brasileira.

- **Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social** <www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Manual-LGBT_Dez_2013.pdf>

  Este *link* traz na íntegra a publicação O compromisso das empresas com os direitos humanos LGBT, em que são apresentados os direitos desses grupos sociais de acordo com a perspectiva da ONU.

- **Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea)** <www.ipea.gov.br>

  Fundação subordinada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, é responsável pela elaboração de estudos e pesquisas para subsidiar políticas governamentais. No *site* podem ser encontrados gráficos, mapas e tabelas sobre o IDH no Brasil, informações sobre políticas urbanas, indicadores econômicos, indicadores sobre o mercado de trabalho, renda, dados demográficos, indicadores sociais e outros.

- **Laboratório de Demografia e Estudos Populacionais (Ladem)** <www.ufjf.br/ladem>

  O Laboratório de Demografia e Estudos Populacionais faz parte do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG). Apresenta artigos, análises, vídeos e *links* relacionados à demografia.

- **Memorial do Imigrante** <www.memorialdoimigrante.sp.gov.br>

  Vinculado à Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, possui um dos maiores acervos sobre a imigração para o Brasil. O *site* dá acesso a dados estatísticos, informações sobre eventos, visitas ao museu etc.

- **Ministério da Previdência e Assistência Social** <www.mpas.gov.br>

  Panorama da previdência social brasileira.

- **Ministério do Trabalho e Emprego no Brasil** <www.mte.gov.br>

  Portal governamental, traz dados e informações atualizados sobre trabalho no Brasil, oferece dados técnicos relativos a legislação trabalhista, seguro-desemprego, programas de qualificação profissional, artigos sobre trabalho informal, políticas de geração de renda e emprego etc.

- **OIT – Trabalho decente e juventude no Brasil** <www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/youth_employment/pub/trabalho_decente_juventude_brasil_252.pdf>

  Traz o relatório na íntegra, com diversos dados, informações e análises sobre o tema.

- **Population Reference Bureau** (em inglês) <www.prb.org>

  Apresenta dados estatísticos sobre a população mundial.

- **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud)** <www.pnud.org.br>

  Organismo da ONU para questões de desenvolvimento, tecnologia, ambiente, combate à pobreza e outros. Traz, além do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, os últimos RDHs mundiais.

Filmes

- **A classe operária vai ao paraíso**. De Elio Petri. Itália, 1971. 126 min.

  O filme aborda temas como os sonhos de consumo da classe média, as condições de trabalho e os movimentos de protestos.

- **A hora da estrela**. De Suzana Amaral. Brasil, 1985. 96 min.

  A vida desoladora e miserável dos imigrantes nordestinos pobres nas grandes cidades brasileiras é retratada através da história de Macabéa, que saiu do Sertão de Alagoas para tentar ganhar a vida na cidade de São Paulo.

- **Fogo no mar**. De Gianfranco Rosi. França/Itália, 2016. 108 min.

  Documentário filmado em Lampedusa, Itália, um dos principais pontos de entrada de refugiados saídos da Líbia com destino à Europa.

- **O visitante**. De Tom McCarthy. Estados Unidos, 2009. 105 min.

  Ao visitar um apartamento seu em Nova York depois de anos, um professor universitário o encontra ocupado por um casal de imigrantes ilegais.

- **Revolução em Dageham**. De Nigel Cole. Reino Unido, 2010. 113 min.

  Conta a história verdadeira de uma greve em uma fábrica de automóveis promovida por um grupo de mulheres que reivindicavam igualdade em relação aos homens no ambiente de trabalho.

- **Sob a mesma lua**. De Patricia Riggen. Estados Unidos / México, 2008. 102 min.

  Jovem mexicana deixa o filho em seu país natal para viver ilegalmente nos Estados Unidos e poder lhe oferecer melhores condições de vida.

- **Welcome**. De Philippe Lioret. França, 2009. 110 min.

  Um imigrante curdo quer sair da França e ir à Inglaterra. Barrado pela imigração decide atravessar o Canal da Mancha a nado.

Agentes da sociedade – Respeito pela diferença (p. 218)

Conexões

Este projeto pode ser desenvolvido em conjunto com os professores de:

- História: processos de migração externa e interna no Brasil;
- Sociologia: conceito de identidade; comportamentos na sociedade contemporânea;
- Filosofia: respeito e ética; filosofia da diferença;
- Língua Portuguesa: leitura e produção de textos de diferentes tipologias;
- Arte: elaboração e produção de vídeos, exposições e apresentações artísticas.

Sugestão para o planejamento do projeto

- 1 aula: apresentação do projeto e organização das etapas
- 1 semana, aproximadamente: para a realização da etapa 1
- 1 aula: para definir os grupos de trabalho, o formato das apresentações e atribuir tarefas
- 1 semana: para a elaboração das apresentações
- 1 aula: para o debate e o encerramento do projeto

A história da humanidade é marcada por diversas mobilidades de curtas e longas distâncias. Nas últimas décadas, os dados revelam um grande aumento do número de migrantes internacionais e intrarregionais em decorrência da aceleração dos processos de globalização, das catástrofes ambientais e dos conflitos étnicos. Em alguns países, especialmente nos mais ricos, o preconceito em relação ao imigrante tem aumentado cada vez mais. Em alguns casos, grupos políticos, governos e parte da população estigmatizam os imigrantes em nome da segurança nacional e da diminuição dos gastos públicos.

A questão do preconceito ao imigrante e a outras minorias, porém, não deve ser abordada, apenas, como um problema vivido pela população de outros países. Os estudantes devem ter consciência de que muitas vezes vivemos, em nosso país, diversas formas de discriminação e intolerância em relação a grupos indígenas, afrodescendentes, sem-terras, sem-tetos, migrantes internos, imigrantes, mulheres, idosos ou até mesmo crianças e jovens, além de outras minorias, muitas vezes tratadas com desrespeito em nossa sociedade.

Esta atividade visa despertar nos estudantes a consciência crítica, a compreensão de sua própria identidade e da diversidade étnica do povo brasileiro. Dessa forma, espera-se que eles sejam capazes de valorizar a riqueza dessas diferenças, desenvolvendo argumentação consistente em favor da diversidade e do respeito a elas; de repudiar ações de intolerância e discriminação, sustentando uma análise crítica a essas ações e percebendo que elas não se apoiam em argumentos racionais; e de perceber o quanto atitudes de intolerância e preconceito são prejudiciais à vida em sociedade.

A primeira etapa deverá, necessariamente, ser realizada individualmente pelos estudantes. Para um desenvolvimento mais pleno, a integração com conhecimentos das disciplinas de Ciências Humanas é fundamental. Converse previamente com os professores das disciplinas ou com o coordenador dessa área para viabilizarem uma abordagem interdisciplinar sobre o tema, explorando aspectos da colonização e do Império do Brasil e os diferentes fluxos migratórios para nosso país ao longo de sua história. Dê aos estudantes uma semana para a realização dessa etapa. Ao longo desse período, reserve alguns momentos das aulas para orientá-los e monitorar o andamento das pesquisas. Caso os estudantes não consigam todas as informações solicitadas nessa etapa, eles podem pesquisar apenas um dos lados (materno ou paterno) da família. Procure conhecer a ascendência de seus estudantes, buscando evitar constrangimentos caso não tenham conhecido e/ou vivido com seus pais biológicos. Nesse caso, faça as adaptações necessárias, de modo que eles possam investigar, por exemplo, a família adotiva ou cuidadora.

Para compilar as informações sobre a origem da turma, os estudantes podem compor dois mapas para indicar o local de nascimento de cada antepassado: um mapa-múndi para os nascidos fora do país e um mapa político do Brasil para os nascidos aqui. Esses mapas podem ser impressos (para isso devem ser providenciadas cópias ampliadas dos mapas) ou digitais.

Para as informações sobre os hábitos culturais dos locais de origem podem ser montadas exposições, no caso de os estudantes conseguirem objetos,

documentos, peças de vestuário, instrumentos de trabalho etc.; aulas de culinária, no caso de escolherem produzir e apresentar alimentos e pratos típicos; apresentações artísticas, no caso de optarem por fazer apresentações de dança, música, artes plásticas etc. Outra possibilidade é os estudantes produzirem vídeos com depoimentos dos parentes. Converse sobre as diversas possibilidades com a turma, incentivando sua criatividade de modo que possam escolher as opções mais atrativas e viáveis a cada um.

Além do apoio das disciplinas da área de Ciências Humanas, a discussão sobre identidade e nação brasileira pode ser realizada conjuntamente com a área de Linguagens, pois em várias escolas literárias e artísticas a reflexão sobre a cultura e a identidade brasileiras está presente. Se não houver possibilidade de trabalhar conjuntamente com os professores de Língua Portuguesa e Arte, leve para a sala um fragmento de texto literário, uma poesia, letras de músicas, uma pintura etc. da época ou dos artistas citados que estimulem a discussão sobre identidade.

Para sensibilizar os estudantes para a discussão sobre preconceito e discriminação no Brasil, você pode indicar a leitura do texto “Preconceitos”, da página 363 (esse texto pode ser lido na íntegra em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2015/10/13/as-raizes-da-resistencia/>). Ao discutirem sobre preconceitos e discriminações sofridas ou infringidas ao outro, é importante avaliar as próprias atitudes e também as daqueles a quem amamos ou nos são próximos. Muitas vezes os jovens reconhecem atitudes preconceituosas ou discriminatórias por parte de parentes mais velhos. Ter consciência disso é um passo importante para que não perpetuem o preconceito. Estimule-os a refletir sobre o preconceito e a discriminação presentes também em atitudes aparentemente inocentes, observando, por exemplo, de que forma os diferentes grupos étnicos e religiosos são retratados em algumas piadas que eles conhecem. Você pode dirigir um trabalho com a turma, pedindo aos estudantes que identifiquem piadas que apresentem algum tipo de preconceito ou discriminação em relação a diferentes grupos étnicos e seus costumes, indicando-os.

Oriente cada etapa e avalie os estudantes durante todo o processo, nas dimensões conceituais, procedimentais e atitudinais, procurando observar não apenas o empenho individual, mas também o desempenho dos grupos de trabalho. A seguir, indicamos uma sugestão de avaliação nessas três dimensões, focando nos conteúdos conceituais da disciplina de Geografia. Recomenda-se, no entanto, que a avaliação seja feita em conjunto com os professores das demais disciplinas envolvidas no projeto, verificando se os objetivos propostos foram atingidos e considerando-se as três tipologias de conteúdos (para isso, é importante que os professores das demais disciplinas envolvidas no projeto elenquem os conteúdos conceituais referentes a sua disciplina).

Sugestão para a avaliação

Conteúdos conceituais

- Reconhece os elementos da identidade do povo brasileiro?
- Entende o que significa “diversidade étnica” e a valoriza na vida em sociedade?
- Identifica os principais fluxos de migração e seus motivos no contexto atual?
- Compreende que os movimentos migratórios ocasionam o encontro entre cultura e identidades diferentes e que envolvem questões socioeconômicas, políticas e culturais?
- Conhece os principais movimentos migratórios brasileiros?

Conteúdos procedimentais

- Está apto à realização de pesquisas?
- Consegue relacionar o próprio cotidiano com o conhecimento científico?
- Classifica informações, elabora esquemas, mapas e resumos?
- Estrutura textos dissertativos-argumentativos?
- Está apto a expressar-se artisticamente?

Conteúdos atitudinais

- Valoriza e respeita a diversidade das pessoas que fazem parte de seu cotidiano?
- Posiciona-se de maneira adequada diante de atitudes preconceituosas?
- Sabe trabalhar em grupo?

UNIDADE 4 BRASIL: PERSPECTIVAS E REGIONALIZAÇÃO

Esta é uma unidade síntese que busca oferecer uma visão geral do Brasil como unidade política, econômica e social nos contextos regional, nacional e mundial contemporâneos e fornecer as bases para a compreensão do processo histórico de regionalização.

O Brasil tem sido muitas vezes apontado como país potencialmente capaz de crescer economicamente, apoiado num acelerado processo de industrialização. Para isso, teria a contribuição de uma população numerosa, com muitos jovens, e de um vasto território, com grande riqueza de recursos naturais.

No contexto geopolítico internacional, o Brasil tem despertado a atenção do mundo, sendo integrante de diversos blocos e grupos econômicos, como o Mercosul e o Brics. Internamente, porém, ainda enfrenta sérios problemas econômicos, sociais e ambientais, sendo um país diverso e complexo.

Conexão – Mapeamento das atividades interdisciplinares – Unidade 4			
Capítulo	Título	Disciplinas envolvidas	Principais conexões
10	Nordeste	Língua Portuguesa	Gênero textual: poema
	Amazônia	Língua Portuguesa	Gênero textual: cartum
11	Patrimônio da Humanidade	Arte História	Arquitetura colonial
	Kobra	Arte Língua Portuguesa	Arte no espaço público Grafite Trocadilho

CAPÍTULO 10 O BRASIL NO SÉCULO XXI E REGIONALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Síntese e objetivos

O capítulo instiga a reflexão a respeito de uma maior atuação do Brasil no cenário mundial, revelando o país como potência emergente e expondo suas potencialidades e seus desafios, sobretudo depois de, em meados da década de 2010, enfrentar uma crise econômica e política e sofrer retrocessos nas conquistas sociais da primeira década deste século. Nesse contexto, são discutidas as crises econômica e política em razão de inúmeras denúncias de corrupção envolvendo grandes empresários e políticos e das denúncias de crime de responsabilidade fiscal. Destaca também o Brasil como um dos principais países emergentes, que vem ampliando suas relações econômicas e políticas internacionais, revelando a capacidade competitiva de alguns setores da economia e a ampliação de suas relações diplomáticas. Aponta, no entanto, seu atraso em relação ao domínio de tecnologias avançadas e à permanência como grande exportador de *commodities*.

O planejamento regional do país é analisado a partir de suas justificativas e possibilidades. São analisadas as regionalizações do IBGE, dos três grandes complexos regionais e dos “quatro Brasis”.

De maneira geral, são retomados e discutidos neste capítulo, tendo como contexto o cenário nacional, os conceitos de Divisão Internacional do Trabalho, *commodities*, valor agregado, território, fronteira, comércio, infraestrutura, regionalização e planejamento.

A expectativa, com o estudo deste capítulo, é habilitar os estudantes a:

- compreender a posição do Brasil nas relações comerciais globais e como país emergente;
- comparar a peculiaridade do Brasil em relação aos demais integrantes do Brics;
- entender questões relacionadas às fronteiras do Brasil com os vizinhos sul-americanos;
- conhecer as potencialidades e os desafios internos do país para superar as dificuldades nos âmbitos político, econômico e social;
- compreender as necessidades infraestruturais brasileiras e identificar seus limites em termos ambientais;
- compreender o conceito de região e conhecer as diferentes regionalizações do território brasileiro conforme os critérios adotados;
- entender por que o avanço do meio técnico-científico-informacional é mais presente na Região Centro-Sul;
- compreender as políticas de ocupação do território brasileiro;
- conscientizar-se dos danos causados à sociedade brasileira em razão de práticas antiéticas de corrupção nas esferas pública e privada;
- posicionar-se criticamente em relação aos potenciais e às fragilidades brasileiras no que diz respeito a aspectos políticos, econômicos e sociais;
- compreender o cenário de crise política e econômica enfrentado pelo Brasil a partir de 2013;
- avaliar a infraestrutura do município onde vive;
- aprimorar a habilidade de leitura de gráficos, tabelas, mapas e textos de diferentes tipologias.

Sugestões de respostas e comentários

Contexto – Brasil potência? (p. 221)

1. O Brasil apresenta, em termos de potencialidades, um parque industrial diversificado, extensas áreas para agropecuária, recursos minerais abundantes, uma grande população, diversas fontes energéticas disponíveis, sendo muitas renováveis, uma transição demográfica em processo de consolidação, um mercado consumidor amplo e em expansão, uma das maiores democracias do mundo. Os desafios são: superação das desigualdades sociais, dos problemas de infraestrutura energética, de transportes e de saneamento básico, impostos elevados e estrutura tributária que onera os mais pobres (concentradora de renda), favelamento, falta de educação de qualidade para boa parte da população, deficiências no setor de saúde, o problema da corrupção, crise econômica e política, em meados da década de 2010, entre outros.
2. No livro de Pedro Dória, o Brasil é apresentado como uma grande potência mundial para o século XXI. É possível pensar que ainda temos muito tempo para o final do século XXI e nesse período o país pode crescer bastante economicamente e isso beneficiar a população, apesar da crise política e econômica dos meados da década de 2010 e dos muitos desafios a serem superados. De qualquer forma, é possível considerar o país como uma potência emergente. No livro de Michael Reid, o título aponta a ascensão do Brasil, mas a caracteriza como turbulenta. Pela imagem da capa, fica expressa que essa turbulência pode ser associada à ainda forte desigualdade social, a despeito de terem ocorrido melhorias nesse aspecto, sobretudo na primeira década deste século. O livro de Bertha e Cláudio tem um título que sinaliza para o Brasil como potência regional. De fato, nos contextos sul-americano e latino-americano, o país tem um certo protagonismo, mas ficam as perguntas a respeito da situação de crise econômica: quando e como será superada? O que isso trará para as conquistas sociais da primeira década deste século? E para a inserção do Brasil no contexto econômico e geopolítico mundial no futuro?

Leitura e discussão – Corrupção (p. 228)

1. Porque no cotidiano as pessoas fazem pequenos atos corruptos: subornam um guarda de trânsito, dão dinheiro para o funcionário de uma TV paga liberar o sinal sem que tenham contratado corretamente o serviço; nas empresas, funcionários tiram vantagens para si mesmos ao firmarem contratos de compra de mercadorias e de prestação de serviços com outras empresas. São atitudes contrárias à ética, à moral e demonstram um individualismo exacerbado. Dessa forma, nessas situações, apesar de serem em proporção menor, considerando os valores monetários envolvidos, como expressa o autor do texto, “interesses privados de alguns indivíduos se sobrepõem aos interesses públicos e gerais da sociedade”.
2. Resposta pessoal. Esta atividade pode ser feita como um fechamento da anterior. Após refletirem sobre os

casos de corrupção e suas consequências, relembrando que se verificam em níveis diferentes, desde a atuação de uma pessoa no seu cotidiano, passando pelo âmbito empresarial, e atingindo as esferas governamentais, os estudantes discutem ideias de como reduzi-los. Várias sugestões poderão surgir. Entre elas, destaque a importância da manifestação dos cidadãos no repúdio e no combate à corrupção, seja na esfera pessoal, seja na esfera pública; a necessidade de uma conduta ética em nosso cotidiano, nas diversas situações que aparecem em nossa vida. É possível também considerar as possibilidades de uma transparência maior na estruturação de contratos entre governo e empresas privadas, nas licitações e na execução de obras.

Compreensão e análise 1 (p. 230)

1. a) Estados Unidos, Reino Unido, França, Rússia e China. Esse assunto foi tratado na *Unidade 1* do *Volume 2* desta coleção. Lembre aos estudantes que o Conselho de Segurança é formado por quinze países, dos quais cinco são membros permanentes e dez são rotativos.

b) O Brasil é membro do G20, é uma das principais potências emergentes, intensificou suas relações internacionais – especialmente com países africanos, do Oriente Médio e da América Latina –, é uma potência regional, tem se colocado no mundo nas duas últimas décadas como um país institucionalmente estável e tem atuado como mediador de conflitos na América Latina, como no comando da missão de paz no Haiti.

2. Resposta pessoal. Uma fonte importante para a pesquisa do município é o *site* IBGE Cidades@, disponível em: <www.ibge.gov.br/cidadesat/>. Além dos dados quantitativos, os estudantes podem avaliar as condições de infraestrutura por meio da observação do cotidiano e de entrevistas com familiares, vizinhos, comerciantes etc.

3. O Brasil, país em desenvolvimento, tem uma carga tributária equiparada à dos países desenvolvidos, como Alemanha e Canadá, superior à do Japão, que também é um país desenvolvido, e bem superior a de diversos países em desenvolvimento. No entanto, a qualidade de serviços básicos, como saúde e educação, as condições de saneamento básico, entre outros, no Brasil são muito inferiores às dos países desenvolvidos.

Conexão – Língua Portuguesa – Nordeste (p. 231)

1. O primeiro verso rima com o terceiro. O segundo verso rima com o quarto e o sétimo verso. O quinto e o sexto verso rimam entre si.

2. Os estudantes poderão citar as estrofes 1 (para os aspectos econômicos), 2 e 3 (para os aspectos culturais).

3. Resposta pessoal. A questão permite aos estudantes perceber diferenças e semelhanças entre as regiões brasileiras e até mesmo dentro delas. É importante reforçar que as regiões, embora apresentem particularidades, também têm vários aspectos comuns com todo o território nacional.

Leitura e discussão – A capacidade geográfica do Estado (p. 234)

1. No imaginário do povo brasileiro, a construção de Brasília materializava o acelerado crescimento econômico, com a construção de novas estradas e cidades, e a modernização, bem exemplificada pela própria arquitetura e o urbanismo da nova capital do Brasil.

2. Resposta pessoal. Nesse caso, é importante pensar no poder de atuação, transformação e interferência que o Estado tem no espaço geográfico, por meio de investimentos, estímulos ao capital privado, estruturação de planejamento, inclusive regional e urbano.

Conexão – Língua Portuguesa – Amazônia (p. 236)

- O cartum revela a contradição entre o discurso governamental de defesa da soberania nacional sobre a Amazônia e o desastroso processo de ocupação, que dilapida as suas riquezas naturais e compromete a conservação desse bioma.

Olho no espaço – Extensão territorial e fronteiras (p. 238)

1. As cidades-gêmeas com essas características estão predominantemente no Arco Sul, que faz limite com três dos países-membros plenos do Mercosul: Paraguai, Argentina e Uruguai. Isso favorece o intercâmbio econômico entre o Brasil e esses países, com os quais já existem acordos comerciais e de cooperação. Desse modo, os fluxos de mercadorias e pessoas e o nível de integração nesse trecho de fronteira são maiores do que nos demais.

2. Esse trecho de fronteira com a maior parte dos países do Mercosul também corresponde, do lado brasileiro, a diversos estados com grande dinamismo econômico, no sul do país, e está relativamente próximo da Região Sudeste.

3. Nesse trecho de fronteira, há a densa Floresta Equatorial Amazônica, a região é pouco habitada e não há presença de atividades econômicas expressivas.

Ponto de vista – Brasil recua e reduz projetos de cooperação e doações para a África (p. 240)

1. A crise econômica que afetava o Brasil desde 2013 fez recuar os investimentos estatais nos países africanos. As empresas brasileiras foram afetadas pela crise internacional, reduzindo sua capacidade de investimentos, como é o caso das que comercializam *commodities*, caso da Vale, grande produtora e exportadora de *commodities* minerais. A crise na Petrobras, provocada em boa parte pela Operação Lava Jato, mas também pela queda no preço do petróleo no mercado internacional, contribuiu para diminuição nos investimentos da empresa.

2. Além de atrapalhar a ampliação das forças do país na tentativa de consolidar-se como uma potência emergente em nível global, inclusive com a eleição de brasileiros para postos-chave em organismos internacionais, afeta as aspirações do Brasil no desejo de obter um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, caso haja uma expansão no número de cadeiras nesse Conselho.

Compreensão e análise 2 (p. 241)

1. Os órgãos de planejamento regional no Brasil foram implantados com o objetivo de atenuar o forte contraste econômico existente entre o Sudeste e as demais regiões do país. São exemplos dessa política a Sudene, a Sudam e a Sudeco.

2. a) A. Complexos Regionais ou Regiões Geoeconômicas; B. Os quatro Brasis.

   b) As Regiões Geoeconômicas, ou Grandes Complexos Regionais, não acompanham os limites entre os estados, havendo estados que possuem parte do seu território em uma região e parte em outra. Essa divisão considera a formação histórico-econômica do Brasil e a recente modernização econômica que se manifestou nos espaços urbano e rural, estabelecendo novas formas de relações no território brasileiro. A divisão regional intitulada como "Os quatro Brasis" releva o contexto da Terceira Revolução Industrial ou Técnico-científica. Considera entre outros aspectos: a quantidade de recursos tecnológicos avançados, o volume de atividades econômicas modernas, nas áreas financeira, comercial, industrial e de serviços. A região que detém a maior parte desses recursos instalados é conhecida como região concentrada e corresponde às Regiões Sul e Sudeste da divisão oficial do IBGE.

3. a) A (Sul), B (Nordeste), C (Centro-Oeste), D (Sudeste) e E (Norte).

   b) O maior PIB *per capita* em 2012 era o da Região Sudeste. O menor PIB *per capita* era o da Região Nordeste.

CAPÍTULO 11 COMPLEXOS REGIONAIS BRASILEIROS

Síntese e objetivos

Neste capítulo, os três complexos regionais – Nordeste, Centro-Sul e Amazônia – são abordados mais detidamente. A fim de possibilitar a análise de diferentes aspectos de cada região, é tratado sucintamente o processo de formação histórica desses complexos regionais.

O estudo abrange em especial os seguintes temas e conceitos: complexo regional, região, sub-região, cultura, economia, industrialização, agropecuária, turismo, serviços, desmatamento, conservação do meio ambiente, sustentabilidade, ocupação territorial e desenvolvimento.

Espera-se que os estudantes, com base no estudo deste capítulo, possam:

- aprofundar seus conhecimentos sobre a diversidade natural, econômica, social, cultural e histórica do território brasileiro, inferindo daí as bases para as diversas regionalizações do país;
- assimilar as principais características socioeconômicas e ambientais de cada complexo regional e compreender sua complexidade;
- valorizar a diversidade cultural brasileira;
- conscientizar-se da diversidade social da população do território nacional;
- compreender as políticas públicas de âmbito regional;

- reconhecer os fatores que limitam o potencial de desenvolvimento socioeconômico do Nordeste, marcado pela forte concentração fundiária e de renda, os graves problemas sociais e a precariedade da infraestrutura;
- reconhecer a relevância do bioma Cerrado, as ameaças a sua conservação e a importância de estabelecer políticas contra sua devastação;
- compreender as mudanças das estratégias governamentais em relação à questão ambiental na região da Amazônia;
- valorizar os patrimônios históricos e culturais nacionais e, sobretudo, os do lugar de vivência;
- ler, interpretar e analisar gráficos e mapas.

Sugestões de respostas e comentários

Contexto – Paisagens do Brasil (p. 242)

1. A divisão em três complexos regionais: Amazônia, Nordeste e Centro-Sul.

2. Estereótipo é uma ideia preconcebida que resulta da generalização ou da falta de conhecimento sobre uma pessoa ou assunto. Resposta pessoal. É importante os estudantes concluírem que retratar uma região brasileira com apenas uma imagem pode levar a uma visão estereotipada da região porque, no senso comum, frequentemente se associam os respectivos complexos regionais às imagens que foram apresentadas na fotomontagem. Embora as imagens retratem realidades de cada complexo regional, estas na verdade são muito mais complexas e diversas. Sugere-se analisar o complexo regional em que os estudantes vivem e, a partir de seus conhecimentos sobre ele, aprofundar essa discussão.

3. Resposta pessoal. Estimular os estudantes com questionamentos, considerando que já aprenderam diversas características dos complexos regionais do Brasil, ao estudarem os diversos temas de Geografia do Brasil – domínios naturais, hidrografia, relevo, climas e formações vegetais, energia, transportes, telecomunicações, atividade industrial, agropecuária, demografia, urbanização, entre outros.

4. Resposta pessoal. Esta é uma atividade importante para explorar o conhecimento dos estudantes sobre o complexo regional onde vivem. Associar o encaminhamento desta atividade com o que foi considerado na anterior. Uma possibilidade interessante é solicitar que, ao final do estudo do capítulo, a turma retome as respostas desta questão, verificando os conhecimentos adquiridos.

Conexão – Arte e História – Patrimônio da Humanidade (p. 245)

1. Espera-se que os estudantes concluam que os patrimônios históricos são um meio de entrar em contato com o passado de nossa história e também de outros povos e culturas.

2. Caso existam áreas tombadas no município onde os estudantes vivem, seria interessante fazer um estudo do meio com eles, de modo que possam avaliar a importância histórica do lugar e também conhecer quais são suas estratégias de preservação.

Compreensão e análise 1 (p. 255)

1. a) Os estudantes poderão citar diversas capitais do Nordeste, que são destino turístico importante, têm portos e aeroportos de grande movimento e boa infraestrutura de telecomunicações. Mais especificamente, poderão ser mencionados o Porto Digital do Recife, as diversas empresas de tecnologia de ponta de Campina Grande e os vários distritos industriais da região.

b) Em razão dos graves problemas sociais, da estrutura fundiária com forte concentração da propriedade rural, da precariedade da infraestrutura em vários lugares da região. Embora o Nordeste venha apresentando índices de crescimento econômico superiores à média nacional, é necessário superar graves deficiências, como o baixo índice de escolarização, a falta de oportunidades de emprego no meio rural, as grandes desigualdades sociais, entre outras.

2. Os estudantes devem considerar o rico patrimônio cultural e arquitetônico, considerando as festas regionais (algumas em cidades do interior), as áreas centrais das cidades, sobretudo das capitais, muitas delas com rico casario colonial, as belas paisagens litorâneas, constituídas por muitas praias, temperaturas elevadas o ano inteiro, com períodos chuvosos menores no verão no caso do litoral oriental, que tem chuvas mais intensas no outono/inverno. Também os atrativos do interior, como as chapadas, os sítios arqueológicos e paleontológicos despertam grande interesse.

Leitura e discussão – Pesquisas e sustentabilidade no Cerrado (p. 261)

1. Uso do fruto e da castanha do baru, turismo e ecoturismo. Caso os estudantes vivam nessa região, aproveitar esta oportunidade para aprofundar o tema, pesquisando outros exemplos de uso sustentável do Cerrado.

2. Os estudantes deverão citar que a agropecuária, principal atividade responsável pela destruição do Cerrado, é empreendida por grupos e empresas de grande poder econômico, constituindo um entrave às ações voltadas ao uso sustentável do bioma.

Conexão – Arte e Língua Portuguesa – Kobra (p. 268)

1. Ambas exploram questões relativas ao meio ambiente. A primeira obra faz uma crítica à construção da Usina de Belo Monte (PA), destacando os impactos sociais nas comunidades afetadas pela sua construção. A segunda faz uma crítica à poluição das águas do Rio Pinheiros, um dos rios mais poluídos do Brasil, que atravessa a cidade de São Paulo (SP), através de obituário.

2. Trata-se de um trocadilho com a palavra Altamira, nome do município onde está sendo construída a Usina de Belo Monte (PA). O trocadilho é o emprego de palavras semelhantes ou iguais, estabelecendo significados diferentes. Ela aparece grafada na obra como Alta Mira e é reforçada graficamente com a mira de uma arma apontada para a cabeça de uma criança indígena.

Contraponto – Exploração da Amazônia (p. 269)

1. Na década de 1970, durante a ditadura militar no Brasil. Integrar conhecimentos de História, comentando com os estudantes que, ao ocupar a Amazônia, o governo militar tinha objetivos bastante estratégicos, porque via na região desocupada uma facilidade para a invasão estrangeira.

2. Os estudantes poderão citar "Chega de lendas, vamos faturar!", "tirar proveito das riquezas", "mina de ouro", "tesouro à sua espera", "Aproveite. Fature. Enriqueça".

3. O cartaz 2 divulga um projeto de conscientização para o ecoturismo e o desenvolvimento sustentável.

4. Ambos promovem o desenvolvimento da região amazônica. A diferença está no modo como se propõe esse desenvolvimento. O primeiro visa apenas à exploração econômica, enquanto o segundo adota o ecoturismo e o modelo sustentável.

Compreensão e análise 2 (p. 270)

1. Resposta pessoal. É importante os estudantes considerarem que a questão vai além de asfaltar ou não, construir rodovia ou não, mas do que precisa ser feito ao se estabelecer um projeto de construção e/ou asfaltamento. Deve-se considerar sempre que os riscos decorrentes da abertura de estradas e seu asfaltamento são grandes, uma vez que as rodovias acabam se configurando em vetores do desmatamento, de atração de atividades econômicas e população. Além disso, pode-se aproveitar o potencial hidroviário da região, que apresenta maior viabilidade econômica e menor impacto ambiental.

2. a) Amazônia.

   b) Do espaço amazônico sempre se retirou grande quantidade de recursos naturais, como a madeira, o látex, os diversos tipos de minérios, abundantes na região, que, com raríssimas exceções, não são processados industrialmente. Dessa forma, as exportações da região estão apoiadas principalmente em mercadorias de baixo valor no mercado internacional.

   c) Resposta pessoal. Os estudantes poderão citar várias medidas, dentre as quais a de ampliar os investimentos na produção industrial que agreguem valor às mercadorias, em função da questão anterior. No entanto, é importante refletir sobre as possibilidades de implantação de atividades de baixo impacto ambiental e voltadas para as comunidades locais, como: o manejo florestal em pequena escala; a compensação financeira de comunidades que conservam a floresta; o investimento na biotecnologia, aproveitando a imensa biodiversidade da região; o ecoturismo. Caso os estudantes vivam na região amazônica, pode-se estimulá-los a buscar exemplos conhecidos de ações com esses objetivos.

3. a) Resposta pessoal. Lembre aos estudantes que as informações devem ser retiradas da leitura do mapa.

   b) Resposta pessoal. É importante retomar com os estudantes o que são Unidades de Conservação, estudadas no *Capítulo 14* do *Volume 1* desta coleção. A definição de cada uma dependerá de algumas características e objetivos aos quais se destina, como exploração sustentável de recursos naturais ou preservação integral do ecossistema. As Unidades de Conservação de Proteção Integral

não admitem exploração dos recursos naturais. Permitem somente o uso indireto dos seus atributos naturais para pesquisa e turismo ecológico. Estão incluídas nessa categoria: as estações ecológicas, as reservas biológicas, os monumentos naturais (como o Pão de Açúcar), os parques nacionais e os refúgios da vida silvestre. Nas estações ecológicas, e nas reservas biológicas é permitida apenas a pesquisa científica. Nas demais Unidades de Conservação de Proteção Integral, admite-se, além das atividades de pesquisa, a visitação pública. Nas Unidades de Uso Sustentável, admite-se a compatibilização da conservação da natureza com o uso sustentável, através do manejo adequado dos recursos naturais. Pertencem a esse grupo as Áreas de Proteção Ambiental (APA), Áreas de Relevante Interesse Ecológico (Arie), as Florestas Nacionais (Flona), as Reservas Extrativas (Resex), as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), as Reservas da Fauna (Refau) e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN).

A lista completa das Unidades de Conservação pode ser encontrada no *site* do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em: <www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros.html>.

c) Expansão da agropecuária, exploração mineral, extração madeireira, abertura de rodovias, construção de hidrelétricas.

Sugestões de atividades complementares

Pesquisas

Proponha aos estudantes que façam, em grupo, um levantamento de dados comparativos entre as regiões brasileiras. Auxilie-os na organização das turmas e na seleção dos temas que serão pesquisados (aspectos econômicos, populacionais, sociais, ambientais, culturais). Feito isso, oriente-os na análise das diferenças e das disparidades regionais verificadas em cada tema pesquisado. A comparação pode adotar o critério de divisão regional baseado tanto nos grandes complexos regionais como nas macrorregiões do IBGE. Qualquer que seja a opção, oriente-os na forma de obter os dados comparativos, utilizando sobretudo órgãos e institutos oficiais de pesquisa.

Seguem alguns *sites* de referência:

– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (www.ibge.gov.br);

– Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea (www.ipea.gov.br);

– Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese (www.dieese.org.br).

Peça que pesquisem e selecionem imagens de paisagens marcantes das diferentes regiões brasileiras (o critério de regionalização pode ser decidido pelo professor ou em parceria com os estudantes). Eles poderão pesquisar em *sites*, revistas, livros ou qualquer outra publicação que lhes esteja disponível. Sobre a região em que vivem, poderão, ainda, inserir fotografias feitas por eles mesmos. Com o material coletado, eles poderão montar uma exposição das imagens, que também poderá ser no formato digital, acompanhadas de identificação (lugar e data) e comentários do fato representado, considerando os conteúdos geográficos apreendidos ao longo do curso.

Atualmente, com a intensificação das relações entre países, empresas e pessoas ao redor do globo, ganham destaque nos jornais e nas revistas, e também na internet, os temas que abordam, sobretudo, as relações diplomáticas, ou seja, entre governos dos Estados-nação. Organize a sala em grupos para fazerem uma pesquisa nesses veículos de informação sobre os diferentes tipos de relações diplomáticas do Brasil com outros países. Orientar os estudantes para:

- escolherem um jornal diário, uma revista semanal ou um *site* que apresente diversas notícias;
- selecionarem ao menos três notícias, artigos ou matérias que abordem relações diplomáticas brasileiras;
- classificarem as relações em: comerciais (compra e venda de mercadorias e serviços); financeiras (empréstimos, pagamento de juros); e políticas (estabelecimento de acordos e de tratados, realização de conferências, criação de organismos internacionais);
- analisarem as posições do governo brasileiro, os procedimentos, as circunstâncias e a importância do tema, e apontarem, em um breve texto, as opiniões dos integrantes do grupo;
- apresentarem esses textos para a turma, a partir dos quais podem ser abertos comentários e discussões.

Tendo em vista que o Brasil é um grande exportador de *commodities* e de diversas mercadorias industriais de médio valor agregado, solicite uma pesquisa, em

âmbito local (município ou estado), sobre a produção de mercadorias destinadas à exportação, apontando o grau de participação dessas mercadorias no conjunto da produção municipal ou estadual. Uma fonte importante para a pesquisa no âmbito municipal é o IBGE Cidades@ (<www.ibge.gov.br/cidadesat/>).

Peça aos estudantes que, adotando a regionalização oficial do Brasil, pesquisem dados e informações sobre o município em que vivem e sobre a região à qual ele pertence. Devem ser considerados os seguintes aspectos:

- clima;
- vegetação;
- hidrografia;
- expectativa de vida da população;
- população urbana e população rural;
- principais atividades econômicas;
- manifestações culturais (principais festas populares etc.);
- outros aspectos que considerem relevantes.

Ao final da pesquisa, os estudantes deverão relacionar as características do município, selecionando as que são semelhantes às da região e as que são diferenciadas.

Uma possibilidade para orientar a atividade é dividir a turma em grupos e distribuir os temas entre eles. Ao final, eles deverão perceber que, mesmo fazendo parte da região, o município pode possuir características específicas diferentes dela. Para a pesquisa, orientar a consulta a fontes diversas, sobretudo o IBGE, em cuja página inicial, <www.ibge.com.br>, há *links*, por exemplo, para o IBGE Cidades@, as Séries Estatísticas e o Sidra, no qual os estudantes podem encontrar dados dos municípios e regiões brasileiras.

Debates

Proponha um debate sobre formas de amenizar as disparidades regionais no Brasil. Antes, estabeleça uma conversa para identificar os instrumentos que vêm sendo utilizados para esse fim, como a “guerra fiscal”, e as novas possibilidades criadas pelas tecnologias de informação e pelo desenvolvimento dos meios de transporte. Depois, avaliem os prós e os contras de cada um deles.

A partir das pesquisas propostas no item anterior, sugira aos estudantes um debate sobre o intercâmbio cultural entre as diferentes regiões brasileiras. Eles podem debater temas como: a riqueza cultural do país, suas bases históricas, a importância dessas trocas entre diferentes pessoas e a necessidade de respeitar e valorizar as diversas expressões culturais do país. Ao longo da discussão, podem comentar o papel das migrações e da tecnologia, em especial o desenvolvimento dos meios de comunicação, para essas trocas culturais.

Leituras complementares para o professor

Os processos de regionalização

Este texto trata das questões relacionadas às dinâmicas das regionalizações imbricadas na atual fase da globalização. Por traçar um panorama da regionalização que transita tanto historicamente como nas diferentes escalas (local, regional e global), tendo como base o contexto brasileiro, serve como ampliação dos assuntos tratados nos *Capítulos 10 e 11*.

“[...] o processo de globalização vem provocando a formação de uma regionalização em escala mundial, com o surgimento de blocos de países nos vários continentes. Não é aquela regionalização característica da geografia tradicional, que teve tanta importância no início do século XX, baseada sobretudo nas condições naturais, mas uma regionalização geopolítica. O mesmo ocorre em escala continental e nacional.

No Brasil, poderíamos até falar em uma regionalização em escala continental, já que o país tem dimensões de um continente e uma grande diversificação tanto em suas condições naturais como nas humanas. Desde o período imperial foram numerosos os estudiosos que procuraram distinguir regiões diversas no nosso país, falando-se sempre em uma contraposição entre o Norte e o Sul.

[...]

A regionalização do território brasileiro vem sofrendo vários impactos, como o da expansão do povoamento, o da criação de novas unidades político-administrativas e o do relacionamento com o Mercosul e com os países vizinhos.

No primeiro caso, o crescimento do Centro-Oeste e da Amazônia vem provocando o povoamento

de áreas anteriormente subpovoadas e isoladas, criando novos fluxos e ampliando a produção econômica, muitas vezes com o sacrifício das populações locais – índios e posseiros – e com a destruição da floresta. A expansão do povoamento é altamente predatória, podendo-se admitir que a destruição da floresta pelas madeireiras, seguida da cultura da soja e da pecuária extensiva, provocam fortes impactos sobre a população local e os imigrantes que chegam à área e modificam as paisagens e as condições ecológicas.

Este avanço provocará a criação de novas unidades territoriais, como já ocorreu em 1975, com o Mato Grosso do Sul, e em 1988, com o Tocantins e, tudo indica, ocorrerá dentro em pouco com a criação dos estados do Araguaia ou Mato Grosso do Norte e o do Tapajós e dos Territórios do Alto Rio Negro, do Solimões e do Juruá. Isto, para não mencionarmos outras possíveis redivisões de novos estados e territórios, em futuro próximo[1]. A criação de unidades administrativas organizará o espaço em áreas que se mantinham em um certo isolamento e redefinirá formas de uso do solo e direção de fluxos, provocando a definição de novas regiões. No Norte, por exemplo, já é difícil manter-se uma unidade da região Amazônica, observando-se a divisão da mesma em duas grandes regiões, a Amazônia Ocidental, liderada por Manaus, e a Amazônia Oriental, polarizada para Belém. E isto ocorre, sobretudo, com a perda da importância do transporte fluvial, em vista do desenvolvimento das rodovias.

O impacto do Mercosul, sobretudo na região meridional, será muito grande, já que grandes empresas transnacionais podem se instalar no Uruguai e expandir sua influência na Argentina e no Brasil, criando problemas para os nacionais da área. Também é possível que a produção de um país, mais mal localizado, ou que utiliza menos técnicas, não tenha condições de competitividade com os países vizinhos. Como exemplo, temos o caso do trigo da região Sul brasileira; será que ele tem condições de competitividade com a produção do Pampa argentino? Qual será o impacto, no Sul do país, da formação de um eixo de desenvolvimento São Paulo-Buenos Aires? E o que ocorrerá com regiões tradicionalmente produtoras de açúcar, como o Noroeste da Argentina e o Nordeste do Brasil, frente à concorrência de regiões mais bem-dotadas, como o Centro-Oeste e o Sudeste brasileiros, onde numerosas usinas vêm sendo implantadas e outras ampliadas?[2] Até que ponto continuará a ocorrer a transferência de usinas das áreas tradicionalmente produtoras para as áreas em expansão canavieira?

Há uma expansão do povoamento brasileiro em países vizinhos, como ocorre no Paraguai, com os chamados brasiguaios, e na Bolívia, onde Santa Cruz de la Sierra está praticamente polarizada para São Paulo, apesar da grande distância entre as duas cidades; observando-se ainda uma migração de empresários e de técnicos brasileiros para países vizinhos mais pobres e de trabalhadores rurais, não qualificados profissionalmente, destes países para o Brasil. Outro movimento de menor expressão ocorre no norte da Bolívia, onde muitos dos seringueiros do departamento de Pando são brasileiros que migraram de Rondônia e do Acre, expulsos pelo avanço das relações capitalistas de produção no meio rural, que expropriam os chamados 'homens da floresta'. Também um intercâmbio de influência é observado no noroeste do país, onde a cidade brasileira de Tabatinga está praticamente conurbada com a de Letícia, na Colômbia, criando problemas sérios de convivência fronteiriça, devido à dinamização do contrabando e do narcotráfico, comprometendo, muitas vezes, nações indígenas que são nômades e não respeitam as fronteiras políticas. Fora isto, as relações internacionais podem ser perturbadas em função da presença de guerrilha no território colombiano.

[...]

Pode-se admitir ainda uma série de tensões territoriais do Brasil com a Guiana e o Suriname, em áreas praticamente despovoadas e, ao mesmo tempo, possíveis confrontos com a França, na área fronteiriça do Amapá com a Guiana Francesa.

É bem verdade que na fase anterior à globalização já havia uma tendência a alterações nas formações regionais, mas agora, com a evolução acelerada da tecnologia e com a globalização do sistema de relações internacionais, o processo de transformação regional pode e tende a acelerar-se, convocando os geógrafos e outros cientistas sociais a maiores reflexões, a estudos mais detalhados.

A globalização, ao mesmo tempo em que tenta unificar o espaço geográfico, estimula novas diferenciações, dando margem a novas formas de regionalizações e de transformações no meio geográfico, gerando, em consequência, o surgimento de uma nova fase com novas características."

1 ANDRADE, Manuel Correia de. *Espaço*: polarização e desenvolvimento. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

2 ANDRADE, Manuel Correia de. *Modernização e pobreza*. São Paulo: Unesp, 1994.

ANDRADE, Manuel Correia de. O espaço da globalização. In: *Brasil*: globalização e regionalização. Conferência proferida na sessão de abertura do Curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal Fluminense, em março de 2001.

Os quatro Brasis

Neste texto, o professor Milton Santos e a professora Maria Laura Silveira discutem a regionalização chamada de "quatro Brasis" e argumentam, com base no avanço do meio técnico-científico-informacional, como as rugosidades são constituídas a partir da tecnicidade, dos objetos e das relações de trabalho, portanto são dinâmicas. Explicam as especificidades de cada "Brasil" com profundidade, possibilitando uma ampliação do texto tratado no *Capítulo 10.*

"Neste ponto da história do território brasileiro, parece lícito propor, a partir das premissas levantadas aqui, uma discussão em torno da possibilidade de propormos uma divisão regional baseada, simultaneamente, numa atualidade marcada pela difusão diferencial do meio técnico-científico-informacional e nas heranças do passado.

Cada região instala aquilo que, a cada momento, vem a constituir rugosidades diferentes. Essas rugosidades estão ligadas, de um lado, à tecnicidade dos objetos de trabalho e, de outro, ao arranjo desses objetos e às relações daí resultantes. A constante é o espaço, isto é, um conjunto indissociável, solidário, mas também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações[1].

Poderíamos assim, grosseiramente – e como sugestão para um debate –, reconhecer a existência de quatro Brasis: uma Região Concentrada, formada pelo Sudeste e pelo Sul, o Brasil do Nordeste, o Centro-Oeste e a Amazônia [...].

A Região Concentrada, abrangendo São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, caracteriza-se pela implantação mais consolidada dos dados da ciência, da técnica e da informação.

Nessa Região Concentrada do país, o meio técnico-científico-informacional se implantou sobre um meio mecanizado, portador de um denso sistema de relações, devido, em parte, a uma urbanização importante, ao padrão de consumo das empresas e das famílias, a uma vida comercial mais intensa. Em consequência, a distribuição da população e do trabalho em numerosos núcleos importantes é outro traço regional.

Atividades ligadas à globalização que produzem novíssimas formas específicas de terciário superior, um quaternário e um quinquenário ligados à finança, à assistência técnica e política e à informação em suas diferentes modalidades vêm superpor-se às formas anteriores do terciário e testemunham as novas especializações do trabalho nessa região. Esse novo setor de serviços sustenta as novas classes médias que trabalham nos diversos setores financeiros, nas múltiplas ocupações técnicas, nas diversas formas de intermediação, marketing, publicidade etc. Uma cidade como São Paulo, onde em 1971 havia 204 mil pessoas ligadas a atividades técnicas, científicas e artísticas, conta, em 1986, com 508 mil trabalhadores nessas atividades, número que pula para 1 milhão em 1997.

A cidade de São Paulo continua sendo, nesse novo período, o polo nacional. Todavia, enquanto ascendem as atividades terciárias e de serviço, a indústria continua crescendo em terra paulista, embora sua velocidade seja menor. São Paulo mantém sua posição hierárquica sobre a vida econômica nacional. Se ela perde relativamente o seu poder industrial, aumenta o seu papel de regulação graças à concentração da informação, dos serviços e da tomada de decisões. É a conjugação desses três dados que permite à metrópole paulistana renovar o seu comando em todo o território brasileiro. Desse modo onipresente no espaço nacional, mediante uma ação instantânea e diretora, pode-se falar numa verdadeira dissolução da metrópole, já que ela está em toda parte.

[...]

Consolidam-se, outrossim, *belts* modernos destinados à produção de laranja e cana-de-açúcar no estado de São Paulo, vinculados sobretudo ao fornecimento para a produção de suco para o estrangeiro e à fabricação de álcool. Mas também reafirmam-se como modernos os cinturões de soja, trigo, algodão, milho, arroz, fumo e uva nos Estados sulinos. Numerosas empresas de aviação agrícola perfazem essa agricultura moderna, permitindo o controle e a aplicação de fertilizantes e pesticidas por via aérea.

Graças aos acréscimos de ciência, técnica e informação, maiores volumes de produtos são obtidos em áreas mais reduzidas e em tempos mais curtos. Rompem-se, então, os equilíbrios preexistentes e impõem-se outros em relação à quantidade e qualidade da população, dos capitais, das formas de organização, das relações sociais.

Ao mesmo tempo que aumenta a importância dos capitais fixos (estradas, portos, silos etc.) e dos capitais constantes (maquinários, veículos,

1 SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

sementes, adubos etc.), aumenta também a necessidade de movimento. Crescem assim o número e a importância dos fluxos, sobretudo a circulação de dinheiro. Mas esses fluxos multiplicam-se com mais intensidade dentro da Região Concentrada, onde a divisão do trabalho é extrema e a vida de relações assume especial relevo.

Como hoje aumenta a repartição do trabalho no território, ao sabor das vocações técnicas e normativas das regiões, cresce também a necessidade de unir o trabalho segmentado. É a cooperação que une as etapas do trabalho e, assim, entretece círculos no território. Essa é outra força nova da Região Concentrada, mostrando a densidade que nela adquirem as redes de abastecimento (silos, depósitos, frigoríficos, mercados concentradores), mas também redes de outra natureza (supermercados, *shopping centers*, transportes, finanças, provedores de internet, equipamentos e atividades ligadas à saúde, ao ensino e à cultura).

A Região Centro-Oeste, constituída pelos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Tocantins, é uma área de 'ocupação periférica' recente. O meio técnico-científico-informacional se estabelece sobre um território praticamente 'natural', ou melhor, 'pré-técnico', onde a vida de relações era rala e precária. Sobre essa herança de rarefação, os novos dados constitutivos do território são os do mundo da informação, da televisão, de uma rede de cidades assentada sobre uma produção agrícola moderna e suas necessidades relacionais.

Os produtos de uma agricultura globalizada – soja, milho, algodão, arroz – são cultivados numa área que abriga as maiores densidades de mecanização agrícola (um trator para cada 8,8 habitantes agrícolas, uma máquina de colheita para cada 54,7 habitantes agrícolas), o maior consumo de fertilizantes e defensivos agrícolas e a utilização de tecnologia de ponta, como a agricultura de precisão. Beneficiada pelo valor relativamente baixo da terra, ela consegue também diminuir seus custos de trabalho com altos graus de capitalização em fixos e fluxos. Todavia o Estado participa generosamente do financiamento necessário à criação de novos sistemas de engenharia e de novos sistemas de movimento. É uma produção de alimentos que se dá em fazendas modernas dispersas, a grandes distâncias hoje facilmente franqueáveis, sob a demanda das firmas globais com sede na Região Concentrada, mesmo que os mecanismos de comando sejam pouco visíveis. Não havendo rugosidades materiais e organizacionais consideráveis, os novos objetos e as novas ações criam um espaço inteiramente novo e com grande participação na globalização.

O Nordeste, incluindo Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, é uma área de povoamento antigo, onde a constituição do meio mecanizado se deu de forma pontual e pouco densa e onde a respectiva circulação de pessoas, produtos, informação, ordens e dinheiro era precária, tanto em razão do tipo e da natureza das atividades (sobretudo uma agricultura pouco intensiva) como em virtude da estrutura da propriedade. [...]

A influência do fenômeno da globalização e a instalação do meio técnico-científico-informacional em certas manchas do território regional, como nas áreas irrigadas (o caso do vale do São Francisco), vão se dar sobre um quadro socioespacial praticamente engessado. [...]

A Amazônia, definida grosseiramente pelos Estados de Pará, Amapá, Roraima, Amazonas, Acre e Rondônia, é uma região de rarefações demográficas herdadas e baixas densidades técnicas. No passado, desenvolveu-se um povoamento que levava à concentração porque a agricultura era limitada em capital, técnica e escopo.

Essa região foi também a última a ampliar sua mecanização, tanto na produção econômica quanto no próprio território[2]. A vastidão deste e a necessidade de interligar seus principais lugares levam, primeiro, a um aumento do número de pontos servidos pela aviação, que tendem a ser os mesmos pontos nucleares das vias de circulação fluvial ou terrestre. Sua participação no total de cargas transportadas por via aérea no Brasil (19,4%) a situa em segundo lugar depois da Região Concentrada.

As novas hidrovias, como a Madeira-Amazonas, respondem à necessidade de escoar a soja produzida nos *fronts* de Mato Grosso e Rondônia. Esses pontos, servidos pelos transportes e comunicações, exercem um fraco papel de centralidade sobre parcelas limitadas do espaço, cujo controle depende, na maior parte, da navegação nos rios. As exceções são as áreas onde se instalam fazendas modernas, sequiosas de fluidez e exigentes de relações, levando ao rápido crescimento de núcleos urbanos tornados multifuncionais e exercendo um comando sobre vastas áreas. Essas áreas agrícolas e essas cidades-cogumelo[3] já constituem um indício da penetração, na região, dos nexos da globalização, sob cuja égide as conexões com as áreas mais dinâmicas do país são asseguradas

2 ALMEIDA, Roberto Schmidt; RIBEIRO, Miguel Angelo Campos. Espaço temporalidade dos sistemas de transporte na Amazônia brasileira. In: SANTOS, Milton et al. *O novo mapa do mundo*: problemas geográficos de um mundo novo. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 1995.

3 LAVEDAN, P. *Géographie des Villes*. Paris: Gallimard, 1959.

mediante a disseminação dos recursos das telecomunicações modernas.

Num arranjo diferente em relação ao resto do país, sua ocupação decorre de um conhecimento fundado em modernos satélites e radares, ao passo que o inventário dos reinos vegetal e animal ainda não foi concluído.

À semelhança de um quisto, Manaus consolida sua vocação como polo industrial sob o amparo da regulação especial da Zona Franca [...]."

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil*: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2011. p. 268-273.

Geografia da saúde

Com a globalização, é cada vez mais frequente o intercâmbio de pessoas e outros elementos vivos entre diferentes regiões do planeta. Isso vem impondo novas questões desafiadoras à sociedade, como o ressurgimento de epidemias antes erradicadas e a rápida disseminação de doenças antes restritas a uma região para amplas extensões do globo. Nesse novo cenário, a Geografia da saúde, ou Geografia médica, adquire grande relevância. Neste excerto de entrevista é apresentada a opinião da geógrafa cubana Luisa Iñiguez Rojas, professora da Universidade de Havana e conhecida sobretudo por seus estudos da área da saúde, tendo atuado em diversas pesquisas da Geografia médica no Brasil, com foco na Região Norte do país.

"*Boletim Campineiro de Geografia:* Professora, como foi sua aproximação com a geografa brasileira? Você citou várias vezes a obra do professor Milton Santos...

Luisa Iñiguez Rojas: Minha aproximação com a geografia brasileira é uma história impressionante. O diretor da FEEMA – Federação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – fez uma viagem a Cuba, procurando alguma coisa de interesse pra FEEMA, do Rio de Janeiro. Ele andou pela minha universidade, pela Universidade Tecnológica, chegou até Santiago de Cuba. E quando acabou a viagem dele, decidiu convidar duas pessoas. Um engenheiro da universidade de Campos dos Goytacazes lá no Rio – a Universidade Darcy Ribeiro, que é uma universidade bem interessante, de produção de cana-de-açúcar; e a mim, porque eu estava tentando trabalhar com meio ambiente. Os russos não deixavam trabalhar o meio ambiente, não trabalhavam com o meio ambiente. A origem [da questão ambiental] não era marxista, era positivista, de Comte, ou naturalista, que não tinha nada a ver com as lutas, então meio ambiente não era estudado.

E eu fiz uma viagem para um complexo de Tungstênio/Molibdênio na Rússia e um outro... (pausa) um nacional e outro que é um território autônomo, porque os russos [no período da URSS] têm quinze repúblicas e vários outros territórios autônomos. A universidade tinha uma área onde os estudantes iam ter aula prática e nós fomos para lá. E quando fiz uma entrevista com o chefe da mina de Tungstênio/Molibdênio, ele começou a mostrar as doenças do pulmão, um monte de problemas do tungstênio e do molibdênio... O vale glacial é um vale morto, porque no vale do rio normalmente é inverno. Aquela contaminação fica toda assim... você respira aquele negócio.

E a segunda viagem foi para a Bulgária, me convidaram para fazer uma fala de Geografia em Sofia. Me convidaram para ver a Dimitrov[1], mas hoje Dimitrov está igual a Lenin, embalsamado na cidade dele. Mas quando passei pelo rio na cidade dele, o rio era vermelho. Vermelho. Aí eu disse que a água não é vermelha, não? 'Ah, não, é um complexo ferro-não sei o que...'. Não estava entendendo nada (risos). Muita inocência. Eu tinha vinte e tantos anos. Nós achávamos que era perfeito, uma coisa perfeita, sabe? Queremos chegar do capitalismo a isso, mas achamos que isso é perfeito porque já tem cinquenta anos. E não é perfeito nada... Depois, com a *glasnost* e a transparência, apareceram muitas coisas piores. Só estou falando da minha experiência, que foi no complexo de Cabárdia-Balcária (que é a região do complexo), e no lugar onde nasceu Georgi Dimitrov. Foi muito difícil, então, quando voltei para Cuba, continuar dando aula do mesmo jeito. E continuar dizendo coisas que você viu que não eram assim... É todo um processo, sabe. Por que estava falando sobre isso? Falei da União Soviética...

Boletim Campineiro de Geografia: falávamos do Brasil...

Luisa Iñiguez Rojas: Ah, então, nesse mesmo momento eles pedem que eu assuma uma coorde-

1 Georgi Dimitrov Mikhaylov (1882-1949) foi um político comunista búlgaro, líder da Bulgária entre 1946 e 1949. Seu corpo foi embalsamado e colocado em um mausoléu em Sofia. Após a queda do comunismo no país, seu corpo foi transferido para um cemitério e, em 1999, o mausoléu foi destruído.

nação. No extremo nordeste de Cuba tem uma área de laterita. É níquel e cobalto, uma terra vermelha, mas que tem muito mineral. Tem no Canadá, na Jamaica... poucos países no mundo têm isso. E tem muita contaminação, então me fizeram ser coordenadora de impacto do desenvolvimento minero-metalúrgico sobre o meio ambiente. Como eu era a única pessoa que falava do meio ambiente, então... (risos). Fui a coordenadora daquele projeto enorme, tinha 13 instituições, 68 pessoas, um 'projetão' que tirava amostras de mangue, amostras do chão, amostras da água, amostras da roça, amostras de água do mar, amostras do ar... impressionante! A amostragem era geoquímica, era um estudo geoquímico, mas social também, porque na época tinha onze mil vivendo em moradias, e eu consegui entrevistar todo mundo com meus estudantes do último ano.

Aí tentei associar as condições de vida com a saúde. Inventei uma metodologia que até hoje é boa, mas na época era uma coisa impressionante... E também 'inventei' que uma coisa é a informação oficial, o que está num sistema de informação, e outra coisa é o que acontece quando você está no lugar, porque as pessoas mudam os indicadores, e isso você não sabe como é que muda se não vai lá. Ou seja, pode ser que não tenha esgoto e esteja horrível, mas pode ser que não tenha esgoto e as pessoas deram um jeito. Você não sente cheiros, pode ser que a coleta do lixo seja uma vez por semana, mas... Isso já aconteceu, isso não é história – quando você vai está mais limpo, que é quando coletam lixo um dia antes. Então um diretor ficou apaixonado e me convidou, e eu cheguei ao Rio de Janeiro. Isso foi em fevereiro de 1994.

Boletim Campineiro de Geografia: No Período Especial[2], não é?

Luisa Iñiguez Rojas: Foi no período especial, só que quando eu cheguei... em junho desse ano houve o Plano Real, antes havia o cruzeiro, o cruzeiro real. Nesse processo, quando eu botei o pé no Rio de Janeiro, a pessoa da FEEMA no aeroporto falou 'você tem que voltar, porque o dinheiro estava no banco e não tem mais dinheiro' (risos). Outra opção é você ir para Niterói, tem um geógrafo que gosta muito de Cuba e quer que você more com ele. Eu, como o sonho da minha vida era o Rio de Janeiro, é claro que ia ficar (risos). Então, fiquei, só que ele era tesoureiro dos geógrafos do CREA (Conselho Regional de Engenharia e Administração). Então começou a fazer propaganda que tinha uma cubana que mexia com geografia médica... Sim, porque ninguém sabia de geografia da saúde na época. E eu tenho um trabalho de geografia da saúde com a russa com quem me formei. Essa russa espetacular, Natalia Petrovna Kostenko, não chegou à universidade, chegou ao Instituto de Medicina Tropical, só que lá ninguém falava russo, e eles foram para a Geografia. Ela ia dar um curso de geografia médica, então... Na geografia, vários falavam russo, só que a interessada pela Geografia médica lá era eu, então falaram 'é você', e eu fui a tradutora do curso dela. A senhora voltou no outro ano e quando deu o segundo curso, foi para o Ministério da Saúde, e falou 'eu quero que os geógrafos entreguem alguma coisa, [quero] alguma doença para eles demonstrarem que podem fazer uma contribuição'. E ela conseguiu. Depois de muita briga lá conseguiu, me deram a meningite meningocócica B. Estavam tentando uma vacina mas tinha havido um pico epidêmico horrível, porque a doença atingia crianças.

Então, esse senhor, Sérgio Velho, que me acolheu em Niterói, começou a falar da meningite, do trabalho que eu tinha feito. E Bertha Becker me convidou pra uma palestra na UFRJ. Conheci a todos eles: Armando Correa da Silva, Orlando Valverde – fui à casa dele no Rio de Janeiro, sentar pra conversar com ele. Eu andei por tudo... (risos) Na época, Claudio Egler e Bertha Becker estavam com um projeto ambiental em Volta Redonda... não lembro do que era o projeto. Mas dentro desse projeto de Claudio Egler e Bertha Becker tinha saúde, e tinham convidado pessoas da Escola Nacional de Saúde Pública para assistir a palestra. Então, quando acabou a palestra, esse pessoal da Fiocruz veio perguntar se eu poderia repetir essa palestra na Escola Nacional de Saúde Pública, na Fundação Oswaldo Cruz (a palestra de Saúde e Geografia). E aí eu fui. [...]

Aí conheci Milton Santos. Foi 1991 o ano em que conheci ele, no México. Tinha um canto para ter conversas entre professor e estudante, e ele falou '3 horas da tarde a gente se encontra aqui'. Então chegou com um monte de livros. Eu tenho o livro 'Por uma geografia nova' [escrito] 'Para Luisa, de um aprendiz de geógrafo. Com carinho, Milton Santos' (risos). Tenho guardado. No dia em que houve a despedida, ele pediu à Mónica [Arroyo] que me ligasse – estava no Rio de Janeiro, na Fiocruz – para me convidar para almoçar. Eu sabia que ele estava muito mal. Já tinha mais de dois meses que ele não vinha aqui [na FFLCH/USP]. Então fui direto para a casa dele com a Mónica. Almoçamos rápido e ele foi para o quarto, estava muito mal. Nos sentamos a falar, Marie Hélène [Tiercelin], Mónica e eu, na sala, conversando de

2 O chamado Período Especial em Cuba iniciou-se após 1990, com a queda da União Soviética. A perda de mercado externo (até então muito dependente da URSS), combinada com o bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos, trouxe severas dificuldades econômicas ao país.

qualquer coisa. Passou uma hora, uma hora e meia. E ele saiu com uma camisa de flores, com aqueles suspensórios. 'Vamos pra USP.' Aí a Marie Hélène agiu normalmente, como se fosse normal, a hora de ir. Eu olhei pra Mónica e ela também não fez nada, como se fosse normal, um dia de trabalho. Mas na verdade fazia tempo que não vinha. Era a última vez – ele sabia e eu também. E eu chorei tanto. A minha relação com Milton era uma relação muito pessoal... ele tinha muita confiança.

E ele 'bateu' muito em cima de mim, por exemplo com a Natureza. Nós tivemos muito problema, ele sempre me falava 'Luisa, a natureza acabou'. E eu: 'Milton, não acabou. A natureza não acabou, eu estou no Amazonas, as subidas do rio comandam a vida das pessoas'. 'Quê que você está falando?! Que horror, a natureza comanda a vida...' (risos). Ficava bravo, brigava muito comigo por isso.

Bom, então, fui conhecendo geógrafos e geógrafos... e Christovam Barcellos, que é meu 'irmão' brasileiro até hoje, é formado na UFF – se formou em engenharia civil, mas fez sua pós-graduação toda em Geografia. É um grande geógrafo e uma pessoa que conhece muito de geoprocessamento, de tecnologia, mas também de teoria. É muito estranho achar uma pessoa que conheça e que ande pelos dois mundos. Eu adoro ele, é uma pessoa muito reconhecida. Não tem um geógrafo brasileiro que seja reconhecido fora do Brasil como ele na área da geografia médica. Também é da Fiocruz e vai em muitos congressos. Tem muitos estudantes, muitas teses... Conheci Ariovaldo [Umbelino de Oliveira] também, Carlos Walter [Porto-Gonçalves], Ruy Moreira... E já dei aula na Unemat, na UFF, já dei aula em Rondônia, já dei aula em Manaus, já dei aula em Recife, já dei aula em Natal. Aula de geografia, sempre com essa questão da saúde."

PASTI, André; STEDA, Melissa; Nabarro, Wagner. Entrevista: Luisa Iñiguez Rojas. In: *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 4, n. 1, 2014. p. 138-144. Diposnível em: <http://agbcampinas.com.br>. Acesso em: abr. 2016.

Sugestões de livros, *sites* e filmes

Livros

- **Amazônia: geopolítica na virada do terceiro milênio**. De Bertha Becker. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

  A autora oferece uma análise da dinâmica regional amazônica, considerando o conceito de fronteira como espaço não estruturado de forma plena.

- **Um futuro para a Amazônia**. De Bertha Becker. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

  O papel da Amazônia para o futuro da humanidade e para a questão climática global é analisado no livro, que também destaca a importância do conhecimento científico.

- **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. De Bertha Becker e Claudio Egler. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

  O livro discute a posição do Brasil como potência regional emergente, suas peculiaridades e suas perspectivas no contexto mundial.

- **Região e organização territorial**. De Roberto Lobato Correa. São Paulo: Ática, 2001.

  Discute dois conceitos importantes da Geografia: região e organização territorial. A primeira parte discorre sobre as diversas correntes da Geografia, como determinismo ambiental, possibilismo, método regional, nova Geografia e Geografia crítica. O restante da obra desenvolve as ideias sobre região e organização espacial, conceitos que individualizam a Geografia em relação às demais Ciências Humanas, no estudo da sociedade e sua relação com a natureza.

- **Propósitos e natureza da Geografia**. De Richard Hartshorne. São Paulo: Hucitec, 1978.

  Neste livro, Hartshorne defende a Geografia e o método regional, o caráter único dos lugares e a impossibilidade de elaboração de leis em Geografia.

- **A Geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra**. De Yves Lacoste. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1978.

  O livro tece uma crítica à Geografia dos professores, ao caráter ideológico da Geografia e questiona o conceito de região.

- **Brasil século XXI: por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas**. De Ester de Limonad, Rogério Haesbaert e Ruy Moreira (Org.). Niterói: Max Limonad, 2005.

  Ampla coletânea de textos sobre questão regional e organização do espaço brasileiro no contexto da globalização. Reúne parte do trabalho desenvolvido nos Núcleos de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF e convidados.

- **Espaço e doença: um olhar sobre o Amazonas**. De Luisa Basilia Iñiguez Rojas e Luciano Medeiros de Toledo (Orgs.). Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.

  Atlas ricamente ilustrado, conta com a colaboração de mais de trinta pesquisadores, entre geógrafos, médicos e engenheiros. Num trabalho interdisciplinar, considerando as categorias geográficas espaço e ambiente para a análise de questões de saúde, amplia a compreensão sobre a evolução das doenças na região Amazônica.

Sites

- **Sudam** <www.sudam.gov.br>

  Informações sobre a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, como legislação, relatórios, licitações, planejamento, entre outras.

- **Fundação Joaquim Nabuco** <www.fundaj.gov.br>

  Promove atividades científicas e culturais que visam à compreensão da sociedade do Norte e Nordeste do Brasil, por meio de divulgação de informações.

- **Fundação João Pinheiro** <www.fjp.mg.gov.br>

  Vinculada à Secretaria de Estado e Planejamento de Minas Gerais, fornece uma série de informações, dados estatísticos e indicadores econômicos, financeiros, demográficos e sociais de Minas e do Brasil.

- **Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia** <www.inpa.gov.br>

  Divulga conhecimento, pesquisas e atualidades sobre a educação e informações referentes à Amazônia.

- **Suframa** <www.suframa.gov.br>

  Informações sobre a Zona Franca de Manaus. Inclui legislação, relatórios, licitações, planejamento, entre outras.

Filmes

- **Baile perfumado**. De Paulo Caldas. Brasil, 1997. 93 min.

  Determinado a filmar o cangaceiro Lampião, os planos do mascate libanês são interrompidos pela ditadura do Estado Novo. Bom filme sobre o cangaço no Nordeste brasileiro.

- **Bye bye Brasil**. De Carlos Diegues. Argentina/Brasil/França, 1980. 100 min.

  Conta a história de três artistas mambembes que cruzam o Brasil, fazendo espetáculos para a população pobre do país.

- **Quebradeiras**. De Evaldo Mocarzel. Brasil, 2010. 71 min.

  Documentário que mostra as tradições e as estratégias de sobrevivência das quebradeiras de coco de babaçu, na região do Bico do Papagaio, onde os estados do Maranhão, Tocantins e Pará se encontram.

- **Viajo porque preciso, volto porque te amo**. De Marcelo Gomes; Karim Aïnouz. Brasil, 2009. 75 min.

  Geólogo viaja a trabalho para realizar uma pesquisa pelo Sertão nordestino.

BIBLIOGRAFIA

AB' SABER, Aziz Nacib. *O que é ser geógrafo*: memórias profissionais de Aziz Ab'Saber. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ALENTEJANO, Paulo R. R.; ROCHA-LEÃO, Otávio M. Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? In: *Boletim Paulista de Geografia*: trabalho de campo. São Paulo: AGB, jul. 2006.

ANDRADE, Manuel Correia de. O espaço da globalização. In: *Brasil*: globalização e regionalização. Conferência proferida na sessão de abertura do Curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal Fluminense, em março de 2001.

ARAÚJO, Ulisses F. *Temas transversais e a estratégia de projetos*. São Paulo: Moderna, 2003.

CACETE, Nuria Hanglei; PAGANELLI, Tomoko Iyda; PONTUSCHKA, Nídia Nacib. *Para ensinar e aprender Geografia*. São Paulo: Cortez, 2015.

CALLAI, Helena Copetti. *A formação do profissional de Geografia*. Ijuí: Editora Unijuí, 2013.

CASTELLAR, Sônia (Org.). *Educação geográfica*: teorias e práticas docentes. São Paulo: Contexto, 2005.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Cotidiano, mediação pedagógica e formação de conceitos: uma contribuição de Vygotsky ao ensino de Geografia. In: *Cadernos Cedes*, n. 66, Campinas, 2005.

____. *Geografia e práticas de ensino*. Goiânia: Alternativa, 2002.

DAMIANI, Amélia Luisa. *População e Geografia*. São Paulo: Contexto, 2004.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. *Educação inclusiva*. São Paulo: Loyola, 2006.

FIORAVANTI, Carlos. As raízes da resistência. *Pesquisa Fapesp*, ed.236, out. 2015. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br>. Acesso em: mar. 2016

FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da História ensinada*. Campinas: Papirus, 2009.

GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato; CASTRO, Iná Elias de (Org.). *Geografia*: conceitos e temas. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HALL, Stuart. O global, o local e o retorno da etnia. In: *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

HOBSBAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

INSTITUTO ETHOS. *O compromisso das empresas com os direitos humanos LGBT*. Disponível em: <www3.ethos.org.br>. Acesso em: mar. 2016.

KOZEL, Salete; MENDONÇA, Francisco (Org.). *Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea*. Curitiba: Editora UFPR, 2004.

LACOSTE, Yves. *Geografia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

LEFEBVRE, Henri. *Critique de la Vie Quotidienne II*. Paris: Arche, 1961.

MARTINS, Paula; MARQUES, Camila. O velho álibi do combate ao terrorismo. *Carta Capital*, 25 fev. 2016. Disponível em: <www.cartacapital.com.br>. Acesso em: mar. 2016.

MENDOZA, Josefina Gómez et al (Org.). *El pensamiento geográfico*: estudio interpretativo y antología de textos; de Humboldt a las tendencias radicales. Madri: Alianza, 1982.

MORAES, Antonio Carlos Robert (Org.). *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990.

OLIVEIRA, Marcio Piñon. Geografia e epistemologia: meandros e possibilidades metodológicas. *Revista de Geografia*, v. 14, São Paulo: Editora Unesp, 1997.

PASTI, André; STEDA, Melissa; NABARRO, Wagner. Entrevista: Luisa Iñiguez Rojas. In: *Boletim Campineiro de Geografia*, v.4, n.1, 2014. Disponível em: <http://agbcampinas.com.br>. Acesso em: abr. 2016.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org.). *Geografia em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2002.

QUEIROZ, Rachel de. *O Estado de S. Paulo*, 23 nov. 2002. Caderno 2.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

RATZEL, Friedrich. Le sol, la société et l'État. *L'Année Sociologique*, 1898-1899, 1900.

___. *Völkerkunde*. Leipzig/Viena: Bibliographisches Institut, 1894.

REGO, Nelson; SUERTEGARAY, Dirce; HEIDRICH, Álvaro (Org.). *Geografia e educação*: geração de ambiências. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

RIFKIN, Jeremy. *La fin du travail*. Paris: La Découverte, 1997.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. *A trajetória da disciplina geografia no currículo escolar brasileiro (1837-1942)*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1996. (Tese de mestrado.)

ROSE, Ricardo Ernesto. *Como está a questão ambiental?* Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2011.

SANTOS, Milton. Como você conceitua as noções de urbanização e metropolização (entrevista). *Revista Caramelo*. São Paulo: Grêmio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 1994.

___. *Técnica, espaço, tempo*: globalização e meio técnico-científico internacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

___; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil*: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SILVA, Elisiane da et al. (Orgs.). Milton Santos: o espaço da cidadania e outras reflexões. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011 (Coleção O Pensamento Político Brasileiro).

SIQUEIRA, Gabriel di Pierro; FREITAS, Maria Virginia de. Cultura e apropriação da cidade por meio de iniciativas juvenis. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 13 nov. 2015. Disponível em: <www.diplomatique.org.br>. Acesso em: mar. 2016.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas*: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUBEYRAN, Olivier. *Imaginaire, Science et Discipline*. Paris: Harmattan, 1997.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia*: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Eduel, 2012.

UNICEF. *O direito de ser adolescente: oportunidade para reduzir vulnerabilidade e superar desigualdades*. Disponível em: <www.unicef.org>. Acesso em: mar. 2016.

VEIGA, José Eli da. *Cidades imaginárias*: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

YAZLLE, M. E. H. D. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0100=7203-&lng=pt&nrm-iso>. Acesso em: fev. 2016.